ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVIII Nº 110 Brasília - DF, quarta-feira, 10 de junho de 2020 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Congresso Nacional 2
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Cidadania 6
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 9
Ministério da Defesa 14
Ministério do Desenvolvimento Regional 14
Ministério da Economia 17
Ministério da Educação 64
Ministério da Infraestrutura 66
Ministério da Justiça e Segurança Pública 71
Ministério do Meio Ambiente 74
Ministério de Minas e Energia 74
Ministério da Saúde 102
Ministério do Turismo 114
Controladoria-Geral da União 114
Ministério Público da União 115
Tribunal de Contas da União 115
Poder Judiciário 115
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 121

..... Esta edição completa do DOU é composta de 121 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.764 **(1)**

ORIGEM	: ADI - 2882 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S)	: PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT
ADV.(A/S)	: ALBERTO MOREIRA RODRIGUES (12652/DF)
REQTE.(S)	: PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT
ADV.(A/S)	: HUGO LEAL MELO DA SILVA (59485/RJ)
REQTE.(S)	: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B
ADV.(A/S)	: PAULO MACHADO GUIMARAES (05358/DF)
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO - CNTC
ADV.(A/S)	: JOAO VICENTE MURINELLI NEBIKER (37417/DF, 13144/PE)
REQTE.(S)	: CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA SAUDE
ADV.(A/S)	: MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO (16362/DF, 72654A/RS)
REQTE.(S)	: CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA
REQTE.(S)	: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
REQTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS SOCIAL DEMOCRATAS
ADV.(A/S)	: MARTHIUS SAVIO CAVALCANTE LOBATO (01681/A/DF, 122733/SP)
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA - CNTI
ADV.(A/S)	: UBIRACY TORRES CUÓCO (755A/DF)
REQTE.(S)	: CONFEDERACAO NACIONAL DAS PROFISSOES LIBERAIS
ADV.(A/S)	: ANTONIO CLAUDIO DE ARAUJO (03442/DF)
REQTE.(S)	: CONFEDERACAO GERAL DOS TRABALHADORES CGT
ADV.(A/S)	: JOSE CARLOS DA SILVA AROUCA (11949/SP)
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL
REQTE.(S)	: CENTRAL AUTÔNOMA DE TRABALHADORES - CAT
ADV.(A/S)	: JOAQUIM PEDRO DE OLIVEIRA (374A/DF)
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES MARÍTIMOS, AÉREOS E FLUVIAIS - CONTTMAF
ADV.(A/S)	: EDSON MARTINS AREIAS (94105/RJ)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu em parte da ação direta e, nessa parte, julgou improcedente o pedido, nos termos do voto do Relator, vencidos o Ministro Edson Fachin e, em parte, a Ministra Rosa Weber. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica no início da sessão, o Ministro Celso de Mello (art. 2º, § 5º, da Res. 642/2019). Plenário, Sessão Virtual de 10.4.2020 a 17.4.2020.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. 2. LEI 9.601/1998. CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO. 3. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL. 4. MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA PELO TRIBUNAL PLENO. 5. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.768 **(2)**

ORIGEM	: ADI - 3586 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG
REQTE.(S)	: CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT
REQTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS SOCIAL DEMOCRATAS
ADV.(A/S)	: MARTHIUS SAVIO CAVALCANTE LOBATO (01681/A/DF, 122733/SP)
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA - CNTI
ADV.(A/S)	: UBIRACY TORRES CUÓCO (755A/DF)
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS - CNPL
ADV.(A/S)	: ANTONIO CLAUDIO DE ARAUJO (03442/DF)
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES - CGT
ADV.(A/S)	: JOSE CARLOS DA SILVA AROUCA (11949/SP)
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB
REQTE.(S)	: CENTRAL AUTÔNOMA DE TRABALHADORES - CAT
ADV.(A/S)	: JOAQUIM PEDRO DE OLIVEIRA (02191/DF)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu em parte da ação direta e, nessa parte, julgou improcedente o pedido, nos termos do voto do Relator, vencidos o Ministro Edson Fachin e, em parte, a Ministra Rosa Weber. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica no início da sessão, o Ministro Celso de Mello (art. 2º, § 5º, da Res. 642/2019). Plenário, Sessão Virtual de 10.4.2020 a 17.4.2020.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. 2. LEI 9.601/1998. CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO. 3. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL. 4. MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA PELO TRIBUNAL PLENO. 5. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.794 **(3)**

ORIGEM	: ADI - 9407 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES MARÍTIMOS, AÉREOS E FLUVIAIS - CONTTMAF
ADV.(A/S)	: EDSON MARTINS AREIAS (94105/RJ)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu em parte da ação direta e, nessa parte, julgou improcedente o pedido, nos termos do voto do Relator, vencidos o Ministro Edson Fachin e, em parte, a Ministra Rosa Weber. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica no início da sessão, o Ministro Celso de Mello (art. 2º, § 5º, da Res. 642/2019). Plenário, Sessão Virtual de 10.4.2020 a 17.4.2020.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. 2. LEI 9.601/1998. CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO. 3. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL. 4. MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA PELO TRIBUNAL PLENO. 5. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.530 **(4)**

ORIGEM	: ADI - 4530 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. EDSON FACHIN**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MEDICINA DE TRÁFEGO - ABRAMET
ADV.(A/S)	: SÁVIO DE FARIA CARAM ZUQUIM (9191/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: FORCA SINDICAL
ADV.(A/S)	: LEANDRO SANKARI DE CAMARGO ROSA (316821/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: RUBENS CATIRCE JUNIOR (0316306/SP)
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS MOTOTAXISTAS E MOTOBOYS AUTÔNOMOS - FENAMOTO
ADV.(A/S)	: ALI NASSIF SARIEDINE JUNIOR (7986/GO) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS - NTU
ADV.(A/S)	: CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO (23750/DF) E OUTRO(A/S)

Decisão: Após o voto do Ministro Edson Fachin (Relator), que julgava improcedente a ação, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 11.10.2019 a 17.10.2019.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta e reconheceu a constitucionalidade da expressão "em transportes de passageiros, 'mototaxista'", presente no art. 1º da Lei nº 12.009/2009; do inciso II do art. 3º da Lei nº 12.009/2009; e da expressão "ou com as normas que regem a atividade profissional dos mototaxistas", constante do art. 5º da Lei nº 12.009/2009, nos termos do voto do Relator. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 20.3.2020 a 26.3.2020.

Ementa: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 12.009/2009. REGULAMENTAÇÃO DO TRANSPORTE, POR MEIO DE MOTOCICLETA OU MOTONETA, DE MERCADORIAS (MOTO-FRETE) E DE PASSAGEIROS (MOTOTÁXI). DIREITO

AVISO

Foi publicada em 9/6/2020 a edição extra nº 109-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

À SAÚDE. PROTEÇÃO INSUFICIENTE. ALEGAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. RAZOABILIDADE. PROPORCIONALIDADE. OBSERVÂNCIA. AÇÃO DIRETA JULGADA IMPROCEDENTE.

1. A regulamentação do transporte de mercadorias e de pessoas em motocicletas propicia a fiscalização e o controle da exploração dessa atividade econômica, bem como confere maior segurança aos condutores e usuários dos serviços mediante a exigência de dispositivos de proteção e de determinadas condições para seu exercício.

2. Não procede a alegação de ofensa ao princípio da razoabilidade, haja vista que os requisitos previstos pela lei questionada aplicam-se tanto ao transporte de mercadorias como ao de passageiros, a teor da regulamentação promovida pela Resolução 356/2010 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

3. Ação direta julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.250 **(5)**

ORIGEM : ADI - 5250 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Após o voto da Ministra Cármen Lúcia (Relatora), que julgava procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº. 10.309, de 8.12.2014, do Estado do Espírito Santo, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 8.11.2019 a 19.11.2019.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto reajustado da Relatora, vencido parcialmente o Ministro Alexandre de Moraes. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica no início da sessão, o Ministro Celso de Mello (art. 2º, § 5º, da Res. 642/2019). Plenário, Sessão Virtual de 10.4.2020 a 17.4.2020.

EMENTA: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL. LEI N. 10.309/2014 DO ESPÍRITO SANTO. REGULAMENTAÇÃO DA VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM ESTÁDIOS E ARENAS DESPORTIVAS. COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL EM MATÉRIA DE CONSUMO. ART. 13-A DO ESTATUTO DO TORCEDOR. NORMA GERAL. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E AO DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA. PRECEDENTE DESTE SUPREMO TRIBUNAL: ADI N. 6.193. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE.*

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 61, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a **Medida Provisória nº 921, de 7 de fevereiro de 2020**, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R$ 11.287.803,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 8 de junho de 2020.

Congresso Nacional, em 9 de junho de 2020
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 979, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a designação de dirigentes **pro tempore** para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da **covid-19**, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a designação de:

I - reitor e vice-reitor **pro tempore** para universidades federais; e

II - reitor **pro tempore** para institutos federais e para o Colégio Pedro II.

§ 1º As hipóteses previstas no **caput** se aplicam no caso de término de mandato dos atuais dirigentes durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da **covid-19**, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

§ 2º O disposto nesta Medida Provisória não se aplica às instituições federais de ensino cujo processo de consulta à comunidade acadêmica para a escolha dos dirigentes tenha sido concluído antes da suspensão das aulas presenciais.

Art. 2º Não haverá processo de consulta à comunidade, escolar ou acadêmica, ou formação de lista tríplice para a escolha de dirigentes das instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da **covid**-19, de que trata a Lei nº 13.979, de 2020.

Art. 3º O Ministro de Estado da Educação designará reitor e, quando cabível, vice-reitor **pro tempore** para exercício:

I - durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da **covid-19,** de que trata a Lei nº 13.979, de 2020; e

II - pelo período subsequente necessário para realizar a consulta à comunidade, escolar ou acadêmica, até a nomeação dos novos dirigentes pelo Presidente da República.

Art. 4º Na hipótese prevista no art. 3º, o reitor da instituição federal de ensino designará os dirigentes dos **campi** e os diretores de unidades **pro tempore**.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de junho de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub

DECRETO Nº 10.392, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a qualificação de empreendimento público federal do setor ferroviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º, **caput**, inciso II, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, e na Resolução nº 41, de 2 de julho de 2018, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica qualificado, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI, o empreendimento público federal do setor ferroviário denominado Ferrovia EF-354 GO/MT/RO- Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, localizado entre o Município de Mara Rosa, Estado de Goiás e o Município de Vilhena, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de junho de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

DECRETO Nº 10.393, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam instituídos:

I - a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, com a finalidade de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País; e

II - o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.

Art. 2º O FBEF é colegiado de articulação, ao qual compete:

I - implementar e estabelecer os princípios da ENEF;

II - divulgar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal propostas por seus membros, por outros órgãos e entidades públicas ou por instituições privadas;

III - compartilhar as informações sobre as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal produzidas pelos órgãos e entidades representados, para identificar as oportunidades de articulação; e

IV - promover a interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas para estimular e, sempre que possível, integrar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal.

Art. 3º O FBEF é composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Banco Central do Brasil;

II - Comissão de Valores Mobiliários;

III - Superintendência de Seguros Privados;

IV - Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia;

V - Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;

VI - Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

PEDRO ANTONIO BERTONE DE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

VII - Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e

VIII - Ministério da Educação.

§ 1º A presidência do FBEF será exercida, a cada período de vinte e quatro meses, por um de seus membros, em regime de rodízio, de acordo com a ordem dos incisos do **caput.**

§ 2º Cada membro do FBEF terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 3º Os membros do FBEF e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos e das entidades que representam e designados pelo Presidente do FBEF.

§ 4º O FBEF poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades públicas, de instituições privadas e de organizações da sociedade para participar de suas reuniões e de seus grupos de trabalho.

Art. 4º O FBEF se reunirá em caráter ordinário uma vez por semestre e em caráter extraordinário sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

§ 1º O quórum de reunião do FBEF é o de maioria absoluta e o quórum de aprovação é o de maioria simples.

§ 2º Além do voto ordinário, o Presidente do FBEF terá o voto de qualidade em caso de empate.

Art. 5º O FBEF poderá instituir grupos de trabalho com o objetivo de:

I - examinar assuntos específicos; e

II - fornecer suporte técnico.

Art. 6º Os grupos de trabalho:

I - serão compostos na forma de ato do FBEF;

II - não poderão ter mais de oito membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

IV - estão limitados a quatro operando simultaneamente.

Parágrafo único. O FBEF definirá os específicos dos grupos de trabalho, a composição, o funcionamento e o prazo de duração.

Art. 7º A Secretaria-Executiva do FBEF será exercida pelo órgão cujo representante o estiver presidindo no período.

Art. 8º Os membros do Fórum Brasileiro de Educação Financeira e dos grupos de trabalho que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por meio de videoconferência, a critério do seu Presidente, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 9º A participação no FBEF será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 10. Fica revogado o Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de junho de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
André Luiz de Almeida Mendonça
Paulo Guedes
Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub
Roberto de Oliveira Campos Neto

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO DE 9 DE JUNHO DE 2020

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito da Defesa, resolve:

ADMITIR,

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito da Defesa:

I - no grau de Grã-Cruz:
MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS, Governador do Estado de Rondônia;

II - no grau de Grande-Oficial:

JOSÉ MARCELO DO NASCIMENTO NILO, Deputado Federal;
JOSÉ BENITO PRIANTE JÚNIOR, Deputado Federal;
VINICIUS RAPOZO DE CARVALHO, Deputado Federal;
LUIS FELIPE BONATTO FRANCISCHINI, Deputado Federal;
BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI, Deputada Federal;
MÁRCIA DONNER ABREU, Embaixadora;
General de Divisão R/1 UBIRATAN POTY;
KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA, Ministro de Primeira Classe; e
ANTONIO CARLOS PAIVA FUTURO, Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República;

III - no grau de Oficial:

Coronel LORENZO HARRIS (EUA);
Capitão de Mar e Guerra (RM1) JOSÉ LUIS FERREIRA BORGES;
Coronel de Infantaria R/1 CARLOS ROBERTO SUCHA;
Coronel de Artilharia R/1 PAULO ROBERTO LARABURU NASCIMENTO;
Coronel de Comunicações R/1 FRANCISCO EDUARDO MEDVED;
Coronel de Artilharia R/1 ROGÉRIO DE AMORIM GONÇALVES;
Coronel de Artilharia R/1 FERNANDO LUIZ VELASCO GOMES;
Coronel de Artilharia R/1 HELIO FERNANDO ROSA DE ARAUJO;
Coronel de Material Bélico R/1 LUIS FELIPE GARCIA FERNANDES;
Coronel Intendente R/1 ANTONIO CELENTE VIDEIRA;
Coronel PMBA ANSELMO ALVES BRANDÃO; e
Coronel BMBA FRANCISCO LUIZ TELLES DE MACÊDO; e

IV - no grau de Cavaleiro:

Suboficial (FN-IF) RÍTALO SANTIAGO SANTOS;
Suboficial (ES) EDNEY DOS SANTOS LAPA;
Suboficial (ES) CLEBER DA SILVA DE OLIVEIRA;
Suboficial (AR) REYNALDO PINHEIRO DE JESUS;
Suboficial (CN) GUILHERME ALVES DE ARAUJO;
Suboficial (CO) ANTÔNIO EDUARDO DOS SANTOS;
Suboficial (CL) ANA CLAUDIA VARELLA DA FONSECA;
Suboficial (AR) ALESSANDRO BOMFIM DE SOUSA;
Subtenente de Engenharia EDEMILSON JORGE DA SILVA;
Subtenente de Infantaria CLAUDIO ANTONIO CORRÊA;
Subtenente de Infantaria RICARDO DA SILVA VIEIRA;
Subtenente de Infantaria ADRIANO ALVES TEPERINO;
Subtenente de Intendência RAFAEL MACHADO FERNANDES;
Subtenente de Cavalaria ANDRÉ DE LIMA SANTOS;
Subtenente de Cavalaria CESAR AUGUSTO DE VLIEGER;
Subtenente de Artilharia ROBSON LUIZ DE SOUZA;
Subtenente de Comunicações DAVIDSON DE MELO SILVA;
Subtenente de Infantaria LINDOMAR GONZAGA DE LIMA;
Subtenente de Infantaria IVAN FREIRE DE FREITAS;
Subtenente de Cavalaria SILVIO DE OLIVEIRA;
Subtenente de Cavalaria MARCELO DIAS PRIETO;
Subtenente de Cavalaria LELIS ADRIANO HACK MACHADO;
Subtenente de Infantaria VILMAR ALVES DA SILVEIRA;
Suboficial SGS HÉLIO NEVES JUNIOR;
Suboficial BCT R/1 LUDINIR PICELLI;
Primeiro-Sargento (FN-ES) ANTONIO CARLOS CANDIDO;
Primeiro-Sargento (AD) ALINE MOUSINHO DA SILVA;
Primeiro-Sargento (AM) OSEIAS BATISTA DE SOUZA;
1º Sargento de Artilharia MARCELO CORRÊA VARGAS;
1º Sargento SGS ANTÔNIO CARLOS GOMES MELO;
1º Sargento SAD ANDRÉ MACHADO MORAIS;
1º Sargento PMERJ MAX GUILHERME MACHADO DE MOURA;
2º Sargento QE ESTÁCIO LEITE DA SILVA FILHO; e
2º Sargento QE MARCELO NERES DA SILVA.

Brasília, 9 de junho de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fernando Azevedo e Silva

DECRETO DE 9 DE JUNHO DE 2020

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito da Defesa, resolve:

PROMOVER,

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito da Defesa:

I - ao grau de Grã-Cruz:

WALTER SOUZA BRAGA NETTO, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República;
JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República;
LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República;
JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR, Advogado-Geral da União;
JOSÉ HUGO VOLKMER, Diretor-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia; e
MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIADACHE, Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa; e

II - ao grau de Comendador:

General de Brigada R/1 JOÃO DENISON MAIA CORREIA.

Brasília, 9 de junho de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fernando Azevedo e Silva

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 327, de 9 de junho de 2020. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 979, de 9 de junho de 2020.

Nº 328, de 9 de junho de 2020. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei complementar que "Altera a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, para instituir a independência patrimonial dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar".

Nº 329, de 9 de junho de 2020. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Altera os identificadores de resultado primário constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R$ 869.038.273,00".

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 10, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Regulamenta o art. 8º, *caput*, da Portaria AGU nº 487, de 27 de julho de 2016, com a redação dada pela Portaria AGU nº 160, de 6 de maio de 2020, dispondo sobre a dispensa de atos processuais, inclusive embargos à execução, impugnação ao cumprimento de sentença e outros incidentes processuais na fase da execução, bem como sobre a desistência de recursos interpostos, quando o benefício patrimonial almejado com o ato não atender aos critérios de racionalidade, de economicidade e de eficiência, nos termos dos arts. 19-C e 19-D da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 9º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, o art. 19-C combinado com o art. 19-D da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, o art. 41 do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, e o art. 8º, § 4º, da Portaria AGU nº 487, de 27 de julho de 2016, com a redação dada pela Portaria AGU nº 160, de 6 de maio de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 00410.000476/2018-56, resolve:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta o art. 8º, *caput*, da Portaria AGU nº 487, de 2016, com a redação dada pela Portaria AGU nº 160, de 2020, estabelecendo critérios para a dispensa da prática de atos processuais e para a desistência de recursos interpostos quando o benefício patrimonial almejado com o ato não atender aos critérios de racionalidade, de economicidade e de eficiência, nos termos dos arts. 19-C e 19-D da Lei nº 10.522, de 2002.

§ 1º Esta Portaria aplica-se apenas às demandas com conteúdo estritamente pecuniário, independentemente da fase processual, excluídas aquelas relacionadas a créditos da União.

§ 2º Esta Portaria não se aplica à análise de conformidade de requisições de precatórios ou de requisições de pequeno valor (RPV).

Art. 2º Nos processos que tramitam na Justiça Comum, Juizados Especiais Federais e na Justiça do Trabalho, os Advogados da União ficam dispensados da prática de atos processuais e autorizados a desistir dos recursos interpostos quando:

I - na fase de conhecimento, se o valor controvertido for igual ou inferior a R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II - na fase de execução:

a) o valor da execução não superar R$ 10.000,00 (dez mil reais);

b) o valor da execução superar R$ 10.000,00 (dez mil reais) e o excesso de execução corresponder a até 20% (vinte por cento) do montante apurado como devido pelo DCP/NECAP, desde que a diferença não ultrapasse R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Parágrafo único. Nas hipóteses do inciso I, a dispensa de que trata o *caput* depende:

I - da existência de pedido, de decisão ou de sentença líquidos; e

II - da elaboração de nota jurídica submetida e aprovada pela chefia imediata.

Art. 3º Excepcionalmente, nas hipóteses que não se enquadrarem nos parâmetros previstos no art. 2º, o Advogado da União, em casos específicos e concretos, pode ser autorizado pela chefia imediata a abster-se de praticar ato processual ou desistir de recurso interposto quando demonstrado que o benefício patrimonial almejado com o ato não atende aos critérios de racionalidade, de economicidade e de eficiência, considerando o valor em discussão, o custo de tramitação do processo ou eventual sucumbência recursal (art. 85, §§ 1º e 11 do Código de Processo Civil).

§ 1º As solicitações de autorização de abstenção de prática de ato processual ou de desistência de recurso interposto nos casos do *caput* devem ser veiculadas em notas jurídicas, devidamente fundamentadas, expondo o motivo fático ou jurídico da abstenção ou desistência.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo aplica-se às solicitações de autorização de abstenção de interposição e de desistência de recurso interposto fundadas no § 1º do art. 8º da Portaria AGU nº 487, de 2016.

Art. 4º Os valores indicados no inciso II do art. 2º correspondem à quantia total cobrada na execução, incluindo-se custas e despesas processuais e honorários advocatícios.

Art. 5º O disposto no art. 2º aplica-se a quaisquer atos processuais, inclusive contestação, recursos, embargos à execução, impugnação ao cumprimento de sentença e outros incidentes processuais, nas fases de conhecimento e de execução.

Art. 6º Nas hipóteses previstas no art. 2º, I e II, "a", e no art. 3º cabe ao Advogado da União, considerando as peculiaridades do caso, analisar a necessidade de solicitar parecer técnico ao DCP/NECAP.

Art. 7º Em caso de ações coletivas ou de litisconsórcio ativo, os valores e os percentuais indicados no art. 2º são aferidos em relação a cada autor, substituído ou exequente.

Parágrafo único. O disposto no *caput* aplica-se às execuções plúrimas desmembradas de ações coletivas.

Art. 8º Os titulares dos órgãos de execução e os Diretores de Departamento da Procuradoria-Geral da União, bem como os Coordenadores temáticos, podem identificar situações que, mesmo se enquadrando nas hipóteses de dispensa de atuação e de desistência de recursos previstas nesta Portaria, justifiquem a apresentação de defesa ou a interposição de recurso.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no *caput*, os Advogados da União devem atuar no processo, praticando todos os atos necessários à defesa da União, independentemente dos valores envolvidos, quando as peculiaridades do caso concreto assim recomendarem, como nas situações de abuso de direito pela parte autora e de alta probabilidade de êxito da tese de defesa da União.

Art. 9º A autorização de que trata esta Portaria não obsta a análise do cabimento de proposta de acordo ou a realização de outras medidas visando à autocomposição, observadas as orientações e os atos normativos específicos.

Art. 10. Não sendo o caso de acordo ou outra medida autocompositiva, ou restando frustradas essas medidas, o Advogado da União, no prazo respectivo, deve peticionar nos autos para:

I - justificar a abstenção de contestação, impugnação ao cumprimento de sentença ou embargos à execução;

II - na hipótese de abstenção de apelação ou recurso ordinário, manifestar ao Juízo do feito a falta de interesse recursal.

Parágrafo único. Na hipótese de abstenção de contestação, a petição deve ressaltar que a medida não implica reconhecimento jurídico do pedido do autor, diante do disposto no § 2º do art. 19-C da Lei nº 10.522, de 2002.

Art. 11. O disposto nos arts. 2º e 3º não se aplica quando se verificar qualquer das situações abaixo:

I - incidência de qualquer das hipóteses elencadas no art. 337 do CPC;

II - prescrição ou decadência;

III - existência de controvérsia acerca da matéria de fato não relacionada diretamente aos valores ou cálculos apresentados pela parte ou pelo juízo;

IV - ocorrência de pagamento administrativo;

V - verificação de outras questões ou incidentes processuais que possam implicar a extinção da ação;

VI - existência de acordo entre as partes, judicial ou extrajudicial;

VII - verificação de circunstâncias específicas do caso concreto que possam modificar ou extinguir a pretensão da parte adversa;

VIII - constatação da possibilidade de oferecimento de proposta de acordo para encerramento do litígio, conforme orientações da Procuradoria-Geral da União e da Secretaria-Geral do Contencioso.

Art. 12. Ressalvada a hipótese prevista no art. 3º, o Advogado da União deve justificar a abstenção do ato processual ou a desistência do recurso interposto com base nesta Portaria preenchendo os campos correspondentes no Sapiens - Sistema AGU de Inteligência Jurídica, sem a necessidade de autorização da chefia imediata.

Art. 13. Os valores constantes no art. 2º serão corrigidos em janeiro de cada ano por meio da aplicação do IPCA-E do ano anterior e deverão ser divulgados pela Procuradoria-Geral da União.

Art. 14. Fica revogada a Portaria PGU nº 6, de 23 de dezembro de 2016.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VINICIUS TORQUETTI DOMINGOS ROCHA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DA BAHIA

PORTARIA Nº 57, DE 5 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NA BAHIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial Nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada na Seção I do DOU de 13 de abril de 2018 e nos termos da Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013,publicada no DOU de 21 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º Habilitar a Médica Veterinária EMANOELE CRISTINA LIMA DA SILVA inscrita no CRMV-BA nº 6292, para emitir Guia de Trânsito Animal -GTA no Estado da Bahia, em conformidade com os autos do processo nº 21012.004991/2020-92.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EMÍLIO LANDULFO MEDRADO DE VINHAES TORRES

PORTARIA Nº 58, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial Nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada na Seção I do DOU de 13 de abril de 2018, e nos termos da Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º Habilitar o Médico Veterinário IURI JIVAGO GOMES LEITE inscrito no CRMV-BA nº 6173, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA no Estado da Bahia, em conformidade com os autos do processo nº 21012.008036/2020-24.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO EMÍLIO LANDULFO MEDRADO DE VINHAES TORRES

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 151, de 29 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 01/06/2020, Edição 103, Seção 1, Página 9, o ANEXO I passa a vigorar com a seguinte redação:
GLOSSÁRIO DE TERMOS E ENTENDIMENTOS COM FOCO NAS SAFRAS DA TAINHA

Nº	ITEM	DETALHAMENTO
1	Áreas de proibição da pesca de cerco/traineira	Áreas conforme definidas no inciso V do art. 3º da Portaria Interministerial SG-MMA nº 24/2018, alterada pela Portaria SAP/MAPA nº 75, de 3 de abril de 2020, aplicável apenas para as embarcações autorizadas para a captura de tainha na modalidade cerco/traineira durante a temporada de pesca da espécie.
2	Arqueação Bruta - (NORMAM 28/DHN da Marinha do Brasil)	A arqueação bruta (AB ou GT) é um valor adimensional relacionado com o volume interno total de uma embarcação. A AB é calculada com base no volume moldado de todos os espaços fechados do navio e é usada para determinar, por exemplo, as regras de governo, manobra e segurança da embarcação, bem como as taxas de registro e portuárias.
3	Autorização Complementar (Inciso VIII da INI MPA-MMA nº 10/2011)	Documento concedido de forma concomitante e complementar à Autorização de Pesca, que permite a atividade de pesca durante o período de pesca da espécie-alvo/principal ou durante o período de defeso da espécie-alvo/principal do RAEP - Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira, devidamente especificadas. A grande maioria dos RAEPs de Espécies-Alvo (Sardinha, Atum, Dourado, Pargo, Camarão Rosa, Peixe Sapo e etc.) possuem uma lista de espécies complementares que estão autorizadas a serem pescadas pelas embarcações pesqueiras detentoras. Este detalhamento está presente nos RAEPs de cada embarcação. No caso da pesca da Tainha, especificada como espécie complementar da espécie-alvo Sardinha Verdadeira, é feito um trabalho de acompanhamento em função de ser um recurso controlado e monitorado.
4	Autorização de Pesca - Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira (RAEP) (Inciso VII da INI MPA-MMA nº 10/2011)	Documento que permite ao proprietário ou arrendatário da embarcação pesqueira, detentor de permissão prévia de pesca dentro do prazo de validade, operar com a embarcação pesqueira, devidamente identificada, na pesca de determinada(s) Espécie(s)-Alvo, definida(s) em UMA Modalidade de Permissionamento.
5	Autorização de Pesca Complementar Especial (Art. 3º, da Instrução Normativa nº 7, de 3 de abril de 2020)	Documento concedido por meio de processo seletivo para as embarcações habilitadas e credenciadas conforme regras do Edital de Credenciamento nº 5/2019 para a captura da Tainha (*Mugil liza*), válida apenas durante a temporada de pesca de 2020. Para a frota de cerco/traineira, autoriza a captura Tainha (Mugil liza) e demais espécies que constam na Autorização Complementar Especial, podendo realizar a captura da espécie-alvo e fauna acompanhante da Autorização de Pesca original, dentro da área autorizada para a Tainha (*Mugil liza*).
		Para a frota de emalhe anilhado, autoriza a captura de Tainha *(Mugil liza)* apenas para as embarcações do estado de Santa Catarina, com autorização na modalidade de emalhe de superfície ou emalhe de fundo, podendo realizar captura da espécie-alvo e fauna acompanhante da Autorização de Pesca original, dentro da área autorizada para a Tainha (*Mugil liza*).As embarcações contempladas com a autorização de pesca complementar especial estão submetidas a todas as regras de ordenamento direcionadas à Tainha (*Mugil liza*).
6	Controle de Cotas nas Safras da Tainha	O Controle de cotas foi adotado para garantir a sustentabilidade da espécie e da atividade de pesca do recurso, visando a melhoria contínua na gestão pesqueira e no controle do estoque da tainha.
7	Cota de pesca da Tainha para a frota de cerco	Após a definição da cota de pesca da tainha (publicada em Diário Oficial da União - DOU), as embarcações permissionadas devem observar os volumes extraídos para que estejam dentro da cota estipulada. A embarcação que não observar a cota definida, será passível de recebimento de sanções administrativas e proibição de pesca do referido recurso pelo período de 2 anos. Após a embarcação atingir a cota da Tainha do ano referência, a embarcação poderá continuar pescando as outras espécies complementares que constam de sua Autorização de Pesca Complementar Especial, facilitando assim o acompanhamento, monitoramento e o controle dos recursos naturais.
8	Defeso (Inciso XIX da INI MPA-MMA nº 10/2011)	Paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução ou recrutamento, assim como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentais.
9	Embarcação Pesqueira (Inciso I da INI MPA-MMA nº 10/2011)	Embarcação pesqueira permissionada e registrada junto à Autoridade Marítima e ao Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, a qual opera com exclusividade em uma ou mais das seguintes atividades: pesca, aquicultura, conservação, processamento e transporte de pescado.
10	Espécie (s) Alternativa (s) (Inciso XV da INI MPA-MMA nº 10/2011)	Espécie(s) de interesse comercial, distinta(s) da(s) Espécie(s)-Alvo, cuja pesca é permitida pela Autorização de Pesca Complementar, podendo ocorrer durante a temporada de Pesca da Espécie(s)-Alvo, assim como durante o defeso dessa(s) Espécie(s)-Alvo, observado o ordenamento definido em norma específica.
11	Espécie-Alvo/Principal (Inciso XIV da INI MPA-MMA nº 10/2011)	Espécie-Alvo é a espécie de maior interesse comercial e objeto principal do Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira - RAEP, sobre o qual é direcionado o esforço de Pesca. No caso da temporada da Tainha, a espécie-Alvo é a Sardinha Verdadeira, onde temos a Tainha como Espécie Alternativa na Autorização Complementar.
12	Espécies de Captura Incidental (Inciso XVIII da INI MPA-MMA nº 10/2011)	Conjunto de espécies não passíveis de comercialização, capturadas incidentalmente durante a pesca da(s) Espécie(s)-Alvo, as quais coexistem na mesma área de ocorrência, substrato ou profundidade, cuja captura deve ser evitada por estarem protegidas por legislações específicas ou Acordos Internacionais, as quais, quando capturadas, devem ser liberadas vivas ou descartadas na área de pesca ou desembarcadas para fins de pesquisa quando autorizadas em norma específica e sua ocorrência registrada nos Mapas de Bordo.
13	Fauna Acompanhante Previsível (Inciso XVII da INI MPA-MMA nº 10/2011)	Conjunto de espécies passíveis de comercialização, capturadas naturalmente durante a pesca da(s) Espécie(s) Alvo, as quais coexistem na mesma área de ocorrência, substrato ou profundidade, cuja captura não pode ser evitada, observado o ordenamento definido em norma específica. Os RAEPs sempre apresentam as espécies que são consideradas fauna acompanhante. No caso da Tainha, não há indicação de fauna acompanhante, pois a tainha é uma espécie complementar da Sardinha Verdadeira. No entanto, a tainha é uma espécie complementar com esforço de pesca controlado. A fauna acompanhante está descrita somente para a autorização da Sardinha. Fauna Acompanhante listada na RAEP não pode ser capturada separadamente da espécie-alvo permissionada.
14	Local de desembarque (UF): MESMO MUNICÍPIO/SC	Entende-se por local de desembarque na Autorização de Pesca Complementar Especial na modalidade de emalhe anilhado, qualquer local de desembarque no estado de Santa Catarina, podendo ser o local de saída da embarcação, o local de registro da embarcação ou o local escolhido pelo armador para o desembarque, desde que seja dentro do estado de Santa Catarina.
15	Modalidade de Pesca de outros tipos	Qualquer outra Modalidade de Pesca não mencionada nos incisos anteriores, cuja operação requeira o auxílio de Embarcação de Pesca.
16	Modalidade de Pesca do tipo Armadilha	O que se realiza com o emprego de Petrechos dos tipos covos ou potes, cujas operações de lançamento e recolhimento requeiram o auxílio de Embarcação de Pesca.
17	Modalidade de Pesca do tipo Arrasto	O que se realiza com o emprego de rede-de-arrasto tracionada, com recolhimento manual ou mecânico, cuja operação de pesca requeira o auxílio de Embarcação de Pesca.
18	Modalidade de Pesca do tipo Cerco	O que se realiza com o emprego de rede-de-cerco, com recolhimento manual ou mecânico, cuja operação de pesca requeira o auxílio de Embarcação de Pesca.
19	Modalidade de Pesca do tipo Emalhe	O que se realiza com o emprego de rede-de-espera não tracionada, à deriva ou fundeada, cujas operações de lançamento e recolhimento requeiram o auxílio de Embarcação de Pesca.
20	Modalidade de Pesca do tipo Linha	O que se realiza com o emprego de linha simples, com ou sem o auxílio de caniços ou varas, ou múltipla com anzóis ou garateias encastoados, do tipo espinhel, cuja operação requeira o auxílio de Embarcação de Pesca.
21	Modalidades de Pesca (Inciso XII da INI MPA-MMA nº 10/2011)	Processo ou forma de extração, coleta ou captura de recursos pesqueiros realizados em conformidade com as características estruturais e operacionais da Embarcação Pesqueira e seus equipamentos, assim como dos Petrechos empregados nas operações de Pesca, conforme indicado no RAEP de cada embarcação pesqueira.
22	Modalidades de Pesca com maior potencial econômico utilizados nas temporadas da Tainha	Pesca de Cerco utilizando traineiras e Pesca Emalhe Anilhado.
23	Painel de Indicadores de acompanhamento do volume de pesca do sistema SisTainha (Dashboard)	O painel de indicadores do volume de pesca acompanhado pelo sistema SisTainha, é alimentado automaticamente no Painel de Indicadores (Dashbord), hospedado no portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA na página da SAP. http://antigo.agricultura.gov.br/sap-indicadorestainha/tainha.html
24	Permissão Prévia de Pesca (PPP) (Inciso VI da INI MPA-MMA nº 10/2011)	Ato administrativo discricionário e precário, pelo qual é permitido ao interessado adquirir, construir, reformar, substituir ou importar uma Embarcação de Pesca, transformar suas características estruturais ou mudar de Modalidade de Permissionamento, sem prejuízo da obrigatoriedade de obtenção das licenças de construção ou importação junto aos órgãos competentes, conforme o caso, e da autorização de pesca para fins de operação.
25	Pesca Complementar da Tainha	A Tainha é uma das espécies alternativas/complementares autorizadas mediante Autorização Complementar da pesca da Sardinha-Verdadeira, bem como a Anchova e o Bonito-Listrado e outras espécies relacionadas.
26	Pesca de Cerco	Considerada a pesca de Cerco quando as embarcações utilizam rede de cerco, tipo traineira, com recolhimento com auxílio de equipamentos mecânicos.
27	Pesca de Emalhe Anilhado (Art. 18, Parágrafo único da Portaria Interministerial SG/MMA nº 24/2018)	Considerada a pesca por Emalhe Anilhado quando as embarcações possuem até no máximo 20 AB utilizando redes que efetuam a captura por meio do anilhamento dos peixes, constituídas por panos, panagem ou conjunto de panos, com tralha superior para flutuação e tralha inferior para imersão com utilização de anilhas e auxílio de carregadeira para seu recolhimento.
28	Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira - RAEP (Art. 17 da IN SEAP nº 03/2004)	Documento vinculado à embarcação pesqueira que autoriza a operar em uma Modalidade de Permissionamento, a qual contém a descrição das espécies, petrechos e área de atuação da embarcação. O RAEP contém a(s) espécie(s)-alvo(s)/principal(is), e pode conter também espécies complementares a serem capturadas durante o período de defeso da(s) espécie(s)-alvo(s)/principal(is).
29	Safra de Pesca da Tainha	Ocorre entre o dia 15 de maio até o dia 31 de julho de cada ano, sendo a pesca da modalidade de emalhe anilhado é iniciada em 15 de maio e a pesca da modalidade de cerco/traineira é iniciada em 1º de junho.
30	SisTainha	Sistema desenvolvido para facilitar o acompanhamento dos preenchimentos dos Mapas de Bordo e Mapas de Produção, de forma ágil e online. Assim, na medida da evolução da temporada e o atingimento das cotas individuais, a Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP, providencia o encerramento da cota de captura de tainha da embarcação que atingiu sua cota. https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sap-sistainha/Default.aspx?msg=1

Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 397, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre procedimentos para o parcelamento administrativo de débitos ativos no âmbito do Ministério da Cidadania, em decorrência de infecção humana causada pelo novo coronavírus, Covid-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; no Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020 e na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019,

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de providências excepcionais frente ao Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública, resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos a serem aplicados nos parcelamentos de débitos ativos no âmbito do Ministério da Cidadania.

Art. 2º Os proponentes com parcelamento de débito ativo na data de publicação dessa Portaria, com parcelas vencidas ou vincendas, poderão, mediante solicitação, ter o pagamento das parcelas suspenso até o mês de julho de 2020.

§1º A suspensão do pagamento das parcelas implica prorrogação do prazo do parcelamento e da modificação do vencimento das parcelas ainda não pagas.

§2º A Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências poderá prorrogar ou editar novo prazo, desde que respeitado o prazo do estado de calamidade pública do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Art. 3º O proponente que solicitou a suspensão do pagamento não deverá ser lançado como inadimplente, inscrito na conta de ativo "Diversos Responsáveis" do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, em razão do não adimplemento das parcelas suspensas.

Parágrafo único. No caso de o proponente já estar inscrito nos cadastros citados no caput, em razão do não adimplemento das parcelas suspensas, o setor responsável providenciará a suspensão ou a exclusão, conforme o caso.

Art. 4º Durante o período de estado de calamidade pública do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, os parcelamentos ativos não serão rescindidos automaticamente, conforme previsto nos normativos de regência.

Art. 5º Os valores das parcelas suspensas serão corrigidos monetariamente no mês de seu efetivo pagamento, na forma da legislação de referência de cada parcelamento.

Art. 6º A suspensão de pagamento não se aplica ao adimplemento da primeira parcela.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ONYX DORNELLES LORENZONI

PORTARIA Nº 408, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Institui o Comitê Gestor do Auxílio Emergencial no âmbito do Ministério da Cidadania.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, art. 23 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e no Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, e

CONSIDERANDO a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a Política de Governança da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional; e

CONSIDERANDO a Portaria nº 641, de 4 de abril de 2019, do Ministério da Cidadania, que instituiu o Comitê Interno de Governança do Ministério da Cidadania - CIGMC e demais instâncias de supervisão, no âmbito do Ministério, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor do Auxílio Emergencial no âmbito do Ministério da Cidadania, com o objetivo de apoiar a gestão das ações do auxílio emergencial previsto no art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

Art. 2º O Comitê Gestor do Auxílio Emergencial será composto por representantes, titular e suplente, indicados pelas seguintes unidades administrativas:

I - Secretaria-Executiva, que o coordenará;
II - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação;
III - Secretaria Nacional do Cadastro Único;
IV - Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências;
V - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania;
VI - Assessoria Especial de Controle Interno;
VII - Consultoria Jurídica;
VIII - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Governança; e
IX - Subsecretaria de Tecnologia da Informação.

Art. 3º Compete ao Comitê Gestor do Auxílio Emergencial:

I - planejar e articular as ações para a execução do auxílio emergencial;

II - aprovar os fluxos de trabalho para a operacionalização do auxílio emergencial no âmbito do Ministério da Cidadania;

III - aprovar as regras de negócios referentes aos critérios de elegibilidade do auxílio emergencial definidas pelas áreas técnicas responsáveis por sua operacionalização;

IV - deliberar sobre respostas a requerimentos de informação, manifestações de ouvidoria e a demandas judiciais que ocasionem repercussões nas regras de negócio referentes a elegibilidade do auxílio emergencial, conforme art. 15 da Portaria GM/MC nº 394, de 29 de maio de 2020;

V - monitorar os riscos relacionados à execução do auxílio emergencial e deliberar sobre medidas de tratamento, sem prejuízo da atuação das outras instâncias de governança estabelecidas pela Portaria GM/MC nº 641, de 4 de abril de 2019; e

VI - deliberar sobre medidas de aperfeiçoamento do arranjo de governança e dos fluxos de trabalho relativos à operacionalização do auxílio emergencial no âmbito do Ministério da Cidadania.

Art. 4º Os representantes do Comitê Gestor do Auxílio Emergencial serão indicados pelos titulares das respectivas unidades que a integram.

§ 1º O Comitê Gestor do Auxílio Emergencial poderá convidar servidores e demais colaboradores das áreas finalísticas, bem como representantes de órgãos e entidades públicas, para participar de reuniões ou mesmo do desenvolvimento dos trabalhos.

§ 2º O Coordenador do Comitê Gestor do Auxílio Emergencial poderá designar Secretário Executivo para assessoramento dos trabalhos.

Art. 5º O Comitê Gestor do Auxílio Emergencial se reunirá, ordinariamente, duas vezes por mês para realização de suas atribuições e, extraordinariamente, por convocação do seu Coordenador.

Art. 6º O quórum de reunião será de maioria absoluta e o quórum para deliberação é de maioria simples dos presentes, sendo necessária a presença do Coordenador do Comitê Gestor ou de seu suplente.

Art. 7º A participação no Comitê Gestor do Auxílio Emergencial será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8º Os casos omissos ou excepcionalidades serão solucionados pelo Coordenador do Comitê Gestor do Auxílio Emergencial.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ONYX DORNELLES LORENZONI

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 409, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
202508 - A Genética Feminina no Teatro - Projeto de Formação Teatral
Ave Lola e As Meninas Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 13.001.352/0001-03
Processo: 01400002475202042
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 676.943,52
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Esse projeto tem como objetivo realizar uma programação de formação teatral voltada para artistas profissionais e amadores bem como estudantes de teatro, contemplando universidades públicas, aprofundando e diversificando o conhecimento de pessoas interessadas nas artes dramáticas. Composto por inúmeras atividades formativas ministradas apenas por mulheres, o projeto visa, por meio de uma metodologia de vivência, complementar a formação de artistas e estudantes e valorizar e enfatizar a genética feminina presente no teatro. A execução deste projeto prevê oficinas, sendo elas nas temáticas de Improvisação, Interpretação, Dramaturgia, Palhaçaria, Técnicas de Máscaras Balinesas; além de entrevistas/bate-papos realizados e divulgadas no formato PODCAST, de áreas técnicas e de gestão das artes cênicas e como contrapartida, master-classes abertas ao público.
202509 - PALAVRINHA CAIPIRA - UMA VIAGEM PARA A ROÇA
Carlos Eduardo da Silva Netto - ME
CNPJ/CPF: 61.873.204/0001-21
Processo: 01400002476202097
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.993,75
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto consiste na circulação do espetáculo cênico infantil "Palavrinha Caipira-Uma Viagem à Roça", por 10 cidades em oito estados, e prevê a realização de 20 (vinte) exibições gratuitas do espetáculo, dispondo os valores e as contribuições culturais das tradições regionais a crianças até 09 anos de idade, sendo preferencial as da primeira infância, de 0 a 6 anos. É um espetáculo musical infantil que irá abordar ludicamente valores éticos sobre a vida em condomínio a partir da "cultura caipira", resgatando a simplicidade, o coleguismo e o espírito comunitário que envida o campo, fusionando diversas linguagens como poesias, prosas, estórias e causos, música de raiz, interação com bonecos, teatro e dança.
202510 - Turnê Nossos Filhos no Sec XXI
Agência Botão Cultural
CNPJ/CPF: 17.722.525/0001-33
Processo: 01400002477202031
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 541.983,75
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O presente projeto propõe a realização de uma turnê do espetáculo teatral "Nossos Filhos no Século XXI", com o pediatra Daniel Becker e a comediante Flávia Reis, a ser realizado em diversas cidades do país. O espetáculo tem formato de palestra e mistura conteúdo informativo com esquetes de humor. Para além das apresentações, o projeto irá realizar oficinas formativas e debates após cada apresentação como contrapartida social. Utilizando a primeira infância como temática principal, o espetáculo aborda questões fundamentais sobre a criação dos filhos, trazendo ao público reflexões importantes sobre convivência familiar, educação, alimentação, tecnologia digital, vida urbana, consumismo, medicalização excessiva e relação das crianças com a natureza e com o brincar. Todos os assuntos são discutidos à luz dos diferentes contextos sociais, culturais e ambientais do país.
202511 - Passarinhos
Maracá Produções Artísticas e Culturais LTDA
CNPJ/CPF: 13.608.511/0001-32
Processo: 01400002478202086
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 452.371,88
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: A proposta tem como objetivo a circulação do espetáculo "Passarinhos", novo espetáculo infantil da Carroça de Mamulengos, trupe de arte itinerante que há 40 anos percorre o país,em diálogo com os músicos d'A Barca, grupo paulista que há 20 anos realiza projetos de criação e pesquisa com foco em nossas tradições populares. Esses artistas se reuniram para criar um musical infantil inspirado em manifestações como Coco, Baião de Princesas, Tambor de Mina, Reisados, Folias, Cirandas e outros. A circulação será realizada nas cidades de Nova Olinda, Juazeiro do Norte, Fortaleza, Belém, São Luís, Recife, João Pessoa, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte.
202512 - SONHO MALUCO - TEATRO INFANTIL
Luiz Thadeu Evangelista dos Santos
CNPJ/CPF: 332.231.816-87
Processo: 01400002479202021
Cidade: Juiz de Fora - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.975,72
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: SONHO MALUCO é uma peça de Teatro Infantil escolhida para aprovação na Lei Rouanet, requisito necessário paraparticipar de Edital da Petrobrasdestinado a peças infantiscom exigênciade apresentações no Brasil, o que só é possível com este apoio! SONHO MALUCO atinge todas as idades por sua magia lúdica onde personagens de contos tradicionais se juntam a personagens do folclore brasileiro, instigando a criançada a ir além da própria imaginação, descobrindo que nem todas as histórias começam com "Era uma vez...", mas, que também pode ser com "Eram duas vezes..."E uma pessoa só por ser velhae te oferecer uma maçã não a torna uma bruxa, como nem toda bela e bem vestida é uma princesa.
202513 - O Passarinho que não sabia voar.
Barracão Cultural Produções Artísticas SS Ltda ME
CNPJ/CPF: 05.613.627/0001-31
Processo: 01400002480202055
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 299.363,40
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Este projeto tem como objetivo realizar as etapas de produção, temporada e circulação do espetáculo teatral destinado ao público infantil O Passarinho que não sabia voar. Contempla:-Apresentações teatrais; -Conversa com o público após as apresentações; -Oficina online sobre as origens do teatro (atividade formativa)
202514 - ÓVOLUZ - VIVÊNCIA LUMINOSA PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA
Clube da Sombra Criações e Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 08.490.156/0001-00
Processo: 01400002481202008
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 199.999,48
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020

Resumo do Projeto: Concepção de espetáculo Óvoluz, dedicado à primeira infância, com a temática da gestação utilizando a linguagem da luz, da sombra, retro projeção e sonorização quadrifônica. Criação de cenário imersivo onde o público se encontra com imagens coloridas, formas abstratas, distorções luminosas e sombras brincalhonas que guiam o olhar curioso até o interior do corpo humano, dentro da barriga da mãe, com tecnologias para atender crianças videntes, ouvintes, surdas e cegas em diferentes situações de demanda. Desenvolvimento de brinquedos exclusivos para uso interativo durante o espetáculo, e cartilha sobre vivências com o teatro de sombras para distribuição gratuita mediante acesso ao site da Companhia Teatro Lumbra . Realização de dez apresentações gratuitas do espetáculo em duas regiões do Brasil, seis ateliês na rede de ensino pública e em instituições parceiras, e um debate aberto ao público geral.

202515 - Um, dois, três: Alice! Circulando!
TESPIS CIA DE TEATRO
CNPJ/CPF: 00.758.586/0001-58
Processo: 01400002482202044
Cidade: Itajaí - SC;
Valor Aprovado: R$ 296.400,39
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O presente projeto refere-se à circulação do espetáculo para crianças "Um, dois, três: Alice!" da Téspis Cia. de Teatro (Itajaí - SC), passando por várias cidades de alguns estados brasileiros.

202516 - 2a Festa do Mirtilo
AC PRODUCOES CULTURAIS E ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 35.562.356/0001-01
Processo: 01400002483202099
Cidade: Erechim - RS;
Valor Aprovado: R$ 198.133,65
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Trata-se de projeto que pretende realizar atrações culturaisna 2a Festa do Mirtilo, na cidade de Itá, interior de Santa Catarina. Através do projeto, serão realizadas uma apresentação de um espetáculo de arte circense/teatral, uma apresentação de teatro indantil e uma apresentação de música instrumental,

202517 - Ai! Sumiram os brinquedos
LAZARO AUGUSTO ALBUQUERQUE FRANCA 16606256968
CNPJ/CPF: 27.496.498/0001-81
Processo: 01400002484202033
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Valor Aprovado: R$ 161.207,20
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a circulação do espetáculo de artes cênicas "Ai! Sumiram os brinquedos", do Grupo Dia de Arte, bem como a realização de oficinas de introdução ao teatro por meio de brincadeiras antigas e a promoção de oficina de produção de brinquedos com material reciclável.

202519 - Uma Aventura no Fundo do Mar!
Yuri Miscante Guerra
CNPJ/CPF: 20.341.738/0001-20
Processo: 01400002486202022
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.698,65
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Este projeto tem por objetivo criar um espaço lúdico para crianças, de 0 a 6 anos, visando estimular através das artes cênicas (teatro musical) o desenvolvimento afetivo, cognitivo, motor e social, apoiados no universo fantástico das artes. Em estrutura propícia, baseada em planetários móveis, elas viverão, junto com atores, uma experiência única que irá proporcionar a sensação de estarem no fundo do mar, onde encontrarão seres marinhos atuando como profissionais da música clássica. Esta ambientação será realizada através de projeção cinematográfica e contará com a coluna sonora para crianças de compositores como Carlos Gomes e Heitor Villa-Lobos.

202520 - Margem-Memória
ARLINDO BEZERRA DA SILVA JUNIOR
CNPJ/CPF: 18.051.347/0001-29
Processo: 01400002487202077
Cidade: Natal - RN;
Valor Aprovado: R$ 337.026,40
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realizar a montagem, temporada e circulação de um espetáculo de teatro infantil construído a partir dos depoimentos de crianças que integram laboratórios de criação de teatro, música e memória realizados em regiões que apresentam baixo Indice de desenvolvimento Humano. Esse projeto tem a intenção de transformar territórios vulneráveis em espaços de brincar e fruir o fazer teatral. Adicionalmente, propõe a realização de Palestra, como Contrapartida Social.

202521 - A mulher que matou os peixes
MULTI PLANEJAMENTO CULTURAL LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.502.960/0001-39
Processo: 01400002488202011
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 262.988,00
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: A MULHER QUE MATOU OS PEIXES é um espetáculo teatral, em formato de musical de câmara para crianças. A proposta promove a circulação do espetáculo baiano por 3 cidades brasileiras. Junto com o espetáculo, serão realizadas ações estruturantes como uma vivência e uma oficina, focadas na formação e orientação para crianças e suas famílias.

202522 - Lupita
PAGU PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 12.520.460/0001-20
Processo: 01400002489202066
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 776.400,00
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Circulação do espetáculo Lupita, infanto-juvenil com direção e texto de Flávia Lopes. Lupita é antes de tudo, uma história sobre o amor. Um espetáculo de formas animadas, com máscaras, bonecos, objetos manipulados, projeções e luz negra, além da palhaçaria, música e poesia, unidos para falar do tema mais misterioso da vida: a morte.Após estreia de grande sucesso no Oi Futuro Flamengo (RJ) - temporada interrompida devido a pandemia do COVID-19 - com sala lotada em todos os dias de apresentação, a proposta é circular por cidades do Nordeste e Centro Oeste com apresentações gratuitas e apresentações exclusivas para escolas públicas e/ou projetos sociais.

202523 - Bosque Encena
MARCOS SÁ DE PAULA
CNPJ/CPF: 08.253.197/0001-82
Processo: 01400002490202091
Cidade: Natal - RN;
Valor Aprovado: R$ 281.961,59
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto "Bosque Encena" promoverá 55 espetáculos de teatro, contação de história, circo, música ou dança gratuitos direcionados à plateia infanto-juvenil, com mensagens da história potiguar, cultura popular, educação ambiental e ética, divulgando para o público potiguar e visitante o talento de artistas desses segmentos. Em meio à exuberância da Mata Atlântica do Parque das Dunas, serão realizados aos domingos pela manhã no Anfiteatro Pau-Brasil, ao longo de doze meses, distribuídos em 53 finais de semana consecutivos, e 2 edições especiais que acontecerão em feriados, atingindo um público direto de aproximadamente trinta mil espectadores, valorizando o patrimônio imaterial da cidade do Natal e democratizando o acesso a cultura.

202524 - Temporada BULLYING - 18ª edição
Hildemar Barbosa Filho
CNPJ/CPF: 664.534.377-91
Processo: 01400002491202035
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 995.276,70
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realização do espetáculo artístico BULLYING.

202525 - DORALICE, A MENINA DESCALÇAÂ" Despertando o Olhar para a Reciclagem
COMPANHIA DE TEATRO VENTO MINUANO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 14.737.646/0001-60
Processo: 01400002492202080
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 353.658,48
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O Projeto pretender realizar uma turnê do espetáculo teatral " DORALICE, A MENINA DESCALÇA" passando por 33 cidades, promovendo duas apresentações por cidade, envolvendo estudantes da rede pública de ensino e comunidade em geral. O espetáculo foi todo construído a partir do uso de materiais reciclados e ecologicamente corretos. Traz em seu contexto assuntos como meio ambiente, sustentabilidade, sonhos, imaginação e criatividade. Em cada cidade também serão realizadas duas oficinas: uma voltada aos alunos que assistiram a peça, sobre o tema sustentabilidade e outra para professores, produtores, artistas e comunidade em geral com o tema "A MONTAGEM DE UM ESPETÁCULO A PARTIR DE REAPROVEITAMENTOS". Todas as atividades propostas terão acesso gratuito.

202527 - Circulação Tocantins - FILMINHO
Entrelace Produções Ltda. - EPP
CNPJ/CPF: 19.942.488/0001-02
Processo: 01400002494202079
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 205.840,00
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Circulação inédita do espetáculo FILMINHO por 3 cidades do estado do Tocantins, com a realização de uma Oficina em cada uma das cidades como forma de CONTRAPARTIDA. Filminho, um espetáculo musical que tem a proposta de aproximar as crianças da linguagem do cinema e das artes cênicas, tendo como fio condutor as trilhas sonoras de filmes emblemáticos. O espetáculo conta a história de um jovem galã de cinema que foge da tela de projeção para se aventurar no mundo real, tendo suas peripécias embaladas por temas marcantes do cinema infantil, como O Rei Leão, A Noviça Rebelde, Mogli, A Pantera Cor de Rosa, As Bicicletas de Belleville e Frozen.

202528 - TEATRO VAI À ESCOLA PELO BRASIL
CARVALHEDO PRODUTORA LTDA
CNPJ/CPF: 15.378.449/0001-65
Processo: 01400002495202013
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 199.784,00
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Propõe-se a circulação do espetáculo VOU VER NOVELA NA CASA DA VÓ em 04 cidades brasileiras, bem como a realização de ações formativas. Serão selecionados espaços inusitados, com foco na primeira infância (de 0 a 6 anos) como escolas e creches públicas ou espaços comunitários para a realização das atividades. As ações formativas são: oficinas de dramaturgia para crianças, oficina de contação de histórias e roda de partilha de memórias.

202529 - ENTRE NUVENS
Rainha Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 12.020.353/0001-32
Processo: 01400002496202068
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.928,00
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Este projeto contempla a produção do espetáculo infantil ENTRE NUVENS. Baseada em um livro homônimo, a peça conta a história de uma menina que passava o dia a olhar para o céu e se perguntar sobre o que haveria entre as nuvens. Também está incluído na proposta um workshop online de interpretação teatral.

202530 - MUNDO MÁGICO
ANNA CATHARINA HONORIO DE OLIVEIRA 02255604450
CNPJ/CPF: 18.533.934/0001-54
Processo: 01400002497202011
Cidade: Olinda - PE;
Valor Aprovado: R$ 584.650,00
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Este projeto surgiu de um sonho em fazer algo para as crianças da Primeira Infância (0 a 6 anos), da cidade de Recife/PE e da cidade de Igarassu/PE, principalmente para aquelas que os pais não têm condições financeiras de propiciar um dia de diversão para os seus filhos. Por este motivo é que o MUNDO MÁGICO é um lugar especial onde todas as crianças podem descobrir e aprender mais sobre o mundo de uma forma divertida e interativa. No evento as crianças vão encontrar vários ambientes com contação de histórias infantis, brinquedos infláveis, atrações musicais, dança, circo, teatro, mágicas e oficinas infantis e também para os pais.

202532 - Circulação - O Jardim do Imperador
PAOLA MUSATTI ME
CNPJ/CPF: 19.992.720/0001-09
Processo: 01400002499202000
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 198.065,40
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Este projeto contempla a circulação do espetáculo infantil "O Jardim do Imperador", com entrada gratuita e tradução em LIBRAS. O projeto também prevê a realização de oficinas formativas junto a profissionais da rede pública de ensino e a distribuição de exemplares do livro "A Semente da Verdade".

202533 - UM GATO DE BOTAS COM LIVROS
GRUPO DE TEATRO GRANDE PALCO
CNPJ/CPF: 08.600.946/0001-09
Processo: 01400002500202098
Cidade: Montes Claros - MG;
Valor Aprovado: R$ 460.006,31
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O espetáculo de teatro "Gato de botas" da Cia Grande Palco teatral, com vinte e cinco apresentações em cidades brasileiras nas escolas de educação infantil e outros locais para pais, professores e crianças a partir dos 3 anos de idade, que receberão livros destinado a esse público nas "Oficina de leitura Dramatica" no intuito de incentivar o gosto por livros desde muito pequeno.

202535 - S.E.J.A
Sergio Peçanha Lopes 08513886718
CNPJ/CPF: 17.122.667/0001-60
Processo: 01400002502202087
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.936,10
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: A projeto propõe a montagem e circulação do projeto "S.E.J.A"(Sensibilizar/Educar/Jogar/Agir) um espetáculo-aula de teatro para crianças. A proposta prevê ações de contrapartida social e acessibilidade.

202536 - O JOGO
MILAH PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 36.766.744/0001-69
Processo: 01400002503202021
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.903,00
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Remontagem e circulação do espetáculo teatral O JOGO, escrito por Mariela Romero, é uma peça que trata da opressão feminina e do sexismo, segundo uma perspectiva feminina. Duas mulheres, duas Anas, que disputam um jogo de poder, físico e social, num ambiente hostil e precário, dando margem a infinitas possibilidades.

202537 - Encena Criança - circulação de repertório
ASSOCIACAO ERANOS - CIRCULO DE ARTE
CNPJ/CPF: 12.891.944/0001-85
Processo: 01400002504202076
Cidade: Itajaí - SC;
Valor Aprovado: R$ 273.277,62
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: ENCENA CRIANÇA propõe a circulação de três espetáculos do repertório do Eranos Círculo de Arte voltados para a primeira infância: "#Mergulho - experiência teatral para crianças", "Pô! Ema - criação poética com crianças" e "O Barquinho Amarelo". Além das apresentações, também está prevista a realização de seminário sobre Arte e Primeira Infância como contrapartida social.
202538 - Caravana INCLUIR
BURBURINHO CULTURAL PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. – ME
CNPJ/CPF: 08.422.837/0001-30
Processo: 01400002505202011
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 997.845,75
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto prevê como produto principal a montagem e circulação por cidades brasileiras de espetáculo infantil multilinguagem e acessível a pessoa com deficiência, que une contação de histórias e teatro de formas animadas. A obra é inspirada em histórias de personagens infantis portadores de deficiências. Como produtos secundários, serão realizados uma tiragem de livros infantis acessíveis e, como contrapartida social, workshops sobre acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no campo da cultura.
202540 - COMO É BOM FAZER O BEM
LUIZ ROGERIO PRADO AZEREDO 70147108772
CNPJ/CPF: 24.708.064/0001-00
Processo: 01400002507202018
Cidade: Resende - RJ;
Valor Aprovado: R$ 198.507,76
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: TURNÊ NORDESTE 2020, do Musical Infantil "CHAPEUZINHO VERMELHO, O LOBO MAU E UM OUTRO MALVADO", que tem como temas centrais a prática do bullying e também a Preservação Ambiental.
202541 - Â"PANE, VINO & NOSTALGIAÂ" e Â"PAO, AMOR & FANTASIAÂ"
Mise en Scene, Design, Comércio e Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 54.432.588/0001-81
Processo: 01400002508202054
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 9.879.513,38
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realizar um duo de espetáculos, em forma de Teatro Musical, narrando os "sonhos de uma vida nova" que os imigrantes italianos projetaram na palavra AMÉRICA.
202542 - DA CULTURA E DA TRADIÇÃO, ETERNO GUARDIÃO - 2ª EDIÇÃO
CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS M'BORORÉ
CNPJ/CPF: 93.849.354/0001-96
Processo: 01400002509202007
Cidade: Campo Bom - RS;
Valor Aprovado: R$ 432.213,05
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto propõe ENSAIOS DE DANÇAS TRADICIONAIS GAÚCHAS, para o público em geral, sendo distribuídos em grupos de Invernadas Pré-Mirim, Mirim, Juvenil, Adulta e Veterana. Durante o período de ensaios, as Invernadas realizarão apresentações à comunidade e participarão em Festivais e Rodeios, inclusive, será realizado evento que possibilitará um intercâmbio cultural de DANÇAS TRADICIONAIS GAÚCHAS onde haverá a participação de outros grupos de danças tradicionais e de escolas da rede pública de ensino, fomentando a cultura e estimulando a sua prática e valorização.
202543 - Circulação Canções para Pequenos Ouvidos
NASCEDOURO SERVIÇOS ARTÍSTICOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.857.615/0001-80
Processo: 01400002510202023
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 659.031,80
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Esta proposta tem dois produtos culturais principais: 1) Produto Espetáculo de Artes Cênicas: apresentações gratuitas do espetáculo infantil "Canções Para Pequenos Ouvidos" nas regiões centro-oeste, norte e nordeste, tendo como principal medida de acessibilidade a tradução em libras. 2) Produto Contrapartida Social: realização de uma ação formativa, a oficina "A Cena e a Música do Palhaço", voltado ao público de artistas locais e professores da rede pública.
202545 - Aqui agora, na Floresta
EDIER WILLIAM MEDEIROS DA SILVA 00095766227
CNPJ/CPF: 27.639.561/0001-91
Processo: 01400002512202012
Cidade: Porto Velho - RO;
Valor Aprovado: R$ 99.820,08
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Montagem, temporada e circulação, por estados do norte do Brasil, do espetáculo infantil "Aqui agora na Floresta", com duração prevista de 45 minutos. Realização de oficinas e bate-papos como contrapartida. Todas ações serão distribuídas gratuitamente ao público.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
202518 - Instituto Cidades Criativas - Plano anual 2021
INSTITUTO CIDADES CRIATIVAS - ICC
CNPJ/CPF: 08.031.953/0001-29
Processo: 01400002485202088
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 2.351.434,09
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Dar continuidade a manutenção do Instituto Cidades Criativas para o ano de 2021 e as diversas ações culturais que vem sendo desenvolvidas a mais de dez anos (Festival de Jazz, Exposições, Concursos, edição de tabloides culturais, etc.)
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
202539 - LIVRO: ANDRÉ E ANDRADE
JOSE DE FREITAS MACHADO
CNPJ/CPF: 083.441.671-91
Processo: 01400002506202065
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 199.890,90
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na edição de um livro sobre a História da dupla sertaneja do proponente, com seu irmão, André e Andrade (nomes artísticos), iniciada em 1973 até os dias atuais.
202544 - OS VERSOS DE HARDY GUEDES PARA CRIANÇAS
JANICE JANET PERSUHN ALCOFORADO
CNPJ/CPF: 170.306.179-91
Processo: 01400002511202078
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 335.212,35
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto pretende contribuir com o incentivo à leitura, publicando 14.000 livros infanto-juvenis, escritos por Hardy Guedes, divididos em 14 livros, sob a forma de poemas; 1.500 áudio livros para atender deficientes visuais e ministrar 32 palestras, gratuitas, nos 32 Núcleos Regionais de Educação do Paraná.
202557 - Crônicas Pitorescas da Advocacia por Jair Alberti
Jair Albrti
CNPJ/CPF: 572.801.939-00
Processo: 01400002524202047
Cidade: Mondaí - SC;
Valor Aprovado: R$ 78.771,00
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Produzir material bibliográfico escrito (impressão de livro), acompanhado de DVD, para disseminar a cultura, o teatro e as artes. Contempla a produção de livro com as crônicas escritas pelo advogado Jair Alberti e seus convidados. As crônicas tratam de temas diversos, sempre registrando com perspicácia o cotidiano dos advogados e do judiciário, e são acompanhadas de ilustrações de cartunistas catarinenses renomados, demonstrando a arte da escrita; O título do livro será Crônicas Pitorescas da Advocacia, escrito nas crônicas que farão partedo livro,sendo possível conhecer as mais diversas situações enfrentadas pelos juristas, contadas por Jair Alberti e pelos coautores com uma boa dose de humor. A obra está voltada ao público em geral (estudantes, pesquisadores e estudiosos); promovendo o incentivo à leitura, acesso à cultura e resgate da memória histórica de nosso país.
202559 - EU QUERO PULAR CORDA
VANILDA RIBEIRO DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 086.569.288-21
Processo: 01400002526202036
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 212.212,00
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto tem por objetivo a publicação do livro " EU QUERO PULAR CORDA" destinado ao público infantil. O texto irá abordar a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais em locais que não foram planejados para recebê-las, e como utilizam a criatividade para vencer os obstáculos.
ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
202526 - Expansão da área de reserva técnica do Museu da Imagem e do Som
Fundação Museu da Imagem e do Som
CNPJ/CPF: 40.299.547/0001-54
Processo: 01400002493202024
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 894.348,00
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O presente projeto visa a realização de obras de requalificação de área existente no edifício do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS), localizado na Lapa, visando a ampliação de sua reserva técnica, para melhor acondicionamento de seu acervo e disponibilização do mesmo ao público. O mesmo se baseia nos princípios legais de preservação da edificação e de seu acervo, de proteção ambiental e de gestão sustentável, considerando o projeto de adequação do espaço, já existente na instituição. -O MIS é atualmente o maior do Estado do Rio com aproximadamente 310 mil itens, e que tem uma previsão de crescimento de 10% ano.

ANEXO II

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 26)
202558 - Festival Cinegastroarte Itinerante - Segunda Edição
Educação e Cultura Produções Ltda
CNPJ/CPF: 20.110.293/0001-77
Processo: 01400002525202091
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.649.800,00
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O Festival Cinegastroarte Itinerante - Segunda Edição proporcionará ao grande público, com a produção de uma exposição e de ações educativas culturais e gastronômicas, momentos de imersão artística e novas formas de se relacionar com as artes.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)
202534 - INCLUIR - Capacitando para inclusão na cultura.
INSTITUTO SUPERACAO
CNPJ/CPF: 31.037.402/0001-94
Processo: 01400002501202032
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 321.970,28
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto prevê como produto principal um curso a distância de três meses sobre cultura da inclusão e acessibilidade no campo da cultura. Como produto secundário, um workshop de dois dias, com convidado especial, sendo o primeiro dia focado na pessoa com deficiência e o segundo dia oferecido para o público em geral. Como contrapartida social, um workshop sobre acessibilidade na cultura. Os produtos foram pensados a serem desenvolvidos para o público de pessoas com e sem deficiência, para que haja essa interação entre diferente públicos, visto que esse formato é considerado a real inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.
202555 - Portal culturaemdestaque.com.br
GERSON ELI BOMBACH - ME
CNPJ/CPF: 10.406.002/0001-39
Processo: 01400002522202058
Cidade: Piracicaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.672,11
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Criar e publicar o Portal culturaemdestaque.com.br, o qual terá como escopo divulgar, promover e impulcionar as peças de teatro, e por extensão outras manifestações culturais em cartaz, em especial, aquelas beneficiadas por meio da Lei de Incentivo à Cultura, nas 05 cidades de abrangência. Realizar palestras voltada a estudantes da rede pública de ensino com intuito de divulgar a importância da Lei de incentivo à cultura e das parcerias.
202556 - Cultura Inove
THAIS LEFUNDES ROCHA
CNPJ/CPF: 165.808.167-67
Processo: 01400002523202001
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 157.116,41
Prazo de Captação: 13/06/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Trata-se da 1ª edição doCultura Inove, a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro, que tem como proposta promover a fusão da Produção Cultural, do Design e da Inovação por meio de palestras, debates e workshops. A programação é ancorada em três eixos temáticos: "Gestão pública e Laboratórios de Inovação", "Design de Serviços e Serviços de Cultura" e "Branding na Captação de Recursos". Os participantes irão vivenciar todas as etapas de resolução de problemas que cabem ao fazer cultural e utilizarão ferramentas do Design Thinking para pensar soluções criativas, adquirindo conhecimento teórico e prático para aplicabilidade na gestão e produção cultural.

PORTARIA Nº 410, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
184541 - OBITUÁRIO IDEAL
Trocadilhos 1000 Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 07.228.339/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro - RJ
Prazo de Captação: 31/01/2020 a 31/12/2020
170121 - Aventuras de Pauleco e Sandreca no Planeta Água
Palavra Cantada Produções Musicais Ltda
CNPJ/CPF: 71.959.159/0001-86
Cidade: São Paulo - SP;

Prazo de Captação: 09/06/2020 à 31/12/2020
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
182253 - Programação Cultural CTG Gomes Jardim
CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS GOMES JARDIM
CNPJ/CPF: 89.637.557/0001-41
Cidade: Guaíba - RS;
Prazo de Captação: 01/05/2020 à 31/12/2020
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
193336 - A Força do Metal - Joias Étnicas
PONTO DE PRODUCAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.992.156/0001-57
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
190785 - Lucjan Korngold, arquiteto
ROMANO GUERRA EDITORA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 03.744.145/0001-95
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 09/06/2020 à 31/12/2020

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
183871 - Sidney Grandi e Banda - Caminho Novo - Turnê
Simone Raquel Senra silva 54644798649
CNPJ/CPF: 18.071.840/0001-00
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 09/06/2020 à 31/12/2020

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.546, DE 5 DE JUNHO DE 2020

Institui e regulamenta o uso de aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares para intimação e comunicação de atos processuais no âmbito da Corregedoria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TENOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, o art. 25 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto nº 9.677, de 2 de janeiro de 2019, e o art. 8º da Instrução Normativa nº 9, de 24 de março de 2020, da Corregedoria Geral da União, da Controladoria-Geral da União, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Corregedoria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o uso de aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares para intimação e comunicação de atos processuais nos processos administrativos conduzidos pela Corregedoria.

Art. 2º As intimações e comunicações a serem realizadas no âmbito de procedimentos correcionais que tramitam na Corregedoria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC ou nas Unidades de Pesquisa deste Ministério poderão ser efetuadas por meio de aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares, observadas as diretrizes e as condições estabelecidas nesta Portaria.

§ 1º As intimações e comunicações pelos meios estabelecidos no caput dirigir-se-ão:

I - às partes e a seus respectivos advogados;

II - às testemunhas arroladas nos autos, desde que requerido na forma da legislação de regência; e

III - aos membros da Comissão, informantes, peritos e demais atores que porventura vierem a atuar no processo.

§ 2º As intimações de pessoas jurídicas poderão ser realizadas nos termos desta Portaria, observado o disposto no Capítulo XVI da Lei nº 9.784, de 1999, e no art. 7º do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015.

Art. 3º O recebimento de intimações e comunicações por aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares dependerá da anuência expressa da parte interessada, que poderá ser feita a qualquer momento do processo, mediante assinatura de Termo de Adesão, conforme Anexo a esta Portaria.

§ 1º No ato de anuência, os interessados deverão assinar eletronicamente o Termo de Adesão disponibilizado pela Corregedoria do MCTIC, indicando o número de telefone móvel para os fins previstos no caput e comprometendo-se a informar, tempestivamente, eventual alteração.

§ 2º Os aderentes podem, a qualquer tempo, solicitar o seu desligamento do sistema de intimações e comunicações processuais por aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares.

§ 3º Ao anuir com o procedimento de intimação ou comunicação por aplicativo de envio de mensagens eletrônicas, o aderente declarará que:

I - concorda com os termos da intimação ou comunicação por meio de aplicativo de envio de mensagens eletrônicas;

II - possui aplicativo de envio e recebimento de mensagens eletrônicas instalado em seu celular, tablet, computador ou equipamento similar, e que manterá ativa, nas opções de privacidade, a opção de recibo/confirmação de leitura;

III - foi informado do número que será utilizado pela Corregedoria do MCTIC para o envio das intimações e comunicações;

IV - foi cientificado de que o MCTIC, em nenhuma hipótese, solicita dados pessoais, bancários ou qualquer outro de caráter sigiloso, limitando-se o procedimento à realização de atos de intimação e comunicação;

V - foi comunicado de que a modalidade regulamentada nesta Portaria não se dispõe ao saneamento de dúvidas referentes à comunicação, intimação, peticionamento e demais atos processuais ou informações;

VI - na hipótese de comunicação ou intimação para comparecimento, deverá dirigir-se às dependências da Corregedoria do MCTIC ou no endereço por esta indicado, na data e horário informados na intimação;

VII - será de sua inteira responsabilidade a preservação do sigilo dados e informações constantes das mensagens recebidas ou enviadas, conforme a legislação que rege a matéria; e

VIII - na hipótese de substituição do equipamento, inclusive por furto ou roubo, informará a Corregedoria do MCTIC, ou a respectiva comissão processante acerca desse fato, e enviará cópia do registro da ocorrência policial, conforme o caso.

§ 4º O silêncio do interessado será interpretado como recusa à utilização de aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares para fins de intimação.

Art. 4º Recusada a adesão à intimação ou à comunicação por intermédio de aplicativo de envio de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares, deverão ser utilizados os meios convencionais de comunicação dos atos processuais segundo as normas vigentes.

Art. 5º É vedada a utilização de aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares nas hipóteses de:

I - citação de servidor, por força da Lei nº 8.112, de 1990; e

II - previsão normativa que obrigue a intimação pessoal.

Art. 6º As contas de aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares da Corregedoria do MCTIC serão personalizadas com imagens, nomes ou outros símbolos que facilitem a identificação do MCTIC pelos interessados.

§ 1º O aplicativo de mensagens instantâneas constante do número de telefone oficial da Corregedoria será destinado exclusivamente ao envio de intimações e comunicações eletrônicas.

§ 2º Os números de telefonia móvel, oficialmente utilizados pela Corregedoria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para esse fim, serão divulgados no endereço eletrônico da corregedoria do MCTIC, no sítio do MCTIC na internet.

Art. 7º No ato de intimação ou comunicação, o servidor responsável pelo envio encaminhará a imagem do documento relacionado à intimação ou comunicação pelo aplicativo de envio de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares, com a identificação do processo a que se refere.

Art. 8º O envio das intimações e comunicações por aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares deverá ser realizado no horário de funcionamento da Corregedoria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações ou Comunicações, ou da Comissão processante, ressalvada a comunicação de medidas urgentes.

§ 1º A intimação ou a comunicação processual produz efeitos após o prazo de 5 (cinco) dias contados do envio da mensagem pela Corregedoria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 2º Considerar-se-á realizada a intimação ou comunicação no prazo estabelecido no § 1º deste artigo, independentemente da confirmação do recebimento ou da leitura do documento.

§ 3º A intimação ou comunicação deverá ser certificada e juntada aos autos, mediante termo que conste:

I - o dia, o horário e o número de telefone para o qual se enviou a intimação ou comunicação, conforme Termo de Adesão; e

II - o dia e o horário em que ocorreu a confirmação do recebimento da mensagem pelo destinatário, com imagem da tela (print) do aparelho no qual conste a comunicação processual, se for o caso.

Art. 9º A contagem dos prazos previstos nesta Portaria obedecerá ao estabelecido na legislação específica, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2020.

MARCOS CESAR PONTES

ANEXO

TERMO DE ADESÃO/CORREG/MCTIC Nº
PROCESSO / NUP nº
1 - IDENTIFICAÇÃO DO ADERENTE
NOME:
CONDIÇÃO NO PROCESSO: (investigado/testemunha/advogado/representante da pessoa jurídica/ outros)
CPF: / RG:
TELEFONE/EQUIPAMENTO CADASTRADO PARA RECEBIMENTO DE MENSAGENS: / E-MAIL:
2 AUTORIDADE RESPONSÁVEL (autoridade instauradora ou presidente da comissão do procedimento disciplinar)
NOME:
CARGO:
TELEFONE UTILIZADO PARA O ENVIO DE MENSAGENS:
3 - FUNDAMENTOS
Considerando que este TERMO DE ADESÃO tem por objetivo garantir a economicidade, a eficiência, a efetividade, a racionalidade, a tempestividade e a celeridade indispensáveis à instrução de processos administrativos, nos termos do art. 5º, LXXVIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, e do Decreto-Lei nº. 200, de 1967; Considerando que o TERMO DE ADESÃO tem por objetivo, ainda, garantir a racionalização indispensável aos trabalhos da Corregedoria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e de seus processos administrativos, em obediência ao princípio da supremacia do interesse público; A autoridade instauradora (ou o Presidente da Comissão do procedimento disciplinar acima referenciado) firma o presente TERMO DE ADESÃO com o Sr. _____ acima identificado, na forma da Portaria/MCTIC/nº ____, de ____/____/____ (Boletim de Serviço nº. de ____/____/____) e nas condições a seguir indicadas.
4 - COMPROMISSO DE ADESÃO
Eu, _____ (nome do aderente), portador do CPF Nº _____, RG _____, acima identificado, na condição de _____ (investigado/advogado/representante da pessoa jurídica/testemunha/informante/perito/outro), firmo o presente TERMO DE ADESÃO, sob os seguintes termos e condições: 1 - Declaro que reconheço e autorizo que, por meio do número da linha telefônica nº _____ (telefone utilizado pela Corregedoria do MCTIC)/e-mail:_____ (e-mail da Corregedoria do MCTIC), a autoridade responsável pelo processo acima referenciado, direcione ao meu telefone/equipamento nº. _____ (telefone do aderente)/email:_____ (e-mail do aderente), as comunicações ou mensagens referentes aos atos praticados no processo, inclusive intimações de meu interesse;
2- Comprometo-me a informar quaisquer alterações ou modificações que venham a ocorrer em minha linha telefônica ou equipamento, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da citada ocorrência; 3- Comprometo-me a comunicar à autoridade responsável, minha decisão de deixar de aderir ao presente TERMO, que terá efeito 24 (vinte e quatro) horas, após a confirmação do recebimento pela autoridade responsável;
4- Confirmo que fui informado pela autoridade responsável da Corregedoria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que, em nenhuma hipótese, serão solicitados dados pessoais, bancários ou outros de caráter sigiloso por aplicativo de mensagens instantâneas, e que as mensagens se limitam às comunicações ou intimações relacionadas ao processo acima referenciado; 5- Assumo inteira responsabilidade pela preservação do sigilo das mensagens recebidas ou enviadas, na forma exigida pelas normas e regulamentos que tratam da matéria; 6- Comprometo-me que, na hipótese de desfazimento do equipamento por qualquer meio ou forma, comunicarei a autoridade responsável da Corregedoria do MCTIC acerca da citada ocorrência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

7- Comprometo-me que, na hipótese de roubo ou furto do equipamento, comunicarei a autoridade responsável da Corregedoria do MCTIC acerca da citada ocorrência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, enviando-lhe cópia do registro da respectiva ocorrência policial;
8- Estou ciente de que os custos pelo uso de meu equipamento em razão do envio e recebimento das comunicações ou mensagens da Corregedoria do MCTIC, ocorrerão às minhas expensas, sem quaisquer ônus para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Inovações; e
9- Estou ciente que somente poderei enviar ou receber mensagens referentes ao processo acima referenciado no horário de funcionamento dos órgãos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Inovações, excetuadas as comunicações ou intimações de medidas urgentes.
LOCAL E DATA:
ASSINATURA DO ADERENTE:
CONDIÇÃO NO PROCESSO: (investigado/testemunha/advogado/representante da pessoa jurídica/outros)
CIENTE DA AUTORIDADE RESPONSÁVEL:

PORTARIA Nº 2.589, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Limita a concessão da jornada de trabalho remoto instituído pela Portaria MCTIC nº 1.186, de 20 de março de 2020, determina o retorno gradual das atividades presenciais e fixa medidas de prevenção à infecção e à propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV), no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, nas Instruções Normativas ME nº 19 e 20/SGP/SEDGG/ME, de 12 de março de 2020, na Instrução Normativa ME nº 21, de 16 de março de 2020, e na Instrução Normativa ME nº 27, de 25 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Fica mantido, em caráter excepcional e temporário, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), o regime de trabalho remoto para os servidores, empregados públicos e estagiários no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, que estejam enquadrados em pelo menos uma das seguintes situações:

I - com sessenta anos ou mais;

II - imunodeficientes ou com doenc–as preexistentes crônicas ou graves;

III - responsável pelo cuidado de uma ou mais pessoas com suspeita ou confirmação de diagnóstico de infecção por COVID-19, desde que haja coabitação;

IV - que apresente sinais e sintomas gripais, enquanto perdurar essa condição;

V - residir com pessoa com sessenta anos ou mais, ou com pessoas imunodeficientes ou portadores de doença crônica ou grave; e

VI - gestantes ou lactantes.

Parágrafo único. Aquele que tiver retornado de viagem internacional exercerá suas atividades remotamente até o décimo quarto dia do seu retorno ao País.

Art. 2º Os servidores, empregados públicos e estagiários da Administração Central do MCTIC que não estiverem inseridos nas situações citadas no artigo 1º terão o retorno às atividades presenciais estabelecido da seguinte forma:

I - a partir de 15 de junho de 2020: os servidores e empregados públicos ocupantes de Cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e de Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE).

II - a partir de 13 de julho de 2020: os demais servidores, empregados públicos, e estagiários.

Art. 3º Ficam adotadas as medidas de que tratam este artigo, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para os servidores, empregados públicos e estagiários que deverão retornar ao trabalho presencial:

I - turnos alternados de revezamento;

II- melhor distribuição física da força de trabalho presencial, com o objetivo de evitar concentração e proximidade de pessoas no ambiente, respeitada a distância mínima entre as estações de trabalho; e

III - flexibilização dos horários de início e término da jornada, inclusive dos intervalos intrajornada.

§ 1º A adoção de quaisquer das medidas previstas no caput ocorrerá sem necessidade de compensação de jornada e sem prejuízo da remuneração.

§ 2º O servidor e o empregado público que possuir filho em idade escolar ou inferior cujo cuidado demande a sua permanência na residência poderá ter o trabalho remoto autorizado à critério da chefia, enquanto vigorar norma local que suspenda as atividades escolares ou em creche, por motivos de força maior relacionadas ao Coronavírus (COVID-19). Caso ambos os pais sejam servidores ou empregados públicos, a hipótese será aplicável a apenas um deles.

§ 3º Compete aos Secretários e dirigentes máximos de cada unidade organizacional do MCTIC gerir a execução das medidas de que trata os incisos I, II e II deste artigo.

Art. 4º Fica delegado ao Secretário-Executivo desta Pasta a competência para edição de ato próprio que discipline as regras de flexibilização do trabalho remoto e que defina o retorno às atividades presenciais no âmbito dos Institutos e Unidades de Pesquisa ligados ao MCTIC, dos servidores, empregados públicos e estagiários dos Institutos e Unidades de Pesquisa que não estiverem inseridos nas situações citadas no art. 1º.

Parágrafo único. Em virtude da necessidade de observância ao estabelecido nos decretos estaduais locais, caberá aos dirigentes máximos dos Institutos e das Unidades de Pesquisa subsidiar o Secretário-Executivo com informações necessárias à edição do ato a que se refere este Artigo.

Art. 5º Os procedimentos a serem adotados por aqueles que venham a ingressar ou permanecer nas dependências físicas da Administração Central do MCTIC e as providências e ações efetivadas pelo MCTIC com o objetivo de conter a disseminação interna do COVID-19 estão disciplinados no Anexo a esta Portaria, sendo aplicável aos Institutos e Unidades de Pesquisa apenas no que couber.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em 13 de junho de 2020.

MARCOS CESAR PONTES

ANEXO

Introdução

Considerando a necessidade de conter a disseminação, no âmbito do MCTIC, do novo COVID-19, cuja transmissão ocorre pelo ar ou por contato pessoal com secreções contaminadas, este Anexo disciplinará os procedimentos a serem adotados por todos que ingressarem ou permanecerem nas dependências do Ministério.

Das definições

Servidores: Servidores públicos efetivos ou pessoas nomeadas em cargo em comissão, empregados públicos e estagiários.

Colaboradores: Empregados de empresas, em dedicação exclusiva ou não, que prestam serviços no MCTIC, seja por contrato direto ou indireto.

Fornecedores: Empregados ou prestadores de serviço de empresas que necessitem manter algum contato com o MCTIC.

Entregadores: Empregados ou prestadores de serviço de empresas que operem em esquema de Delivery.

Das providências adotadas

Com o objetivo de minimizar os riscos de contaminação no ambiente de trabalho, o MCTIC adotou as seguintes providências:

instalação de pias nas entradas principais dos prédios;

tapete sanitizantes;

aferição da temperatura corporal por meio de termômetros infravermelhos por aproximação;

instalações de dispensers de álcool gel nas áreas de circulação;

distribuição de máscaras de tecidos aos servidores;

campanha de vacinação antigripal;

aplicação de teste rápido para COVID-19 no retorno às atividades presenciais;

reforço das medidas de limpeza e desinfecção de superfícies e áreas;

divulgação de informações que ajudem no enfrentamento ao COVID-19.

Das regras

O ingresso e a permanência nas dependências e ambientes físicos do Ministério ficarão condicionados ao rígido cumprimento das medidas de segurança e prevenção ao contágio do COVID-19, detalhados neste Anexo.

Será obrigatória a identificação de todas as pessoas, inclusive servidores e colaboradores, no ingresso ao Órgão.

Será obrigatória a higienização das mãos ao ingressar nas dependências do Órgão. Para tanto, foram disponibilizadas pias para lavagem das mãos com sabonete nas entradas de acesso aos prédios e providenciados frascos contendo solução de álcool 70%.

Será obrigatória a higienização dos sapatos ao ingressar nas dependências do Órgão. Para tanto, serão disponibilizados locais apropriados nas portas de entradas dos prédios.

Não será permitida a entrada de servidores, colaboradores, visitantes e fornecedores que não passarem pelas etapas de higienização citadas.

Todas as pessoas deverão se submeter à verificação de temperatura e não será permitida a entrada em caso de temperatura igual ou superior a 37,3º Celsius, conforme disciplinado no Decreto Distrital nº 40.817, de 22 de maio de 2020, devendo a pessoa procurar assistência médica para realização do exame laboratorial para detecção do COVID-19.

Não será permitida a entrada de visitantes e fornecedores que não forem autorizados por servidores ou gestores do Órgão.

Não será permitida a entrada de entregadores até as salas. Os destinatários serão avisados por telefone para virem receber suas encomendas na portaria.

Será obrigatória a utilização adequada de máscaras para ingresso e permanência nas dependências do Órgão. Todos deverão trazer suas próprias máscaras.

As empresas prestadoras de serviços terceirizados deverão fornecer aos seus funcionários máscaras durante todo o período de prevenção ao COVID-19.

Os servidores e estagiários receberão do Órgão 04 (quatro) máscaras individuais de tecido, as quais deverão ser revezadas e higienizadas em casa para utilização diária.

A correta utilização das máscaras é essencial para que ela seja uma proteção efetiva. Portanto, deve-se utilizar, no mínimo, 2 (duas) máscaras por dia e trocar de máscara sempre que a mesma ficar úmida.

Será obrigatória a higienização constante das mãos e dos equipamentos de uso individual durante a permanência nas dependências do Órgão. Para tanto, serão disponibilizados dispensers de álcool por todo o Ministério.

Fica vedada a realização cursos, workshops e/ou qualquer tipo de atividade presencial que gere a aglomeração de pessoas nas dependências do Órgão.

Os trabalhadores deverão procurar manter a distância mínima de 2m entre si, conforme disciplinado no Decreto Distrital nº 40.817, de 22 de maio de 2020, durante todo o período de prevenção ao contágio do COVID-19.

Preferencialmente, as reuniões deverão ser realizadas por videoconferência.

O servidor/colaborador, ao retornar à atividade presencial, deverá realizar a testagem rápida para detecção da COVID-19, disponibilizada pelo próprio MCTIC.

Todos deverão, durante o período de permanência no Órgão, seguir as seguintes medidas preventivas:

I- Higienizar as mãos antes e depois do manuseio de materiais e equipamentos de uso coletivo;

II- Cobrir o nariz e boca com os braços ao tossir ou espirrar;

III- Não compartilhar objetos de uso pessoal;

IV- Evitar tocar em portas e corrimãos, dando preferência ao uso das escadas para acesso aos andares;

V- Deslocar-se de elevador só quando necessário e com, no máximo, 3 (três) pessoas;

VI- Higienizar as mãos antes e depois de apertar os botões do elevador;

VII- Evitar aglomeração nas dependências das copas e banheiros;

VIII- Manter a distância mínima regulamentar durante a utilização dos ambientes e equipamentos coletivos;

IX- Lavar as mãos antes e depois de se alimentar;

X- Evitar higienizar, nas copas e banheiros, os recipientes utilizados para armazenar alimentos após as refeições;

XI- O acesso às copas só deve ser realizado por necessidade específica, sob o controle da copeira, de forma individual e pelo tempo necessário;

XII- Caso os boxes dos banheiros estejam ocupados, as pessoas devem aguardar do lado de fora do banheiro mantendo o distanciamento recomendado em caso de filas.

Os servidores e colaboradores que apresentarem qualquer sintoma deverão comunicar à sua chefia imediata, devendo se ausentar do trabalho e procurar atendimento médico imediatamente. Essa prerrogativa também é exigida daqueles que tiverem contato com alguém infectado pelo COVID-19, devendo procurar assistência médica para realização do exame laboratorial para detecção da doença. A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES está disponibilizando o serviço de drive-thru para a população realizar o teste rápido de Covid-19. A testagem rápida no drive-thru é exclusiva para pessoas sintomáticas ou que têm história de contato com algum caso confirmado. A realização do exame não descarta a necessidade de procurar uma Unidade Básica de Saúde na ocorrência de sintomas. Para maiores informações e cadastro para realização dos testes, acessar: https://sistemas.df.gov.br/mteste/

Das disposições gerais

Local de trabalho

Ao sair de casa, evite levar itens desnecessários com você;

Cerifique-se de estar levando máscaras extras para as eventuais trocas;

Leve com você saquinhos de papel ou plástico para acondicionar as máscaras usadas;

Não empreste ou utilize máscaras de outras pessoas;

Se possível, tenha sempre com você um recipiente com álcool gel para higienização das mãos;

Leve um borrifador com álcool a 70% e deixe em sua mesa de trabalho, será útil para higienizar seus objetos pessoais;

Ao chegar à sua estação de trabalho, deixe seus pertences em um local seguro e higienize as mãos.

Hora de se alimentar

Caso decida levar suas refeições de casa, certifique-se de não as deixar expostas a locais de circulação de várias pessoas, guarde-as em recipientes térmicos;

Caso precise utilizar a copa para aquecer sua comida, lave bem as mãos antes e depois do manuseio do alimento e dos equipamentos, certifique-se de higienizar as superfícies que entrarão em contato com o alimento.

Utilização de impressora

A utilização deverá ser feita individualmente. Caso esteja sendo utilizada por outra pessoa, mantenha o distanciamento mínimo recomendado;

Higienize as mãos antes e depois do uso das impressoras e evite tocar no rosto durante a utilização.

Deslocamento para o trabalho

Caso esteja indo ao trabalho em veículo próprio, taxi ou aplicativo, higienize as mãos antes de entrar e ao sair do carro, evite tocar desnecessariamente nas superfícies do automóvel;

Caso haja outras pessoas no veículo, o uso da máscara é indispensável;

Se for o motorista do veículo, higienize com álcool a 70% a maçaneta, o volante, a manopla do câmbio e o cinto de segurança;

Caso utilize o transporte coletivo: higienize as mãos antes e depois do percurso; se possível, prefira utilizar em horários de menor circulação de pessoas; caso esteja com muitos passageiros, espere outro veículo e lembre-se que o uso da máscara é obrigatório;

Evite fazer os pagamentos em dinheiro, priorizando a utilização de cartão ou do sistema de bilhetagem eletrônica;

Verifique se é possível manter abertas as janelas dos veículos, a fim de possibilitar maior circulação de ar.

Da correta utilização da máscara, dúvidas frequentes

Estou na rua e preciso ajustar a máscara. Posso?

Sim. Como não temos o costume ainda, talvez demore um pouco até pegarmos o jeito de vestir a máscara sem precisar mexer muito nela. Antes de fazer qualquer ajuste, porém, a regra é a mesma: limpe as mãos.

A limpeza é válida tanto antes quanto depois de encostar na máscara, pois ela pode ter se contaminado. Lembre-se também de não encostar na máscara na parte da frente, que fica diante da boca e do nariz, tente ajustar pegando nas laterais da mesma e tome cuidado para não tocar nos olhos, nariz e boca.

Estou na rua, posso abaixar a máscara?

Não. Embora você possa se sentir confortável para baixar a máscara e deixá-la presa ao rosto pelo queixo ou pescoço, não faça isso. Além de correr o risco de disseminar o vírus, você pode se contaminar. Caso a retirada parcial da máscara tenha acontecido, o melhor é fazer a higiene das mãos e substituir o item.

Qual é a maneira certa de colocar e tirar a máscara do rosto?

Sempre que for colocar ou retirar as máscaras, é preciso higienizar as mãos. Para isso, lave com água e sabão ou use o álcool 70%. Ao colocá-la, segure o item pelos elásticos laterais, encaixe nas orelhas e, no máximo, realize os ajustes na parte superior ou inferior (no nariz e queixo), sem encostar na parte da frente ou no tecido. Com isso, evita a contaminação do tecido pelas mãos, que podem estar sujas.

Preciso trocar a máscara em lugares públicos, como fazer?

Caso seja feita troca da máscara enquanto estiver fora de casa, é preciso ficar atento à higienização das mãos. Limpe-as com álcool 70% e, então, retire a máscara, conforme orientado acima. Na sequência, higienize as mãos novamente e, só então, coloque a nova máscara.

A segunda lavagem das mãos é necessária porque, por mais que se tome todo o cuidado, pode acabar se contaminando com a máscara antiga. "A máscara pode estar contaminada e em um procedimento de tirar, a pessoa pode ter contaminado a mão", reforça o especialista.

Se for uma máscara descartável, após esse procedimento, jogue fora em local apropriado. No caso de uma máscara caseira, guarde-a em uma sacola plástica e a mantenha longe de outros itens na bolsa. Higienize assim que for possível.

Estou no restaurante ou vou me alimentar, o que eu faço com a máscara?

Fazer a troca da máscara enquanto estiver fora de casa, como em um restaurante, é possível, mas exige-se cuidado. Além de cuidar com a higiene das mãos - seja pela lavagem com água e sabão ou com o uso do álcool 70% -, lembre-se de manusear o item apenas pelos elásticos, sem tocar na parte da frente no tecido.

Retire a máscara com esse cuidado e deixe-a esticada em uma superfície limpa, ou descontaminada. Para isso, use o álcool 70% para fazer a limpeza da mesa. Quando for vesti-la novamente, limpe as mãos e, de novo, encoste apenas pelos elásticos. O ideal é, se tiver a possibilidade, troque as máscaras depois da refeição.

Quanto tempo duram as máscaras?

As máscaras caseiras têm a duração média de duas a três horas, podendo variar conforme a atividade que a pessoa fizer e o ambiente em que se encontrar. Ainda assim, é necessário prestar atenção durante a utilização, caso esteja úmida, é necessária a troca imediata, visto que o tecido molhado ou úmido tem uma eficiência menor na prevenção à disseminação do vírus.

Como devo lavar as máscaras?

A limpeza da máscara pode ser feita com água e sabão (na máquina de lavar ou à mão), ou deixada de molho em uma solução de água sanitária com água. A proporção correta é: uma colher de sopa de água sanitária para cada litro de água, por 30 minutos. Antes de reutilizar é preciso ter certeza que a máscara secou corretamente.

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.959/2020

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 232ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 04 de junho de 2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.020553/2020-51

Requerente: CTI Clinical Brasil Serviços de Pesquisas e Comércio Ltda.

CQB: 504/20

Assunto: Solicitação de parecer para projeto de pesquisa.

Endereço: Avenida Francisco Matarazzo, 1400, 14º andar, cj 142 - Milano Tower, Água Branca, São Paulo - SP. CEP 05001-903.

Assunto: Solicitação de parecer para estudo clínico.

Extrato Prévio: 7089/2020 publicado no DOU em 25 de maio de 2020.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do processo do pedido de Parecer Técnico para execução de estudo clínico com OGM da classe de risco 1, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico.O Presidente da Comissão Interna da Faculdade do CTI Clinical Brasil Serviços de Pesquisas e Comércio Ltda., Dra. Tatiana Duobles, solicita emissão de parecer técnico para o estudo clínico denominado: "PBGM01-001- Passage Bio Phase 1-2 GM1 Study" a ser executado em instalações credenciadas no CQB da instituição. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.960/2020

O Presidente substituto da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 232ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 04 de junho de 2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.020539/2020-58

Requerente: Amyris Biotecnologia do Brasil Ltda.

CQB: 255/08

Assunto: Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades com OGM da classe de risco 1.

Extrato Prévio: Nº 7073/2020, publicado no DOU em 14/05/2020

Decisão: DEFERIDO

O presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Amyris Biotecnologia do Brasil Ltda., Dr. Cassio Correa Barbosa, solicita à CTNBio parecer técnico para extensão do Certificado de Qualidade em Biosseguraça para Cadastramento do "pátio de 1.385,65 m² localizado nas instalações da empresa Álamo Intermodal Logístico, localizada em Santos/SP", para execução de atividades de pesquisa, transporte, descarte e armazenamento de organismo geneticamente modificado da classe de risco 1 e instalações com nível de biossegurança NB-1. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para revisão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.961/2020

O Presidente substituto da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 232ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 04 de junho de 2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.023063/2020-15

Requerente: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

CQB: 094/98

Assunto: Solicitação de parecer para Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades com OGM da classe de risco 2.

Extrato Prévio: Nº 7106/2020, publicado no DOU em 01/06/2020

Decisão: DEFERIDO

A requerente, por meio da Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Dra. Dulce Helena Ferrreira de Souza, solicita à CTNBio parecer técnico para Extensão do Certificado de Qualidade em Biosseguraça do Laboratório de Bioquímica Celular (LBqC) do Departamento de Genética e Evolução da Universidade, para execução de atividades de pesquisa em regime de contenção de organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança 2. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para revisão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.966/2020

O Presidente substituto da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 232ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 04 de junho de 2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.023172/2020-24

Requerente: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

CQB: 094/98

Assunto: Solicitação de parecer para desenvolvimento de projeto de pesquisa com OGM da classe de risco 2.

Extrato Prévio: 7108/2020 publicado no DOU em 01 de junho de 2020.

Decisão: DEFERIDO

A requerente, por meio da Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Dra. Dulce Helena Ferrreira de Souza, solicita à CTNBio parecer técnico para desenvolvimento do projeto de pesquisa "Estratégias voltadas para o desenvolvimento de dispositivos simples para o diagnóstico rápido e de baixo custo do novo coronavírus (SARS-CoV-2)", a ser executado em instalações credenciadas no CQB da instituição. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.969/2020

O Presidente substituto da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 232ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 04 de junho de 2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo:01250.006216/2020-51

Requerente: SynTech Research Laboratório Brasil Ltda

CQB: 450/18

Assunto: Extensão de CQB.

A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico.

A requerente solicita extensão de CQB para inclusão da Área Experimental com 11,7 hectares; Área de Descarte de OGM com 150 M2; Sala de Armazenamento de Sementes; Sala de Armazenamento de Amostras; Sala de Manuseio 01 e 02; Sala de Preparo de Amostras Localizados na Unidade Operativa de Palmeiras de Goiás/GO. Área Experimental de Campo com 17,4 hectares; Área de Descarte de OGM com 8,0 m2; Sala de Armazenamento de Sementes de OGM; Sala de Armazenamento de Amostras de OGM (sala de freezers); Sala de Manuseio de Sementes e Amostras de OGM (sala de manuseio 1 e 2) localizados na Unidade Operativa de Bandeirantes/PR. As atividades a serem desenvolvidas serão: pesquisa em regime de contenção, liberação planejada no meio ambiente, transporte, avaliação de produto, detecção e identificação de OGM, descarte, armazenamento e controle de qualidade de plantas geneticamente modificadas pertencentes à Classe de Risco 01.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.970/2020

O Presidente substituto da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 232ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 06 de junho de 2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01250.012340/2020-56

Requerente: BASF S.A

CQB: 031/97

Assunto: Extensão de CQB.

A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A requerente solicita extensão do CQB 031/97 para inclusão de duas áreas complementares (lote de apoio), Talhão 15 com 5,0 ha e Talhão 38 com 5,0 ha, localizados na

Fazenda Pirapó, Sorriso/MT. As atividades a serem desenvolvidas serão: pesquisa em regime de contenção, transporte, avaliação de produto, detecção e identificação de OGM, descarte e armazenamento de plantas geneticamente modificadas pertencentes à Classe de Risco 01.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.971/2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 232a. Reunião Ordinária ocorrida em 04/06/2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01250.011998/2020-41

Requerente: BASF S.A

CQB: 31/97

Assunto: Adequações de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Decisão: Deferido

A CTNBio, após análise de pedido de inclusão de duas casas de vegetação e a exclusão de parte do prédio laboratorial e câmara fria da Unidade Operativa de Santo Antonio da Posse/SP para as atividades de pesquisa em regime de contenção, transporte, avaliação de produto, detecção e identificação de OGM, descarte, armazenamento de plantas e microrganismos da classe de risco 01, concluiu pelo DEFERIMENTO. As unidades envolvidas no pedido são: Inclusão de 02 (duas) Casas de Vegetação (n°8 e n°9); Exclusão de 10 (dez) salas localizadas no Prédio de Laboratórios 4, a saber: a) 1 Sala de Fitopatologia I; b) 1 Sala de Biotecnologia 2; c) 4 Salas de Criação; d) 1 Laboratório de Entomologia; e) 1 Sala de Depósito Geral; f) 1 Sala de Teste e g) 1 Sala de Preparo. No Prédio de Laboratórios 4, apenas a Sala de Bioensaio (que é subdividida em 1 sala de preparo de amostras, 1 sala de Herbicida, 1 salal de Fungicida e 1 Sala para Equipamentos de pulverização) será mantida no CQB da requerente e Exclusão da Câmara Fria 2.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

DESPACHO DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que foram notificados na 232ª Reunião Ordinária da CTNBio, ocorrida em 04/06/2020, os seguintes processos relativos à Resolução Normativa 23/19 da CTNBio:

Helix Sementes e Mudas Ltda.; Processo: 01250.021415/2020-90; Notifica "liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado" em Primavera do Leste/MT, Luis Eduardo Magalhães/BA, Conchal/SP, Uberlândia/MG, Restinga Secar/RS, Paranavai/PR e Rio Verde/GO; Objetivo: avaliação de milho geneticamente modificado resistente a insetos; Protocolado em: 15/05/2020;

Monsanto do Brasil Ltda.; Processo 01250.021456/2020-86; Comunica liberação Planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado MON 87427 × MON 95379 × MON 87411 × MON 87419, resistente a insetos e tolerante a herbicidas nas Unidades operativas de Cachoeira Dourada (MG), Luis Eduardo Magalhães (BA), Não-Me-Toque (RS), Rolândia (PR), Santa Cruz das Palmeiras (SP) e Sorriso (MT); Objetivo: Produção de tecidos vegetais para análises subsequentes de composição e expressão, produção de material experimental, observação de fitotoxicidade, eficácia no controle de lepidópteros, observações fenotípicas e agronômicas, avaliação de interações ecológicas e avaliações de organismos não-alvo; Protocolado em 15/05/2020;

Monsanto do Brasil Ltda.; Processo 01250.021585/2020-74; Comunica liberação Planejada no meio ambiente de milho MON 95379, milho MON 87427 × MON 89034, milho MON 87419, milho MON 87427, milho MON 87427 × MON 89034 × MON 87419, milho MON 87427 × MON 87419, milho, MON 87427 × MON 95379 × MON 89034 × MON 87419, milho MON 87427 × MON 95379 × MON 87419 e milho NK603, na Unidade Operativa de Petrolina/PE. Objetivo: introgressão de milho MON 95379, milho MON 87427 × MON 89034, milho MON 87419, milho MON 87427, milho MON 87427 × MON 89034 × MON 87419, milho MON 87427 × MON 87419, milho, MON 87427 × MON 95379 × MON 89034 × MON 87419, milho MON 87427 × MON 95379 × MON 87419 e milho NK603 em linhagens e híbridos de milho adaptados as regiões de cultivo no Brasil e a produção de material experimental; Protocolado em 18/05/2020;

Embrapa Agroenergia; Processo 01250.019337/2020-63; Comunica liberação planejada no meio ambiente de cana-de-açúcar geneticamente modificada para aumento de produtividade na Unidade operativa de Brasília/DF; Objetivo: avaliar plantas de três eventos de cana-de-açúcar contendo a construção com o gene SoBADH5 em condições de campo. Serão realizadas avaliações agronômicas e tecnológicas; Protocolado em: 30/04/2020;

Syngenta Seeds Ltda; Processo 01250.023043/2020-36; Comunica liberação planejada no meio ambiente de soja geneticamente modificado resistente a insetos e tolerante a herbicidas nas Unidades operativas de Uberlândia (Unidade Operativa e Fazenda Catuçaba), Lucas do Rio Verde-MT e Cascavel- PR; Objetivo: avaliar a eficácia de diferentes eventos de soja geneticamente modificada frente a importantes insetos-praga na cultura da soja; Protocolado em 17/04/2020;

BioVertis Produção Agrícola Ltda.; Processo 01250.021347/2020-69;Comunica liberação planejada no meio ambiente de cana-de-açúcar geneticamente modificada para resistência a pragas da lavoura e de tolerância ao herbicida glifosato na Fazenda Andorinha, Barra de São Miguel/Alagoas; Objetivo: caracterizar um grupo elite com oito eventos BtRR da Cultivar Vertix 2 quanto a performance agronômica e a resistência a broca comum, broca gigante e ao herbicida glifosato; Data de protocolo: 15/05/2020.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 3.062, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Processo nº 53500.063511/2017-14. Modifica a Autorização do Direito de Uso de Radiofrequências integrante do Direito de Exploração de Satélite conferido por meio do Ato nº 68.279, de 31 de dezembro de 2007, e do Termo de Direito de Exploração PVSS/SPV nº 12/2007-ANATEL, de 9 de novembro de 2007, por meio da exclusão das faixas de frequências abaixo indicadas:

Faixas de frequências Terra-espaço	Faixas de frequências espaço-Terra
13,75 a 14,50 GHz	10,95 a 11,20 GHz
	11,45 a 12,20 GHz

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

CONSULTA PÚBLICA Nº 42, DE 28 DE MAIO DE 2020

A SUPERINTENDENTE EXECUTIVA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 242, inciso IV, do Regimento Interno na Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013 e pelos arts. 4º e 5º do Regulamento para Coleta de Dados Setoriais, aprovado pela Resolução nº 712, de 18 de junho de 2019, considerando ainda as razões e os fundamentos do Informe n° 26/2020/CPAE/SCP, acolhido neste ato, submete a comentários e sugestões do público geral, nos termos do constante nos autos do Processo nº 53500.040681/2019-92, a proposta de instituição de coleta periódica de dados do Sistema de Acompanhamento Econômico Financeiro (SAEF/SAMIC) composto por receitas, despesas e volume (tráfego e ocorrências) do Serviço Móvel Pessoal (SMP), devidamente avaliada na 42ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Dados da Anatel.

O texto completo da Consulta Pública estará disponível na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h00 do dia 10 de junho de 2020.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, até às 23h59min do dia 24 de junho de 2020.

Serão também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica recebidas até às 18h do dia 24 de junho de 2020 para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - PRPE

CONSULTA PÚBLICA Nº 42, DE 28 DE MAIO DE 2020

CONSULTA PÚBLICA RELATIVA A COLETA PERIÓDICA DE DADOS DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO FINANCEIRO (SAEF/SAMIC) COMPOSTO POR RECEITAS, DESPESAS E VOLUME (TRÁFEGO E OCORRÊNCIAS) DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP).

Setor de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca CEP: 70070-940 - Brasília/DF

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

KARLA CROSARA IKUMA REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 8 DE JUNHO DE 2020

Nº 3.047 - Expede autorização à RS TEODORO LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI, CNPJ nº 03.639.995/0001-23, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.048 - Expede autorização à EDUARDO SEKITA, CPF nº 060.322.206-48, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.063 - Outorga autorização para uso de radiofrequência à FUNDAÇÃO SANTA CRUZ DE JEQUITINHONHA, CNPJ nº 18.383.125/0001-03, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 3.064, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Outorga autorização para uso de radiofrequência à FUNDAÇÃO AGRIPINO LIMA, CNPJ 57.320.848/0001-15, associada à autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 2.896, DE 29 DE MAIO DE 2020

Processo nº 53542.000730/2020-00. Expede autorização a ADMINISTRADORA DE PEDÁGIOS RODOVIA DA MUDANÇA LTDA, CNPJ Nº 12.933.650/0001-79, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 1º DE JUNHO DE 2020

Nº 2.931. Processo nº 53542.001680/2019-36. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a JOSÉ CARLOS GARROTE DE SOUZA, CPF nº 137.370.741-00, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.939. Processo nº 53542.000458/2020-50. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a PRIMAVERA MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA, CNPJ Nº 07.685.671/0001-82, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 2.968, DE 3 DE JUNHO DE 2020

Processo nº 53545.000265/2020-79. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a ROBERTO JOSE MORANDINI, CPF nº 246.051.400-00, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 3.004, DE 4 DE JUNHO DE 2020

Processo nº 53542.000785/2020-10. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a TELEVISAO RIVIERA LTDA, CNPJ nº 01.073.899/0001-35, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 8 DE JUNHO DE 2020

Nº 3.057. Processo nº 53542.002545/2017-46. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a PRADO SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI - ME, CNPJ nº 24.603.432/0001-55, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 3.068. Processo nº 53542.001064/2020-19. Expede autorização a AGRO PECUÁRIA CERRO AZUL S.A., CNPJ Nº 03.477.007/0001-97, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCUS VINICIUS GALLETTI ARRAIS
Gerente
Substituto

ATOS DE 9 DE JUNHO DE 2020

Nº 3.078. Processo nº 53542.000664/2020-60. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a CLOVIS JOSE MINOZZO, CPF Nº 199.778.591-91, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 3.079. Processo nº 53542.001014/2020-31. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a AGROPECUÁRIA ÁGUA VIVA LTDA, CNPJ Nº 15.282.731/0001-44, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCUS VINICIUS GALLETTI ARRAIS
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 25 DE MAIO DE 2020

Nº 2.812 Processo nº 53500.022810/2020-02. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CACIMBA COMUNICACOES LTDA, CNPJ 83.215.384/0001-97, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Lages/SC.

Nº 2.814 Processo nº 53500.023139/2020-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TROPICAL DE DIONISIO LTDA, CNPJ 23.875.511/0001-52, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Dionísio/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 26 DE MAIO DE 2020

Nº 2.815 Processo nº 53500.017942/2020-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LAGES LTDA, CNPJ 83.012.013/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Balneário Camboriú/SC.

Nº 2.816 Processo nº 53500.017943/2020-59. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LAGES LTDA, CNPJ 83.012.013/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Brusque/SC.

Nº 2.818 Processo nº 53500.017957/2020-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO NOSSA SENHORA DA PENHA DO ESPIRITO SANTO, CNPJ 00.223.184/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Cariacica/ES.

Nº 2.819 Processo nº 53500.017958/2020-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO NOSSA SENHORA DA PENHA DO ESPIRITO SANTO, CNPJ 00.223.184/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Vitória/ES.

Nº 2.820 Processo nº 53500.019980/2020-00. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO PEROLA DO TURI LTDA, CNPJ 12.100.327/0001-14, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Santa Helena/MA.

Nº 2.821 Processo nº 53500.021634/2020-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV ALIANCA PAULISTA LTDA, CNPJ 58.833.997/0001-40, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Sorocaba/SP.

Nº 2.822 Processo nº 53500.021635/2020-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 50.023.373/0001-56, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São José do Rio Preto/SP.

Nº 2.823 Processo nº 53500.021637/2020-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NOVO INTERIOR COMUNICACOES LTDA, CNPJ 01.882.185/0001-78, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itapetininga/SP.

Nº 2.824 Processo nº 53500.023648/2020-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO VOX 90 LTDA, CNPJ 43.260.009/0001-44, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Americana/SP.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 27 DE MAIO DE 2020

Nº 2.868 Processo nº 53500.022020/2020-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A, CNPJ 27.865.757/0026-52, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itabirito/MG.

Nº 2.869 Processo nº 53500.022024/2020-05. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A, CNPJ 27.865.757/0026-52, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Congonhas/MG.

Nº 2.871 Processo nº 53500.023005/2020-98. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO ATALAIA LTDA, CNPJ 05.129.465/0001-60, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Óbidos/PA.

Nº 2.872 Processo nº 53500.023694/2020-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PLANETA TERRA FM LTDA, CNPJ 03.726.678/0001-44, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Cascavel/PR.

Nº 2.873 Processo nº 53500.023760/2020-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ALO FM - SOCIEDADE LTDA, CNPJ 11.474.686/0001-79, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Serro/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 2.886, DE 28 DE MAIO DE 2020

Processo nº 53500.018273/2020-98. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à A GAZETA DO ESPIRITO SANTO RADIO E TV LTDA, CNPJ 27.063.726/0001-20, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vitória/ES.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 2.891, DE 29 DE MAIO DE 2020

Processo nº 53504.002801/2020-57. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à OI MÓVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, associada à Autorização para explorar o Serviço Móvel Pessoal.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 2 DE JUNHO DE 2020

Nº 2.951 Processo n° 53500.023574/2020-33. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ABIX TELECOM LTDA, CNPJ nº 03.068.511/0001-33, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.958 Processo nº 53569.000615/2020-29. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à CCA INFORMATICA LTDA ME, CNPJ/MF nº 10.360.825/0001-70, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 3 DE JUNHO DE 2020

Nº 2.961 Processo nº 53500.017851/2020-79. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Barreiras/BA.

Nº 2.978 Processo nº 53500.022435/2020-92. Expede autorização à Vale Magasin Comercio e Servicos de Informatica Eireli, CNPJ/MF nº 15.252.973/0001-95, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 4 DE JUNHO DE 2020

Nº 3.019 Processo nº 53500.054079/2019-32. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à KOFRE REPRESENTACAO E COMERCIO DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ 34.303.693/0001-03, associada à autorização do Serviço Limitado Privado, na aplicação móvel privado.

Nº 3.022 Processo nº 53500.021657/2020-98. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ALARMAQ EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRONICA LTDA, CNPJ 02.346.129/0001-81, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado, na aplicação Supervisão e Controle.

Nº 3.023 Processo nº 53500.023404/2020-59. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à NATAN BISPO LOPES, CNPJ/MF nº 13.608.453/0001-47, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 5 DE JUNHO DE 2020

Nº 3.037 Processo nº 53500.010526/2020-85. Expede autorização à Tekinet Telecom Servicos de Telecomunicacao Eireli, CNPJ/MF nº 33.129.239/0001-15, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3.038 Processo nº 53500.020745/2020-72. Expede autorização à Canaa Telecomunicacoes Ltda, CNPJ nº 26.263.503/0001-43, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3.039 Processo nº 53500.022439/2020-71. Expede autorização à Ksnet Eireli, CNPJ nº 20.767.149/0001-08, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3.040 Processo nº 53500.023683/2020-51. Expede autorização à ZILDA DE FATIMA BATISTA ALVES DO NASCIMENTO, CNPJ/MF nº 02.243.245/0001-75, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3.041 Processo nº 53500.023882/2020-69. Expede autorização à CAIO SILVA MACHADO, CNPJ/MF nº 23.803.245/0001-52, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 8 DE JUNHO DE 2020

Nº 3.052 Processo nº 53500.023976/2020-38. Expede autorização à NOOVA TECNOLOGIA EM TELECOMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 24.119.636/0001-15, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3.053 Processo nº 53500.024887/2020-17. Expede autorização à Zatex Servicos em Internet Ltda, CNPJ/MF nº 35.910.767/0001-32, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3.054 Processo nº 53500.017395/2020-67. Expede autorização à J M S LIMA SERVICOS DE COMUNICACAO EIRELI, CNPJ/MF nº 34.210.838/0001-21, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 3.060 Processo nº 53500.024051/2020-12. Expede autorização à TWF NET PROVEDOR DE INTERNET EIRELI, CNPJ nº 26.578.190/0001-12, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 8 E JUNHO DE 2020

362ª RELAÇÃO PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/90

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.007344/2020	003.760.120-21	MAURICIO DE OLIVEIRA	04/06/2025
920.007345/2020	978.781.114-72	CRISTIANO DAS NEVES ALMEIDA	04/06/2025
920.007346/2020	012.396.450-40	ROGERIO DE OLIVEIRA ANESE	04/06/2025
920.007347/2020	044.591.399-10	HASSAN MOHAMED ELSANGEDY	04/06/2025
920.007348/2020	303.520.228-17	OLIVIA MARIA BERENGUE	04/06/2025
920.007349/2020	694.703.247-49	MARCO ANTONIO STEPHANO	04/06/2025
920.007350/2020	057.213.156-95	DIEGO RODRIGUES MACEDO	04/06/2025
920.007351/2020	975.348.893-91	JOSE CLEITON SOUSA DOS SANTOS	04/06/2025
920.007352/2020	840.630.689-00	ADEMIR DOS ANJOS	04/06/2025
920.007353/2020	032.300.419-92	ANDREIA GERNISKI MACEDO	04/06/2025
920.007354/2020	627.731.193-04	HERMINIO MIGUEL DE OLIVEIRA FILHO	04/06/2025
920.007355/2020	558.742.741-20	RONALDO ALVES FERREIRA	04/06/2025
920.007356/2020	298.342.248-85	ARTHUR ALVES FIOCCHI	04/06/2025
920.007357/2020	474.643.800-53	PAULO SERGIO SAUSEN	04/06/2025
920.007358/2020	326.971.046-15	RODRIGO ANTONIO DE PAIVA DUARTE	04/06/2025
920.007359/2020	232.667.608-40	FABIAN ANDRES LARA MOLINA	04/06/2025
920.007360/2020	886.643.175-34	EDUARDO JORGE VALADARES OLIVEIRA	04/06/2025

FABIO EDUARDO MADIOLI
Diretor

DESPACHO DE 8 DE JUNHO DE 2020

363ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/90

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.000194/2004	085.739.068-63	MARCELO DE FRANCO	04/06/2025
920.000551/2004	639.568.296-20	GILBERTO CARVALHO COELHO	04/06/2025
920.000739/2004	144.458.401-49	JAMIL ASSREUY	04/06/2025
920.001862/2005	374.348.610-53	DEBORA MACHADO FRACALOSSI	04/06/2025
920.002109/2006	676.209.657-34	CARLOS EDUARDO DE REZENDE	04/06/2025
920.003532/2008	208.760.252-20	JOSE CARLOS TAVARES CARVALHO	04/06/2025
920.005908/2014	828.885.151-72	MARCIA RENATA MORTARI	04/06/2025

FABIO EDUARDO MADIOLI
Diretor

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 191/DPC, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Cancela o Certificado de Habilitação de Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria n º 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Cancelar, de acordo com a Ordem de Serviço nº 106, de 13 de maio de 2020, da Capitania dos Portos da Bahia, o Certificado de Habilitação de Prático da Zona de Praticagem de Salvador, Portos e Terminais da Baía de Todos os Santos e Ilhéus - ZP-12, do Sr. INACIO OLIVEIRA ACCIOLY LINS, CIR nº 281P2001000573, e em conformidade com o previsto na subalínea 5, da alínea a, do item 0236 (afastamento definitivo por deixar de exercer a profissão por mais de 24 meses) das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA

PORTARIA Nº 192/DPC, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art.1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso PAULO FERNANDO ZONZIN (CIR: 381P2001371140), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTO DE OPERAÇÃO AUTORIZADO
MAERSK VENTURA	3810516325	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º O comandante da embarcação dispensada deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 282, datada de 31 de julho de 2019, publicada no DOU de 2 de agosto de 2019.

Vice-Almirante ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA

PORTARIA Nº 193/DPC, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1ºDispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso JOSÉ MARIA MOREIRA GOMES (CIR: 381P2001329305), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTO DE OPERAÇÃO AUTORIZADO
MAERSK VENTURA	3810516325	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ) e Porto de Açu - Terminal 2 (RJ)

Art. 2ºA dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3ºO comandante da embarcação dispensada deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 83, datada de 11 de março de 2020, publicada no DOU de 12 de março de 2020.

Vice-Almirante ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.633, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Institui a Política de Movimentação Interna de Pessoal no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Instituir a Política de Movimentação Interna de Pessoal no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, considerando a relevância da realização de um eficaz aproveitamento das competências pessoais dos servidores, por meio da melhor adequação das características individuais e do perfil profissional às necessidades das unidades organizacionais.

Art. 2º A movimentação interna de servidor poderá ocorrer:

a) por processo seletivo;

b) por remoção, a pedido ou de ofício; e

c) por decisão do Secretário de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva, quando se tratar de deslocamentos decorrentes de alterações estruturais ou em face da necessidade do serviço.

Parágrafo único. A movimentação de servidor dentro da mesma unidade não demanda a realização de processo seletivo.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

DOS OBJETIVOS

Art. 3º São objetivos da Política de Movimentação Interna de Pessoal:

I - adequar a força de trabalho nas unidades organizacionais do Ministério;

II - propiciar ao servidor a oportunidade de lotação em unidade organizacional de seu interesse; e

III - adequar as competências do servidor às atribuições a serem desempenhadas.

Seção II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para efeitos desta Portaria, considera-se:

I - servidor: é a pessoa legalmente investida em cargo público;

II - lotação: unidade organizacional à qual o cargo efetivo ocupado pelo servidor se encontra distribuído;

III - lotação de exercício: é o local onde o servidor exerce suas atribuições, vinculado a uma chefia imediata;

IV - unidade organizacional: denominação de uma unidade constante no Regimento Interno do Ministério ou ato equivalente;

V - movimentação interna: é a alteração de exercício do servidor dentro da mesma unidade organizacional;

VI - permuta: movimentação interna decorrente da manifestação de interesse de unidades distintas, da qual decorre a troca da lotação de servidores, um de cada unidade;

VII - sede: município ou região metropolitana em que o servidor tem sua localização de exercício; e

VIII - absenteísmo: atrasos ou faltas injustificadas do servidor.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 5º Fica instituída uma Comissão de Seleção por Competências, responsável por realizar os procedimentos que se façam necessários para operacionalizar os processos seletivos propostos.

Art. 6º A Comissão de Seleção por Competências será composta por dois representantes, titular e suplente, das seguintes unidades do Ministério do Desenvolvimento Regional:

I - Coordenação de Cadastro e Pagamento (Cocap);

II - Coordenação de Desenvolvimento e Atenção à Saúde do Servidor (CDAS); e

III - área demandante.

Parágrafo único. A divulgação dos representantes da Comissão será realizada por ato do Secretário de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva, em Boletim de Serviço Eletrônico.

Art. 7º O processo seletivo será público e deverá atender aos princípios da publicidade, da isonomia, da impessoalidade, da moralidade, da economicidade e da eficiência.

§ 1º O processo seletivo é destinado a servidores de cargo efetivo em exercício no Ministério do Desenvolvimento Regional.

§ 2º A movimentação de servidor de cargo efetivo ocupante de cargo comissionado, função comissionada do Poder Executivo, função gratificada, função comissionada técnica e eventual gratificação atrelada à lotação de exercício, quando houver mudança de unidade administrativa, implicará na exoneração ou dispensa, a pedido, do referido cargo comissionado, função ou gratificação

§ 3º É vedada a ocorrência de nepotismo, tráfico de influência, apadrinhamento, troca de favores ou discriminação.

Art. 8º O processo seletivo será individualizado por unidade organizacional requerente ou mediante deliberação do Secretário de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva, respeitando as seguintes etapas:

I - solicitação formal da unidade demandante;

II - elaboração de edital de seleção;

III - abertura da seleção;

IV - avaliação;

V - divulgação do resultado preliminar;

VI - análise dos recursos, quando for o caso;

VII - divulgação do resultado final; e

VIII - movimentação do servidor aprovado.

§ 1º A solicitação formal da unidade demandante deverá ocorrer por meio de preenchimento do Formulário de Solicitação de Processo Seletivo para Movimentação Interna, disponível no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

§ 2º Os editais serão elaborados pela Comissão de Seleção por Competências, em conjunto com a unidade demandante, e deverão conter informações sobre as condições para inscrição, os requisitos exigidos, descrição do perfil, critérios de avaliação e outras informações que se fizerem necessárias.

§ 3º A abertura do processo seletivo dar-se-á mediante publicação de edital no Boletim de Serviço Eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Regional, o qual deverá ser amplamente divulgado, inclusive por e-mail, em lista global.

Art. 9º O candidato deverá comprovar os requisitos do perfil profissional requerido pela unidade demandante.

Art. 10 Em caso de inexistência de inscritos ou de perfis adequados, a unidade demandante poderá reiterar a solicitação inicial, alterando-se, nesse caso, os requisitos para participação.

Art. 11 A etapa de avaliação será composta pela análise curricular e entrevista.

§ 1º A análise curricular poderá ter caráter eliminatório e/ou classificatório de acordo com as regras de cada Edital.

§ 2º Os candidatos que não comprovarem o cumprimento do requisito do art. 9º serão eliminados.

§ 3º A unidade requerente poderá, justificadamente, exigir a apresentação pelos candidatos de documentação complementar.

Art. 12 A movimentação do servidor para a área pretendida está condicionada à liberação do dirigente máximo da unidade organizacional onde se encontra em exercício, após o resultado do processo seletivo.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a autorização mencionada no caput poderá ser dispensada a critério do Secretário de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva.

CAPÍTULO III

DA REMOÇÃO

Art. 13 A remoção de ofício do servidor para movimentação interna pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) dependerá do atendimento dos seguintes requisitos, conjuntamente:

I - de solicitação formal pela unidade demandante;

II - de comprovação pela unidade demandante de já ter tentando movimentação interna para o servidor; e

III - de comprovação de não adaptação do servidor à unidade, por pelo menos um dos critérios abaixo:

a) avaliação de desempenho com resultado igual ou inferior a sessenta por cento da nota máxima referente à pontuação do cumprimento das metas individuais e da pontuação dos fatores de competência, desconsiderada a tabela de correlação;

b) absenteísmo reiterado e injustificado; e

c) incidência nas proibições do art. 117, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Parágrafo único. A remoção a pedido do servidor será dispensada do atendimento dos requisitos acima, mas dependerá de autorização expressa da autoridade máxima da unidade de lotação de exercício.

Art. 14 O servidor deverá aguardar o seu deslocamento pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas na unidade de lotação de exercício

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 15 À Coordenação de Desenvolvimento e Atenção à Saúde do Servidor (CDAS) compete:

I - designar dois representantes, titular e suplente, para compor a Comissão de Seleção por Competências;

II - receber e analisar as demandas de movimentação interna de pessoal;

III - conduzir, em conjunto com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, as demandas de remoção, a pedido ou de ofício, decorrente da disponibilização de servidor pela unidade de lotação de exercício atual; e

IV - conduzir, em conjunto com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e com base em decisão da Secretaria de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa, as movimentações decorrentes de alterações estruturais ou em face da necessidade do serviço.

Art. 16 À Coordenação de Cadastro e Pagamento (COCAP) compete:

I - designar dois representantes, titular e suplente, para compor a Comissão de Seleção por Competências; e

II - convocar e realizar os procedimentos funcionais necessários para a movimentação do servidor, quando for o caso.

Art. 17 À Secretaria de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa (SECOG) compete:

I - decidir sobre as movimentações decorrentes de alterações estruturais ou em face da necessidade do serviço;

II - divulgar, em Boletim de Serviço Eletrônico, a Comissão de Seleção por Competências; e

III - dispensar, a seu critério, a necessidade de autorização para operacionalização de determinada movimentação.

Art. 18 À área demandante do processo seletivo compete:

I - designar dois representantes, titular e suplente, para compor a Comissão de Seleção por Competências;

II - definir os requisitos de qualificação e experiência compatíveis com as competências legais e regimentais, abrangendo aspectos técnicos e gerenciais;

III - formalizar a solicitação do processo seletivo por meio do Formulário de Solicitação de Processo Seletivo, no SEI, e encaminhar para a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas; e

IV - decidir sobre a aprovação dos candidatos.

Art. 19 À Comissão de Seleção por Competências compete:

I - instruir o processo de edital conforme as diretrizes do requerente;

II - analisar as inscrições realizadas quanto ao cumprimento dos pré-requisitos estabelecidos;

III - receber os candidatos e realizar as etapas de avaliação conforme edital;

IV - encaminhar o resultado final para a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas;

V - analisar os pedidos de recurso conforme edital; e

VI - divulgar as etapas do processo seletivo de que tratam os incisos III, V, VI e VII do art. 8º nos meios de comunicação do Ministério do Desenvolvimento Regional.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 As informações prestadas no currículo são da inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão do direito de excluir do processo seletivo aquele que o preencher com dados incompletos, bem como se constatado, ainda que posteriormente, que os dados informados são inverídicos.

Art. 21 O Secretário de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa expedirá atos necessários para cada processo seletivo no Boletim de Serviço Eletrônico.

Art. 22 As entrevistas cujos membros estejam em entes federativos diversos serão realizadas por videoconferência.

Art. 23 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta Portaria serão dirimidos pelo Secretário de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa, respeitando os termos deste normativo e a legislação pertinente.

Art. 24 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

SECRETARIA-EXECUTIVA

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ESTRUTURAL E GESTÃO CORPORATIVA

PORTARIA Nº 1.618, DE 4 DE JUNHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO ESTRUTURAL E GESTÃO CORPORATIVA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, considerando o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, no art. 24 da Instrução Normativa nº 1, de 31 de agosto de 2018, editada pela Secretaria de Gestão de Pessoas, do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a subdelegação de competência constante do art. 15 da Portaria MDR nº 1.014, de 8 de abril de 2020 e, ainda a autorização da Portaria MDR nº 1.913, de 12 de agosto de 2019, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao 1º Relatório Trimestral de Acompanhamento do Programa de Gestão do Ministério do Desenvolvimento Regional, que ocorre a título de experiência-piloto, no âmbito das unidades organizacionais deste Ministério, na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR MONTEZUMA SALES FARIAS

ANEXO I

1º RELATÓRIO TRIMESTRAL DO PROGRAMA DE GESTÃO									
Unidade	Processo SEI	Matrícula	Cargo	Modalidade	Período de acompanhamento	Majoração	Pactuado (%)	Realizado (%)	Meta alcançada
Departamento de Obras de Proteção e Defesa Civil da Secretaria de Proteção e Defesa Civil - DOP/SEDEC/MDR	59000.024673/2019-16	2094339	Engenheiro	Teletrabalho	01.10.2019 a 31.12.2019	30%	100%	132%	Sim
	59000.022605/2019-12	2441175	Analista de Infraestrutura	Teletrabalho	01.10.2019 a 31.12.2019	30%	100%	100%	Sim
	59000.024675/2019-13	2539784	Analista de Infraestrutura	Teletrabalho	01.10.2019 a 31.12.2019	30%	100%	105%	Sim
	59000.022604/2019-78	1531933	Engenheiro	Teletrabalho	01.10.2019 a 31.12.2019	30%	100%	100%	Sim
	59000.024683/2019-51	1135777	Engenheiro	Teletrabalho	01.10.2019 a 31.12.2019	30%	100%	114%	Sim
	59000.022606/2019-67	2115261	Geólogo	Teletrabalho	01.10.2019 a 31.12.2019	30%	100%	116%	Sim
Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento CGPC/SPO/SECEX/MDR	59000.024697/2019-75	2066339	Assistente Técnico-Administrativo	Teletrabalho	13.11.2019 a 12.02.2020	20%	100%	107%	Sim

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.632, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Trizidela do Vale-MA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Trizidela do Vale-MA, no valor de R$ 42.461,68 (quarenta e dois mil quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.004198/2020-90.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.634, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Olhos-D'Água-MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Olhos-D'Água-MG, no valor de R$ 44.322,47 (quarenta e quatro mil trezentos e vinte e dois reais e quarenta e sete centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.004210/2020-66.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.635, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Guaranésia-MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Guaranésia - MG, no valor de R$ 314.575,26 (trezentos e quatorze mil quinhentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.004111/2020-84.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.636, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de São Vicente-SP, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São Vicente - SP, no valor de R$ 1.873.067,64 (um milhão, oitocentos e setenta e três mil sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.003986/2020-69.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.639, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Ibarama-RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Ibarama-RS, no valor de R$ 26.640,00 (vinte e seis mil seiscentos e quarenta reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.004232/2020-26.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.640, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Dom Feliciano-RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Dom Feliciano-RS, no valor de R$ 60.535,00 (sessenta mil quinhentos e trinta e cinco reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.004211/2020-19.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.641, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de São Félix do Xingu-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São Félix do Xingu-PA, no valor de R$ 110.078,42 (cento e dez mil setenta e oito reais e quarenta e dois centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.004199/2020-34.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.642, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de São Domingos do Sul-RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São Domingos do Sul - RS, no valor de R$ 25.045,50 (vinte e cinco mil quarenta e cinco reais e cinquenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.004191/2020-78.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.643, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Riqueza-SC, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Riqueza - SC, no valor de R$ 30.290,40 (trinta mil duzentos e noventa reais e quarenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.004212/2020-55.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.646, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
SC	Lontras	Estiagem - 1.4.1.1.0	68	06/05/2020	59051.008999/2020-34
RS	Estrela	Estiagem - 1.4.1.1.0	063A	08/04/2020	59051.009042/2020-13
RS	Travesseiro	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.717	23/03/2020	59051.008554/2020-54
SC	Fraiburgo	Estiagem - 1.4.1.1.0	063	17/03/2020	59051.009048/2020-82
SC	Urupema	Estiagem - 1.4.1.1.0	015	18/03/2020	59051.009049/2020-27

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATOS DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e nº 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.299 - JOELSON LUCIO DE MEDEIROS, rio Piranhas ou Açu, Município de Açu/RN, irrigação.

Nº 1.300 - THIAGO COSTA PAIVA, rio Piranhas ou Açu, Município de Açu/RN, irrigação.

Nº 1.301 - JOSE CABRAL DE OLIVEIRA, rio Piranhas ou Açu, Município de Carnaubais/RN, irrigação.

Nº 1.302 - ADAUTO TERTULINO DA CUNHA NETO, rio Piranhas ou Açu, Município de Ipanguaçu/RN, irrigação.

Nº 1.303 - RUI BESSA DE OLIVEIRA, rio Piranhas ou Açu, Município de Alto Rodrigues/RN, irrigação.

Nº 1.304 - JOICE JONES DE OLIVEIRA, rio Piranhas ou Açu, Município de Afonso Bezerra/RN, irrigação.

Nº 1.305 - DENILSON FLAVIO SILVINO, rio Piranhas ou Açu, Município de Ipanguaçu/RN, irrigação.

Nº 1.306 - ALDECIR FERNANDES DE SOUSA, rio Piranhas ou Açu, Município de Afonso Bezerra/RN, irrigação.

Nº 1.307 - MARTINHA ATANAZIO DE MOURA, rio Piranhas ou Açu, Município de Afonso Bezerra/RN, irrigação.

Nº 1.308 - MARTINHA ATANAZIO DE MOURA, rio Piranhas ou Açu, Município de Afonso Bezerra/RN, irrigação.

Nº 1.309 - SID JOAO CACHINA DE MASSENA, rio Piranhas ou Açu, Município de Afonso Bezerra/RN, irrigação.

Nº 1.310 - ALIOMAR FIRMINO DA SILVA, rio Piranhas ou Açu, Município de Açu/RN, irrigação.

Nº 1.311 - AILTON SARAIVA DA FONSECA, rio Piranhas ou Açu, Município de Açu/RN, irrigação.

Nº 1.312 - FRANCISCO AMBROSIO DA SILVA, rio Piranhas ou Açu, Município de Açu/RN, irrigação.

Nº 1.313 - JOAO WILTON DE OLIVEIRA, rio Piranhas ou Açu, Município de Açu/RN, irrigação.

Nº 1.314 - PAULO ROBERTO TEIXEIRA, rio Piranhas ou Açu, Município de Açu/RN, irrigação.

Nº 1.315 - JUSSIVAN CANDIDO DOS SANTOS, rio Piranhas ou Açu, Município de Açu/RN, irrigação.

Nº 1.316 - ANGELO JOSE PINHEIRO VIEIRA, rio Piranhas ou Açu, Município de Alto do Rodrigues/RN, irrigação.

Nº 1.317 - MARCIO PAULO DAS CHAGAS DE SOUZA, rio Piranhas ou Açu, Município de Ipanguaçu/RN, irrigação.

Nº 1.318 - PEDRO MARIA NETO, rio Piranhas ou Açu, Município de Afonso Bezerra/RN, irrigação.

Nº 1.319 - HILTON CORINGA DE MOURA, rio Piranhas ou Açu, Município de Açu/RN, irrigação.

Nº 1.320 - FRANSUAR SOUSA DOS SANTOS, rio Piranhas ou Açu, Município de Alto do Rodrigues/RN, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

PATRICK THOMAS

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 1º DE JUNHO DE 2020

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, III e XVII, do Anexo I da Resolução nº 76, de 25 de setembro de 2019, publicada no DOU de 14 de outubro de 2019, tendo em vista o disposto no art. 7º, incisos I e VII, do Anexo I da mesma Resolução, com fundamento no art. 9° da Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, e no art. 12, inciso II, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e o que consta do Processo nº 02501.006091/2019-90, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 789ª Reunião Ordinária, realizada em 1º de junho de 2020, resolveu:

Estabelecer procedimentos a serem adotados pelas entidades delegatárias das funções de Agências de Água para a seleção e recrutamento de pessoal, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, e dá outras providências.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.ana.gov.br.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 233, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Altera a Portaria nº 239, de 23 de maio de 2019, que institui o Programa de Integridade do Ministério da Economia - Prevenir.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso da atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o disposto no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, e na Portaria nº 57, de 4 de janeiro de 2019, da Controladoria-Geral da União, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 239, de 23 de maio de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

II - plano de integridade: documento que organiza as ações no âmbito do Programa de Integridade, a serem adotadas em determinado período de tempo, devendo ser revisado periodicamente." (NR)

"Art. 4º .....

I - o comprometimento da alta administração com a manutenção de um adequado ambiente de integridade, em todas as unidades organizacionais do Ministério;

II - a colaboração entre as instâncias internas de integridade;

.....

V - o envolvimento dos colaboradores que atuam nas unidades organizacionais do Ministério da Economia sobre temas relacionados à integridade." (NR)

"Art. 5º .....

.....

III - estimular o comportamento ético e íntegro por meio de orientações, palestras, vídeos e capacitações;

.....

IX - promover a aderência às normas e regras, com vistas a prevenir evitar, detectar e tratar qualquer desvio, risco ou inconformidade que possa ocorrer;

....." (NR)

.....

"Art. 6º .....

.....

III - Secretaria de Gestão Corporativa;

.....

§ 3º A Comissão Executiva do Prevenir será coordenada por um de seus membros titulares, a ser escolhido pela Comissão, por maioria simples, para mandato de um ano, permitida a recondução.

§ 4º O apoio técnico e administrativo para a Comissão Executiva será prestado pela Divisão de Prevenção e Capacitação - DIPREV, da Corregedoria do Ministério da Economia;

....." (NR)

"Art. 7º .....

.....

III - aprovar os relatórios de acompanhamento do Prevenir elaborados pela DIPREV e submetê-los à apreciação do CRTCI, nos meses de junho e novembro;

.....

§ 1º - A Comissão Executiva do Prevenir, com o apoio da DIPREV, exercerá as atribuições estabelecidas à unidade de gestão de integridade a que se refere o art. 4º da Portaria nº 57, de 4 de janeiro de 2019, da Controladoria-Geral da União.

.....

§ 3º As instâncias de integridade do Ministério da Economia deverão, no cumprimento de suas atribuições institucionais, considerar como prioritário o apoio, com sua capacidade operacional, às atividades previstas no Plano de Integridade do Ministério da Economia." (NR)

"Art. 8º .....

.....

§ 3º Os temas a serem inseridos como sugestão de pauta deverão ser encaminhados à DIPREV até 72 (setenta e duas) horas antes da reunião.

....." (NR)

"Art. 10. A Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Economia apoiará as ações de comunicação institucional dos projetos e atividades do Prevenir." (NR)

"Art. 11. A Secretaria de Gestão Coorporativa conduzirá as ações do Prevenir voltadas à capacitação e sensibilização dos servidores, por meio da produção de materiais institucionais, entre outras atividades." (NR)

"Art. 12. .....

.....

II - deliberará, até o final de cada ano, sobre o plano de integridade do Prevenir, proposto pela Comissão Executiva, para o período seguinte; e

....." (NR)

"Art. 13 - Os órgãos ou unidades deverão, com a colaboração das instâncias indicadas no art. 6º, organizar semestralmente palestra ou seminário com base nos conteúdos disponibilizados no plano de integridade do Prevenir." (NR)

"Art. 14 .....

.....

§1° Os ocupantes dos cargos referidos no caput deverão prestar anualmente informações sobre os treinamentos de que participaram, em formulário a ser disponibilizado pela Diretoria de Gestão de Pessoas, cujo resultado será encaminhado e apreciado pela Comissão Executiva do Prevenir.

§ 2º Os servidores que venham a ser nomeados para os cargos referidos no caput deverão, por ocasião de sua posse, formalizar ciência do inteiro teor da presente Portaria." (NR)

Art.2º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Portaria nº 239, de 2019:

I - § 5º do art. 8º; e

II - art. 9º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de Julho de 2020.

PAULO GUEDES

DESPACHO DE 9 DE JUNHO DE 2020

Processo nº: 17944.107403/2018-69.
Interessado: Estado de Alagoas.
Assunto: Décimo Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas n° 017/98 STN/COAFI, a ser celebrado entre a União e o Estado de Alagoas, destinado à alteração do valor base de apuração do limite de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 156, de 2016, estabelecido no Nono Termo Aditivo ao citado Contrato.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, autorizo a contratação, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

Documento assinado eletronicamente

PAULO GUEDES
Ministro

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

3ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio, em até 2 (dois) dias úteis antes do inicio da reunião de julgamento, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3 - Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta em até 2 (dois) dias úteis antes do inicio da reunião de julgamento, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião presencial, a ser agendada oportunamente.

4) O julgamento do Processo nº 10880.682822/2009-37 (item 37) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 38 a 43. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 38 a 43, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 10120.906227/2011-19 (item 45) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 46 a 53. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 46 a 53, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 13971.900707/2008-48 (item 91) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 92 a 101. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 92 a 101, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

7) O julgamento do Processo nº 13830.903548/2011-43 (item 111) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 112 a 116. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 112 a 116, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

8) O julgamento do Processo nº 10120.909429/2011-12 (item 143) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 144 a 162. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 144 a 162, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

9) O julgamento do Processo nº 10783.900072/2014-56 (item 201) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 202 a 210. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 202 a 210, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

10) O julgamento do Processo nº 10925.906593/2012-93 (item 211) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 212 a 221. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 212 a 221, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

11) O julgamento do Processo nº 16327.906553/2012-77 (item 222) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 223 a 230. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 223 a 230, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

12) O julgamento do Processo nº 10880.954781/2017-04 (item 231) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 232 a 298. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 232 a 298, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

13) O julgamento do Processo nº 10980.922349/2012-11 (item 310) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 311 a 320. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 311 a 320, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

14) O julgamento do Processo nº 11060.900285/2014-04 (item 325) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 326 a 362. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 326 a 362, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

15) O julgamento do Processo nº 13819.900617/2016-20 (item 363) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 364 a 378. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 364 a 378, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

16) O julgamento do Processo nº 10850.723447/2011-64 (item 390) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 391 a 399. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 391 a 399, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

17) O julgamento do Processo nº 10840.905412/2012-41 (item 409) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 410 a 419. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 410 a 419, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 23 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA

1 - Processo nº: 10825.002178/2004-87 - Recorrente: BEL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 16682.900296/2013-00 - Recorrente: BANCO BTG PACTUAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 16682.900660/2013-23 - Recorrente: BANCO BTG PACTUAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 16682.900673/2013-01 - Recorrente: BANCO BTG PACTUAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

5 - Processo nº: 10580.901357/2011-48 - Recorrente: COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA CODEBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10580.901358/2011-92 - Recorrente: COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA CODEBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10580.901359/2011-37 - Recorrente: COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA CODEBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA

8 - Processo nº: 10920.720897/2014-77 - Recorrente: CV AUDIO COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10945.720037/2008-15 - Recorrente: ELCIO DE LARA E OUTRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

10 - Processo nº: 10880.660161/2012-94 - Recorrente: COMPANHIA DE PARTICIPACOES EM CONCESSOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10880.660162/2012-39 - Recorrente: COMPANHIA DE PARTICIPACOES EM CONCESSOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10880.660163/2012-83 - Recorrente: COMPANHIA DE PARTICIPACOES EM CONCESSOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10880.660164/2012-28 - Recorrente: COMPANHIA DE PARTICIPACOES EM CONCESSOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10880.660165/2012-72 - Recorrente: COMPANHIA DE PARTICIPACOES EM CONCESSOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10880.660166/2012-17 - Recorrente: COMPANHIA DE PARTICIPACOES EM CONCESSOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA

16 - Processo nº: 10166.728968/2011-26 - Recorrente: JOSE CELSO GONTIJO ENGENHARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 12457.015299/2006-11 - Recorrente: FELIPE AUGUSTO MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
18 - Processo nº: 15374.981501/2009-56 - Recorrente: CRAFT ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 15374.981502/2009-09 - Recorrente: CRAFT ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 15374.981503/2009-45 - Recorrente: CRAFT ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 18470.900841/2012-90 - Recorrente: CRAFT ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
22 - Processo nº: 10850.001912/2002-11 - Recorrente: ALIRIO RODRIGUES MELO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 11128.002606/2004-00 - Recorrente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
24 - Processo nº: 15374.948131/2009-45 - Recorrente: EXPANSION TRANSMISSAO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 15374.952082/2009-45 - Recorrente: EXPANSION TRANSMISSAO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 15374.952083/2009-90 - Recorrente: EXPANSION TRANSMISSAO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 15374.952084/2009-34 - Recorrente: EXPANSION TRANSMISSAO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 15374.952085/2009-89 - Recorrente: EXPANSION TRANSMISSAO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 15374.952086/2009-23 - Recorrente: EXPANSION TRANSMISSAO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 15374.952087/2009-78 - Recorrente: EXPANSION TRANSMISSAO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 15374.952088/2009-12 - Recorrente: EXPANSION TRANSMISSAO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 15374.952089/2009-67 - Recorrente: EXPANSION TRANSMISSAO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 15374.953999/2009-67 - Recorrente: EXPANSION TRANSMISSAO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 15374.954000/2009-05 - Recorrente: EXPANSION TRANSMISSAO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 15374.954002/2009-96 - Recorrente: EXPANSION TRANSMISSAO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 15374.954003/2009-31 - Recorrente: EXPANSION TRANSMISSAO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
37 - Processo nº: 10880.682822/2009-37 - Recorrente: SANDVIK MINING AND CONSTRUCTION DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
38 - Processo nº: 10880.682826/2009-15 - Recorrente: SANDVIK MINING AND CONSTRUCTION DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10880.682829/2009-59 - Recorrente: SANDVIK MINING AND CONSTRUCTION DO BRASI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10880.682830/2009-83 - Recorrente: SANDVIK MINING AND CONSTRUCTION DO BRASI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10880.682831/2009-28 - Recorrente: SANDVIK MINING AND CONSTRUCTION DO BRASI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10880.682832/2009-72 - Recorrente: SANDVIK MINING AND CONSTRUCTION DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10880.682835/2009-14 - Recorrente: SANDVIK MINING AND CONSTRUCTION DO BRASI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
44 - Processo nº: 10880.923784/2012-83 - Recorrente: SANDVIK MINING AND ROCK TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10120.906227/2011-19 - Recorrente: TELMA ELENA NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
46 - Processo nº: 10120.906228/2011-63 - Recorrente: TELMA ELENA NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10120.906229/2011-16 - Recorrente: TELMA ELENA NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10120.906230/2011-32 - Recorrente: TELMA ELENA NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10120.906231/2011-87 - Recorrente: TELMA ELENA NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10120.906232/2011-21 - Recorrente: TELMA ELENA NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10120.906233/2011-76 - Recorrente: TELMA ELENA NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10120.906234/2011-11 - Recorrente: TELMA ELENA NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10120.906235/2011-65 - Recorrente: TELMA ELENA NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
54 - Processo nº: 19647.019286/2008-95 - Recorrente: FRT TECNOLOGIA ELETRONICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 19647.019298/2008-10 - Recorrente: FRT TECNOLOGIA ELETRONICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 19647.019302/2008-40 - Recorrente: FRT TECNOLOGIA ELETRONICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 19647.019305/2008-83 - Recorrente: FRT TECNOLOGIA ELETRONICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13839.905948/2008-16 - Recorrente: GRANIBRAS GRANITOS BRASILEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13839.905950/2008-87 - Recorrente: GRANIBRAS GRANITOS BRASILEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 13839.905951/2008-21 - Recorrente: GRANIBRAS GRANITOS BRASILEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13971.903800/2010-29 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13971.903801/2010-73 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13971.903803/2010-62 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13971.903804/2010-15 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13975.000045/2004-41 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
66 - Processo nº: 13839.902438/2010-01 - Recorrente: INDUSTRIA DE MAQUINAS PROFAMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13839.902442/2010-61 - Recorrente: INDUSTRIA DE MAQUINAS PROFAMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13839.902443/2010-14 - Recorrente: INDUSTRIA DE MAQUINAS PROFAMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
69 - Processo nº: 10880.940429/2009-73 - Recorrente: MODELACAO UNIDOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10880.940430/2009-06 - Recorrente: MODELACAO UNIDOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10880.940431/2009-42 - Recorrente: MODELACAO UNIDOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10880.940432/2009-97 - Recorrente: MODELACAO UNIDOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10880.940433/2009-31 - Recorrente: MODELACAO UNIDOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10880.940434/2009-86 - Recorrente: MODELACAO UNIDOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10880.940435/2009-21 - Recorrente: MODELACAO UNIDOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10880.940436/2009-75 - Recorrente: MODELACAO UNIDOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10880.940441/2009-88 - Recorrente: MODELACAO UNIDOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13971.002308/2011-15 - Recorrente: MALHARIA DIANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
79 - Processo nº: 11080.008201/2009-75 - Recorrente: R C I INFORMATICA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10880.914100/2009-57 - Recorrente: SISTEMAS DE ENSINO ABRIL EDUCACAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
81 - Processo nº: 13971.900704/2008-12 - Recorrente: CREMER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 13971.900712/2008-51 - Recorrente: CREMER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 13971.900721/2008-41 - Recorrente: CREMER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 13971.901513/2008-60 - Recorrente: CREMER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 13971.903151/2008-41 - Recorrente: CREMER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 13971.903152/2008-96 - Recorrente: CREMER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 13971.904670/2009-16 - Recorrente: CREMER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
88 - Processo nº: 13884.000738/2003-71 - Recorrente: SISTEMA ENG.E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10783.920631/2011-00 - Recorrente: TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10850.902711/2015-58 - Recorrente: TROUW NUTRITION BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
91 - Processo nº: 13971.900707/2008-48 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
92 - Processo nº: 13971.901935/2009-16 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 13971.902869/2009-00 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 13971.902870/2009-26 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 13971.907593/2009-48 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 13971.908589/2009-05 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 13971.908590/2009-21 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 13971.908596/2009-07 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 13971.908597/2009-43 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 13971.908598/2009-98 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 13971.908602/2009-18 - Recorrente: HENNINGS VEDACOES HIDRAULICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
102 - Processo nº: 10640.720180/2008-23 - Recorrente: INDUSTRIA DE PAPEIS SUDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10640.720181/2008-78 - Recorrente: INDUSTRIA DE PAPEIS SUDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10640.720182/2008-12 - Recorrente: INDUSTRIA DE PAPEIS SUDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10640.720183/2008-67 - Recorrente: INDUSTRIA DE PAPEIS SUDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10640.720184/2008-10 - Recorrente: INDUSTRIA DE PAPEIS SUDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10640.720185/2008-56 - Recorrente: INDUSTRIA DE PAPEIS SUDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10640.720186/2008-09 - Recorrente: INDUSTRIA DE PAPEIS SUDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10640.720187/2008-45 - Recorrente: INDUSTRIA DE PAPEIS SUDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10640.720188/2008-90 - Recorrente: INDUSTRIA DE PAPEIS SUDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO CORREIA LIMA MACEDO
111 - Processo nº: 13830.903548/2011-43 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
112 - Processo nº: 13830.903538/2011-16 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 13830.903539/2011-52 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 13830.903545/2011-18 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 13830.903546/2011-54 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 13830.903547/2011-07 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO CORREIA LIMA MACEDO
117 - Processo nº: 10882.901961/2008-74 - Recorrente: CENTURYLINK COMUNICACOES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10882.901969/2008-31 - Recorrente: CENTURYLINK COMUNICACOES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10882.901971/2008-18 - Recorrente: CENTURYLINK COMUNICACOES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10882.901972/2008-54 - Recorrente: CENTURYLINK COMUNICACOES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
121 - Processo nº: 10882.902414/2010-21 - Recorrente: MERCK SHARP & DOHME SAUDE ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10882.902415/2010-75 - Recorrente: MERCK SHARP & DOHME SAUDE ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10830.005537/2003-06 - Recorrente: TETRA PAK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
124 - Processo nº: 16327.000962/2005-39 - Recorrente: AIG FBRASIL CIA DE SEGUROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 16327.000966/2005-17 - Recorrente: AMERICAN HOME DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 16327.000967/2005-61 - Recorrente: AMERICAN HOME DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO CORREIA LIMA MACEDO
127 - Processo nº: 13603.721398/2015-69 - Recorrente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 13603.721401/2015-44 - Recorrente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 13603.721405/2015-22 - Recorrente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 13603.721412/2015-24 - Recorrente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 13603.721544/2015-56 - Recorrente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
132 - Processo nº: 13855.000846/2006-34 - Recorrente: INDUSTRIA DE CALCADOS KISSOL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 13855.000847/2006-89 - Recorrente: INDUSTRIA DE CALCADOS KISSOL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 13855.000848/2006-23 - Recorrente: INDUSTRIA DE CALCADOS KISSOL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
135 - Processo nº: 11080.909169/2012-42 - Recorrente: VONPAR REFRESCOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO CORREIA LIMA MACEDO
136 - Processo nº: 13897.000363/2003-09 - Embargante: FLINT GROUP TINTAS DE IMPRESSAO LTDA.
137 - Processo nº: 15165.722669/2015-35 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: GCM TRADE -IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
138 - Processo nº: 11610.012528/2001-59 - Recorrente: IFER ESTAMPARIA E FERRAMENTARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 19679.010242/2003-18 - Recorrente: IFER ESTAMPARIA E FERRAMENTARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
140 - Processo nº: 11843.000152/2007-91 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS GUARESE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 16327.901759/2006-62 - Recorrente: BANCO ITAU S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 16327.003529/2002-11 - Recorrente: CAPITALIZA EMPRESA DE CAPITALIZAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
143 - Processo nº: 10120.909429/2011-12 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
144 - Processo nº: 10120.909415/2011-07 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10120.909416/2011-43 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10120.909418/2011-32 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10120.909419/2011-87 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10120.909420/2011-10 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10120.909421/2011-56 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 10120.909422/2011-09 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10120.909423/2011-45 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10120.909424/2011-90 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10120.909425/2011-34 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10120.909426/2011-89 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10120.909427/2011-23 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10120.909428/2011-78 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10120.909436/2011-14 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10120.909442/2011-71 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 10120.909444/2011-61 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 10120.909446/2011-50 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 10120.909447/2011-02 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 10120.909454/2011-04 - Recorrente: ADUBOS SUDOESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
163 - Processo nº: 13839.905791/2012-05 - Recorrente: ELEKEIROZ S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
164 - Processo nº: 11070.002311/2009-42 - Recorrente: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 11070.002313/2009-31 - Recorrente: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 11070.002314/2009-86 - Recorrente: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 11070.002315/2009-21 - Recorrente: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 11070.002316/2009-75 - Recorrente: COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SANTO ANGELO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO CORREIA LIMA MACEDO
169 - Processo nº: 10325.901495/2011-48 - Recorrente: FERGUMAR FERRO GUSA DO MARANHAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 10325.901498/2011-81 - Recorrente: FERGUMAR FERRO GUSA DO MARANHAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 10325.901503/2011-56 - Recorrente: FERGUMAR FERRO GUSA DO MARANHAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10325.901504/2011-09 - Recorrente: FERGUMAR FERRO GUSA DO MARANHAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 10325.901506/2011-90 - Recorrente: FERGUMAR FERRO GUSA DO MARANHAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 10325.901509/2011-23 - Recorrente: FERGUMAR FERRO GUSA DO MARANHAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
175 - Processo nº: 15374.923086/2009-16 - Recorrente: CONBRAS SERVICOS TECNICOS DE SUPORTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 11070.002929/2003-17 - Recorrente: COOPERATIVA TRITICOLA REG.STO ANGELO LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 10865.002220/2002-21 - Recorrente: COP CER COMERCIO DE PROD CERAMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 10218.720027/2005-43 - Recorrente: REFLORESTADORA AGUA AZUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
179 - Processo nº: 11080.005355/2009-13 - Recorrente: ECORE SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 11080.005357/2009-02 - Recorrente: ECORE SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 11080.006446/2009-68 - Recorrente: ECORE SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
182 - Processo nº: 11030.001132/2008-83 - Recorrente: STARA S A INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 11030.001133/2008-28 - Recorrente: STARA S A INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 11030.001136/2008-61 - Recorrente: STARA S A INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO CORREIA LIMA MACEDO
185 - Processo nº: 10980.911171/2009-70 - Recorrente: HUHTAMAKI DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 10940.901849/2011-05 - Recorrente: HUHTAMAKI DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 10940.901850/2011-21 - Recorrente: HUHTAMAKI DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 10940.901851/2011-76 - Recorrente: HUHTAMAKI DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 10940.901852/2011-11 - Recorrente: HUHTAMAKI DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 10940.901853/2011-65 - Recorrente: HUHTAMAKI DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
191 - Processo nº: 10680.020287/2007-11 - Recorrente: FEDERACAO UNIODONTOS EST MG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 10711.720233/2012-10 - Recorrente: TRABLIN TRADING BRASILEIRA DE LIGAS E INOCULANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
193 - Processo nº: 11968.001034/2009-56 - Recorrente: MSC MEDITERR. SHIPPING DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 11968.000834/2010-93 - Recorrente: MSC MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 11968.720348/2011-76 - Recorrente: MSC MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
196 - Processo nº: 10120.903106/2010-34 - Recorrente: MERCANTIL QUEIROZ VEICULOS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10120.903107/2010-89 - Recorrente: MERCANTIL QUEIROZ VEICULOS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 10120.903110/2010-01 - Recorrente: MERCANTIL QUEIROZ VEICULOS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
199 - Processo nº: 16004.001476/2008-23 - Recorrente: BADY BASSITT PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
200 - Processo nº: 10768.003153/2004-22 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SAB TRADING COMERCIAL EXPORTADORA LTDA

DIA 25 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
201 - Processo nº: 10783.900072/2014-56 - Recorrente: ITAPOA SUPERMERCADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
202 - Processo nº: 10783.900073/2014-09 - Recorrente: ITAPOA SUPERMERCADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 10783.900433/2014-64 - Recorrente: ITAPOA SUPERMERCADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 10783.908143/2013-88 - Recorrente: ITAPOA SUPERMERCADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 10783.908144/2013-22 - Recorrente: ITAPOA SUPERMERCADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 10783.908145/2013-77 - Recorrente: ITAPOA SUPERMERCADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 10783.908146/2013-11 - Recorrente: ITAPOA SUPERMERCADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 10783.909027/2013-86 - Recorrente: ITAPOA SUPERMERCADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 10783.909028/2013-21 - Recorrente: ITAPOA SUPERMERCADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 10783.909029/2013-75 - Recorrente: ITAPOA SUPERMERCADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
211 - Processo nº: 10925.906593/2012-93 - Recorrente: LATICINIOS SAO JOAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
212 - Processo nº: 10925.906594/2012-38 - Recorrente: LATICINIOS SAO JOAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 10925.906595/2012-82 - Recorrente: LATICINIOS SAO JOAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 10925.906596/2012-27 - Recorrente: LATICINIOS SAO JOAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 10925.906597/2012-71 - Recorrente: LATICINIOS SAO JOAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 10925.906598/2012-16 - Recorrente: LATICINIOS SAO JOAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 10925.906599/2012-61 - Recorrente: LATICINIOS SAO JOAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 10925.906600/2012-57 - Recorrente: LATICINIOS SAO JOAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 10925.906601/2012-00 - Recorrente: LATICINIOS SAO JOAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 10925.906712/2012-16 - Recorrente: LATICINIOS SAO JOAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 10925.906713/2012-52 - Recorrente: LATICINIOS SAO JOAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
222 - Processo nº: 16327.906553/2012-77 - Recorrente: METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
223 - Processo nº: 16327.906554/2012-11 - Recorrente: METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 16327.907311/2012-09 - Recorrente: METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 16327.907312/2012-45 - Recorrente: METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

226 - Processo nº: 16327.907313/2012-90 - Recorrente: METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 16327.907314/2012-34 - Recorrente: METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 16327.907315/2012-89 - Recorrente: METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 16327.907316/2012-23 - Recorrente: METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 16327.907317/2012-78 - Recorrente: METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
231 - Processo nº: 10880.954781/2017-04 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
232 - Processo nº: 10880.954782/2017-41 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 10880.954785/2017-84 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 10880.954786/2017-29 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 10880.954787/2017-73 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 10880.954788/2017-18 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 10880.954791/2017-31 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 10880.954792/2017-86 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 10880.954794/2017-75 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo nº: 10880.954796/2017-64 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo nº: 10880.954797/2017-17 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 10880.954798/2017-53 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 10880.954799/2017-06 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo nº: 10880.954800/2017-94 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo nº: 10880.954801/2017-39 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo nº: 10880.954802/2017-83 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo nº: 10880.954803/2017-28 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo nº: 10880.954804/2017-72 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo nº: 10880.954805/2017-17 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo nº: 10880.954806/2017-61 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo nº: 10880.954807/2017-14 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
252 - Processo nº: 10880.954808/2017-51 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo nº: 10880.954809/2017-03 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
254 - Processo nº: 10880.954810/2017-20 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 10880.954811/2017-74 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo nº: 10880.954812/2017-19 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo nº: 10880.954813/2017-63 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo nº: 10880.954814/2017-16 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo nº: 10880.954815/2017-52 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo nº: 10880.954816/2017-05 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
261 - Processo nº: 10880.954817/2017-41 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo nº: 10880.954818/2017-96 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 10880.954819/2017-31 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
264 - Processo nº: 10880.954821/2017-18 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
265 - Processo nº: 10880.954822/2017-54 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo nº: 10880.954824/2017-43 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo nº: 10880.954825/2017-98 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
268 - Processo nº: 10880.954826/2017-32 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
269 - Processo nº: 10880.954828/2017-21 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
270 - Processo nº: 10880.954829/2017-76 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo nº: 10880.954830/2017-09 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
272 - Processo nº: 10880.954832/2017-90 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
273 - Processo nº: 10880.954833/2017-34 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
274 - Processo nº: 10880.954834/2017-89 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo nº: 10880.954835/2017-23 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
276 - Processo nº: 10880.954836/2017-78 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 10880.954837/2017-12 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo nº: 10880.954838/2017-67 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo nº: 10880.954839/2017-10 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo nº: 10880.954840/2017-36 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
281 - Processo nº: 10880.954841/2017-81 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
282 - Processo nº: 10880.954842/2017-25 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
283 - Processo nº: 10880.954843/2017-70 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
284 - Processo nº: 10880.954844/2017-14 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
285 - Processo nº: 10880.954845/2017-69 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo nº: 10880.954846/2017-11 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
287 - Processo nº: 10880.954847/2017-58 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 10880.954848/2017-01 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo nº: 10880.954849/2017-47 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
290 - Processo nº: 10880.954850/2017-71 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
291 - Processo nº: 10880.954851/2017-16 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
292 - Processo nº: 10880.954853/2017-13 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo nº: 10880.954854/2017-50 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
294 - Processo nº: 10880.954855/2017-02 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo nº: 10880.954856/2017-49 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
296 - Processo nº: 10880.954858/2017-38 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
297 - Processo nº: 10880.954859/2017-82 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
298 - Processo nº: 10880.954860/2017-15 - Recorrente: TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
299 - Processo nº: 10855.901040/2008-39 - Recorrente: WIKA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
300 - Processo nº: 10855.901053/2008-16 - Recorrente: WIKA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
301 - Processo nº: 10855.901101/2008-68 - Recorrente: WIKA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
302 - Processo nº: 10855.901168/2008-01 - Recorrente: WIKA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
303 - Processo nº: 10855.901180/2008-15 - Recorrente: WIKA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
304 - Processo nº: 10855.901187/2008-29 - Recorrente: WIKA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
305 - Processo nº: 10855.910118/2009-97 - Recorrente: WIKA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
306 - Processo nº: 10855.910753/2009-74 - Recorrente: WIKA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
307 - Processo nº: 10855.910117/2009-42 - Recorrente: WIKA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAERCIO CRUZ ULIANA JUNIOR
308 - Processo nº: 10921.000326/2009-45 - Recorrente: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
309 - Processo nº: 11891.000270/2007-24 - Recorrente: LUMEN CENTRO DE DIAGNOSTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
310 - Processo nº: 10980.922349/2012-11 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
311 - Processo nº: 10980.922341/2012-47 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
312 - Processo nº: 10980.922342/2012-91 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
313 - Processo nº: 10980.922343/2012-36 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
314 - Processo nº: 10980.922344/2012-81 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
315 - Processo nº: 10980.922345/2012-25 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
316 - Processo nº: 10980.922346/2012-70 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
317 - Processo nº: 10980.922347/2012-14 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
318 - Processo nº: 10980.922348/2012-69 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
319 - Processo nº: 10980.922350/2012-38 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo nº: 10980.922351/2012-82 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
321 - Processo nº: 14041.000373/2005-21 - Recorrente: EXPRESSAO COMUNIC GRAFICA E EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
322 - Processo nº: 10580.004612/2005-64 - Recorrente: MULTI GRAPHICS COM E SERV GRAFICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
323 - Processo nº: 19515.000427/2005-59 - Recorrente: PRINTING PRESS EDITORA GRAFICA LIMITADA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
324 - Processo nº: 18471.000136/2005-51 - Recorrente: INK PRODUCOES GRAFICAS LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
325 - Processo nº: 11060.900285/2014-04 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
326 - Processo nº: 11060.900286/2014-41 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
327 - Processo nº: 11060.900287/2014-95 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
328 - Processo nº: 11060.900288/2014-30 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
329 - Processo nº: 11060.900289/2014-84 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
330 - Processo nº: 11060.900290/2014-17 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
331 - Processo nº: 11060.900291/2014-53 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
332 - Processo nº: 11060.900292/2014-06 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
333 - Processo nº: 11060.900293/2014-42 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo nº: 11060.900294/2014-97 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
335 - Processo nº: 11060.900295/2014-31 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
336 - Processo nº: 11060.900296/2014-86 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
337 - Processo nº: 11060.900297/2014-21 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
338 - Processo nº: 11060.900298/2014-75 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

339 - Processo nº: 11060.900299/2014-10 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
340 - Processo nº: 11060.900300/2014-14 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
341 - Processo nº: 11060.900301/2014-51 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
342 - Processo nº: 11060.900431/2014-93 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
343 - Processo nº: 11060.900432/2014-38 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
344 - Processo nº: 11060.900433/2014-82 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
345 - Processo nº: 11060.900434/2014-27 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
346 - Processo nº: 11060.900435/2014-71 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
347 - Processo nº: 11060.900436/2014-16 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
348 - Processo nº: 11060.900437/2014-61 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
349 - Processo nº: 11060.900438/2014-13 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
350 - Processo nº: 11060.900439/2014-50 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
351 - Processo nº: 11060.900440/2014-84 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
352 - Processo nº: 11060.900441/2014-29 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
353 - Processo nº: 11060.900442/2014-73 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
354 - Processo nº: 11060.900443/2014-18 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
355 - Processo nº: 11060.900444/2014-62 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
356 - Processo nº: 11060.900445/2014-15 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
357 - Processo nº: 11060.900446/2014-51 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
358 - Processo nº: 11060.900447/2014-04 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
359 - Processo nº: 11060.900448/2014-41 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
360 - Processo nº: 11060.900449/2014-95 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
361 - Processo nº: 11060.900450/2014-10 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
362 - Processo nº: 11060.900451/2014-64 - Recorrente: ANBRASKO COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
363 - Processo nº: 13819.900617/2016-20 - Recorrente: GIGLIO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
364 - Processo nº: 13819.900618/2016-74 - Recorrente: GIGLIO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
365 - Processo nº: 13819.900619/2016-19 - Recorrente: GIGLIO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
366 - Processo nº: 13819.900620/2016-43 - Recorrente: GIGLIO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
367 - Processo nº: 13819.900621/2016-98 - Recorrente: GIGLIO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
368 - Processo nº: 13819.900622/2016-32 - Recorrente: GIGLIO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
369 - Processo nº: 13819.901210/2016-10 - Recorrente: GIGLIO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
370 - Processo nº: 13819.901211/2016-64 - Recorrente: GIGLIO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
371 - Processo nº: 13819.901212/2016-17 - Recorrente: GIGLIO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
372 - Processo nº: 13819.901213/2016-53 - Recorrente: GIGLIO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
373 - Processo nº: 13819.901214/2016-06 - Recorrente: GIGLIO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
374 - Processo nº: 13819.901215/2016-42 - Recorrente: GIGLIO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
375 - Processo nº: 13819.901216/2016-97 - Recorrente: GIGLIO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
376 - Processo nº: 13819.901217/2016-31 - Recorrente: GIGLIO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
377 - Processo nº: 13819.903411/2016-51 - Recorrente: GIGLIO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
378 - Processo nº: 13819.903412/2016-04 - Recorrente: GIGLIO S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
379 - Processo nº: 13896.910095/2012-28 - Recorrente: JPTE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
380 - Processo nº: 13896.910112/2012-27 - Recorrente: JPTE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
381 - Processo nº: 10880.915265/2006-01 - Recorrente: MARBOR MAQUINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
382 - Processo nº: 10880.906343/2008-31 - Recorrente: MARBOR MAQUINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
383 - Processo nº: 10880.907919/2008-87 - Recorrente: MARBOR MAQUINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
384 - Processo nº: 10880.914098/2009-16 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA ANGLO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
385 - Processo nº: 13971.004308/2009-35 - Recorrente: POSTO PETROLANDIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
386 - Processo nº: 11030.001308/2006-35 - Recorrente: SBC ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAERCIO CRUZ ULIANA JUNIOR
387 - Processo nº: 13310.000019/00-22 - Recorrente: CALCADOS ANIGER NORDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
388 - Processo nº: 10380.720494/2008-34 - Recorrente: CALCADOS ANIGER NORDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
389 - Processo nº: 10380.720495/2008-89 - Recorrente: CALCADOS ANIGER NORDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
390 - Processo nº: 10850.723447/2011-64 - Recorrente: SERVICENTRO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
391 - Processo nº: 10850.723446/2011-10 - Recorrente: SERVICENTRO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
392 - Processo nº: 10850.723448/2011-17 - Recorrente: SERVICENTRO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
393 - Processo nº: 10850.723449/2011-53 - Recorrente: SERVICENTRO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
394 - Processo nº: 10850.723451/2011-22 - Recorrente: SERVICENTRO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
395 - Processo nº: 10850.723454/2011-66 - Recorrente: SERVICENTRO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
396 - Processo nº: 10850.723455/2011-19 - Recorrente: SERVICENTRO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
397 - Processo nº: 10850.723456/2011-55 - Recorrente: SERVICENTRO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
398 - Processo nº: 10850.723457/2011-08 - Recorrente: SERVICENTRO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
399 - Processo nº: 10850.723458/2011-44 - Recorrente: SERVICENTRO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
400 - Processo nº: 10715.002914/2007-97 - Recorrentes: BAYER SA e FAZENDA NACIONAL
401 - Processo nº: 10830.720076/2007-11 - Recorrente: GEVISA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO CORREIA LIMA MACEDO
402 - Processo nº: 11065.720066/2015-76 - Recorrente: PACIFIL BRASIL- INDUSTRIA , COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE SILOS PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
403 - Processo nº: 16349.000188/2009-31 - Recorrente: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
404 - Processo nº: 16349.000190/2009-19 - Recorrente: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
405 - Processo nº: 16349.000201/2009-52 - Recorrente: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
406 - Processo nº: 16349.000211/2009-98 - Recorrente: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
407 - Processo nº: 10830.723459/2011-27 - Recorrente: SUPER ZINCO TRATAMENTO DE METAIS COMERCIO E IND LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
408 - Processo nº: 10830.723460/2011-51 - Recorrente: SUPER ZINCO TRATAMENTO DE METAIS COMERCIO E IND LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAERCIO CRUZ ULIANA JUNIOR
409 - Processo nº: 10840.905412/2012-41 - Recorrente: C M L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
410 - Processo nº: 10840.905414/2012-31 - Recorrente: C M L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
411 - Processo nº: 10840.906770/2012-71 - Recorrente: C M L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
412 - Processo nº: 10840.906771/2012-16 - Recorrente: C M L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
413 - Processo nº: 10840.906772/2012-61 - Recorrente: C M L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
414 - Processo nº: 10840.906773/2012-13 - Recorrente: C M L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
415 - Processo nº: 10840.906774/2012-50 - Recorrente: C M L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
416 - Processo nº: 10840.906775/2012-02 - Recorrente: C M L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
417 - Processo nº: 10840.906776/2012-49 - Recorrente: C M L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
418 - Processo nº: 10840.906777/2012-93 - Recorrente: C M L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
419 - Processo nº: 10840.906778/2012-38 - Recorrente: C M L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAERCIO CRUZ ULIANA JUNIOR
420 - Processo nº: 10840.000945/2003-44 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VIRALCOOL - ACUCAR E ALCOOL LTDA.
421 - Processo nº: 10840.001434/2003-40 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VIRALCOOL - ACUCAR E ALCOOL LTDA.
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
422 - Processo nº: 10814.010012/2006-25 - Recorrente: KLM CIA REAL HOLANDESA DE AVIACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
423 - Processo nº: 10814.019439/2008-51 - Recorrente: KLM CIA REAL HOLANDESA DE AVIACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
424 - Processo nº: 13888.000857/2002-11 - Recorrente: PARTNER AUDIT E ASSESS GLOBAL SC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
425 - Processo nº: 10070.001028/2002-64 - Recorrente: HEMATOLOGISTAS ASSOCIADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
426 - Processo nº: 11075.000452/2005-57 - Recorrente: TAMGO TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
427 - Processo nº: 19482.000034/2008-12 - Recorrente: EMPRESA BRA DE INFRA AER.INFRAERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
428 - Processo nº: 10689.000006/2009-95 - Recorrente: INFRAERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
429 - Processo nº: 10689.000003/2009-51 - Recorrente: INFRAERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO CORREIA LIMA MACEDO
430 - Processo nº: 11831.003069/2002-07 - Recorrente: TRES MARIAS EXPORTACAO, IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
431 - Processo nº: 11831.003075/2002-56 - Recorrente: TRES MARIAS EXPORTACAO, IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
432 - Processo nº: 16349.000388/2008-11 - Recorrente: TRES MARIAS EXPORTACAO, IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
433 - Processo nº: 10880.906828/2008-24 - Recorrente: TRES MARIAS EXPORTACAO, IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
434 - Processo nº: 10880.928340/2009-39 - Recorrente: TRES MARIAS EXPORTACAO, IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
435 - Processo nº: 10855.901460/2008-15 - Recorrente: LUK DO BRASIL EMBREAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
436 - Processo nº: 16024.000738/2008-02 - Recorrente: LUK DO BRASIL EMBREAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAERCIO CRUZ ULIANA JUNIOR
437 - Processo nº: 10715.006157/2009-92 - Recorrente: AMERICAN AIRLINES INC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
438 - Processo nº: 16682.721091/2014-32 - Recorrente: OI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
439 - Processo nº: 13502.902512/2011-64 - Recorrente: OXITENO NORDESTE S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA

440 - Processo nº: 10935.720298/2016-56 - Recorrente: DAIDUT BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
441 - Processo nº: 10909.722290/2015-61 - Recorrente: SMO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
442 - Processo nº: 16024.000089/2009-12 - Recorrente: BEIRA RIO INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAERCIO CRUZ ULIANA JUNIOR
443 - Processo nº: 10074.000417/2007-47 - Recorrente: NATIONAL DIAMOND DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
444 - Processo nº: 10907.720822/2016-26 - Recorrente: PROSPERA TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
445 - Processo nº: 10380.904365/2010-11 - Recorrente: NORSA REFRIGERANTES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção

3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio, em até 2 (dois) dias úteis antes do inicio da reunião de julgamento, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta em até 2 (dois) dias úteis antes do inicio da reunião de julgamento, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião presencial, a ser agendada oportunamente;

4) O julgamento do Processo nº 13886.720658/2012-15 (item 10) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 11 a 18. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 11 a 18, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10830.907251/2012-40 (item 52) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 53 a 58. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 53 a 58, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10980.921017/2012-10 (item 59) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 60 a 138. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 60 a 138, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 10880.677079/2009-01 (item 156) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 157 a 169. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 157 a 169, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

8) O julgamento do Processo nº 10280.902629/2012-92 (item 170) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 171 a 182. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 171 a 182, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

9) O julgamento do Processo nº 10880.928457/2009-12 (item 194) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 195 a 206. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 195 a 206, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

10) O julgamento do Processo nº 10880.906131/2008-53 (item 207) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 208 a 213. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 208 a 213, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

11) O julgamento do Processo nº 10880.660132/2012-22 (item 214) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 215 a 223. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 215 a 223, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

12) O julgamento do Processo nº 10670.903454/2016-71 (item 224) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 225 a 238. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 225 a 238, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

13) O julgamento do Processo nº 10980.910683/2012-14 (item 239) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 240 a 256. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 240 a 256, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

14) O julgamento do Processo nº 13502.720043/2015-91 (item 286) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 287 a 297. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 287 a 297, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

15) O julgamento do Processo nº 10935.905973/2012-91 (item 321) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 322 a 326. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 322 a 326, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

16) O julgamento do Processo nº 10983.902990/2009-04 (item 329) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 330 a 341. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 330 a 341, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

17) O julgamento do Processo nº 10880.979178/2009-17 (item 342) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 343 a 351. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 343 a 351, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

18) O julgamento do Processo nº 13609.721081/2013-19 (item 352) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 353 a 368. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 353 a 368, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

19) O julgamento do Processo nº 10640.902989/2009-52 (item 369) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 370 a 379. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 370 a 379, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

20) O julgamento do Processo nº 10880.690157/2009-55 (item 380) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 381 a 384. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 381 a 384, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

21) O julgamento do Processo nº 11020.912377/2011-52 (item 385) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 386 a 392. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 386 a 392, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

22) O julgamento do Processo nº 10280.906324/2011-79 (item 393) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 394 a 396. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 394 a 396, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

23) O julgamento do Processo nº 10293.900094/2008-90 (item 399) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 400 a 408. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 400 a 408, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

24) O julgamento do Processo nº 10940.907141/2011-50 (item 422) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 423 a 429. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 423 a 429, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

25) O julgamento do Processo nº 10530.901088/2012-96 (item 431) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 432 a 444. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 432 a 444, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

26) O julgamento do Processo nº 10380.903525/2013-58 (item 452) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 453 a 463. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 453 a 463, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

27) O julgamento do Processo nº 10850.900212/2017-98 (item 464) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 465 a 583. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 465 a 583, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; E

28) O julgamento do Processo nº 10280.720941/2010-06 (item 596) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 597 a 603. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 597 a 603, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 23 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
1 - Processo nº: 10925.000201/2009-85 - Recorrente: COOPERATIVA TRANSPORTADORES AUTONOMS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
2 - Processo nº: 10640.900509/2012-14 - Recorrente: ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
3 - Processo nº: 13886.720826/2012-64 - Recorrente: VIACAO PRINCESA TECELA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10880.689778/2009-96 - Recorrente: ALMEIDA, ROTENBERG E BOSCOLI - SOCIEDADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10880.689774/2009-16 - Recorrente: ALMEIDA, ROTENBERG E BOSCOLI - SOCIEDADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10880.689776/2009-05 - Recorrente: ALMEIDA, ROTENBERG E BOSCOLI - SOCIEDADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10880.689770/2009-20 - Recorrente: ALMEIDA, ROTENBERG E BOSCOLI - SOCIEDADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10880.689777/2009-41 - Recorrente: ALMEIDA, ROTENBERG E BOSCOLI - SOCIEDADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10880.689780/2009-65 - Recorrente: ALMEIDA, ROTENBERG E BOSCOLI - SOCIEDADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 13886.720658/2012-15 - Recorrente: VIACAO PRINCESA TECELA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
11 - Processo nº: 13886.720297/2012-07 - Recorrente: VIACAO PRINCESA TECELA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13886.720368/2012-63 - Recorrente: VIACAO PRINCESA TECELA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 13886.720513/2012-14 - Recorrente: VIACAO PRINCESA TECELA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 13886.720766/2012-80 - Recorrente: VIACAO PRINCESA TECELA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 13886.720918/2012-44 - Recorrente: VIACAO PRINCESA TECELA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 13886.721030/2012-29 - Recorrente: VIACAO PRINCESA TECELA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 13886.721165/2012-94 - Recorrente: VIACAO PRINCESA TECELA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 13886.721291/2012-49 - Recorrente: VIACAO PRINCESA TECELA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
19 - Processo nº: 13850.000129/2008-14 - Recorrente: ORGANIZACAO EDUCACIONAL CASSIANO RICARDO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10880.990516/2009-71 - Recorrente: SANOFI-SYNTHELABO FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 13896.901837/2017-39 - Recorrente: SGS ENGER ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
22 - Processo nº: 10980.004564/2009-25 - Recorrente: ASSOCIACAO HOSPITALAR DE PROT INFANCIA DR RAUL CARNEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10980.001645/2009-73 - Recorrente: ASSOCIACAO HOSPITALAR DE PROT INFANCIA DR RAUL CARNEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
24 - Processo nº: 13841.000734/2007-13 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DONA CAROLINA MALHEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10925.001745/2002-98 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ACB LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 13706.002498/2003-09 - Recorrente: EVEREST RIO HOTEL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 11610.011222/2001-85 - Recorrente: ITALIA DISTRIBUIDORA DE ELETRODOMESTICOS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
28 - Processo nº: 13888.723481/2012-81 - Recorrente: VIACAO PRINCESA TECELA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
29 - Processo nº: 10865.002315/2007-50 - Recorrente: SOCIEDADE OPERARIA HUMANITARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10640.001699/2002-13 - Recorrente: CIMENTO TUPI SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 13888.722073/2013-92 - Recorrente: NEVES & CHRISTOFOLETTI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10444.001104/2010-56 - Recorrente: JBS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
33 - Processo nº: 10380.720397/2018-13 - Recorrente: MUNICIPIO DE HORIZONTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
34 - Processo nº: 10830.012881/2008-58 - Recorrente: EDICAMP PUBLICACOES CULTURAIS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10855.725890/2017-15 - Recorrente: SISTEMA EDUCACIONAL CIENCIAS E LETRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

36 - Processo nº: 13826.000171/2005-90 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE CANDIDO MOTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
37 - Processo nº: 10925.000200/2009-31 - Recorrente: COOPERATIVA TRANSPORTADORES AUTONOMS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
38 - Processo nº: 13819.001199/94-65 - Recorrente: MUNICIPIO DE SAO BERNARDO DO CAMPO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
39 - Processo nº: 10880.689764/2009-72 - Recorrente: ALMEIDA, ROTENBERG E BOSCOLI - SOCIEDADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10880.689775/2009-52 - Recorrente: ALMEIDA, ROTENBERG E BOSCOLI - SOCIEDADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
41 - Processo nº: 11065.003569/2004-21 - Recorrente: FIRENZE ACABAMENTOS EM COURO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
42 - Processo nº: 13820.000354/2004-84 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13820.000345/2004-93 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13820.000346/2004-38 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13820.000348/2004-27 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 13820.000350/2004-04 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13820.000357/2004-18 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13820.000356/2004-73 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
49 - Processo nº: 10855.724956/2017-50 - Recorrente: SISTEMA EDUCACIONAL CIENCIAS E LETRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
50 - Processo nº: 10680.003971/2004-95 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
51 - Processo nº: 10410.001012/2007-68 - Recorrente: COOP REG DOS PRODUTORES DE ACUCAR E ALCOOL DE ALAGOAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
52 - Processo nº: 10830.907251/2012-40 - Recorrente: COIM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
53 - Processo nº: 10830.907250/2012-03 - Recorrente: COIM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10830.907252/2012-94 - Recorrente: COIM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10830.907253/2012-39 - Recorrente: COIM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10830.907254/2012-83 - Recorrente: COIM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10830.907255/2012-28 - Recorrente: COIM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10830.907256/2012-72 - Recorrente: COIM BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
59 - Processo nº: 10980.921017/2012-10 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
60 - Processo nº: 10980.910686/2012-58 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10980.910687/2012-01 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10980.910688/2012-47 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10980.910689/2012-91 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10980.910690/2012-16 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10980.910691/2012-61 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10980.910692/2012-13 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10980.910693/2012-50 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10980.910694/2012-02 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10980.920984/2012-56 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10980.920985/2012-09 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10980.920986/2012-45 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10980.920987/2012-90 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10980.920988/2012-34 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10980.920989/2012-89 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10980.920990/2012-11 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10980.920991/2012-58 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10980.920992/2012-01 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10980.920993/2012-47 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10980.920994/2012-91 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10980.920995/2012-36 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10980.920996/2012-81 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10980.920997/2012-25 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10980.920998/2012-70 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10980.920999/2012-14 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10980.921000/2012-54 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10980.921001/2012-07 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10980.921002/2012-43 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10980.921003/2012-98 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10980.921004/2012-32 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10980.921005/2012-87 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10980.921006/2012-21 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10980.921007/2012-76 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10980.921008/2012-11 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10980.921009/2012-65 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10980.921010/2012-90 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10980.921011/2012-34 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10980.921012/2012-89 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10980.921013/2012-23 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10980.921014/2012-78 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10980.921015/2012-12 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10980.921016/2012-67 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10980.921018/2012-56 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10980.921019/2012-09 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10980.921020/2012-25 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10980.921021/2012-70 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10980.921022/2012-14 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10980.921023/2012-69 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10980.921024/2012-11 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10980.921025/2012-58 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 10980.921026/2012-01 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10980.921027/2012-47 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10980.921028/2012-91 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10980.921029/2012-36 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10980.921031/2012-13 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10980.921032/2012-50 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10980.921033/2012-02 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10980.921034/2012-49 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10980.921035/2012-93 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10980.921036/2012-38 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10980.921037/2012-82 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10980.921038/2012-27 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10980.921039/2012-71 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10980.921040/2012-04 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10980.921041/2012-41 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10980.921042/2012-95 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10980.921043/2012-30 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10980.921044/2012-84 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10980.921045/2012-29 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10980.921046/2012-73 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 10980.921047/2012-18 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 10980.921048/2012-62 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 10980.921049/2012-15 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 10980.921050/2012-31 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10980.921051/2012-86 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10980.921052/2012-21 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10980.921053/2012-75 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10980.921055/2012-64 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10980.921056/2012-17 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
139 - Processo nº: 10805.901263/2013-59 - Recorrente: PIRELLI PNEUS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10805.901292/2013-11 - Recorrente: PIRELLI PNEUS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10805.901301/2013-73 - Recorrente: PIRELLI PNEUS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 10805.901302/2013-18 - Recorrente: PIRELLI PNEUS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
143 - Processo nº: 19991.000712/2009-88 - Recorrente: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 19991.000710/2009-99 - Recorrente: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 19991.000719/2009-08 - Recorrente: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 19991.000715/2009-11 - Recorrente: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 19991.000709/2009-64 - Recorrente: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 19991.000727/2009-46 - Recorrente: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 19991.000707/2009-75 - Recorrente: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 13656.720068/2010-26 - Recorrente: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA
151 - Processo nº: 10880.920238/2009-95 - Recorrente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10880.920235/2009-51 - Recorrente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10880.920237/2009-41 - Recorrente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 12571.720055/2013-77 - Recorrente: AFFONSO DITZEL & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 12571.720053/2013-88 - Recorrente: AFFONSO DITZEL & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
156 - Processo nº: 10880.677079/2009-01 - Recorrente: OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
157 - Processo nº: 10880.677068/2009-13 - Recorrente: OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10880.677073/2009-26 - Recorrente: OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 10880.677080/2009-28 - Recorrente: OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 10880.677081/2009-72 - Recorrente: OCEANAIR LINHAS AEREAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 10880.677082/2009-17 - Recorrente: OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 10880.677083/2009-61 - Recorrente: OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 10880.677084/2009-14 - Recorrente: OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 10880.677085/2009-51 - Recorrente: OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 10880.920423/2009-80 - Recorrente: OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 10880.923571/2008-75 - Recorrente: OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 10880.952284/2010-97 - Recorrente: OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 10880.952291/2010-99 - Recorrente: OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 10880.952297/2010-66 - Recorrente: OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
170 - Processo nº: 10280.902629/2012-92 - Recorrente: MONTECARLO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
171 - Processo nº: 10280.902630/2012-17 - Recorrente: MONTECARLO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10280.902631/2012-61 - Recorrente: MONTECARLO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 10280.902632/2012-14 - Recorrente: MONTECARLO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 10280.902633/2012-51 - Recorrente: MONTECARLO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 10280.902634/2012-03 - Recorrente: MONTECARLO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 10280.902635/2012-40 - Recorrente: MONTECARLO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 10280.902636/2012-94 - Recorrente: MONTECARLO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 10280.903734/2012-49 - Recorrente: MONTECARLO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 10280.903735/2012-93 - Recorrente: MONTECARLO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 10280.903736/2012-38 - Recorrente: MONTECARLO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 10280.903737/2012-82 - Recorrente: MONTECARLO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 10280.903738/2012-27 - Recorrente: MONTECARLO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
183 - Processo nº: 15374.949355/2009-74 - Recorrente: FARMOQUIMICA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
184 - Processo nº: 10293.900198/2008-02 - Recorrente: ASSOCIACAO ACREANA DE EDUCACAO E CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 11030.001175/2010-83 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 11030.001801/2010-31 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA
187 - Processo nº: 16403.000620/2008-10 - Recorrente: AFFONSO DITZEL & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 12571.000030/2009-77 - Recorrente: AFFONSO DITZEL & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 12571.720054/2013-22 - Recorrente: AFFONSO DITZEL & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
190 - Processo nº: 13907.000018/2006-43 - Recorrente: ARAPONGAS DIESEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
191 - Processo nº: 19515.001018/2009-01 - Recorrente: VEGA ENGENHARIA AMBIENTAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
192 - Processo nº: 10675.003467/2004-64 - Recorrente: NATIVA AGRONEGOCIOS & REPRESENTACOES LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
193 - Processo nº: 19515.002370/2010-90 - Recorrente: COPER REPRESENTACAO E PARTICIPACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
194 - Processo nº: 10880.928457/2009-12 - Recorrente: EDP LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
195 - Processo nº: 10880.928458/2009-67 - Recorrente: EDP LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 10880.928459/2009-10 - Recorrente: EDP LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10880.928460/2009-36 - Recorrente: EDP LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 10880.928461/2009-81 - Recorrente: EDP LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 10880.928462/2009-25 - Recorrente: EDP LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 10880.928463/2009-70 - Recorrente: EDP LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 10880.928464/2009-14 - Recorrente: EDP LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 10880.928465/2009-69 - Recorrente: EDP LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 10880.928466/2009-11 - Recorrente: EDP LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 10880.928467/2009-58 - Recorrente: EDP LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 10880.928468/2009-01 - Recorrente: EDP LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 10880.928469/2009-47 - Recorrente: EDP LAJEADO ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
207 - Processo nº: 10880.906131/2008-53 - Recorrente: GHIROTTI & COSTA PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
208 - Processo nº: 10880.902437/2006-79 - Recorrente: GHIROTTI & COSTA PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 10880.902439/2006-68 - Recorrente: GHIROTTI & COSTA PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 10880.902440/2006-92 - Recorrente: GHIROTTI & COSTA PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 10880.946751/2009-14 - Recorrente: GHIROTTI & COSTA PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 10880.946752/2009-51 - Recorrente: GHIROTTI & COSTA PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 10880.946753/2009-03 - Recorrente: GHIROTTI & COSTA PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
214 - Processo nº: 10880.660132/2012-22 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE LOCACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
215 - Processo nº: 10880.660131/2012-88 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE LOCACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 10880.660133/2012-77 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE LOCACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 10880.660134/2012-11 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE LOCACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 10880.660135/2012-66 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE LOCACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 10880.660136/2012-19 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE LOCACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 10880.660137/2012-55 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE LOCACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 10880.660138/2012-08 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE LOCACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 10880.660139/2012-44 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE LOCACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 10880.660140/2012-79 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE LOCACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
224 - Processo nº: 10670.903454/2016-71 - Recorrente: KARAMBI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
225 - Processo nº: 10670.903455/2016-15 - Recorrente: KARAMBI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 10670.903456/2016-60 - Recorrente: KARAMBI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 10670.903458/2016-59 - Recorrente: KARAMBI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 10670.903459/2016-01 - Recorrente: KARAMBI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 10670.903460/2016-28 - Recorrente: KARAMBI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 10670.903461/2016-72 - Recorrente: KARAMBI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 10670.903463/2016-61 - Recorrente: KARAMBI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 10670.903464/2016-14 - Recorrente: KARAMBI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 10670.903465/2016-51 - Recorrente: KARAMBI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 10670.903466/2016-03 - Recorrente: KARAMBI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 10670.903467/2016-40 - Recorrente: KARAMBI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 10670.903468/2016-94 - Recorrente: KARAMBI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 10670.903469/2016-39 - Recorrente: KARAMBI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 10670.903471/2016-16 - Recorrente: KARAMBI ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
239 - Processo nº: 10980.910683/2012-14 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
240 - Processo nº: 10980.910673/2012-89 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo nº: 10980.910674/2012-23 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 10980.910675/2012-78 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 10980.910676/2012-12 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo nº: 10980.910677/2012-67 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo nº: 10980.910678/2012-10 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo nº: 10980.910679/2012-56 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo nº: 10980.910680/2012-81 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo nº: 10980.910681/2012-25 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo nº: 10980.910682/2012-70 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo nº: 10980.910684/2012-69 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo nº: 10980.910685/2012-11 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
252 - Processo nº: 10980.920979/2012-43 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo nº: 10980.920980/2012-78 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
254 - Processo nº: 10980.920981/2012-12 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 10980.920982/2012-67 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo nº: 10980.920983/2012-10 - Recorrente: BALAROTI - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
257 - Processo nº: 11020.720027/2008-66 - Recorrente: HYVA DO BRASIL HIDRAULICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo nº: 11020.720028/2008-19 - Recorrente: HYVA DO BRASIL HIDRAULICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo nº: 11020.720030/2008-80 - Recorrente: HYVA DO BRASIL HIDRAULICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
260 - Processo nº: 10380.724936/2014-60 - Recorrente: PROTENDIDOS DYWIDAG LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
261 - Processo nº: 10494.000698/2008-78 - Recorrente: ANDRE D. TECNOLOGIA E SERVICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
262 - Processo nº: 11128.721007/2015-33 - Recorrente: COPA LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
263 - Processo nº: 11128.007124/2009-42 - Recorrente: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
264 - Processo nº: 10983.918709/2011-61 - Recorrente: PLASTICOM PLASTICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
265 - Processo nº: 10983.918711/2011-31 - Recorrente: PLASTICOM PLASTICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo nº: 10983.918712/2011-85 - Recorrente: PLASTICOM PLASTICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo nº: 10983.918713/2011-20 - Recorrente: PLASTICOM PLASTICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
268 - Processo nº: 10983.918714/2011-74 - Recorrente: PLASTICOM PLASTICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
269 - Processo nº: 11080.009346/2007-21 - Recorrente: BRASPINE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
270 - Processo nº: 11080.009348/2007-11 - Recorrente: BRASPINE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo nº: 11080.009350/2007-90 - Recorrente: BRASPINE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
272 - Processo nº: 10825.001582/2005-14 - Recorrente: CASAALTA CONSTRUCOES E EMPREEND.LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
273 - Processo nº: 10825.001581/2005-70 - Recorrente: CASAALTA CONSTRUCOES E EMPREND.LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
274 - Processo nº: 10950.002782/2008-00 - Recorrente: NAGA INDUSTRIA E COMERCIO DE BISCOITOS E MASSAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo nº: 10950.002783/2008-46 - Recorrente: NAGA INDUSTRIA E COMERCIO DE BISCOITOS E MASSAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
276 - Processo nº: 10950.002784/2008-91 - Recorrente: NAGA INDUSTRIA E COMERCIO DE BISCOITOS E MASSAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 10950.002786/2008-80 - Recorrente: NAGA INDUSTRIA E COMERCIO DE BISCOITOS E MASSAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
278 - Processo nº: 12452.720444/2014-30 - Recorrente: ARTHUR PEREIRA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
279 - Processo nº: 13888.724702/2017-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WHIRLPOOL S.A
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
280 - Processo nº: 13766.001024/2002-46 - Recorrente: MARCEL MARMORES COMERCIO E EXPORTACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
281 - Processo nº: 10120.905315/2010-12 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VIDEPLAST CENTRO OESTE LTDA
282 - Processo nº: 10120.905316/2010-67 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VIDEPLAST CENTRO OESTE LTDA
283 - Processo nº: 10120.905317/2010-10 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VIDEPLAST CENTRO OESTE LTDA
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
284 - Processo nº: 13827.000182/2004-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: USINA DA BARRA S/A ACUCAR E ALCOOL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
285 - Processo nº: 10830.015916/2010-25 - Recorrente: SCHOLLE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ANTONIO MARINHO NUNES
286 - Processo nº: 13502.720043/2015-91 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
287 - Processo nº: 13502.720044/2015-35 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 13502.720047/2015-79 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo nº: 13502.720048/2015-13 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
290 - Processo nº: 13502.720049/2015-68 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
291 - Processo nº: 13502.720050/2015-92 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
292 - Processo nº: 13502.720051/2015-37 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo nº: 13502.720059/2015-01 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
294 - Processo nº: 13502.720060/2015-28 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo nº: 13502.720061/2015-72 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
296 - Processo nº: 13502.720062/2015-17 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
297 - Processo nº: 13502.720063/2015-61 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
298 - Processo nº: 18471.000232/2005-08 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA TVJ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
299 - Processo nº: 10920.904538/2009-11 - Recorrente: EBERSPAECHER TUPER SISTEMAS DE EXAUSTAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
300 - Processo nº: 10920.904539/2009-58 - Recorrente: EBERSPAECHER TUPER SISTEMAS DE EXAUSTAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
301 - Processo nº: 10920.906489/2008-62 - Recorrente: EBERSPAECHER TUPER SISTEMAS DE EXAUSTAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
302 - Processo nº: 10830.902979/2010-13 - Recorrente: SCHOLLE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
303 - Processo nº: 11050.000656/2002-23 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETROLEO IPIRANGA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
304 - Processo nº: 10830.902978/2010-79 - Recorrente: SCHOLLE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
305 - Processo nº: 10830.908410/2010-61 - Recorrente: SCHOLLE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
306 - Processo nº: 11050.000657/2002-78 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETROLEO IPIRANGA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
307 - Processo nº: 11050.000655/2002-89 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETROLEO IPIRANGA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
308 - Processo nº: 10830.908411/2010-14 - Recorrente: SCHOLLE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
309 - Processo nº: 10830.902976/2010-80 - Recorrente: SCHOLLE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
310 - Processo nº: 10830.720244/2007-78 - Recorrente: SCHOLLE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
311 - Processo nº: 10830.902977/2010-24 - Recorrente: SCHOLLE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
312 - Processo nº: 11050.000654/2002-34 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETROLEO IPIRANGA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
313 - Processo nº: 16143.000195/2011-64 - Recorrente: MATFLEX INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
314 - Processo nº: 13706.001773/2003-69 - Recorrente: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
315 - Processo nº: 18471.000736/2007-81 - Recorrente: QUEIROZ GALVAO ENERGETICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA
316 - Processo nº: 16403.000645/2008-13 - Recorrente: AFFONSO DITZEL & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
317 - Processo nº: 12571.720052/2013-33 - Recorrente: AFFONSO DITZEL & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
318 - Processo nº: 10935.905980/2012-93 - Recorrente: AVICOLA PATO BRANCO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
319 - Processo nº: 10935.900363/2011-11 - Recorrente: AVICOLA PATO BRANCO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo nº: 10935.905981/2012-38 - Recorrente: AVICOLA PATO BRANCO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
321 - Processo nº: 10935.905973/2012-91 - Recorrente: AVICOLA PATO BRANCO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
322 - Processo nº: 10935.905972/2012-47 - Recorrente: AVICOLA PATO BRANCO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
323 - Processo nº: 10935.905976/2012-25 - Recorrente: AVICOLA PATO BRANCO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
324 - Processo nº: 10935.905977/2012-70 - Recorrente: AVICOLA PATO BRANCO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
325 - Processo nº: 10935.905978/2012-14 - Recorrente: AVICOLA PATO BRANCO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
326 - Processo nº: 10935.905979/2012-69 - Recorrente: AVICOLA PATO BRANCO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA
327 - Processo nº: 10935.900364/2011-65 - Recorrente: AVICOLA PATO BRANCO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
328 - Processo nº: 10935.903509/2012-61 - Recorrente: AVICOLA PATO BRANCO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
329 - Processo nº: 10983.902990/2009-04 - Recorrente: MANTEL TELECOMUNICACOES E ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
330 - Processo nº: 10983.902025/2009-23 - Recorrente: MANTEL TELECOMUNICACOES E ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
331 - Processo nº: 10983.902026/2009-78 - Recorrente: MANTEL TELECOMUNICACOES E ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
332 - Processo nº: 10983.902027/2009-12 - Recorrente: MANTEL TELECOMUNICACOES E ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
333 - Processo nº: 10983.902029/2009-10 - Recorrente: MANTEL TELECOMUNICACOES E ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo nº: 10983.902935/2009-14 - Recorrente: MANTEL TELECOMUNICACOES E ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
335 - Processo nº: 10983.902936/2009-51 - Recorrente: MANTEL TELECOMUNICACOES E ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
336 - Processo nº: 10983.902937/2009-03 - Recorrente: MANTEL TELECOMUNICACOES E ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
337 - Processo nº: 10983.902989/2009-71 - Recorrente: MANTEL TELECOMUNICACOES E ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
338 - Processo nº: 10983.906447/2009-78 - Recorrente: MANTEL TELECOMUNICACOES E ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
339 - Processo nº: 10983.906448/2009-12 - Recorrente: MANTEL TELECOMUNICACOES E ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
340 - Processo nº: 10983.906643/2009-42 - Recorrente: MANTEL TELECOMUNICACOES E ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
341 - Processo nº: 10983.906644/2009-97 - Recorrente: MANTEL TELECOMUNICACOES E ENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
342 - Processo nº: 10880.979178/2009-17 - Recorrente: TRANSPORTADORA GATAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
343 - Processo nº: 10880.979205/2009-51 - Recorrente: TRANSPORTADORA GATAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
344 - Processo nº: 10880.979222/2009-99 - Recorrente: TRANSPORTADORA GATAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
345 - Processo nº: 10880.979223/2009-33 - Recorrente: TRANSPORTADORA GATAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
346 - Processo nº: 10880.979224/2009-88 - Recorrente: TRANSPORTADORA GATAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
347 - Processo nº: 10880.979225/2009-22 - Recorrente: TRANSPORTADORA GATAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
348 - Processo nº: 10880.979232/2009-24 - Recorrente: TRANSPORTADORA GATAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
349 - Processo nº: 10880.979233/2009-79 - Recorrente: TRANSPORTADORA GATAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
350 - Processo nº: 10880.979235/2009-68 - Recorrente: TRANSPORTADORA GATAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
351 - Processo nº: 10880.979239/2009-46 - Recorrente: TRANSPORTADORA GATAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
352 - Processo nº: 13609.721081/2013-19 - Recorrente: SOCIEDADE AGRICOLA PRIMAVERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
353 - Processo nº: 13609.721087/2013-88 - Recorrente: SOCIEDADE AGRICOLA PRIMAVERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
354 - Processo nº: 13609.721090/2013-00 - Recorrente: SOCIEDADE AGRICOLA PRIMAVERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
355 - Processo nº: 13609.721091/2013-46 - Recorrente: SOCIEDADE AGRICOLA PRIMAVERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
356 - Processo nº: 13609.721092/2013-91 - Recorrente: SOCIEDADE AGRICOLA PRIMAVERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
357 - Processo nº: 13609.721093/2013-35 - Recorrente: SOCIEDADE AGRICOLA PRIMAVERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
358 - Processo nº: 13609.721094/2013-80 - Recorrente: SOCIEDADE AGRICOLA PRIMAVERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
359 - Processo nº: 13609.721095/2013-24 - Recorrente: SOCIEDADE AGRICOLA PRIMAVERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
360 - Processo nº: 13609.721096/2013-79 - Recorrente: SOCIEDADE AGRICOLA PRIMAVERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
361 - Processo nº: 13609.721097/2013-13 - Recorrente: SOCIEDADE AGRICOLA PRIMAVERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
362 - Processo nº: 13609.721099/2013-11 - Recorrente: SOCIEDADE AGRICOLA PRIMAVERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
363 - Processo nº: 13609.721100/2013-07 - Recorrente: SOCIEDADE AGRICOLA PRIMAVERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
364 - Processo nº: 13609.721101/2013-43 - Recorrente: SOCIEDADE AGRICOLA PRIMAVERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
365 - Processo nº: 13609.721102/2013-98 - Recorrente: SOCIEDADE AGRICOLA PRIMAVERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
366 - Processo nº: 13609.721103/2013-32 - Recorrente: SOCIEDADE AGRICOLA PRIMAVERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
367 - Processo nº: 13609.721104/2013-87 - Recorrente: SOCIEDADE AGRICOLA PRIMAVERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
368 - Processo nº: 13609.721105/2013-21 - Recorrente: SOCIEDADE AGRICOLA PRIMAVERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
369 - Processo nº: 10640.902989/2009-52 - Recorrente: MARLUVAS CALCADOS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
370 - Processo nº: 10640.902990/2009-87 - Recorrente: MARLUVAS CALCADOS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
371 - Processo nº: 10640.902991/2009-21 - Recorrente: MARLUVAS CALCADOS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
372 - Processo nº: 10640.902992/2009-76 - Recorrente: MARLUVAS CALCADOS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
373 - Processo nº: 10640.903148/2009-62 - Recorrente: MARLUVAS CALCADOS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
374 - Processo nº: 10640.903149/2009-15 - Recorrente: MARLUVAS CALCADOS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
375 - Processo nº: 10640.903150/2009-31 - Recorrente: MARLUVAS CALCADOS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
376 - Processo nº: 10640.903151/2009-86 - Recorrente: MARLUVAS CALCADOS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
377 - Processo nº: 10640.903152/2009-21 - Recorrente: MARLUVAS CALCADOS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
378 - Processo nº: 10640.903153/2009-75 - Recorrente: MARLUVAS CALCADOS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
379 - Processo nº: 10640.907807/2009-30 - Recorrente: MARLUVAS CALCADOS DE SEGURANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
380 - Processo nº: 10880.690157/2009-55 - Recorrente: VOITH PAPER MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
381 - Processo nº: 10880.690158/2009-08 - Recorrente: VOITH PAPER MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
382 - Processo nº: 10880.690159/2009-44 - Recorrente: VOITH PAPER MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
383 - Processo nº: 10880.690162/2009-68 - Recorrente: VOITH PAPER MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
384 - Processo nº: 10880.915162/2009-86 - Recorrente: VOITH PAPER MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
385 - Processo nº: 11020.912377/2011-52 - Recorrente: UNIVERSUM DO BRASIL INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
386 - Processo nº: 11020.912366/2011-72 - Recorrente: UNIVERSUM DO BRASIL INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
387 - Processo nº: 11020.912367/2011-17 - Recorrente: UNIVERSUM DO BRASIL INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
388 - Processo nº: 11020.912368/2011-61 - Recorrente: UNIVERSUM DO BRASIL INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
389 - Processo nº: 11020.912369/2011-14 - Recorrente: UNIVERSUM DO BRASIL INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
390 - Processo nº: 11020.912370/2011-31 - Recorrente: UNIVERSUM DO BRASIL INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
391 - Processo nº: 11020.912371/2011-85 - Recorrente: UNIVERSUM DO BRASIL INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
392 - Processo nº: 11020.912372/2011-20 - Recorrente: UNIVERSUM DO BRASIL INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
393 - Processo nº: 10280.906324/2011-79 - Recorrente: IMPORTADORA DE FERRAGENS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
394 - Processo nº: 10280.906325/2011-13 - Recorrente: IMPORTADORA DE FERRAGENS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
395 - Processo nº: 10280.906326/2011-68 - Recorrente: IMPORTADORA DE FERRAGENS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
396 - Processo nº: 10280.906327/2011-11 - Recorrente: IMPORTADORA DE FERRAGENS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
397 - Processo nº: 13819.902171/2008-68 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
398 - Processo nº: 13819.905748/2012-70 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
399 - Processo nº: 10293.900094/2008-90 - Recorrente: ASSOCIACAO ACREANA DE EDUCACAO E CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
400 - Processo nº: 10293.900069/2008-14 - Recorrente: ASSOCIACAO ACREANA DE EDUCACAO E CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
401 - Processo nº: 10293.900085/2008-07 - Recorrente: ASSOCIACAO ACREANA DE EDUCACAO E CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
402 - Processo nº: 10293.900092/2008-09 - Recorrente: ASSOCIACAO ACREANA DE EDUCACAO E CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
403 - Processo nº: 10293.900095/2008-34 - Recorrente: ASSOCIACAO ACREANA DE EDUCACAO E CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
404 - Processo nº: 10293.900096/2008-89 - Recorrente: ASSOCIACAO ACREANA DE EDUCACAO E CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
405 - Processo nº: 10293.900099/2008-12 - Recorrente: ASSOCIACAO ACREANA DE EDUCACAO E CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
406 - Processo nº: 10293.900197/2008-50 - Recorrente: ASSOCIACAO ACREANA DE EDUCACAO E CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
407 - Processo nº: 10293.900272/2008-82 - Recorrente: ASSOCIACAO ACREANA DE EDUCACAO E CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
408 - Processo nº: 10293.900273/2008-27 - Recorrente: ASSOCIACAO ACREANA DE EDUCACAO E CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
409 - Processo nº: 11030.001176/2010-28 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
410 - Processo nº: 11030.001177/2010-72 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
411 - Processo nº: 11030.001802/2010-86 - Recorrente: COMIL ONIBUS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
412 - Processo nº: 19991.000716/2009-66 - Recorrente: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
413 - Processo nº: 19991.000721/2009-79 - Recorrente: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
414 - Processo nº: 19991.000711/2009-33 - Recorrente: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
415 - Processo nº: 19991.000720/2009-24 - Recorrente: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
416 - Processo nº: 19991.000722/2009-13 - Recorrente: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
417 - Processo nº: 19991.000717/2009-19 - Recorrente: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
418 - Processo nº: 13656.720067/2010-81 - Recorrente: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
419 - Processo nº: 19991.000713/2009-22 - Recorrente: BOURBON SPECIALTY COFFEES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ARI VENDRAMINI
420 - Processo nº: 10650.720460/2017-11 - Recorrentes: VALE DO TIJUCO ACUCAR E ALCOOL S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
421 - Processo nº: 13907.000020/2006-12 - Recorrente: ARAPONGAS DIESEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
422 - Processo nº: 10940.907141/2011-50 - Recorrente: GUARATU INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS E COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
423 - Processo nº: 10940.907142/2011-02 - Recorrente: GUARATU INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS E COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
424 - Processo nº: 10940.907143/2011-49 - Recorrente: GUARATU INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS E COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
425 - Processo nº: 10940.907144/2011-93 - Recorrente: GUARATU INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS E COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
426 - Processo nº: 10940.907145/2011-38 - Recorrente: GUARATU INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS E COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
427 - Processo nº: 10940.907146/2011-82 - Recorrente: GUARATU INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS E COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
428 - Processo nº: 10940.907147/2011-27 - Recorrente: GUARATU INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS E COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
429 - Processo nº: 12571.720371/2011-87 - Recorrente: GUARATU INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS E COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
430 - Processo nº: 13907.000092/2005-89 - Recorrente: ARAPONGAS DIESEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
431 - Processo nº: 10530.901088/2012-96 - Recorrente: HORA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
432 - Processo nº: 10530.901089/2012-31 - Recorrente: HORA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
433 - Processo nº: 10530.901090/2012-65 - Recorrente: HORA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
434 - Processo nº: 10530.901091/2012-18 - Recorrente: HORA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
435 - Processo nº: 10530.901092/2012-54 - Recorrente: HORA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
436 - Processo nº: 10530.901093/2012-07 - Recorrente: HORA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
437 - Processo nº: 10530.901094/2012-43 - Recorrente: HORA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
438 - Processo nº: 10530.901095/2012-98 - Recorrente: HORA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
439 - Processo nº: 10530.901096/2012-32 - Recorrente: HORA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
440 - Processo nº: 10530.901097/2012-87 - Recorrente: HORA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
441 - Processo nº: 10530.901114/2012-86 - Recorrente: HORA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
442 - Processo nº: 10530.901115/2012-21 - Recorrente: HORA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
443 - Processo nº: 10530.901116/2012-75 - Recorrente: HORA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
444 - Processo nº: 10530.901117/2012-10 - Recorrente: HORA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
445 - Processo nº: 15374.911647/2008-53 - Recorrente: FARMOQUIMICA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
446 - Processo nº: 15374.911650/2008-77 - Recorrente: FARMOQUIMICA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
447 - Processo nº: 15374.911652/2008-66 - Recorrente: FARMOQUIMICA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
448 - Processo nº: 15374.911649/2008-42 - Recorrente: FARMOQUIMICA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
449 - Processo nº: 15374.911651/2008-11 - Recorrente: FARMOQUIMICA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
450 - Processo nº: 15374.911646/2008-17 - Recorrente: FARMOQUIMICA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
451 - Processo nº: 15374.911648/2008-06 - Recorrente: FARMOQUIMICA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCO ANTONIO MARINHO NUNES
452 - Processo nº: 10380.903525/2013-58 - Recorrente: GRANDE MOINHO CEARENSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
453 - Processo nº: 10380.903517/2013-10 - Recorrente: GRANDE MOINHO CEARENSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
454 - Processo nº: 10380.903518/2013-56 - Recorrente: GRANDE MOINHO CEARENSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
455 - Processo nº: 10380.903519/2013-09 - Recorrente: GRANDE MOINHO CEARENSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
456 - Processo nº: 10380.903520/2013-25 - Recorrente: GRANDE MOINHO CEARENSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
457 - Processo nº: 10380.903521/2013-70 - Recorrente: GRANDE MOINHO CEARENSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
458 - Processo nº: 10380.903522/2013-14 - Recorrente: GRANDE MOINHO CEARENSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
459 - Processo nº: 10380.903523/2013-69 - Recorrente: GRANDE MOINHO CEARENSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
460 - Processo nº: 10380.903524/2013-11 - Recorrente: GRANDE MOINHO CEARENSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
461 - Processo nº: 10380.903526/2013-01 - Recorrente: GRANDE MOINHO CEARENSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
462 - Processo nº: 10380.903530/2013-61 - Recorrente: GRANDE MOINHO CEARENSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
463 - Processo nº: 10380.903532/2013-50 - Recorrente: GRANDE MOINHO CEARENSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
464 - Processo nº: 10850.900212/2017-98 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
465 - Processo nº: 10850.900218/2017-65 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
466 - Processo nº: 10850.900220/2017-34 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
467 - Processo nº: 10850.900228/2017-09 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
468 - Processo nº: 10850.900229/2017-45 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
469 - Processo nº: 10850.900235/2017-01 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
470 - Processo nº: 10850.900236/2017-47 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
471 - Processo nº: 10850.900237/2017-91 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
472 - Processo nº: 10850.900238/2017-36 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
473 - Processo nº: 10850.900239/2017-81 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
474 - Processo nº: 10850.900240/2017-13 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
475 - Processo nº: 10850.900241/2017-50 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
476 - Processo nº: 10850.900242/2017-02 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
477 - Processo nº: 10850.900243/2017-49 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
478 - Processo nº: 10850.900244/2017-93 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
479 - Processo nº: 10850.900245/2017-38 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
480 - Processo nº: 10850.900246/2017-82 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
481 - Processo nº: 10850.900247/2017-27 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
482 - Processo nº: 10850.900248/2017-71 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
483 - Processo nº: 10850.900249/2017-16 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
484 - Processo nº: 10850.900250/2017-41 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
485 - Processo nº: 10850.900251/2017-95 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
486 - Processo nº: 10850.900252/2017-30 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
487 - Processo nº: 10850.900253/2017-84 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
488 - Processo nº: 10850.900254/2017-29 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
489 - Processo nº: 10850.900255/2017-73 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
490 - Processo nº: 10850.900256/2017-18 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
491 - Processo nº: 10850.900257/2017-62 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
492 - Processo nº: 10850.900258/2017-15 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
493 - Processo nº: 10850.900259/2017-51 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
494 - Processo nº: 10850.900260/2017-86 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
495 - Processo nº: 10850.900261/2017-21 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
496 - Processo nº: 10850.900262/2017-75 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
497 - Processo nº: 10850.900263/2017-10 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
498 - Processo nº: 10850.900264/2017-64 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
499 - Processo nº: 10850.900265/2017-17 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
500 - Processo nº: 10850.900266/2017-53 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
501 - Processo nº: 10850.900267/2017-06 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
502 - Processo nº: 10850.900268/2017-42 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
503 - Processo nº: 10850.900269/2017-97 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
504 - Processo nº: 10850.900270/2017-11 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
505 - Processo nº: 10850.900271/2017-66 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
506 - Processo nº: 10850.900272/2017-19 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
507 - Processo nº: 10850.900273/2017-55 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
508 - Processo nº: 10850.900274/2017-08 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
509 - Processo nº: 10850.900275/2017-44 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
510 - Processo nº: 10850.900276/2017-99 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
511 - Processo nº: 10850.900277/2017-33 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
512 - Processo nº: 10850.900278/2017-88 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
513 - Processo nº: 10850.900279/2017-22 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
514 - Processo nº: 10850.900280/2017-57 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
515 - Processo nº: 10850.900282/2017-46 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
516 - Processo nº: 10850.900283/2017-91 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
517 - Processo nº: 10850.900284/2017-35 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
518 - Processo nº: 10850.900285/2017-80 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
519 - Processo nº: 10850.900286/2017-24 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
520 - Processo nº: 10850.900287/2017-79 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
521 - Processo nº: 10850.900289/2017-68 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
522 - Processo nº: 10850.900290/2017-92 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
523 - Processo nº: 10850.900291/2017-37 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
524 - Processo nº: 10850.900292/2017-81 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
525 - Processo nº: 10850.900293/2017-26 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
526 - Processo nº: 10850.900294/2017-71 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
527 - Processo nº: 10850.900295/2017-15 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
528 - Processo nº: 10850.900296/2017-60 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
529 - Processo nº: 10850.900297/2017-12 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

530 - Processo nº: 10850.900298/2017-59 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
531 - Processo nº: 10850.900299/2017-01 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
532 - Processo nº: 10850.900300/2017-90 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
533 - Processo nº: 10850.900301/2017-34 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
534 - Processo nº: 10850.900302/2017-89 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
535 - Processo nº: 10850.900303/2017-23 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
536 - Processo nº: 10850.900304/2017-78 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
537 - Processo nº: 10850.900305/2017-12 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
538 - Processo nº: 10850.900306/2017-67 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
539 - Processo nº: 10850.900307/2017-10 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
540 - Processo nº: 10850.900308/2017-56 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
541 - Processo nº: 10850.900309/2017-09 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
542 - Processo nº: 10850.900310/2017-25 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
543 - Processo nº: 10850.900311/2017-70 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
544 - Processo nº: 10850.900312/2017-14 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
545 - Processo nº: 10850.900313/2017-69 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
546 - Processo nº: 10850.900314/2017-11 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
547 - Processo nº: 10850.900315/2017-58 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
548 - Processo nº: 10850.900316/2017-01 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
549 - Processo nº: 10850.900317/2017-47 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
550 - Processo nº: 10850.900318/2017-91 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
551 - Processo nº: 10850.900319/2017-36 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
552 - Processo nº: 10850.900320/2017-61 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
553 - Processo nº: 10850.900321/2017-13 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
554 - Processo nº: 10850.900322/2017-50 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
555 - Processo nº: 10850.900323/2017-02 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
556 - Processo nº: 10850.900324/2017-49 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
557 - Processo nº: 10850.900325/2017-93 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
558 - Processo nº: 10850.900326/2017-38 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
559 - Processo nº: 10850.900327/2017-82 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
560 - Processo nº: 10850.900328/2017-27 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
561 - Processo nº: 10850.900329/2017-71 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
562 - Processo nº: 10850.900330/2017-04 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
563 - Processo nº: 10850.900331/2017-41 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
564 - Processo nº: 10850.900332/2017-95 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
565 - Processo nº: 10850.900333/2017-30 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
566 - Processo nº: 10850.900334/2017-84 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
567 - Processo nº: 10850.900335/2017-29 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
568 - Processo nº: 10850.900336/2017-73 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
569 - Processo nº: 10850.900337/2017-18 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
570 - Processo nº: 10850.900338/2017-62 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
571 - Processo nº: 10850.900339/2017-15 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
572 - Processo nº: 10850.900340/2017-31 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
573 - Processo nº: 10850.900341/2017-86 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
574 - Processo nº: 10850.900342/2017-21 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
575 - Processo nº: 10850.900343/2017-75 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
576 - Processo nº: 10850.900344/2017-10 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
577 - Processo nº: 10850.900345/2017-64 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
578 - Processo nº: 10850.900346/2017-17 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
579 - Processo nº: 10850.900347/2017-53 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
580 - Processo nº: 10850.900348/2017-06 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
581 - Processo nº: 10850.900349/2017-42 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
582 - Processo nº: 10850.900350/2017-77 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
583 - Processo nº: 10850.900351/2017-11 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE OLIMPIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
584 - Processo nº: 15169.000002/2019-71 - Recorrente: AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO E EXTENSAO RURAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
585 - Processo nº: 14120.000016/2007-45 - Recorrente: AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO E EXTENSAO RURAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
586 - Processo nº: 13603.001271/2005-58 - Recorrente: FASTER ROAD EXPRESS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
587 - Processo nº: 10120.010772/2009-93 - Recorrente: REAL FACIL INTERMEDIACOES DE CREDITO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
588 - Processo nº: 13839.912032/2011-18 - Recorrente: THYSSENKRUPP METALURGICA CAMPO LIMPO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
589 - Processo nº: 16349.000146/2007-39 - Embargante: JBS S/A
Relator(a): BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA
590 - Processo nº: 10935.903508/2012-16 - Recorrente: AVICOLA PATO BRANCO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
591 - Processo nº: 10882.900482/2010-55 - Recorrente: PERFIL CONDUTORES ELETRICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
592 - Processo nº: 10882.900484/2010-44 - Recorrente: PERFIL CONDUTORES ELETRICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
593 - Processo nº: 10882.900483/2010-08 - Recorrente: PERFIL CONDUTORES ELETRICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
594 - Processo nº: 10882.900485/2010-99 - Recorrente: PERFIL CONDUTORES ELETRICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
595 - Processo nº: 10882.900481/2010-19 - Recorrente: PERFIL CONDUTORES ELETRICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
596 - Processo nº: 10280.720941/2010-06 - Recorrente: IMPORTADORA DE FERRAGENS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
597 - Processo nº: 10280.720942/2010-42 - Recorrente: IMPORTADORA DE FERRAGENS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
598 - Processo nº: 10280.720943/2010-97 - Recorrente: IMPORTADORA DE FERRAGENS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
599 - Processo nº: 10280.720944/2010-31 - Recorrente: IMPORTADORA DE FERRAGENS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
600 - Processo nº: 10280.720945/2010-86 - Recorrente: IMPORTADORA DE FERRAGENS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
601 - Processo nº: 10280.720946/2010-21 - Recorrente: IMPORTADORA DE FERRAGENS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
602 - Processo nº: 10280.720947/2010-75 - Recorrente: IMPORTADORA DE FERRAGENS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
603 - Processo nº: 10280.720948/2010-10 - Recorrente: IMPORTADORA DE FERRAGENS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
604 - Processo nº: 13603.001272/2005-01 - Recorrentes: FASTER ROAD EXPRESS LTDA e FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 3ª Seção

2ªTURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio, em até 2 (dois) dias úteis antes do inicio da reunião de julgamento, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3 - Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta em até 2 (dois) dias úteis antes do inicio da reunião de julgamento, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião presencial, a ser agendada oportunamente.

4) O julgamento do Processo nº 11128.002897/2010-76 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 2 a 9. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 2 a 9, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 10711.721864/2011-67 (item 31) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 32 a 48. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 32 a 48, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 10783.902469/2012-11 (item 53) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 54 a 74. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 54 a 74, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

7) O julgamento do Processo nº 10410.000561/2003-91 (item 79) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 80 a 93. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 80 a 93, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

8) O julgamento do Processo nº 11065.908066/2014-15 (item 133) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 134 a 145. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 134 a 145, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

9) O julgamento do Processo nº 11020.001843/2007-96 (item 146) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 147 a 150. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 147 a 150, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

10) O julgamento do Processo nº 10935.723085/2016-86 (item 151) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 152 a 158. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 152 a 158, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

11) O julgamento do Processo nº 10935.000943/2010-25 (item 159) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 160 a 164. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos

repetitivos de que tratam os itens 160 a 164, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

12) O julgamento do Processo nº 11065.901545/2011-68 (item 165) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 166 a 177. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 166 a 177, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

13) O julgamento do Processo nº 13971.902896/2013-51 (item 178) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 179 a 185. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 179 a 185, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

14) O julgamento do Processo nº 13971.720019/2017-97 (item 186) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 187 a 221. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 187 a 221, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

15) O julgamento do Processo nº 10950.906303/2011-13 (item 222) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 223 a 245. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 223 a 245, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

16) O julgamento do Processo nº 13005.721277/2013-02 (item 246) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 247 a 253. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 247 a 253, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

17) O julgamento do Processo nº 10166.911512/2011-25 (item 260) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 261 a 264. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 261 a 264, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

18) O julgamento do Processo nº 13051.720140/2011-13 (item 268) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 269 a 283. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 269 a 283, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

19) O julgamento do Processo nº 13051.720137/2011-91 (item 284) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 285 a 296. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 285 a 296, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

20) O julgamento do Processo nº 10746.905013/2012-59 (item 304) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 305 a 311. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 305 a 311, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

21) O julgamento do Processo nº 10880.980197/2011-19 (item 315) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 316 a 320. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 316 a 320, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

22) O julgamento do Processo nº 10746.900013/2012-62 (item 321) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 322 a 332. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 322 a 332, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

23) O julgamento do Processo nº 16682.900285/2015-83 (item 342) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 343 a 352. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 343 a 352, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

24) O julgamento do Processo nº 13830.903550/2011-12 (item 357) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 358 a 380. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 358 a 380, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

25) O julgamento do Processo nº 10940.900001/2013-12 (item 382) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 383 a 391. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 383 a 391, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

26) O julgamento do Processo nº 10980.923611/2009-31 (item 394) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 395 a 403. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 395 a 403, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

27) O julgamento do Processo nº 10640.721213/2011-58 (item 404) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 405 a 426. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 405 a 426, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

28) O julgamento do Processo nº 10880.991058/2012-93 (item 429) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 430 a 437. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 430 a 437, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

29) O julgamento do Processo nº 14863.720089/2013-10 (item 449) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 450 a 462. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 450 a 462, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

30) O julgamento do Processo nº 10140.903608/2011-16 (item 475) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 476 a 490. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 476 a 490, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

31) O julgamento do Processo nº 10920.900368/2011-11 (item 491) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 492 a 508. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 492 a 508, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

32) O julgamento do Processo nº 10925.909147/2011-50 (item 509) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 510 a 525. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 510 a 525, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

33) O julgamento do Processo nº 12571.720163/2012-69 (item 534) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 535 a 545. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 535 a 545, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

34) O julgamento do Processo nº 10580.907116/2009-98 (item 553) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 554 a 560. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 554 a 560, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

35) O julgamento do Processo nº 10880.902782/2012-51 (item 565) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 566 a 607. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 566 a 607, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

36) O julgamento do Processo nº 13839.902196/2017-14 (item 628) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 629 a 677. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 629 a 677, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

37) O julgamento do Processo nº 10880.951669/2008-12 (item 678) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 679 a 688. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 679 a 688, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

38) O julgamento do Processo nº 18490.720058/2015-59 (item 691) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 692 a 747. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 692 a 747, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

39) O julgamento do Processo nº 10830.720574/2010-69 (item 770) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 771 a 781. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 771 a 781, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

40) O julgamento do Processo nº 10830.720636/2010-32 (item 782) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 783 a 793. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 783 a 793, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

41) O julgamento do Processo nº 10183.901307/2015-77 (item 800) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 801 a 811. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 801 a 811, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

42) Será submetida ao colegiado proposta do Presidente da Turma para retificação da ata de Janeiro de 2020, relativa ao processo nº 10880.673119/2011-52.

DIA 23 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO

1 - Processo nº: 11128.002897/2010-76 - Recorrente: SS BRASIL FREIGHT - AGENCIAMENTO INTERNACIONAL DE CARGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

2 - Processo nº: 11128.004019/2010-95 - Recorrente: SS BRASIL FREIGHT - AGENCIAMENTO INTERNACIONAL DE CARGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 11128.005589/2010-01 - Recorrente: SS BRASIL FREIGHT - AGENCIAMENTO INTERNACIONAL DE CARGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 11128.007516/2010-45 - Recorrente: SS BRASIL FREIGHT - AGENCIAMENTO INTERNACIONAL DE CARGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 11128.007639/2009-42 - Recorrente: SS BRASIL FREIGHT - AGENCIAMENTO INTERNACIONAL DE CARGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 11128.007904/2009-92 - Recorrente: SS BRASIL FREIGHT - AGENCIAMENTO INTERNACIONAL DE CARGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 11128.008873/2009-97 - Recorrente: SS BRASIL FREIGHT - AGENCIAMENTO INTERNACIONAL DE CARGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 11128.009702/2009-85 - Recorrente: SS BRASIL FREIGHT - AGENCIAMENTO INTERNACIONAL DE CARGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 11128.009707/2009-16 - Recorrente: SS BRASIL FREIGHT - AGENCIAMENTO INTERNACIONAL DE CARGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
10 - Processo nº: 15771.724183/2012-41 - Recorrente: SOCIEDADE BENEF ISRAELITABRAS HOSPITAL ALBERT EINSTEIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 15771.724927/2012-27 - Recorrente: SOCIEDADE BENEF ISRAELITABRAS HOSPITAL ALBERT EINSTEIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 15771.724837/2012-36 - Recorrente: SOCIEDADE BENEF ISRAELITABRAS HOSPITAL ALBERT EINSTEIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
13 - Processo nº: 11128.721008/2011-54 - Recorrente: EAST CARGO LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10907.722505/2013-00 - Recorrente: EAST CARGO LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 11128.003035/2009-27 - Recorrente: EMBASSY FREIGHT DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 11128.006037/2009-78 - Recorrente: EMBASSY FREIGHT DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 11128.002471/2009-89 - Recorrente: EMBASSY FREIGHT DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 11128.004042/2010-80 - Recorrente: FLAMINGO LINE DO BRASIL AGENCIAMENTO DE CARGA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10921.720230/2013-83 - Recorrente: FLAMINGO LINE DO BRASIL AGENCIAMENTO DE CARGA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 11128.721234/2014-88 - Recorrente: NEW DEAL ASSESSORIA EM COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 11128.002570/2010-02 - Recorrente: NEW DEAL ASSESSORIA EM COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 11128.003802/2009-06 - Recorrente: NEW DEAL ASSESSORIA EM COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 11128.009704/2009-74 - Recorrente: NEW DEAL ASSESSORIA EM COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 11128.721301/2017-15 - Recorrente: NEW DEAL ASSESSORIA EM COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 11128.721112/2017-34 - Recorrente: NEW DEAL ASSESSORIA EM COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 11128.009452/2009-83 - Recorrente: PANTOS DO BRASIL LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 11128.009455/2009-17 - Recorrente: PANTOS DO BRASIL LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
28 - Processo nº: 10880.903445/2008-02 - Recorrente: ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA E AGROPECUARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
29 - Processo nº: 12782.000011/2010-07 - Embargante: TDC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
30 - Processo nº: 10314.007416/2007-53 - Recorrente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
31 - Processo nº: 10711.721864/2011-67 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
32 - Processo nº: 10711.721865/2011-10 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10711.721866/2011-56 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10711.722958/2011-53 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10711.724038/2011-70 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10711.724189/2011-28 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10711.724743/2011-77 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10711.726447/2011-19 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10715.731435/2012-49 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 11050.001637/2009-91 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 11128.004306/2009-61 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 11128.005952/2009-46 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 11128.007647/2009-99 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 11128.008227/2009-20 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 11128.008883/2009-22 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 11128.008948/2009-30 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 11684.000888/2010-35 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 11684.720218/2011-10 - Recorrente: HELLMANN WORLDWIDE LOGISTICS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
49 - Processo nº: 11128.005102/2009-48 - Recorrente: EMBASSY FREIGHT DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
50 - Processo nº: 10935.002259/2007-82 - Recorrente: ARNILDO COUSS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
51 - Processo nº: 12466.003349/2010-95 - Recorrente: EMBASSY FREIGHT DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
52 - Processo nº: 16327.903923/2018-18 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
53 - Processo nº: 10783.902469/2012-11 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
54 - Processo nº: 10783.901526/2012-44 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10783.901527/2012-99 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10783.901528/2012-33 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10783.901529/2012-88 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10783.901530/2012-11 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10783.901531/2012-57 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10783.902465/2012-32 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10783.902466/2012-87 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10783.902467/2012-21 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10783.902468/2012-76 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10783.902470/2012-45 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10783.903551/2012-62 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10783.903552/2012-15 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10783.907931/2012-76 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10783.907932/2012-11 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10783.907933/2012-65 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10783.907934/2012-18 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10783.907935/2012-54 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10783.907936/2012-07 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10783.907937/2012-43 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10783.907938/2012-98 - Recorrente: DISTRIBUIDORA CAITE DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JORGE LIMA ABUD
75 - Processo nº: 10880.919934/2014-16 - Recorrente: BRASILATA S A EMBALAGENS METALICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10880.662085/2012-51 - Recorrente: BRASILATA S A EMBALAGENS METALICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10880.935596/2014-60 - Recorrente: BRASILATA S A EMBALAGENS METALICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
78 - Processo nº: 11065.002099/2007-21 - Recorrente: FERRAMENTAS GEDORE DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10410.000561/2003-91 - Recorrente: VTR VETTOR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
80 - Processo nº: 10410.000721/2003-01 - Recorrente: VTR VETTOR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10410.000860/2003-26 - Recorrente: VTR VETTOR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10410.000940/2003-81 - Recorrente: VTR VETTOR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10410.001131/2003-97 - Recorrente: VTR VETTOR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10410.001292/2003-81 - Recorrente: VTR VETTOR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10410.001598/2003-37 - Recorrente: VTR VETTOR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10410.001748/2003-11 - Recorrente: VTR VETTOR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10410.002019/2003-73 - Recorrente: VTR VETTOR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10410.002294/2003-97 - Recorrente: VTR VETTOR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10410.002507/2003-81 - Recorrente: VTR VETTOR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10410.002648/2003-01 - Recorrente: VTR VETTOR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 13807.001887/2003-71 - Recorrente: VTR VETTOR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 13807.001888/2003-15 - Recorrente: VTR VETTOR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 13807.001889/2003-60 - Recorrente: VTR VETTOR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
94 - Processo nº: 10665.721499/2011-93 - Recorrente: SILOMINAS EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10830.001403/2006-51 - Recorrente: PERES & FINARDI LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10283.000497/2008-56 - Recorrente: TECHNICOLOR BRASIL MIDIA E ENTRETENIMENTO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
97 - Processo nº: 10820.900297/2013-38 - Recorrente: BORINI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10820.901346/2011-98 - Recorrente: BORINI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10820.901348/2011-87 - Recorrente: BORINI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10820.901351/2011-09 - Recorrente: BORINI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10820.901352/2011-45 - Recorrente: BORINI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10820.901355/2011-89 - Recorrente: BORINI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10820.901357/2011-78 - Recorrente: BORINI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10930.905964/2009-45 - Recorrente: LATICINIOS CAROLINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10930.905965/2009-90 - Recorrente: LATICINIOS CAROLINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
106 - Processo nº: 10680.903425/2014-28 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 13819.903641/2017-00 - Embargante: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
108 - Processo nº: 13819.903990/2014-71 - Embargante: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
Relator(a): WALKER ARAUJO
109 - Processo nº: 10783.900014/2009-65 - Recorrente: ANDRADE INDUSTRIA E COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 10783.900015/2009-18 - Recorrente: ANDRADE INDUSTRIA E COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10783.900016/2009-54 - Recorrente: ANDRADE INDUSTRIA E COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10783.907813/2010-04 - Recorrente: ANDRADE INDUSTRIA E COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10783.907814/2010-41 - Recorrente: ANDRADE INDUSTRIA E COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10783.907815/2010-95 - Recorrente: ANDRADE INDUSTRIA E COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10783.907816/2010-30 - Recorrente: ANDRADE INDUSTRIA E COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10783.920810/2011-39 - Recorrente: ANDRADE INDUSTRIA E COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10783.920812/2011-28 - Recorrente: ANDRADE INDUSTRIA E COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10783.920813/2011-72 - Recorrente: ANDRADE INDUSTRIA E COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAPHAEL MADEIRA ABAD
119 - Processo nº: 10680.018704/2007-65 - Recorrente: EMBRATERR AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
120 - Processo nº: 15504.726735/2018-09 - Recorrente: SMURFIT KAPPA DO BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
121 - Processo nº: 10675.900623/2011-66 - Recorrente: XINGULEDER COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10675.903097/2009-71 - Recorrente: XINGULEDER COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
123 - Processo nº: 10880.950976/2009-67 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10880.908939/2010-90 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10880.908936/2010-56 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10880.989088/2009-34 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10880.908937/2010-09 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10880.913976/2010-10 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10880.908938/2010-45 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 13971.900984/2006-99 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS RAMOS UNIVERSO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 13971.904550/2008-20 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS RAMOS UNIVERSO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 13971.905290/2008-18 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS RAMOS UNIVERSO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 11065.908066/2014-15 - Recorrente: ANIGER - CALCADOS, SUPRIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
134 - Processo nº: 11065.908049/2014-88 - Recorrente: ANIGER - CALCADOS, SUPRIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 11065.908051/2014-57 - Recorrente: ANIGER - CALCADOS, SUPRIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 11065.908053/2014-46 - Recorrente: ANIGER - CALCADOS, SUPRIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 11065.908054/2014-91 - Recorrente: ANIGER - CALCADOS, SUPRIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 11065.908059/2014-13 - Recorrente: ANIGER - CALCADOS, SUPRIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 11065.908060/2014-48 - Recorrente: ANIGER - CALCADOS, SUPRIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 11065.908062/2014-37 - Recorrente: ANIGER - CALCADOS, SUPRIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 11065.908063/2014-81 - Recorrente: ANIGER - CALCADOS, SUPRIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 11065.908064/2014-26 - Recorrente: ANIGER - CALCADOS, SUPRIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 11065.908074/2014-61 - Recorrente: ANIGER - CALCADOS, SUPRIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 11065.908075/2014-14 - Recorrente: ANIGER - CALCADOS, SUPRIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 11065.908081/2014-63 - Recorrente: ANIGER - CALCADOS, SUPRIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
146 - Processo nº: 11020.001843/2007-96 - Recorrente: B & Z EXPORT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
147 - Processo nº: 11020.001844/2007-31 - Recorrente: B & Z EXPORT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 11020.001845/2007-85 - Recorrente: B & Z EXPORT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 11020.001846/2007-20 - Recorrente: B & Z EXPORT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 11020.001847/2007-74 - Recorrente: B & Z EXPORT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JORGE LIMA ABUD
151 - Processo nº: 10935.723085/2016-86 - Recorrente: CONPLY INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
152 - Processo nº: 10935.723086/2016-21 - Recorrente: CONPLY INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10935.723087/2016-75 - Recorrente: CONPLY INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10935.723088/2016-10 - Recorrente: CONPLY INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10935.723089/2013-11 - Recorrente: CONPLY INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10935.723089/2016-64 - Recorrente: CONPLY INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10935.723090/2016-99 - Recorrente: CONPLY INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10935.723091/2013-91 - Recorrente: CONPLY INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
159 - Processo nº: 10935.000943/2010-25 - Recorrente: CONPLY INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
160 - Processo nº: 10935.000944/2010-70 - Recorrente: CONPLY INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 10935.000945/2010-14 - Recorrente: CONPLY INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 10935.000946/2010-69 - Recorrente: CONPLY INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 10935.000947/2010-11 - Recorrente: CONPLY INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 10935.000948/2010-58 - Recorrente: CONPLY INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
165 - Processo nº: 11065.901545/2011-68 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
166 - Processo nº: 11065.901547/2011-57 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 11065.901548/2011-00 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 11065.901549/2011-46 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 11065.901550/2011-71 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 11065.901551/2011-15 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 11065.901552/2011-60 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 11065.901553/2011-12 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 11065.901554/2011-59 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 11065.901556/2011-48 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 11065.902345/2011-22 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 11065.902346/2011-77 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 11065.902347/2011-11 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
178 - Processo nº: 13971.902896/2013-51 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
179 - Processo nº: 13971.905708/2012-65 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 13971.905710/2012-34 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 13971.905711/2012-89 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 13971.905719/2012-45 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 13971.905722/2012-69 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 13971.905723/2012-11 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 13971.905724/2012-58 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
186 - Processo nº: 13971.720019/2017-97 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
187 - Processo nº: 13971.720020/2017-11 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 13971.720021/2017-66 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 13971.720022/2017-19 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 13971.720023/2017-55 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 13971.720068/2017-20 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 13971.720069/2017-74 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 13971.720070/2017-07 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 13971.720071/2017-43 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 13971.723454/2016-92 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 13971.905713/2012-78 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 13971.905714/2012-12 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 13971.905715/2012-67 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 13971.905716/2012-10 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 13971.905717/2012-56 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 13971.905718/2012-09 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 13971.905725/2012-01 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 13971.905726/2012-47 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 13971.905727/2012-91 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 13971.905728/2012-36 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 13971.905729/2012-81 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 13971.905730/2012-13 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 13971.905731/2012-50 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 13971.905732/2012-02 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 13971.905733/2012-49 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 13971.905734/2012-93 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 13971.905735/2012-38 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 13971.905736/2012-82 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 13971.905737/2012-27 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

215 - Processo nº: 13971.905738/2012-71 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 13971.905739/2012-16 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 13971.905740/2012-41 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 13971.905741/2012-95 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 13971.905742/2012-30 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 13971.905743/2012-84 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 13971.905744/2012-29 - Recorrente: CIA. HERING e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
222 - Processo nº: 10950.906303/2011-13 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
223 - Processo nº: 10950.906304/2011-68 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 10950.906305/2011-11 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 10950.906306/2011-57 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 10950.906307/2011-00 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 10950.906308/2011-46 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 10950.906309/2011-91 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 10950.906310/2011-15 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 10950.906311/2011-60 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 10950.906312/2011-12 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 10950.906313/2011-59 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 10950.906314/2011-01 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 10950.906315/2011-48 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 10950.906316/2011-92 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 10950.906317/2011-37 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 10950.906318/2011-81 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 10950.906319/2011-26 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 10950.906320/2011-51 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo nº: 10950.906321/2011-03 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo nº: 10950.906322/2011-40 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 10950.906323/2011-94 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 10950.906324/2011-39 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo nº: 10950.906325/2011-83 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo nº: 10950.906326/2011-28 - Recorrente: CITRI AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
246 - Processo nº: 13005.721277/2013-02 - Recorrente: COOPERATIVA LANGUIRU LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
247 - Processo nº: 13005.721278/2013-49 - Recorrente: COOPERATIVA LANGUIRU LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo nº: 13005.721281/2013-62 - Recorrente: COOPERATIVA LANGUIRU LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo nº: 13005.721282/2013-15 - Recorrente: COOPERATIVA LANGUIRU LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo nº: 13005.721283/2013-51 - Recorrente: COOPERATIVA LANGUIRU LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo nº: 13005.721284/2013-04 - Recorrente: COOPERATIVA LANGUIRU LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
252 - Processo nº: 13005.721285/2013-41 - Recorrente: COOPERATIVA LANGUIRU LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo nº: 13005.721286/2013-95 - Recorrente: COOPERATIVA LANGUIRU LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAPHAEL MADEIRA ABAD
254 - Processo nº: 15374.000381/2006-50 - Recorrente: BENAFER S A COMERCIO E INDUSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 13708.001026/2001-49 - Recorrente: BENAFER S A COM E INDUSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
256 - Processo nº: 19311.720155/2016-56 - Recorrentes: BEIERSDORF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
257 - Processo nº: 13896.000549/2007-93 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES E SERVICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
258 - Processo nº: 16327.000946/2005-46 - Embargante: BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO S/A
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
259 - Processo nº: 10073.903397/2009-30 - Recorrente: BRASFELS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo nº: 10166.911512/2011-25 - Recorrente: BALI BRASILIA AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
261 - Processo nº: 10166.911514/2011-14 - Recorrente: BALI BRASILIA AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo nº: 10166.911518/2011-01 - Recorrente: BALI BRASILIA AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 10166.911519/2011-47 - Recorrente: BALI BRASILIA AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
264 - Processo nº: 10166.911520/2011-71 - Recorrente: BALI BRASILIA AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
265 - Processo nº: 10073.903399/2009-29 - Recorrente: BRASFELS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo nº: 10073.903401/2009-60 - Recorrente: BRASFELS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo nº: 10073.903403/2009-59 - Recorrente: BRASFELS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
268 - Processo nº: 13051.720140/2011-13 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
269 - Processo nº: 13051.720156/2011-18 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
270 - Processo nº: 13051.720162/2011-75 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo nº: 13051.720163/2011-10 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
272 - Processo nº: 13051.720170/2011-11 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
273 - Processo nº: 13051.720171/2011-66 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
274 - Processo nº: 13051.720173/2011-55 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo nº: 13051.720175/2011-44 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
276 - Processo nº: 13051.720179/2011-22 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 13051.720181/2011-00 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo nº: 13051.720182/2011-46 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo nº: 13051.720190/2011-92 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo nº: 13051.720193/2011-26 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
281 - Processo nº: 13051.720202/2011-89 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
282 - Processo nº: 13051.720204/2011-78 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
283 - Processo nº: 13051.720205/2011-12 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
284 - Processo nº: 13051.720137/2011-91 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
285 - Processo nº: 13051.720150/2011-41 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo nº: 13051.720154/2011-29 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
287 - Processo nº: 13051.720159/2011-51 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 13051.720172/2011-19 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo nº: 13051.720178/2011-88 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
290 - Processo nº: 13051.720180/2011-57 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
291 - Processo nº: 13051.720184/2011-35 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
292 - Processo nº: 13051.720189/2011-68 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo nº: 13051.720197/2011-12 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
294 - Processo nº: 13051.720199/2011-01 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo nº: 13051.720201/2011-34 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
296 - Processo nº: 13051.720203/2011-23 - Recorrente: COOPERATIVA DALIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
297 - Processo nº: 19515.001264/2004-41 - Recorrente: CITICORP MERCANTIL PARTIC INVESTIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
298 - Processo nº: 15586.000227/2008-54 - Embargante: CIA HISPANO BRASILEIRA DE PELOTIZACAO HISPANOBRAS
299 - Processo nº: 10380.504189/2004-73 - Recorrente: A SILVA PRACA PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAPHAEL MADEIRA ABAD
300 - Processo nº: 10680.922609/2012-25 - Recorrente: BHMAQUINAS IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
301 - Processo nº: 10680.922603/2012-58 - Recorrente: BHMAQUINAS IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
302 - Processo nº: 10680.922601/2012-69 - Recorrente: BHMAQUINAS IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
303 - Processo nº: 10680.922574/2012-24 - Recorrente: BHMAQUINAS IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
304 - Processo nº: 10746.905013/2012-59 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
305 - Processo nº: 10746.905008/2012-46 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
306 - Processo nº: 10746.905009/2012-91 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
307 - Processo nº: 10746.905010/2012-15 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
308 - Processo nº: 10746.905011/2012-60 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
309 - Processo nº: 10746.905012/2012-12 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
310 - Processo nº: 10746.905014/2012-01 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
311 - Processo nº: 10746.905015/2012-48 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
312 - Processo nº: 10467.902989/2009-19 - Recorrente: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
313 - Processo nº: 10467.902985/2009-22 - Recorrente: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
314 - Processo nº: 10467.902988/2009-66 - Recorrente: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
315 - Processo nº: 10880.980197/2011-19 - Recorrente: ADRAM S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
316 - Processo nº: 10880.980198/2011-55 - Recorrente: ADRAM S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
317 - Processo nº: 10880.980199/2011-08 - Recorrente: ADRAM S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
318 - Processo nº: 10880.980203/2011-20 - Recorrente: ADRAM S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

319 - Processo nº: 10880.980204/2011-74 - Recorrente: ADRAM S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo nº: 10880.980205/2011-19 - Recorrente: ADRAM S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
321 - Processo nº: 10746.900013/2012-62 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
322 - Processo nº: 10746.900008/2012-50 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
323 - Processo nº: 10746.900010/2012-29 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
324 - Processo nº: 10746.900011/2012-73 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
325 - Processo nº: 10746.900242/2013-68 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
326 - Processo nº: 10746.900315/2013-11 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
327 - Processo nº: 10746.900316/2013-66 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
328 - Processo nº: 10746.900317/2013-19 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
329 - Processo nº: 10746.900318/2013-55 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
330 - Processo nº: 10746.900319/2013-08 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
331 - Processo nº: 10746.900320/2013-24 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
332 - Processo nº: 10746.900321/2013-79 - Recorrente: BOMA COMERCIO E INDUSTRIA DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
333 - Processo nº: 12448.721529/2019-17 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo nº: 11065.722819/2017-40 - Recorrente: RYCO ALIMENTOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
335 - Processo nº: 16327.000177/2002-33 - Embargante: BANCO JPM S.A.
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
336 - Processo nº: 10073.903400/2009-15 - Recorrente: BRASFELS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
337 - Processo nº: 10073.903402/2009-12 - Recorrente: BRASFELS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
338 - Processo nº: 13896.901294/2009-40 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES E SERVICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
339 - Processo nº: 13896.901295/2009-94 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES E SERVICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
340 - Processo nº: 13896.907787/2008-11 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES E SERVICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
341 - Processo nº: 19515.002904/2004-30 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: AMPER DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA

DIA 24 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): WALKER ARAUJO
342 - Processo nº: 16682.900285/2015-83 - Recorrente: DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
343 - Processo nº: 16682.900289/2015-61 - Recorrente: DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
344 - Processo nº: 16682.900291/2015-31 - Recorrente: DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
345 - Processo nº: 16682.900757/2015-06 - Recorrente: DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
346 - Processo nº: 16682.901324/2015-60 - Recorrente: DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
347 - Processo nº: 16682.901767/2015-51 - Recorrente: DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
348 - Processo nº: 16682.901768/2015-03 - Recorrente: DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
349 - Processo nº: 16682.901769/2015-40 - Recorrente: DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
350 - Processo nº: 16682.901770/2015-74 - Recorrente: DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
351 - Processo nº: 16682.901771/2015-19 - Recorrente: DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
352 - Processo nº: 16682.901773/2015-16 - Recorrente: DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
353 - Processo nº: 13609.720099/2008-28 - Recorrente: HYPOFARMA INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMACIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
354 - Processo nº: 16636.001404/2009-21 - Recorrente: TECON RIO GRANDE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
355 - Processo nº: 16636.001399/2009-56 - Recorrente: TECON RIO GRANDE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
356 - Processo nº: 16636.001401/2009-97 - Recorrente: TECON RIO GRANDE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
357 - Processo nº: 13830.903550/2011-12 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
358 - Processo nº: 13830.903517/2011-92 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
359 - Processo nº: 13830.903518/2011-37 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
360 - Processo nº: 13830.903519/2011-81 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
361 - Processo nº: 13830.903520/2011-14 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
362 - Processo nº: 13830.903521/2011-51 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
363 - Processo nº: 13830.903522/2011-03 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
364 - Processo nº: 13830.903523/2011-40 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
365 - Processo nº: 13830.903524/2011-94 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
366 - Processo nº: 13830.903526/2011-83 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
367 - Processo nº: 13830.903527/2011-28 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
368 - Processo nº: 13830.903528/2011-72 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
369 - Processo nº: 13830.903529/2011-17 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
370 - Processo nº: 13830.903530/2011-41 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
371 - Processo nº: 13830.903531/2011-96 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
372 - Processo nº: 13830.903532/2011-31 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
373 - Processo nº: 13830.903533/2011-85 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
374 - Processo nº: 13830.903540/2011-87 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
375 - Processo nº: 13830.903541/2011-21 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
376 - Processo nº: 13830.903549/2011-98 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
377 - Processo nº: 13830.903551/2011-67 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
378 - Processo nº: 13830.903552/2011-10 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
379 - Processo nº: 13830.903553/2011-56 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
380 - Processo nº: 13830.903554/2011-09 - Recorrente: GUACIRA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
381 - Processo nº: 16327.002645/2003-95 - Recorrente: MERCEDES-BENZ LEASING DO BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
382 - Processo nº: 10940.900001/2013-12 - Recorrente: GEROMA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
383 - Processo nº: 10940.900471/2013-86 - Recorrente: GEROMA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
384 - Processo nº: 10940.900472/2013-21 - Recorrente: GEROMA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
385 - Processo nº: 10940.904805/2012-18 - Recorrente: GEROMA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
386 - Processo nº: 10940.904806/2012-54 - Recorrente: GEROMA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
387 - Processo nº: 10940.904807/2012-07 - Recorrente: GEROMA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
388 - Processo nº: 10940.904808/2012-43 - Recorrente: GEROMA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
389 - Processo nº: 10940.904809/2012-98 - Recorrente: GEROMA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
390 - Processo nº: 10940.904810/2012-12 - Recorrente: GEROMA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
391 - Processo nº: 10940.904811/2012-67 - Recorrente: GEROMA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
392 - Processo nº: 10314.728477/2015-68 - Recorrente: GARBO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
393 - Processo nº: 19311.720319/2015-64 - Recorrente: VIEIRALVES EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
394 - Processo nº: 10980.923611/2009-31 - Recorrente: FAMIGLIA ZANLORENZI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
395 - Processo nº: 10980.923586/2009-96 - Recorrente: FAMIGLIA ZANLORENZI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
396 - Processo nº: 10980.923589/2009-20 - Recorrente: FAMIGLIA ZANLORENZI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
397 - Processo nº: 10980.923590/2009-54 - Recorrente: FAMIGLIA ZANLORENZI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
398 - Processo nº: 10980.923612/2009-86 - Recorrente: FAMIGLIA ZANLORENZI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
399 - Processo nº: 10980.923613/2009-21 - Recorrente: FAMIGLIA ZANLORENZI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
400 - Processo nº: 10980.923614/2009-75 - Recorrente: FAMIGLIA ZANLORENZI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
401 - Processo nº: 10980.923615/2009-10 - Recorrente: FAMIGLIA ZANLORENZI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
402 - Processo nº: 10980.923619/2009-06 - Recorrente: FAMIGLIA ZANLORENZI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
403 - Processo nº: 10980.923620/2009-22 - Recorrente: FAMIGLIA ZANLORENZI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
404 - Processo nº: 10640.721213/2011-58 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
405 - Processo nº: 10640.721218/2011-81 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
406 - Processo nº: 10640.721226/2011-27 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
407 - Processo nº: 10640.721231/2011-30 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
408 - Processo nº: 10640.721242/2011-10 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
409 - Processo nº: 10640.721284/2011-51 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
410 - Processo nº: 10640.721286/2011-40 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
411 - Processo nº: 10640.721288/2011-39 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
412 - Processo nº: 10640.721292/2011-05 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
413 - Processo nº: 10640.721311/2011-95 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
414 - Processo nº: 10640.721317/2011-62 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
415 - Processo nº: 10640.721329/2011-97 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
416 - Processo nº: 10640.721363/2011-61 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
417 - Processo nº: 10640.721376/2011-31 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
418 - Processo nº: 10640.721382/2011-98 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
419 - Processo nº: 10640.721386/2011-76 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
420 - Processo nº: 10640.721395/2011-67 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
421 - Processo nº: 10640.721408/2011-06 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
422 - Processo nº: 10640.721414/2011-55 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
423 - Processo nº: 10640.721418/2011-33 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

424 - Processo nº: 10640.721425/2011-35 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
425 - Processo nº: 10640.722327/2011-15 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
426 - Processo nº: 13608.720087/2011-17 - Recorrente: LATICINIOS PORTO ALEGRE INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
427 - Processo nº: 12861.000084/2008-96 - Recorrente: USINA SANTA ADELIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
428 - Processo nº: 10708.001509/2002-36 - Recorrente: MARTE ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAPHAEL MADEIRA ABAD
429 - Processo nº: 10880.991058/2012-93 - Recorrente: SOARES PENIDO REALIZACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
430 - Processo nº: 10880.991059/2012-38 - Recorrente: SOARES PENIDO REALIZACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
431 - Processo nº: 10880.991060/2012-62 - Recorrente: SOARES PENIDO REALIZACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
432 - Processo nº: 10880.991061/2012-15 - Recorrente: SOARES PENIDO REALIZACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
433 - Processo nº: 10880.991062/2012-51 - Recorrente: SOARES PENIDO REALIZACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
434 - Processo nº: 10880.991063/2012-04 - Recorrente: SOARES PENIDO REALIZACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
435 - Processo nº: 10880.991064/2012-41 - Recorrente: SOARES PENIDO REALIZACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
436 - Processo nº: 10880.991065/2012-95 - Recorrente: SOARES PENIDO REALIZACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
437 - Processo nº: 10880.991066/2012-30 - Recorrente: SOARES PENIDO REALIZACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
438 - Processo nº: 19649.000009/2006-27 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
439 - Processo nº: 10840.003824/2005-16 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
440 - Processo nº: 19649.000007/2006-38 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
441 - Processo nº: 10840.003825/2005-61 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
442 - Processo nº: 19649.000004/2006-02 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
443 - Processo nº: 19649.000006/2006-93 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
444 - Processo nº: 19649.000008/2006-82 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
445 - Processo nº: 10840.904467/2010-72 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
446 - Processo nº: 19649.000005/2006-49 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
447 - Processo nº: 19649.000003/2006-50 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
448 - Processo nº: 19649.000010/2006-51 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
449 - Processo nº: 14863.720089/2013-10 - Recorrente: EXPOCACCER- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
450 - Processo nº: 10675.721723/2014-71 - Recorrente: EXPOCACCER- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
451 - Processo nº: 10675.722252/2011-75 - Recorrente: EXPOCACCER- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
452 - Processo nº: 14863.720088/2013-67 - Recorrente: EXPOCACCER- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
453 - Processo nº: 14863.720105/2011-02 - Recorrente: EXPOCACCER- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
454 - Processo nº: 14863.720106/2011-49 - Recorrente: EXPOCACCER- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
455 - Processo nº: 14863.720107/2011-93 - Recorrente: EXPOCACCER- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
456 - Processo nº: 14863.720108/2011-38 - Recorrente: EXPOCACCER- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
457 - Processo nº: 14863.720109/2011-82 - Recorrente: EXPOCACCER- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
458 - Processo nº: 14863.720110/2011-15 - Recorrente: EXPOCACCER- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
459 - Processo nº: 14863.720139/2011-99 - Recorrente: EXPOCACCER- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
460 - Processo nº: 14863.720140/2011-13 - Recorrente: EXPOCACCER- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
461 - Processo nº: 14863.720141/2011-68 - Recorrente: EXPOCACCER- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
462 - Processo nº: 14863.720143/2011-57 - Recorrente: EXPOCACCER- COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DO CERRADO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
463 - Processo nº: 10850.003009/2005-38 - Recorrente: USINA MOEMA ACUCAR E ALCOOL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
464 - Processo nº: 10865.000967/2007-50 - Recorrente: VIBA - VIACAO BARBARENSE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
465 - Processo nº: 10865.000966/2007-13 - Recorrente: VIBA - VIACAO BARBARENSE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
466 - Processo nº: 13842.000084/2003-72 - Recorrente: MALAGUTTI & MARTINS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
467 - Processo nº: 13842.000083/2003-28 - Recorrente: MALAGUTTI & MARTINS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
468 - Processo nº: 13842.000085/2003-17 - Recorrente: MALAGUTTI & MARTINS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
469 - Processo nº: 16095.000571/2007-57 - Recorrente: EXPRESSO JOACABA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
470 - Processo nº: 10580.730298/2010-36 - Recorrente: MERCANTIL RODRIGUES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WALKER ARAUJO
471 - Processo nº: 19647.013798/2008-48 - Recorrente: MERCOFRICON S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
472 - Processo nº: 11543.720173/2012-79 - Recorrente: EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
473 - Processo nº: 11543.720171/2012-80 - Recorrente: EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
474 - Processo nº: 10783.721619/2012-97 - Recorrente: EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
475 - Processo nº: 10140.903608/2011-16 - Recorrente: FRIGOSUL - FRIGORIFICO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
476 - Processo nº: 10140.903609/2011-52 - Recorrente: FRIGOSUL - FRIGORIFICO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
477 - Processo nº: 10140.903610/2011-87 - Recorrente: FRIGOSUL - FRIGORIFICO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
478 - Processo nº: 10140.903611/2011-21 - Recorrente: FRIGOSUL - FRIGORIFICO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
479 - Processo nº: 10140.903612/2011-76 - Recorrente: FRIGOSUL - FRIGORIFICO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
480 - Processo nº: 10140.903613/2011-11 - Recorrente: FRIGOSUL - FRIGORIFICO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
481 - Processo nº: 10140.903614/2011-65 - Recorrente: FRIGOSUL - FRIGORIFICO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
482 - Processo nº: 10140.903615/2011-18 - Recorrente: FRIGOSUL - FRIGORIFICO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
483 - Processo nº: 10140.903616/2011-54 - Recorrente: FRIGOSUL - FRIGORIFICO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
484 - Processo nº: 10140.903617/2011-07 - Recorrente: FRIGOSUL - FRIGORIFICO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
485 - Processo nº: 10140.903618/2011-43 - Recorrente: FRIGOSUL - FRIGORIFICO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
486 - Processo nº: 10140.903619/2011-98 - Recorrente: FRIGOSUL - FRIGORIFICO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
487 - Processo nº: 10140.903620/2011-12 - Recorrente: FRIGOSUL - FRIGORIFICO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
488 - Processo nº: 10140.903621/2011-67 - Recorrente: FRIGOSUL - FRIGORIFICO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
489 - Processo nº: 10140.903622/2011-10 - Recorrente: FRIGOSUL - FRIGORIFICO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
490 - Processo nº: 10140.903623/2011-56 - Recorrente: FRIGOSUL - FRIGORIFICO SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
491 - Processo nº: 10920.900368/2011-11 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
492 - Processo nº: 10920.900369/2011-57 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
493 - Processo nº: 10920.900370/2011-81 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
494 - Processo nº: 10920.900371/2011-26 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
495 - Processo nº: 10920.900372/2011-71 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
496 - Processo nº: 10920.900373/2011-15 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
497 - Processo nº: 10920.900374/2011-60 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
498 - Processo nº: 10920.900375/2011-12 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
499 - Processo nº: 10920.900377/2011-01 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
500 - Processo nº: 10920.904394/2011-18 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
501 - Processo nº: 10920.904396/2011-07 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
502 - Processo nº: 10920.904397/2011-43 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
503 - Processo nº: 10920.904398/2011-98 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
504 - Processo nº: 10920.904399/2011-32 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
505 - Processo nº: 10920.904400/2011-29 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
506 - Processo nº: 10920.904401/2011-73 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
507 - Processo nº: 10920.904402/2011-18 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
508 - Processo nº: 10920.904403/2011-62 - Recorrente: WRC OPERADORES PORTUARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
509 - Processo nº: 10925.909147/2011-50 - Recorrente: GELNEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
510 - Processo nº: 10925.909133/2011-36 - Recorrente: GELNEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
511 - Processo nº: 10925.909135/2011-25 - Recorrente: GELNEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
512 - Processo nº: 10925.909136/2011-70 - Recorrente: GELNEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
513 - Processo nº: 10925.909137/2011-14 - Recorrente: GELNEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
514 - Processo nº: 10925.909138/2011-69 - Recorrente: GELNEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
515 - Processo nº: 10925.909139/2011-11 - Recorrente: GELNEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
516 - Processo nº: 10925.909140/2011-38 - Recorrente: GELNEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
517 - Processo nº: 10925.909141/2011-82 - Recorrente: GELNEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
518 - Processo nº: 10925.909142/2011-27 - Recorrente: GELNEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
519 - Processo nº: 10925.909143/2011-71 - Recorrente: GELNEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
520 - Processo nº: 10925.909144/2011-16 - Recorrente: GELNEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
521 - Processo nº: 10925.909145/2011-61 - Recorrente: GELNEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
522 - Processo nº: 10925.909146/2011-13 - Recorrente: GELNEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
523 - Processo nº: 10925.909148/2011-02 - Recorrente: GELNEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
524 - Processo nº: 10925.909149/2011-49 - Recorrente: GELNEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
525 - Processo nº: 10925.909150/2011-73 - Recorrente: GELNEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
526 - Processo nº: 15983.000752/2007-14 - Recorrente: SUPERMERCADOS SAITO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
527 - Processo nº: 10882.908337/2009-89 - Recorrente: VB TRANSPORTES E TURISMO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
528 - Processo nº: 10882.908335/2009-90 - Recorrente: VB TRANSPORTES E TURISMO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
529 - Processo nº: 10882.908336/2009-34 - Recorrente: VB TRANSPORTES E TURISMO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
530 - Processo nº: 15983.000753/2007-51 - Recorrente: SUPERMERCADOS SAITO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
531 - Processo nº: 15983.000751/2007-61 - Recorrente: SUPERMERCADOS SAITO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
532 - Processo nº: 10840.003581/2004-35 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
533 - Processo nº: 10840.003586/2004-68 - Recorrente: CRYSTALSEV COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
534 - Processo nº: 12571.720163/2012-69 - Recorrente: MADEBIL MADEREIRA BITURUNA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
535 - Processo nº: 12571.720164/2012-11 - Recorrente: MADEBIL MADEREIRA BITURUNA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
536 - Processo nº: 12571.720165/2012-58 - Recorrente: MADEBIL MADEREIRA BITURUNA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
537 - Processo nº: 12571.720166/2012-01 - Recorrente: MADEBIL MADEREIRA BITURUNA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
538 - Processo nº: 12571.720167/2012-47 - Recorrente: MADEBIL MADEREIRA BITURUNA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
539 - Processo nº: 12571.720168/2012-91 - Recorrente: MADEBIL MADEREIRA BITURUNA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
540 - Processo nº: 13936.000062/2005-25 - Recorrente: MADEBIL MADEREIRA BITURUNA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
541 - Processo nº: 13936.000065/2005-69 - Recorrente: MADEBIL MADEREIRA BITURUNA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
542 - Processo nº: 13936.000068/2005-01 - Recorrente: MADEBIL MADEREIRA BITURUNA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
543 - Processo nº: 13936.000069/2005-47 - Recorrente: MADEBIL MADEREIRA BITURUNA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
544 - Processo nº: 13936.000070/2005-71 - Recorrente: MADEBIL MADEREIRA BITURUNA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
545 - Processo nº: 13936.000095/2005-75 - Recorrente: MADEBIL MADEREIRA BITURUNA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
546 - Processo nº: 10850.003008/2005-93 - Recorrente: USINA MOEMA ACUCAR E ALCOOL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
547 - Processo nº: 10880.017723/97-30 - Recorrente: VJ ELETRONICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
548 - Processo nº: 10865.000965/2007-61 - Recorrente: VIBA - VIACAO BARBARENSE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
549 - Processo nº: 10850.001772/2004-43 - Recorrente: USINA MOEMA ACUCAR E ALCOOL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
550 - Processo nº: 16095.000572/2007-00 - Recorrente: EXPRESSO JOACABA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
551 - Processo nº: 11543.720172/2012-24 - Recorrente: EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
552 - Processo nº: 11543.720168/2012-66 - Recorrente: EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
553 - Processo nº: 10580.907116/2009-98 - Recorrente: TPC OPERADOR LOGISTICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
554 - Processo nº: 10580.907118/2009-87 - Recorrente: TPC OPERADOR LOGISTICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
555 - Processo nº: 10580.907120/2009-56 - Recorrente: TPC OPERADOR LOGISTICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
556 - Processo nº: 10580.907121/2009-09 - Recorrente: TPC OPERADOR LOGISTICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
557 - Processo nº: 10580.907123/2009-90 - Recorrente: TPC OPERADOR LOGISTICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
558 - Processo nº: 10580.908631/2009-95 - Recorrente: TPC OPERADOR LOGISTICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
559 - Processo nº: 10580.908633/2009-84 - Recorrente: TPC OPERADOR LOGISTICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
560 - Processo nº: 10580.908634/2009-29 - Recorrente: TPC OPERADOR LOGISTICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
561 - Processo nº: 16327.902653/2010-62 - Recorrente: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
562 - Processo nº: 19647.013796/2008-59 - Recorrente: MERCOFRICON S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
563 - Processo nº: 19647.013797/2008-01 - Recorrente: MERCOFRICON S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
564 - Processo nº: 10314.720146/2019-11 - Recorrente: GLOBAL AR COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
565 - Processo nº: 10880.902782/2012-51 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
566 - Processo nº: 10880.902768/2012-57 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
567 - Processo nº: 10880.902769/2012-00 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
568 - Processo nº: 10880.902770/2012-26 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
569 - Processo nº: 10880.902771/2012-71 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
570 - Processo nº: 10880.902772/2012-15 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
571 - Processo nº: 10880.902773/2012-60 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
572 - Processo nº: 10880.902774/2012-12 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
573 - Processo nº: 10880.902775/2012-59 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
574 - Processo nº: 10880.902776/2012-01 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
575 - Processo nº: 10880.902777/2012-48 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
576 - Processo nº: 10880.902778/2012-92 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
577 - Processo nº: 10880.902779/2012-37 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
578 - Processo nº: 10880.902780/2012-61 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
579 - Processo nº: 10880.902781/2012-14 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
580 - Processo nº: 10880.902783/2012-03 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
581 - Processo nº: 10880.902784/2012-40 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
582 - Processo nº: 10880.902785/2012-94 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
583 - Processo nº: 10880.902786/2012-39 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
584 - Processo nº: 10880.902787/2012-83 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
585 - Processo nº: 10880.902788/2012-28 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
586 - Processo nº: 10880.902789/2012-72 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
587 - Processo nº: 10880.902790/2012-05 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
588 - Processo nº: 10880.902791/2012-41 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
589 - Processo nº: 10880.902792/2012-96 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
590 - Processo nº: 10880.902793/2012-31 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
591 - Processo nº: 10880.902794/2012-85 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
592 - Processo nº: 10880.902795/2012-20 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
593 - Processo nº: 10880.902796/2012-74 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
594 - Processo nº: 10880.902797/2012-19 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
595 - Processo nº: 10880.902798/2012-63 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
596 - Processo nº: 10880.902799/2012-16 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
597 - Processo nº: 10880.902800/2012-02 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
598 - Processo nº: 10880.902801/2012-49 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
599 - Processo nº: 10880.902802/2012-93 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
600 - Processo nº: 10880.902803/2012-38 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
601 - Processo nº: 10880.902804/2012-82 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
602 - Processo nº: 10880.902805/2012-27 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
603 - Processo nº: 10880.902806/2012-71 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
604 - Processo nº: 10880.902807/2012-16 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
605 - Processo nº: 10880.902808/2012-61 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
606 - Processo nº: 10880.902809/2012-13 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
607 - Processo nº: 10880.902810/2012-30 - Recorrente: RHODIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
608 - Processo nº: 10735.720009/2006-01 - Recorrente: SANEBRAS ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
609 - Processo nº: 10530.900491/2014-60 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
610 - Processo nº: 10530.900499/2014-26 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
611 - Processo nº: 10530.901563/2014-96 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
612 - Processo nº: 10530.900490/2014-15 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
613 - Processo nº: 10530.900498/2014-81 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
614 - Processo nº: 10530.900964/2014-29 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
615 - Processo nº: 10530.900489/2014-91 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
616 - Processo nº: 10530.900497/2014-37 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
617 - Processo nº: 10530.900963/2014-84 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
618 - Processo nº: 10530.900488/2014-46 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
619 - Processo nº: 10530.900496/2014-92 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
620 - Processo nº: 10530.900962/2014-30 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
621 - Processo nº: 10530.900487/2014-00 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
622 - Processo nº: 10530.900495/2014-48 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
623 - Processo nº: 10530.900961/2014-95 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
624 - Processo nº: 10530.900494/2014-01 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
625 - Processo nº: 10530.900960/2014-41 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
626 - Processo nº: 10530.900492/2014-12 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
627 - Processo nº: 10530.900500/2014-12 - Recorrente: MINERACAO CARAIBA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
628 - Processo nº: 13839.902196/2017-14 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
629 - Processo nº: 13839.902197/2017-69 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
630 - Processo nº: 13839.902198/2017-11 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
631 - Processo nº: 13839.902199/2017-58 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
632 - Processo nº: 13839.902200/2017-44 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
633 - Processo nº: 13839.902201/2017-99 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
634 - Processo nº: 13839.902202/2017-33 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
635 - Processo nº: 13839.902203/2017-88 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
636 - Processo nº: 13839.902204/2017-22 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
637 - Processo nº: 13839.902205/2017-77 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

638 - Processo nº: 13839.902206/2017-11 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
639 - Processo nº: 13839.902207/2017-66 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
640 - Processo nº: 13839.902208/2017-19 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
641 - Processo nº: 13839.902209/2017-55 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
642 - Processo nº: 13839.902210/2017-80 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
643 - Processo nº: 13839.902212/2017-79 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
644 - Processo nº: 13839.902213/2017-13 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
645 - Processo nº: 13839.902214/2017-68 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
646 - Processo nº: 13839.902215/2017-11 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
647 - Processo nº: 13839.902216/2017-57 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
648 - Processo nº: 13839.902217/2017-00 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
649 - Processo nº: 13839.902218/2017-46 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
650 - Processo nº: 13839.902219/2017-91 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
651 - Processo nº: 13839.902220/2017-15 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
652 - Processo nº: 13839.902221/2017-60 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
653 - Processo nº: 13839.902222/2017-12 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
654 - Processo nº: 13839.902223/2017-59 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
655 - Processo nº: 13839.902224/2017-01 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
656 - Processo nº: 13839.902225/2017-48 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
657 - Processo nº: 13839.902226/2017-92 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
658 - Processo nº: 13839.902227/2017-37 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
659 - Processo nº: 13839.902228/2017-81 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
660 - Processo nº: 13839.902230/2017-51 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
661 - Processo nº: 13839.902231/2017-03 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
662 - Processo nº: 13839.902232/2017-40 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
663 - Processo nº: 13839.902233/2017-94 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
664 - Processo nº: 13839.902234/2017-39 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
665 - Processo nº: 13839.902235/2017-83 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
666 - Processo nº: 13839.902236/2017-28 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
667 - Processo nº: 13839.902237/2017-72 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
668 - Processo nº: 13839.902239/2017-61 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
669 - Processo nº: 13839.902240/2017-96 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
670 - Processo nº: 13839.902241/2017-31 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
671 - Processo nº: 13839.902242/2017-85 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
672 - Processo nº: 13839.902243/2017-20 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
673 - Processo nº: 13839.902245/2017-19 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
674 - Processo nº: 13839.903196/2015-70 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
675 - Processo nº: 13839.903197/2015-14 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
676 - Processo nº: 13839.903198/2015-69 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
677 - Processo nº: 13839.903199/2015-11 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
678 - Processo nº: 10880.951669/2008-12 - Recorrente: PROMAQUINA COMERCIAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
679 - Processo nº: 10880.951661/2008-56 - Recorrente: PROMAQUINA COMERCIAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
680 - Processo nº: 10880.951662/2008-09 - Recorrente: PROMAQUINA COMERCIAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
681 - Processo nº: 10880.951663/2008-45 - Recorrente: PROMAQUINA COMERCIAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
682 - Processo nº: 10880.951664/2008-90 - Recorrente: PROMAQUINA COMERCIAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
683 - Processo nº: 10880.951667/2008-23 - Recorrente: PROMAQUINA COMERCIAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
684 - Processo nº: 10880.951668/2008-78 - Recorrente: PROMAQUINA COMERCIAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
685 - Processo nº: 10880.951670/2008-47 - Recorrente: PROMAQUINA COMERCIAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
686 - Processo nº: 10880.957436/2008-23 - Recorrente: PROMAQUINA COMERCIAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
687 - Processo nº: 10880.957437/2008-78 - Recorrente: PROMAQUINA COMERCIAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
688 - Processo nº: 10880.963314/2008-76 - Recorrente: PROMAQUINA COMERCIAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
689 - Processo nº: 13746.000579/2009-85 - Recorrente: SANEBRAS ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
690 - Processo nº: 19515.004033/2010-37 - Recorrente: RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
691 - Processo nº: 18490.720058/2015-59 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
692 - Processo nº: 18490.720059/2015-01 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
693 - Processo nº: 18490.720060/2015-28 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
694 - Processo nº: 18490.720061/2015-72 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
695 - Processo nº: 18490.720062/2015-17 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
696 - Processo nº: 18490.720063/2015-61 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
697 - Processo nº: 18490.720064/2015-14 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
698 - Processo nº: 18490.720065/2015-51 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
699 - Processo nº: 18490.720066/2015-03 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
700 - Processo nº: 18490.720067/2015-40 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
701 - Processo nº: 18490.720068/2015-94 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
702 - Processo nº: 18490.720069/2015-39 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
703 - Processo nº: 18490.720070/2015-63 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
704 - Processo nº: 18490.720071/2015-16 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
705 - Processo nº: 18490.720072/2015-52 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
706 - Processo nº: 18490.720073/2015-05 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
707 - Processo nº: 18490.720074/2015-41 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
708 - Processo nº: 18490.720075/2015-96 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
709 - Processo nº: 18490.720076/2015-31 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
710 - Processo nº: 18490.720077/2015-85 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
711 - Processo nº: 18490.720078/2015-20 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
712 - Processo nº: 18490.720079/2015-74 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
713 - Processo nº: 18490.720080/2015-07 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
714 - Processo nº: 18490.720081/2015-43 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
715 - Processo nº: 18490.720082/2015-98 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
716 - Processo nº: 18490.720084/2015-87 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
717 - Processo nº: 18490.720085/2015-21 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
718 - Processo nº: 18490.720086/2015-76 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
719 - Processo nº: 18490.720087/2015-11 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
720 - Processo nº: 18490.720088/2015-65 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
721 - Processo nº: 18490.720089/2015-18 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
722 - Processo nº: 18490.720090/2015-34 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
723 - Processo nº: 18490.720091/2015-89 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
724 - Processo nº: 18490.720092/2015-23 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
725 - Processo nº: 18490.720093/2015-78 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
726 - Processo nº: 18490.720094/2015-12 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
727 - Processo nº: 18490.720095/2015-67 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
728 - Processo nº: 18490.720097/2015-56 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
729 - Processo nº: 18490.720098/2015-09 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
730 - Processo nº: 18490.720100/2015-31 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
731 - Processo nº: 18490.720101/2015-86 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
732 - Processo nº: 18490.720102/2015-21 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
733 - Processo nº: 18490.720104/2015-10 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
734 - Processo nº: 18490.720105/2015-64 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
735 - Processo nº: 18490.720107/2015-53 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
736 - Processo nº: 18490.720108/2015-06 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
737 - Processo nº: 18490.720109/2015-42 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
738 - Processo nº: 18490.720110/2015-77 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
739 - Processo nº: 18490.720111/2015-11 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
740 - Processo nº: 18490.720112/2015-66 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
741 - Processo nº: 18490.720113/2015-19 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
742 - Processo nº: 18490.720114/2015-55 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
743 - Processo nº: 18490.720115/2015-08 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
744 - Processo nº: 18490.720116/2015-44 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
745 - Processo nº: 18490.720117/2015-99 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
746 - Processo nº: 18490.720118/2015-33 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
747 - Processo nº: 18490.720119/2015-88 - Recorrente: RODRIGUES & LUCENA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
748 - Processo nº: 12448.902525/2013-34 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
749 - Processo nº: 12448.902528/2013-78 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

750 - Processo nº: 12448.902529/2013-12 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
751 - Processo nº: 12448.902530/2013-47 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
752 - Processo nº: 12448.902531/2013-91 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
753 - Processo nº: 12448.902537/2013-69 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
754 - Processo nº: 12448.902539/2013-58 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
755 - Processo nº: 15374.972252/2009-16 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
756 - Processo nº: 15374.972253/2009-52 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
757 - Processo nº: 15374.972254/2009-05 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
758 - Processo nº: 15374.972255/2009-41 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
759 - Processo nº: 15374.972256/2009-96 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
760 - Processo nº: 15374.972257/2009-31 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
761 - Processo nº: 15374.972258/2009-85 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
762 - Processo nº: 15374.972259/2009-20 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
763 - Processo nº: 15374.972268/2009-11 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
764 - Processo nº: 15374.972269/2009-65 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
765 - Processo nº: 15374.972270/2009-90 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
766 - Processo nº: 15374.972271/2009-34 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
767 - Processo nº: 15374.972272/2009-89 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
768 - Processo nº: 15374.972273/2009-23 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
769 - Processo nº: 15374.972278/2009-56 - Recorrente: SAVEIROS CAMUYRANO SERVICOS MARITIMOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
770 - Processo nº: 10830.720574/2010-69 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
771 - Processo nº: 10830.720517/2010-80 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
772 - Processo nº: 10830.720522/2010-92 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
773 - Processo nº: 10830.720527/2010-15 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
774 - Processo nº: 10830.720531/2010-83 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
775 - Processo nº: 10830.720540/2010-74 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
776 - Processo nº: 10830.720546/2010-41 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
777 - Processo nº: 10830.720566/2010-12 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
778 - Processo nº: 10830.720582/2010-13 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
779 - Processo nº: 10830.720597/2010-73 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
780 - Processo nº: 10830.720607/2010-71 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
781 - Processo nº: 10830.720638/2010-21 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
782 - Processo nº: 10830.720636/2010-32 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
783 - Processo nº: 10830.720519/2010-79 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
784 - Processo nº: 10830.720525/2010-26 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
785 - Processo nº: 10830.720529/2010-12 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
786 - Processo nº: 10830.720536/2010-14 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
787 - Processo nº: 10830.720542/2010-63 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
788 - Processo nº: 10830.720544/2010-52 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
789 - Processo nº: 10830.720548/2010-31 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
790 - Processo nº: 10830.720571/2010-25 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
791 - Processo nº: 10830.720576/2010-58 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
792 - Processo nº: 10830.720588/2010-82 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
793 - Processo nº: 10830.720632/2010-54 - Recorrente: PARAFIX INDUSTRIA E COMERCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
794 - Processo nº: 13855.722508/2017-18 - Embargante: NOVA QUIMICA FARMACEUTICA S/A
795 - Processo nº: 10830.721638/2019-87 - Recorrente: PLASUTIL-INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
796 - Processo nº: 10314.720036/2019-41 - Recorrente: RN COMERCIO VAREJISTA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
797 - Processo nº: 10882.002980/2010-31 - Recorrente: REDE DE EDUCACAO ROSSELLO - REDUCAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
798 - Processo nº: 13983.000008/2004-33 - Embargante: SADIA S.A.
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
799 - Processo nº: 12709.000326/2010-29 - Recorrente: SAO LUCAS - CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
800 - Processo nº: 10183.901307/2015-77 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
801 - Processo nº: 10183.901308/2015-11 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
802 - Processo nº: 10183.901309/2015-66 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
803 - Processo nº: 10183.901310/2015-91 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
804 - Processo nº: 10183.901311/2015-35 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
805 - Processo nº: 10183.901312/2015-80 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
806 - Processo nº: 10183.901313/2015-24 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
807 - Processo nº: 10183.901314/2015-79 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
808 - Processo nº: 10183.901315/2015-13 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
809 - Processo nº: 10183.901316/2015-68 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
810 - Processo nº: 10183.901317/2015-11 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
811 - Processo nº: 10183.901318/2015-57 - Recorrente: VALE GRANDE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 3ª Seção

4ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio, em até 2 (dois) dias úteis antes do inicio da reunião de julgamento, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta em até 2 (dois) dias úteis antes do inicio da reunião de julgamento, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião presencial, a ser agendada oportunamente;

4) O julgamento do Processo nº 16007.000043/2009-10 (item 60) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 61 a 68. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 61 a 68, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 11065.901555/2011-01 (item 106) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 107 a 111. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 107 a 111, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 11065.903428/2016-43 (item 114) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 115 a 121. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 115 a 121, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 11065.001696/2009-08 (item 124) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 125 a 133. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 125 a 133, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

8) O julgamento do Processo nº 10880.914647/2012-58 (item 139) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 140 a 148. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 140 a 148, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

9) O julgamento do Processo nº 11065.724636/2012-54 (item 156) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 157 a 163. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 157 a 163, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

10) O julgamento do Processo nº 11065.724875/2011-23 (item 164) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 165 a 168. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 165 a 168, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

11) O julgamento do Processo nº 10880.679385/2009-74 (item 171) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 172 a 179. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 172 a 179, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

12) O julgamento do Processo nº 13971.916379/2011-05 (item 188) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 189 a 193. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 189 a 193, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

13) O julgamento do Processo nº 12571.720034/2012-71 (item 202) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 203 a 209. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 203 a 209, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

14) O julgamento do Processo nº 10384.900019/2013-77 (item 219) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 220 a 224. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos

repetitivos de que tratam os itens 220 a 224, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

15) O julgamento do Processo nº 10880.685923/2009-60 (item 225) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 226 a 234. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 226 a 234, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

16) O julgamento do Processo nº 10855.720851/2010-55 (item 244) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 245 a 275. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 245 a 275, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

17) O julgamento do Processo nº 10814.006913/2008-84 (item 304) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 305 a 307. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 305 a 307, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

18) O julgamento do Processo nº 11080.912552/2010-16 (item 319) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 320 a 332. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 320 a 332, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

19) O julgamento do Processo nº 10280.723098/2011-92 (item 382) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 383 a 388. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 383 a 388, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

20) O julgamento do Processo nº 10711.720620/2011-67 (item 389) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 390 a 402. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 390 a 402, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

21) Será submetida ao colegiado proposta do Presidente da Turma para retificação da ata de fevereiro de 2019, relativa aos processos 11080.720553/2013-89 e 11080.914775/2011-07.

DIA 23 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE SEIXAS PANTAROLLI
1 - Processo nº: 10880.688911/2009-97 - Recorrente: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
2 - Processo nº: 10680.903725/2012-45 - Recorrente: MINERACAO MORRO DO SINO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARA CRISTINA SIFUENTES
3 - Processo nº: 13502.720289/2012-10 - Recorrente: FAFEN ENERGIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 12898.000057/2009-87 - Recorrente: C.A. ALVES CONSULTORIA E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 13909.000592/2008-43 - Recorrente: CASA DE MISERICORDIA DE CORNELIO PROCOPIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 13850.000119/2011-84 - Recorrente: ESCOLA MONTEIRO LOBATO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 19647.003383/2007-85 - Recorrente: SUBEAL SURUBIM BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
8 - Processo nº: 10783.912078/2012-12 - Recorrente: UGBP - PRODUCAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10920.723863/2012-72 - Recorrente: CURTUME BANNACH LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
10 - Processo nº: 11128.004990/2005-58 - Recorrente: CIBA ESPECIALIDADES QUIMICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 11128.001891/2006-03 - Recorrente: CIBA ESPECIALIDADES QUIMICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10111.721940/2014-46 - Recorrente: VERNET COMUNICACAO DE DADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 11633.001735/2006-24 - Recorrente: IVO POSSETE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 15224.000678/2007-10 - Recorrente: VARIG S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 15224.001872/2005-51 - Recorrente: VARIG S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
16 - Processo nº: 13005.720100/2011-19 - Embargante: METALURGICA VENANCIO LTDA
17 - Processo nº: 13005.720865/2010-78 - Embargante: METALURGICA VENANCIO LTDA
Relator(a): MARA CRISTINA SIFUENTES
18 - Processo nº: 19515.003284/2009-61 - Recorrente: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO PAULO MENDES NETO
19 - Processo nº: 10830.912818/2011-19 - Recorrente: KORBACH VOLLET ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE SEIXAS PANTAROLLI
20 - Processo nº: 10907.002643/2006-31 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO PAULO MENDES NETO
21 - Processo nº: 10980.915325/2011-17 - Recorrente: GRAFICA CAPITAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10830.900381/2011-71 - Recorrente: KORBACH VOLLET ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10830.900382/2011-15 - Recorrente: KORBACH VOLLET ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10830.900379/2011-00 - Recorrente: KORBACH VOLLET ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10830.900378/2011-57 - Recorrente: KORBACH VOLLET ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10830.900380/2011-26 - Recorrente: KORBACH VOLLET ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE SEIXAS PANTAROLLI
27 - Processo nº: 13603.900003/2009-44 - Recorrente: RYGON COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 13603.900004/2009-99 - Recorrente: RYGON COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 13603.900006/2009-88 - Recorrente: RYGON COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 13603.900001/2009-55 - Recorrente: RYGON COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 13603.900014/2009-24 - Recorrente: RYGON COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 13603.900012/2009-35 - Recorrente: RYGON COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 13603.900002/2009-08 - Recorrente: RYGON COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
34 - Processo nº: 11080.900638/2010-04 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETROLEO IPIRANGA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10680.924721/2011-10 - Recorrente: FORNAC FUNDICAO DE ACOS ESPECIAIS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO PAULO MENDES NETO
36 - Processo nº: 10980.939618/2009-75 - Recorrente: CAPITAL BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10830.902294/2011-58 - Recorrente: GEA WESTFALIA SEPARATOR DO BRASIL INDUSTRIA DE CENTRIFUGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10880.907860/2012-11 - Recorrente: POLY VAC SA INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11020.907843/2010-05 - Recorrente: SAO MARCOS INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 11020.900789/2010-69 - Recorrente: TRIANON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE SEIXAS PANTAROLLI
41 - Processo nº: 13312.720034/2007-27 - Recorrente: BIOTEK MARINE COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13312.720032/2007-38 - Recorrente: BIOTEK MARINE COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
43 - Processo nº: 13603.002352/2002-22 - Recorrente: INTERNI S/A - INTERIORES PARA VEICULOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE SEIXAS PANTAROLLI
44 - Processo nº: 13603.903810/2008-38 - Recorrente: RYGON COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13603.903809/2008-11 - Recorrente: RYGON COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 13603.903813/2008-71 - Recorrente: RYGON COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13603.903816/2008-13 - Recorrente: RYGON COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10660.902452/2010-98 - Recorrente: AEES POWER SYSTEMS DO BRASIL SISTEMAS ELETRICOS E ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10925.000758/2005-92 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10925.000755/2005-59 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13609.900435/2010-39 - Recorrente: MINERACAO RETIRO LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARA CRISTINA SIFUENTES
52 - Processo nº: 15871.720172/2015-14 - Recorrente: PROSEG SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13016.000232/2006-34 - Recorrente: MEBER METAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10580.722887/2018-06 - Recorrente: MUNICIPIO DE ANAGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13732.000638/2007-11 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORCIUNCULA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 18471.003612/2008-39 - Recorrente: RODOVIARIO UNIAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
57 - Processo nº: 10882.001484/2005-01 - Embargante: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CRUZ LTDA
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
58 - Processo nº: 10240.900704/2009-51 - Recorrente: TERMO NORTE ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
59 - Processo nº: 10768.720195/2007-74 - Recorrente: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 16007.000043/2009-10 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
61 - Processo nº: 10850.909906/2011-03 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 16007.000041/2009-12 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 16007.000042/2009-67 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 16007.000044/2009-56 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 16007.000045/2009-09 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 16007.000046/2009-45 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 16007.000047/2009-90 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 16007.000048/2009-34 - Recorrente: PARA AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
69 - Processo nº: 13116.001070/2009-76 - Recorrente: ADUBOS ARAGUAIA IND E COM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10983.901207/2008-04 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 13971.916388/2011-98 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10880.907761/2008-45 - Recorrente: LEFOSSE ADVOGADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARA CRISTINA SIFUENTES
73 - Processo nº: 10380.901889/2013-01 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10380.901902/2013-14 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10380.901900/2013-25 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10380.901901/2013-70 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10380.901895/2013-51 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10380.901888/2013-59 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 10380.901887/2013-12 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10380.901890/2013-28 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10380.901894/2013-14 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10380.901891/2013-72 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10380.901906/2013-01 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10380.901898/2013-94 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10380.901893/2013-61 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10380.732167/2011-21 - Recorrente: CASCAVEL COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10380.901903/2013-69 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10380.901897/2013-40 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10380.901899/2013-39 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10380.901904/2013-11 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10380.901905/2013-58 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10380.901892/2013-17 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10380.914742/2011-10 - Recorrente: CASCAVEL COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
94 - Processo nº: 10325.000081/2005-51 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL TOCANTINS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10325.000502/2005-44 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL TOCANTINS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10325.000279/2005-35 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL TOCANTINS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10325.000002/2005-11 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL TOCANTINS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10880.678773/2009-38 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10880.678785/2009-62 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10880.678783/2009-73 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10880.678781/2009-84 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10880.678780/2009-30 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10880.678779/2009-13 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10880.678774/2009-82 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARA CRISTINA SIFUENTES
105 - Processo nº: 10380.720314/2007-33 - Recorrente: BRACOL INDUSTRIA DE COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
106 - Processo nº: 11065.901555/2011-01 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
107 - Processo nº: 11065.901559/2011-81 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 11065.901560/2011-14 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 11065.901561/2011-51 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 11065.901562/2011-03 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 11065.901566/2011-83 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
112 - Processo nº: 11065.901557/2011-92 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 11065.901564/2011-94 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 11065.903428/2016-43 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
115 - Processo nº: 11065.903429/2016-98 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 11065.903430/2016-12 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 11065.903431/2016-67 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 11065.903432/2016-10 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 11065.903433/2016-56 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 11065.903434/2016-09 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 11065.903435/2016-45 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
122 - Processo nº: 13817.000274/2003-05 - Recorrente: EMPRESA ONIBUS SANTO ESTEVAM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
123 - Processo nº: 15504.010684/2010-34 - Recorrente: EXPRESSO ARAGUARI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
124 - Processo nº: 11065.001696/2009-08 - Recorrente: LOTUS CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
125 - Processo nº: 11065.001697/2009-44 - Recorrente: LOTUS CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 11065.100418/2009-24 - Recorrente: LOTUS CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 11065.100419/2009-79 - Recorrente: LOTUS CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 11065.100420/2009-01 - Recorrente: LOTUS CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 11065.100590/2008-05 - Recorrente: LOTUS CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 11065.100591/2008-41 - Recorrente: LOTUS CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 11065.100868/2008-36 - Recorrente: LOTUS CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 11065.100869/2008-81 - Recorrente: LOTUS CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 11065.101395/2008-94 - Recorrente: LOTUS CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
134 - Processo nº: 10768.005735/2006-13 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO PAULO MENDES NETO
135 - Processo nº: 10580.011737/2005-41 - Recorrente: S P FACTORING F COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
136 - Processo nº: 10980.924476/2011-66 - Recorrente: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10980.721414/2012-85 - Recorrente: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO PAULO MENDES NETO
138 - Processo nº: 10925.001727/2008-00 - Recorrente: MADECAL AGRO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 10880.914647/2012-58 - Recorrente: GRUPO EDITORIAL SPAGAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
140 - Processo nº: 10880.914648/2012-01 - Recorrente: GRUPO EDITORIAL SPAGAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10880.914649/2012-47 - Recorrente: GRUPO EDITORIAL SPAGAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 10880.914650/2012-71 - Recorrente: GRUPO EDITORIAL SPAGAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 10880.914651/2012-16 - Recorrente: GRUPO EDITORIAL SPAGAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 10880.914652/2012-61 - Recorrente: GRUPO EDITORIAL SPAGAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10880.914653/2012-13 - Recorrente: GRUPO EDITORIAL SPAGAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10880.914654/2012-50 - Recorrente: GRUPO EDITORIAL SPAGAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10880.914655/2012-02 - Recorrente: GRUPO EDITORIAL SPAGAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10880.914656/2012-49 - Recorrente: GRUPO EDITORIAL SPAGAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO PAULO MENDES NETO
149 - Processo nº: 10880.974056/2012-30 - Recorrente: ESYWORLD SISTEMAS E INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
150 - Processo nº: 10980.004923/2008-63 - Recorrente: BORDEAUX COMERCIO DE TINTAS E VERNIZES EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10880.965765/2009-29 - Recorrente: TYCO SERVICES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10880.965766/2009-73 - Recorrente: TYCO SERVICES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10880.965767/2009-18 - Recorrente: TYCO SERVICES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10880.965768/2009-62 - Recorrente: TYCO SERVICES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10880.989708/2009-35 - Recorrente: MSC CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 11065.724636/2012-54 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
157 - Processo nº: 11065.724191/2012-11 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 11065.724192/2012-57 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 11065.724194/2012-46 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 11065.724195/2012-91 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 11065.724635/2012-18 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 11065.724637/2012-07 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 11065.724638/2012-43 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
164 - Processo nº: 11065.724875/2011-23 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
165 - Processo nº: 11065.724876/2011-78 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 11065.724877/2011-12 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 11065.724878/2011-67 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 11065.724887/2011-58 - Recorrente: ARROZELLA ARROZEIRA TURELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
169 - Processo nº: 15374.902440/2009-79 - Recorrente: ONCOLOGIA REDE D'OR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 15374.902441/2009-13 - Recorrente: ONCOLOGIA REDE D'OR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 10880.679385/2009-74 - Recorrente: LBS LOCAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
172 - Processo nº: 10880.679386/2009-19 - Recorrente: LBS LOCAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 10880.679387/2009-63 - Recorrente: LBS LOCAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 10880.679388/2009-16 - Recorrente: LBS LOCAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 10880.679389/2009-52 - Recorrente: LBS LOCAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 10880.679390/2009-87 - Recorrente: LBS LOCAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 10880.679391/2009-21 - Recorrente: LBS LOCAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 10880.679392/2009-76 - Recorrente: LBS LOCAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 10880.679393/2009-11 - Recorrente: LBS LOCAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
180 - Processo nº: 19740.000347/2005-30 - Recorrente: BRADESCO CAPITALIZACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
181 - Processo nº: 13052.000023/2005-73 - Recorrente: JULIA INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 13052.000382/2004-40 - Recorrente: JULIA INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 10283.720700/2007-23 - Recorrente: AMAZON PC INDUSTRIA E COMERCIO DE MICROC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
184 - Processo nº: 19740.000466/2005-92 - Recorrente: BRADESCO SAUDE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 13971.000947/2011-46 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 13971.916387/2011-43 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 13971.000713/2011-07 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 13971.916379/2011-05 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
189 - Processo nº: 13971.916381/2011-76 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 13971.916383/2011-65 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 13971.916385/2011-54 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 13971.916391/2011-10 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 13971.916392/2011-56 - Recorrente: MADEIRAS SCHLINDWEIN EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 10325.000503/2005-99 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL TOCANTINS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 10325.000001/2005-68 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL TOCANTINS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 10880.678786/2009-15 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10880.678784/2009-18 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 10880.678782/2009-29 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO PAULO MENDES NETO
199 - Processo nº: 13827.000047/2004-33 - Recorrente: USINA DA BARRA S.A. - ACUCAR E ALCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 13827.000006/2004-47 - Recorrente: USINA DA BARRA S.A. - ACUCAR E ALCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 13827.000005/2004-01 - Recorrente: USINA DA BARRA S.A. - ACUCAR E ALCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 12571.720034/2012-71 - Recorrente: CALPAR COMERCIO DE CALCARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
203 - Processo nº: 12571.720028/2012-13 - Recorrente: CALPAR COMERCIO DE CALCARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 12571.720029/2012-68 - Recorrente: CALPAR COMERCIO DE CALCARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 12571.720030/2012-92 - Recorrente: CALPAR COMERCIO DE CALCARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 12571.720031/2012-37 - Recorrente: CALPAR COMERCIO DE CALCARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 12571.720032/2012-81 - Recorrente: CALPAR COMERCIO DE CALCARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 12571.720033/2012-26 - Recorrente: CALPAR COMERCIO DE CALCARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 12571.720035/2012-15 - Recorrente: CALPAR COMERCIO DE CALCARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO PAULO MENDES NETO
210 - Processo nº: 10925.000917/2010-16 - Recorrente: MADECAL AGRO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 10880.689844/2009-28 - Recorrente: VIACAO COMETA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 10880.689843/2009-83 - Recorrente: VIACAO COMETA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 10880.689842/2009-39 - Recorrente: VIACAO COMETA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 10880.689841/2009-94 - Recorrente: VIACAO COMETA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 10880.689838/2009-71 - Recorrente: VIACAO COMETA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 10880.689835/2009-37 - Recorrente: VIACAO COMETA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 10880.689834/2009-92 - Recorrente: VIACAO COMETA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 10880.689833/2009-48 - Recorrente: VIACAO COMETA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 10384.900019/2013-77 - Recorrente: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR PIAUIENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
220 - Processo nº: 10384.900020/2013-00 - Recorrente: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR PIAUIENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 10384.900292/2013-00 - Recorrente: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR PIAUIENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 10384.900293/2013-46 - Recorrente: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR PIAUIENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 10384.900294/2013-91 - Recorrente: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR PIAUIENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 10384.900295/2013-35 - Recorrente: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR PIAUIENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO PAULO MENDES NETO
225 - Processo nº: 10880.685923/2009-60 - Recorrente: DAY BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
226 - Processo nº: 10880.685924/2009-12 - Recorrente: DAY BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 10880.685930/2009-61 - Recorrente: DAY BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 10880.685931/2009-14 - Recorrente: DAY BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 10880.685932/2009-51 - Recorrente: DAY BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 10880.685933/2009-03 - Recorrente: DAY BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 10880.905146/2009-85 - Recorrente: DAY BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 10880.905147/2009-20 - Recorrente: DAY BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 10880.905148/2009-74 - Recorrente: DAY BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 10880.905149/2009-19 - Recorrente: DAY BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
235 - Processo nº: 10665.723006/2011-50 - Embargante: CODIL ALIMENTOS LTDA
236 - Processo nº: 10665.907221/2011-10 - Embargante: CODIL ALIMENTOS LTDA
237 - Processo nº: 10665.907218/2011-98 - Embargante: CODIL ALIMENTOS LTDA
238 - Processo nº: 10665.907219/2011-32 - Embargante: CODIL ALIMENTOS LTDA
239 - Processo nº: 10665.907220/2011-67 - Embargante: CODIL ALIMENTOS LTDA
240 - Processo nº: 10665.723007/2011-02 - Embargante: CODIL ALIMENTOS LTDA
Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
241 - Processo nº: 10855.720873/2010-15 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 11080.730208/2011-91 - Recorrente: BIANCHINI SA INDUSTRIA COMERCIO E AGRICULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 10855.720876/2010-59 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo nº: 10855.720851/2010-55 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
245 - Processo nº: 10855.720849/2010-86 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo nº: 10855.720850/2010-19 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo nº: 10855.720852/2010-08 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo nº: 10855.720853/2010-44 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo nº: 10855.720854/2010-99 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo nº: 10855.720855/2010-33 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo nº: 10855.720856/2010-88 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
252 - Processo nº: 10855.720857/2010-22 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo nº: 10855.720860/2010-46 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
254 - Processo nº: 10855.720861/2010-91 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 10855.720862/2010-35 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo nº: 10855.720864/2010-24 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo nº: 10855.720865/2010-79 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo nº: 10855.720866/2010-13 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo nº: 10855.720868/2010-11 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo nº: 10855.720877/2010-01 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
261 - Processo nº: 10855.720878/2010-48 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo nº: 10855.720879/2010-92 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 10855.720880/2010-17 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
264 - Processo nº: 10855.720881/2010-61 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
265 - Processo nº: 10855.720882/2010-14 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo nº: 10855.720883/2010-51 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo nº: 10855.720884/2010-03 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
268 - Processo nº: 10855.720885/2010-40 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
269 - Processo nº: 10855.720886/2010-94 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
270 - Processo nº: 10855.720887/2010-39 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo nº: 10855.720888/2010-83 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
272 - Processo nº: 10855.720889/2010-28 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
273 - Processo nº: 10855.720890/2010-52 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
274 - Processo nº: 10855.720891/2010-05 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo nº: 10855.720892/2010-41 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
276 - Processo nº: 10855.720847/2010-97 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 10855.720875/2010-12 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo nº: 11080.730219/2011-71 - Recorrente: BIANCHINI SA INDUSTRIA COMERCIO E AGRICULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo nº: 11080.730209/2011-36 - Recorrente: BIANCHINI SA INDUSTRIA COMERCIO E AGRICULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo nº: 10855.720872/2010-71 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
281 - Processo nº: 10855.720848/2010-31 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
282 - Processo nº: 10855.720874/2010-60 - Recorrente: BRAVOX S A INDUSTRIA E COMERCIO ELETRONICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
283 - Processo nº: 11080.730213/2011-02 - Recorrente: BIANCHINI SA INDUSTRIA COMERCIO E AGRICULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
284 - Processo nº: 11080.734274/2012-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BIANCHINI SA INDUSTRIA COMERCIO E AGRICULTURA
285 - Processo nº: 11080.730215/2011-93 - Recorrente: BIANCHINI SA INDUSTRIA COMERCIO E AGRICULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
286 - Processo nº: 10925.000572/2009-67 - Recorrente: RENAR MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
287 - Processo nº: 10925.000574/2009-56 - Recorrente: RENAR MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 10925.000575/2009-09 - Recorrente: RENAR MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo nº: 10925.000580/2009-11 - Recorrente: RENAR MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
290 - Processo nº: 10925.000635/2007-13 - Recorrente: RENAR MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
291 - Processo nº: 10925.000662/2007-96 - Recorrente: RENAR MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
292 - Processo nº: 10925.001685/2008-07 - Recorrente: RENAR MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo nº: 13986.000047/2005-91 - Recorrente: RENAR MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

294 - Processo nº: 13986.000069/2005-51 - Recorrente: RENAR MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo nº: 13986.000135/2005-93 - Recorrente: RENAR MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
296 - Processo nº: 13986.000137/2005-82 - Recorrente: RENAR MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
297 - Processo nº: 13986.000181/2005-92 - Recorrente: RENAR MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
298 - Processo nº: 13292.000054/2010-69 - Embargante: SMC - COMERCIAL E EXPORTADORA DE CAFE S/A
299 - Processo nº: 13292.000055/2010-11 - Embargante: SMC - COMERCIAL E EXPORTADORA DE CAFE S/A
300 - Processo nº: 10675.002109/2008-68 - Recorrente: EXPRESSO ARAGUARI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO PAULO MENDES NETO
301 - Processo nº: 10120.726206/2011-11 - Recorrente: SERVICO DE PROTECAO AO CREDITO DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
302 - Processo nº: 10120.726207/2011-66 - Recorrente: SERVICO DE PROTECAO AO CREDITO DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
303 - Processo nº: 10660.000687/2005-86 - Recorrente: ASSOCIACAO O SUL DE MINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
304 - Processo nº: 10814.006913/2008-84 - Recorrente: AMERICAN AIRLINES INC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
305 - Processo nº: 10814.006914/2008-29 - Recorrente: AMERICAN AIRLINES INC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
306 - Processo nº: 10814.007221/2008-53 - Recorrente: AMERICAN AIRLINES INC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
307 - Processo nº: 10814.007224/2008-97 - Recorrente: AMERICAN AIRLINES INC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
308 - Processo nº: 10865.000638/2004-66 - Recorrente: GAIVOTA COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
309 - Processo nº: 10880.924278/2009-14 - Recorrente: MSC CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
310 - Processo nº: 10880.909359/2012-81 - Recorrente: SOFTWARE AG BRASIL INFORMATICA E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
311 - Processo nº: 10880.917772/2010-58 - Recorrente: SOFTWARE AG BRASIL INFORMATICA E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
312 - Processo nº: 10880.917773/2010-01 - Recorrente: SOFTWARE AG BRASIL INFORMATICA E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
313 - Processo nº: 15374.965720/2009-98 - Recorrente: L'OREAL BRASIL COMERCIAL DE COSMETICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
314 - Processo nº: 15374.965721/2009-32 - Recorrente: L'OREAL BRASIL COMERCIAL DE COSMETICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARA CRISTINA SIFUENTES
315 - Processo nº: 10380.004175/2002-92 - Recorrente: VICUNHA TEXTIL S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
316 - Processo nº: 10380.004176/2002-37 - Recorrente: VICUNHA TEXTIL S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
317 - Processo nº: 10380.004177/2002-81 - Recorrente: VICUNHA TEXTIL S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
318 - Processo nº: 11516.002962/2010-90 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COAN INDUSTRIA GRAFICA EIRELI
Relator(a): MARA CRISTINA SIFUENTES
319 - Processo nº: 11080.912552/2010-16 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA GAUCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
320 - Processo nº: 11080.912553/2010-61 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA GAUCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
321 - Processo nº: 11080.912554/2010-13 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA GAUCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
322 - Processo nº: 11080.912555/2010-50 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA GAUCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
323 - Processo nº: 11080.912556/2010-02 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA GAUCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
324 - Processo nº: 11080.912557/2010-49 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA GAUCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
325 - Processo nº: 11080.912558/2010-93 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA GAUCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
326 - Processo nº: 11080.912559/2010-38 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA GAUCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
327 - Processo nº: 11080.912560/2010-62 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA GAUCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
328 - Processo nº: 11080.912561/2010-15 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA GAUCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
329 - Processo nº: 11080.912562/2010-51 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA GAUCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
330 - Processo nº: 11080.912563/2010-04 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA GAUCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
331 - Processo nº: 11080.912564/2010-41 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA GAUCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
332 - Processo nº: 11080.912565/2010-95 - Recorrente: GRAFICA E EDITORA GAUCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE SEIXAS PANTAROLLI
333 - Processo nº: 10980.907765/2010-10 - Recorrente: SPAIPA S/A INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo nº: 10980.902908/2010-05 - Recorrente: SPAIPA S/A INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
335 - Processo nº: 10980.939450/2011-12 - Recorrente: SPAIPA S/A INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
336 - Processo nº: 10980.907766/2010-64 - Recorrente: SPAIPA S/A INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
337 - Processo nº: 10980.917530/2010-36 - Recorrente: SPAIPA S/A INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
338 - Processo nº: 10980.939453/2011-56 - Recorrente: SPAIPA S/A INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
339 - Processo nº: 10665.905418/2009-91 - Recorrente: SIDERBRAS SIDERURGICA BRASILEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
340 - Processo nº: 10665.905419/2009-36 - Recorrente: SIDERBRAS SIDERURGICA BRASILEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
341 - Processo nº: 10665.905417/2009-47 - Recorrente: SIDERBRAS SIDERURGICA BRASILEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
342 - Processo nº: 13310.000030/00-65 - Recorrente: CALCADOS ANIGER NORDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARA CRISTINA SIFUENTES
343 - Processo nº: 10950.006470/2007-86 - Recorrente: COLORADO COUROS COMPANY- IND.E COM. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
344 - Processo nº: 10950.006459/2007-16 - Recorrente: COLORADO COUROS COMPANY- IND.E COM. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
345 - Processo nº: 10940.001702/2004-86 - Recorrente: TETRA PAK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
346 - Processo nº: 11020.720457/2012-64 - Recorrente: METALURGICA SIMONAGGIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
347 - Processo nº: 13601.000630/2003-16 - Recorrente: ATH ALBARUS TRANSMISSOES HOMOCINETICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
348 - Processo nº: 11065.005101/2004-71 - Recorrente: CALCADOS MALU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
349 - Processo nº: 10783.902771/2008-92 - Recorrente: CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
350 - Processo nº: 10783.901835/2006-76 - Recorrente: CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
351 - Processo nº: 10783.901836/2006-11 - Recorrente: CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
352 - Processo nº: 10783.902770/2008-48 - Recorrente: CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE SEIXAS PANTAROLLI
353 - Processo nº: 10830.001766/2006-96 - Recorrente: BARALDI GRAFICA E EDITORA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
354 - Processo nº: 10865.001499/2005-79 - Recorrente: AMERICANA IMPRESSOS LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
355 - Processo nº: 10865.901910/2010-75 - Recorrente: RELIPEL EMBALAGENS FLEXIVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
356 - Processo nº: 10980.921854/2011-50 - Recorrente: POSITIVO INFORMATICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
357 - Processo nº: 10840.905692/2011-15 - Recorrente: JP INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
358 - Processo nº: 10840.905691/2011-62 - Recorrente: JP INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
359 - Processo nº: 10840.905696/2011-95 - Recorrente: JP INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
360 - Processo nº: 10840.905694/2011-04 - Recorrente: JP INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
361 - Processo nº: 10840.905698/2011-84 - Recorrente: JP INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
362 - Processo nº: 10980.008094/2008-98 - Recorrente: POSITIVO INFORMATICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
363 - Processo nº: 10840.723115/2014-41 - Recorrente: JP INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARA CRISTINA SIFUENTES
364 - Processo nº: 11080.906341/2013-97 - Recorrente: TMSA - TECNOLOGIA EM MOVIMENTACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
365 - Processo nº: 11080.906363/2013-57 - Recorrente: TMSA - TECNOLOGIA EM MOVIMENTACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
366 - Processo nº: 11080.906340/2013-42 - Recorrente: TMSA - TECNOLOGIA EM MOVIMENTACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
367 - Processo nº: 11080.906354/2013-66 - Recorrente: TMSA - TECNOLOGIA EM MOVIMENTACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
368 - Processo nº: 11080.906350/2013-88 - Recorrente: TMSA - TECNOLOGIA EM MOVIMENTACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
369 - Processo nº: 11080.906351/2013-22 - Recorrente: TMSA - TECNOLOGIA EM MOVIMENTACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
370 - Processo nº: 11080.906336/2013-84 - Recorrente: TMSA - TECNOLOGIA EM MOVIMENTACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
371 - Processo nº: 11080.906337/2013-29 - Recorrente: TMSA - TECNOLOGIA EM MOVIMENTACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
372 - Processo nº: 11080.906352/2013-77 - Recorrente: TMSA - TECNOLOGIA EM MOVIMENTACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE SEIXAS PANTAROLLI
373 - Processo nº: 10880.904182/2008-41 - Recorrente: OVETRIL OLEOS VEGETAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
374 - Processo nº: 13895.000431/2007-75 - Recorrente: SONACA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
375 - Processo nº: 10280.720448/2008-63 - Recorrente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
376 - Processo nº: 16408.000487/2007-62 - Recorrente: BRASCARBO AGROINDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
377 - Processo nº: 12719.002862/2010-40 - Recorrente: RENAR MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
378 - Processo nº: 13502.000676/2004-26 - Recorrente: GRIFFIN BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
379 - Processo nº: 10711.001645/2007-81 - Recorrente: GRIFFIN BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
380 - Processo nº: 10711.001391/2007-00 - Recorrente: GRIFFIN BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
381 - Processo nº: 10711.001298/2008-78 - Recorrente: PRINCIPAL COMERCIO E INDUSTRIA DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE SEIXAS PANTAROLLI
382 - Processo nº: 10280.723098/2011-92 - Recorrente: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
383 - Processo nº: 11128.001262/2011-32 - Recorrente: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
384 - Processo nº: 11128.005696/2010-21 - Recorrente: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
385 - Processo nº: 11131.000835/2009-37 - Recorrente: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
386 - Processo nº: 11131.000841/2010-28 - Recorrente: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
387 - Processo nº: 11684.720632/2011-29 - Recorrente: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
388 - Processo nº: 12466.722575/2011-50 - Recorrente: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE SEIXAS PANTAROLLI
389 - Processo nº: 10711.720620/2011-67 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
390 - Processo nº: 11128.001199/2010-53 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
391 - Processo nº: 11128.002533/2010-96 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
392 - Processo nº: 11128.003680/2010-83 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
393 - Processo nº: 11128.003950/2009-12 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
394 - Processo nº: 11128.004045/2010-13 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
395 - Processo nº: 11128.004313/2010-05 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
396 - Processo nº: 11128.004486/2010-15 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
397 - Processo nº: 11128.005521/2010-13 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
398 - Processo nº: 11128.006046/2010-01 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
399 - Processo nº: 11128.006644/2010-71 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
400 - Processo nº: 11128.007645/2009-08 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
401 - Processo nº: 11128.007933/2010-98 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
402 - Processo nº: 12466.003352/2010-17 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
403 - Processo nº: 10909.004853/2008-14 - Recorrente: W LOGISTICS INTERNACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
404 - Processo nº: 10813.001074/2010-32 - Recorrente: OKUBO MERCANTIL - PRODUTOS PARA FIXACAO, ELEVACAO E COBERTURA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
405 - Processo nº: 11051.000027/2008-89 - Recorrente: CHEMINOVA BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
406 - Processo nº: 12457.003960/2007-27 - Recorrente: SAMARA VANESSA DE OLIVEIRA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
407 - Processo nº: 13901.000006/2009-11 - Recorrente: AGENCIA MARITIMA ORION LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
408 - Processo nº: 16561.000029/2008-31 - Recorrente: FLUXO CALCADOS COMERCIAL LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
409 - Processo nº: 10494.000564/2009-38 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
410 - Processo nº: 10494.000565/2009-82 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
411 - Processo nº: 10494.000566/2009-27 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
412 - Processo nº: 10494.000567/2009-71 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
413 - Processo nº: 10494.000577/2009-15 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
414 - Processo nº: 10660.720028/2007-21 - Recorrente: COMERCIAL BENEFICIADORA DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
415 - Processo nº: 10921.000587/2010-07 - Recorrente: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
416 - Processo nº: 10921.000335/2009-36 - Recorrente: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
417 - Processo nº: 10921.000588/2010-43 - Recorrente: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
418 - Processo nº: 10921.000586/2010-54 - Recorrente: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
419 - Processo nº: 10921.000583/2010-11 - Recorrente: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
420 - Processo nº: 10921.000136/2010-61 - Recorrente: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
421 - Processo nº: 10921.000584/2010-65 - Recorrente: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
422 - Processo nº: 10909.720576/2018-54 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE SEIXAS PANTAROLLI
423 - Processo nº: 10909.720840/2012-64 - Recorrente: PAUTA DISTRIBUICAO E LOGISTICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
424 - Processo nº: 12466.003714/2008-47 - Recorrente: CISA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
425 - Processo nº: 13830.001160/2006-49 - Recorrente: SEBASTIAO SOBRINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
426 - Processo nº: 12457.005529/2007-15 - Recorrente: ROBERANA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
427 - Processo nº: 12457.005711/2007-76 - Recorrente: ALTEVIR DA LUZ MUNHOZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
428 - Processo nº: 12457.003857/2007-87 - Recorrente: DON SEBASTIAN TURISMO E VIAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
429 - Processo nº: 11968.000238/2010-11 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
430 - Processo nº: 10480.724308/2010-22 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
431 - Processo nº: 11968.720095/2011-31 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
432 - Processo nº: 11968.000225/2006-58 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
433 - Processo nº: 11968.000348/2005-16 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
434 - Processo nº: 11968.000130/2007-15 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
435 - Processo nº: 11968.000707/2009-51 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
436 - Processo nº: 11968.001047/2006-82 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
437 - Processo nº: 11968.000156/2009-25 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 3ª Seção

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio, em até 2 (dois) dias úteis antes do inicio da reunião de julgamento, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta em até 2 (dois) dias úteis antes do inicio da reunião de julgamento, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião presencial, a ser agendada oportunamente;

4) O julgamento do Processo nº 10880.958972/2012-22 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 2 a 12. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 2 a 12, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10880.958963/2012-31 (item 13) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 14 a 21. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 14 a 21, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 12448.900730/2015-27 (item 28) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 29 a 42. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 29 a 42, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 12571.720104/2011-18 (item 44) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 45 a 51. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 45 a 51, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

8) O julgamento do Processo nº 10882.907109/2012-97 (item 83) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 84 a 100. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 84 a 100, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

9) O julgamento do Processo nº 13839.903433/2011-79 (item 112) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 113 a 119. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 113 a 119, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

10) O julgamento do Processo nº 13839.903441/2011-15 (item 120) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 121 a 124. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 121 a 124, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

11) O julgamento do Processo nº 13502.900748/2013-28 (item 155) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 156 a 173. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 156 a 173, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

12) O julgamento do Processo nº 10980.921749/2012-00 (item 195) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 196 a 218. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 196 a 218, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

13) O julgamento do Processo nº 10711.725354/2011-69 (item 253) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 254 a 271. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 254 a 271, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 23 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: PIS E COFINS
Relator(a): MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
1 - Processo nº: 10880.958972/2012-22 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
2 - Processo nº: 10880.958952/2012-51 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10880.958953/2012-04 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10880.958954/2012-41 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10880.958955/2012-95 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10880.958956/2012-30 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10880.958957/2012-84 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10880.958959/2012-73 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10880.958966/2012-75 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10880.958967/2012-10 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10880.958968/2012-64 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10880.958969/2012-17 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
13 - Processo nº: 10880.958963/2012-31 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
14 - Processo nº: 10880.958947/2012-49 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10880.958948/2012-93 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10880.958949/2012-38 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10880.958951/2012-15 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10880.958960/2012-06 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10880.958961/2012-42 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10880.958962/2012-97 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10880.958970/2012-33 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
22 - Processo nº: 10880.958964/2012-86 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10880.958965/2012-21 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10880.958971/2012-88 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10880.958950/2012-62 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10880.958958/2012-29 - Recorrente: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
27 - Processo nº: 10850.721134/2011-71 - Embargante: GV HOLDING SA
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
28 - Processo nº: 12448.900730/2015-27 - Recorrente: ARTENVE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
29 - Processo nº: 12448.900731/2015-71 - Recorrente: ARTENVE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 12448.900732/2015-16 - Recorrente: ARTENVE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 12448.900733/2015-61 - Recorrente: ARTENVE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 12448.900734/2015-13 - Recorrente: ARTENVE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 12448.900735/2015-50 - Recorrente: ARTENVE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 12448.900736/2015-02 - Recorrente: ARTENVE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 12448.900737/2015-49 - Recorrente: ARTENVE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 12448.900738/2015-93 - Recorrente: ARTENVE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 12448.900739/2015-38 - Recorrente: ARTENVE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 12448.900740/2015-62 - Recorrente: ARTENVE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 12448.900741/2015-15 - Recorrente: ARTENVE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 12448.900742/2015-51 - Recorrente: ARTENVE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 12448.900743/2015-04 - Recorrente: ARTENVE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 12448.900744/2015-41 - Recorrente: ARTENVE ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
43 - Processo nº: 14090.000009/2007-48 - Recorrente: CASA DA BORRACHA COMERCIAL LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
44 - Processo nº: 12571.720104/2011-18 - Recorrente: MACROFERTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
45 - Processo nº: 12571.720101/2011-76 - Recorrente: MACROFERTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 12571.720102/2011-11 - Recorrente: MACROFERTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 12571.720103/2011-65 - Recorrente: MACROFERTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 12571.720108/2011-98 - Recorrente: MACROFERTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 12571.720111/2011-10 - Recorrente: MACROFERTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 12571.720112/2011-56 - Recorrente: MACROFERTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 12571.720113/2011-09 - Recorrente: MACROFERTIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
52 - Processo nº: 13837.000027/2006-13 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13837.000352/2005-97 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
54 - Processo nº: 13839.001191/2009-62 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13839.900003/2011-03 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 13839.900006/2011-39 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13839.900008/2011-28 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13839.900009/2011-72 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13839.900011/2011-41 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 13839.903334/2011-97 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13837.000028/2006-50 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13837.000328/2005-58 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13837.000351/2005-42 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13839.001192/2009-15 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13839.900004/2011-40 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 13839.900005/2011-94 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13839.900007/2011-83 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13839.900010/2011-05 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13839.903335/2011-31 - Recorrente: ITM LATIN AMERICA INDUSTRIA DE PECAS PARA TRATORES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 16349.000068/2009-34 - Recorrente: EBC TRADING S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 16349.000201/2007-91 - Recorrente: BAUCHE ENERGY BRASIL COM. IMPORT.E EXP. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
72 - Processo nº: 11618.001365/2005-32 - Recorrente: ANTARES PUBLICIDADES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
73 - Processo nº: 18471.001026/2005-15 - Recorrente: NETWORK DISTRIBUIDORA DE FILMES S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
74 - Processo nº: 13603.900452/2009-92 - Recorrente: AETHRA SISTEMAS AUTOMOTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 13748.000544/2002-50 - Recorrente: POLYCART IND E COM DE MANUFATURADOS DE PAPEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
76 - Processo nº: 13605.000054/2003-69 - Recorrente: BELMONT MINERACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10768.100354/2003-96 - Recorrente: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 16327.000840/2003-81 - Embargante: SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CREDITO
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
79 - Processo nº: 10120.006615/2007-11 - Recorrente: ABATEDOURO PIRES BOI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10805.000462/2007-08 - Recorrente: COOPERATIVA DE TRASNP RODOVIARIOS DO ABC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10630.720181/2008-97 - Recorrente: TRANSPORTES SOL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
82 - Processo nº: 19515.720242/2017-06 - Recorrente: CLICK DATA SOLUCOES INFORMATICA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10882.907109/2012-97 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
84 - Processo nº: 10882.907107/2012-06 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10882.907108/2012-42 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10882.907110/2012-11 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10882.907111/2012-66 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10882.907112/2012-19 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10882.907113/2012-55 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10882.907114/2012-08 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10882.907115/2012-44 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10882.907116/2012-99 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10882.907117/2012-33 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10882.907118/2012-88 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10882.907121/2012-00 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10882.907123/2012-91 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10882.907125/2012-80 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10882.907126/2012-24 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10882.907128/2012-13 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10882.907131/2012-37 - Recorrente: EPT ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: PIS E COFINS
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
101 - Processo nº: 15892.000133/2009-01 - Recorrente: COMPANHIA AGRICOLA LUIZ ZILLO E SOBRINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
102 - Processo nº: 10680.720231/2010-65 - Recorrente: COOP. MISTA TRAB. MOT. AUT. TAXI REG. MET. B.H. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 15374.965298/2009-71 - Recorrente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 15374.984257/2009-83 - Recorrente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 15374.971567/2009-38 - Recorrente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 15374.971566/2009-93 - Recorrente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 15374.971565/2009-49 - Recorrente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
108 - Processo nº: 16327.911438/2009-19 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 16327.911441/2009-32 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 16327.911439/2009-63 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 16327.911440/2009-98 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
112 - Processo nº: 13839.903433/2011-79 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
113 - Processo nº: 13839.903429/2011-19 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 13839.903430/2011-35 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 13839.903431/2011-80 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 13839.903432/2011-24 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 13839.903434/2011-13 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 13839.903435/2011-68 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 13839.903436/2011-11 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
120 - Processo nº: 13839.903441/2011-15 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
121 - Processo nº: 13839.903437/2011-57 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 13839.903439/2011-46 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 13839.903442/2011-60 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 13839.903446/2011-48 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
125 - Processo nº: 13839.002248/2005-17 - Recorrente: ITALTRACTOR LANDRONI LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10783.901325/2013-28 - Recorrente: IMPERIO CAFE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10783.907192/2012-12 - Recorrente: IMPERIO CAFE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10783.907194/2012-10 - Recorrente: IMPERIO CAFE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10783.907193/2012-67 - Recorrente: IMPERIO CAFE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
130 - Processo nº: 10325.000159/2005-38 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 10325.000952/2010-02 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 10325.001532/2008-11 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 10325.001626/2008-90 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10325.001627/2008-34 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10325.001628/2008-89 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
136 - Processo nº: 13839.903450/2011-14 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 13839.903443/2011-12 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 13839.903452/2011-03 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 13839.903438/2011-00 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 13839.903448/2011-37 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 13839.903445/2011-01 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 13839.903449/2011-81 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 13839.903447/2011-92 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 13839.903444/2011-59 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 13839.903451/2011-51 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 13839.903440/2011-71 - Recorrente: ADUFERTIL FERTILIZANTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
147 - Processo nº: 10930.002529/2005-33 - Recorrente: GAMA S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10930.002535/2005-91 - Recorrente: GAMA S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10930.002532/2005-57 - Recorrente: GAMA S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 10930.002815/2005-07 - Recorrente: GAMA S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
151 - Processo nº: 14751.002281/2008-12 - Recorrente: SOUSA JUNIOR CONSTRUTORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 19515.001183/2004-41 - Recorrente: COMERCIAL KATINA TOYS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
153 - Processo nº: 18471.000784/2008-51 - Recorrente: KOHLER & MOURAO ADVOGADOS S/C - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
154 - Processo nº: 11020.003588/2007-16 - Recorrente: TONDO S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
155 - Processo nº: 13502.900748/2013-28 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 13502.900749/2013-72 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 13502.900750/2013-05 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 13502.900751/2013-41 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 13502.900752/2013-96 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 13502.900753/2013-31 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 13502.900754/2013-85 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 13502.900755/2013-20 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 13502.900756/2013-74 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 13502.900757/2013-19 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 13502.900759/2013-16 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 13502.900760/2013-32 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 13502.900761/2013-87 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 13502.900762/2013-21 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 13502.900763/2013-76 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 13502.900765/2013-65 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 13502.900767/2013-54 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 13502.900768/2013-07 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 13502.900769/2013-43 - Recorrente: PRIMO SCHINCARIOL IND DE CERV E REFRIG DO NORDESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SILVIO RENNAN DO NASCIMENTO ALMEIDA
174 - Processo nº: 10735.910209/2009-99 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 10735.908674/2009-60 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTIC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 10735.910211/2009-68 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTIC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 10735.908672/2009-71 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTIC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 10735.908673/2009-15 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTIC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 10735.908675/2009-12 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTIC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 10735.908676/2009-59 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTIC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 10735.910210/2009-13 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 10735.901928/2010-52 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 10735.901927/2010-16 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 10735.901929/2010-05 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 12448.930342/2012-28 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 12448.930344/2012-17 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 12448.930351/2012-19 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 12448.930348/2012-03 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 12448.926078/2012-28 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 12448.926081/2012-41 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 12448.926082/2012-96 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 12448.930349/2012-40 - Recorrente: GAN RIO APOIO NUTRICIONAL GANUTRE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
193 - Processo nº: 10530.001418/99-11 - Recorrente: MAGALHAES COMERCIO DE PRODUTOS VETERINARIOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 10925.002103/2006-30 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - SICOOB - CREDIAUC/SC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
195 - Processo nº: 10980.921749/2012-00 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
196 - Processo nº: 10980.921757/2012-48 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10980.921759/2012-37 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 10980.921761/2012-14 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 10980.921763/2012-03 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 10980.921767/2012-83 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 10980.921776/2012-74 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 10980.921778/2012-63 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 10980.921780/2012-32 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 10980.921783/2012-76 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 10980.921786/2012-18 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 10980.921787/2012-54 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 10980.921791/2012-12 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 10980.921792/2012-67 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 10980.921796/2012-45 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 10980.921798/2012-34 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 10980.921799/2012-89 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 10980.921800/2012-75 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 10980.921801/2012-10 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 10980.921802/2012-64 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 10980.921810/2012-19 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 10980.921812/2012-08 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 10980.921813/2012-44 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 10980.921816/2012-88 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
219 - Processo nº: 16682.720360/2012-81 - Recorrente: LOJAS AMERICANAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
220 - Processo nº: 16327.720872/2018-82 - Recorrente: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
221 - Processo nº: 10580.720996/2009-90 - Recorrente: SCAR ALIMENTOS CONGELADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
222 - Processo nº: 10845.721177/2011-26 - Recorrente: EUROBRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 10845.721126/2011-02 - Recorrente: EUROBRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 10845.721169/2011-80 - Recorrente: EUROBRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 10845.721164/2011-57 - Recorrente: EUROBRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 10845.720774/2014-86 - Recorrente: EUROBRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 10845.721175/2011-37 - Recorrente: EUROBRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 10845.721125/2011-50 - Recorrente: EUROBRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 10845.721166/2011-46 - Recorrente: EUROBRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 10845.721124/2011-13 - Recorrente: EUROBRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 10845.721170/2011-12 - Recorrente: EUROBRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo nº: 10845.721171/2011-59 - Recorrente: EUROBRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo nº: 10384.720241/2008-21 - Recorrente: EUROPA INDUSTRIA DE CASTANHAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
234 - Processo nº: 10325.000405/2004-71 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 10325.000954/2010-93 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 10325.000955/2010-38 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 10325.001531/2008-76 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 10325.001533/2008-65 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 10325.001534/2008-18 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SILVIO RENNAN DO NASCIMENTO ALMEIDA
240 - Processo nº: 13502.000098/2005-17 - Recorrente: BAHIA SPECIALTY CELLULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo nº: 13502.000103/2005-83 - Recorrente: BAHIA SPECIALTY CELLULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 13502.000109/2005-51 - Recorrente: BAHIA SPECIALTY CELLULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo nº: 13502.000107/2005-61 - Recorrente: BAHIA SPECIALTY CELLULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo nº: 13502.000102/2005-39 - Recorrente: BAHIA SPECIALTY CELLULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 2: ADUANEIRO
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
245 - Processo nº: 11128.004995/2006-61 - Recorrente: MABE HORTOLANDIA ELETRODOMESTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
246 - Processo nº: 10111.721338/2016-71 - Recorrente: KEZHI LIN - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo nº: 11762.720032/2013-52 - Recorrente: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo nº: 11128.002710/2005-77 - Recorrente: UNI SYSTEMS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
249 - Processo nº: 10611.001423/2009-59 - Recorrente: CLAC IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
250 - Processo nº: 10909.722313/2015-37 - Recorrente: SECURITY COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo nº: 10314.012531/2007-40 - Embargante: CONSELHEIRO CARF e Interessados: PARAGUACU TEXTIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

DIA 24 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: ADUANEIRO
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
252 - Processo nº: 10680.720794/2007-58 - Recorrente: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
253 - Processo nº: 10711.725354/2011-69 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
254 - Processo nº: 10711.721134/2011-66 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 10711.721583/2011-12 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo nº: 10711.721827/2011-59 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo nº: 10711.723288/2011-92 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo nº: 10711.724112/2011-58 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo nº: 10711.724113/2011-01 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo nº: 10711.724114/2011-47 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
261 - Processo nº: 10711.724115/2011-91 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo nº: 10711.724499/2011-42 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 10711.724803/2011-51 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
264 - Processo nº: 10711.724934/2011-39 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
265 - Processo nº: 10711.724935/2011-83 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo nº: 10711.725349/2011-56 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo nº: 10711.725350/2011-81 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
268 - Processo nº: 10711.725352/2011-70 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
269 - Processo nº: 10711.725353/2011-14 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
270 - Processo nº: 11684.720427/2011-63 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo nº: 12448.720984/2011-30 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SILVIO RENNAN DO NASCIMENTO ALMEIDA
272 - Processo nº: 10926.000148/2008-21 - Recorrente: PAULO FLORES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
273 - Processo nº: 10120.009393/2007-99 - Recorrente: EDIVALDO ROSA CASTILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
274 - Processo nº: 13805.004832/94-81 - Recorrente: JARDIM ESCOLA MAGICO DE OZ S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo nº: 13805.004840/94-17 - Recorrente: GRUPO ASSOCIACAO DE ESCOLAS PARTICULARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
276 - Processo nº: 18336.000262/00-11 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 18336.001235/2005-13 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo nº: 18336.000236/2005-32 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo nº: 18336.001439/2008-99 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo nº: 18336.001155/2006-31 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3: IPI, IOF
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
281 - Processo nº: 11968.720423/2011-07 - Recorrente: INTERNATIONAL COMMERCE RECIFE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
282 - Processo nº: 13707.003779/2002-80 - Recorrente: INDUSTRIA DE BEBIDAS MATTE LEAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
283 - Processo nº: 13709.004046/2002-42 - Recorrente: TERASAKI DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
284 - Processo nº: 13629.000410/2005-38 - Recorrente: UNIVALE TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
285 - Processo nº: 10875.722382/2011-51 - Recorrente: BRAZILIAN COLOR INDUSTRIA DE TINTAS E VERNIZES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo nº: 10830.722299/2011-07 - Recorrente: DELTA BRING COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
287 - Processo nº: 12448.735393/2011-67 - Recorrente: RIO VISAS DOCUMENTACAO DE ESTRANGEIROS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 11610.002838/2010-56 - Recorrente: UNIAO MUNDIAL SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SILVIO RENNAN DO NASCIMENTO ALMEIDA
289 - Processo nº: 15374.000224/2009-97 - Recorrente: IPECOL S/A INDUSTRIAS GRAFICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
290 - Processo nº: 10875.905043/2010-28 - Recorrente: CAB METALURGICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
291 - Processo nº: 10825.902148/2010-11 - Recorrente: INCOTRAZA IND E COM DE TRANSFORMADORES ZAGO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
292 - Processo nº: 10825.902145/2010-87 - Recorrente: INCOTRAZA IND E COM DE TRANSFORMADORES ZAGO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo nº: 10825.902146/2010-21 - Recorrente: INCOTRAZA IND E COM DE TRANSFORMADORES ZAGO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
294 - Processo nº: 10825.902149/2010-65 - Recorrente: INCOTRAZA IND E COM DE TRANSFORMADORES ZAGO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo nº: 10825.902147/2010-76 - Recorrente: INCOTRAZA IND E COM DE TRANSFORMADORES ZAGO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: IPI, IOF
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
296 - Processo nº: 10980.723210/2014-41 - Embargante: MASTERCORP DO BRASIL EIRELI
297 - Processo nº: 15940.720161/2012-12 - Recorrente: INCORVIL - DISTRIBUIDORA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE LONAS PARA COMUNICACAO VISUAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
298 - Processo nº: 10983.901134/2006-81 - Recorrente: TUBOZAN INDUSTRIA PLASTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
299 - Processo nº: 13609.720705/2009-96 - Recorrente: MINERACAO LAPA VERMELHA S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
300 - Processo nº: 13609.720707/2009-85 - Recorrente: MINERACAO LAPA VERMELHA S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
301 - Processo nº: 10783.909353/2012-11 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
302 - Processo nº: 10783.909351/2012-13 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
303 - Processo nº: 10783.909354/2012-57 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
304 - Processo nº: 16004.000067/2007-29 - Recorrente: IND. E COMERCIO DE MOVEIS I MARIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

RODRIGO MINEIRO FERNANDES
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 3ª Seção

2ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.
OBSERVAÇÕES:
1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio, em até 2 (dois) dias úteis antes do inicio da reunião de julgamento, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;
2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;
3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta em até 2 (dois) dias úteis antes do inicio da reunião de julgamento, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião presencial, a ser agendada oportunamente;

4) O julgamento do Processo nº 10166.004020/2004-52 (item 140) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 141 a 143. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 141 a 143, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;
5) O julgamento do Processo nº 10530.720107/2007-18 (item 144) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 145 a 152. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 145 a 152, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;
6) O julgamento do Processo nº 13986.720247/2012-93 (item 208) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 209 a 211. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 209 a 211, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;
7) O julgamento do Processo nº 13876.720604/2012-61 (item 214) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 215 a 217. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 215 a 217, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;
8) O julgamento do Processo nº 11075.720032/2017-24 (item 218) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 219. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 219, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;
9) O julgamento do Processo nº 10840.722003/2012-10 (item 273) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 274. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 274, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;
10) O julgamento do Processo nº 10480.728757/2017-16 (item 275) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 276 e 277. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 276 e 277, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e
11) O julgamento do Processo nº 10845.723665/2012-59 (item 278) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 279. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 279, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 23 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: CS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS: CONHECIMENTO, CESSÃO DE MÃO DE OBRA, PRELIMINAR/NULIDADE, DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO E OUTROS
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
1 - Processo nº: 15936.000102/2007-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMERCIAL AUTO ADAMANTINA LTDA
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
2 - Processo nº: 35011.001333/2006-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALFREDO PAES DOS SANTOS
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
3 - Processo nº: 36266.006199/2005-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARTONA COMERCIO IMPORTACAO E DISTRIBUICAO EIRELI
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
4 - Processo nº: 35232.000590/2007-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
5 - Processo nº: 18471.001530/2008-50 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
6 - Processo nº: 18471.001541/2008-30 - Embargante: CONSELHEIRO CARF e Interessados: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 18471.001545/2008-18 - Embargante: CONSELHEIRO CARF e Interessados: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 18471.001591/2008-17 - Embargante: CONSELHEIRO CARF e Interessados: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
9 - Processo nº: 15586.001698/2010-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GRAFITUSA S/A
10 - Processo nº: 15586.001705/2010-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GRAFITUSA S/A
11 - Processo nº: 10120.011740/2007-43 - Recorrente: CELG DISTRIBUICAO S.A. - CELG D e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
12 - Processo nº: 35464.001306/2006-12 - Recorrente: ISBAN BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 14485.001704/2007-93 - Recorrente: MC CANN ERICKSON PUBLICIDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
14 - Processo nº: 15504.018483/2008-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO MINEIRO DE ENSINO SUPERIOR - CEMES LTDA
15 - Processo nº: 15504.018485/2008-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO MINEIRO DE ENSINO SUPERIOR - CEMES LTDA
16 - Processo nº: 15504.018487/2008-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO MINEIRO DE ENSINO SUPERIOR - CEMES LTDA
17 - Processo nº: 15504.018492/2008-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO MINEIRO DE ENSINO SUPERIOR - CEMES LTDA
18 - Processo nº: 15504.018495/2008-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO MINEIRO DE ENSINO SUPERIOR - CEMES LTDA
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
19 - Processo nº: 10552.000388/2007-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CLUBE ESPORTIVO GONZAGA
20 - Processo nº: 35464.002326/2004-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COGNIS BRASIL LTDA.
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
21 - Processo nº: 12571.000111/2007-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA E COMERCIO DE PARAFUSOS E CONEXOES LTDA
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
22 - Processo nº: 10675.004357/2007-62 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: REALIZA CONSTRUTORA LTDA.
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
23 - Processo nº: 35018.000076/2007-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TELEVISAO OESTE BAIANO LTDA
24 - Processo nº: 10580.005508/2007-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRIANON MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME
25 - Processo nº: 19647.009746/2007-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANSPORTADORA PONTUAL LOGISTICA E DISTRIBUICAO LTDA
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
26 - Processo nº: 10240.001399/2007-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ENTIDADE AUTARQUICA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL DO ESTADO DE RONDONIA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
27 - Processo nº: 11330.000219/2007-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NET RIO LTDA
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
28 - Processo nº: 10680.011843/2007-68 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10680.011845/2007-57 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
30 - Processo nº: 12898.000116/2008-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
31 - Processo nº: 12898.000161/2008-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
32 - Processo nº: 12898.000163/2008-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
33 - Processo nº: 14751.002990/2008-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
34 - Processo nº: 10320.002478/2009-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: OBRAS SOCIAIS DA PAROQUIA DE VITORIA DO MEARIM
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
35 - Processo nº: 35464.003871/2006-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SIMBOLO EDITORA E COMUNICACAO INTEGRADA S/A.
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
36 - Processo nº: 37048.409600/2006-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL
37 - Processo nº: 11330.000493/2007-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL
38 - Processo nº: 10073.001967/2007-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL
39 - Processo nº: 10073.002004/2007-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
40 - Processo nº: 14367.000019/2009-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE ATLETISMO
41 - Processo nº: 14367.000020/2009-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE ATLETISMO
42 - Processo nº: 14367.000022/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE ATLETISMO
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
43 - Processo nº: 19515.003355/2009-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A.
44 - Processo nº: 19515.003357/2009-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A.
45 - Processo nº: 19515.003358/2009-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A.
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
46 - Processo nº: 10970.000915/2010-81 - Recorrente: UNIAO-COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10970.000917/2010-71 - Recorrente: UNIAO-COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
48 - Processo nº: 19311.000350/2009-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL ATIBAIENSE LTDA-ACEA - EPP
49 - Processo nº: 19311.000352/2009-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL ATIBAIENSE LTDA-ACEA - EPP
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
50 - Processo nº: 23034.000012/2004-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANESTES SA BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
51 - Processo nº: 10580.720506/2010-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTRO COMUNITARIO BATISTA CLERISTON ANDRADE
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
52 - Processo nº: 17546.001042/2007-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA INDUSTRIAL DE TRABALHADORES EM CONEXOES TUBULARES
53 - Processo nº: 10976.000101/2010-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CRECHE BOM PASTOR
54 - Processo nº: 14479.000221/2007-51 - Recorrente: FUNDACAO ARMANDO ALVARES PENTEADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
55 - Processo nº: 14474.000148/2007-67 - Recorrente: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: CS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA, SALÁRIO INDIRETO, PENALIDADES/RETROATIVIDADE BENIGNA E OUTROS
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
56 - Processo nº: 13118.000205/2006-13 - Recorrente: DICASA PRESENTES E UTILIDADES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
57 - Processo nº: 13609.001164/2010-37 - Recorrente: TEAR TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
58 - Processo nº: 10980.015590/2008-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGRIFLORA COMPENSADOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
59 - Processo nº: 14479.000763/2007-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AG22 COMERCIAL E SERVICOS LTDA - ME
60 - Processo nº: 11251.000038/2009-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TRANSPORTES E TURISMO EROLES LTDA
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
61 - Processo nº: 18471.004365/2008-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGRIVALE INCORPORACAO E CONSTRUCAO S.A.
62 - Processo nº: 15586.000971/2010-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LIMPSERVICE SERVICOS LTDA
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
63 - Processo nº: 15586.001859/2010-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FLORENCA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S/A
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
64 - Processo nº: 15504.001021/2007-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: QUALY SERVICOS GERAIS LTDA - ME

Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
65 - Processo nº: 35464.002092/2006-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
66 - Processo nº: 10925.723207/2011-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SADIA S.A.
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
67 - Processo nº: 15586.720866/2013-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VIX LOGISTICA S/A
68 - Processo nº: 11516.722540/2011-15 - Recorrente: WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10980.723915/2014-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PELISSARI INFORMATICA SA
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
70 - Processo nº: 11080.726098/2012-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UGHINI S A INDUSTRIA E COMERCIO
71 - Processo nº: 11080.726099/2012-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UGHINI S A INDUSTRIA E COMERCIO
72 - Processo nº: 15504.005717/2010-24 - Recorrente: GLOBAL VALUE SOLUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
73 - Processo nº: 10909.005435/2007-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASKARNE COMERCIO E ARMAZENS GERAIS LTDA
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
74 - Processo nº: 16045.000528/2007-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIAS QUIMICAS TAUBATE S/A - IQT
75 - Processo nº: 16045.000536/2007-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIAS QUIMICAS TAUBATE S A IQT
76 - Processo nº: 37311.007225/2006-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TEXTIL ROSSINI DO BRASIL LTDA
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
77 - Processo nº: 15586.000798/2010-11 - Recorrentes: CISA TRADING S/A e FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 15586.000800/2010-44 - Recorrentes: CISA TRADING S/A e FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 15586.000801/2010-99 - Recorrente: CISA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 15586.000802/2010-33 - Recorrentes: CISA TRADING S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
81 - Processo nº: 15586.000991/2010-44 - Recorrente: COIMEX IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 15586.000992/2010-99 - Recorrente: COIMEX IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 15586.000993/2010-33 - Recorrente: COIMEX IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 15586.000996/2010-77 - Recorrente: COIMEX IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 36202.003106/2007-11 - Recorrente: CIA IMPORTADORA E EXPORTADORA COIMEX e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 15586.000995/2010-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIA IMPORTADORA E EXPORTADORA COIMEX
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
87 - Processo nº: 13888.003992/2007-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RICLAN S.A.
88 - Processo nº: 13888.003982/2007-80 - Recorrente: RICLAN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 13888.003985/2007-13 - Recorrente: RICLAN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
90 - Processo nº: 11444.000246/2009-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CASA AVENIDA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.
91 - Processo nº: 10480.720254/2010-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO PEDRO PAES MENDONCA
92 - Processo nº: 10480.720258/2010-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO PEDRO PAES MENDONCA
93 - Processo nº: 10480.720260/2010-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO PEDRO PAES MENDONCA
94 - Processo nº: 10480.720262/2010-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO PEDRO PAES MENDONCA
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
95 - Processo nº: 19515.003962/2010-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALCANCY CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA
96 - Processo nº: 19515.003963/2010-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALCANCY CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA
97 - Processo nº: 19515.003965/2010-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALCANCY CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA - EPP
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
98 - Processo nº: 10920.001429/2010-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INTERCONTINENTAL INDUSTRIA DE MOVEIS E COMERCIO LTDA
99 - Processo nº: 10920.001431/2010-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INTERCONTINENTAL ADMINISTRADORA LTDA
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
100 - Processo nº: 18088.720441/2011-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROPECUARIA SANTA CLARA (DE DOURADO) LTDA
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
101 - Processo nº: 10510.002820/2008-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANACEL CONSTRUCOES LTDA
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
102 - Processo nº: 15983.000978/2010-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO AMIGOS DO JUDICIARIO DE REGISTRO E VALE DO RIBEIRA
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
103 - Processo nº: 18050.003611/2008-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CATUSSABA HOTEL LTDA
104 - Processo nº: 10120.009774/2010-73 - Recorrentes: CENTRO TECNOLOGICO CAMBURY LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
105 - Processo nº: 10865.003784/2009-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CERAMICA FORMIGRES LTDA.
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
106 - Processo nº: 10865.001871/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSTRUTORA SIMOSO LTDA
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
107 - Processo nº: 11522.000908/2010-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA PROPRIETARIOS VEICULO
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
108 - Processo nº: 12269.004183/2009-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIMATO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
109 - Processo nº: 19515.003879/2008-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIPEM COMERCIAL LTDA
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
110 - Processo nº: 13864.000353/2009-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ENGESEG EMPRESA DE VIGILANCIA COMPUTADORIZADA LTDA
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
111 - Processo nº: 11052.000303/2010-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FORJA RIO LTDA
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
112 - Processo nº: 15504.019280/2008-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO OBRAS SOCIAIS NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
113 - Processo nº: 10976.000297/2010-10 - Recorrentes: MAGOTTEAUX BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
114 - Processo nº: 10640.002493/2007-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MALHARIA VIUVA SIMAO LTDA - ME
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
115 - Processo nº: 35284.001233/2006-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO REGIONAL INTEGRADA
116 - Processo nº: 35067.004628/2006-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO UNIVERSITARIA DE PESQUISAS ECONOMICAS E SOCIAIS DE
117 - Processo nº: 10680.724672/2010-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: G5 AGROPECUARIA LTDA.
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
118 - Processo nº: 12269.002054/2009-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GELO POP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
119 - Processo nº: 11831.002422/2007-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GORESBRIDGE CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
120 - Processo nº: 10665.000997/2010-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HUGO FLAVIO LOBATO MARINHO
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
121 - Processo nº: 16707.003446/2007-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: P & A EMPREENDIMENTOS EIRELI
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
122 - Processo nº: 19515.005812/2008-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HUMANA SEGUROS PESSOAIS LTDA
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
123 - Processo nº: 15540.000412/2007-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETROCOL - REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
124 - Processo nº: 10380.004953/2007-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INSTITUTO BRASIL ESTADOS UNIDOS NO CEARA
125 - Processo nº: 11080.723735/2010-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PONTO UM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
126 - Processo nº: 10845.002140/2008-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA UNIMONTE S/A
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
127 - Processo nº: 16327.001349/2008-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
128 - Processo nº: 17546.000775/2007-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TETRA PAK LTDA
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
129 - Processo nº: 37013.002042/2006-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RODOVIARIO LIDER S.A.
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
130 - Processo nº: 10855.721385/2013-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MUNICIPIO DE ITU
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
131 - Processo nº: 10920.002372/2010-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TECHPRESS INDUSTRIA DE PLASTICOS EIRELI
132 - Processo nº: 10660.725767/2010-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO SAPUCAI
133 - Processo nº: 10660.725771/2010-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAO GONCALO DO SAPUCAI PREFEITURA
134 - Processo nº: 12897.000182/2010-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NATAN JOIAS LTDA
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
135 - Processo nº: 19839.006563/2008-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NEW WORK STATION TELEMARKETING SERVICOS LTDA - ME
136 - Processo nº: 15586.001034/2008-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO DE AGREGADOS LTDA
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
137 - Processo nº: 11522.001466/2007-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ACRE GOVERNO DO ESTADO
138 - Processo nº: 15504.010826/2009-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: OSCAR FERREIRA DA SILVA NETO
139 - Processo nº: 13888.001948/2007-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CNP - CENTRO DE NEFROLOGIA DE PIRACICABA LTDA - EPP

DIA 24 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3: ITR: PENALIDADES/MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DE DECLARAÇÃO, GLOSA DE ÁREA DECLARADA, VALOR DA TERRA NUA (VTN), PRELIMINAR/NULIDADE E OUTROS
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
140 - Processo nº: 10166.004020/2004-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CESAR CARLOS AFONSO
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
141 - Processo nº: 10821.000386/2004-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSEPH ALBERT VAN SEBROECK
142 - Processo nº: 10930.000393/2005-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ADALBERTO LUIZ NIERO
143 - Processo nº: 10930.001544/2005-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ADALBERTO LUIZ NIERO
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
144 - Processo nº: 10530.720107/2007-18 - Recorrente: MECOMINAS MECANIZACAO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
145 - Processo nº: 10530.720106/2007-73 - Recorrente: MECOMINAS MECANIZACAO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10530.720108/2007-62 - Recorrente: MECOMINAS MECANIZACAO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10530.720117/2007-53 - Recorrente: MECOMINAS MECANIZACAO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10530.720118/2007-06 - Recorrente: MECOMINAS MECANIZACAO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10530.720119/2007-42 - Recorrente: MECOMINAS MECANIZACAO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 10530.720126/2007-44 - Recorrente: MECOMINAS MECANIZACAO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10530.720127/2007-99 - Recorrente: MECOMINAS MECANIZACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10530.720128/2007-33 - Recorrente: MECOMINAS MECANIZACAO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
153 - Processo nº: 10183.005559/2005-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROPECUARIA LAGOA DOURADA LTDA
154 - Processo nº: 10183.720339/2007-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROPECUARIA LAGOA DOURADA LTDA
155 - Processo nº: 10183.720351/2007-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROPECUARIA LAGOA DOURADA LTDA
156 - Processo nº: 13921.000347/2003-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA
157 - Processo nº: 10120.721486/2009-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMAPI AGROPECUARIA S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL

158 - Processo nº: 10183.720397/2007-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FERNANDO GALVAO DE FRANCA
159 - Processo nº: 10680.720569/2008-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANGELA GONTIJO ASSUNCAO PIMENTA
160 - Processo nº: 10218.721029/2007-11 - Recorrente: CARLOS ALBERTO TOZZI MILANEZE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 10235.720019/2008-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SERGIO PAULO DE SOUZA JORGE
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
162 - Processo nº: 10805.000238/2008-99 - Recorrentes: TECELAO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 10640.720128/2008-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALEBRAS LTDA
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
164 - Processo nº: 10540.001354/2003-79 - Recorrente: IZIDORIO JACYR COSER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
165 - Processo nº: 10855.720741/2010-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE VITOR MIGUEL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
166 - Processo nº: 13558.720095/2007-10 - Recorrente: MARAU ECORESORT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
167 - Processo nº: 10980.007045/2008-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MOHAMAD ABDUL ABBAS
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
168 - Processo nº: 10675.004444/2004-77 - Recorrente: PINUSPLAN REFLORESTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 10675.003098/2005-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LUCAS JOHANNES MARIA AERNOUDTS
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
170 - Processo nº: 13603.001136/2005-11 - Recorrente: SAINT-GOBAIN CANALIZACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 10073.720132/2007-36 - Recorrente: SOCIEDADE INDUSTRIAL AGRICOLA FAZENDA NOVA GRATAU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
172 - Processo nº: 13971.720123/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARLY POLETTO HESS
173 - Processo nº: 13971.720126/2009-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARLY POLETTO HESS
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
174 - Processo nº: 11080.720379/2007-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FLOPAL FLORESTADORA PALMARES LTDA
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
175 - Processo nº: 10768.720144/2006-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIO VEIGA DE ALMEIDA JUNIOR
176 - Processo nº: 10183.720496/2007-79 - Recorrentes: SERGIO CASALI PRANDINI e FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 10530.720190/2007-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
178 - Processo nº: 10540.720112/2007-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BARRA VELHA AGRO PECUARIA LTDA
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
179 - Processo nº: 10183.005553/2005-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAURO VILLELA
180 - Processo nº: 10675.002992/2006-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAURO VILLELA
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
181 - Processo nº: 10680.011372/2005-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOMAFRE AGROPECUARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
182 - Processo nº: 10073.720418/2008-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WELLINGTON RODRIGUES
183 - Processo nº: 10073.720420/2008-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WELLINGTON RODRIGUES
184 - Processo nº: 10073.720432/2008-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WELLINGTON RODRIGUES
185 - Processo nº: 10680.720092/2009-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JAYRO LUIZ LESSA
186 - Processo nº: 10680.720095/2009-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JAYRO LUIZ LESSA
187 - Processo nº: 10530.720162/2007-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: STELIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE
188 - Processo nº: 10530.720172/2007-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: STELIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
189 - Processo nº: 10950.002630/2004-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MONTE CRISTO AGROPECUARIA LTDA
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
190 - Processo nº: 10920.720297/2008-61 - Recorrente: IMOBILIARIA SCYLLA PEIXOTO LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 13971.720148/2008-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RUI ALTENBURG
192 - Processo nº: 10980.013227/2007-67 - Recorrente: MASSA FALIDA EMILIO ROMANI SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
193 - Processo nº: 10660.002877/2006-19 - Recorrente: SANTA CECILIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
194 - Processo nº: 10510.002437/2005-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: 4 ESTACOES EMPREENDIMENTOS LTDA
195 - Processo nº: 10783.720061/2007-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ARACRUZ CELULOSE SA
196 - Processo nº: 10860.720255/2010-04 - Recorrente: LUIZ CARLOS JULIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 11070.720033/2007-47 - Recorrente: PARTICIPACOES CORBEILLE SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 10675.004817/2004-18 - Recorrente: AGRICOLA E MERCANTIL SANTA HELENA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 10675.000279/2004-84 - Recorrente: AGROPECUARIA LAGOA DO XUPE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
200 - Processo nº: 13161.720116/2007-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ORLANDO COELHO
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
201 - Processo nº: 10768.004328/2001-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE MARIA ROLLAS
202 - Processo nº: 10768.004363/2001-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE MARIA ROLLAS
203 - Processo nº: 10768.004366/2001-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE MARIA ROLLAS
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
204 - Processo nº: 10675.003141/2005-18 - Recorrente: BARTIRA AGROPECUARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 10183.003758/2006-56 - Recorrente: SINOPEMA SA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
06 - Processo nº: 10183.006356/2005-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: USINA DA BARRA S.A. - ACUCAR E ALCOOL
207 - Processo nº: 10835.002554/2005-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNICARD BANCO MULTIPLO S.A.

DIA 24 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 4: IRPF: AJUSTE/GLOSA, RESTITUIÇÃO, AJUSTE/OMISSÃO DE RENDIMENTOS, PENALIDADES/MULTA DE OFÍCIO QUALIFICADA E OUTROS
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
208 - Processo nº: 13986.720247/2012-93 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FLAVIO BRANDALISE
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
209 - Processo nº: 13986.720102/2013-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FLAVIO BRANDALISE
210 - Processo nº: 13986.720104/2013-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FLAVIO BRANDALISE
211 - Processo nº: 13986.720105/2013-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FLAVIO BRANDALISE
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
212 - Processo nº: 13986.000218/2010-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FLAVIO BRANDALISE
213 - Processo nº: 13986.000219/2010-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FLAVIO BRANDALISE
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
214 - Processo nº: 13876.720604/2012-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LAURENT PIERRE SERRIGNY
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
215 - Processo nº: 13876.720605/2012-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LAURENT PIERRE SERRIGNY
216 - Processo nº: 13876.720606/2012-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LAURENT PIERRE SERRIGNY
217 - Processo nº: 13876.720607/2012-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LAURENT PIERRE SERRIGNY
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
218 - Processo nº: 11075.720032/2017-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIA IONE LUZARDO MENDES
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
219 - Processo nº: 11075.720030/2017-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIA IONE LUZARDO MENDES
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
220 - Processo nº: 10120.727891/2012-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANTONIO SERAFIM DE MELO
221 - Processo nº: 10840.000796/2008-28 - Recorrente: JOAO BATISTA DE CAMARGO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 10166.721268/2014-53 - Recorrente: JOSE SILVERIO DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 10840.723194/2013-18 - Recorrente: MARCO AURELIO LOES TELES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo nº: 13305.720033/2015-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: OSVALDINO ROCHA
225 - Processo nº: 10840.720221/2009-14 - Recorrente: FRANCISCO MANGO NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 10840.723320/2011-64 - Recorrente: FRANCISCO MANGO NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 10840.723321/2011-17 - Recorrente: FRANCISCO MANGO NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 10840.722915/2013-64 - Recorrente: FRANCISCO MANGO NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 10840.722916/2013-17 - Recorrente: FRANCISCO MANGO NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
230 - Processo nº: 10166.730593/2012-45 - Recorrente: HUMBERTO DE SOUZA FERRO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
231 - Processo nº: 10980.001598/2006-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIA ELSA DE ALMEIDA PASSOS
232 - Processo nº: 10830.016670/2009-75 - Recorrentes: MAURO BORBA PINHEIRO e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
233 - Processo nº: 13603.002601/2003-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GUILDNER MARCIUS CARVALHO
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
234 - Processo nº: 13116.001392/2006-72 - Recorrente: CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
235 - Processo nº: 10980.011200/2007-30 - Recorrente: JOSE MADERNA RIBAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 10168.006289/2002-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WILMA KIYOKO VIEIRA DA MOTTA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
237 - Processo nº: 19707.000259/2007-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANTONIO LINCOLN CARVALHO DE SIQUEIRA
238 - Processo nº: 18186.001497/2011-89 - Embargante: PEDRO CESAR SUMAVIELLE EVANGELISTA
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
239 - Processo nº: 10580.720987/2009-07 - Recorrentes: CENINA MARIA CABRAL SARAIVA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
240 - Processo nº: 10580.722180/2008-10 - Recorrente: JUAREZ ALVES DE SANTANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
241 - Processo nº: 10580.726323/2009-43 - Recorrente: LICIA MARIA MELLO DE MESQUITA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: CS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS: COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL, SALÁRIO INDIRETO, PENALIDADES/RETROATIVIDADE BENIGNA, CARACTERIZAÇÃO SEGURADO EMPREGADO E OUTROS
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
242 - Processo nº: 14120.000044/2010-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BOI VERDE ALIMENTOS LTDA
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
243 - Processo nº: 10120.005844/2007-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LASA LAGO AZUL SA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
244 - Processo nº: 15956.000112/2010-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: USINA SANTO ANTONIO S/A
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
245 - Processo nº: 16327.000748/2009-14 - Embargante: BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
246 - Processo nº: 13888.003804/2010-54 - Embargante: AJINOMOTO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
247 - Processo nº: 10510.003835/2009-61 - Recorrentes: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
248 - Processo nº: 15504.000214/2008-48 - Embargante: DELEGACIA VIRTUAL ESPECIALIZADA DA 6ª REGIÃO FISCAL e Interessados: CONSITA TRATAMENTO DE RESIDUOS S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
249 - Processo nº: 15586.001574/2010-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DISTRIBUIDORA POMAR LTDA
250 - Processo nº: 37361.001420/2005-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ESSEGE ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
251 - Processo nº: 35232.000320/2007-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE COSERN
252 - Processo nº: 10380.732712/2011-89 - Recorrentes: COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA e FAZENDA NACIONAL
253 - Processo nº: 10380.732714/2011-78 - Recorrentes: COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
254 - Processo nº: 18108.002263/2007-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQ EMP SP
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
255 - Processo nº: 10580.723247/2009-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO DE ADMINISTRACAO E PESQUISA ECONOMICO - SOCIAL -FAPES
256 - Processo nº: 10580.723248/2009-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO DE ADMINISTRACAO E PESQUISA ECONOMICO - SOCIAL -FAPES
257 - Processo nº: 10580.723250/2009-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO DE ADMINISTRACAO E PESQUISA ECONOMICO - SOCIAL -FAPES
258 - Processo nº: 15586.001531/2008-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNICAFE COMPANHIA DE COMERCIO EXTERIOR
259 - Processo nº: 15586.001532/2008-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNICAFE COMPANHIA DE COMERCIO EXTERIOR
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
260 - Processo nº: 10980.725208/2010-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BONYPLUS INDUSTRIA E COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE COSMETICOS LTDA
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
261 - Processo nº: 16095.000053/2008-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BORLEM S A EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
262 - Processo nº: 10166.720036/2010-54 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 10166.720043/2010-56 - Recorrentes: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
264 - Processo nº: 11116.000678/2009-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
265 - Processo nº: 10552.000612/2007-94 - Recorrente: CAETE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
266 - Processo nº: 11522.000909/2010-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA DOS PROPRIETARIOS DE VEICULOS DE CARGA E MAQUINAS PESADAS EM GERAL DO ESTADO DO ACRE - COOPERCAM
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
267 - Processo nº: 10580.727333/2010-30 - Embargante: CONSELHEIRO CARF e Interessados: PREVDONTO PARTICIPACOES LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
268 - Processo nº: 23034.023074/2002-01 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA

DIA 25 DE JUNHO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 6: IRPF: GANHO DE CAPITAL, AJUSTE/OMISSÃO DE RENDIMENTOS E AJUSTE/GLOSA
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
269 - Processo nº: 13830.721151/2015-69 - Recorrente: CLAUDIO LUIZ CASAGRANDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
270 - Processo nº: 10830.721708/2015-73 - Recorrente: JORGE EDNEY ATALLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo nº: 19515.000913/2009-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HELOISA SCHWARZ
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
272 - Processo nº: 10410.721736/2010-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DJALMA LEONARDO DE SIQUEIRA
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
273 - Processo nº: 10840.722003/2012-10 - Recorrente: JOSE ADALBERTO RODRIGUES BRAGHETTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
274 - Processo nº: 10840.722002/2012-67 - Recorrente: JOSE ADALBERTO RODRIGUES BRAGHETTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
275 - Processo nº: 10480.728757/2017-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIA DO SOCORRO VIEIRA DANTAS
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
276 - Processo nº: 10480.728758/2017-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIA DO SOCORRO VIEIRA DANTAS
277 - Processo nº: 10480.728759/2017-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARIA DO SOCORRO VIEIRA DANTAS
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
278 - Processo nº: 10845.723665/2012-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WALTER GERAIGIRE
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
279 - Processo nº: 10845.723666/2012-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WALTER GERAIGIRE
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
280 - Processo nº: 19647.001943/2009-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MIRIAN MAIA THOMAS
281 - Processo nº: 19647.003999/2009-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MIRIAN MAIA THOMAS
282 - Processo nº: 19647.007381/2009-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MIRIAN MAIA THOMAS
283 - Processo nº: 19647.002998/2010-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MIRIAN MAIA THOMAS
284 - Processo nº: 10480.720922/2010-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MIRIAN MAIA THOMAS
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
285 - Processo nº: 19647.000373/2007-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JAMISSON JOSE CARDOSO DOS SANTOS
286 - Processo nº: 19647.009097/2007-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JAMISSON JOSE CARDOSO DOS SANTOS
287 - Processo nº: 19647.007414/2009-39 - Recorrente: LUIZ GUERRA DE MORAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 19647.008231/2009-31 - Recorrente: LUIZ GUERRA DE MORAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
289 - Processo nº: 13014.720083/2015-34 - Recorrente: MARIA DOS SANTOS VERGILIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
290 - Processo nº: 13014.720240/2017-73 - Recorrente: MARIA DOS SANTOS VERGILIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
291 - Processo nº: 10680.012708/2006-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PLACIDO LAPERTOSA
292 - Processo nº: 10680.000007/2007-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PLACIDO LAPERTOSA
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
293 - Processo nº: 10840.002903/2006-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: APARECIDA MARGARETE PREZOTO
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
294 - Processo nº: 10840.722916/2012-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOSE CARLOS RIOS
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
295 - Processo nº: 10660.003855/2007-57 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP e Interessados: MARCIA SAYURI MURAO FERNANDES e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
296 - Processo nº: 10166.721369/2018-58 - Recorrente: RUBEN ELEOMAR PARRILLA ALBARRACIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
297 - Processo nº: 19647.001362/2008-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ADRIANA SCAVUZZI CARNEIRO DA CUNHA
298 - Processo nº: 10410.004514/2005-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOAO BARBOSA NETO
299 - Processo nº: 13819.721052/2011-10 - Embargante: CONSELHEIRO CARF e Interessados: SANDRA REGINA ARANEO BASSANI e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
300 - Processo nº: 13864.000511/2007-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALBINO ALVES PEREIRA
301 - Processo nº: 13884.002117/2007-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALBINO ALVES PEREIRA
302 - Processo nº: 10580.730233/2010-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ANTONIO CARLOS BRITTO DOS SANTOS
303 - Processo nº: 19515.001314/2003-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PAULO NELSON DO REGO

DIA 25 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7: CS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS: PRELIMINAR/NULIDADE, PENALIDADES/DIVERSOS, PARCELAS EM FOLHA DE PAGAMENTO, PENALIDADES/MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DE DECLARAÇÃO E OUTROS
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
304 - Processo nº: 35301.014133/2006-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A
305 - Processo nº: 12045.000220/2007-81 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
306 - Processo nº: 12045.000279/2007-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A
307 - Processo nº: 12045.000325/2007-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A
308 - Processo nº: 12045.000415/2007-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A
309 - Processo nº: 12045.000428/2007-08 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A
310 - Processo nº: 12045.000432/2007-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A
311 - Processo nº: 12045.000435/2007-00 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
312 - Processo nº: 12045.000440/2007-12 - Recorrentes: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e FAZENDA NACIONAL
313 - Processo nº: 12045.000456/2007-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A
314 - Processo nº: 12045.000479/2007-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A
315 - Processo nº: 12045.000542/2007-20 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A
316 - Processo nº: 12045.000551/2007-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A
317 - Processo nº: 12045.000553/2007-18 - Recorrentes: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
318 - Processo nº: 10630.001154/2010-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO FAFILE DE CARANGOLA
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
319 - Processo nº: 10630.001197/2010-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUNDACAO FAFILE DE CARANGOLA
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
320 - Processo nº: 11046.001961/2008-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LTDA
321 - Processo nº: 18050.003728/2008-29 - Recorrente: TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
322 - Processo nº: 18050.003950/2008-21 - Recorrente: TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
323 - Processo nº: 19515.003752/2010-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA MECANICA SAMOT LTDA
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
324 - Processo nº: 18108.002495/2007-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: REFRATARIOS BANDEIRANTE LTDA
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
325 - Processo nº: 15504.014891/2008-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAURICIO LEONARDO
326 - Processo nº: 36624.012074/2006-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO RENDIMENTO S/A
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
327 - Processo nº: 10980.724660/2011-16 - Embargante: CONSELHEIRO CARF e Interessados: INEPAR - ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
328 - Processo nº: 17546.000490/2007-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

RESOLUÇÃO Nº 384, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a operação de capitalização, as modalidades, elaboração, operação e comercialização de títulos de capitalização e dá outras providências.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI, do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 5 de junho de 2020, tendo em vista o disposto no art. 2º e no §1º do art.3º do Decreto-lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta do Processo Susep nº 15414.602595/2020-08, resolve:

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1º Dispor sobre a operação de capitalização, as modalidades, elaboração, operação e comercialização de títulos de capitalização e dar outras providências.

Art. 2º A capitalização é a operação que tem por objetivo promover a constituição de capital mínimo, perfeitamente determinado em cada plano e pago em moeda corrente nacional, ao(s) titular(es) do direito de resgate e do direito aos prêmios de sorteio.

Art. 3º O título de capitalização é representado por um contrato, celebrado com sociedade de capitalização regularmente autorizada a operar pela Susep, cujas obrigações dele decorrentes devem estar garantidas mediante a constituição de provisões técnicas, na forma estabelecida pelo CNSP em normativo específico.

§ 1º O título de capitalização é indivisível em relação à sociedade de capitalização.

§ 2º Os direitos relativos ao título de capitalização não poderão ser comercializados separadamente.

§ 3º Será admitida a conversão de títulos de um plano em outro, desde que com prévia anuência do subscritor, quando não acarretar diminuição da provisão matemática já constituída.

§ 4º O título de capitalização somente poderá ser comercializado segundo condições aprovadas previamente pela Susep, observados os eventuais requisitos por ela estabelecidos e a legislação em vigor.

Art. 4º Os títulos de capitalização somente serão estruturados conforme as modalidades discriminadas abaixo:

I - tradicional;

II - instrumento de garantia;

III - compra programada;

IV - popular;

V - incentivo; ou

VI - filantropia premiável.

Parágrafo único. A estruturação de títulos de capitalização nas modalidades previstas neste capítulo deve observar a regulamentação da Susep com regras complementares sobre a elaboração, a operação, a propaganda e material de comercialização dos títulos de capitalização.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 5º Considerar-se-ão, para efeito desta Resolução, as seguintes definições:

I - bônus: montante excedente à provisão matemática, que será revertido ao titular no momento do resgate, desde que cumpridas as condições estabelecidas nas condições gerais e na nota técnica atuarial do plano;

II - capital: é o valor monetário constante da provisão matemática para capitalização em determinado momento;

III - cessionário: pessoa natural ou jurídica, indicada pelo subscritor, a quem deve ser pago o direito cedido decorrente do título;

IV - contemplação obrigatória: possibilidade de realização de sorteio com previsão de que o título sorteado seja obrigatoriamente um título comercializado, desde que atingidos os requisitos definidos nas condições gerais do plano;

V - contribuição: corresponde ao pagamento efetuado pelo subscritor à sociedade de capitalização para aquisição do título de capitalização, podendo ser única, periódica ou mensal;

VI - plano de capitalização: as condições gerais e a nota técnica atuarial protocolizadas pela sociedade de capitalização junto à Susep, relativas aos títulos a serem por ela comercializados;

VII - prazo de vigência: período entre a data de início e a data final para constituição do capital a ser pago ao(s) titular (es) do direito de resgate;

VIII - premiação instantânea: modalidade de premiação na qual o sorteio se realiza previamente ao início de comercialização da série, sendo, entretanto, seu resultado sigiloso;

IX - provisão matemática para capitalização: conta vinculada a cada título comercializado e constituída durante o seu período de vigência a partir do percentual de cada contribuição paga, sendo atualizada e capitalizada mensalmente, gerando o capital destinado ao resgate;

X - quota de capitalização: percentual da contribuição destinado à constituição de capital referente ao direito de resgate;

XI - quota de carregamento: percentual da contribuição destinado aos custos de despesas com corretagem, colocação e administração do título de capitalização, emissão, divulgação, lucro da sociedade de capitalização e eventuais despesas relativas ao custeio da contemplação obrigatória e da distribuição de bônus;

XII - quota de sorteio: percentual da contribuição destinado a custear os sorteios, se previstos no plano;

XIII - resgate antecipado: possibilidade de o titular efetuar o resgate do capital constituído antes do fim do prazo de vigência do título, podendo ocorrer por solicitação expressa do titular ou por contemplação em sorteio com liquidação antecipada;

XIV - série: conjunto limitado de títulos numerados em sequência que compartilham as mesmas condições gerais e especificações técnicas e que possuem a mesma probabilidade de serem contemplados em sorteios de participação comum, quando previstos;

XV - sorteio com liquidação antecipada: modelo de sorteio que acarreta, ao título contemplado, o seu resgate total obrigatório;

XVI - sorteio sem liquidação antecipada: modelo de sorteio que não interfere na vigência do título contemplado, havendo sua continuidade normal, inclusive em relação a futuras contribuições e a eventuais futuros sorteios;

XVII - subscritor: pessoa que adquire o título de capitalização, assumindo o compromisso de efetuar o pagamento de suas contribuições;

XVIII - tamanho da série: parâmetro técnico que define a quantidade máxima possível de títulos que pode ser emitida para uma mesma série; e

XIX - titular: próprio subscritor ou pessoa expressamente indicada pelo mesmo e que detém o(s) direito(s) decorrente(s) do título de capitalização.

CAPÍTULO III

DOS SORTEIOS

Art. 6º Os sorteios devem ser uma forma não discriminatória de proporcionar o recebimento do valor estipulado para este fim, podendo ser com ou sem liquidação antecipada, segundo o que dispuserem as condições gerais do título de capitalização.

§ 1º É vedado sorteio com liquidação antecipada em premiação instantânea.

§ 2º É vedada a participação de título contemplado em sorteio com liquidação antecipada em sorteios posteriores ao momento da contemplação.

§ 3º O valor eventualmente pago pelo subscritor referente ao custeio de sorteios cuja realização se der após a contemplação em sorteio, com liquidação antecipada, deverá ser devolvido ao titular juntamente com o valor de resgate da provisão matemática formada até o momento da liquidação, vedada a aplicação de qualquer penalidade.

§ 4º Os prêmios de sorteio devem ser custeados pela quota de sorteio dos títulos da mesma série, devendo o respectivo cálculo constar da nota técnica atuarial do plano.

§ 5º Para apuração do critério estabelecido no §1º do art. 22 desta Resolução, os eventuais valores de sorteio custeados pela quota de carregamento deverão ser somados à quota de sorteio.

§ 6º É facultado à Susep dispor sobre os limites das quotas de sorteio.

Art. 7º Os sorteios poderão ser realizados:

I - utilizando-se dos resultados de sistemas oficiais de premiação; ou

II - por meio de processos próprios estabelecidos pela sociedade de capitalização.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I, caso os órgãos oficiais não realizem sorteios nas datas previstas ou no caso destes sorteios serem definitivamente suspensos, a sociedade de capitalização se obriga a promover sorteios substitutivos, em idênticas condições às previstas originariamente no título, com prévia divulgação do fato aos subscritores e aos titulares de títulos.

§ 2º A sociedade de capitalização deverá especificar nas condições gerais do título os procedimentos e os prazos para a realização de sorteios substitutivos aos sorteios oficiais não realizados em conformidade com o originalmente previsto, não podendo o prazo ser superior a 30 (trinta) dias da data originalmente prevista para o sorteio.

Art. 8º Em casos de sorteios procedidos pela própria sociedade de capitalização, incluindo os sorteios substitutivos, estes deverão ser realizados nas sedes, sucursais ou quaisquer estabelecimentos de livre acesso aos subscritores e aos titulares de títulos, precedidos de ampla divulgação, com a presença obrigatória de um representante de auditoria independente.

Parágrafo único. Para cada sorteio realizado, as sociedades de capitalização manterão, à disposição da Susep, o relatório da auditoria independente que conterá os elementos mínimos estabelecidos pela Susep.

Art. 9º Em caso de sorteio realizado por meio de premiação instantânea o conhecimento relativo à contemplação deverá estar disponível ao titular no momento imediatamente posterior à aquisição do título, dependendo exclusivamente de sua atuação.

§ 1º Os procedimentos que o titular deve utilizar para verificar a contemplação na premiação instantânea deverão estar previstos nas condições gerais do título;

§ 2º Para cada série emitida, é necessária a realização de auditoria independente e as sociedades de capitalização manterão, à disposição da Susep, o respectivo relatório que conterá os elementos mínimos estabelecidos pela Susep.

§ 3º O processo de comercialização e distribuição de títulos que apresentem sorteios realizados por meio de premiação instantânea deverá ser totalmente aleatório.

§ 4º É facultado à Susep dispor sobre os limites para a premiação instantânea.

Art. 10. Os títulos de capitalização deverão ser estruturados em séries.

§ 1º Os sorteios que definem os títulos contemplados deverão ocorrer obrigatoriamente durante o prazo de vigência do título, ressalvado o caso de premiação instantânea, ou de sorteios substitutivos, caso necessários.

§ 2º É admitida a previsão de parcelamento do prêmio de sorteio, na forma regulamentada pela Susep.

§ 3º Os títulos não comercializados, suspensos ou cancelados participam dos sorteios como se pertencessem à sociedade de capitalização, salvo estipulação em contrário nas condições gerais.

§ 4º Os critérios de determinação dos títulos sorteados deverão ser baseados em eventos aleatórios, sendo garantida a cada título a mesma probabilidade de contemplação.

§ 5º O valor de cada prêmio bruto individual de sorteio deverá ser fixado como um múltiplo da contribuição, sendo este múltiplo não inferior a uma unidade.

§ 6º O múltiplo mínimo de que trata o parágrafo anterior deve ser garantido a cada título contemplado, independentemente de haver fracionamento do prêmio de sorteio entre mais de um ganhador.

§ 7º É facultado à Susep dispor sobre o tamanho mínimo das séries.

Art. 11. O título de capitalização que preveja a participação em sorteios com contemplação obrigatória deverá apresentar nas condições gerais os requisitos para a referida contemplação.

§ 1º Na hipótese de não se ter comercializado a quantidade mínima de títulos estabelecida como critério para que haja contemplação obrigatória, a sociedade de capitalização deverá comunicar tal fato ao titular, pelos meios definidos nas condições gerais do plano.

§ 2º O custeio relativo à contemplação obrigatória deverá estar especificado na respectiva nota técnica do plano.

Art. 12. As sociedades de capitalização somente poderão estruturar títulos em que o valor máximo respeite o critério definido em regulamentação específica da Susep.

Art. 13. O titular do título contemplado em sorteio deverá ser notificado pela sociedade de capitalização, por escrito, mediante correspondência expedida com aviso de recebimento (AR) ou por qualquer meio que se possa comprovar.

§ 1º O documento que comprova a notificação sobre a contemplação deve ser de guarda obrigatória, até a prescrição do direito de recebimento do prêmio.

§ 2º A notificação deve ser realizada em até 40 (quarenta) dias após a data da realização do sorteio.

Art. 14. É vedada a vinculação do pagamento de sorteio à aquisição de qualquer bem e/ou serviço.

CAPÍTULO IV

DA CESSÃO DOS DIREITOS

Art. 15. É facultada a cessão total ou parcial dos direitos ou obrigações do título, mediante comunicação escrita à sociedade de capitalização, ficando vedada a cobrança de qualquer espécie.

Parágrafo único. A faculdade de que trata o caput, deverá ser exercida por meio de anuência expressa e inequívoca do subscritor em documento específico, que contenha no mínimo as seguintes informações:

I - identificação do subscritor;

II - identificação do(s) titular(es) a quem será(ão) cedido(s) o(s) direito(s) do título, com exceção da modalidade incentivo;

III - número do processo Susep ao qual o plano se refere; e

IV - redação que disponha claramente sobre a cessão voluntária do(s) direito(s) do título.

Art. 16. É vedado à sociedade de capitalização estabelecer a cessão automática de qualquer direito relativo ao título de capitalização.

Art. 17. É vedada à sociedade de capitalização comercializar títulos com entidades que figurem como cessionárias indicadas previamente nos documentos específicos de cessão de seus títulos.

Art. 18. Para os títulos em que foi cedido apenas o direito de resgate, este somente poderá ser solicitado após a realização de todos os sorteios previstos no título, salvo quando a provisão matemática for utilizada como garantia.

Art. 19. Cabe exclusivamente à sociedade de capitalização repassar integral e diretamente ao cessionário os recursos objetos da cessão.

Art. 20. É vedada a cessão do direito de resgate e/ou de participação dos sorteios à própria sociedade de capitalização e a empresas ou instituições do mesmo grupo econômico, incluídas as fundações das quais sejam mantenedoras, bem como a qualquer entidade de que a sociedade de capitalização ou qualquer de seus sócios, diretores, ou parentes destes até o terceiro grau, dela participem de alguma forma em sua gestão ou em seus conselhos.

§ 1º Para efeitos desta Resolução, consideram-se como pertencentes ao mesmo grupo econômico as empresas que estiverem de fato ou de direito sob a mesma direção, controle ou administração.

§ 2º A sociedade de capitalização não poderá ser subscritora de títulos de capitalização.

CAPÍTULO V

DAS CONTRIBUIÇÕES, DA REMUNERAÇÃO, DA ATUALIZAÇÃO, DO RESGATE E DA VIGÊNCIA

Art. 21. Observadas as disposições específicas de cada modalidade, os títulos de capitalização poderão ser, relativamente à forma de custeio, do tipo:

I - pagamentos mensais (PM), no caso do título que prevê a realização de uma contribuição, a cada mês da respectiva vigência;

II - pagamentos periódicos (PP), no caso do título em que não há correspondência entre o número de contribuições e o número de meses de vigência, sendo prevista a realização de mais de um pagamento; e

III - pagamento único (PU), no caso do título que prevê a realização de uma única contribuição.

Parágrafo único. A data de aquisição do título de capitalização deverá ser a data da primeira contribuição ou da contribuição única.

Art. 22. A contribuição é constituída pelos seguintes componentes:

I - quota de capitalização;

II - quota de sorteio; e

III - quota de carregamento.

§ 1º Em um título de capitalização, a quota de capitalização deve ser superior às demais quotas individualmente consideradas.

§ 2º É facultado à Susep definir limites percentuais das quotas para cada modalidade de título de capitalização.

Art. 23. É vedada a cobrança de quaisquer valores do subscritor e/ou do titular com finalidade de inscrição, cadastro ou cessão do título, independentemente de sua denominação.

Art. 24. O pagamento das contribuições será sempre realizado pelo subscritor por meio de rede bancária, cartão de crédito ou outras formas admitidas em lei, sob exclusiva responsabilidade da sociedade de capitalização.

§ 1º As condições gerais do título, para o caso de atraso no pagamento da contribuição, deverão prever um prazo de suspensão, durante o qual o título poderá ser reabilitado com prorrogação, ou não, dos prazos de contribuição e de capitalização.

§ 2º A reabilitação sem prorrogação implica o pagamento das contribuições vencidas, podendo ser acrescido dos juros do plano e da atualização monetária.

§ 3º Vencido o prazo de suspensão, o título ficará rescindido, permanecendo à disposição do titular o respectivo valor de resgate, para recebimento do mesmo após o prazo de carência, quando previsto.

§ 4º Ao titular do título reabilitado não assistirá qualquer direito aos sorteios realizados durante o período de suspensão.

Art. 25. O título de capitalização estará sujeito, obrigatoriamente, à remuneração da sua provisão matemática para capitalização, por meio de aplicação de taxa de juros.

Parágrafo único. É facultado à Susep regulamentar parâmetros para definição da taxa de juros de que trata o caput a ser utilizada para remuneração do título.

Art. 26. Os títulos de capitalização deverão conter o critério de atualização de valores inerentes ao contrato, observadas as normas em vigor.

Art. 27. Qualquer titular possui direito ao resgate de seu título de capitalização, ainda que o título tenha sido cancelado por inadimplência dos pagamentos.

§ 1º É admitida a fixação de um prazo de carência contado do início de vigência do título, na forma regulamentada pela Susep, durante o qual eventual valor correspondente ao resgate poderá ser retido pela sociedade de capitalização, observada a legislação em vigor.

§ 2º Para os casos de resgate antecipado por solicitação do titular é admissível a aplicação de um percentual de penalidade, de acordo com o estabelecido pela Susep em regulamentação específica.

Art. 28. A data de início de vigência do título de capitalização deverá ser a data de aquisição.

Parágrafo único. Quando não conhecida a data de aquisição, será utilizada a data de início de comercialização da série, desde que o prazo de comercialização da série não ultrapasse 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO VI

DAS MODALIDADES

Seção I

Da Modalidade Tradicional

Art. 29. A modalidade tradicional tem por objetivo restituir ao titular, ao final do prazo de vigência, no mínimo, o valor total das contribuições efetuadas pelo subscritor, desde que todas as contribuições previstas tenham sido realizadas nas datas programadas.

§ 1º É vedada a vinculação da provisão matemática para capitalização à aquisição de bem e/ou serviço.

§ 2º É vedada indicação previamente impressa do cessionário em eventual cessão de direitos.

§ 3º É vedada a sociedade de capitalização comercializar uma série exclusivamente para um mesmo subscritor.

Art. 30. Os títulos de capitalização da modalidade tradicional deverão ser estruturados com prazo de vigência igual ou superior a 12 (doze) meses.

Art. 31. O resgate do título somente poderá ser efetuado depois de decorridos 30 (trinta) dias da data da sua aquisição.

Seção II

Da Modalidade Instrumento de Garantia

Art. 32. A modalidade instrumento de garantia tem por objetivo propiciar que a provisão matemática para capitalização do título de capitalização seja utilizada para assegurar o cumprimento de obrigação assumida em contrato principal pelo titular perante terceiro.

§ 1º A vinculação do título de capitalização à obrigação garantida, somente se caracteriza se o contrato principal dispuser expressamente sobre a possibilidade de utilização desta modalidade de garantia ou outra enquadrada como caução.

§ 2º É vedada a vinculação da provisão matemática para capitalização à aquisição de bem e/ou serviço.

§ 3º É vedada indicação previamente impressa do cessionário em eventual cessão de direitos.

§ 4º A cessão realizada pelo titular só será aperfeiçoada quando ocorrer a quebra de contrato principal, momento em que o cessionário poderá resgatar o título, respeitadas as condições gerais.

Art. 33. Os títulos de capitalização da modalidade instrumento de garantia deverão ser estruturados com prazo de vigência igual ou superior a 6 (seis) meses.

§ 1º Se ocorrer a extinção antecipada do contrato principal que dispuser sobre a obrigação garantida, o titular poderá:

I - utilizar o título para garantir outro contrato;

II - solicitar o resgate antecipado, sem aplicação de qualquer penalidade; e

III - aguardar o término da vigência do título e realizar o resgate final.

§ 2º Durante a vigência do contrato principal que dispuser sobre a obrigação garantida, o resgate pelo titular somente poderá ocorrer com a anuência do terceiro garantido.

Seção III

Da Modalidade Compra-Programada

Art. 34. A modalidade compra-programada garante ao titular, ao final da vigência, o recebimento do valor de resgate em moeda corrente nacional, sendo disponibilizada ao titular a faculdade de optar, se este assim desejar e sem qualquer outro custo, pelo recebimento do bem e/ou serviço referenciado no título, subsidiado por acordos comerciais celebrados com indústrias, atacadistas, empresas comerciais ou prestadores de serviço.

§ 1º Ao final do prazo de vigência, a provisão matemática para resgate deverá corresponder, no mínimo, ao valor total dos pagamentos efetuados pelo subscritor, desde que todos os pagamentos tenham sido realizados, nas datas programadas.

§ 2º As condições relativas ao bem e/ou serviço referenciado deverão ser informadas ao subscritor em material apartado das condições gerais, não sendo necessário o envio deste para a Susep.

§ 3º É vedada a utilização da provisão matemática para capitalização como instrumento de garantia.

§ 4º O título poderá ser estruturado na forma de custeio de PP ou PM.

Art. 35. Somente poderá haver liquidação antecipada por sorteio se este representar uma forma do titular adquirir o bem e/ou serviço referenciado na ficha de cadastro, sendo que, neste caso, o resgate deverá corresponder a 100% (cem por cento) da provisão matemática.

Art. 36. Os títulos de capitalização da modalidade compra-programada deverão ser estruturados com prazo de vigência igual ou superior a 6 (seis) meses.

Art. 37. O resgate do título somente poderá ser efetuado depois de decorridos 30 (trinta) dias da data da sua aquisição.

Seção IV

Da Modalidade Popular

Art. 38. A modalidade popular tem por objetivo propiciar a capitalização da contribuição e a participação do titular em sorteios, sem que haja devolução integral do valor pago.

§ 1º A contratação na modalidade popular não poderá prever a cessão do direito de participação nos sorteios e a cessão do direito de resgate.

§ 2º É vedada:

I - a utilização da provisão matemática para capitalização como instrumento de garantia ou sua vinculação à aquisição de bem e/ou serviço; e

II - a previsão de bônus ao titular.

Art. 39. Os títulos de capitalização da modalidade popular deverão ser estruturados com prazo de vigência igual ou superior a 12 (doze) meses.

Art. 40. O resgate do título somente poderá ser efetuado depois de decorridos 60 (sessenta) dias da data da sua aquisição.

Art. 41. Todo plano deverá conter a(s) sua(s) respectiva(s) denominação(ões) comercial(is).

§ 1º A informação de que trata o caput deve constar explicitamente do material encaminhado quando do pedido de aprovação à Susep, e ser única da sociedade de capitalização e do plano.

§ 2º É vedada a utilização de nomenclatura, que de alguma forma se vincule ao título de capitalização, diferente da denominação comercial de que trata o caput.

§ 3º A denominação comercial do produto de que trata o caput é exclusiva e não poderá ser utilizada por outra sociedade de capitalização.

Seção V

Da Modalidade Incentivo

Art. 42. A modalidade incentivo tem por objetivo a vinculação a um evento promocional de caráter comercial instituído pelo subscritor para alavancar a venda de seu(s) produto(s) ou serviços ou para fidelizar seus clientes.

§ 1º O subscritor deverá ser pessoa jurídica que exerça atividade comercial, industrial ou de compra e venda de bens imóveis, instituições financeiras ou assemelhadas, comprovadamente quites com os impostos federais, estaduais, municipais ou distritais, bem como com as contribuições da Previdência Social.

§ 2º O subscritor não poderá ser entidade beneficente de assistência social.

§ 3º Deverá ser prevista a cessão gratuita do direito de participação nos sorteios.

§ 4º A contratação na modalidade incentivo não poderá prever a cessão do direito de resgate.

§ 5º É vedada:

I - a previsão de bônus ao titular; e

II - a utilização da provisão matemática para capitalização como instrumento de garantia ou sua vinculação à aquisição de bem e/ou serviço.

Art. 43. Os sorteios deverão ser realizados, exclusivamente, utilizando-se dos resultados de sistemas oficiais de premiação.

Art. 44. Os títulos de capitalização da modalidade incentivo deverão ser estruturados com prazo de vigência igual ou superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 45. O resgate do título pela empresa promotora subscritora somente poderá ser efetuado depois de decorridos 60 (sessenta) dias da data da sua aquisição.

Art. 46. A Susep poderá solicitar, a qualquer momento, a cópia do acordo firmado entre a sociedade de capitalização e o subscritor, bem como cópia de todo material publicitário envolvido na promoção, e demais informações que julgar necessárias.

§ 1º Perante a Susep, a sociedade de capitalização é responsável por eventuais violações das normas em vigor ou ainda das condições gerais dos títulos comercializados, verificadas nos acordos mencionados no caput deste artigo.

§ 2º A sociedade de capitalização será responsável pela guarda do acordo firmado com subscritor pelo prazo estabelecido em regulamentação própria.

Art. 47. Somente poderão ser comercializadas séries exclusivas, sendo vedada a aquisição por mais de um subscritor.

Seção VI

Da Modalidade Filantropia Premiável

Art. 48. A modalidade filantropia premiável é destinada ao subscritor interessado em contribuir com entidades beneficentes de assistência sociais, certificadas nos termos da legislação vigente, e participar de sorteio(s).

§ 1º Para cessão do direito do resgate à entidade beneficente de assistência social certificada nos termos da legislação vigente, no momento de aquisição do título, o subscritor deverá concordar, expressamente, com essa cessão.

§ 2º No caso de cessão do direito de resgate para uma entidade beneficente de assistência social, é mandatória a indicação previamente impressa do nome do cessionário em documento específico que trate da cessão desse direito.

§ 3º É obrigação da sociedade de capitalização verificar se a entidade de que trata o §2º deste artigo encontra-se devidamente certificada, na data de emissão do título de capitalização.

§ 4º No caso de cessão do direito de resgate para uma entidade beneficente de assistência social, a sociedade de capitalização deverá pagar os valores referentes ao direito de resgate diretamente à entidade, sem intermediários.

§ 5º A contratação na modalidade filantropia premiável não poderá prever a cessão do direito de sorteio.

§ 6º É vedada:

I - a previsão de bônus; e

II - a utilização da provisão matemática para capitalização como instrumento de garantia ou sua vinculação à aquisição de bem e/ou serviço.

§ 7º A entidade beneficente poderá divulgar, as suas custas, caso conste em seu estatuto, o título de capitalização no qual haja cessão do direito do resgate a seu favor, desde que as peças promocionais e de propaganda referentes a esse título sejam divulgadas com autorização expressa e supervisão da sociedade de capitalização, respeitadas rigorosamente as condições gerais e a nota técnica atuarial aprovadas pela Susep.

Art. 49. O título somente poderá ser estruturado na forma de custeio de PU.

Art. 50. A Susep poderá solicitar, a qualquer momento, a cópia do acordo firmado entre a sociedade de capitalização e a entidade beneficente.

§ 1º Perante a Susep, a sociedade de capitalização é responsável por eventuais violações das normas em vigor ou ainda das condições gerais dos títulos comercializados, verificadas nos acordos mencionados no caput deste artigo.

§ 2º A sociedade de capitalização será responsável pela guarda do acordo firmado com a entidade beneficente pelo prazo estabelecido em regulamentação própria.

Art. 51. Os títulos de capitalização da modalidade filantropia premiável deverão ser estruturados com prazo de vigência igual ou superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 52. O resgate do título somente poderá ser efetuado depois de decorridos 60 (sessenta) dias da data da sua aquisição.

Parágrafo único. Não poderá ter penalidade nos resgates efetuados pela entidade beneficente.

Art. 53. Todo plano deverá conter a(s) sua(s) respectiva(s) denominação(ões) comercial(is).

§ 1º A informação de que trata o caput deve constar explicitamente do material encaminhado quando do pedido de aprovação à Susep, e ser única da sociedade de capitalização e do plano.

§ 2º É vedada a utilização de nomenclatura, que de alguma forma se vincule ao título de capitalização, diferente da(s) denominação(ões) comercial(is) de que trata o caput.

§ 3º A denominação comercial do produto de que trata o caput é exclusiva e não poderá ser utilizada por outra sociedade de capitalização.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54. As sociedades de capitalização ficam obrigadas a prestar quaisquer esclarecimentos com relação ao título de capitalização, mediante solicitação por escrito dos interessados.

Parágrafo único. Anualmente, deverá ser informado o valor de resgate atualizado ao titular de título cujo prazo de carência para resgate já tenha decorrido.

Art. 55. A aquisição do título fica condicionada ao preenchimento de ficha de cadastro na forma e nos termos definidos pela Susep em regulamentação específica.

§ 1º Nas modalidades popular, quando custeada por pagamento único, e filantropia premiável, quando o pagamento único é realizado através de meios eletrônicos de pagamento e há cessão de direito de resgate, o subscritor terá 15 (quinze) dias, após a aquisição, para preenchimento da ficha de cadastro.

§ 2º Na exceção disposta no § 1º deste artigo, a sociedade de capitalização deve informar ao subscritor a necessidade, a forma e o meio disponibilizado para preenchimento da ficha de cadastro, no título de capitalização e em seu sítio eletrônico.

§ 3º Na exceção disposta no § 1º deste artigo, a sociedade de capitalização deve envidar esforços para que todos os cadastros sejam preenchidos e, quando solicitado, demonstrar à Susep seus procedimentos para disponibilizar ao subscritor meios para preenchimento da ficha de cadastro.

Art. 56. A propaganda e o material de comercialização referentes aos títulos de capitalização somente podem ser feitos com autorização expressa e supervisão de sociedade de capitalização, observando parâmetros mínimos definidos pela Susep e respeitadas as condições gerais dos títulos e as notas técnicas por ela aprovadas.

Parágrafo único. A sociedade de capitalização é responsável pela fidedignidade das informações prestadas por meio de propaganda ou material de comercialização, que deverá conter, em linguagem simples e precisa, as principais características do título, conforme dispuser a Susep em regulamentação específica.

Art. 57. É vedada a reaplicação do valor de resgate ou do valor do sorteio em outro título sem a prévia e expressa anuência do titular.

Parágrafo único. Caso haja a prévia e expressa anuência do titular para o disposto no caput, restará caracterizada nova contratação.

Art. 58. Cabe, exclusivamente, à sociedade de capitalização a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições.

Parágrafo único. Qualquer valor referente ao pagamento das contribuições deverá ter sua origem obrigatoriamente em recursos desembolsados pelo subscritor, devendo ser arrecadados monetariamente pela sociedade de capitalização, considerado o disposto no caput do art. 62 desta Resolução, sendo vedado qualquer ajuste de contas com terceiros que reduzam o efetivo ingresso dos recursos arrecadados.

Art. 59. Cabe, exclusivamente, à sociedade de capitalização a responsabilidade pelo pagamento do prêmio de sorteio e pelo pagamento do resgate por qualquer meio legalmente admitido e disponível na cidade de domicílio do titular.

§ 1º Qualquer valor destinado ao pagamento do prêmio de sorteio ou ao pagamento do resgate deverá ter sua origem obrigatoriamente em recursos efetivamente desembolsados pela sociedade de capitalização, inclusive em eventual terceirização de serviços, sendo vedada a prática de ajuste de contas.

§ 2º É facultado à Susep dispor sobre os prazos para pagamento do sorteio ao contemplado e sobre os prazos e a forma para pagamento de resgate ao titular.

Art. 60. Entre o fim de vigência do título de capitalização e antes de decorrido o prazo prescricional, a sociedade de capitalização deve envidar esforços para comunicar o titular sobre seu direito de resgate.

§ 1º A sociedade de capitalização deve, quando solicitada, demonstrar à Susep seus procedimentos para informar ao titular seu direito de resgate.

§ 2º Deverá estar claro, na ficha de cadastro e em todos os documentos de publicidade do título de capitalização, que se os valores não forem resgatados dentro do prazo prescricional o titular do direito de resgate perderá esse direito.

Art. 61. Qualquer custo relativo à operação de capitalização deverá ser suportado integral e exclusivamente pela sociedade de capitalização, respeitado o disposto no §7º do art. 48 desta Resolução.

Art. 62. A sociedade de capitalização responderá pela prestação dos serviços de oferta, divulgação, promoção e/ou publicidade interna ou externa, inclusive material de comercialização de planos de capitalização, impressão de títulos, coleta de dados cadastrais e de documentação dos titulares e subscritores, recolhimento das contribuições, pagamento dos prêmios de sorteio e dos pedidos de resgate, ainda que a prestação de algum destes serviços seja exercida por terceiros.

§ 1º No caso de terceirização da prestação dos serviços dispostos no caput, esta deverá estar materializada em contrato particular, o qual deverá ser celebrado diretamente pela sociedade de capitalização e os terceiros que prestarão tais serviços.

§ 2º O contrato previsto no §1º deste artigo deverá ser mantido à disposição da Susep na sede da sociedade de capitalização.

§ 3º No caso de terceirização da prestação dos serviços de oferta e/ou divulgação, promoção e/ou publicidade interna ou externa, inclusive material de comercialização de planos de capitalização deverá ser dada ampla divulgação ao público de que a prestação do serviço é feita em nome da sociedade de capitalização, identificada pelo nome como é conhecida no mercado, com os telefones dos serviços de atendimento ao consumidor e de ouvidoria da sociedade de capitalização.

§ 4º No caso de terceirização da prestação dos serviços dispostos no caput, sua remuneração será diretamente paga pela sociedade de capitalização, sendo vedado qualquer pagamento pelos subscritores e/ou titulares de quaisquer valores relacionados aos títulos de capitalização, respeitado o disposto no § 7º do art. 48 desta Resolução.

Art. 63. Os planos de capitalização ofertados por terceiros, em nome de sociedades de capitalização, não poderão ter sua contratação vinculada à contratação de quaisquer produtos e/ou serviços ofertados pelo terceirizado.

Art. 64. Caso seja constatada operacionalização inadequada na prestação dos serviços previstos no art. 62 desta Resolução, a Susep poderá determinar à sociedade de capitalização a suspensão da operacionalização até a adequação dos serviços prestados pelo terceirizado, tendo em vista o interesse público.

Art. 65. O descumprimento por parte das sociedades de capitalização ao disposto nesta Resolução poderá ensejar à aplicação, pela Susep, de suspensão, temporária ou definitiva, da comercialização de todos ou de parte dos planos de capitalização por ela comercializados, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 1º A comercialização de títulos de capitalização em desacordo com as condições aprovadas previamente pela Susep ensejará na suspensão da comercialização do plano de capitalização a que se referem tais títulos.

§ 2º A comercialização reiterada de séries de títulos de capitalização com custo efetivo de sorteios superior aos limites normativos da quota de sorteio poderá ensejar a suspensão temporária da aprovação de novos planos de capitalização similares.

§ 3º A prática de comercialização de títulos de capitalização de forma contrária aos requisitos normativos, ainda que suas condições estejam de acordo com as aprovadas previamente pela Susep, poderá ensejar a suspensão das operações da sociedade de capitalização em caráter regional ou nacional, em todas ou em parte das modalidades operadas e/ou a suspensão temporária da aprovação de novos planos de capitalização.

§ 4º A suspensão das operações será determinada de forma a abranger parcela suficiente da operação das sociedades de capitalização para fazer cessar a irregularidade verificada.

§ 5º Provada pelo interessado a interrupção do ato que deu causa à lesão, a Susep revogará a suspensão.

§ 6º Cabe ao Conselho Diretor da Susep deliberar sobre a aplicação das medidas dispostas neste artigo.

Art. 66. Qualquer ato, omissivo ou comissivo, que contrarie lei ou norma infralegal e seja considerado ato nocivo à política de capitalização pode sujeitar a sociedade de capitalização à cessação compulsória das operações, nos termos da legislação vigente.

§ 1º Consideram-se atos nocivos à política de capitalização:

I - comercialização de plano de capitalização suspenso;

II - não ingresso efetivo da totalidade dos recursos arrecadados com as contribuições na sociedade de capitalização;

III - graves práticas de comercialização sem observância aos ditames normativos; e

IV - reiteradas práticas de comercialização sem observância aos ditames normativos.

§ 2º Cabe ao Conselho Diretor da Susep deliberar sobre a aplicação da cessação compulsória das operações, esgotadas as medidas previstas no art. 65 desta Resolução.

Art. 67. As cláusulas de quaisquer contratos firmados com terceiros pela sociedade de capitalização, independentemente de sua data de celebração e de sua validade, que forem contrárias às disposições desta Resolução, serão consideradas sem efeito pela Susep.

Parágrafo único. Responderá a sociedade de capitalização por qualquer violação à legislação em vigor, ainda que esta violação esteja supostamente justificada por cláusulas contratuais firmadas anteriormente à entrada em vigor da presente Resolução.

Art. 68.É facultado à Susep estabelecer elementos mínimos e/ou redações padrões que deverão constar na ficha de cadastro, nas condições gerais, na nota técnica atuarial, na propaganda ou no material de comercialização dos títulos de capitalização.

Art. 69. As sociedades de capitalização não poderão comercializar títulos de capitalização em desacordo com as disposições desta Resolução.

Parágrafo único. As sociedades de capitalização deverão ter processos distintos para a comercialização das modalidades.

Art. 70. Fica a Susep autorizada a editar regulamentação e a adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 71. Ficam revogados os seguintes dispositivos da Resolução CNSP nº 15, de 3 de dezembro de 1991:

I - os art. 24 ao art. 35; e

II - os art. 70 ao art. 72.

Art. 72. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2020.

SOLANGE PAIVA VIEIRA
Superintendente

RESOLUÇÃO Nº 385, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre as coberturas passíveis de serem oferecidas a entidades fechadas de previdência complementar por sociedades seguradoras.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI, do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 05 de junho de 2020 tendo em vista o disposto nos artigos 2º e 32 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, no art. 74 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta do Processo Susep nº 15414.604347/2020-93, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1° Dispor sobre as coberturas passíveis de serem oferecidas a entidades fechadas de previdência complementar - EFPC por sociedades seguradoras.

Parágrafo único. Para fins desta Resolução, a averbadora e a instituidora de planos de pecúlio são consideradas estipulantes.

CAPÍTULO II

COBERTURAS

Art. 2° As coberturas passíveis de serem oferecidas por sociedades seguradoras autorizadas a operar em seguro de pessoas com o objetivo de cobrir os riscos relacionados aos planos de benefícios das EFPCs são:

I - invalidez de participante de EFPC;

II - morte de participante ou assistido de EFPC;

III - sobrevivência de assistido de EFPC; e

IV - desvios de hipóteses biométricas.

§1° As coberturas de que tratam os incisos I e II do caput podem ser operacionalizadas por meio de seguro ou pecúlio.

§2° As coberturas de que tratam os incisos III e IV do caput devem ser operacionalizadas por meio de seguro.

§3° As coberturas de que tratam os incisos I a III do caput devem ser contratadas sob a forma coletiva, sendo a EFPC o estipulante.

§4° No seguro de desvios das hipóteses biométricas, o segurado é a EFPC.

§5° Para comercializar os planos de pecúlio de que trata o §1º deste artigo, a sociedade seguradora deverá estar autorizada a operar planos de previdência complementar.

CAPÍTULO III

COBERTURAS DE INVALIDEZ DE PARTICIPANTE DE EFPC E MORTE DE PARTICIPANTE OU ASSISTIDO DE EFPC

Art. 3° Nos planos de seguro e de pecúlio que cubram os riscos de invalidez do participante e de morte do participante ou assistido dos planos de benefícios de uma EFPC, esta poderá ser a única beneficiária das coberturas contratadas, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§1° As coberturas de morte e invalidez deverão ser estruturadas na modalidade de benefício definido, podendo o capital segurado/benefício ser pago de uma única vez ou sob a forma de renda.

§2° No caso da cobertura de morte de que tratam os § 9º do art. 6º e § 5º do art. 7º desta Resolução, os beneficiários deverão ser indicados pelo participante ou assistido da EFPC.

§3° A sociedade seguradora deverá repassar as indenizações diretamente para a EFPC para que a mesma pague aos beneficiários, conforme o critério definido no contrato de seguro ou pecúlio.

§4° Excepcionalmente, a sociedade seguradora indenizará diretamente o beneficiário em caso de ausência de vínculo entre o beneficiário e a EFPC.

CAPÍTULO IV

COBERTURA DE SOBREVIVÊNCIA DE ASSISTIDO DE EFPC

Art. 4° O seguro com cobertura de sobrevivência de assistido deverá ser estruturado na modalidade de benefício definido.

Art. 5° O participante ou assistido da EFPC poderá aderir ao contrato celebrado entre a sociedade seguradora e a EFPC, nos seguintes momentos:

I - antes da data de concessão do benefício de renda pela EFPC;

II - na data de concessão do benefício de renda pela EFPC; ou

III - ao fim do pagamento do benefício de renda pela EFPC.

Art. 6° Quando a adesão se der antes da data de concessão do benefício de renda pela EFPC, a mesma pagará os prêmios periódicos correspondentes até esta data, sendo tal prazo temporal considerado o período de diferimento do plano de seguro.

§1° Na data da entrada em gozo de benefício junto à EFPC, a sociedade seguradora concederá uma renda vitalícia diferida ao assistido.

§2° O período de diferimento da renda vitalícia diferida de que trata o § 1º deste artigo será igual ao período de pagamento do benefício de renda pela EFPC.

§3° A sociedade seguradora iniciará o pagamento do benefício de renda ao fim do pagamento do benefício de renda pela EFPC, se o assistido permanecer vivo.

§4° O plano de seguro deverá garantir, durante o período de diferimento do mesmo, remuneração por meio da contratação de índice de atualização valores e de taxa de juros e a reversão, parcial ou total, de resultados financeiros, que serão apurados considerando o patrimônio líquido do fundo de investimento especialmente constituído ou fundo de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos no qual estejam aplicados diretamente os recursos da provisão matemática de benefícios a conceder.

§5° A sociedade seguradora poderá considerar, na estruturação técnica do plano de seguro, os decrementos de morte, invalidez e cancelamento/rotatividade do segurado durante o período de diferimento do plano de seguro.

§6° Na hipótese de morte do segurado durante o período de diferimento do plano de seguro, se tiver sido considerado o decremento morte na sua estruturação técnica, os saldos das provisões matemática de benefícios a conceder e de excedente financeiros não são devidos ao(s) beneficiário(s).

§7° Na hipótese de invalidez do segurado durante o período de diferimento do plano de seguro, se tiver sido considerado o decremento invalidez na sua estruturação técnica, os saldos das provisões matemática de benefícios a conceder e de excedente financeiros não são devidos ao segurado.

§8° Na hipótese de cancelamento do segurado durante o período de diferimento do plano de seguro, se tiver sido considerado o decremento cancelamento/rotatividade na sua estruturação técnica, os saldos das provisões matemática de benefícios a conceder e de excedente financeiros não são devidos ao segurado.

§9° Na data da entrada em gozo de benefício junto à EFPC, poderá ser oferecida ao participante a opção de contratar seguro ou pecúlio com cobertura de morte com vigência entre essa data e a data de início do pagamento das rendas pela sociedade seguradora.

Art. 7° Quando a adesão se der na data de concessão do benefício de renda pela EFPC, será contratada uma renda vitalícia diferida junto à sociedade seguradora.

§1° Na hipótese prevista no caput, a data de concessão da renda vitalícia diferida do plano de seguro será a data de adesão ao contrato de seguro.

§2° O período de diferimento da renda vitalícia diferida, de que trata o caput, será igual ao período de pagamento do benefício de renda pela EFPC.

§3° A sociedade seguradora iniciará o pagamento do benefício de renda vitalícia ao final do período de diferimento da renda vitalícia diferida, se o assistido permanecer vivo.

§4° O custeio do plano de seguro dar-se-á por meio de pagamento de prêmio único pela EFPC na data de adesão ao contrato de seguro.

§5° Na data de adesão ao contrato, poderá ser oferecida ao assistido da EFPC a opção de contratar seguro ou pecúlio com cobertura de morte com vigência igual ao período de diferimento da renda vitalícia.

Art. 8° Quando a adesão se der ao fim do pagamento do benefício de renda pela EFPC, será contratada uma renda vitalícia imediata junto à sociedade seguradora.

§1° A sociedade seguradora iniciará o pagamento do benefício de renda vitalícia imediata no momento especificado no contrato de seguro.

§2° O custeio do plano de seguro dar-se-á por meio de pagamento de prêmio único pela EFPC na data de adesão ao contrato de seguro.

Art. 9° A sociedade seguradora deverá repassar as rendas diretamente para a EFPC para que a mesma pague a seu assistido, conforme o critério definido no contrato de seguro.

Art. 10. Excepcionalmente, em caso de ausência de vínculo entre o segurado ou assistido e a EFPC:

I - no período de recebimento de renda vitalícia do plano de seguro, a sociedade seguradora deverá pagar as rendas vitalícias diretamente ao assistido;

II - no período de diferimento da renda vitalícia, o assistido poderá solicitar à sociedade seguradora antecipação do pagamento das rendas vitalícias, mediante recálculo do valor das mesmas, considerando o montante acumulado na respectiva provisão matemática de benefícios concedidos;

III - no período de diferimento do plano de seguro, os correspondentes saldos das provisões matemática de benefícios a conceder e de excedente financeiro deverão ser revertidos em favor do segurado, observado o disposto no § 8º do art. 6º desta Resolução.

CAPÍTULO V

COBERTURA DE DESVIOS DAS HIPÓTESES BIOMÉTRICAS

Art. 11. A cobertura de desvios das hipóteses biométricas deverá ser estruturada em regime financeiro de repartição simples e poderá ser garantida por meio dos seguros de fluxo biométrico e de índice biométrico.

§1° Os seguros de que trata o caput poderão garantir os riscos de sobrevivência, morte e invalidez.

§2° Os prêmios serão calculados com base nos riscos assumidos pela sociedade seguradora e poderão ser pagos a qualquer tempo durante a vigência do contrato de seguro, conforme critérios estabelecidos no mesmo, nas condições gerais e na nota técnica atuarial do plano de seguro.

§3° Poderá haver apurações parciais dos resultados durante a vigência de contrato, nos termos pactuados.

§4° A operacionalização da cobertura de desvios das hipóteses biométricas poderá ser feita mediante a troca de fluxos financeiros, por meio de prêmio de risco, ajustes de prêmios, excedente técnico e indenizações, nos termos pactuados.

§5° A operacionalização do seguro de fluxo biométrico poderá ser realizada, ainda, pela limitação de perdas em relação a um fluxo estimado de pagamento de benefícios, nos termos pactuados.

§6° Os termos pactuados entre o segurado e a sociedade seguradora devem constar das condições gerais do plano de seguro.

Art. 12. No seguro de fluxo biométrico, as indenizações serão calculadas com base nos fluxos observados e estimados de pagamento de benefícios, conforme plano de benefícios da EFPC objeto do contrato de seguro.

Parágrafo único. Os fluxos estimados de pagamento de benefícios pela EFPC serão fixados no contrato de seguro.

Art. 13. No seguro de índice biométrico, as indenizações serão calculadas com base na(s) taxa(s) biométrica(s) observada(s) e estimada(s).

§1° As taxas biométricas estimadas serão fixadas no contrato de seguro e devem ter estreita relação com o grupo de participantes da EFPC a que se refere.

§2° As taxas biométricas observadas podem ser obtidas a partir do grupo de participantes da EFPC a que se refere o contrato ou de outra população, desde que tenha estreita relação com aquele grupo.

§3° Os critérios técnicos para definição das taxas biométricas estimadas e para apuração das taxas biométricas observadas devem constar do contrato de seguro, das condições gerais e da nota técnica atuarial do plano de seguro.

CAPÍTULO VI

TÁBUAS BIOMÉTRICAS

Art. 14. As tábuas biométricas utilizadas devem ter seu uso tecnicamente justificado na nota técnica atuarial e respeitar os limites e critérios estabelecidos nos normativos vigentes.

Art. 15. As tábuas de mortalidade utilizadas nos riscos de sobrevivência e morte poderão prever alteração - melhoramento (improvement) ou deterioração (deterioration) - de probabilidade de morte, desde que respeitados os limites e critérios estabelecidos nos normativos vigentes.

§1° Os fatores de alteração para todos os anos e idades devem constar da nota técnica atuarial e podem ser aplicados nos períodos de diferimento e de pagamento de renda.

§2° O critério técnico para construção dos fatores de alteração, devidamente justificado, e a base de dados utilizada devem constar da nota técnica atuarial.

§3° Para cálculo dos fatores de alteração pode ser utilizada experiência própria ou de outra população, desde que tecnicamente justificada.

§4° O regulamento ou condições gerais que preveja pagamento de renda deve informar que as rendas serão calculadas utilizando tábua de mortalidade com fatores de alteração de probabilidade de morte.

§5° Caso a sociedade seguradora opte por trabalhar com tábua de mortalidade elaborada por instituição independente, com reconhecida capacidade técnica, nos termos da regulação específica para cobertura por sobrevivência, e fatores de alteração, deverá especificar o nome e o ano de referência da tábua, sendo vedada a atualização da mesma.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Os contratos firmados entre sociedade seguradora e EFPC, na condição de estipulante, deverão ser arquivados em ambas as entidades, devendo ser disponibilizados aos segurados, participantes e assistidos quando solicitado, ficando eles também à disposição da Susep.

Art. 17. Nas coberturas de que tratam os incisos I a III do art. 2º desta Resolução, a sociedade seguradora poderá encaminhar os certificados individuais diretamente ao estipulante.

Art. 18. Nas coberturas de que tratam os incisos I a III do art. 2º desta Resolução, o estipulante será responsável pelas seguintes obrigações, entre outras previstas na legislação e regulamentação em vigor e no contrato:

I - contratar a(s) cobertura(s) junto à sociedade seguradora;

II - encaminhar à sociedade seguradora proposta de adesão devidamente preenchida e, na situação prevista no art. 17 desta Resolução, por entregar o certificado individual emitido pela sociedade seguradora ao segurado, participante ou assistido, comprovando sua aceitação ao plano de seguro ou pecúlio; e

III - recolher e/ou pagar, conforme o caso, os valores referentes aos custeio da(s) cobertura(s), e repassá-los à sociedade seguradora nos prazos estabelecidos.

Art. 19. É facultada às sociedades seguradoras autorizadas a operar em seguros de danos, observados os critérios estabelecidos em regulamentação específica, a comercialização de seguro stop loss, na hipótese de retenção de parte do risco segurável pela EFPC, a título de franquia, para coberturas estruturadas nas modalidades de benefício definido ou contribuição variável.

Art. 20. Aos casos não previstos nesta Resolução aplicam-se as disposições normativas gerais para as operações da cobertura por sobrevivência oferecida em plano de seguro de pessoas e das coberturas de risco oferecidas em plano de seguro de pessoas ou de previdência complementar aberta.

Art. 21. Fica a Susep autorizada a editar regulamentação e a adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 22. Ficam revogadas:

I - a Resolução CNSP nº 119, de 22 de dezembro de 2004; e

II - a Resolução CNSP nº 345, de 2 de maio de 2017.

Art. 23. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2020.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

RESOLUÇÃO Nº 386, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Revoga Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, com base nos artigos 1º, 7º e 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI, do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 5 de junho de 2020, tendo em vista o disposto no art. 2º e no §1º do art. 3º do Decreto-lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967; no art. 32, inciso I, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; nos artigos 5º, 29, 73 e 74 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta do Processo Susep nº 15414.605660/2020-49, do Processo Susep nº 15414.603166/2020-40 e do Processo Susep nº 15414.605700/2020-52, resolve:

Art. 1º Revogar:

I - a Resolução CNSP nº 18, de 15 de setembro de 1967;
II - a Resolução CNSP nº 3, de 10 de março de 1976;
III - a Resolução CNSP nº 10, de 9 de julho de 1976;
IV - a Resolução CNSP nº 16, de 28 de junho de 1976;
V - a Resolução CNSP nº 17, de 17 de julho de 1978;
VI - a Resolução CNSP nº 18, de 20 de julho de 1978;
VII - a Resolução CNSP nº 21, de 14 de setembro de 1978;
VIII - a Resolução CNSP nº 23, de 14 de novembro de 1978;
IX - a Resolução CNSP nº 24, de 1º de dezembro de 1978;
X - a Resolução CNSP nº 3, de 6 de fevereiro de 1980;
XI - a Resolução CNSP nº 15, de 22 de dezembro de 1981;
XII - a Resolução CNSP nº 9, de 21 de dezembro de 1983;
XIII - a Resolução CNSP nº 3, de 15 de junho de 1984;
XIV - a Resolução CNSP nº 27, de 16 de dezembro de 1992;
XV - a Resolução CNSP nº 12, de 22 de dezembro de 1994;
XVI - a Resolução CNSP nº 3, de 23 de abril de 1998;
XVII - a Resolução CNSP nº 69, de 3 de dezembro de 2001;
XVIII - a Resolução CNSP nº 94, de 30 de setembro de 2002;
XIX - a Resolução CNSP nº 100, de 6 de janeiro de 2004;
XX - a Resolução CNSP nº 180, de 17 de dezembro de 2007;
XXI - a Resolução CNSP nº 235, de 30 de novembro de 2011;
XXII - a Resolução CNSP nº 236, de 30 de novembro de 2011;
XXIII - a Resolução CNSP nº 356, de 20 de dezembro de 2017;
XXIV - a Resolução CNSP nº 5, de 19 de janeiro de 1967;
XXV - a Resolução CNSP nº 8, de 23 de fevereiro de 1967;
XXVI - a Resolução CNSP nº 9, de 27 de fevereiro de 1967;
XXVII - a Resolução CNSP nº 23, de 4 de dezembro de 1967;
XXVIII - a Resolução CNSP nº 3, de 29 de janeiro de 1968;
XXIX - a Resolução CNSP nº 6, de 22 de fevereiro de 1968;
XXX - a Resolução CNSP nº 25, de 1º de julho de 1968;
XXXI - a Resolução CNSP nº 3, de 3 de outubro de 1975;
XXXII - a Resolução CNSP Nº 22, de 17 de novembro de 1976;
XXXIII - a Resolução CNSP nº 01, de 30 de março de 1994;
XXXIV - a Resolução CNSP nº 14, de 22 de dezembro de 1994;
XXXV - a Resolução CNSP nº 16, de 25 de agosto de 1998;
XXXVI - a Resolução CNSP nº 66, de 3 de dezembro de 2001;
XXXVII - a Resolução CNSP nº 76, de 24 de julho de 2002;
XXXVIII - a Resolução CNSP nº 77, de 19 de agosto de 2002;
XXXIX - a Resolução CNSP nº 145, de 23 de junho de 2006;
XL - a Resolução CNSP nº 148, de 23 de junho de 2006;
XLI - a Resolução CNSP nº 161, de 26 de dezembro de 2006;
XLII - a Resolução CNSP nº 275, de 30 de janeiro de 2013;
XLIII - a Resolução CNSP nº 12, de 3 de julho de 1986;
XLIV - a Resolução CNSP nº 47, de 12 de fevereiro de 2001;
XLV - a Resolução CNSP nº 51, de 3 de setembro de 2001;
XLVI - a Resolução CNSP nº 133, de 3 de outubro de 2005;
XLVII - a Resolução CNSP nº 328, de 22 de setembro de 2015;
XLVIII - a Resolução CNSP nº 26, de 17 de julho de 1992;
XLIX - a Resolução CNSP nº 8, de 23 de abril de 1998;
L - a Resolução CNSP nº 70, de 3 de dezembro de 2001; e
LI - a Resolução CNSP nº 319, de 12 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único. As Resoluções anteriormente revogadas pelas normas contidas no caput não serão restauradas por esta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2020.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

RESOLUÇÃO Nº 387, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Revogar o parágrafo único e o caput do art. 14 do Anexo I da Resolução CNSP nº 330, de 9 de dezembro de 2015.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XI do art. 34 do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 5 de junho de 2020, tendo em vista o disposto no art. 12 da lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e considerando o que consta do Processo Susep nº 15414.613640/2018-27, resolve:

Art. 1º Revogar o parágrafo único e o caput do artigo 14 do Anexo I da Resolução CNSP nº 330, de 9 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de julho de 2020.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 13.881, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 44, caput, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e

Considerando a frustração na arrecadação da fonte 50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação, e a oportunidade de aproveitamento do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, referente à fonte 00 - Recursos Ordinários, a fim de permitir o atendimento da ação "Ativos Civis da União", na unidade Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS;

Considerando a frustração da fonte 40 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP, e a possibilidade de utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do ano de 2019, relativo às fontes 40, 50, 74 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais, 76 - Outras Contribuições Sociais e 80 - Recursos Próprios Financeiros, para o pagamento do benefício do Abono Salarial, no Fundo de Amparo ao Trabalhador;

Considerando a frustração da fonte 63 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público, e a viabilidade de uso do excesso de arrecadação da fonte 80, com vistas à execução das ações "Administração da Unidade", "Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico", "Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial" e "Aprestamento das Forças", no Fundo Aeronáutico; e

Considerando a necessidade de ajustar a aplicação das fontes 23 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares e 51 - Recursos Livres da Seguridade Social para a consecução, respectivamente, das ações "Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal" e "Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal", conforme o disposto no caput do art. 24-C da Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, além da possibilidade de incorporação do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2019, concernente às fontes 00 e 23, de modo a viabilizar a realização de despesas com pessoal inativo, no Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, no que concerne aos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Economia e da Defesa; e a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ANEXO I

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
UNIDADE: 24216 - Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							64.293.919
		Atividades							
19 122	0032 20TP	Ativos Civis da União							64.293.919
19 122	0032 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							64.293.919
			F	1	1	90	0	300	64.293.919
TOTAL - FISCAL									64.293.919
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									64.293.919

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25915 - Fundo de Amparo ao Trabalhador

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5027	Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social							6.000.000.000
		Operações Especiais							
11 331	5027 0581	Abono Salarial							6.000.000.000
11 331	5027 0581 0001	Abono Salarial - Nacional							6.000.000.000
			S	3	1	90	0	340	2.349.430.000
			S	3	1	90	0	350	1.113.115.000
			S	3	1	90	0	374	269.740.000
			S	3	1	90	0	376	40.375.000
			S	3	1	90	0	380	2.227.340.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.000.000.000
TOTAL - GERAL									6.000.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.023.600
		Atividades							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							2.023.600
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.023.600
			F	4	2	90	0	280	2.023.600
	6012	Defesa Nacional							2.556.400
		Atividades							
05 151	6012 2048	Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico							1.086.800
05 151	6012 2048 0001	Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico - Nacional							1.086.800
			F	4	2	90	0	280	1.086.800
05 572	6012 20XB	Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial							658.200
05 572	6012 20XB 0001	Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial - Nacional							658.200
			F	4	2	90	0	280	658.200
05 151	6012 21A0	Aprestamento das Forças							811.400
05 151	6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Nacional							811.400
			F	4	2	90	0	280	811.400
TOTAL - FISCAL									4.580.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.580.000

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF

ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							263.660.876
		Operações Especiais							
28 845	0903 00NS	Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							131.830.438

28 845	0903 00NS 0053	Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							131.830.438
			S	1	1	90	0	123	67.967.551
			S	1	1	90	0	300	21.664.065
			S	1	1	90	0	323	42.198.822
09 845	0903 00Q2	Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							131.830.438
09 845	0903 00Q2 0053	Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							131.830.438
			S	1	1	90	0	151	131.830.438
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									263.660.876
TOTAL - GERAL									263.660.876

ANEXO II

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24216 - Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							64.293.919
		Atividades							
19 122	0032 20TP	Ativos Civis da União							64.293.919
19 122	0032 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							64.293.919
			F	1	1	90	0	250	64.293.919
TOTAL - FISCAL									64.293.919
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									64.293.919

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia

UNIDADE: 25915 - Fundo de Amparo ao Trabalhador

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	5027	Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social							6.000.000.000
		Operações Especiais							
11 331	5027 0581	Abono Salarial							6.000.000.000
11 331	5027 0581 0001	Abono Salarial - Nacional							6.000.000.000
			S	3	1	90	0	140	6.000.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.000.000.000
TOTAL - GERAL									6.000.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.023.600
		Atividades							
05 122	0032 2000	Administração da Unidade							2.023.600
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.023.600
			F	4	2	90	0	263	2.023.600
	6012	Defesa Nacional							2.556.400
		Atividades							
05 151	6012 2048	Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico							1.086.800
05 151	6012 2048 0001	Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico - Nacional							1.086.800
			F	4	2	90	0	263	1.086.800
05 572	6012 20XB	Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial							658.200
05 572	6012 20XB 0001	Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial - Nacional							658.200
			F	4	2	90	0	263	658.200
05 151	6012 21A0	Aprestamento das Forças							811.400
05 151	6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Nacional							811.400
			F	4	2	90	0	263	811.400
TOTAL - FISCAL									4.580.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.580.000

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							263.660.876
		Operações Especiais							
28 845	0903 00NS	Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							131.830.438
28 845	0903 00NS 0053	Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							131.830.438
			S	1	1	90	0	151	131.830.438
09 845	0903 00Q2	Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							131.830.438
09 845	0903 00Q2 0053	Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							131.830.438
			S	1	1	90	0	123	131.830.438
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									263.660.876
TOTAL - GERAL									263.660.876

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 13.896, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial n° 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa STAACK TINTURARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.061.133/0001-66, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua Itajaí, nº 100, Bairro Limoeiro, na cidade de Brusque/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores sumetidos á redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do Decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados no autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JACINTHO FERNANDO STEFANELLO

PORTARIA Nº 13.910, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização á empresa LANCASTER BENEFICIAMENTOS TÊXTEIS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 76.541.317/0002-88, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: Alberto Lobe, 130, Bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requsitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do Decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados no autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JACINTHO FERNANDO STEFANELLO

PORTARIA Nº 13.913, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa ALTERNBURG TÊXTIL LTDA, inscrita no CNPJ Nº 75.293.662/0001-04, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rodovia BR 470, Km 61, n º 7235 (Unidade 1), Rodovia BR 470, Km 60, nº 6607 (Unidade 2), na cidade de Blumenau/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos á redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do Decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JACINTHO FERNANDO STEFANELLO

PORTARIA Nº 13.919, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa PACÍFICO SUL INDÚSTRIA TÊXTIL E CONFECÇÕES LTDA inscrita no CNPJ Nº 81.336.398/0001-33, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: Bahia, 6.265 - Salto Weissbach, na cidade de Blumenau/SC, nos extaos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos á redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JACINTHO FERNANDO STEFANELLO

PORTARIA Nº 13.924, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve: Conceder autorização à empresa ELIANE REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 86.532.538/0030-05, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: Ambrósio Dallo, nº 330, Bairro Centro, na cidade de Cocal do Sul/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artgio 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do Decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JACINTHO FERNANDO STEFANELLO

PORTARIA Nº 13.929, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1] da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa ELIANE REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 86.532.538/0029-63, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rodovia Luiz Rosso, s/nº, Km 04, Bairro Quarta Linha, na cidade de Criciúma/SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do Decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JACINTHO FERNANDO STEFANELLO

PORTARIA Nº 13.931, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 1.095/2010, de 07/07/2015, publicada no DOU de 20/05/2015, resolve:

Conceder autorização à empresa ELIANE REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 86.532.538/0032-69, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e a alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado a Rua: Maximiliano Gaidzinski, nº 245, Centro, na cidade de Cocal do Sul/SC, nos extaos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolada 03(três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da reefrida Portaria Ministerial nº 1.095/2010, anexando relatório médico resultante de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos á redução de intervalo destinado ao repouso e alimentação. Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no artigo 30, parágrafo 1º do Decreto nº 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição. A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JACINTHO FERNANDO STEFANELLO

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 8 DE JUNHO DE 2020

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso da atribuição que lhe confere o art. 80-A, inciso VIII, do Decreto nº 10.072 de 18 de outubro de 2019, em continuidade ao cumprimento de Decisão Judicial (8009654), Mandado de Segurança nº 0001148-78.2019.5.10.0001, procedente da 1ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, TRT da 10ª Região, determinando a análise dos autos no prazo de 40 (quarenta) dias; com fundamento na Portaria nº 501/2019, na NOTA TÉCNICA SEI Nº 20845/2020/ME (8338760), resolve: a) Arquivar a Impugnação nº 46000.002260/2018-58 (8338958), de interesse da FENAVENPRO - Federação Nacional dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandista, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos, Carta Sindical L00A P100 A1952, CNPJ: 33.644.089/0001-88 (8345542), nos termos do art. 20, inciso III, da Portaria nº 501/2019; b) Deferir o Registro Sindical (RES) à FEPROP - Federação dos Propagandistas e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro (impugnada), Processo nº 46215.008974/2017-73, CNPJ: 27.219.338/0001-95, para a coordenação das entidades a ela filiadas que tenham a representação da Categoria Profissional dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos na Base Territorial do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 25, inciso II, da Portaria nº 501/2019.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 22, DE 2 DE JUNHO DE 2020

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "UNIDADE INDEPENDENTE DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA", industrializado na Zona Franca de Manaus.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 213, de 14 de maio de 2020 (publicada no DOU de 15.05.2020, Seção 1, pág. 15), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º e nos arts. 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no processo nº 52001.100549/2018-24 do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º Esta Portaria altera o art. 1º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 72, de 10 de março de 2009, que estabelece o Processo Produtivo Básico (PPB) para o produto "UNIDADE INDEPENDENTE DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA", industrializado na Zona Franca de Manaus, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º.....

I - fabricação do contêiner, da estrutura de transporte, quando aplicável, e tanque de diesel, a partir do corte e soldagem das partes metálicas;

II - fabricação do transformador, quando aplicável, e painel de comando, conforme respectivo Processo Produtivo Básico;

.....

VII - montagem do motor, gerador, tanque diesel e transformador, quando aplicável, no contêiner;

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 23, DE 2 DE JUNHO DE 2020

Altera o Processo Produtivo Básico para os produtos "QUADROS, PAINÉIS, CONSOLES, CABINAS E OUTROS SUPORTES, PARA COMANDO ELÉTRICO DE UNIDADES INDEPENDENTES DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA TENSÃO NÃO SUPERIOR A 1000 V", industrializados na Zona Franca de Manaus.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 213, de 14 de maio de 2020 (publicada no DOU de 15.05.2020, Seção 1, pág. 15), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º e nos arts. 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no processo nº 52001.100556/2018-26 do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º Esta Portaria altera o art. 1º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 60, de 9 de fevereiro de 2009, que estabelece o Processo Produtivo Básico (PPB) para os produtos "QUADROS, PAINÉIS, CONSOLES, CABINAS E OUTROS SUPORTES, PARA COMANDO ELÉTRICO DE UNIDADES INDEPENDENTES DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA TENSÃO NÃO SUPERIOR A 1000 V", industrializados na Zona Franca de Manaus, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º.....

IV - fabricação dos dispositivos, instrumentos e componentes que integram o produto, exceto os itens carregador de bateria e controlador;

....." (NR)

§ 1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, exceto as etapas descritas nos incisos I, II e IV, que poderão ser realizadas em outras regiões do País.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego
e Competitividade do Ministério da Economia

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
Secretário Executivo do Ministério da Ciência,
Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 24, DE 4 DE JUNHO DE 2020

Altera o Processo Produtivo Básico - PPB para o produto Cordão Óptico Conectorizado, industrializado no País.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 213, de 14 de maio de 2020 (publicada no DOU de 15.05.2020, Seção 1, pág. 15), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º e nos arts. 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo nº 19687.100372/2019-18 do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para o produto CORDÃO ÓPTICO CONECTORIZADO, industrializado no País, estabelecido pelo art. 16 da Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTIC n.º 67, de 30 de dezembro de 2019, a partir de 1º de janeiro de 2020, passa a ser o seguinte:

Inciso	Etapas produtivas	Pontos Totais
I	Projeto de desenvolvimento no País, atendendo às exigências estabelecidas na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.	8
II	Investimento adicional de 1% em P&D, para cada 2 pontos, limitado a 8 pontos.	8
III	Injeção, moldagem ou outro processo de conformação (impressão 3D) dos conectores.	9
IV	Processamento físico-químico que resulte na obtenção da pré-forma e puxamento da fibra.	31
V	Extrusão dos tubos de proteção interna da fibra óptica (tubo "*loose*"-polimérico, metálico), micro módulo ou revestimento "*tight*", dentre outros tipos de proteções.	10
VI	Agrupamento de fibras e proteções adicionais do núcleo do cabo.	4
VII	Extrusão da capa de proteção externa do cabo ou aplicação de armação metálica ou elementos de tração e marcação.	5
VIII	Testes do cabo.	3
IX	Corte do cabo óptico.	3
X	Decapagem do cabo óptico.	6
XI	Limpeza da fibra óptica.	3
XII	Colagem da fibra óptica no contato cerâmico.	9
XIII	Clivagem da fibra.	5
XIV	Polimento da fibra; quando aplicável.	6
XV	Crimpagem do conector.	6
XVI	Testes do cordão conectorizado.	2

Parágrafo único. A etapa estabelecida no inciso I deste artigo, que trata de Projeto e Desenvolvimento, só será pontuada para produto que atenda às especificações, normas e padrões adotados pela legislação brasileira e cujas especificações, projetos e desenvolvimentos tenham sido realizados no País, por técnicos de comprovado conhecimento em tais atividades, residentes e domiciliados no Brasil e atendam às Portarias específicas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

Art. 2º Será atribuída a cada etapa de produção, pontuação total conforme estabelecido nos incisos do art. 1º, sendo que a empresa deverá acumular um total de 44 (quarenta e quatro) pontos por ano calendário.

Art. 3º O investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) adicional ao exigido pela legislação a que se refere esta Portaria deverá ser aplicado em programas e projetos de interesse nacional nas áreas de tecnologia da informação e comunicação considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI.

§ 1º O investimento em P&D adicional ao exigido pela legislação a que se refere o caput deverá ser calculado sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização, com fruição do benefício fiscal, do produto a que se refere esta Portaria, deduzidos os tributos incidentes nesta operação.

§ 2º Para efeito do disposto no caput, serão considerados como aplicação em atividades de P&D do ano calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizados até 31 de março do ano subsequente.

Art. 4º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 5º Fica revogado, a partir de 1º de janeiro de 2020, o art. 16 da Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTIC nº 67, de 30 de dezembro de 2019.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego
e Competitividade do Ministério da Economia

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
Secretário Executivo do Ministério da Ciência,
Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 25, DE 4 DE JUNHO DE 2020

Altera o Processo Produtivo Básico - PPB para o produto Cordão Óptico Conectorizado, industrializado na Zona Franca de Manaus.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 213, de 14 de maio de 2020 (publicada no DOU de 15.05.2020, Seção 1, pág. 15), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º e nos arts. 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no processo nº 19687.100372/2019-18 do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para o produto CORDÃO ÓPTICO CONECTORIZADO, industrializado na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 235, de 15 de julho de 2015, a partir de 1º de janeiro de 2020, passa a ser o seguinte:

Inciso	Etapas produtivas	Pontos Totais
I	Projeto de desenvolvimento no País, atendendo às exigências estabelecidas na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.	8
II	Investimento adicional de 1% em P&D, para cada 2 pontos, limitado a 8 pontos.	8
III	Injeção, moldagem ou outro processo de conformação (impressão 3D) dos conectores.	9
IV	Processamento físico-químico que resulte na obtenção da pré-forma e puxamento da fibra.	31
V	Extrusão dos tubos de proteção interna da fibra óptica (tubo "*loose*"-polimérico, metálico), micro módulo ou revestimento "*tight*", dentre outros tipos de proteções.	10
VI	Agrupamento de fibras e proteções adicionais do núcleo do cabo.	4
VII	Extrusão da capa de proteção externa do cabo ou aplicação de armação metálica ou elementos de tração e marcação.	5
VIII	Testes do cabo.	3
IX	Corte do cabo óptico.	3
X	Decapagem do cabo óptico.	6
XI	Limpeza da fibra óptica.	3
XII	Colagem da fibra óptica no contato cerâmico.	9
XIII	Clivagem da fibra.	5
XIV	Polimento da fibra; quando aplicável.	6
XV	Crimpagem do conector.	6
XVI	Testes do cordão conectorizado.	2

Parágrafo único. A etapa estabelecida no inciso I deste artigo, que trata de Projeto e Desenvolvimento, só será pontuada para produto que atenda às especificações, normas e padrões adotados pela legislação brasileira e cujas especificações, projetos e desenvolvimentos tenham sido realizados no País, por técnicos de comprovado conhecimento em tais atividades, residentes e domiciliados no Brasil e atendam às Portarias específicas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

Art. 2º Será atribuída a cada etapa de produção, pontuação total conforme estabelecido nos incisos do art. 1º, sendo que a empresa deverá acumular um total de 44 (quarenta e quatro) pontos por ano calendário.

Art. 3º O investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) adicional ao exigido pela legislação a que se refere esta Portaria deverá ser aplicado em programas e projetos de interesse nacional nas áreas de tecnologias da informação e comunicação considerados prioritários pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia - CAPDA.

§ 1º O investimento em P&D adicional ao exigido pela legislação a que se refere o caput deverá ser calculado sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização, com fruição do benefício fiscal, do produto a que se refere esta Portaria, deduzidos os tributos incidentes nesta operação.

§ 2º Para efeito do disposto no caput, serão considerados como aplicação em atividades de P&D do ano calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizados até 31 de março do ano subsequente.

Art. 4º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 5º Fica revogada, a partir de 1º de janeiro de 2020, a Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 235, de 15 de julho de 2015.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego
e Competitividade do Ministério da Economia

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
Secretário Executivo do Ministério da Ciência,
Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 26, DE 4 DE JUNHO DE 2020

Altera o Processo Produtivo Básico de PLACAS DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADAS, industrializadas no País.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 213, de 14 de maio de 2020 (publicada no DOU de 15.05.2020, Seção 1, pág. 15), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º e nos arts. 16 a 19 do Decreto

nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo nº 19687.102563/2020-40 do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para os produtos PLACAS DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADAS, produzidas no País, estabelecido pela Portaria Interministerial SEPEC/ME/MCTIC nº 26, de 26 de junho de 2019, passa a ser o seguinte:

I - montagem e soldagem, ou processo equivalente, de todos os componentes nas placas de circuito impresso; e

II - configuração, gravação de programas de computador, quando aplicável, e teste.

§ 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo, fica temporariamente dispensado da montagem os seguintes subconjuntos ou módulos:

I - Microprocessador montado em placa com barramento de conexão à placa-mãe com mais de duzentas vias, acondicionado ou não em cartucho;

II - Módulo SOM (System on Module) com circuito lógico e/ou de rádio frequência integrado próprio para conexão à placa de circuito impresso através de processo de montagem por superfície - SMT (Surface Mounted Technology); e

III - Módulo de comunicação Bluetooth próprio para conexão à placa de circuito impresso através de processo de montagem por superfície - SMT (Surface Mounted Technology).

§2º Este Processo Produtivo Básico não se aplica às placas de circuito impresso montadas com a função de memória ou MÓDULOS DE MEMÓRIA VOLÁTIL, PADRONIZADOS.

§ 3º Serão válidas para cumprimento deste Processo Produtivo Básico as etapas produtivas realizadas no País.

Art. 2º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 3º Fica revogada a Portaria Interministerial SEPEC/ME/MCTIC nº 26, de 26 de junho de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 27, DE 4 DE JUNHO DE 2020

Altera o Processo Produtivo Básico de PLACAS DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADAS DESTINADAS AOS BENS DE INFORMÁTICA, industrializadas na Zona Franca de Manaus.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 213, de 14 de maio de 2020 (publicada no DOU de 15.05.2020, Seção 1, pág. 15), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º e nos arts. 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no processo nº 19687.102563/2020-40 do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para os produtos PLACAS DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADAS DESTINADAS AOS BENS DE INFORMÁTICA, produzidas na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial SEPEC/ME/MCTIC nº 27, de 26 de junho de 2019, passa a ser o seguinte:

I - montagem e soldagem, ou processo equivalente, de todos os componentes nas placas de circuito impresso; e

II - configuração, gravação de programas de computador, quando aplicável, e teste.

§ 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo, fica temporariamente dispensado da montagem os seguintes subconjuntos ou módulos:

I - Microprocessador montado em placa com barramento de conexão à placa-mãe com mais de duzentas vias, acondicionado ou não em cartucho;

II - Módulo SOM (System on Module) com circuito lógico e/ou de rádio frequência integrado próprio para conexão à placa de circuito impresso através de processo de montagem por superfície - SMT (Surface Mounted Technology); e

III - Módulo de comunicação Bluetooth próprio para conexão à placa de circuito impresso através de processo de montagem por superfície - SMT (Surface Mounted Technology).

§2º Este Processo Produtivo Básico não se aplica às placas de circuito impresso montadas com a função de memória ou MÓDULOS DE MEMÓRIA VOLÁTIL, PADRONIZADOS.

§ 3º Serão válidas para cumprimento deste Processo Produtivo Básico as etapas produtivas realizadas na Zona Franca de Manaus.

Art. 2º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 3º Fica revogada a Portaria Interministerial SEPEC/ME/MCTIC nº 27, de 26 de junho de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

PORTARIA Nº 4, DE 9 DE JUNHO DE 2020

A Comissão Organizadora responsável pelos procedimentos relacionados ao chamamento público e processo seletivo simplificado, autorizado pela Portaria SEDGG nº 10.736, de 27 de abril de 2020, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria Conjunta nº 12/SEPRT/SEDGG/INSS, de 28 de abril de 2020, e o Edital Conjunto de Chamamento Público nº 1/SEPRT/SEDGG/INSS, de 29 de abril de 2020, e considerando ainda o disposto no Edital Conjunto nº 2/SEPRT/SEDGG/INSS, de 25 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 3, de 8 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 109, de 9 de junho de 2020, Seção 1, Pág. 15.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA ELIZA DE SOUZA
Presidente da Comissão

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/PVO/RO n.º 6, de 23/9/2019, publicado no DOU em 25/9/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO-RO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 430, de 9 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 6.º da Instrução Normativa RFB n.º 1.152, de 10 de maio de 2011, e considerando o que consta do processo administrativo n.º 10240.721340/2019-17, declara:

Art. 1º Fica estendido até 1.º/5/2022 o período para realização das operações de transbordo, baldeação, descarregamento e armazenamento de soja e milho em grãos destinados à exportação, da empresa Bunge Alimentos S.A., CNPJ 84.046.101/0001-93, no recinto da empresa Hermasa Navegação da Amazônia Ltda., CNPJ 84.590.892/0003-80, situado na Rua Terminal dos Milagres, n.º 400, Bairro da Balsa, Porto Velho/RO, autorizadas pelo Ato Declaratório Executivo DRF/PVO/RO n.º 6, de 23/9/2019, publicado no DOU em 25/9/2019.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RÉRITON WELDERT GOMES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Habilita ao despacho aduaneiro de remessa expressa.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE, no uso das atribuições regimentais e com a competência conferida pelo art. 8º da IN RFB n.º 1737, de 15 de setembro de 2017, e tendo em vista o que consta no processo nº 19378.720.355/2019-87, declara:

Art. 1º Habilitada, a título precário, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, desde que o seguro garantia esteja válido, a empresa EDGLEI & SUSIE TRANSPORTADORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.803.373/0001-26, localizada na Avenida Barão de Japura, S/N, Quadra 15, Lote 5, Chácaras Rio-Petrópolis, Duque de Caxias/RJ, CEP 25.213-130, a operar o despacho aduaneiro importação e de exportação de remessas expressas no Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre.

Art. 2º Fica estabelecido o código "CHP" para identificação da empresa, em conformidade com o disposto no art. 3º da Portaria COANA nº 81, de 17 de outubro de 2017.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS EDUARDO DA COSTA OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Indefere habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, regulamentado pelo Decreto n° 8.533, de 30 de setembro de 2015 e pela Instrução Normativa RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBENF 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na delegação de competência do art. 4°, inciso II da Portaria SRRF05 n° 25, de 21 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial em 23 de janeiro de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto n° 8.533, 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10100.007308/0719-61, declara:

Art. 1° Não Habilitada definitivamente, no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, a pessoa jurídica LATICÍNIOS SANTA MARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 04.439.268/0001-85, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/01/2019 a 31/12/2021.

Art. 2° O indeferimento da habilitação definitiva implica na perda dos efeitos da habilitação provisória retroativamente à data de sua concessão.

Art. 3° A pessoa jurídica interessada não habilitada definitivamente no Programa Mais Leite Saudável deverá observar o disposto no art. 644 da Instrução Normativa n°1.911/2019.

Art. 4° Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR SILVANY RAMOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, regulamentado pelo Decreto n° 8.533, de 30 de setembro de 2015 e pela Instrução Normativa RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBENF 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na delegação de competência do art. 4°, inciso II da Portaria SRRF05 n° 25, de 21 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial em 23 de janeiro de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto n° 8.533, 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10100.000502/0219-01, declara:

Art. 1° Habilitada definitivamente, no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, a pessoa jurídica RÓBSON MATOS LIGER, inscrita no CNPJ sob o n° 01.175.558/0001-70, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/09/2018 a 31/08/2021, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo n° 21012.001758/2018-33.

Art. 2° A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7° do Decreto n° 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR SILVANY RAMOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017 tendo em vista o disposto no art. 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e o que consta no dossiê nº 13031.187558/2020-27, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica AGROINDUSTRIA E COMERCIO SERRA NEGRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 86.665.114/0001-76, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/04/2020 a 31/03/2023, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 21028.004154/2020-94.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO COUTO SOBRAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 8 DE JUNHO DE 2020

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Vitória, ESTADO DO Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e ainda, considerando os autos do processo administrativo n°. 17613.720238/2020-00, resolve:

Art. 1º Declarar Nulo o CNPJ 32.125.223/0001-71, na data da abertura (11/09/2018), pertinente à pessoa jurídica denominada ANILTON FERNANDES DE MENEZES, por motivo de inscrição indevida no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos do Item I, §§ 1° e 2° do artigo 35, da Instrução Normativa RFB n°. 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 8 DE JUNHO DE 2020

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Vitória, ESTADO DO Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e ainda, considerando os autos do processo administrativo n°. 10783.722174/2020-72, resolve:

Art. 1º Declarar Nulo o CNPJ 15.765.606/0001-95, na data da abertura (24/06/2012), pertinente à pessoa jurídica denominada JOÃO DA CRUZ MENESES, por motivo de inscrição indevida no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos do Item I, §§ 1° e 2° do artigo 35, da Instrução Normativa RFB n°. 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 31 DE JANEIRO DE 2019

Habilita ao Despacho Aduaneiro de Remessa Expressa a Empresa que menciona.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso de suas atribuições regimentais e com a competência conferida pelo artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1737, de 15 de setembro de 2017, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta do processo nº 10814.723850/2018-04, declara:

Art. 1º. Fica a empresa C.B.T.I. SOLUÇÕES LOGISTICAS LTDA., com sede no município de São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 74.224.643/0001-55, habilitada a promover, no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, em recinto administrado pela concessionária GRUAIRPORT, o Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017.

Art. 2º. A empresa ora habilitada e as operações por ela promovidas ficam sujeitas às exigências da referida Instrução Normativa e às normas e exigências complementares que vierem a ser expedidas por autoridade competente.

Art. 3º. O credenciamento dos mandatários da empresa assim habilitada será objeto de solicitação junto a esta Alfândega na forma do disposto no art. 31 da Portaria Coana nº 81/2017.

Art. 4º. Esta habilitação é válida até 01/11/2021, em conformidade com o art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017, e sua eventual renovação deverá obedecer ao previsto no art. 11 desta mesma Instrução Normativa.

Art. 5º. Fica atribuído ao habilitado, nos termos do art. 3º da Portaria Coana nº 81/2017, o código de identificação "CBT".

Art. 6º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

Habilita ao Despacho Aduaneiro de Remessa Expressa a Empresa que menciona.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso de suas atribuições regimentais e com a competência conferida pelo artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1737, de 15 de setembro de 2017, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta do processo nº 10814.724001/2018-60, declara:

Art. 1º. Fica a empresa WMZ COURIER EXPRESS EIRELI., com sede no município de São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.715.640/0001-49, habilitada na modalidade comum a promover, no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, em recinto administrado pela concessionária GRUAIRPORT, o Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017.

Art. 2º. A empresa ora habilitada e as operações por ela promovidas ficam sujeitas às exigências da referida Instrução Normativa e às normas e exigências complementares que vierem a ser expedidas por autoridade competente.

Art. 3º. O credenciamento dos mandatários da empresa assim habilitada será objeto de solicitação junto a esta Alfândega na forma do disposto no art. 31 da Portaria Coana nº 81/2017.

Art. 4º. Esta habilitação é válida até 15/10/2021, em conformidade com o art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017, e sua eventual renovação deverá obedecer ao previsto no art. 11 desta mesma Instrução Normativa.

Art. 5º. Fica atribuído ao habilitado, nos termos do art. 3º da Portaria Coana nº 81/2017, o código de identificação "WMZ".

Art. 6º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

PORTARIA Nº 87, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Revoga a Comunicação de Serviço nº 11, de 14 de julho de 2000, da Alfândega do Porto de Santos.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS, no uso de suas atribuições regimentais previstas nos arts. 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, seção 1, página 22, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Comunicação de Serviço nº 11, de 14 de julho de 2000, da Alfândega do Porto de Santos, publicada no DOU de 18 de julho de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLEITON ALVES DOS SANTOS JOÃO SIMÕES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 362, de 02/04/2020, publicada no DOU de 07/04/2020, na Portaria DRF/SOR nº 11, de 13/04/2020, publicada no DOU de 17/04/2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo nº 13811.720551/2020-42, resolve:

Art. 1º Co-habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), nos exatos termos da Portaria do Ministério das Cidades nº 730, de 17/12/2018, publicada no DOU em 18/12/2018, e nos termos do contrato firmado com a pessoa jurídica titular do projeto: ATIBAIA SANEAMENTO S.A., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 17.337.893/0001-68.

Empresa: DALLA ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 05.457.993/0001-49

Projeto de esgotamento sanitário para o município de Atibaia/SP.

Descrição do Projeto: Ampliação de coleta, afastamento e tratamento de esgoto sanitário nos subsistemas Estoril, Caetetuba, Portão, Tanque, Usina e Maracanã, compreendendo: execução de redes coletoras, ligações prediais, coletores-tronco, estações elevatórias, linhas de recalque e ETEs.

Setor: Saneamento Básico, Modalidade Esgotamento Sanitário.

Matrícula CEI da Obra nº 90.002.71637/79.

Enquadramento ao REIDI: ADE DRF/SOR nº 39, de 08/10/2019, publicado no DOU de 09/10/2019, o qual habilitou ao REIDI a pessoa jurídica titular do projeto.

Prazo para execução dos serviços: de 15/01/2020 a 15/08/2020.

Local de implantação do projeto: Atibaia/SP

Art. 2º Registre-se que a pessoa jurídica requerente é integrante do CONSÓRCIO ESTORIL FASE II, CNPJ nº 36.023.072/0001-00.

Art. 3º No período até 15/08/2020, a pessoa jurídica co-habilitada poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto acima identificado.

Art. 4º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da respectiva co-habilitação no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, nos termos do artigo 585 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

Art. 5º A co-habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 29 DE MAIO DE 2020

Co-Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 271 e 286, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e o constante do processo administrativo nº 13804.721951/2019-21, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Co-Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que tratam os artigos 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019.

Nome empresarial: Itinera Construções Ltda

Nº Inscrição no CNPJ: 27.373.518/0001-27

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria nº 2.703, de 17 de junho de 2019, emitida pelo Secretário de Fomento, Planejamento e Parcerias Substituto do Ministério da Infraestrutura e publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2019

Nome do projeto: Projeto na área de infraestrutura de transporte rodoviário, que tem por objeto a exploração do lote que compreende o trecho de 436,6 quilômetros da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Cristalina/GO, até Delta/MG, na divisa do Estado de Minas Gerais com o Estado de São Paulo

Setor de infraestrutura favorecido: transportes

Prazo estimado da obra: 5 (cinco) anos

Nº de matrícula CEI: 90.001.20672/72

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 59, DE 15 DE MAIO DE 2020

Declara cancelada a Habilitação no regime de suspensão de Pis e Cofins da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 271 e 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, e com base no artigo 7º, inciso II, da IN SRF nº 595/2005, vigente à época dos fatos, em razão do descumprimento dos requisitos legais de que trata o disposto no art. 40, § 1º, e § 4º, Inciso I, da Lei n.º 10.865/2004 e no Art. 4° do ADE n.º 62, de 03 de setembro de 2009, assim como em face de todos os elementos presentes no processo administrativo nº 10314.720172/2020-75, resolve:

Declarar cancelada a habilitação no regime de suspensão de Pis e Cofins, para a pessoa jurídica abaixo qualificada.

Razão Social:	BSB PRODUTORA DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL SA
CNPJ:	10.472.968/0001-74

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 60, DE 1º DE JUNHO DE 2020

Co-Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 271 e 286, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e o constante do processo administrativo nº 13807.720663/2020-62, resolve:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Co-Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que tratam os artigos 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019.

Nome empresarial: Construtora Construpoli Ltda

Nº Inscrição no CNPJ: 09.143.441/0001-17

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria nº 262, de 19 de junho de 2018, emitida pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2018, seção 1, página 121

Nome do projeto: Parque Eólico Canoas 2

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado da obra: 01/09/2021 a 01/09/2022

Nº de matrícula CEI: 51.246.04650/76

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 1º DE JUNHO DE 2020

Co-Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 271 e 286, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e o constante do processo administrativo nº 13807.720674/2020-42, resolve:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Co-Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que tratam os artigos 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019.

Nome empresarial: Construtora Construpoli Ltda

Nº Inscrição no CNPJ: 09.143.441/0001-17

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria nº 258, de 19 de junho de 2018, emitida pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018, seção 1, página 118

Nome do projeto: Parque Eólico Chafariz 2

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado da obra: 01/09/2021 a 01/09/2022

Nº de matrícula CEI: 51.246.04558/71

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 62, DE 2 DE JUNHO DE 2020

Co-Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 271 e 286, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e o constante do processo administrativo nº 13807.720671/2020-17, resolve:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Co-Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que tratam os artigos 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019.

Nome empresarial: Construtora Construpoli Ltda

Nº Inscrição no CNPJ: 09.143.441/0001-17

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria nº 114, de 13 de maio de 2019, emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia e publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 14 de maio de 2019

Nome do projeto: Parque Ventos de Arapuá 2

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado da obra: dezembro/2018 a dezembro/2022

Nº de matrícula CEI: 51.246.99901/70

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 3 DE JUNHO DE 2020

Co-Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 271 e 286, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e o constante do processo administrativo nº 13811.720532/2020-16, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Co-Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que tratam os artigos 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019.

Nome empresarial: Construtora Ferreira Guedes S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 61.099.826/0001-44

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria nº 978, de 7 de dezembro de 2017, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, publicada no Diário Oficial da União de 08/12/2017

Nome do projeto: Concorrência Internacional nº 03/2016 - Rodovia do Centro-Oeste Paulista - Lote Florínea a Borborema - Contrato ARTESP nº 0352/ARTESP/2017

Setor de infraestrutura favorecido: transportes

Prazo estimado da obra: 01/07/2017 a 01/07/2025

Nº de matrícula CEI: 90.002.84609/78

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 4 DE JUNHO DE 2020

Co-Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 271 e 286, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e o constante do processo administrativo nº 13807.720318/2020-29, resolve:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Co-Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que tratam os artigos 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019.

Nome empresarial: Construtora Sanches Tripoloni Ltda

Nº Inscrição no CNPJ: 53.503.652/0001-05

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria nº 103, de 14 de abril de 2015, da Secretaria de Portos da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 15/04/2015

Nome do projeto: Programa de Capacitação Logística Norte S11D - CLN S11D, compreendendo a Expansão do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (Onshore) e o Píer IV (Offshore)

Setor de infraestrutura favorecido: portuário

Prazo estimado da obra: 1.058 (um mil, cinquenta e oito) dias, contados da data da primeira ordem de serviço, compreendido entre as datas de 28/01/2020 e 19/02/2023

Nº de matrícula CEI: 90.002.79171/77

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 4 DE JUNHO DE 2020

Co-Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 271 e 286, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e o constante do processo administrativo nº 18186.725454/2019-40, resolve:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Co-Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que tratam os artigos 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019.

Nome empresarial: ETC Empreendimentos e Tecnologia em Construções Ltda

Nº Inscrição no CNPJ: 03.193.191/0001-43

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria nº 625, de 22 de fevereiro de 2019, da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, publicada no Diário Oficial da União de 06/03/2019

Nome do projeto: Projeto na área de infraestrutura de transporte rodoviário, que objetiva a recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível do serviço do sistema rodoviário concernente à "Rodovia de Integração do Sul", compreendendo 473,4 km da BR-101/290/386/486/RS, no Estado do Rio Grande do Sul

Setor de infraestrutura favorecido: transportes

Prazo estimado da obra: 15/02/2019 a 14/02/2024

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Declara inapta a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 2º, I do Decreto nº 6.641 de 10 de novembro de 2008, artigo 6º, I, "b" da Lei nº 10.593 de 06 de dezembro 2002 e anexo I da Portaria RFB nº 1.098 de 08 de agosto de 2013 com redação dada pela Portaria RFB nº 176 de 24 de janeiro de 2020, declara:

A empresa M. S. GODOI EIRELI, CNPJ nº 09.641.199/0001-01, passa a ter sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) INAPTA em decorrência de fatos descritos no processo administrativo fiscal nº 10950-725.435/2020-37 cujos enquadramentos são dispostos pelo artigo 41, II e incisos I e II do artigo 43 da Instrução Normativa nº 1.863 de 27 de dezembro de 2018 que regulamentam o art. 81, § 5º, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Tornam-se inidôneos, em favor de terceiros interessados, os seus documentos emitidos conforme artigos 46 e 48 da citada Instrução Normativa que apresentam outras sanções.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor no dia de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTÔNIO CARLOS LEITE SALVADOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Concede habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM PASSO FUNDO no uso das atribuições que lhe confere o 270 da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e o §7º, art. 640 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, considerando o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e tendo em vista o que consta no e-dossiê nº 13033.085385/2019-50, declara:

Art. 1º Conceder Habilitação Definitiva ao "Programa Mais Leite Saudável" à pessoa jurídica ROGÉRIO FACCIO ME, CNPJ 03.058.535/0001-01, vinculada ao Edital de aprovação de Projeto de Investimento emitido pela Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 227, de 25 de novembro 2019, seção 3, página 4, com período de execução de 22/10/2019 a 21/10/2022.

Art. 2° A empresa habilitada fica obrigada a cumprir todos os requisitos estabelecidos na legislação que rege a matéria, sob pena de cancelamento da habilitação.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LEANDRO TESSARO RAMOS

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÁREA DE FISCALIZAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA CIRCULAR Nº 4.059, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Altera a entrada em vigor da Carta Circular nº 3.989, de 6 de dezembro de 2019, em função dos impactos da Covid-19 na economia.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 77, inciso III, do referido Regimento, e tendo em vista o disposto nas Resoluções ns. 4.553, de 30 de janeiro de 2017, 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e 4.606, de 19 de outubro de 2017, e na Circular nº 3.742, de 8 de janeiro de 2015, resolve:

Art. 1º A Carta Circular nº 3.989, de 6 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 6º Esta Carta Circular entra em vigor em 1º de outubro de 2020." (NR)

Art. 2º Esta Carta Circular entra em vigor na data da sua publicação.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 8 DE JUNHO DE 2020

Nº 17.898 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a MARCOS MASSAHIKO HORIE, CPF nº 311.292.068-66, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.899 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a MARCO ANTONIO MAMED, CPF nº 358.445.078-00, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

ATOS DECLARATÓRIOS DE 9 DE JUNHO DE 2020

Nº 17.900 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a RODRIGO AVOLIO, CPF nº 213.011.868-21, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 17.901 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a MARCO AURELIO ROGERI ARMELIN, CPF nº 177.737.228-38, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.902 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza ROBERTO LEONARDO FREIRE PIANI, CPF nº 879.877.082-91, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 17.903 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza MATEUS BATISTA SOARES, CPF nº 011.375.561-96, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 17.904 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza RODRIGO MONTEIRO DE CASTRO LABORNE, CPF nº 018.791.486-92, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 17.905 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a GABRIEL AMADO DE MOURA, CPF nº 247.648.348-63, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.906 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza MATHEUS RODRIGUES VILLAR, CPF nº 130.607.257-30, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 17.907 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza a THRUST ADMINISTRADORA DE CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 35.239.437, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.908 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza a SHIFT CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 33.820.112, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 17.909 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza a BDR INVESTIMENTOS LTDA., CNPJ nº 35.132.740, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 186, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da delegação da competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4, alínea "b" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para esfigmomanômetros de medição não invasiva, aprovado pela Portaria Inmetro nº 46/2016 e Portaria nº 505/2018, e;

Considerando constante do processo Inmetro nº 0052600.002367/2020-54 e do sistema Orquestra nº 1646763, resolve:

Dar nova redação aos itens 1 (REQUERENTE), 7 (INSCRIÇÕES OBRIGATÓRIAS) e 9 (ANEXOS) da Portaria Inmetro/Dimel nº 217, de 25 de junho de 2009, publicada no D.O.U. em 1/7/2009, Seção 1, página 65, de acordo com as condições especificadas encontra-se disponível no sítio do INMETRO: http://www.inmetro.gov.br/legislacao

PERICELES JOSÉ VIEIRA VIANNA

PORTARIA Nº 188, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da delegação da competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4, alínea "e" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

Considerando as informações e documentos constantes no processo Inmetro SEI nº 0052600.006034/2020-02, resolve:

Autorizar, em caráter provisório, a empresa Facchini S/A, a declarar conformidade de carroçarias de carga sólida, sob o código nº EAP054, de acordo com as condições especificadas encontra-se disponível no sítio do INMETRO: http://www.inmetro.gov.br/legislacao

PERICELES JOSÉ VIEIRA VIANNA

PORTARIA Nº 189, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da delegação da competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4, alínea "e" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

Considerando as informações e documentos constantes no processo Inmetro SEI nº 0052600.006032/2020-13, resolve:

Autorizar, em caráter provisório, a empresa Splice Industria, Comercio e Serviços Ltda., a declarar conformidade de medidores de velocidade de veículos automotores, sob o código nº EAP052, de acordo com as condições especificadas encontra-se disponível no sítio do INMETRO: http://www.inmetro.gov.br/legislacao

PERICELES JOSÉ VIEIRA VIANNA

PORTARIA Nº 190, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da delegação da competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4, alínea "e" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

Considerando as informações e documentos constantes no processo Inmetro SEI nº 0052600.006033/2020-50, resolve:

Autorizar, em caráter provisório, a empresa Randon S/A Implementos Participações, a declarar conformidade de carroçarias de carga sólida, sob o código nº EAP053, de acordo com as condições especificadas encontra-se disponível no sítio do INMETRO: http://www.inmetro.gov.br/legislacao

PERICELES JOSÉ VIEIRA VIANNA

PORTARIA Nº 191, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da delegação da competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4, alínea "b" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para pesos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 233/1994, e;

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro SEI nº 0052600.009494/2019-41 e do sistema Orquestra nº 1501419, resolve:

Aprovar o modelo QPM-F1, de pesos de 10 kg e de 20 kg, classe de exatidão F1, marca Quanto Brasil, de acordo com as condições especificadas encontra-se disponível no sítio do INMETRO: http://www.inmetro.gov.br/legislacao

PERICELES JOSÉ VIEIRA VIANNA

PORTARIA Nº 192, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da delegação da competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4, alínea "b" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com a Portaria Inmetro nº 302, de 19 de junho de 2019, que estabelece as diretrizes e os requisitos gerais a serem observados no processo de avaliação de modelo dos instrumentos de medição, abrangidos pelo controle legal, e;

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.003172/2020-21 e do sistema Orquestra nº 1699422, resolve:

Alterar os itens 1 REQUERENTE e 2 FABRICANTE da Portaria Inmetro/Dimel nº 67/2019, publicada no D.O.U. em 01/04/2019, Seção 1, pagina 86; e das Portarias Inmetro/Dimel nº 69/2019 e nº 70/2019, publicadas no D.O.U. em 05/04/2019, Seção 1, página 92, de acordo com as condições especificadas encontra-se disponível no sítio do INMETRO: http://www.inmetro.gov.br/legislacao

PERICELES JOSÉ VIEIRA VIANNA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

VICE-PRESIDÊNCIA AGENTE OPERADOR

CIRCULAR Nº 910, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Publica a versão 12 do Manual de Movimentação da Conta Vinculada FGTS

A Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso II, da Lei 8.036/90, de 11/05/1990, regulamentada pelo Decreto nº 99.684/1990, de 08.11.1990, resolve:

1 - Publicar a versão 12 do Manual de Movimentação da Conta Vinculada FGTS que disciplina a movimentação das contas vinculadas do FGTS pelos trabalhadores, diretores não empregados, respectivos dependentes, e empregadores.

2 - A versão 12 do Manual de Movimentação da Conta Vinculada FGTS realiza a regulamentação da movimentação da conta vinculada por motivo de:

2.1 - Saldo da conta vinculada FGTS inferior a R$ 80,00 (oitenta reais), quando não houver ocorrido depósitos ou saques por, no mínimo, 1 (um) ano, exceto na hipótese prevista no inciso I do 5º do art. 13 da Lei 8.036/90, a partir de 08/06/2020;

2.2 - Transferência das cotas PIS/PASEP para o FGTS.

3 - O Manual de Movimentação da Conta Vinculada FGTS está disponível no endereço eletrônico: http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx, pasta FGTS Manuais e Cartilhas Operacionais.

4 - Fica revogada a Circular CAIXA nº 903, de 28 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 29 de abril de 2020, Edição 81, Seção 1, Página 43.

5 - Esta Circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON CARROGI RIBEIRO VIANNA
Vice-Presidente
Em exercício

DIRETORIA PRESIDÊNCIA DA CAIXAPAR

CNPJ: 10.744.073/0001-41
NIRE: 53300010277

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 2020

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte, às 16:00 horas, realizou-se Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da CAIXA PARTICIPAÇÕES S/A - CAIXAPAR, sociedade anônima de capital fechado, na sede social da empresa, em Brasília/DF, com a presença de sua acionista única, Caixa Econômica Federal CAIXA, detentora da integralidade das ações ordinárias, a qual assina o Livro de Presenças, representada por seu bastante procurador o Diretor Jurídico da CAIXA, Sr. Gryecos Attom Valente Loureiro, brasileiro, casado, portador da OAB/RJ nº 97.640 e inscrito no CPF/MF sob o nº 046.424.857-40, residente e domiciliado em Brasília/DF, para, individualmente, exercer o voto da acionista. Instalada a Assembleia pelo Presidente da Mesa, Senhor André Nunes, convidou-se a Senhora Carla Irades Carneiro para atuar como Secretária, escolhida pela acionista única da CAIXAPAR. Dispensada a publicação de Edital de Convocação, é apresentada à Assembleia a seguinte matéria para deliberação, constante na Ordem do dia: (i) Aprovação dos Balancetes referentes ao 4º trimestre de 2019 e do Relatório de Administração do Exercício 2019 com as respectivas Demonstrações Financeiras; (ii) Aprovação da destinação do resultado do exercício de 2019 da Caixa Participações S.A.; (iii) Aprovação da Redução de Capital Social da Caixa Participações S.A.. Apreciados os assuntos, foi decidido o quanto segue: (i) Aprovar os Balancetes referentes ao 4º trimestre de 2019 e o Relatório de Administração do Exercício 2019 com as respectivas Demonstrações Financeiras; (ii) Aprovar a destinação do resultado do exercício de 2019 da Caixa Participações S.A, correspondente à 100% do Lucro Líquido do Exercício de 2019 à disposição da Assembleia, no valor de R$ 385.844.780,21 (trezentos e oitenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e oitenta reais e vinte e um centavos), conforme a seguir: ii.a) 5% para Reserva Legal, no total de R$ 19.292.239,01 (dezenove milhões, duzentos e noventa e dois mil, duzentos e trinta e noves reais e um centavo); ii.b) 25%, deduzido o valor da Reserva Legal, a título de dividendos mínimos obrigatórios à Controladora, Caixa Econômica Federal, no total de R$ 91.638.135,30 (noventa e um milhões, seiscentos e trinta e oito mil, cento e trinta e cinco reais e trinta centavos). ii.c) saldo restante do resultado, no total de R$ 274.914.405,90 (duzentos e setenta e quatro milhões, novecentos e quatorze mil, quatrocentos e cinco reais e noventa centavos), a título de dividendos adicionais à Controladora; (iii) Aprovar a Redução de Capital Social da Caixa Participações S.A, no valor de R$ 383.447.459 (trezentos e oitenta e três milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais). Nada mais havendo a deliberar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral da CAIXA Participações S/A, da qual eu, Carla Irades Carneiro, Consultora Matriz, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é assinada por mim e pelo Senhor André Nunes, Presidente da Mesa da Assembleia Geral e pelo Sr. Gryecos Attom Valente Loureiro, Representante da Caixa Econômica Federal, por procuração.

ANDRÉ NUNES
Diretor-Presidente

SECRETARIA GERAL

CNPJ/MF nº 00.360.305/0001-04 NIRE: 53.5.0000038-1

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2019

I - Data, horário e local: 03 de dezembro de 2019, às 11h30min (onze horas e trinta minutos), na Sala de Reuniões dos Conselhos, no 21º andar do Edifício Matriz I da Caixa Econômica Federal, localizado em Brasília/DF, no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4. II Presença: (i) Procurador da Fazenda Nacional Luiz Frederico de Bessa Fleury, Representante da União, designado pela Portaria nº 17, de 26 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 01 de julho de 2019; (ii) Senhor Pedro Duarte Guimarães, Presidente da empresa; (iii) Senhor Gilson Costa de Santana, Superintendente Nacional de Atendimento Jurídico; (iv) Senhora Karla Cristina Gadelha Apolinário, Secretária designada. III Mesa: Pedro Duarte Guimarães, Presidente da Assembleia; Luiz Frederico de Bessa Fleury, Representante da União; Karla Cristina Gadelha Apolinário, Secretária designada. IV Convocação: dispensada face à presença do acionista representando a totalidade do capital social, nos termos do artigo 124, 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das S.A.). V - Ordem do Dia: (i) destituição e eleição de membros do Conselho Fiscal. VI - Deliberação: com base no despacho do Secretário Especial de Fazenda, do Ministério da Economia, Senhor Waldery Rodrigues Júnior (Processo nº 10951.104724/2019-54), a Assembleia Geral Extraordinária decidiu sobre a matéria apresentada, conforme a seguir: (i) destituir os seguintes senhores do cargo de Conselheiro Fiscal da Caixa Econômica Federal, na qualidade de membro titular: a) CRISTIANO NEUENSCHWANDER LINS DE MORAIS, brasileiro, casado, servidor público federal, nascido em Recife/PE, data de nascimento 16/05/1979, CPF 031.683.974-40, RG 5455819 SSP/PE, domiciliado em SAUN, Quadra 5, Lote C, 12º Andar, Torre D, Centro Empresarial CNC, Brasília/DF; b) DANIEL DE SABÓIA XAVIER, brasileiro, casado, servidor público federal, nascido em Fortaleza/CE, data de nascimento 21/03/1976, CPF 051.549.217-55, RG 93002350319 - SSP/CE, domiciliado no SAUN, Quadra 5, Lote C, 12º Andar, sala 1217, Torre D, Centro Empresarial CNC, Brasília/DF; e c) MANUEL AUGUSTO ALVES SILVA, servidor público federal, brasileiro, casado, nascido em Brasília/DF, data de nascimento 08/01/1970, CPF 536.887.241-00, RG 593598 SSP/DF, domiciliado na SPO, Asa Sul, Diretoria de Gestão Interna (DGI), Prédio Administrativo, Anexo ao Hotel da ENAP, 1º Andar, Gabinete, Brasília/DF. (ii) eleger os seguintes senhores para exercerem o cargo de Conselheiro Fiscal, como representantes do Ministério da Economia, na qualidade de titulares, com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar no ano de 2020: a) BRUNO FUNCHAL, brasileiro, casado, nascido no Rio de Janeiro/RJ, data de nascimento 11/12/1978, portador da carteira de identidade nº 11775885-4 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 082.654.487-83, domiciliado na Esplanada dos Ministérios - Ministério da Economia, Bloco P, 6º andar, sala 615, em substituição ao Senhor Manuel Augusto Alves Silva; b) FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, nascido no Rio de Janeiro/RJ, data de nascimento 24/07/1976, portador da carteira de identidade nº 08862694-0 DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 042.979.017-14, domiciliado na Esplanada dos Ministérios - Ministério da Economia, Bloco F, 4º andar, sala 400, em substituição ao Senhor Daniel de Sabóia Xavier; e c) MARINA HELENA CUNHA PEREIRA SANTOS, brasileira, solteira, nascida em Brasília/DF, data de nascimento 10/09/1980, portador da carteira de identidade nº 1958015 SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 707.907.101-10, domiciliada na Esplanada dos Ministérios - Ministério da Economia, Bloco K, 7º andar, sala 734, em substituição ao Senhor Cristiano Neuenschwander Lins Morais. VII - Encerramento: não havendo qualquer outra matéria a ser discutida, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária, determinando que fosse lavrada a presente Ata, em forma de sumários, conforme facultado pelo artigo 130, 1º, da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, é devidamente assinada pelo Presidente da Mesa, Pedro Duarte Guimarães, pelo Representante da União, Luiz Frederico de Bessa Fleury, e pela Secretária designada, Karla Cristina Gadelha Apolinário. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro sob o nº 1387613 em 03/06/2020.

CAIXA HOLDING SECURITÁRIA S/A

CNPJ/MF nº 22.556.669/0001-05 NIRE 53 3 0001646-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2020

Data, Horário e Local: Em trinta de abril de dois mil e vinte, às dezoito horas, no Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco E, 3º andar, Asa Sul, CEP 70070-030. Presença: Presente a acionista Caixa Seguridade Participações S.A., que representa a totalidade do capital social. Convocação: Dispensada, na forma do § 4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social. Mesa: Presidente: Leonardo Giuberti Mattedi. Secretária designada: Paula Santiago dos Santos. Representante da Caixa Seguridade: Rafael de Oliveira Morais. Ordem do Dia: Assembleia Geral Ordinária: I. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, pareceres do Conselho Fiscal e dos auditores independentes, tomar conhecimento do Relatório da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2019; II. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2019 e a distribuição de dividendos; III. eleger membro do Conselho Fiscal. Assembleia Geral Extraordinária: I. fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal; II. fixar o montante global anual de remuneração dos membros dos órgãos de Administração. Deliberações: A acionista presente apreciou e decidiu, no uso de suas competências estatutárias, considerando a orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), constante do Ofício SEI nº 93713/2020/ME de 24.04.2020, sobre as seguintes matérias: A Assembleia Geral Ordinária decidiu: I. aprovar as contas dos administradores, as demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório de Administração e dos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício de 2019, publicados no jornal Correio Braziliense (DF), em 27.03.2020, e, no Diário Oficial da União (DOU), em 27.03.2020; II. aprovar a destinação do lucro líquido do exercício de 2019, conforme proposto pela Administração da Caixa Holding Securitária S.A., na forma do quadro a seguir:

Em R$

Lucro Líquido	76.299.180,93
Lucro Líquido Ajustado*	72.484.221,88
Reserva Legal	3.814.959,05
Remuneração aos acionistas	18.121.055,47
- Juros Sobre Capital Próprio	
- Dividendos	18.121.055,47
Utilização da Reserva p/ Equalização dos Dividendos	
Reserva de Lucros a realizar	
- de resultado positivo de equivalência patrimonial	
Reserva Estatutária	54.363.166,41

* Obtido por meio da redução do Lucro Líquido do período pelo valor aplicado na constituição da Reserva Legal.

III.a. destituir o membro do Conselho Fiscal abaixo qualificado: Bruno Cirilo Mendonça de Campos, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 222.532 3, SSP/DF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 968.509.901 44, com escritório no Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco E, 3º andar, Edifício Matriz III da Caixa Econômica Federal, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070030. III.b. eleger o membro do Conselho Fiscal abaixo qualificado, para o prazo de atuação 2019/2021: Rodrigo Parente Vives, brasileiro, casado sob regime de separação parcial de bens, servidor público, portador da cédula de identidade nº 1.137.958, SSP/DF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 770.124.371 20, com escritório no Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco E, 3º andar, Edifício Matriz III da Caixa Econômica Federal, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070030, como representante do Tesouro Nacional, na qualidade de titular, conforme disposto no Art. 9º, §2º e Art. 26, do Estatuto Social da Caixa Holding Securitária S.A. A Assembleia Geral Extraordinária decidiu: I. Não fixar remuneração para o cargo de Conselheiro Fiscal da Caixa Holding Securitária S.A., titulares e suplentes, uma vez que os cargos de Conselheiros Fiscais da companhia são exercidos pelos Conselheiros Fiscais da Caixa Seguridade Participações S.A., conforme disposto no Art. 9°, §2°, do Estatuto Social da Caixa Holding Securitária; II. Não fixar remuneração para os administradores da Caixa Holding Securitária S.A., uma vez que os cargos de Diretores da companhia são exercidos pelos Diretores da Caixa Seguridade Participações S.A., conforme Estatuto da Caixa Holding Securitária, conforme disposto no Art. 9°, §1°, do Estatuto Social da Caixa Holding Securitária. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Caixa Holding Securitária S.A., cuja ata foi lavrada, conforme facultado pelo artigo 130 da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, é devidamente assinada.

LEONARDO GIUBERTI MATTEDI
Diretor-Executivo

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/MF 22.543.331/0001-00 NIRE 53.3.0001645-3

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2020

Data, Horário e Local: Em vinte e nove de abril de dois mil e vinte, às dezenove horas, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Caixa Seguridade Participações S.A. ("Companhia"), no Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco E, 3º andar, Edifício Matriz III da Caixa Econômica Federal, Brasília/DF. Presença: Presente a acionista Caixa Econômica Federal, que representa a totalidade do capital social. Convocação: Dispensada, na forma do § 4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social. Mesa: Presidente: Leonardo Giuberti Mattedi. Secretária designada: Paula Santiago dos Santos Representante da CAIXA: Gryecos Attom Valente Loureiro. Ordem do Dia: Assembleia Geral Ordinária: I. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, pareceres do Conselho Fiscal e dos auditores independentes, tomar conhecimento do Relatório da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2019; II. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2019 e a distribuição de dividendos; III. eleger membro do Conselho de Administração; IV. eleger membro do Conselho Fiscal. Assembleia Geral Extraordinária: I. fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal; II. fixar o montante global anual de remuneração dos membros dos órgãos de Administração; III. fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria. Deliberações: A acionista presente apreciou e decidiu, no uso de suas competências estatutárias, considerando a orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), constante do Ofício SEI nº 93713/2020/ME de 24 de abril de 2020, sobre as seguintes matérias: A Assembleia Geral Ordinária decidiu: I. aprovar as contas dos administradores, as demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório de Administração e dos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício de 2019, publicados nos sítios eletrônicos da Companhia e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 30/01/2020, no jornal Correio Brasiliense (DF), em 27/03/2020, e, no Diário Oficial da União (DOU), em 27/03/2020; II. aprovar a destinação do lucro líquido do exercício de 2019, conforme proposto pela Administração da Caixa Seguridade Participações S.A., na forma do quadro a seguir:

Em R$

Lucro Líquido	1.536.056.631,95
Lucro Líquido Ajustado*	1.459.253.800,35
Reserva Legal	76.802.831,60
Remuneração aos acionistas	363.442.495,34
- Juros Sobre Capital Próprio	-
- Dividendos	363.442.495,34
Utilização da Reserva p/ Equalização dos Dividendos	-
Reserva de Lucros a realizar	1.370.954,75
- de resultado positivo de equivalência patrimonial	1.370.954,75
Reserva Estatutária	1.094.440.350,26

* Obtido por meio da redução do Lucro Líquido do período pelo valor aplicado na constituição da Reserva Legal.

III.a. destituir o membro do Conselho de Administração abaixo qualificado: Júlio César Volpp Sierra, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade n.º 6864099, SESP/PR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob nº 029.527.149-32, com escritório no Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco E, 3º andar, Edifício Matriz III da Caixa Econômica Federal, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.070-030; III.b. eleger o membro do Conselho de Administração abaixo qualificado, para o prazo de gestão 2019/2021: Marco Antonio da Silva Barros, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade n.º 04.773.811-7 IFP/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob nº 732.550.257-53, com escritório no Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco E, 3º andar, Edifício Matriz III da Caixa Econômica Federal, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.070-030, conforme indicação da CAIXA realizada em 23.04.2020. IV.a. destituir o membro do Conselho Fiscal abaixo qualificado: Bruno Cirilo Mendonça de Campos, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 222.532-3, SSP/DF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 968.509.901-44, com escritório no Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco E, 3º andar, Edifício Matriz III da Caixa Econômica Federal, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.070-030. IV.b. eleger o membro do Conselho Fiscal abaixo qualificado, para o prazo de atuação 2019/2021: Rodrigo Parente Vives, brasileiro, casado sob regime de separação parcial de bens, servidor público, portador da cédula de identidade nº 1.137.958, SSP/DF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 770.124.371-20, com escritório no Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco E, 3º andar, Edifício Matriz III da Caixa Econômica Federal, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.070-030, como representante do Tesouro Nacional, na qualidade de titular, conforme ofício SEI nº 92491/2020/ME, do Ministério da Economia, de 23.01.2020, devendo ser observado o posicionamento do Comitê de Elegibilidade da Caixa Seguridade, consignado na Ata nº 040, de 24.04.2020. A Assembleia Geral Extraordinária decidiu: I. fixar em até R$ 203.777,43 (duzentos e três mil, setecentos e setenta e sete reais e quarenta e três centavos) a remuneração total a ser paga aos Conselheiros Fiscais, no período de abril/2020 a março/2021, e os honorários mensais dos membros do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; II. fixar em até R$ 7.910.659,49 (sete milhões, novecentos e dez mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e quarenta e nove centavos) a remuneração global a ser paga aos administradores da Companhia, no período de abril/2020 a março/2021, e os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; a) recomendar a observância dos limites individuais definidos pela SEST, ressaltada a sua competência para fixar esses limites para o período de doze meses, por rubrica e por cargo, com manifestação conforme tabela anexa, atendo-se ao limite global definido no item I e II; b) vedar expressamente o repasse aos administradores de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da companhia, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) na sua respectiva data-base; c) vedar o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado nesta assembleia para os administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos do artigo 152, da Lei nº 6.404/1976; d) aprovar o limite individual para cada Diretor como remuneração máxima a ser reembolsada, no caso de haver Diretor na situação de cedido (servidor público ou empregado de outra estatal), em observância ao Decreto nº 9.144/2017; e) aprovar a suspensão do contrato de trabalho de Diretor que seja empregado da empresa, na forma da Súmula nº 269 do Tribunal Superior do Trabalho (TST); f) condicionar o pagamento da "quarentena" à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR, nos termos da legislação vigente; g) esclarecer que é competência do Conselho de Administração, com apoio da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria Estatutário, garantir o cumprimento dos limites global e individual de remuneração dos membros estatutários definidos na presente Assembleia Geral; h) condicionar o pagamento da Remuneração Variável Anual (RVA) dos diretores à rigorosa observância dos termos e condições constantes dos Programas de RVA aprovados previamente pela SEST para a companhia; i) aplicar, se for o caso, reversão sobre parcelas diferidas ainda não pagas de Programas de RVA de exercícios anteriores em que, considerando o lucro líquido do exercício 2019, houver queda superior a 20 quando comparado aos anos-base dos Programas, nos termos da legislação vigente; e j) condicionar o pagamento da "previdência complementar" ao disposto no artigo nº 202, §3º da CF/88 e no artigo 16 da Lei Complementar nº 109/2001. III. fixar em até R$ 543.406,48 (quinhentos e quarenta e três mil, quatrocentos e seis reais e quarenta e oito centavos) a remuneração total a ser paga ao Comitê de Auditoria, no período de abril/2020 a março/2021, e os honorários dos membros do Comitê de Auditoria em 20% (vinte por cento) da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Caixa Seguridade Participações S.A., cuja ata foi lavrada, conforme facultado pelo artigo 130 da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, é devidamente assinada.

LEONARDO GIUBERTI MATTEDI
Diretor-Executivo

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MEC nº 2.060, de 26 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 2019, Seção 1, página 65, onde se lê: "...é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos...", leia-se: "...é válido pelo prazo de 8 (oito) anos..." conforme Nota Técnica nº 38/2020/CGCIES/DIREG/SERES/MEC, de 15 de abril 2020. (Registro e-MEC nº 201364763 e Processo SEI nº 23000.001579/2020-85).

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

CONSELHO FISCAL

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 4 DE JUNHO DE 2020

O CONSELHO FISCAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66 do Estatuto Social da Ebserh, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 19 de fevereiro de 2020, e pelo art. 17 do Regimento Interno vigente,

Considerando a documentação constante no Processo nº 23477.002696/2020-60; resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Fiscal, conforme documento anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

Sala dos Conselhos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, em Brasília, Distrito Federal, 82ª Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 29 de maio de 2020.

EDILSON URBANO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANEXO

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º. Este Regimento Interno disciplina a organização e o funcionamento do Conselho Fiscal (CF) da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), observadas as disposições do Estatuto Social da empresa, a legislação aplicável e as boas práticas de governança.

Art. 2º. O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento permanente, de atuação colegiada e individual, responsável pela fiscalização dos atos dos administradores e pela verificação do cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

§ 1º As atribuições e poderes conferidos pela lei ao Conselho Fiscal não podem ser outorgados a outro órgão da empresa.

§ 2º Aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal, além das normas previstas na Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e sua regulamentação, as disposições previstas na Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas aos seus poderes, deveres e responsabilidades, requisitos e impedimentos para investidura e a remuneração.

CAPÍTULO II

Composição, prazo de atuação e vacância

Art. 3º. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros titulares e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo:

I -1 (um) membro indicado pelo Ministro de Estado da Educação;

II -1 (um) membro indicado pelo Ministro de Estado da Saúde; e,

III -1 (um) membro indicado pelo Ministro de Estado da Economia, como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser um servidor público com vínculo permanente com a administração pública federal.

Art. 4º. Os Conselheiros Fiscais deverão atender os seguintes critérios obrigatórios:

I -ser pessoa natural, residente no País e de reputação ilibada;

II -ter formação acadêmica compatível com o exercício da função;

III -ter experiência mínima de 3 (três) anos em cargo de:

a) direção ou assessoramento na Administração Pública, Direta ou Indireta; ou

b) Conselheiro Fiscal ou Administrador em empresa.

§ 1º A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

§ 2º As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso III do caput não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido.

§ 3º As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso III do caput poderão ser somadas para apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

§ 4º A função de membro do Conselho Fiscal é indelegável.

Art. 5º. É vedado o ingresso ou permanência no Conselho Fiscal, além dos impedidos por lei:

I -de representante de órgão regulador ao qual a Ebserh está sujeita;

II -de Ministro de Estado, de Secretário Estadual e de Secretário Municipal;

III -de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado;

IV -de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político;

V -de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;

VI -de pessoa que exerça cargo em organização sindical;

VII -de pessoa que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a União, com a própria estatal ou com empresa estatal do seu conglomerado estatal, nos três anos anteriores à data da nomeação;

VIII -de pessoas que detiverem o controle ou tenham participado da administração de pessoa jurídica concordatária, falida ou insolvente, no período de 5 (cinco) anos anteriores à data da eleição ou nomeação, salvo na condição de síndico, comissário ou administrador judicial;

IX -de sócio, ascendente, descendente ou parente colateral ou afim, até o terceiro grau, de membro do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

X -de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a União ou com a própria Ebserh;

XI -de pessoa que se enquadre nas vedações previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

XII -de pessoa que se enquadre nas vedações dispostas no § 2º do art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 1º Aos integrantes do Conselho Fiscal é vedado intervir em operação em que, direta ou indiretamente, sejam interessadas sociedades de que detenham o controle ou participação superior a cinco por cento do capital social.

§ 2º O impedimento a que se refere o § 1º aplica-se, ainda, quando se tratar de empresa em que ocupem ou tenham ocupado, em período de até 3 (três), anos anterior à investidura na Ebserh.

§ 3º Os requisitos e as vedações exigíveis para o Conselheiro Fiscal deverão ser respeitados por todas as eleições realizadas, inclusive em caso de recondução.

§ 4º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo formulário padronizado disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Economia.

§ 5º. A ausência dos documentos referidos no § 4º, importará em rejeição do respectivo formulário padronizado.

§6ºAs vedações serão verificadas por meio da auto declaração apresentada pelo indicado nos moldes do formulário padronizado.

Art. 6º. Na primeira reunião após a eleição, os membros do Conselho Fiscal escolherão seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal.

Art. 7º. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura do termo de posse, desde a respectiva eleição.

Parágrafo Único. Antes de entrar no exercício da função e ao deixar o cargo, o Conselheiro Fiscal deverá apresentar declaração anual de bens à Ebserh e à Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP/PR).

Art. 8º. O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, sendo permitidas até 2 (duas) reconduções consecutivas.

§ 1º Atingido o limite a que se refere o caput, o retorno do membro do Conselho Fiscal na Ebserh só poderá ser efetuado após decorrido período equivalente a um prazo de atuação.

§ 2º Findo o prazo de atuação, o Conselheiro Fiscal permanecerá no exercício da função até a investidura do novo titular.

§ 3º Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas ausências ou impedimentos eventuais, pelos respectivos suplentes.

Art. 9º. A vacância do cargo de Conselheiro Fiscal dar-se-á por destituição, renúncia, impedimento comprovado, perda do cargo ou outras hipóteses previstas em lei.

§ 1º Na hipótese de vacância, renúncia ou destituição do membro titular, o suplente assume até a eleição do novo titular.

§ 2º No caso de renúncia voluntária de membros do CF, a informação deverá ser feita por escrito e encaminhada ao Presidente do Conselho, que diligenciará para o seu adequado arquivamento, registro e publicação.

§3º O Conselheiro Fiscal que deixar de comparecer, sem apresentar justificativa, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 3 (três) intercaladas, ordinárias ou extraordinárias, nas últimas doze reuniões, perderá o cargo.

Art. 10. A remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal não excederá a 10% (dez por cento) da remuneração mensal média dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos, eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da empresa.

§ 1º É vedado o pagamento de remuneração a esses membros em montante superior ao pago para os Conselheiros de Administração.

§ 2º Os membros do Conselho Fiscal terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião.

Art. 11. É vedada a participação remunerada de membros da administração pública, direta ou indireta, em mais de 2 (dois) conselhos, de administração ou fiscal, de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de suas subsidiárias.

Capítulo III

Competências e atribuições

Art. 12. Sem prejuízo das competências e atribuições fixadas na lei e no Estatuto Social da Ebserh, compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II - opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social;

III - manifestar-se sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social e bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

IV - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da empresa, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem e sugerir providências;

V - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorreram motivos graves ou urgentes;

VI - analisar ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela empresa;

VII - fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre matéria de sua competência à União;

VIII - exercer essas atribuições durante a eventual liquidação da empresa;

IX - examinar o RAINT e o PAINT;

X - assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em que se deliberar sobre assuntos que ensejam parecer do Conselho Fiscal;

XI -aprovar seu Regimento Interno e seu Plano de Trabalho anual;

XII -realizar auto avaliação anual de desempenho;

XIII -acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;

XIV -fiscalizar, mediante relatório da Auditoria Interna ou da Auditoria Independente, o cumprimento do limite de participação da empresa no custeio de benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar;

XV -no caso de vacância de todos os cargos da Diretoria e do Conselho de Administração, compete ao Conselho Fiscal convocar a Assembleia Geral, devendo o representante do Ministério da Economia praticar, até a realização da Assembleia Geral, os atos urgentes de administração da Empresa;

XVI -o Conselho Fiscal poderá, para apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular, com justificativa, questões a serem respondias por perito e solicitar à Diretoria que indique, para esse fim, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, três peritos, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, entre os quais o Conselho Fiscal escolherá um, cujos honorários serão pagos pela Ebserh.

§ 1º O Plano de Trabalho, de periodicidade anual e cunho obrigatório, conterá matérias relacionadas à função fiscalizatória do colegiado, de caráter geral e específico da empresa.

§ 2º O Plano de Trabalho deverá ser aprovado na primeira reunião do Conselho Fiscal que se realizar após a assembleia geral ordinária e poderá ser alterado, ao longo de sua vigência, pela concordância da maioria de seus membros.

Art. 13. O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer dos seus membros, solicitará aos órgãos de administração esclarecimentos ou informações, desde que relativas à sua função fiscalizadora, assim como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais.

Art. 14. O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer de seus membros, poderá solicitar à Auditoria Independente esclarecimentos ou informações, e a apuração de fatos específicos.

Art. 15. Compete ao Presidente do Conselho Fiscal:

I -convocar e presidir as reuniões;

II -aprovar e submeter a pauta dos assuntos aos conselheiros fiscais;

III -orientar os trabalhos, mantendo em ordem os debates, bem como solucionar questões de ordem suscitadas nas reuniões;

IV -requisitar documentos ou informações necessárias ao exercício do cargo de Conselheiro Fiscal;

V -designar relator para exame de processo;

VI-apurar as votações e proclamar os resultados, buscando consenso nas decisões do colegiado;

VII-encaminhar, a quem de direito, as decisões, manifestações e as recomendações do Conselho Fiscal;

VIII-autorizar, consultado o Colegiado, a presença nas reuniões de pessoas que, por si ou por órgãos que representem, possam prestar esclarecimentos pertinentes às matérias em pauta, permanecendo nas reuniões durante o tempo em que estiver em discussão o assunto de sua especialidade que originou o convite ou em relação ao qual devam opinar;

IX - assinar a correspondência oficial do Conselho Fiscal;

X- cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno e as demais disposições normativas aplicáveis ao funcionamento do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO IV

Das reuniões e deliberações

Art. 16. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação de seu Presidente, ou pela maioria dos membros do colegiado.

§ 1º As reuniões do Conselho Fiscal instalam-se com um mínimo de 2 (dois) conselheiros, sendo necessário maioria simples para aprovação de seu regimento e das matérias submetidas a deliberação.

§ 2º Nos casos de impossibilidade de comparecimento do Presidente do Conselho, ocorrerá eleição de outro Conselheiro Titular para presidi-la e, em situações da presença de 3 (três) suplentes, 1 (um) deles será eleito para conduzir a reunião.

§ 3º As ausências de qualquer membro do Conselho Fiscal às reuniões deverão ser justificadas, antecipadamente à data da reunião, afim de que seu suplente possa ser convocado tempestivamente, cabendo aos demais membros do colegiado acatar, ou não, os motivos alegados para a ausência e proceder registro em ata.

§ 4º As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos, com a presença de no mínimo 2 (dois) de seus membros, cabendo ao Presidente da reunião, além do voto comum, o de qualidade.

§ 5º O Conselheiro que não se julgar suficientemente esclarecido sobre a matéria poderá pedira retirada do processo da pauta, adiamento da discussão e vistas, desde que antes de iniciada a votação e com a concordância do Colegiado.

§ 6º Na hipótese prevista no § 5º, o prazo de vista concedido será de, no máximo, até a reunião seguinte.

§ 7º O Conselheiro Fiscal que tiver opinião divergente pode fazer o registro em ata de sua posição, fundamentando-a.

§ 8º Antes de encerrada a votação, qualquer dos conselheiros fiscais que já tenha proferido seu voto poderá requerer ao Presidente a reconsideração, consignando-se na ata esta circunstância e o novo voto proferido.

§ 9º As reuniões ocorrerão, preferencialmente, de forma presencial, sendo facultada eventual participação por áudio conferência, videoconferência ou por outro meio de comunicação que assegure o registro, a participação efetiva dos membros e a autenticidade do voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à respectiva ata de reunião.

§ 10. As reuniões ordinárias serão programadas em calendário anual, permitindo-se ajuste de data e horário, para se ter assegurado o quórum necessário, por solicitação de membro do colegiado, autorizada pelo Presidente do Conselho Fiscal.

§ 11 .As reuniões extraordinárias acontecerão sempre que se fizerem necessárias, inclusive em data coincidente com as reuniões ordinárias, observando o quórum mínimo, devendo ser convocadas, preferencialmente, com a antecedência igual ou superior a 2 (dois) dias úteis, cabendo ao Presidente do Conselho decidir sobre a redução desse prazo nos casos de urgência.

Art. 17. Um membro do Conselho Fiscal deverá comparecer na reunião da Assembleia Geral e responder aos pedidos de informações formulados pelo representante do acionista majoritário, no caso, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) do Ministério da Economia.

Parágrafo Único. Os pareceres e representações do Conselho Fiscal, ou de qualquer um de seus membros, poderão ser apresentados e lidos na Assembleia Geral, independentemente de publicação e ainda que a matéria não conste da ordem do dia.

Art. 18. Para desempenho de suas atividades o Conselho Fiscal utilizará, dentre outros que se fizerem necessários, os seguintes instrumentos:

I -Ata: documento administrativo que registra os assuntos debatidos durante a reunião, as deliberações e outras informações julgadas pertinentes; a ata poderá ser lavrada na forma de sumário, conforme dispões o art. 27, § 1º do Estatuto Social da Ebserh;

II -Apresentação: forma esquematizada de prestar informações sobre assuntos levados à apreciação e deliberação do Conselho Fiscal;

III -Informe: assunto de impacto corporativo, submetido para ciência do Conselho Fiscal, podendo resultar, conforme o caso, em deliberação;

IV -Parecer: instrumento pelo qual o Conselho Fiscal presta contas de suas atividades à Assembleia-Geral, assim como emite opinião sobre os temas previstos em lei.

Art. 19.A inclusão de matéria, na pauta das reuniões ordinárias do Conselho Fiscal, será solicitada à Secretaria Geral, até 6 (seis) dias úteis antes da reunião.

Art. 20. A pauta das reuniões será aprovada previamente pelo Presidente do Conselho Fiscal ou, nas suas ausências ou impedimentos, pelos demais conselheiros fiscais e disponibilizada ao colegiado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para reuniões ordinárias e, preferencialmente, de 2 (dois) dias úteis para reuniões extraordinárias.

§ 1º A Secretaria Geral adotará as ações necessárias para assegurar que o Presidente e os membros do Conselho Fiscal recebam, na íntegra, por meio eletrônico ou mídia, a documentação referente aos assuntos a serem examinados, observados os prazos estabelecidos no caput deste artigo.

§ 2º Não serão admitidos assuntos extrapauta para apreciação do Conselho Fiscal, salvo se, a critério do colegiado, forem considerados relevantes e/ou urgentes e estiverem acompanhados da devida documentação.

§ 3º Os membros do Conselho Fiscal poderão convocar ou convidar terceiros para assistir ou participar das suas reuniões, mediante autorização do seu Presidente, visando prestar informações ou esclarecimentos sobre o assunto pautado.

§ 4º Na situação prevista no § 3º, os empregados convocados ou convidados permanecerão na reunião somente durante o período em que sua participação for necessária ou que o Conselho Fiscal julgar conveniente.

Art. 21. Os trabalhos durante a reunião obedecerão, preferencialmente, a seguinte ordem:

I -verificação da existência de quórum;

II -lavratura da ata para consignar eventual inexistência de quórum;

III-abertura da reunião;

IV -comunicados e informes do Presidente do Conselho e/ou dos conselheiros fiscais;

V -apresentações técnicas dos assuntos em pauta;

VI -discussão e votação;

VII -sugestões e recomendações; e,

VIII-encerramento.

Art. 22. As reuniões do Conselho fiscal serão registradas em ata, lavrada na forma de sumário, com indicação do número de ordem, data, local, conselheiros presentes, relatos dos assuntos tratados e deliberações tomadas.

§ 1º Os votos contrários, as abstenções, os posicionamentos com ressalvas e as eventuais pendências existentes relativas aos assuntos apreciados também serão registrados em ata.

§ 2º As atas das reuniões do Conselho Fiscal, inclusive gravações e filmagens, quando houver, deverão ser disponibilizadas aos órgãos de controle sempre que solicitadas, no âmbito dos trabalhos de auditoria.

Art. 23. A Chefia de Gabinete da Presidência, por intermédio da Secretaria Geral, prestará o apoio necessário à realização das reuniões do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO V

Da avaliação de desempenho

Art. 24. O Conselho Fiscal realizará, anualmente, processo de avaliação de desempenho que considere:

I -auto avaliação de seu desempenho;

II -a avaliação de desempenho, individual e coletiva, de seus membros.

§ 1º A avaliação anual do desempenho do Conselho Fiscal será realizada até o mês de março de cada ano e levará em conta a execução do seu Plano de Trabalho.

§ 2º Caberá ao Conselho Fiscal aprovar a metodologia de avaliação, contemplando prazos, responsabilidades, métodos e instrumentos de avaliação, bem como suas respectivas atualizações, quando necessário.

§ 3º A realização das avaliações de desempenho do Conselho Fiscal deverá constar em ata de reunião do Conselho.

§ 4º Caberá ao Presidente do Conselho conduzir o processo de avaliação, com o apoio da Diretoria de Gestão de Pessoas da Ebserh.

§ 5º O Presidente do Conselho Fiscal, por intermédio da Diretoria de Gestão de Pessoas, encaminhará os formulários de avaliação de desempenho aos demais membros do colegiado, para preenchimento.

§ 6º Cabe ao Conselho Fiscal analisar o resultado das avaliações realizadas e elaborar planos de melhorias, com detalhamento de ações, responsabilidades e prazos.

§ 7º A verificação da conformidade do processo de avaliação do Conselho Fiscal deverá ser realizada pelo Comitê de Elegibilidade, Indicação e Remuneração, conforme previsão disposta no art. 86, inciso II, do Estatuto Social da Ebserh.

Capítulo VI

Dos deveres e vedações

Art. 25. Os membros do Conselho Fiscal têm os mesmos deveres dos administradores de que trata o art. 15 do Estatuto Social da Ebserh e os arts. 153 a156 da Lei 6.404/1976 e respondem pelos danos resultantes da omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo, ou com violação da lei ou ao Estatuto.

§ 1º Os membros do Conselho Fiscal deverão exercer suas funções no exclusivo interesse da empresa, considerando-se abusivo o exercício da função com o fim de causar dano à empresa, ou aos administradores, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a empresa, seu acionista ou administradores.

§ 2º O membro do Conselho Fiscal não é responsável pelos atos ilícitos de outros membros, salvo se com eles foi conivente ou se concorrer para a prática do ato.

§ 3º A responsabilidade dos membros do Conselho Fiscal por omissão no cumprimento de seus deveres é solidária, mas dela se exime o membro dissidente que fizer consignar sua divergência na ata da reunião e a comunicar ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e à Assembleia Geral da Ebserh.

Art. 26. É dever de todo Conselheiro Fiscal, além daqueles previstos no Estatuto Social da Ebserh e na legislação aplicável:

I -comparecer às reuniões previamente preparado para discutir e opinar sobre as matérias que constam na pauta;

II -participar ativa e diligentemente das reuniões;

III -tomar parte das discussões e votações;

IV -manter sigilo, na forma da legislação aplicável, sobre toda e qualquer informação relativa a ato ou fato relevante aos quais tenha acesso privilegiado em razão do exercício do cargo de Conselheiro, até a sua divulgação, bem como exigir o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais e terceiros que lhes prestem assessoria, sob pena de responder solidariamente com estes pelo ato que contribuir para a sua indevida divulgação ou na hipótese de descumprimento;

V -informar ao Colegiado, previamente à reunião, todo e qualquer tipo de conflito de interesse, real ou potencial, direto ou indireto, que possa ter quanto aos assuntos submetidos à sua apreciação;

VI -preservar independência e imparcialidade em seus julgamentos e decisões visando sempre o interesse da empresa;

VII -zelar pela adoção de boas práticas de gestão corporativas pela empresa; e,

VIII-cumprir e fazer cumprir este Regimento e as demais disposições legais e regulamentares acerca do funcionamento do Conselho Fiscal.

Art. 27. Os membros do Conselho Fiscal devem atuar com lealdade, zelo, diligência e urbanidade, mantendo reserva sobre os negócios da empresa, sendo-lhes vedado, sem prejuízo de outras vedações contidas no Estatuto Social da Ebserh e na legislação aplicável:

I -praticar atos de liberalidade às custas da empresa;

II -receber de terceiros, direta ou indiretamente, qualquer modalidade de vantagem pessoal, em razão do exercício do cargo, sem previsão estatutária ou autorização da Assembleia Geral;

III -usar, em benefício próprio ou de terceiros, com ou sem prejuízo à empresa, as oportunidades comerciais e de investimento de que tenha conhecimento em razão do exercício do cargo de Conselheiro;

IV -tomar por empréstimo recursos, bens ou créditos da empresa, ou usá-los, em proveito próprio, de sociedade em que tenham interesse ou de terceiros, sem prévia autorização da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração;

V -omitir-se no exercício ou proteção de direitos da empresa ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para terceiros, deixar de aproveitas oportunidades de negócio de interesse da empresa;

VI -adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que saibam necessário à Ebserh, ou que esta tencione adquirir;

VII -valer-se de informação relevante que ainda não tenha sido divulgada para conhecimento do mercado para obter, para si ou para outrem, vantagem mediante compra ou venda de valores mobiliários;

VIII -intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da empresa, bem como na deliberação que a respeito tomarem os administradores, cumprindo-lhes cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião, a natureza e extensão do seu interesse.

Capítulo VII

Do relacionamento do Conselho Fiscal com os demais órgãos da Empresa

Art. 28. O Conselho Fiscal deve manter estreito e produtivo relacionamento com o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, a Auditoria Interna, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria, visando o cumprimento de suas funções legais e estatutárias.

Parágrafo Único. O espírito cooperativo deve ter por meta manter o necessário fluxo de informações e salvaguardar os interesses da empresa, devendo-se garantir, por outro lado, a independência do Conselho Fiscal com relação a quaisquer outros órgãos da Ebserh.

Art. 29. Não cabe ao Conselho Fiscal aprovar quaisquer políticas empresariais, assim como interferir em questões relacionadas com estratégias de gestão, não podendo, contudo, se omitir na sugestão de medidas aos órgãos de administração voltados à mitigação de riscos e à redução de prejuízos para a empresa.

Art. 30. O Conselho Fiscal poderá reunir-se periodicamente com a Auditoria Interna ou com o Comitê de Auditoria para tratar assuntos de interesse comum e, em especial, nos momentos críticos relativamente à interpretação quanto à relevância e à importância de informações produzidas pela empresa.

Art. 31. As reuniões conjuntas entre o Conselho Fiscal e a Auditoria Independente para discussão de assuntos de interesse comum, como parte das atividades normais desses órgãos, devem ser realizadas, preferencialmente, sem a presença de membros da Diretoria Executiva.

Art. 32.O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva prestarão o apoio necessário ao funcionamento efetivo do Conselho Fiscal, provendo-o dos meios indispensáveis à consecução de suas atribuições legais e providenciando a obtenção, junto a seus órgãos, das informações julgadas necessárias para a atuação do colegiado.

Capítulo VIII

Disposições Gerais

Art. 33. O Conselheiro Fiscal eleito deverá providenciar, para fins de cadastro e de efetivo exercício do cargo, a seguinte documentação e/ou informações:

I -cópia da carteira de identidade;

II -endereços residencial e comercial com CEP, e-mail profissional e pessoal, informações sobre a conta bancária, telefones residencial, comercial e celular;

III -curriculum resumido para veiculação no portal corporativo; e

IV -cópia da declaração de imposto de renda e protocolo de entrega ou firmar autorização de acesso, caso se faça necessário.

Art. 34. Os Conselheiros Fiscais devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pela Ebserh sobre:

I. legislação societária;
II. divulgação de informações;
III. controle interno;
IV. Código de Ética, Conduta e Integridade;
V. Lei 12.486, de 1º de agosto de 2013; e
VI. demais temas relacionados às atividades da Ebserh.

Parágrafo Único. É vedada a recondução do Conselheiro Fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado direta ou indiretamente pela Empresa nos últimos 2 (dois) anos

Art. 35. Os casos omissos e as dúvidas referentes à aplicação deste Regimento Interno serão dirimidos em reunião extraordinária do Conselho Fiscal, convocada especialmente para esta finalidade.

Art. 36. Este Regimento somente poderá ser modificado, por aprovação da maioria dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único. A modificação deste Regimento, de que trata o caput, poderá ser proposta pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por deliberação do Colegiado, devendo ser encaminhada à Secretaria Geral com a indicação das alterações propostas e das justificativas pertinentes.

Art. 37. O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da Ebserh, devendo o seu extrato ser publicado no Diário Oficial da União.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PORTARIA Nº 1.313, DE 8 DE JUNHO DE 2020

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO o disposto no inciso III do artigo 37 da Constituição Federal, resolve:

PRORROGAR, por igual período, a contar da data de término do período anterior, o prazo de validade dos Processos Seletivos Simplificados do Edital de homologação de resultados nº 261/2019 de 03/07/2019, publicado no DOU de 04/07/2019, referente ao Edital de Abertura nº 138/2019 de 17/04/2019, publicado no DOU de 18/04/2019, para provimentos do cargo de Professor Substituto do Magistério Superior da Fundação Universidade Federal do Pampa.

ROBERLAINE RIBEIRO JORGE

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 448, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 10º da Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, resolve:

Art. 1º - Suspender o prazo de validade do Concurso Público para Técnico-Administrativo da UFS, objeto do Edital nº. 020/2017, homologado através da Portaria nº 502, de 26/04/2018, publicada no D.O.U. de 27/04/2018, seção 1, página 56, prorrogado pela Portaria nº 195, de 09/03/2020, publicada no D.O.U. de 11/03/2020, seção 1, página 34.

Art. 2º - A suspensão permanecerá até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecido pela União.

Art. 3º - Os prazos suspensos voltam a correr a partir do término do período de calamidade pública.

Art. 4º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 102, DE 3 DE JUNHO DE 2020

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.002320/2019-58, deliberado e aprovado na 17ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 1º e 2 de junho de 2020, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária SANTA FÉ AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 30.865.375/0001-85, com sede social em Lucas do Rio Verde (MT), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, expedidas pela Superintendência de Padrões Operacionais, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.anac.gov.br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO Nº 103, DE 3 DE JUNHO DE 2020

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.017848/2020-64, deliberado e aprovado na 17ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 1º e 2 de junho de 2020, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária JM AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 10.490.828/0001-29, com sede social em Campo Novo do Parecis (MT), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, expedidas pela Superintendência de Padrões Operacionais, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.anac.gov.br/eo.

Art. 3º Fica revogada a Decisão nº 116, de 14 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2015, Seção 1, página 7.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 1.492, DE 5 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso VI, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.006070/2020-69, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão da Diretriz de Aeronavegabilidade - DA 2020-06-01- EMBRAER / 39 -1463 aplicável aos aviões Embraer modelo EMB-203, emitida em 4 de junho de 2020 e efetivada em 9 de junho de 2020.

Parágrafo único. O inteiro teor da Diretriz de Aeronavegabilidade encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: https://sistemas.anac.gov.br/certificacao/DA/DA_Detail.asp?Emd=1463.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 1.496, DE 8 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 107, e considerando o que consta do processo nº 00058.525548/2017-59, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Segurança Aeroportuária do operador Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, CNPJ nº 00.352.294/0030-55, responsável pela operação do Aeroporto Governador Jorge Teixeira de Oliveira, em Porto Velho (RO), (código CIAD: RO0001), nos termos do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 107, Emenda nº 02, e da Instrução Suplementar nº 107-001, Revisão D (IS nº 107-001D), e considerando as seguintes especificações:

I - Classe do aeródromo: AP-2;

II - Serviços aéreos: voos domésticos; e

III - Capacidade da maior aeronave: Superior a 60 assentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 1.427, DE 25 DE MAIO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.008573/2020-89, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Sassapão;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: BA0268;

III - município (UF): Formosa do Rio Preto (BA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 10° 44' 56" S / 045° 50' 43" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 1.499, DE 8 DE JUNHO DE 2020

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(vi) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260/SPO, de 24 de abril de 2019, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que constam nos processos nºs 00065.549348/2017-01 e 00065.070400/2019-46, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, a médica Dra. Eleonora de Barros Melo, CRM-PE 7682, MC 131, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Senador José Henrique, nº 103, Ilha do Leite, Recife (PE), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS AFONSO BRAGA PEREIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 7.785, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.004881/2020-83 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa ABELARDO GUIMARÃES DE ASSUMPÇÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 09.455.713/0001-14, domiciliada na Rua Venâncio Aires, nº 215, Miguel de Castro Moreira - Rio Grande/RS, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na navegação de Apoio Portuário, exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.762-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.786, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.005201/2020-49 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa TRANSPORTE MARÍTIMO FIGUEREDO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.402.765/0001-53, domiciliada na Rua Manoelito de Ornellas, nº 34, Sala A, Bairro COHAB - Itaqui/RS, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de passageiros, na navegação interior de travessia internacional, na Região Hidrográfica do Uruguai, sobre o rio Uruguai, entre Itaqui/RS (Brasil) e Alvear/Corrientes (Argentina), na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.763-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.787, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.008129/2020-10 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa PCA LOCAÇÃO DE EMBARCAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 29.996.301/0001-07, detentora do Termo de Autorização nº 1.715-ANTAQ (SEI nº 0900195), o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para iniciar suas operações na modalidade de navegação de "Apoio Marítimo", a contar da publicação desta resolução no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.788, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.008726/2019-01 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Aprovar, com base no inciso XV do art. 27 da Lei nº 10.233, de 2001, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.815, de 2013, o texto do Edital (SEI nº 1038734), a Minuta de Contrato (SEI nº 1038735) e seus respectivos anexos, a saber: a) Ofício Nº 403/2020/SNPTA - Encam. Estudo v2 (SEI nº 1045215); b) Despacho Decisório Nº 44/2020/SNPTA (SEI nº 1045216); c) Estudo IQI11 - Seção A - Apresentação rev02 (SEI nº 1038677); d) Estudo IQI11 - Seção B - Estudos de Mercado rev03 (SEI nº 1038681); e) Estudo IQI11 - Seção C - Engenharia rev02 (SEI nº 1038687); f) Estudo IQI11 - Seção D - Operacional rev02 (SEI nº 1038690); g) Estudo IQI11 - Seção E - Financeiro rev02 (SEI nº 1038695); h) Estudo IQI11 - Seção F - Ambiental rev02 (SEI nº 1038703); i) Fotografia - Layout Geral (SEI nº 1038706); j) Fotografia - Quantitativo (SEI nº 1038710); k) Fotografia - Delimitação da área (SEI nº 1038712); l) Fotografia - Linha de Duto (SEI nº 1038713); m) Ato Justificatório (SEI nºs 1038714, 1004905, 1045219, 0979764, 0979765 e 0993751); n) Nota Técnica Conjunta nº 24/2019 - GEINF/GENEC (SEI nº 0979766); o) Nota Técnica Nº 17/2020 - GEPRO 1 - EPL (SEI nº 1038729); p) Licença de Operação - LO SEMA nº 892/2018 (SEI nº 0792314), visando a realização do certame licitatório para o arrendamento de área localizada no Porto de Itaqui/MA, relativamente à área denominada IQI11, destinada a movimentação, armazenagem e distribuição granéis líquidos de combustíveis, cujo procedimento será realizado por esta Agência com o suporte da empresa B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.789, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.008736/2019-38 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Aprovar, com base no inciso XV do art. 27 da Lei nº 10.233, de 2001, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.815, de 2013, o texto do Edital (SEI nº 1038936), a Minuta de Contrato (SEI nº 1038937) e seus respectivos anexos, a saber: a) Ofício Nº 401/2020/SNPTA - Encamin. Estudo v2 (SEI nº 1038916); b) Despacho Decisório nº 43/2020/SNPTA - Aprova estudo v2 (SEI nº 1038918); c) Estudo IQI12 - Seção A - Apresentação-rev02 (SEI nº 1038796); d) Estudo IQI12 - Seção B - Estudos de Mercado-rev03 (SEI nº 1038803); e) Estudo IQI12 - Seção C - Engenharia-rev02 (SEI nº 1038808); f) Estudo IQI12 - Seção D - Operacional-rev02 (SEI nº 1038822); g) Estudo IQI12 - Seção E - Financeiro rev02 (SEI nº 1038826); h) Estudo IQI12 - Seção F - Ambiental rev02 (SEI nº 1038866); i) Fotografia - Quantitativo (SEI nº 1038890); j) Fotografia - Delimitação da área (SEI nº 1038894); k) Fotografia - Linha de Duto (SEI nº 1038899); l) Ato Justificatório (SEI nºs 1038909, 1005086, 0979888, 0979889, 0984798); m) Nota Técnica Conjunta nº 24/2019 - GEINF/GENEC (SEI nº 0979890); n) Nota Técnica Nº 17/2020 - GEPRO 1 - EPL (SEI nº 1038929), visando a realização do certame licitatório para o arrendamento de área localizada no Porto de Itaqui/MA, relativamente à área denominada IQI12, destinada a movimentação, armazenagem e distribuição granéis líquidos de combustíveis, cujo procedimento será realizado por esta Agência com o suporte da empresa B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.790, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.008735/2019-93 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Aprovar, com base no inciso XV do art. 27 da Lei nº 10.233, de 2001, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.815, de 2013, o texto do Edital (SEI nº 1039053), a Minuta de Contrato (SEI nº 1039054) e seus respectivos anexos, a saber: a) Ofício 397/2020/SNPTA (SEI nº 1044398); b) Despacho Decisório Nº 42/2020/SNPTA - Aprovação do Estudo v2 (SEI nº 1044398); c) Estudo IQI13 - Seção A - Apresentação rev02 (SEI nº 1038987); d) Estudo IQI13 - Seção B - Estudos de Mercado rev03 (SEI nº 1038988); e) Estudo IQI13 - Seção C - Engenharia rev02 (SEI nº 1038993); f) Estudo IQI13

- Seção D - Operacional rev02 (SEI nº 1038996); g) Estudo IQI13 - Seção E - Financeiro rev_02 (SEI nº 1039000); h) Estudo IQI13 - Seção F - Ambiental rev_02 (SEI nº 1039001); i) Fotografia - Quantitativo (SEI nº 1039012); j) Fotografia - Delimitação da área (SEI nº 1039018); l) Fotografia - Linha de Duto (SEI nº 1039023); m) Ato Justificatório (SEI nºs 1039043, 1005298, 0979955, 0979957 e 0994832); n) Nota Técnica Conjunta nº 24/2019 - GEINF/GENEC (SEI nº 0979960); o) Nota Técnica Nº 17/2020 - GEPRO 1 - EPL (SEI nº 1039049), visando a realização do certame licitatório para o arrendamento de área localizada no Porto de Itaqui/MA, relativamente à área denominada IQI13, destinada a movimentação, armazenagem e distribuição granéis líquidos de combustíveis, cujo procedimento será realizado por esta Agência com o suporte da empresa B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.791, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.000196/2018-63 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Informar à Federação Nacional dos Operadores Portuários (FENOP) que o processo nº 50300.009503/2017-91 contém entendimento de que a ANTAQ não dispõe de competência para fiscalizar a contratação de mão de obra portuária fora do sistema OGMO, por se tratar de matéria trabalhista, cuja competência pertence, atualmente, ao Ministério da Economia.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.792, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.000198/2018-52 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Informar à Federação Nacional dos Operadores Portuários (FENOP) que a ANTAQ não dispõe de competência para fiscalizar a contratação de mão de obra portuária fora do sistema OGMO, por se tratar de matéria trabalhista, cuja competência pertence, atualmente, ao Ministério da Economia.

Art. 2º Encaminhar cópia dos presentes autos ao Ministério da Economia.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.793, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011228/2018-56 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Informar ao SINDICATO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS DE CAPATAZIA, ARRUMADORES E DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO que a ANTAQ não dispõe de competência para fiscalizar a contratação de mão de obra portuária fora do sistema OGMO, por se tratar de matéria trabalhista, cuja competência pertence, atualmente, ao Ministério da Economia.

Art. 2º Encaminhar cópia dos presentes autos ao Ministério da Economia.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.794, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.018144/2018-43 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Informar ao SINDICATO DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO MARANHÃO (SINDOMAR) e à COMPANHIA OPERADORA PORTUÁRIA DO ITAQUI (COPI) que a ANTAQ não dispõe de competência para fiscalizar a contratação de mão de obra portuária fora do sistema OGMO, por se tratar de matéria trabalhista, cuja competência pertence, atualmente, ao Ministério da Economia.

Art. 2º Encaminhar cópia dos presentes autos ao Ministério da Economia.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.795, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.019449/2018-72 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Informar ao ÓRGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO DE SANTARÉM que a ANTAQ não dispõe de competência para fiscalizar a contratação de mão de obra portuária fora do sistema OGMO, por se tratar de matéria trabalhista, cuja competência pertence, atualmente, ao Ministério da Economia.

Art. 2º Encaminhar cópia dos presentes autos ao Ministério da Economia.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.796, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.004922/2018-17 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Declarar insubsistente o Auto de Infração nº 3376-6, de 08/08/2018, lavrado pela Unidade Regional do Rio de Janeiro - URERJ, desta Agência.

Art. 2º Determinar o arquivamento do presente Processo Administrativo Sancionador - PAS, sem a aplicação de quaisquer penalidades em face da empresa SEPETIBA TECON S/A.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.797, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001594/2020-11 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Indeferir a Medida Cautelar solicitada pela empresa IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A, não tendo sido identificada a plausibilidade do direito invocado, bem como do perigo de dano, pressupostos de deferimento de cautelar.

Art. 2º Retornar os autos, em diligência, apesar de não estarem presentes os pressupostos para deferimento de cautelar, à Superintendência de Regulação - SRG, para que seja apreciado o mérito, em especial no que se refere ao impacto gerado pelo aumento repentino da tarifa, ainda que autorizada, levando em consideração a pandemia vivida e avaliando a possibilidade/necessidade de uma possível majoração gradual, dentro de prazo pré-determinado.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.798, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007281/2020-77 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa GLBL BRASIL OLEODUTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.236.478/0001-27, domiciliada na Rua Dom Marcos Barbosa, nº 2, 6º andar, Parte, Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços na navegação de Apoio Marítimo, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.764-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.799, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.006664/2020-28 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Responder à consulta formulada pela ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO - USUPORT-RJ, nos seguintes termos:

I - no que tange ao possível tratamento desigual desta ANTAQ para situações similares, informo tratarem-se de situações distintas e, portanto, sendo cada caso tratado de acordo com o regramento vigente, sempre respeitado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

II - quanto a questões de regularidade na alteração de frota, informo que a denúncia foi objeto de apuração em procedimento fiscalizatório específico.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.800, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007179/2016-95 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Conhecer da consulta formulada pela empresa MARIMEX DESPACHOS TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, para prestar-lhe a resposta:

I) que esta Agência Reguladora reconhece que a orientação acerca da classificação dos produtos referentes às atividades de armazenamento e depósito de cargas perigosas e explosivas no Porto de Santos deve seguir o posicionamento da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro, nos termos do Ofício nº 343-SecParTec/DivCt/GabSubdir, constante no documento SEI nº 0252758, uma vez que compete ao Exército exercer a fiscalização e a classificação dos produtos controlados de que trata o Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019;

II) que o pronunciamento do Exército contido no Ofício nº 343-SecParTec/DivCt/GabSubdir, SEI nº 0252758, informa que as mercadorias transacionadas pela arrendatária são enquadradas na categoria de munição, não se confundindo com a categoria de explosivos ou seus acessórios.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.801, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.019797/2018-40 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Pelo indeferimento do pleito de revogação do § 3º do artigo 2º da Resolução Normativa nº 13- ANTAQ, de 2016.

Art. 2º Para que seja encaminhado à empresa interessada a seguinte resposta:

I) que a edição da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ, de 2016, enquadra-se na competência normativa atribuída por lei à ANTAQ;

II) que a interpretação de que a Floating, Storage and Regasification Unit (FSRU) se enquadra no conceito de instalação de apoio ao transporte aquaviário e não no conceito de embarcação deve ser analisada não apenas sob as premissas técnicas como também sob a perspectiva de razoabilidade e proporcionalidade da legislação;

III) que ao classificar a FSRU como instalação de apoio ao transporte aquaviário, afasta-se a aplicação das normas relativas ao afretamento, vez que a FSRU não é classificada para fins normativos como embarcação.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.802, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.006381/2020-86 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Indeferir o pleito formulado pela empresa SEATRADE SERVIÇOS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICOS LTDA de concessão de medida cautelar administrativa para suspender os efeitos do art. 56 da Resolução nº 023/2020-SCPAR/PSFS, até que sobrevenha sua análise exauriente pela Agência.

Art. 2º Indeferir o pleito formulado pela empresa SEATRADE SERVIÇOS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICOS LTDA para determinar à SCPAR Porto de São Francisco do Sul S/A que responda, de forma fundamentada, a todos os pedidos de acesso (utilização) ao Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul (TGSFS) que lhe forem formulados pelos usuários ou operadores portuários, eis que exaurida a sua finalidade.

Art. 3º Indeferir o pleito formulado pela empresa SEATRADE SERVIÇOS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICOS LTDA para o fornecimento de dados de todos os operadores e cargas que acessaram o TGSFS desde 01/12/2019, visto que não se vislumbra qual seria o risco de se esperar a decisão exauriente/final, dado que é necessário avaliar se esses possuem alguma sensibilidade empresarial dotada de sigilo legal.

Art. 4º Determinar à Superintendência de Regulação - SRG, desta Agência, para que se manifeste, em regime de prioridade, acerca da questão de fundo que permeia a denúncia formulada pela SEATRADE SERVIÇOS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICOS LTDA, qual seja, a aderência da Resolução SCPAR/SFS nº 023/2020 ao marco regulatório do setor portuário, bem como acerca de eventual incidência de sigilo legal relativamente aos dados de todos os operadores e cargas que acessaram o TGSFS desde 01/12/2019.

Art. 5º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.803, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.009353/2017-15 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Julgar insubsistente o Auto de Infração nº 003254-9, de 05/06/2018, lavrado pela Unidade Regional de Porto Alegre - UREPL, desta Agência, determinando o arquivamento dos presentes autos sem a aplicação de quaisquer penalidades em face da empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS - PÍER PETROLEIRO RG, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.167/0850-00.

Art. 2º Encaminhar os autos à Superintendência de Outorgas - SOG, desta Agência, para que adote as providências necessárias para aferição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento nº 01/1996.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.804, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.008878/2020-39 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa OCEANO TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.427.766/0001-31, domiciliada em Santos/SP, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de passageiros, na prestação de serviços de transporte na navegação de Apoio Portuário, operando exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.765-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.805, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.005510/2020-19 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa SHORTEC MANUTENÇÃO NAVAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.683.116/0001-26, domiciliada em Areia Branca/RN, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte na navegação de Apoio Portuário, operando exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.766-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.806, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007857/2020-04 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Acolher a justificativa apresentada pela empresa SEALION DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA e estender o prazo solicitado, para que em até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta resolução no DOU, a interessada apresente outra embarcação adequada à navegação de Apoio Marítimo autorizada pela ANTAQ.

Art. 2º Acolher a sugestão apresentada no parecer jurídico da Procuradoria Federal junto à ANTAQ (PFA) e determinar à área técnica que verifique se o procedimento previsto para a transferência da embarcação "Sealion Amazônia" para a frota da empresa OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A. observou os normativos previstos.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.807, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.004657/2020-91 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Pela não concessão de autorização especial, solicitada pelo SINDICATO RURAL DE CORUMBÁ, para embarque e desembarque de bovinos em instalação portuária localizada na região geográfica de Corumbá/MS, antigo Porto de Ladário, uma vez que do ponto de vista técnico não há fundamentos para emitir uma autorização especial ou de emergência, nos moldes do art. 49 da Lei nº 10.233, de 2001, ou do art. 31 da Resolução Normativa nº 20/2018-ANTAQ, a uma entidade que não possui qualquer documento que demonstre a fruição da área e não traz as justificativas adequadas como razão de decidir favoravelmente ao pleito.

Art. 2º Para que esta Agência envide os devidos esforços regulatórios para o registro dessa instalação portuária, que, na oportunidade, regularizará seu funcionamento e, consequentemente, tornará a Prefeitura em conjunto com o Sindicato Rural de Corumbá aptos a operacionalizar a movimentação de cargas no apoio ao transporte aquaviário.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.808, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.013981/2019-67 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa TRANSMARITIMA DRAGAGEM E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 09.601.067/0001-56, domiciliada em Sorocaba/SP, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte na navegação de Apoio Portuário, operando exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.767-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.809, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007977/2020-01 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor do empresário ROSINALDO SANTOS DE FREITAS, inscrito no CNPJ sob o nº 24.743.848/0001-79, domiciliado em Salvador/BA, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte na navegação de Apoio Portuário, operando exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.768-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.810, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007501/2020-62 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa LIVE BOAT APOIO MARÍTIMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 35.219.433/0001-17, domiciliada em Niterói/RJ, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte na navegação de Apoio Portuário, utilizando exclusivamente embarcações com potência de até 2.000 HP, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.769-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.811, DE 8 DE JUNHO 2020

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007611/2016-48 e tendo em vista o deliberado em sua 479ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Declarar a aderência e conformidade da cobrança pelo serviço de inspeção não invasiva de contêineres aos termos e ditames contidos na Resolução Normativa nº 34/2019-ANTAQ.

Art. 2º Aprovar o Plano de Trabalho delineado nos termos do Parecer Técnico nº 127/2019/GRP/SRG (SEI nº 0918033), com prazo de cumprimento de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da aprovação do plano pela Diretoria colegiada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 7.813, DE 9 DE JUNHO 2020

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001272/2019-39, em ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Prorrogar para 26/06/2020 o prazo limite fixado para o recebimento de contribuições de que trata o Aviso de Audiência Pública nº 05/2020-ANTAQ, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 12/02/2020, que tem por objeto a obtenção de contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento da proposta de resolução normativa que dispõe sobre a realização de Análise de Impacto Regulatório - AIR e de Avaliação de Resultado Regulatório - ARR pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Art. 2º Estabelecer que a audiência pública presencial prevista no âmbito do Aviso de Audiência Pública nº 05/2020-ANTAQ, alterado pela Resolução nº 7.761-ANTAQ, ocorrerá no modelo virtual no dia 18/06/2020, com início às 15h e término quando da manifestação do último credenciado, sendo 18h o horário limite para encerramento.

Art. 3º A dinâmica da audiência pública virtual será a seguinte:

Os interessados em manifestar-se na audiência se inscreverão pelo aplicativo de mensagens "Whatsapp" no número (61) 2029-6940. O período de inscrição será das 10h às 14h do dia 18 de junho de 2020;

Os interessados poderão enviar sua contribuição por vídeo, áudio ou até mesmo por escrito no "Whatsapp";

Os interessados também poderão se manifestar entrando na sala de reunião criada no aplicativo "Microsoft Teams". Para isso, no ato de inscrição, o interessado deverá se manifestar nesse sentido e encaminhar seu endereço eletrônico de login no "Teams" para ser convidado a entrar na sala na sua vez;

Em caso de problemas computacionais para utilização da ferramenta "Teams", será tentada uma segunda conexão ao final de todas as contribuições ou o interessado poderá encaminhar sua contribuição pelo "Whatsapp"; e

Toda a sessão virtual será transmitida via streaming a toda a Internet, gravada e disponibilizada no canal da ANTAQ no "Youtube".

Art. 4º Ficam mantidas as demais disposições constantes no Aviso de Audiência Pública nº 05/2020-ANTAQ.

Art. 5º Tornar sem efeito a Resolução nº 7.812-ANTAQ, de 09/06/2020, em virtude de erro material.

Art. 6º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.894, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Altera a Resolução nº 5.893, de 02 de junho de 2020, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas, no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Covid-19.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 057, de 8 de junho de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.026254/2020-47, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 2º da Resolução nº 5.893, de 2 de junho de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ...

...

III - instruir, a cada viagem, os passageiros acerca das medidas básicas sobre higienização e cuidados a serem adotadas para prevenção contra a Covid-19, disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

..." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os arts. 5º, 9º e 15 da Resolução nº 5.893, de 2 de junho de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 282, DE 9 DE JUNHO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAP - 043, de 9 de junho de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.013754/2020-19, delibera:

Art. 1º Aprovar a celebração do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Malha Centro-Leste, assinado entre a União e a Ferrovia Centro Atlântica - FCA S.A, em cumprimento ao Acordo Judicial celebrado, em 28 de novembro de 2019, entre a ANTT, a União, o MPF, a FCA S.A. e a VLI S.A.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 10, DE 3 DE JUNHO DE 2020

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.406942/2019-53, resolve:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de rede de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-040/MG, sob concessão à Concessionária BR-040 S.A - VIA040, por meio de travessia no km 006+591m, em Paracatu/MG, de interesse de CEMIG Distribuição S.A.

§1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A VIA040 deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais - URMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre CEMIG e a VIA040 e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à VIA040 acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º A CEMIG deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 5 (cinco) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, a CEMIG deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela VIA040, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art.7º A CEMIG assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art.8º A CEMIG deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à VIA040 cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. A CEMIG abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 11, DE 3 DE JUNHO DE 2020

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.044714/2020-19, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-101/SC, sob concessão à Concessionária Autopista Litoral Sul, no Km 138+400m, sentido Sul, em Balneário Camboriú/SC, de interesse de Rogério Buratto Filho.

§ 1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Autopista Litoral Sul deverá encaminhar, à Unidade Regional de Santa Catarina - URSC, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre Rogério Buratto Filho e a Autopista Litoral Sul e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Autopista Litoral Sul acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º Rogério Buratto Filho deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 3 (três) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, Rogério Buratto Filho deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 7º Rogério Buratto Filho assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 8º Rogério Buratto Filho deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Autopista Litoral Sul cópia do projeto "as built" em meio digital.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. Rogério Buratto Filho abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 12, DE 4 DE JUNHO DE 2020

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.051772/2020-07, resolve:

Art.1º Autorizar a obra de prolongamento da agulha de incorporação na faixa de domínio da Rodovia BR-101/SC, sob concessão à Autopista Litoral Sul S.A - ALS, situada no km 205+400m, sentido Sul, em São José-SC, de interesse do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

§1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A Litoral Sul deverá encaminhar, à Unidade Regional de Santa Catarina - URSC, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Litoral Sul e o DNIT ou a contratada executora.

Art.4º Caberá à Litoral Sul acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º Na implantação e conservação da referida obra, a contratada executora deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Litoral Sul, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art.6º O compartilhamento de riscos e/ou definição das responsabilidades sobre a implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações deverão constar no CPEU.

Art.7º A contratada executora deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Litoral Sul cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.8º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. O DNIT e/ou a contratada executora abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 13, DE 4 DE JUNHO DE 2020

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.045157/2020-53, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, sob concessão à Autopista Litoral Sul S/A - ALS, no trecho entre o km 641+250m e o km 642+100m, sentido Sul, em Tijucas do Sul/PR, de interesse da Lumidis Administradora de Imóveis Eireli.

§ 1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A ALS deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Lumidis e a ALS e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à ALS acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Lumidis deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 9 (nove) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Lumidis deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela ALS, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 7º A Lumidis assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 8º A Lumidis deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à ALS cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. A Lumidis abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 14, DE 4 DE JUNHO DE 2020

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.037720/2020-10, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-116/PR, sob concessão à Autopista Planalto Sul S/A, no trecho entre o km 135+745m e o km 136+390m, sentido Sul, em Mandirituba/PR, de interesse da COPEL - Companhia Paranaense de Energia.

§ 1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Autopista Planalto Sul deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a COPEL e a Autopista Planalto Sul e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Autopista Planalto Sul acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A COPEL deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a COPEL deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Planalto Sul, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 7º A COPEL assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 8º A COPEL deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Autopista Planalto Sul cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. A COPEL abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 15, DE 4 DE JUNHO DE 2020

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.050959/2020-85, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MS, sob concessão à Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S/A - MSVia, nos trechos km 98+479m, km 108+616m, km 110+073m, km 115+379m ao km 115+629m, em Itaquiraí/MS, de interesse da Usonet Internet Tecnologic EIRELI.

§ 1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A MSVia deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Usonet e a MSVia e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à MSVia acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Usonet deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Usonet deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela MSVia, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 7º A Usonet assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 8º A referida autorização resultará em receita extraordinária anual a ser recolhida e atualizada conforme Resolução ANTT nº 2552/2008 no valor inicial de R$ 6.370,43 (seis mil, trezentos e setenta reais e quarenta e três centavos).

Art. 9º A Usonet deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à MSVia cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. A Usonet abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 281, DE 9 DE JUNHO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 067, de 9 de junho de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.053880/2020-14, delibera:

Art. 1º Alterar os quantitativos dos Cargos Comissionados desta Agência, conforme quadro a seguir:

Cargo	Quantidade
CD I	1
CD II	4
CGE I	9
CGE II	33
CGE III	6
CGE IV	24
CA I	0
CA II	1
CA III	17
CAS I	8
CAS II	9
CCT I	36
CCT II	24
CCT III	26
CCT IV	46
CCT V	132

Art. 2º Revogar a Deliberação nº 272, de 19 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

Ministério da Justiça e Segurança Pública

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIAS DE 9 DE JUNHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 21 de junho de 2019, resolve:

Nº 1.560 - Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ADELINO INDAMI - G205998-D, natural de Guiné Bissau, nascido em 05 de março de 1978, filho de Limitande Indami e de Sane Intchanga, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.000539/2020-41);

ALEXEI ROJAS ESTEVEZ - G439620-A, natural de Cuba, nascido em 12 de março de 1990, filho de Oreste Rafael Rojas Lara e de Idalmis Juana Estevez Gomez, residente no Estado de Roraima (Processo n° 08485.001229/2020-20);

AHLAM HOUSEH - G316822-W, natural da Síria, nascida em 24 de setembro de 1980, filha de Khaled Househ e de Rehab Tblo, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.000366/2020-61);

BANJAQUI NHAGA - V461135-U, natural de Guiné-Bissau, nascido em 23 de outubro de 1982, filho de Orlando Nabalim Nhaga e de Badjudessa Nhaga, residente no Estado da pARAÍBA (PROCESSO N° 08376.002917/2019-19);

BLAISE PASCAL BANSELE BOONGO - G224723-8, natural do Congo, nascido em 14 de julho de 1972, filho de Jean Robert Eale Ea Ntsina Ese e de Marie Therese Ikomba Bondela, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.025190/2019-17);

DEBORAH DANIELA HERNANDEZ HERNANDEZ - G168980-P, natural da Venezuela, nascida em 22 de maio de 1986, filha de Gabriela Coromoto Hernandez Hernandez, residente no Estado de Santa Catarina (Processo n° 08495.000069/2020-82);

ERIKA NIKITZA SHIAUHA HARTH CHU - V570648-U, natural do Peru, nascida em 05 de março de 1979, filha de Alfonso Harth Bedoya e de Mirtha Chu Chu, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08506.001442/2020-46);

FELIXGUNDA DAIMARA N BUTE DE PINA - G451975-1, natural de Guiné Bissau, nascida em 25 de março de 1994, filha de Felix de Pina e de Segunda N Bute, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.021766/2019-77);

GEONEL PUENTES DAUDICOURT - G005569-D, natural de Cuba, nascido em 11 de janeiro de 1979, filho de Francisco Puentes Fernandez e de Marilenis Daudicourt Jimenez, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08433.003410/2018-61);

GONZALO PEREZ SUAREZ - V613993-R, natural de Cuba, nascido em 06 de julho de 1967, filho de Gonzalo Perez Sardinas e de Lidia Suarez Sotolongo, residente no Estado do Maranhão (Processo nº 08311.000303/2018-68);

HERVE NKUMU LUNA - V548593-7, natural do Congo, nascido em 26 de dezembro de 1985, filho de Moyikoli Luna Makiba e de Mpenge Ngampumu Bipendu Ntumba, residente no Estado da Paraíba (Processo n° 08376.000232/2020-63);

MAISAM ALKADRI - G450301-M, natural da Síria, nascida em 08 de março de 1998, filha de Ahmad Alkadri e de Sanaa Awad, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.023819/2019-94);

MAMADOU OULE DIALLO - G469650-K, natural de Guiné Bissau, nascido em 15 de janeiro de 1980, filho de Mamadou Billo Diallo e de Adama Oury Diallo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.000192/2020-37);

MANDANGA SEBASTIAO PEDRO - V708244-5, natural da Angola, nascido em 18 de janeiro de 1976, filho de Ddambe Pedro e de Kilandani Isabel, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.025180/2019-81);

MICHAEL TOSIN ADESANWO - G459727-H , natural da Nigéria, nascido em 19 de abril de 1984, filho de Adegbuyi Samuel Adesanwo e de Adeoti Comfort Adesanwo, residente no Estado de São Paulo (Procesos n° 08502.000617/2020-38);

MUWAFAG MOHAMED YASSIN IBRAHIM - G326294-P, natural do Sudao, filho de Mohamed Yassin Ibrahim e de Samia El Tegani Abo Elgasim, residente no Estado do Mato Grosso (Processo n° 08322.001205/2019-08);

SADJO SEIDI - G449365-V, natural de Guiné Bissau, nascido em 06 de julho de 1983, filho de Califa Seidi e de Bambara Camara, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.021927/2019-22);

TITILOPE SEYILAYO ADESANWO - G459764-B, natural da Nigéria, nascido em 16 de abril de 1989, filho de Kolawole Emmanuel Ogunade e de Olutokunbo Modupe Ogunade, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08502.000618/2020-82);

YORDANYS PEREZ HECHAVARRIA - G007055-Y, natural de Cuba, nascido em 08 de setembro de 1983, filho de Miguel Angel Perez Oliveira e de Mary Julia Hechavarria Brinones, residente no Estado de Roraima (Processo n° 08485.001255/2020-58) e

YOSVANI RAMIREZ IGLESIAS - V557175-O, natural de Cuba, nascido em 23 de agosto de 1978, filho de Angel Alberto Ramirez Suarez e de Olga Iglesias Campillo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08514.003429/2019-99).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 1.561 - Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

FABIANA MARIBEL MULLER - V338841-Y, nascida em 25 de abril de 1975, filha de Pedro Jacobo Muller e de Marta Mabel Suarez, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.000276/2020-41);

TAN TJUI TSENG - V134199-S, natural da Malasia, nascido em 28 de março de 1987, filho de Tan Kee Meng e de Khoo Sim Bee, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.000196/2020-15);

TUNDE AJIBOLA AFOLABI - V390002-6, natural da Nigéria, nascido em 26 de dezembro de 1971, filho de Jimoh Afolabi e de Olakunle Afolabi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.024923/2019-04) e

WON SUN LEE - W053871-E, natural da Coreia, nascida em 29 de janeiro de 1971, filha de Sung Kun Lee e de Hee Ja Lee, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.000016/2020-03).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria da CPMIG Nº 1458, de 16 de dezembro de 2019, publicada, em 17 de dezembro de 2019 na seção 1, página 64.

Onde se lê:

GIUSEPPE TUCCI - G129699-Z, natural da Itália, nascido em 30 de março de 1973, filho de Raffaele Tucci e de Annamaria Sasso, residente no Estado do Ceará (Processo n° 08270.010082/2019-41);

Leia-se:

GIUSEPPE TUCCI - G129699-Z, que ao amparo no artigo 71, § 1º, da Lei 13.445 de 2017, foi deferida a solicitação de tradução de nome, passando a chamar-se JOSÉ TUCCI - G129699-Z, natural da Itália, nascido em 30 de março de 1973, filho de Raffaele Tucci e de Annamaria Sasso, residente no Estado do Ceará (Processo n° 08270.010082/2019-41);

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA Nº 652, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: O HOMEM DO CASTELO ALTO - 1ª TEMPORADA (THE MAN IN THE HIGH CASTLE - FIRST SEASON, Estados Unidos da América - 2015)
Episódio(s): 1 A 10
Produtor(es): Michael Cedar/Jean Higgins/Jordan Sheehan/David W. Zucker
Distribuidor(es): AMAZON PRIME VIDEO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Drama/Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000415/2020-68

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 653, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: WESTWORLD - 3ª TEMPORADA (WESTWORLD - SEASON 3, Estados Unidos da América - 2020)
Episódios: 01 a 08
Produtor(es): Jonathan Nolan/Lisa Joy
Distribuidor(es): HBO GO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Ficção Científica
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Processo: 08017.000778/2020-01

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 654, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: ENQUANTO ESTAMOS AQUI (Brasil - 2019)
Produtor(es): Anavilhana Filme
Diretor(es): Clarissa Campolina/Luiz Pretti
Distribuidor(es): PIQUE-BANDEIRA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Nudez , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000943/2020-17
Requerente: PIQUE-BANDEIRA PRODUÇÕES

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 655, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: A HISTÓRIA VERDADEIRA (TRUE STORY, Estados Unidos da América - 2015)
Diretor(es): Rupert Goold
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000962/2020-43

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 656, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: ENTRE O AMOR E A FAMA (RUNAWAY ROMANCE, Estados Unidos da América - 2018)
Diretor(es): Brian Herzlinger
Distribuidor(es): AMAZON PRIME VIDEO
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Romance
Classificação Atribuída: livre
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.001036/2020-95

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 657, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O SOM DE DEUS (A PERFECT CHORD, Estados Unidos da América - 2015)
Diretor(es): Nathan Blair
Distribuidor(es): AMAZON PRIME VIDEO
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001037/2020-30

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 658, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: VALORANT (Estados Unidos da América - 2020)
Produtor(es): RIOT LTD.
Distribuidor(es): RIOT LTD.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Ação/Estratégia/Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Computador
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000420/2020-71
Requerente: RODRIGO NEVES

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 659, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: RAGING LOOP (Reino Unido - 2019)
Produtor(es): PQUBE LIMITED
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Visual Novel
Plataforma: PlayStation 4/Nintendo Switch
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Violência
Processo: 08017.000680/2019-11
Requerente: PQUBE LIMITED

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 660, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: CALL OF DUTY: MODERN WARFARE (Estados Unidos da América - 2019)
Produtor(es): ACTIVISION BLIZZARD
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Ação/Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: PlayStation 4/Computador/XBOX ONE
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Violência Extrema
Processo: 08017.000918/2019-08
Requerente: ACTIVISION BLIZZARD BRASIL PROMOÇÕES LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 661, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: STREET POWER FOOTBALL (Estados Unidos da América - 2020)
Produtor(es): MAXIMUM GAMES
Distribuidor(es): MAXIMUM GAMES
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Esporte
Plataforma: Computador PC/PlayStation 4
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001048/2020-10
Requerente: TEAM ONE LATIN AMERICA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 662, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: REMNANT: FROM THE ASHES (2019)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Ação/Aventura/Tiro em Terceira Pessoa
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Computador
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.002000/2019-95
Requerente: THQ NORDIC GMBH

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 639, publicada no Diário Oficial da União nº 107, de 05/06/2020, Seção 1, página 28, Processo MJ nº 08017.000958/2020-85, na linha onde se lê: "Trailer: TENET - TRAILER F4 ", leia-se: "Trailer: TENET - TRAILER 4F3".

Na Portaria nº 630, publicada no Diário Oficial da União nº 105, de 03/06/2020, Seção 1, páginas 489/490, Processo MJ nº 08017.000975/2020-12, na linha onde se lê: "Distribuidor(es): NETFLIX", leia-se: "Distribuidor(es): HBO GO".

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

ATA DA 160ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 2020

Às 10h07 do dia 03 de junho de 2020, o Presidente do Cade, Alexandre Barreto de Souza, declarou aberta a presente sessão, realizada sob a forma virtual conforme pauta publicada no Diário Oficial da União de 28 de maio de 2020. Participaram os Conselheiros do Cade, Mauricio Oscar Bandeira Maia, Paula Azevedo, Sérgio Costa Ravagnani, Lenisa Rodrigues Prado, Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann e Luis Henrique Bertolino Braido; o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Walter de Agra Júnior; a representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Samantha Chantal Dobrowolski; o Economista Chefe, Guilherme Resende e a Secretária do Plenário Substituta, Keila de Sousa Ferreira. Foi disponibilizado equipamento eletrônico nas instalações do Cade a fim de garantir a participação de advogados, nos termos dos §§5º e 8º do artigo 80, do Regimento Interno do Cade.

JULGAMENTOS

1. Ato de Concentração nº 08700.006163/2019-39
Requerentes: Telefônica Brasil S.A. e TIM S.A.
Advogados: Leonor Augusta Giovine Cordovil, Cristianne Saccab Zarzur e outros.
Terceiro Interessado: Claro S.A.
Advogados: Barbara Rosenberg, Camila Paoletti e outros.
Relatora: Conselheira Lenisa Rodrigues Prado

Manifestaram-se oralmente as advogadas Cristiane Zarzur pela Tim S.A. e Leonor Cordovil pela Telefônica.

Após voto da Conselheira Relatora pelo não provimento do recurso interposto pela terceira interessada Claro S.A., com a consequente aprovação sem restrições da Operação. O Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann manifestou-se em voto-vogal acompanhando a Conselheira Relatora. O Conselheiro Mauricio Maia, a Conselheira Paula Azevedo, o Conselheiro Sérgio Ravagnani e o Conselheiro Luiz Braido acompanharam a Relatora. O Presidente do Cade proferiu voto-vogal aderindo ao voto da Relatora.

Decisão: O plenário, por unanimidade, negou provimento ao recurso e, no mérito, aprovou o ato de concentração sem restrições, bem como determinou o envio da decisão à Anatel, nos termos do voto conselheira da Relatora.

2. Recurso Voluntário nº 08700.001984/2020-12
Requerente: MARIMEX - Despachos, Transportes e Serviços Ltda.
Advogados: Francisco Ribeiro Todorov, Lorena Leite Nisiyama e outros
Interessados: Embraport Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A.
Advogados: Marcos Eduardo de Santis, Alexandre Batista Marquez e outros
Relator: Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia

Manifestou-se o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Walter de Agra Júnior para que a medida preventiva seja restabelecida, bem como manifestaram-se oralmente os advogados Francisco Ribeiro Todorov pela requerente MARIMEX - Despachos, Transportes e Serviços Ltda e Gustavo Assis de Oliveira pelo interessado EMBRAPORT.

Após voto do Conselheiro Mauricio pelo conhecimento do recurso e parcial provimento pela restauração da medida preventiva imposta pela Superintendência-Geral em 06 de março de 2019 para determinar: a cessação imediata, por parte da Embraport, de quaisquer atos voltados à cobrança do SSE e/ou à cobrança de outros valores a título de supostas despesas adicionais a título de segregação e entrega de contêineres a recintos alfandegados independentes na zona de influência do Porto de Santos, inclusive à Marimex, até o julgamento do mérito do presente processo administrativo; aplicação, em caso de continuidade da cobrança, de multa diária no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), bem como o envio de cópia da presente decisão à Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - Antaq, para ciência. Os Conselheiros Paula Azevedo e Sérgio Ravagnani acompanharam o relator. O julgamento do processo foi suspenso em razão do pedido de vista da Conselheira Lenisa Prado, aguardam os demais.

3. Processo Administrativo nº 08700.005969/2018-29
Representante: Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública
Representados: Conselho Federal de Medicina e Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo
Advogados: Adriana Teixeira da Trindade Ferreira, Olga Codorniz Campello Carneiro, Turíbio Teixeira Pires de Campos, José Alejandro Bullón Silva e Ana Luiza Brochado Saraiva Martins.
Relatora: Conselheira Lenisa Rodrigues Prado

Manifestou-se oralmente a advogada Valéria de Carvalho Costa pelo Conselho Federal de Medicina.

Após voto da Conselheira Relatora pela condenação das representadas, pela ocorrência de infração à ordem econômica por parte do Conselho Federal de Medicina (CFM) e do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), nos termos do art. 36, incisos I e IV da Lei nº 12.529/2011, com aplicação das seguintes multas: R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) ao Conselho Federal de Medicina e de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) ao Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. A Relatora determinou as seguintes obrigações: a) abstenção de instaurar regulamentos, sindicâncias e processos administrativos disciplinares, boicotes ou utilizar qualquer outro expediente para punir, ameaçar, coagir ou retaliar os médicos que aceitarem atendimentos através de cartões de descontos (confirmação da medida preventiva); b) Disponibilização de síntese desta decisão em seu sítio eletrônico; c) Divulgação aos médicos credenciados o teor desta decisão, por qualquer meio a sua escolha, comprovando seu cumprimento perante o CADE, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da decisão. A Conselheira determinou ainda, a expedição de Ofício com cópia da decisão ao Ministério Público Federal de São Paulo (MPF-SP) nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei nº 12.529/2011, para ciência e eventuais providências julgadas cabíveis (inclusive em sede de tutela coletiva). O Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann manifestou-se em voto-vogal acompanhando a Conselheira Relatora. O Conselheiro Mauricio Maia, a Conselheira Paula Azevedo, o Conselheiro Sérgio Ravagnani e o Conselheiro Luiz Braido acompanharam a Relatora. O Presidente do Cade proferiu voto-vogal aderindo ao voto da Relatora.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação do Conselho Federal de Medicina (CFM), com aplicação de multa de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), com aplicação de multa de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) nos termos do art. 36, incisos I e IV da Lei nº 12.529/2011. O Plenário, por unanimidade, determinou as seguintes obrigações: a) abstenção de instaurar regulamentos, sindicâncias e processos administrativos disciplinares, boicotes ou utilizar qualquer outro expediente para punir, ameaçar, coagir ou retaliar os médicos que aceitarem atendimentos através de cartões de descontos (confirmação da medida preventiva); b) Disponibilização de síntese desta decisão em seu sítio eletrônico; c) Divulgação aos médicos credenciados o teor desta decisão, por qualquer meio a sua escolha, comprovando seu cumprimento perante o CADE, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da decisão, O plenário determinou ainda, a expedição de Ofício com cópia da decisão ao Ministério Público Federal de São Paulo (MPF-SP) nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei n.º 12.529/2011, para ciência e eventuais providências julgadas cabíveis (inclusive em sede de tutela coletiva), nos termos do voto do Conselheira Relatora.

4. Processo Administrativo nº 08700.011474/2014-05
Representante: Cade ex officio
Representados: Copabo Infraestrutura Marítima Ltda., Pagé Indústria de Artefatos de Borracha Ltda., Gustavo Loureiro Ferreira Leite, Juliana Botelho André, Fernando Borin Graziano, Maria Lucia Peixoto Ferreira Leite Ribeiro de Lima e Sílvio Jorge Rabello.
Advogado(s): Lauro Celidonio Neto, William Sung Jin Lee, Fernando de Oliveira Marques, Monica Yumi Shida Oizumi e outros.

Relator: Conselheiro Luis Henrique Bertolino Braido

Após voto do Conselheiro Relator pela condenação de Copabo Infraestrutura Marítima Ltda., Pagé Indústria de Artefatos de Borracha Ltda., Fernando Borin Graziano, Gustavo Loureiro Ferreira Leite, Juliana Botelho André, Maria Lúcia Peixoto Ferreira Leite Ribeiro de Lima e Sílvio Jorge Rabello, por entender que suas condutas configuram infração à ordem econômica previstas no artigo 20, incisos I, c/c artigo 21, incisos I e VIII, da lei Nº 8.884/94, vigente à época dos fatos, correspondente ao artigo 36, caput, incisos I, II, C/C §3º, inciso I, alínea "a" e "d", da lei nº 12.529/2011, com aplicação de multa nos seguintes valores: Copabo Infraestrutura Marítima Ltda - multa de R$ 2.600.786,50 (dois milhões, seiscentos mil e setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos); Juliana Botelho Andre multa de R$ 10.641,00. (dez mil seiscentos e quarenta e um reais); Fernando Borin Graziano multa de R$ 10.641,00. (dez mil seiscentos e quarenta e um reais); Pagé Indústria de Artefatos de Borracha Ltda - multa de R$ 201.057,54 (duzentos e um mil e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos); Gustavo Loureiro Ferreira Leite - multa de R$ 12.063,45 (doze mil e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos); Maria Lucia Peixoto Ferreira Leite Ribeiro de Lima - multa de R$ 12.063,45 (doze mil e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos) e Sílvio Jorge Rabello - multa de R$ 10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais), bem como determinou ao Setor Processual a transferência do documento SEI 0038537, o qual contém o material copiado do Procedimento Administrativo 08012.10932/2007-18 (Cartel das Mangueiras Marítimas), para autos apartados de acesso restrito aos Representados e ao CADE, conforme recomendado pelo Ministério Público Federal - MPF (SEI 0748550). A Conselheira Paula manifestou-se em voto vogal acompanhando o relator na dosimetria e pela condenação das seguintes Representadas: Copabo Infraestrutura Marítima Ltda; Pagé Indústria de Artefatos de Borracha Ltda; Gustavo Loureiro Ferreira Leite; Maria Lucia Peixoto Ferreira Leite Ribeiro de Lima; e Sílvio Jorge Rabello, nos termos do art. 20, I, c/c art. 21, I e VIII, da Lei 8.884/94, correspondentes ao art. 36, I, c/c art. 36, §3º, I, 'd', da Lei 12.529/2011. A Conselheira Paula divergiu apenas em relação aos representados Fernando Borin Graziano e Juliana Botelho André, pelo arquivamento, tendo em vista a insuficiência de indícios de culpabilidade e participação na conduta. O Conselheiro Mauricio Bandeira Maia acompanhou a Conselheira Paula no arquivamento das pessoas físicas Fernando Borin Graziano e Juliana Botelho André. O Conselheiro Sergio Ravagnani, o Conselheiro Luiz Hoffmann e o Presidente do Cade acompanharam o Relator e divergiram pelo arquivamento do processo em relação ao Fernando Borin Graziano. A Conselheira Lenisa Prado divergiu para determinar o arquivamento do processo para todas as representadas.

Decisão: O plenário, por maioria, determinou a condenação e respectivas multas de Copabo Infraestrutura Marítima Ltda; multa de R$ 2.600.786,50 (dois milhões, seiscentos mil e setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos); Pagé Indústria de Artefatos de Borracha Ltda, multa de R$ 201.057,54 (duzentos e um mil e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos); Gustavo Loureiro Ferreira Leite, multa de R$ 12.063,45 (doze mil e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos); Maria Lucia Peixoto Ferreira Leite Ribeiro de Lima, multa de R$ 12.063,45 (doze mil e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos); e Sílvio Jorge Rabello, multa de R$ 10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais), nos termos do voto Conselheiro Relator. Vencida a Conselheira Lenisa Prado. O plenário, por maioria, determinou o arquivamento em relação ao Fernando Borin Graziano por insuficiência de indícios de culpabilidade e participação na conduta, nos termos do voto da Conselheira Paula. Vencido o Conselheiro Relator. O plenário, por maioria, determinou a condenação da representada Juliana Botelho André, com aplicação de multa de R$ 10.641,00. (dez mil seiscentos e quarenta e um reais); nos termos do voto do Conselheiro Relator. Vencida a Conselheira Paula, o Conselheiro Mauricio e Conselheira Lenisa Prado. O plenário, determinou ainda, a transferência do documento SEI 0038537 para autos apartados de acesso restrito aos representados e ao CADE, de número 08700.002073/2020-11, conforme recomendado pelo Ministério Público Federal (SEI 0748550), nos termos do voto do Conselheiro Relator.

REFERENDOS

Despachos PRES nº 98/2020 (Acesso restrito), nº 100/2020 (Processo nº 8700.005161/2019-22), nº 101/2020 (Processo nº 08700.001434/2015-36), nº 102/2020 (Processo nº 08012.009198/2011-21), nº 103/2020 (Processo nº 08700.003188/2018-08) apresentados pelo Presidente Alexandre Barreto de Souza.

Despachos Decisórios nº 07/2020 (Processo nº 08700.005499/2015-51) e nº 08/2020 (Processo nº 08700.006673/2015-82) apresentados pelo Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann.

Despacho nº 8/2020 Procedimento Preparatório nº 08700.006673/2015-82

Representante(s): Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) ex officio; e Contabilizei Contabilidade Ltda.

Representados(as): Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo, Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal, Conselho Regional de Contabilidade do Goiás, Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso, Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul, Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Acre, Conselho Regional de Contabilidade do Amapá, Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas, Conselho Regional de Contabilidade do Pará, Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia, Conselho Regional de Contabilidade de Roraima, Conselho Regional de Contabilidade de Tocantins, Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas, Conselho Regional de Contabilidade da Bahia, Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco, Conselho Regional de Contabilidade do Piauí, Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão, Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe, Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte, Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba.

Advogados(as): José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Mário André Machado Cabral e outros.

O Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann apresentou proposta de avocação do Procedimento Preparatório nº 08700.006673/2015-82 com a consequente instauração de inquérito administrativo.

O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de avocação e determinou o retorno dos autos à Superintendência-Geral para a continuidade das investigações em sede de inquérito administrativo, nos termos do despacho do Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann.

APROVAÇÃO DA ATA

O Plenário, por unanimidade, aprovou a ata desta sessão.

Às 13h59 do dia 03 de junho de 2020, o Presidente do Cade, Alexandre Barreto de Souza, declarou encerrada a sessão.

Ficam desde já intimadas as partes e os interessados, na forma dos §§1º e 2º do artigo 103 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - RICADE, quanto aos resultados dos julgamentos do Plenário do Tribunal dos seguintes itens da ata, cujas respectivas decisões foram juntadas aos autos e estão disponíveis para consulta no Sistema Eletrônico de Informação - SEI: 1, 3 e 4.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário
Substituta

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 1.323, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Processo nº 02016.002237/2018-10.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA), no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº s/n, de 09 de janeiro de 2019, combinado com o disposto no inciso I do artigo 130 do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ibama nº 14, de 29 de junho de 2017;

Considerando o projeto que está sendo desenvolvido pelo Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB) visando à erradicação dos lixões no Estado da Paraíba;

Considerando que já foram celebrado termos de ajustamento de conduta com os seguintes municípios: Água Branca, Amparo, Aparecida, Areia de Baraúna, Areial, Assunção, Barra de São Miguel, Bernardino Batista, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Cabaceiras, Cachoeira dos Índios, Cacimba de Areia, Cacimbas, Cajazeiras, Cajazeirinhas, Caraúbas, Carrapateira, Catolé do Rocha, Coremas, Desterro, Emas, Esperança, Imaculada, Ingá, Jericó, Joca Claudino, Juazeirinho, Junco do Seridó, Juru, Lagoa, Mãe D'Água, Malta, Marizópolis, Maturéia, Monte Horebe, Monteiro, Natuba, Nazarezinho, Nova Olinda, Olho D'Água, Olivedos, Ouro Velho, Passagem, Patos, Paulista, Poço Dantas, Poço de José de Moura, Pombal, Princesa Isabel, Quixaba, Riacho dos Cavalos, Salgadinho, Santa Cruz, Santa Helena, Santa Luzia, Santa Terezinha, São Bentinho, São Bento, São Domingos de Pombal, São Domingos do Cariri, São João do Rio do Peixe, São João do Tigre, São José de Espinharas, São José de Piranhas, São José do Bonfim, São José do Brejo do Cruz, São José do Sabugi, São Sebastião de Lagoa de Roça, Soledade, Taperoá, Tavares, Teixeira, Tenório, Triunfo, Uiraúna, Umbuzeiro, Vieirópolis e Vista Serrana;

Considerando que nas tratativas houve a participação do IBAMA, através da Superintendência no Estado da Paraíba, tendo sido prevista a sua participação como também signatário dos termos de ajustamento de conduta visando à erradicação dos lixões no Estado da Paraíba;

Considerando que nos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados foram previstas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª: O Município obriga-se a, no prazo de 1 (um) ano, elaborar o Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) onde funciona/funcionava o lixão, e a apresentá-lo à SUDEMA, para fins de licenciamento.

CLÁUSULA 2ª: O Município compromete-se a informar à Promotoria de Justiça que subscreve este termo, em que estágio encontra-se o Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD), inclusive sobre as decisões ou pedidos de complementação por parte da SUDEMA;

CLÁUSULA 3ª: O Município compromissário assume a obrigação de, logo após a obtenção da licença ambiental dada pela SUDEMA ou assim que findo o prazo concedido no acordo de não persecução penal celebrado com o Procurador-Geral de Justiça, iniciar a execução do projeto de recuperação ambiental da área que antes servia como depósito de lixo ("lixão"), e concluir a recuperação no prazo total de 5 (cinco) anos, iniciando este prazo a partir da data da celebração deste TAC;

CLÁUSULA 4ª - O Município compromete-se a, doravante, mensalmente, informar a esta Promotoria de Justiça, para onde está sendo enviado o lixo desta cidade e quais as providências que estão sendo tomadas visando à implementação da coleta seletiva e compostagem

CLÁUSULA 5ª: Este compromisso produzirá efeitos legais a partir desta data, tendo eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85 e art. 784, IV, do Novo Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 6ª: Eventual descumprimento total ou parcial, de quaisquer das obrigações aqui assumidas, por parte do COMPROMISSÁRIO, nas condições e prazos estipulados no presente Termo, autoriza a aplicação de SANÇÃO representada por multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), conforme prevê o art. 11 da Lei 7.347/85.

Parágrafo único: O valor será acrescido de juros e correção monetária, enquanto constituído em mora, até que seja cumprida totalmente a obrigação e será destinado ao Fundo de Direitos da Paraíba, criado pela Lei Estadual nº 8.102/2006.

CLÁUSULA 7ª: As ações civis públicas eventualmente já manejadas pelo Ministério Público do Estado da Paraíba, pelo Ministério Público Federal e pelo IBAMA relativas aos lixões do Município serão objeto de pedido de suspensão;

CLÁUSULA 8ª: O presente termo de compromisso de ajustamento de conduta tem eficácia de título executivo extrajudicial, com reconhecimento de sua certeza e liquidez, podendo ser executado imediatamente após o vencimento dos prazos avençados, independentemente de qualquer notificação;

Considerando que, no despacho nº 5010166/2019-GABIN do processo nº 02016.002237/2018-19, foi determinada a remessa dos Termos de Ajustamento de Conduta para assinatura pela Presidência do IBAMA; resolve:

Confirmar a Participação do IBAMA nos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre o Ministério Público do Estado da Paraíba e o Ministério Público Federal com os municípios de Água Branca, Amparo, Aparecida, Areia de Baraúna, Areial, Assunção, Barra de São Miguel, Bernardino Batista, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Cabaceiras, Cachoeira dos Índios, Cacimba de Areia, Cacimbas, Cajazeiras, Cajazeirinhas, Caraúbas, Carrapateira, Catolé do Rocha, Coremas, Desterro, Emas, Esperança, Imaculada, Ingá, Jericó, Joca Claudino, Juazeirinho, Junco do Seridó, Juru, Lagoa, Mãe D'Água, Malta, Marizópolis, Maturéia, Monte Horebe, Monteiro, Natuba, Nazarezinho, Nova Olinda, Olho D'Água, Olivedos, Ouro Velho, Passagem, Patos, Paulista, Poço Dantas, Poço de José de Moura, Pombal, Princesa Isabel, Quixaba, Riacho dos Cavalos, Salgadinho, Santa Cruz, Santa Helena, Santa Luzia, Santa Terezinha, São Bentinho, São Bento, São Domingos de Pombal, São Domingos do Cariri, São João do Rio do Peixe, São João do Tigre, São José de Espinharas, São José de Piranhas, São José do Bonfim, São José do Brejo do Cruz, São José do Sabugi, São Sebastião de Lagoa de Roça, Soledade, Taperoá, Tavares, Teixeira, Tenório, Triunfo, Uiraúna, Umbuzeiro, Vieirópolis e Vista Serrana, nos termos das cláusulas transcritas acima.

EDUARDO FORTUNATO BIM

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 228, DE 8 DE JUNHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001856/2020-20. Interessada: Central Eólica Acauã I S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.842.703/0001-41. Objeto: Aprovar como Prioritários, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, os projetos da Central Geradora Eólica denominada Acauã I, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.RN.033597-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.757, de 28 de abril de 2020, e da Central Geradora Eólica denominada Acauã II, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.RN.033598-3.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.756 de 28 de abril de 2020, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 229, DE 8 DE JUNHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001857/2020-74. Interessada: Central Eólica Acauã II S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 35.842.708/0001-74. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada Baixa do Sítio, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.RN.033964-4.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.755, de 28 de abril de 2020, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 230, DE 8 DE JUNHO DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.002455/2020-15. Interessada: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, inscrita no CNPJ sob o nº 02.998.611/0001-04. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de melhoria em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.770, de 20 de abril de 2020, de titularidade da interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi/repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 1.661, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002730/2020-92, decide: (i) autorizar a CCEE a realizar, em junho de 2020, processamento extraordinário do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de que trata o inciso II do art. 5º da Resolução Normativa nº 693, de 15 de dezembro de 2015, para vigência a partir de janeiro de 2021; (ii) que, excepcionalmente, durante o processamento extraordinário de que trata o item (i), não poderão ser registradas na CCEE reduções contratuais, nos termos da Resolução Normativa nº 711, de 19 de abril de 2016, com vigência no ano de 2021; (iii) autorizar a CCEE a realizar, em agosto de 2020, processamento extraordinário do Mecanismo de Venda de Excedentes de que trata a alínea "a" do inciso I do art. 3º da Resolução Normativa nº 824, de 10 de julho de 2018, para vigência em 2021, considerando preliminarmente os mesmos limites de venda de energia convencional e convencional especial calculados para o ano de 2020.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 1.633, DE 8 DE JUNHO DE 2020

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001829/2020-77, decide (i) declarar, por exaurimento da finalidade, a perda de objeto do Pedido de Medida Cautelar interposto pela Mori Energia Holding S.A., nos termos do art. 14 da Norma de Organização ANEEL n° 001, aprovada pela Resolução Normativa n° 273; e (ii) encaminhar os autos à Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição - SRD, com o apoio da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, para análises e providências sobre as pendências informadas.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.642, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Processo nº 48500.002929/2020-11. Interessado: CZARNIKOW Brasil Ltda. Decisão: Autorizar a CZARNIKOW Brasil Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.794.616/0001-20, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.650, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Processo nº 48500.003626/2018-09. Interessado: Enerbios Consultoria em Energias Renováveis e Meio Ambiente Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Tradição, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.PR.040792-5.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Palmas, estado do Paraná. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 1.621, DE 5 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003866/2017-14, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Copel Distribuição S.A. e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Copel Distribuição S.A., conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

ADRIANÓPOLIS SOLUÇÕES TECNOLÓGICA LTDA	AIRLIVE TELECOM SERVIÇOS DE COUNICAÇÃO EIRELI	BAU & DORL LTDA
CENTER CONECTION INFORMÁTICA - EIRELI	CLEBER ATAIDE PASTI & CIA LTDA	DANIEL TORRES MAGARI - ME
DIRECT WIFI TELECOM LTDA	EBN INFORMÁTICA EIRELI	EJW TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME
ETH ENTERPRISE TECNOLOGIA LTDA - ME	FIBER CONEC TELECOM LTDA	GUILHERME PORTUGAL FREIXO
INSTITUTO CURITIBA DE INFORMÁTICA	JONES CRISTIAN GOERK MARTINI	JOSÉ FLAVIANO GOMES
LAST MILE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	M. K. TELECOMUNICAÇÕES LTDA	MARCELO SILVESTRE
MUNDIVOX COMUNICAÇÕES LTDA	PR COMUNICAÇÃO LTDA	ADENOR LUIZ GNOATTO ME
ALISSOM LUIZ DE CARVALHO - TELECOMUNICAÇÕES	BLZNET SERVIÇOS INTERNET LTDA ME	CALAZANS PASUCH LTDA ME
CHAMP TELECOM SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA	CONECTFIBRA TELECOM LTDA	DIGITAL DESING SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP
DISERCOM PROVEDOR DE SERVIÇOS LTDA	FAMATEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME	FIBERWI TELECOMUNICAÇÕES LTDA

DESPACHO Nº 1.622, DE 5 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003867/2017-69, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Enel Distribuição Goiás e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela a Enel Distribuição Goiás, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

ATLAS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA EIRELI	ONLINE TECNOLOGIA SOLUÇÕES EM INTERNET LTDA	SITELBRA SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA
TRL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	NET PREMIUN LTDA	

DESPACHO Nº 1.623, DE 5 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003890/2017-53, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Enel Distribuição São Paulo e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Enel Distribuição São Paulo, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

A & D PROVEDOR DE INTERNT LTDA	TOPNET - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO E MULTIMÍDIA - EIRELI - ME	SPEED FIBER CONNECTION LTDA - ME
OLIVEIRA SERVIÇOS E COMÉRCIO DE TELECOMUNICÇÕES E INFORMÁTICA EIRELI	JODSON DOS SANTOS S. PIRES	INFORMENCK COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA EIRELI
FYBER NET SERVIÇOS LTDA		

DESPACHO Nº 1.624, DE 5 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003998/2017-46, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Enel Distribuição Rio, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Enel Distribuição Rio, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

APSYS CLOUD TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA	MAR INTERNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI ME

DESPACHO Nº 1.628, DE 5 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003868/2017-11, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si

celebram a CEB Distribuição S.A. e Camon Provedor e Soluções em Internet LTDA. ME; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela CEB, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

CAMON PROVEDOR E SOLUÇÕES EM INTERNET LTDA ME

DESPACHO Nº 1.629, DE 5 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003996/2017-57, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - RGE e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela RGE, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

BOM TEMPO SEVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA EIRELI	BR MASTER PROVEDOR DE INTERNET LTDA	CHARLE RIBEIRO ALMEIDA ME
CONECTA INTERNET COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	DEFFERRARI SOLUÇÕES EM INTERNET LTDA	EBRANET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA
GARBIN CENTER INFORMÁTICA LTDA	GEE SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA	GIGA NET INFORMÁTICA LTDA
INTERNET O SUL COMÉRCIO E SRVIÇOS LTDA	MASTERSUL TELEOM LTDA	PORTALNET ACESSO A INTERNET LTDA
RIO GRANDE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA	RONY FÁBIO MARCON	SANTOS & FEL WIRELESS E INFORMÁTICA LTDA - ME
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A	VALTEMIR JOSÉ FRIGHETTO	VIA SUL PROVEDOR DE ACESSO A INTERNET LTDA - ME
WAGNER ROBERTO LUIZ DIDONE	ANTONY P. MARTINS ME	CHARLE RIBEIRO ALMEIDA ME
CST - CERENTINI SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA	ECLÉSIO M RANGEL SOLUÇÕES TECNOLÓGIACAS	EDITH MARIAN BECHE
GIGA NET INFORMÁTICA LTDA	M I INTERNET LTDA	MÁRCIO LUIS SELL TELECOM - ME
MÁRCIO PAULO GONÇALVES LEITE	MCNET - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA	NET 10 LTDA
NET.COM COMUNICAÇÕES EIRELI	NETMAX TECNOLOGIA LTDA	REGENCY COMUNICAÇÕES LTDA
ROGÉRIO DOS SANTOS MIGUELI COMUNICAÇÃO	SCHOSSLER E SILVA LTDA	SHEL NET INFORMÁTICA LTDA
TELECOMUNICAÇÕES RIOGRANDENSE LTDA	TIAGO ROST NET	TRENDSYS LTDA ME
TRIP TECNOLOGIA LTDA	VANDERLAN DA SILVA MACHADO - ME	VARGAS, RIOS & CIA LTDA
VIEIRA & LARA LTDA	VPM SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA	ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA
ATUATEC PROVEDOR DE INTERNET - EIRELI	CARLESSI COMÉRCIO E SOLUÇÕES DE INTERNET LTDA ME	DPS RS TELECOMUNICAÇÕES LTDA
EDILIANE GOTZ	EVERSON DOS SANTOS INFORMÁTICA - ME	FIRST TELECOM LTDA
GAÚCHA ONLINE PROVEDOR DE INTERNET LTDA	GIALES FISCHER GRUTZMANN & CIA LTDA	GIGACOM DO BRASIL LTDA
GL FIBRA SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	GUSTAVO G. DA ROZA ME	INTELITEL TELECOMUNICAÇÕES EIRELI
JG MANZONI EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA	JGM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	JOÃO VITOR XAVIER-ME
JURANDIR VIEIRA DA SILVA & CIA LTDA	L V DOS SANTOS CARDOSO - COMUNICAÇÕES	L V DOS SANTOS - INFORMÁTICA
LP PROVEDORA DE INTERNET E INSTALAÇÕES DE REDES TELEFÔNICAS LTDA	MAIKOL JUNIEL HOLZ - ME	METRO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA -ME
NAJA TELECOMUNICAÇÕES LTDA	NETCOMET COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	NETMITT IMPORTAÇÃO & MULTIMÍDIA EIRELI
NOROESTECOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	NOSSA TELECOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	ONE TELECOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA
ONSTARK SISTEMAS INTELIGENTES LTDA	PHOENIX FIBRA DO BRASIL S.A	PRONTOCOM SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA
R. FERREIRA INFORMÁTICA	DOMITEC INFORMÁTICA LTDA	RIO GRANDE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA
RK TELECOM PROVEDOR DE INTERNET LTDA	RTC INTERNET VIA RADIO LTDA	SERRASUL TELECOM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E INFORMÁTICA LTDA
SKYNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI	SUPERLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	TIAGO COINASKI
VEM PRA UNO PROVEDOR DE INTERNET LTDA	VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INF. S.A	VOINER CORSINI MARTINS

DESPACHO Nº 1.630, DE 5 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003994/2017-68, decide: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Energisa Paraíba, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

SEVERINO RAMIRO OLIVEIRA TEOTONIO	FRANCISCO ADSON DE MELO SOARES (TURBOLINK)	UPLINK INTERNT LTDA

DESPACHO Nº 1.631, DE 5 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005617/2017-63, resolve: (i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Energisa Sul - Sudeste - Distribuição de Energia S.A, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo; (ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Energisa Sul - Sudeste - Distribuição de Energia S.A, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

LIFE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA	WESLEY LUNA RAMIRES - ME	M.V. MENEZES TELECOMUNICAÇÕES EIRELI
FLEETNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	B. M. O. BUENO COMUNICAÇÕES	

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.673, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005686/2012-62, decide suspender, a partir de 10 de junho de 2020, a operação comercial das unidades geradoras (UG) das usinas termelétricas (UTE) abaixo:

UTE	CEG	UG	Empresa	Localização
Iguatu	UTE.PE.CE.028532-3.01	1, 3, 4, 5, 6 e 9	Enguia GEN CE Ltda.	Iguatu/CE
Caucaia	UTE.PE.CE.028528-5.01	1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8	Enguia GEN CE Ltda.	Caucaia/CE
Baturité	(UTE.PE.CE.028529-3.01	1, 2, 4, 5, 6, 7	Enguia GEN CE Ltda.	Baturité/CE
Aracati	UTE.PE.CE.028531-5.01	2, 3, 4, 5, 6 e 7	Enguia GEN CE Ltda.	Aracati/CE
Crato	UTE.PE.CE.028530-7.01	1, 2, 3, 5, 6, 7 e 8	Enguia GEN CE Ltda.	Crato/CE
Juazeiro do Norte	UTE.PE.CE.028534-0.01	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 9	Enguia GEN CE Ltda.	Juazeiro do Norte/CE
Enguia Pecém	UTE.PE.CE.028533-1.01	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9	Enguia GEN CE Ltda.	São Gonçalo do Amarante/CE
Campo Maior	UTE.PE.PI.028537-4.01	1, 2, 4, 6, 7 e 8	Enguia GEN PI Ltda.	Campo Maior/PI
Marambaia	UTE.PE.PI.028535-8.01	1, 3, 4, 5, 6 e 7	Enguia GEN PI Ltda.	Teresina/PI
Nazária	UTE.PE.PI.028536-6.01	1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8	Enguia GEN PI Ltda.	Teresina/PI
Altos	UTE.PE.PI.028538-2.01	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8	Enguia GEN PI Ltda.	Altos/PI

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DE 1.625, DE 5 JUNHO DE 2020

Processo nº: 48500.000360/2017-53. Interessado: CEA. Decisão: Homologar os valores dos empréstimos de 10/6/2020 no valor de R$ 19.286.894,99 (dezenove milhões, duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e noventa e quatro reais e noventa e nove centavos) e de 10/7/2020 e de 10/8/2020 no montante mensal de R$ 10.690.348,18 (dez milhões, seiscentos e noventa mil, trezentos e quarenta e oito reais e dezoito centavos) do Fundo da RGR à Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA para a prestação temporária do serviço público de distribuição de energia elétrica. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO Nº 1.655, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Processo nº 48500.002215/2019-79. Interessados: Fundação Governo Flávio Ribeiro Coutinho, unidade consumidora nº 837379, e Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. Decisão: conhecer do recurso interposto pelo consumidor Fundação Governo Flávio Ribeiro Coutinho, e no mérito, dar-lhe parcial provimento. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

DESPACHO Nº 1.656, DE 9 DE MAIO DE 2020

Processo nº 48500.005181/2019-74 Interessados: Sebastião Manoel Valério Júnior, CELPE - Companhia Energética de Pernambuco Decisão: dar parcial provimento à reclamação do consumidor. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 1.649, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Processo nº: 48500.005022/2019-70. Interessados: Agentes do setor de elétrico e Câmara de Comercialização de Energia - CCEE. Decisão: (i) aprovar as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

OTÁVIO RODRIGUES VAZ
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL TIPO II NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 54/2020

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
870.424/2019-RAFAEL DA SILVA SANTANA EIRELI- DOU de 17/02/2020

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO II NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 95/2020

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Ceramikalys Industria Ceramica e Comercio Ltda - 860973/17 - A.I. 4437/20, 860972/17 - A.I. 4438/20
Santo Expedito Mineração Ltda me - 861223/13 - A.I. 4506/20

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO II NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO
Relação nº 51/2020

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Tavares Pinheiro Industrial LTDA. Cpf/cnpj :60.860.277/0001-16 - Processo minerário: 820341/79 - Processo de cobrança: 996164/19 Valor: R$.2.076.150,24, Processo minerário: 820446/86 - Processo de cobrança: 996165/19 Valor: R$.6.921,53

MARCUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO II NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 126/2020

Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
850.228/2020-BRITA VALE DO ARAGUAIA MINERACAO LTDA
850.534/2020-HULDSON GONALVES AYRES
850.532/2020-ESDRAS CASTRO DA COSTA
850.480/2020-ANTONIA ZILDA DE MACEDO
850.526/2020-CFA CONSTRUCOES TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 133/2020

Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1730)
850.673/2015-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO-OF. N°369/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.674/2015-COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO DO CREPURIZÃO-OF. N°370/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.915/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO NORTE-OF. N°307/2020/DIFAM - PA/GER - PA
851.190/2017-JARINO FONSECA DE OLIVEIRA-OF. N°340/2020/DIFAM - PA/GER - PA, 343/2020/DIFAM - PA/GER - PA e 344/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.845/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO ESTADO DE RONDÔNIA COOGER LTDA-OF. N°331/2020/DIFAM - PA/GER - PA, 332/2020/DIFAM - PA/GER - PA e 333/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.844/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO ESTADO DE RONDÔNIA COOGER LTDA-OF. N°328/2020/DIFAM - PA/GER - PA, 329/2020/DIFAM - PA/GER - PA e 330/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.830/2016-JOSELIO FERREIRA LIMA-OF. N°353/2020/DIFAM - PA/GER - PA e 354/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.709/2016-FLAVIO WILLERS-OF. N°355/2020/DIFAM - PA/GER - PA, 356/2020/DIFAM - PA/GER - PA e 357/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.590/2016-THEODORO MAURICIO DE OLANDA-OF. N°363/2020/DIFAM - PA/GER - PA e 364/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.557/2016-ROZANGELA BOGÉA PEREIRA-OF. N°365/2020/DIFAM - PA/GER - PA e 366/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.556/2016-ROZANGELA BOGÉA PEREIRA-OF. N°367/2020/DIFAM - PA/GER - PA 368/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.370/2016-JOSÉ VICENTE DA CRUZ PINHEIRO-OF. N°361/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.369/2016-JOSÉ VICENTE DA CRUZ PINHEIRO-OF. N°362/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.368/2016-JOSÉ VICENTE DA CRUZ PINHEIRO-OF. N°359/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.300/2016-RIBEIRO OMAR DE CASTRO-OF. N°358/2020/DIFAM - PA/GER - PA
851.119/1995-COOMIGAPA COOPERATIVA DOS MINERADORES GARIMPEIROS DO PARA-OF. N°266/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.961/2016-CHRISTIAN PARDO NAVARRO-OF. N°336/2020/DIFAM - PA/GER - PA e 337/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.949/2016-JOSELIO FERREIRA LIMA-OF. N°334/2020/DIFAM - PA/GER - PA e 335/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.875/2016-JOSÉ APARECIDO DA SILVA MINERAÇÃO-OF. N°326/2020/DIFAM - PA/GER - PA 327/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.359/2017-ANTONIA SILVA BRASIL-OF. N°325/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.526/2017-ANTONIA SILVA BRASIL-OF. N°324/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.528/2017-ANTONIA SILVA BRASIL-OF. N°323/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.527/2017-ANTONIA SILVA BRASIL-OF. N°322/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.581/2017-IRIS LUCIA DE SOUSA RODRIGUES-OF. N°320/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.536/2018-EDSON BRITO DE MELO-OF. N°319/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.535/2018-EDSON BRITO DE MELO-OF. N°318/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.795/2017-DANIEL GEYERHAHN GARCIA-OF. N°315/2020/DIFAM - PA/GER - PA
850.529/2018-CHESTHER GOMES PEDRO-OF. N°310/2020/DIFAM - PA/GER - PA e 311/2020/DIFAM - PA/GER - PA

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 134/2020

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
BARRAGEM SP7B-MINERACAO RIO DO NORTE S A-950.000/1997-OF. N°111/2020/SESBM - PA/GER - PA
BARRAGENS SP5 OESTE, SP7B, SP9A, SP10, SP11, SP12, SP13, SP14 e SP15-MINERACAO RIO DO NORTE S A-950.000/1997-OF. N°112/2020/SESBM - PA/GER - PA

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO III NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação nº 53/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
890.211/2017-NADER PEDRO-ALVARÁ N°5572/2018
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
890.436/2015-AGUA MINERAL VALE DOS TUCANOS LTDA- Área de 46,60 para 21,16-água mineral-Duque de Caxias e Nova Iguaçu/RJ
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
890.048/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.
890.033/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.
890.032/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.
890.031/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.315/2017-FERNANDO NUNES DE AZEVEDO-OF. N°127/2020/SEREM - RJ/GER - RJ
890.047/2019-SERGIO RICARDO RODRIGUES MARINS-OF. N°126/2020/SEREM - RJ/GER - RJ
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
890.275/2016-BAYER S.A
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)
802.528/1975-MINERAÇÃO NOSSA SENHORA DA PENHA LTDA-OF. N°428/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.370/2004-AREAL TELÚRIO LTDA-OF. N°429/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.388/2004-AREAL TELÚRIO LTDA-OF. N°431/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.462/2001-AREAL TELÚRIO LTDA-OF. N°432/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.571/1999-AREAL TELÚRIO LTDA-OF. N°433/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.386/2001-PEDREIRA RUTH LTDA ME-OF. N°434/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.415/2005-RITA E COSTA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA-OF. N°435/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.327/1981-GUTIMPEX IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA-OF. N°422/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
803.024/1978-LEO GILLOT MINERAÇÃO LTDA-OF. N°417/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
808.350/1976-MINERAÇÃO SANTO EXPEDITO LTDA-OF. N°424/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
806.805/1975-LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.-OF. N°423/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.398/1999-MINERAÇÃO 7 AMIGOS LTDA ME-OF. N°440/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.071/2004-D.B DE SOUSA PEDRAS DECORATIVAS ME-OF. N°444/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.578/2007-MINERADORA BOTAFOGO 10 LTDA.-OF. N°448/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.567/2006-COMERCIAL SANTA IDÁLIA LTDA-OF. N°71/2019/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.347/2000-AGROPECUARIA ÁGUAS ZALLY LTDA ME-OF. N°454/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.256/1991-MINERAÇÃO ACQUAFINE LTDA-OF. N°452/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.106/1998-MATA ATLÂNTICA DE TERESÓPOLIS MINERADORA LTDA-OF. N°453/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.503/2006-AGUA MINERAL SERRAMAR MACAENSE LTDA-OF. N°451/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ

804.515/1975-INDUSTRIAL EXTRATIVA ARARUAMA LTDA-OF. N°449/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.263/2004-BERRO BRASIL MINERAÇÃO E AGRONEGOCIOS LTDA ME-OF. N°450/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.588/2009-GUILHERME CARVALHO SERAFIM ME-OF. N°447/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.175/1983-VEGASTONE MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA-OF. N°443/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.397/1996-VIEIRA INDUSTRIA E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°441/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.313/2001-MELO DUARTE COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°445/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
810.368/1976-GIEMAC ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.-OF. N°442/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
890.101/2009-PEDREIRA NOVA ROCHA EIRELI EPP-OF. N°203/2020/SEFAM-RJ/GER-RJ
990.493/2007-FLAPA ENGENHARIA E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°455/2020/SEFAM-RJ/GER-RJ
890.067/2003-AREAL VALE DO RIO PRETO EIRELI ME-OF. N°437/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.634/2011-AREIA BONITA DO VALE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°446/2020/SEFAM-RJ/GER-RJ
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.144/2010-PRIMOS SIMÕES EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-Registro de Licença N° 2.596/2010 - Vencimento em 28/02/2021
890.505/2009-AREAL ATLANTIDA LTDA ME- Registro de Licença N° 2.590/2010 - Vencimento em 28/02/2021
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.154/2016-CERÂMICA CINCO ESTRELAS LTDA.-OF. N°456/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.317/2010-MINERAÇÕES MONTES CLAROS LTDA-OF. N°438/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
890.538/2011-SRC CAMPOS CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°415/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO III NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO
Relação nº 18/2020

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
a. s. m. g. Antônio Sartório Mármores e Granitos Ltda Epp - 896105/17 - A.I. 4412/20
Jose Renato Piovezan - 896156/17 - A.I. 4389/20
Mariana Pavimentação e Terraplenagem Ltda - 896134/17 - A.I. 4386/20
Poliex Acabamentos Especiais Ltda - 896598/14 - A.I. 4382/20
Romulo Azevedo de Mendes - 896064/17 - A.I. 4414/20
Thiagno Klein - 896166/17 - A.I. 4415/20
Unibras Comercio Importação e Exportação Ltda - 896139/17 - A.I. 4410/20

VIRGÍLIO CÉZAR DE MACÊDO MOTA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO III NO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO
Relação nº 31/2020

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
826.386/2006-Fonte de Água Mineral Siqueirense EIRELI- AI N°4434/2020
Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
826.087/2020-RTB GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA.- DOU de 09/06/2020

CARLOS ALBERTO DIETER
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO IV NO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Relação nº 31/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
886.054/2017-CESAR CASSOL-ALVARÁ N°7291/17/09/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
886.133/2019-AREAL JAMARI LTDA ME-Registro de Licença N° 06/2020 - Vencimento em 01/08/2022

JOAQUIM RIBEIRO NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL TIPO IV NO ESTADO DE TOCANTINS

DESPACHO
Relação nº 20/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.161/2010-O2IRON MINERAÇÃO LTDA-OF. N°36/2020/SEREM - TO/GER - TO
864.282/2012-OSVALDO MOREIRA DE LIMA-OF. N°41/2020/SEREM - TO/GER - TO
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
864.157/2015-CELMO GERALDO AMORIM-ALVARÁ N°840/2017
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.015/2020-MINDUS MINERAIS INDUSTRIAIS EPP-OF. N°13/2020/SEREM - TO/GER - TO

MOACIR HARUO MASSANI
Gerente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 21/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito prorrogação do prazo do alvará de pesquisa(195)
864.157/2015-CELMO GERALDO AMORIM- DOU de 06/02/2020
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito exigência(1284)
864.020/2020-GF6 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-OF. N°OF. N° 35/2020/SEFAM - TO/GER - TO-DOU de 22/04/2020

MOACIR HARUO MASSANI
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL TIPO IV NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 2/2020

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Joseani do Nascimento Silva - 848147/14 - Not.61/2020 - R$ 4.160,69
Soluções em Mineração Eireli me - 848069/18 - Not.63/2020 - R$ 4.160,69, 848070/18 - Not.65/2020 - R$ 4.160,69, 848071/18 - Not.67/2020 - R$ 4.160,69, 848072/18 - Not.71/2020 - R$ 4.160,69

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 3/2020

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Joseani do Nascimento Silva - 848147/14 - Not.60/2020 - R$ 8.487,23
Soluções em Mineração Eireli me - 848069/18 - Not.62/2020 - R$ 7.746,99, 848070/18 - Not.64/2020 - R$ 7.928,05, 848071/18 - Not.66/2020 - R$ 7.200,66, 848072/18 - Not.70/2020 - R$ 6.495,62

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 44/2020

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Lion Mineracao Brasil Ltda - 848253/16, 848254/16

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

DESPACHO
Relação nº 279/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
2192/2020-803.002/2020-TERRAS DO NORTE MINERADORA LTDA-
2194/2020-803.065/2020-GAMARY EMPREENDIMENTOS LTDA-
2195/2020-803.068/2020-ORO PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA-
2193/2020-803.046/2020-EXPLORATION OUTCOMES ASSESSORIA E PARTICIPACOES L-
2196/2020-803.069/2020-ANA CÉLIA MARIA RIBEIRO BARBOSA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 280/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
2202/2020-860.221/2020-VALE DA SERRA MINERACAO LTDA-
2201/2020-860.220/2020-EVELCI DE ROSSI-
2199/2020-860.476/2019-FABIANO DIAS MENDES-
2200/2020-860.628/2019-PHANTHOM GREEN MINERADORA LTDA ME-
2203/2020-860.228/2020-SIMONE DE SOUSA PEREIRA COSTA-
2204/2020-860.229/2020-NEUDA APARECIDA BOTELHO ROSA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
2210/2020-860.535/2019-WASHINGTON MINERAÇÃO LTDA. ME-
2209/2020-860.531/2019-WASHINGTON MINERAÇÃO LTDA. ME-
2211/2020-860.536/2019-WASHINGTON MINERAÇÃO LTDA. ME-
2216/2020-860.856/2019-ROGER GIOVANE XAVIER-
2215/2020-860.792/2019-MINERAÇÃO GNB LTDA-
2214/2020-860.782/2019-WASHINGTON MINERAÇÃO LTDA. ME-
2212/2020-860.767/2019-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A-
2213/2020-860.770/2019-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A-
2218/2020-860.223/2020-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
2217/2020-860.222/2020-LUIZ ALMEIDA RESENDE-
2208/2020-860.164/2019-CALCARIO URUAÇU LTDA-
2207/2020-860.944/2018-REINALDO CALDEIRA DE MOURA FILHO-
2206/2020-860.943/2018-REINALDO CALDEIRA DE MOURA FILHO-
2205/2020-860.442/2018-MINERAL GROUP PARTICIPAÇÕES LTDA.-
2219/2020-860.226/2020-MINERADORA VALE DO CERRADO LTDA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
2197/2020-860.924/2019-CRISTALINA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-
2198/2020-860.231/2020-SHOPPING DAS AREIAS E SERVICOS EIRELI-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 281/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
2276/2020-830.858/2019-BRASIL SOURCE MINERAÇÃO LTDA-
2275/2020-830.857/2019-BRASIL SOURCE MINERAÇÃO LTDA-
2274/2020-830.856/2019-BRASIL SOURCE MINERAÇÃO LTDA-
2273/2020-830.855/2019-BRASIL SOURCE MINERAÇÃO LTDA-
2272/2020-830.854/2019-BRASIL SOURCE MINERAÇÃO LTDA-
2271/2020-830.853/2019-BRASIL SOURCE MINERAÇÃO LTDA-
2270/2020-830.852/2019-BRASIL SOURCE MINERAÇÃO LTDA-
2269/2020-830.851/2019-BRASIL SOURCE MINERAÇÃO LTDA-
2268/2020-830.850/2019-BRASIL SOURCE MINERAÇÃO LTDA-
2267/2020-830.849/2019-BRASIL SOURCE MINERAÇÃO LTDA-
2266/2020-830.848/2019-BRASIL SOURCE MINERAÇÃO LTDA-
2265/2020-830.847/2019-BRASIL SOURCE MINERAÇÃO LTDA-
2264/2020-830.846/2019-BRASIL SOURCE MINERAÇÃO LTDA-
2263/2020-830.845/2019-BRASIL SOURCE MINERAÇÃO LTDA-
2262/2020-830.844/2019-BRASIL SOURCE MINERAÇÃO LTDA-
2261/2020-831.143/2018-LIGAS DE ALUMÍNIO S.A LIASA-
2278/2020-831.512/2019-DIAMANDEL MINERAÇÃO LTDA-
2279/2020-831.523/2019-DIAMANDEL MINERAÇÃO LTDA-
2280/2020-830.015/2020-KÁSSIA JUSTINO DORNELAS ME-
2277/2020-831.027/2019-MINERADORA MINHA PEDRA LTDA ME-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
2229/2020-830.098/2020-JOSÉ GALVÃO RUBIM JÚNIOR ME-
2228/2020-830.051/2020-FERLIG FERRO LIGA LTDA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
2232/2020-830.691/2019-OMMEGHA INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS E DERIVADOS DE ITABORAI LTDA-
2234/2020-830.830/2019-TRANSMITA MINERAÇÃO LTDA-
2241/2020-830.895/2019-FERRAZ BRASIL MÁRMORES E GRANITOS LTDA-
2242/2020-830.910/2019-LEILA CALISTA DE ALMEIDA-
2243/2020-830.911/2019-LEILA CALISTA DE ALMEIDA-
2244/2020-830.914/2019-EDIMAR SOARES JARDIM-
2236/2020-830.884/2019-LEANDRA MAGNAGO ANDRIAO DE ARAUJO-
2237/2020-830.885/2019-LEANDRA MAGNAGO ANDRIAO DE ARAUJO-
2238/2020-830.886/2019-EDIMAR SOARES JARDIM-
2260/2020-831.126/2019-MINERAÇÃO MARIANELLI LTDA.-
2253/2020-831.025/2019-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA-
2254/2020-831.038/2019-GILSON DE MAIO REIS-
2258/2020-831.108/2019-MINERAÇÃO K3 EIRELI-
2259/2020-831.120/2019-R & S TRANSPORTES LTDA-
2245/2020-830.925/2019-CARLOS ALBERTO LOBATO JUNIOR-
2246/2020-831.006/2019-PEDRAS DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-
2250/2020-831.018/2019-IRAN ROBSON MIRANDA-
2251/2020-831.019/2019-IRAN ROBSON MIRANDA-
2252/2020-831.022/2019-RUBENS LUIZ GHISOLFI-
2255/2020-831.049/2019-GRANITOS CRICIÚMA LTDA ME-
2256/2020-831.080/2019-UNION ROCHAS LTDA.-
2257/2020-831.105/2019-MINERAÇÃO J.A LTDA EPP-
2230/2020-830.456/2019-GRAM SUL GRANITOS E MÁRMORES LTDA. ME.-
2231/2020-830.674/2019-VINICIUS OLIVEIRA DOS ANJOS-
2233/2020-830.828/2019-ORTHO MINERACAO EIRELI ME-
2235/2020-830.842/2019-WILLIAN HUMBERTO VITORINO DE OLIVEIRA-
2239/2020-830.890/2019-BLC MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA. ME-
2240/2020-830.891/2019-MONTE SIÃO MINERAÇÃO EIRELI-
2247/2020-831.009/2019-GRAM SUL GRANITOS E MÁRMORES LTDA. ME.-
2248/2020-831.011/2019-GRAM SUL GRANITOS E MÁRMORES LTDA. ME.-
2249/2020-831.012/2019-GRAM SUL GRANITOS E MÁRMORES LTDA. ME.-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 282/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito a publicação de despachos em duplicidade.(2292)
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.977/2013 - Evento nº 321
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 831.958/2014 - Evento nº 321
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.907/2014 - Evento nº 321
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.250/2018 - Evento nº 321
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.251/2018 - Evento nº 321
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.258/2018 - Evento nº 321
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 831.441/2012 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 831.685/2012 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 831.686/2012 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 831.733/2012 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 833.051/2012 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 830.435/2013 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 830.498/2013 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 830.837/2013 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.579/2013 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.580/2013 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.963/2013 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 833.353/2013 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 833.365/2013 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 833.613/2013 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 831.032/2014 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 831.959/2014 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.107/2014 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.124/2014 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.258/2014 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.444/2014 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.461/2014 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.487/2014 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.799/2014 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 830.196/2018 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.008/2018 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.144/2018 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.154/2018 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.168/2018 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.245/2018 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.259/2018 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.260/2018 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.322/2018 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.370/2018 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 830.047/2019 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 830.126/2019 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 830.165/2019 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 830.167/2019 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 830.233/2019 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 830.963/2019 - Evento nº 322
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 830.074/2006 - Evento nº 323
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 830.787/2013 - Evento nº 323
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.840/2013 - Evento nº 323
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.848/2013 - Evento nº 323
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 833.050/2013 - Evento nº 323
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 833.710/2013 - Evento nº 323
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.828/2014 - Evento nº 323
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.845/2014 - Evento nº 323
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 831.345/2018 - Evento nº 323
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 832.276/2018 - Evento nº 323
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 830.058/2019 - Evento nº 323
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 830.067/2019 - Evento nº 323
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 830.244/2019 - Evento nº 323
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 830.248/2019 - Evento nº 323
Relação n° 129-Publicada no DOU de 25/03/2020- Processo nº 831.059/2019 - Evento nº 323

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 283/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
2301/2020-850.742/2019-POSTO NERÓPOLIS LTDA-
2300/2020-850.740/2019-MARIA DE LOURDES DE MIRANDA ALVES-
2302/2020-850.917/2019-ZENILDA CARLOS DE OLIVEIRA-
2304/2020-851.012/2019-PEDRO HENRIQUE DO NASCIMENTO SOUSA-
2303/2020-851.010/2019-PEDRO HENRIQUE DO NASCIMENTO SOUSA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
2299/2020-850.806/2019-MINERADORA TAPAJÓS - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 284/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
2293/2020-830.441/2020-"SELOMITRAL SERVICOS DE LOCACOES-
2292/2020-830.031/2020-JOSÉ CARLOS DA SILVA-
2291/2020-830.012/2020-KÁSSIA JUSTINO DORNELAS ME-

2283/2020-831.010/2019-GRAM SUL GRANITOS E MÁRMORES LTDA. ME.-
2294/2020-830.484/2020-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
2295/2020-830.486/2020-VALECIA VALERIO VIANA DE SOUZA-
2289/2020-831.404/2019-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-
2290/2020-831.405/2019-MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA.-
2287/2020-831.219/2019-GEO IMAGEM AEROFOTOGRAMETRIA LTDA-
2288/2020-831.221/2019-WANDERSON FARIAS DE CAMARGOS-
2285/2020-831.213/2019-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA.-
2286/2020-831.215/2019-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA.-
2284/2020-831.210/2019-WALISSON REINALDO DA COSTA-
2282/2020-830.680/2019-PEDRO DA SILVA LIMA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2298/2020-830.140/2020-WILSON MACHADO CORREIA-
2296/2020-830.579/2019-MINERACAO FERRO NORDESTE LTDA-
2297/2020-831.031/2019-THIAGO JOSÉ SILVA SOUZA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

2281/2020-830.442/2020-OURO VERDE MINERACAO E FLORESTAS EIRELI-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 285/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2227/2020-810.201/2020-ECOTERRA MINERAÇÃO LTDA-
2223/2020-810.481/2019-PASSO REAL PARQUE HOTEL LTDA-
2222/2020-810.480/2019-PASSO REAL PARQUE HOTEL LTDA-
2226/2020-810.484/2019-PASSO REAL PARQUE HOTEL LTDA-
2224/2020-810.482/2019-PASSO REAL PARQUE HOTEL LTDA-
2225/2020-810.483/2019-PASSO REAL PARQUE HOTEL LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

2220/2020-810.284/2020-JOINVILLE MINERAÇÃO LTDA.-
2221/2020-810.285/2020-JOINVILLE MINERAÇÃO LTDA.-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 286/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2306/2020-864.189/2019-SÔNIA MENELIK DA COSTA-
2305/2020-864.187/2019-TRAJANO CONSULTORIA MINERAL LTDA-
2308/2020-864.231/2019-SELEONE CARLOS DE MOURA JUNIOR-
2309/2020-864.029/2020-LEYBER AQUINO LIMA-
2311/2020-864.037/2020-INVESTCO S.A.-
2310/2020-864.036/2020-INVESTCO S.A.-
2307/2020-864.190/2019-FERNANDO CAVALHEIRO MACHADO-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2312/2020-864.323/2018-POSTO NERÓPOLIS LTDA-
2313/2020-864.032/2019-ITAPOROROCA BRITAS LTDA ME-
2314/2020-864.045/2019-POSTO NERÓPOLIS LTDA-
2316/2020-864.178/2019-VITOR DARKOUBI INVESTIMENTOS LTDA-
2318/2020-864.033/2020-M P O TRANSPORTADORA DE CARGAS EIRELI-
2315/2020-864.173/2019-RONALDO MENDES BORGES-
2317/2020-864.191/2019-KENNIA AZEVEDO DE SOUSA-
2319/2020-864.041/2020-CONSTRUTORA SILVA & SOARES LTDA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO Nº 395, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista os documentos que constam do processos ANP nº 48610.222846/2019-65, e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP n.º 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Empresa Arujá Terminais Eireli, CNPJ nº 32.064.752/0001-02, autorizada a operar um Terminal Terrestre para movimentação e armazenamento de produtos inflamáveis e combustíveis Classes I a III (Norma ABNT NBR 17.505) localizado no município de Arujá/SP, composto pelas instalações descritas abaixo e instalações complementares:

a) Seis tanques verticais de armazenamento com as seguintes características:

Bacia	Número do Tanque	Tipo de Tanque	Tipo de Teto	Material	Diâmetro (m)	Altura (m)	Capacidade (m^3)	Classe de Produtos
01	TQ-1	Vertical	Fixo com Selo Flutuante (selagem simples)	Aço Carbono A-36	6,68	11,25	394	Classe I a III
01	TQ-2	Vertical	Fixo com Selo Flutuante (selagem dupla)	Aço Carbono A-36	6,68	11,25	394	Classe I a III
01	TQ-3	Vertical	Fixo com Selo Flutuante (selagem simples)	Aço Carbono A-36	6,68	11,25	394	Classe I a III
01	TQ-4	Vertical	Fixo com Selo Flutuante (selagem simples)	Aço Carbono A-36	6,68	11,25	394	Classe I a III
01	TQ-5	Vertical	Fixo com Selo Flutuante (selagem dupla)	Aço Carbono A-36	6,68	11,25	394	Classe I a III
01	TQ-6	Vertical	Fixo com Selo Flutuante (selagem dupla)	Aço Carbono A-36	6,68	11,25	394	Classe I a III

b) Plataforma Rodoviária

Plataforma	Baia	Tipo de Carregamento	Capacidade de Operação Simultânea
1	1	Top Load	2 Caminhões-tanque
1	2	-	Caminhão Bitrem

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.
Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO Nº 396, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o que consta do processo ANP n. º 48610.204981/2020-62 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP n.º 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO, CNPJ 02.709.449/0032-55, autorizada a pré-operar para efeito de testes e de comissionamento o oleoduto OSSP A14, para o transporte de GLP entre a Estação de São Bernardo do Campo - ESBC e a Refinaria de Capuava - RECAP, no Estado de São Paulo.

Art. 2º A empresa Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO deverá realizar os testes até o dia 30/09/2020.

Art. 3º A empresa Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO deverá apresentar um relatório das atividades desenvolvidas no período para a obtenção da Autorização de Operação definitiva.

Art. 4º Esta Autorização será cancelada no caso não sejam mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga e caso seja descumprido o prazo para envio do Relatório descrito no Art. 3° desta Autorização.

Art 5º Fica revogada a Autorização nº 215/2020, de 6 de abril de 2020.

Art. 6º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA III

SUPERINTENDÊNCIA DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

DESPACHO Nº 464, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo Regimento Interno e pela Resolução de Diretoria nº 442, de 11 de julho de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.208400/2020-61, resolve:

1.Ficam estabelecidos os preços de referência do gás natural produzido em abril de 2020 em cada campo, apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução ANP nº 40, de 14 de dezembro de 2009, para fins do recolhimento de participações governamentais e de terceiros, com fundamento no art. 8º do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, no art. 47 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no art. 42-A da Lei nº 12.351 de 22 de dezembro de 2010.

2.A tabela contendo os preços de referência do gás natural está disponibilizada na página da ANP na internet (www.anp.gov.br).

THIAGO NEVES DE CAMPOS

DESPACHO Nº 465, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo Regimento Interno e pela Resolução de Diretoria nº 442, de 11 de julho de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.208398/2020-21, resolve:

1.Ficam estabelecidos os preços de referência do petróleo produzido em abril de 2020 em cada campo, apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução ANP nº 703, de 26 de setembro de 2017, para fins do recolhimento de participações governamentais e de terceiros, com fundamento no art. 7º-A do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, no art. 47 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no art. 42-A da Lei nº 12.351 de 22 de dezembro de 2010.

2.A tabela contendo os preços de referência do petróleo está disponibilizada na página da ANP na internet (www.anp.gov.br).

THIAGO NEVES DE CAMPOS

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ 00.357.038/0001-16
NIRE 53300002819

ATA DA 566ª REUNIÃO
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2020

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e vinte, às nove horas e trinta minutos, por videoconferência, instalou-se, extraordinariamente, o Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, nos moldes do item 8.4.2 do seu Regimento Interno e secretariado por mim, ALLAN ARRUDA DE CASTRO, Secretário-Geral. Foram apresentados votos por escrito favoráveis à aprovação dos temas em Deliberação, conforme previsto do item 8.6.1.1 do seu Regimento Interno. Participaram o Presidente, WILSON FERREIRA JÚNIOR, e os Conselheiros MARCIO SZECHTMAN, ROBERTO PARUCKER, LEONARDO DE PAIVA ROCHA, GLEIDE ALMEIDA BRITO, RAFAELO ABRITTA e GISÉLIA DA SILVA. Dando início aos trabalhos, o Conselho passou aos assuntos da pauta, a seguir: I - PONTOS DE DELIBERAÇÃO: 1. PROC. PSG-0161/2020 (APROVADO) - RELATOR: Conselheiro ROBERTO PARUCKER - DELIBERAÇÃO Nº 0042/2020 - ASSUNTO: Captação de recursos, por meio de emissão de Cédula de Crédito Bancário - CCB, a ser firmada com o Banco Bradesco. O Conselho de Administração da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de sua atribuição estatutária e considerando a RD-0143/2020, de 29.04.2020, e a exposição feita pelo relator, DELIBERA: 1. Aprovar a captação de recursos, por meio de emissão de Cédula de Crédito Bancário - CCB, a ser firmada com o Banco Bradesco, nas seguintes condições: Taxa: CDI + 3,02% ao ano; Prazo: 12 meses; Montante: R$ 1 bilhão (um bilhão de reais); Pagamento de Juros: Semestral; Amortização: No Vencimento (bullet); Garantia: Aval da Eletrobras. 2. Aprovar a quitação integral com a Eletrobras do saldo devedor do contrato ECF 2794. 3. Aprovar a quitação parcial do contrato de empréstimo com a State Grid, no montante referente à diferença dos recursos recebidos com a CCB e o valor utilizado para quitar o contrato com a Eletrobras (ECF 2794) e, dependendo da disponibilidade de caixa, proceder com a quitação integral do contrato. 4. Aprovar a suplementação orçamentária da Eletronorte no momento da revisão do Programa de Dispêndios Globais de 2020, tanto na rubrica de empréstimos (Recursos) quanto para amortização de dívidas (Dispêndios). Antes de passar para o próximo item da pauta, a Conselheira Gisélia Silva solicitou registrar em ata que a Diretoria Executava da Eletronorte observe a sugestão do CAE/Eletrobras de ampliação do uso dos recursos, haja vista que a deliberação constante menciona o uso para pagamento apenas à Eletrobrás e à State Grid. O relator informou que na medida do possível o uso dos recursos será ampliada. Contudo, o valor da dívida com a Eletrobras e com State Grid Brasil (mais caras) montam valores muito próximos ao valor captado, e caso haja frustrações ou outras oportunidades, a Eletronorte fará conforme solicitado. 2. PROC. PSG-0159/2020 (RETIRADO DE PAUTA) - RELATOR: Conselheiro ROBERTO PARUCKER - ASSUNTO: Renegociação dos Contratos firmados com a empresa Mega Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. O processo foi retirado de pauta para ajustes. II. PROCESSO PARA CONHECIMENTO: o Conselho tomou conhecimento do processo a seguir: 1. PROC. PSG-0158/2020 - RELATOR: Conselheiro ROBERTO PARUCKER - ASSUNTO: Análise da Carta Albras NHB-28-2020 - Solicitação de prorrogação das faturas de energia e da reconsideração dos registros de faturamento por consumo da Albras. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo suficiente à lavratura da Ata, que vai assinada por mim, pelo Presidente e pelos Conselheiros presentes. Brasília, 30 de abril de 2020. (Ass.) WILSON FERREIRA JÚNIOR, MÁRCIO SZECHTMAN, ROBERTO PARUCKER, GLEIDE ALMEIDA BRITO, LEONARDO DE PAIVA ROCHA, RAFAELO ABRITTA e GISÉLIA SILVA. Declaro, na qualidade de Secretário-Geral da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. Eletronorte, que o presente livro é cópia integral e fiel da Ata transcrita às fls. 032 a 033 do "Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração" nº 16. REGISTRO E ARQUIVAMENTO NA JCDF SOB O Nº 1383621, em 19.05.2020.

AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)
Tabela 1

Ativo	Nota	31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)	01.01.2018 (Reapresentado)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	66.252	41.729	10.560
Títulos e valores mobiliários	6	3.152	43.944	25.314
Clientes	7	721.489	842.921	481.200
Repactuação do risco hidrológico - GSF		1.125	1.125	7.490
Tributos a recuperar	8	40.347	25.891	5.649
Cauções e depósitos judiciais	19	26.188	235.449	48.334
Almoxarifado	9	52.627	44.942	38.293
Outros ativos	10	172.828	140.330	7.059
Ativo contratual	12	41.543	41.543	138.292
Total do ativo circulante		1.125.551	1.417.874	762.191
Não circulante				
Clientes	7	276.164	-	-
Cauções e depósitos judiciais	19	61.603	75.187	69.697
Tributos a recuperar	8	278	-	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	21.006	-	-
Outros ativos	10	374.403	76.036	9.071
Ativo contratual	12	131.325	140.992	145.630
Imobilizado	11	2.694.325	2.843.790	1.783.456
Intangível		5.868	5.868	5.868
Total do ativo não circulante		3.564.972	3.141.873	2.013.722
Total do ativo		4.690.523	4.559.747	2.775.913

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)
Tabela 2

Passivo	Nota	31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)	01.01.2018 (Reapresentado)
Circulante				
Fornecedores	14	208.657	525.517	382.775
Empréstimos	15	326.638	1.200.925	836.996
Imposto de renda e contribuição social	8	130.701	65.261	14.656
Tributos a recolher	8	397.855	396.117	256.884
Arrendamento mercantil (Leasing a pagar)	16	159.377	152.122	-
Folha de pagamento e obrigações estimadas		31.304	22.528	26.375
Encargos setoriais		44.025	26.249	15.101
Obrigações com partes relacionadas	17	25	42.921	49.965
Outros passivos		37.186	10.212	3.058
Total do passivo circulante		1.335.768	2.441.852	1.585.810
Não circulante				
Empréstimos	15	2.131.638	1.101.219	1.174.740
Impostos diferidos passivos	8	-	-	32.895
Arrendamento mercantil (Leasing a pagar)	16	703.916	823.993	-
Benefício pós-emprego		16.776	8.839	438
Provisões para riscos	18	639.476	59.332	49.298
Obrigações com partes relacionadas	17	-	569.900	544.186
Total do passivo não ciruclante		3.491.806	2.563.283	1.801.557
Patrimônio líquido				
Capital social	19	497.946	497.946	489.068
Outros resultados abrangentes		12.557	13.420	16.928
Prejuízos acumulados		(647.554)	(956.754)	(1.117.450)
Total do patrimônio líquido		(137.051)	(445.388)	(611.454)
Total do passivo e patrimônio líquido		4.690.523	4.559.747	2.775.913

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)
Tabela 3

DESCRIÇÃO	NOTAS	2019	2018 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	2.644.216	762.885
Custo com energia elétrica	21		
Encargos de uso da rede elétrica		(81.839)	(43.250)
Energia comprada para revenda		(163.621)	336.884
		(245.460)	293.634
Custo de operação	22		
Pessoal, material e serviços de terceiros		(172.582)	(183.693)
Depreciação imobilizado e leasing		(150.606)	(136.876)
Combustível para produção de energia elétrica		(2.134.911)	(354.632)
Recuperação de despesas - ESS		157.105	1.240.088
Recuperação de despesas - CCC		1.094.849	-
Outros		(185.703)	(792.817)
		(1.391.848)	(227.930)
Custo de construção		(17.228)	(39.551)
CUSTO OPERACIONAL		(1.654.536)	26.153
LUCRO BRUTO		989.680	789.038
DESPESA OPERACIONAL	22	(177.387)	(82.693)
RESULTADO OPERACIONAL		812.293	706.345
Receita financeira	23	126.030	79.255
Despesa financeira	23	(559.067)	(594.013)
RESULTADO FINANCEIRO		(433.037)	(514.758)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		379.256	191.587
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(91.062)	(44.891)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	21.006	32.895
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		309.200	179.591

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)
Tabela 4

	2019	2018 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	309.200	179.591
Outros resultados abrangentes	(863)	(3.508)
Resultado abrangente total	308.337	176.083

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)
Tabela 5

	Ref	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018, como previamente divulgado		436.750	(1.686)	(881.603)	(446.539)
Correção do capital social	(a)	52.318	# -	# -	52.318
Impacto da retificação de erros	(a)	-	18.614	(235.847)	(217.233)
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (Reapresentado)		489.068	16.928	(1.117.450)	(611.454)
Integralização de capital		8.878	-	-	8.878
Ajuste adoção inicial CPC 47 (reapresentado)				(28.861)	(28.861)
Ajuste da desverticalização		-	-	9.966	9.966
Outros resultados abrangentes		-	(3.508)	-	(3.508)
Lucro líquido do exercício, como previamente divulgado		-	-	167.346	167.346
Impacto da retificação de erros				12.245	12.245
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)		497.946	13.420	(956.754)	(445.388)
Lucro líquido do exercício		-	-	309.200	309.200
Outros resultados abrangentes		-	(863)	-	(863)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		497.946	12.557	(647.554)	(137.051)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)
Tabela 6

DESCRIÇÃO	Notas	2019	2018 (Reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado antes dos impostos		379.256	191.587
Ajustes para conciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:			
Depreciação - imobilizado e leasing	11	150.891	137.322
Encargos financeiros sobre empréstimos e leasing		509.533	511.943
Reversão do arrendamento mercantil		(431.860)	(410.475)
Despesa/(Receita) - avaliação atuarial		7.074	4.895
receita de construção	20	(4.252)	(32.908)
Títulos e Valores Mobiliários - rendimento de aplicações	23	(21.409)	(8.218)
Atualização monetária ativa		(6.664)	(2.304)
Atualização monetária passiva		14.799	30.921
Variação cambial passiva	23	3.713	3.639
Baixa de depósitos judiciais		-	84.983
Baixa de imobilizado	11	5.709	1.597
Baixa de ativo contratual	12	24.614	117.181
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	64.879	-
Provisões (Reversões) para perdas em depósitos judiciais	18	31.472	-
Provisão (Reversão) para riscos	18	(3.089)	5.846
Redução ao valor recuperável de ativos	11	-	11.440
Financeira - Retorno do Investimento	20	(10.696)	(11.746)
		713.970	635.703
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Clientes		(219.611)	(361.721)
Outros ativos		(234.888)	(274.496)
Fornecedores		(320.573)	50.836
Outros passivos		294.832	208.615
		(480.240)	(376.766)
Caixa proveniente das atividades operacionais		233.730	258.937
Pagamento de encargos financeiros	15	(211.258)	(46.789)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(49.269)	-
Cauções e depósitos judiciais		193.762	(278.826)
		(66.765)	(325.615)
Caixa líquido das atividades operacionais		166.965	(66.678)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado	11	(7.135)	(25.765)
Aquisição de ativo contratual	12	-	-
Títulos e valores mobiliários		(312.202)	(10.412)
Caixa líquido das atividades de investimento		(319.337)	(36.177)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos obtidos	15	231.742	135.123
Pagamento de empréstimos	15	(54.847)	(1.099)
		176.895	134.024
Caixa líquido das atividade de financiamento			
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa		24.523	31.169
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		41.729	10.560
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		66.252	41.729
Variação em caixa e equivalentes de caixa		24.523	31.169

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)
Tabela 7

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

DESCRIÇÃO	NOTAS	2019	2018 (Reapresentado)
RECEITAS			
Receitas de vendas de energia e serviços	20	3.730.678	1.101.531
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.2	(64.879)	-
		3.665.799	1.101.531
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	21	(81.839)	(43.250)
Energia comprada para revenda - MCP e PIE´S	21	(163.621)	336.884
Material		(12.431)	(16.296)
Serviços de terceiros		(98.731)	(75.275)
Combustíveis p/produção de energia elétrica	22	(2.134.911)	(354.632)
Recuperação de despesa - ESS	22	157.105	1.240.088
Recuperação de despesa - CCC	22	1.094.849	-
Outros		(31.110)	36.553
		(1.270.689)	1.124.072
VALOR ADICIONADO BRUTO		2.395.110	2.225.603
RETENÇÕES			
Depreciação e amortização		(150.891)	(137.322)
Redução ao valor recuperável	13	-	(11.440)
Provisões operacionais		(28.383)	(20.763)
		(179.274)	(169.525)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		2.215.836	2.056.078
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	23	126.030	79.255
		126.030	79.255
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		2.341.866	2.135.333
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remuneração do trabalho		102.513	103.441
Plano de Demissão Consensual - PDC		10.701	9.262
		113.214	112.703
Impostos, taxas e contribuições:			
Deduções à receita operacional	20	1.086.462	338.646
Encargos sobre despesa de pessoal		35.621	34.695
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	91.062	44.891
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(21.006)	(32.895)
		1.192.139	385.337
Remuneração de capitais de terceiros:			
Despesas financeiras	23	559.067	594.013
Aluguéis	22.3	168.246	863.689
		727.313	1.457.702
Remuneração de capitais próprios:			
Lucros a distribuir		309.200	179.591
		309.200	179.591
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		2.341.866	2.135.333

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "AmGT") é uma companhia de sociedade de economia mista, de direito privado, que a partir de 2018 passou a ser uma subsidiária integral da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"). Em operação desde 1º de julho de 2015, com atuação no estado do Amazonas, tendo como atividades principais a geração e transmissão de energia elétrica. A sede da Companhia está localizada na Rua Tito Bittencourt, nº 142, São Francisco, cidade de Manaus, estado do Amazonas.

A Companhia foi criada para absorver as atividades de geração e transmissão de energia elétrica que pertenciam a Amazonas Energia S.A. ("AmD"), que possuía as atividades de geração, transmissão e distribuição de forma verticalizada, mas que, por imposição legal, nos termos do disposto no artigo 4º, parágrafo 2º, da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, essas atividades foram segregadas (desverticalizadas) em função da interligação do Sistema Elétrico de Manaus ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

1.1 - Continuidade Operacional da Companhia

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou um lucro líquido de R$ 309.200 em suas operações, resultado abaixo do previsto no Plano de Negócios e Gestão - PNG 2019-2023 da Companhia, e 72% acima do realizado no mesmo período de 2018 (reapresentado).

Essa performance reflete a reestruturação do negócio da Companhia, a partir da conclusão do processo de desverticalização e, por conseguinte, do recebimento do contrato de gás, do contrato dos Produtores Independentes (PIEs) e das Usinas do Interior, fatos esses ocorridos no fim de 2018 e início de 2019. Nesse sentido, a partir desse novo marco, o histórico quadro de prejuízos que a Companhia incorreu no início das suas operações vem sendo revertido, encerrando o exercício de 2019 com um prejuízo acumulado de R$ 647.554 e patrimônio líquido negativo de R$ 137.051.

Apesar da Companhia ainda se encontrar muito alavancada, possui dívidas de empréstimos apenas com a Eletrobras, sua controladora, fato que viabilizou a repactuação dos contratos de dívida de forma a não comprometer o fluxo de caixa no curto prazo. A Companhia apresenta fluxo de caixa operacional positivo e a Administração continua imbuída em adotar medidas visando o equilíbrio econômico-financeiro, a exemplo da redução da inadimplência com a celebração do Contrato de Confissão de Dívida com o seu principal cliente, ocorrida em setembro de 2019 (vide nota 7).

A conversão do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVE da UTE - Aparecida em Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nas mesmas condições do CCEAR da UTE Mauá 3, estende o prazo de operação da UTE Aparecida de 2020 para 2030, além de mitigar a possibilidade de inadimplência.

A atividade de geração terá receita operacional por meio dos CCEARs (UTE Mauá 3 e UTE Aparecida) e também dos CCVEs (UHE Balbina, UTEs PIEs e UTEs do Interior), onde estima-se uma receita de R$20 bilhões, aproximadamente, para o período de 2020 a 2024.

A atividade de Transmissão também se mostra promissora neste ciclo. Devido a esta atratividade, a Administração submeteu ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Riscos Estatutários - CAE essa atratividade, a qual foi bem recebida. Posteriormente, apresentou ao Diretor de Transmissão da Eletrobras sua intenção, a qual obteve igual apoio. Este Leilão de Transmissão está previsto para realização em julho de 2020.

Estima-se que a trajetória de resultados positivos será perene e constante, conforme previsto no PNG 2020-2024, com a expectativa de reversão do passivo líquido negativo em 2020 e a reversão dos prejuízos acumulados em 2021.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional, de acordo com o CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e a Companhia continua efetuando gestão de seus passivos para não depender de recursos de terceiros e/ou acionista para continuidade de suas operações no curto prazo.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações junto ao Poder Concedente dos serviços públicos de energia elétrica:

2.1 Geração de energia elétrica

Tabela 8

Concessões/ Autorizações		Ato autorizativo	Vencimento	Capacidade Instalada Não auditadas (MW)	Capacidade Utilizada Não auditadas (MW)
UHE Balbina (Rio Uatumã)		Decreto n° 79.321/1977 - Portaria do MME nº. 371, de 28 de dezembro de 2007, prorrogada por vinte anos a concessão, a partir de 1º. de março de 2007. A Resolução Autorizativa ANEEL n° 4.244, de 16 de julho de 2013 transferiu a Outorga da Amazonas Energia para a AmGT. Contrato de Concessão n° 02/2019.	01/03/2027	249,75	249,75
UTE Aparecida		A Resolução Autorizativa ANEEL n° 4.244, de 16 de julho de 2013, transferiu a autorização da UTE Aparecida para AmGT. Portaria MME n° 207, de 17 de abril de 2019, prorrogou a autorização até 2030.	06/07/2030	166,00	166,00
UTE Mauá	Bloco 1*	A Resolução Autorizativa ANEEL n° 4.244, de 16 de julho de 2013, estabelece que as outorgas de autorização da UTE Mauá e da UTE Aparecida vigorarão pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da Portaria nº 156, de 06 de julho de 1990.	06/07/2020	149,50	Desativada
	Bloco 2*			-	Desativada
	Bloco 3*			110,00	Desativada
	Bloco 4*			150,00	Desativada
UTE Electron*		Portaria MME n° 156/1990 c/c Resolução Autorizativa ANEEL n° 4.244/2013.	06/07/2020	121,12	Desativada
UTE Mauá 3		Resolução Autorizativa n° 4.950, de 27 de novembro de 2014.	27/11/2044	590,75	590,75
UTE Flores**		Resolução Autorizativa nº 1.424, de 17/06/2008 c/c o Despacho nº 3.209, de 25/08/2009 e a Resolução Autorizativa - REA nº 4.244, de 16/07/2013. Resolução Autorizativa ANEEL 5.558/2015.	30/06/2019	95,40	Desmobilizada
UTE Iranduba**		Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, c/c Resolução Autorizativa n° 1206/2008 c/c Resolução Autorizativa REA n° 4.244/2013.	30/06/2019	50,00	Desmobilizada
UTE Anamã		Resolução Autorizativa n° 6.883, de 27 de fevereiro de 2018. Que autorizou a transferência da UTE em virtude da Desverticalização.	30/11/2030	2,16	1,73
UTE Anori		Resolução Autorizativa n° 6.883, de 27 de fevereiro de 2018. Que autorizou a transferência da UTE em virtude da Desverticalização.	30/11/2030	4,57	3,65
UTE Caapiranga		Resolução Autorizativa n° 6.883, de 27 de fevereiro de 2018. Que autorizou a transferência da UTE em virtude da Desverticalização.	30/11/2030	2,16	1,73
UTE Codajás		Resolução Autorizativa n° 6.883, de 27 de fevereiro de 2018. Que autorizou a transferência da UTE em virtude da Desverticalização.	30/11/2030	5,48	4,38
Total				1.696,89	1.017,99

(*) Desativado.

(**)Desmobilizada.

2.2 Transmissão de energia elétrica

O Ministério de Minas e Energia - MME emitiu a Portaria nº 706, em 15 de dezembro de 2016, designando a AmGT como responsável pela Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, com vistas a garantir a continuidade do serviço, dentro das normas e regulamentos pertinentes, e com jus à RAP estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Esta Portaria define que a prestação de serviço seja realizada até a assunção de novo concessionário resultado de processo licitatório de que trata o Art. 8º da Lei nº 12.783/2013. A Companhia não detém a concessão, mas presta o serviço de forma temporária. A ANEEL instaurou consulta pública para aprimoramento do Edital e demais documentos do Leilão dos ativos de transmissão que estão sob os cuidados da AmGT, certame que está previsto para ocorrer em julho de 2020. Caso a AmGT não seja vencedora do leilão, o ativo será indenizado para a Companhia.

Em 21 de julho 2017 a AmGT celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 025/2017 junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com efeitos retroativos a 16 de dezembro de 2016, cumprindo os requisitos necessários à percepção das parcelas mensais da RAP determinada aos ativos de geração sob responsabilidade da Companhia.

O Sistema de Transmissão é composto de linhas de transmissão e subestações de fronteira da Rede Básica, com níveis de tensão 230/138/69 kV, que atendem ao suprimento da rede da AmD.

NOTA 3 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e as disposições contidas na legislação societária brasileira. As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e é apresentada como informação suplementar, uma vez que sua apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia em 28 de maio de 2020.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, e o ativo ou passivo líquido de benefício definido reconhecido como o valor justo dos ativos dos planos de previdência complementar, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 4.

3.3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A Companhia aplicou as orientações do OCPC 7 na elaboração destas demonstrações financeiras.

3.3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3.2 Títulos e valores mobiliários

A Companhia aplica recursos em fundo de investimento com prazo de duração indeterminado, carteira de ativos diversificada e modalidades operacionais disponíveis no mercado financeiro. Sua classificação no ativo circulante considera o fato dos títulos possuírem liquidez imediata. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável (Nota 6).

3.3.3 Clientes

As contas a receber de clientes são compostas por créditos provenientes do suprimento de energia elétrica incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE contabilizado com base no regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. São reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7).

3.3.4 Almoxarifado

São registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia (Nota 9)

3.3.5 Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, das obrigações especiais, e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável (Nota 11).

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Ativos mantidos por meio de arrendamento mercantil financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

3.3.6 Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os gastos com servidão permanente que estão registrados pelo custo de aquisição. A Companhia considera que esses ativos não são amortizáveis e é semelhante às determinações dadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

3.3.7 Contratos de concessão e autorizações

A Companhia possui contratos de concessão e autorizações nos segmentos de geração e transmissão, firmados com o Poder Concedente (União), por períodos que variam entre 10 anos e 25 anos, sendo todos os contratos, por segmento, possuem semelhanças em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. Os prazos das principais concessões estão descritos na nota 2.

3.3.8 Concessões de Transmissão

Os contratos de concessão regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

Transmissão de energia elétrica

a) A tarifa é regulada e denominada Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora de energia elétrica não pode negociar com usuários. Para alguns contratos, a RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano. Para os demais contratos, a RAP é atualizada monetariamente por índice de preços uma vez ao ano e revisada a cada cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer empresa de transmissão de energia elétrica está sujeita à revisão tarifária a cada cinco anos devido ao aumento do ativo e de despesas operacionais decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações.

b) Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito a recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não depreciados e não amortizados, determinado pelo Valor Novo de Reposição (VNR).

A Companhia passou a tratar os ativos da transmissão como ativos de contrato (RAP) de acordo com o CPC 47 e CPC 48 respectivamente. Os detalhes da mensuração destes ativos estão na nota 3.2.

3.3.9 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo.

Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

3.3.10 Avaliação do valor de recuperação (Impairment)

a) Ativos Imobilizado

A Companhia avalia periodicamente seus ativos buscando evidências objetivas que possam levar a perdas de valores não recuperáveis em suas unidades geradoras de caixa (UGCs), ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável para uma determinada UGC é realizado teste de impairment e caso seja verificado que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável será reconhecida perda. O valor recuperável será o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Como para os ativos da Companhia não existe um mercado ativo de negociação, o valor em uso é estimado por meio da projeção dos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da Companhia durante seu período de concessão (Nota 13).

Os ativos periodicamente avaliados compõem o Imobilizado da Companhia, que são vinculados aos ativos associados às concessões de geração de energia.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.3.11 Cauções e Depósitos Judiciais

São depósitos judiciais que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processos judiciais, realizados em moeda corrente, com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Estão avaliados pelo custo de aquisição acrescido de juros e atualização monetária, com base nos dispositivos legais, e ajustados por provisão para perda na realização, quando aplicável. O seu resgate está condicionado à finalização dos processos judiciais a que esses depósitos se encontram vinculados (Nota 18).

3.3.12 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações provenientes da aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano da data do balanço, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar a fornecedores não possuem caráter de financiamento e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, se aplicável (Nota 14).

3.3.13 Empréstimos

São instrumentos financeiros registrados pelo valor líquido dos custos incorridos nas transações e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ou seja, custo inicial, acrescido das variações monetárias e dos juros incorridos até a data do balanço patrimonial, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos (Nota 15).

3.3.14 Provisões para riscos

As provisões para riscos, relacionadas a processos judiciais e administrativos (trabalhistas, tributários e cíveis), são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável (Nota 18).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

3.3.15 Obrigações com empregados

a)Benefício pós-emprego

A Companhia patrocina planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado públicos e privados, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

3.3.16 Outros ativos e passivos

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes, sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data da formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajustes a valor presente, quando aplicável.

3.3.17 Capital social

As ações ordinárias sem valor nominal são classificadas no patrimônio líquido (nota 19).

3.3.18 Instrumentos Financeiros

3.3.18.1 Reconhecimento e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecido pelo valor justo e, posteriormente, mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do Pronunciamento Contábil.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.3.18.2 Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

1) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado (VJR):

a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

3.3.18.3 Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou são transferidos juntamente com os riscos e benefícios da propriedade. Se a Companhia não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o eventual ganho ou perda acumulado que foi reconhecido em Outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

3.3.18.4 Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos pela entidade são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio. Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos são reconhecidos quando os recursos são recebidos ou recebíveis, líquidos dos custos diretos de emissão.

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.3.18.5 Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3.19 Reconhecimento de receita

O CPC 47 estabeleceu um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo o CPC 30/IAS 18 Receita, o CPC 17/IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

A norma estabelece um modelo de cinco etapas, sendo elas, (1) identificação do contrato, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação e (5) reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou

Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

Os contratos de concessão de transmissão foram considerados como ativos contratuais e registrados de acordo com a norma CPC 47.

3.3.19.1. Receita relacionada aos ativos de transmissão de energia elétrica

A Companhia avaliou que existem duas obrigações de desempenho nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica sendo elas, a construção da infraestrutura necessária para as linhas de transmissão e a operação e manutenção da disponibilidade.

De acordo com o CPC 47, qualquer contraprestação cuja obrigação de desempenho tenha sido executada e transferida ao cliente, mas ainda não é devida deve ser reconhecida como ativo de contrato. Portanto, após a adoção do CPC 47, a Companhia desreconheceu seus ativos financeiros líquidos de transmissão e ativos de contrato foram reconhecidos.

3.3.19.2. Reavaliação Impairment

Com a entrada em vigor do CPC 47, a Companhia remensurou todos seus ativos da transmissão desde a assinatura dos respectivos contratos de concessão, para tal, foi constituído o "novo" ativo da transmissão usando as prerrogativas do CPC 47. Fruto da remensuração, o ativo contratual foi formado substancialmente pelos valores recuperáveis considerados no fluxo de RAP e tão somente registrados após a obrigação de desempenho concluída (construção). Com base na natureza recuperável desses ativos (componente da RAP) as contraprestações são sempre iguais ou superiores aos ativos formados. Desta forma, não foram encontradas evidências para registro de provisão significativa.

3.3.19.3. Venda de energia e serviços

a) Geração

O CPC 47 estabeleceu um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo o CPC 30/IAS 18 Receita, o CPC 17/IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

A norma estabelece um modelo de cinco etapas, sendo elas, (1) identificação do contrato, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação e (5) reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou

Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

Os contratos de concessão de transmissão foram considerados como ativos contratuais e registrados de acordo com a norma CPC 47.

b)Transmissão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia elétrica até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

3.3.20 Receitas e despesas financeiras

Compostas principalmente por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos concedidos/obtidos, arrendamento mercantil e operações com instrumentos financeiros (Nota 23).

3.3.21 Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado com base no resultado ajustado ao lucro real, pelas adições e exclusões previstas na legislação, à alíquota vigente de 15% e adicional de 10%, quando aplicável. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustada nos termos da legislação vigente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do IRPJ e bases negativas de CSLL e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O CPC 32 - tributo sobre o lucro, estabelece condições para o registro contábil de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

O passivo do IRPJ e da CSLL diferido é integralmente reconhecido, enquanto que o ativo depende da expectativa de realização futura.

3.3.22 Subvenções governamentais

A Companhia, por ter patente de empresa industrial e estar situada na abrangência da Zona Franca de Manaus, se beneficia dos incentivos do Decreto-Lei nº 288/1967, relativos a II, IPI, além de redução a zero da alíquota de PIS e COFINS sobre compras de mercadorias por meio da Lei nº 10.996, de 2004.

3.3.23 Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem.

3.3.24 Compromissos com o meio ambiente

A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está consubstanciada nas premissas e critérios definidos pela administração, nos termos do CPC - 25 (Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes) e CPC - 04 R1 (Ativo Intangível), em atendimento às exigências dos Órgãos Públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

3.3.25 Subsídio da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC

A Companhia tem direito ao benefício do reembolso da CCC de acordo com o Art.5º da Resolução Autorizativa ANEEL Nº 4.950, de 27 de Novembro de 2014, conforme transcrito abaixo:

"Art. 5º Fica assegurado o benefício da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC pelo prazo até o término da vigência do Contrato de Gás Natural entre a Amazonas Energia - e a Companhia de Gás do Amazonas - Cigás, desde que a venda da energia gerada se dê exclusivamente em leilões regulados."

Considerando que o contrato da Cigás foi vertido para a Companhia em dezembro de 2018, e considerando ainda o término do Contrato de Gás Natural em 30 de novembro de 2030, o benefício da CCC para a Amazonas GT será devido durante o período de 1º de janeiro de 2019 (início da operação da UTE Mauá 3) à 30 de novembro de 2030.

3.4 Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia aplicou alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. O impacto da adoção de novas normas e interpretações, bem como as novas políticas contábeis são divulgadas a seguir:

a) CPC 06 (R2)/ IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A Companhia aplicou, em 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Leases (Arrendamentos), que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros até então aplicada de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo que representa a obrigação de efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Diante deste contexto, os contratos que contém arrendamento passaram a impactar as demonstrações financeiras da Companhia, da seguinte forma: (i) reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento; (ii) reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração do resultado; (iii) separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais) na demonstração dos fluxos de caixa.

A Companhia adotou expedientes práticos que permitem a não aplicação da nova norma para contratos que não foram anteriormente classificados como arrendamento de acordo com a norma antiga, assim como para os contratos de arrendamento anteriormente classificados como arrendamento operacional (de acordo com a norma anterior), ativos e passivos foram reconhecidos na data da aplicação inicial de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, adotando os seguintes critérios de mensuração inicial:

Passivo de arrendamento: o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, na data de aplicação inicial; e

Ativo de direito de uso: mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento, antecipados ou acumulados, referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Os principais contratos de arrendamento identificados correspondem aos contratos dos produtores independentes - PIEs, os quais já eram classificados anteriormente como arrendamentos financeiros, descritos na nota 16, e portanto, não tiveram sua contabilização impactada pela adoção da nova norma.

b) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos do imposto de renda sobre o lucro. A Interpretação requer que a Companhia: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Companhia. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil. A Companhia avaliou os requerimentos da norma e não identificou impacto quando da sua adoção em 1º de janeiro de 2019.

3.5 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

Definição de um negócio (Emendas ao IFRS 3 - Combinação de negócios) - Em vigor a partir de 01 de janeiro 2020;

Definição de materialidade (Emendas ao IAS 1 e IAS 8) - Em vigor a partir de 01 de janeiro 2020; e

Alteração da estrutura conceitual - Em vigor a partir de 01 de janeiro 2020.

3.6 Reapresentação dos saldos comparativos

Durante o exercício de 2019, foram identificados ajustes referentes a retificação de erros em 31 de dezembro de 2018 e no saldo de abertura em 01 de janeiro de 2018, que foram registrados diretamente no patrimônio líquido nestas respectivas datas. Adicionalmente, foram identificados, em 31 de dezembro de 2018, reclassificações entre as rubricas das demonstrações financeira a fim de apresentar as informações de forma mais adequada. O resumo dos ajustes e reclassificações nas peças contábeis (Balanço Patrimonial, DRE, DRA, DMPL, DFC e DVA) estão demonstrados a seguir:

Balanço Patrimonial:

Ativo

Tabela 9

Ativo	Ref	31.12.2018				Ref	01.01.2018			
		Originalmente Apresentado	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado		Originalmente Apresentado	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado
Circulante										
Ativos não afetados		971.262		-	971.262		662.856		-	662.856
Tributos a recuperar	(p)	88.712	(62.821)	-	25.891		5.649		-	5.649
Cauções e depósitos judiciais	(b)	267.451		(32.002)	235.449		48.334		-	48.334
Almoxarifado	(a/i)	16.318		28.624	44.942	(a/i)	9.669		28.624	38.293
Outros ativos	(g)	79.217		61.113	140.330		7.059		-	7.059
Total do ativo circulante		1.422.960	(62.821)	57.735	1.417.874		733.567		28.624	762.191
Não circulante										
Ativos não afetados		146.860	-	-	146.860		151.498	-	-	151.498
Cauções e depósitos judiciais	(c)	108.551		(33.364)	75.187	(c)	103.061		(33.364)	69.697
Outros ativos		1		76.035	76.036		9.071		-	9.071
Imobilizado	(a/d)	3.037.773			2.843.790		1.943.631			1.783.456
Imobilizado em serviço	(l/h)	3.862.657	1.517.118	(156.232)	5.223.543	(l/h)	2.094.967	1.163.329	(156.232)	3.102.064
Depreciação acumulada	(a/d/h)	(2.312.838)		(39.450)	(2.352.288)	(a / d)	(1.526.857)		(5.075)	(1.531.932)
Imobilizado em curso	(f)	1.589.197	(1.517.118)	1.699	73.778	(f)	1.476.764	(1.163.329)	1.132	314.567
Obrigações especiais		(101.243)			(101.243)		(101.243)			(101.243)
Total do ativo não circulante		3.293.185	-	(151.312)	3.141.873		2.207.261	-	(193.539)	2.013.722
Total do ativo		4.716.145	(62.821)	(93.577)	4.559.747		2.940.828	-	(164.915)	2.775.913

Passivo

Tabela 10

Passivo	Ref	31.12.2018				Ref	01.01.2018		
		Originalmente Apresentado	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado		Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Circulante									
Passivos não afetados		2.045.735		-	2.045.735		1.328.926	-	1.328.926
Tributos a recolher	(f/p)	444.866	(62.821)	14.072	396.117		256.884	-	256.884
Circulante		2.490.601	(62.821)	14.072	2.441.852		1.585.810	-	1.585.810
Não circulante		2.563.283		-	2.563.283		1.801.557	-	1.801.557
Patrimônio líquido									
Capital social	(a)	445.628		52.318	497.946	(a)	436.750	52.318	489.068
Ajuste de avaliação patrimonial	(a)	(5.194)		18.614	13.420	(a)	(1.686)	18.614	16.928
Prejuízos acumulados	(j)	(778.173)		(178.581)	(956.754)	(j)	(881.603)	(235.847)	(1.117.450)
Total do patrimônio líquido		(337.739)	-	(107.649)	(445.388)		(446.539)	(164.915)	(611.454)
Total do passivo e patrimônio líquido		4.716.145	(62.821)	(93.577)	4.559.747		2.940.828	(164.915)	2.775.913

Demonstração do Resultado:

Tabela 11

DESCRIÇÃO	Ref	31.12.2018			
		Originalmente Apresentado	Reclassificações	Ajustes	Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(f)	776.957		(14.072)	762.885
CUSTO OPERACIONAL					
Custo com Energia Elétrica		293.634			293.634
Custo de Operação		(299.268)	-	71.338	(227.930)
Pessoal	(m)	(147.398)	9.262		(138.136)
PDC	(m)	-	(9.262)		(9.262)
Combustível para produção de energia elétrica	(b/g)	(459.778)		105.146	(354.632)
Depreciação - Imobilizado	(d/h)	(45.817)		(33.808)	(79.625)
Outros custos não afetados		353.725			353.725
LUCRO BRUTO		771.323	-	57.266	828.589
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(e)	(37.672)	-	(45.021)	(82.693)
DESPESA DE CONSTRUÇÃO		(39.551)	-	-	(39.551)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		694.100	-	12.245	706.345
RESULTADO FINANCEIRO		(514.758)	-		(514.758)

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS	179.342	-	12.245	191.587
PROVISÃO PARA IR E CSSL CORRENTES	(44.891)	-	-	(44.891)
PROVISÃO PARA IR E CSSL DIFERIDO	32.895	-	-	32.895
LUCRO DO EXERCÍCIO	167.346	-	12.245	179.591

Demonstração do Resultado Abrangente:
Tabela 12

		31.12.2018		
	Ref	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	(b/d /e/f/g/h)	167.346	12.245	179.591
Outros resultados abrangentes		(3.508)	-	(3.508)
Resultado abrangente total		163.838	12.245	176.083

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:
Tabela 13

	Ref	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018, como previamente divulgado		436.750	(1.686)	(881.603)	(446.539)
Correção do capital social	(a)	52.318	-	-	52.318
Impacto da retificação de erros	(j)	-	18.614	(235.847)	(217.233)
Saldo em 1º de janeiro de 2018 (reapresentado)		489.068	16.928	(1.117.450)	(611.454)
Integralização de capital		8.878	-	-	8.878
Ajuste adoção inicial CPC 47 (reapresentado)				(28.861)	(28.861)
Ajuste da desverticalização				9.966	9.966
Outros resultados abrangentes			(3.508)		(3.508)
Lucro líquido do exercício, como previamente divulgado				167.346	167.346
Impacto da retificação de erros	(b/d/e/f/g/h)			12.245	12.245
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)		497.946	13.420	(956.754)	(445.388)

Demonstração dos Fluxos de Caixa:
Tabela 14

DESCRIÇÃO	Ref	2018 Originalmente Apresentado	Reclassificações	Ajustes	2018 Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes dos impostos	(o)	167.346	11.996	12.245	191.587
Ajustes para conciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:					
Depreciação	(d/h)	45.817	-	33.808	79.625
Outros ajustes não afetados		279.508	-	-	279.508
Baixa de depósitos judiciais	(b)	52.981	-	32.002	84.983
Imposto de renda e contribuição social correntes	(o)	44.891	(44.891)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(o)	(32.895)	32.895	-	-
Provisões (Reversões) de impairment do Ativo Financeiro	(e)	(45.021)	-	45.021	-
(Aumento) redução dos ativos					
Ativos não afetados		(435.981)	-	-	(435.981)
Outras contas a receber	(g)	(63.088)	-	(137.148)	(200.236)
Aumento (redução) dos passivos					
Passivos não afetados		57.397	-	-	57.397
Impostos a recolher	(f)	187.982		14.072	202.054
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(66.678)	-	-	(66.678)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(36.177)			(36.177)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Caixa líquido proveniente das atividade s de financiamento		134.024			134.024
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa		31.169			31.169
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		10.560			10.560
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		41.729			41.729
Variação em caixa e equivalentes de caixa		31.169			31.169

Demonstração do Valor Adicionado:
Tabela 15

DESCRIÇÃO	Ref	2018 Originalmente Apresentado	2018 Reclassificações	2018 Ajustes	2018 Reapresentado
RECEITAS					
Receitas de Vendas de Energia e Serviços		1.101.531			1.101.531
		1.101.531	-	-	1.101.531
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
insumos não afetados		1.442.151	-	-	1.442.151
Combustíveis p/produção de energia elétrica	(b/g)	(459.778)	-	105.146	(354.632)
Recuperação de Despesa - MCP	(n.1)	82.255	(82.255)	-	-
Redução ao valor recuperável	(n.2)	33.581	(33.581)	-	-
Provisões diversas	(n.2)	(14.917)	14.917	-	-
Provisão depreciação	(n.1)	(1.555)	1.555	-	-
Outros	(n.1)	(44.147)	80.700	-	36.553
		1.037.590	(18.664)	105.146	1.124.072
VALOR ADICIONADO BRUTO		2.139.121	(18.664)	105.146	2.225.603
RETENÇÕES					
Depreciação e amortização	(d/h)	(103.514)	-	(33.808)	(137.322)
Redução ao valor recuperável	(e/n.2)	-	33.581	(45.021)	(11.440)
Provisões operacionais	(n.2)	(5.846)	(14.917)	-	(20.763)
		(109.360)	18.664	(78.829)	(169.525)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		2.029.761	-	26.317	2.056.078
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		79.255			79.255
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		2.109.016		26.317	2.135.333
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração do trabalho	(l)	112.703	(9.262)	-	103.441
Plano de Demissão Consensual - PDC	(l)	-	9.262	-	9.262
		112.703	-	-	112.703
Impostos, taxas e contribuições:					
Impostos, taxas e contribuições não afetados		46.691			46.691
Deduções à receita operacional	(f/n.3)	288.232	36.342	14.072	338.646
		334.923	36.342	14.072	385.337
Remuneração de capitais de terceiros:		1.457.702	-	-	1.457.702
Encargos setoriais	(n.3)	36.342	(36.342)		-
Remuneração de capitais próprios:				-	-
Lucros a distribuir		167.346		12.245	179.591
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		2.109.016	-	26.317	2.135.333

Retificação de erros
a)Capital Social

O capital social registrado conforme Estatuto da Companhia, tendo por base o acervo líquido apurado em 31 de dezembro de 2014 foi de R$ 489.068. Entretanto, a Companhia somente entrou em operação em 01 de julho de 2015, e portanto, os saldos sofreram a movimentação desse intervalo de período, gerando uma movimentação de R$ 18.614, que inicialmente foi registrada na conta de capital social. Para regularizar este montante no capital social, foi feito um lançamento à débito no capital social e à crédito na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, nos saldos de abertura em 01 de janeiro de 2018 e em 31 de dezembro de 2018.

Os ativos da Distribuição contabilizados conforme aplicação do IFRIC bifurcados em intangível e financeiro foram vertidos para a Companhia, sendo os saldos de R$ 62.324 referente ao estoque de manutenção bifurcado e R$ 8.608 referente a depreciação dos ativos bifurcados. Na operação exclusiva da AmGT, essa bifurcação não era aplicável e os registros foram efetuados em contas retificadoras do estoque e depreciação acumulada, em contrapartida da rubrica do capital social, no montante de R$ 70.932 (somatório dos valores de R$ 62.324 do almoxarifado e R$ 8.608 da depreciação acumulada). Desta forma, para adequar o valor contábil do capital social, com o valor constante no Estatuto Social, a Companhia realizou os ajustes nos saldos comparativos do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e nos saldos de abertura em 01 de janeiro de 2018, com um crédito de R$ 70.932 no capital social, débito de R$ 8.608 na depreciação acumulada, e débito de R$ 62.324 no almoxarifado.

b)Baixa de Depósito Judicial Cível

Foi realizada a baixa de depósito judicial cível, no valor de R$ 32.002, à crédito na rubrica de cauções e depósitos judiciais no ativo circulante, e à débito no prejuízo acumulado, no patrimônio líquido, afetando o Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2018.

c)Provisão para Baixa de Depósito Judicial Trabalhista

Foi realizada a provisão para baixa de depósito judicial trabalhista, no valor de R$ 33.364, à crédito na rubrica de cauções e depósitos judiciais, no ativo não circulante, e à débito no prejuízo acumulado, no patrimônio líquido, afetando os saldos de abertura e de 31 de dezembro de 2018 no Balanço Patrimonial.

d)Depreciação de Mauá 3 e demais bens do Imobilizado

Foi registrada a depreciação da Usina de Mauá 3 e demais bens, conforme montantes divulgados no quadro abaixo, à débito no prejuízo acumulado, no patrimônio líquido, e à crédito nas rubricas de depreciação acumulada, no ativo imobilizado. Adicionalmente, foi revertida a provisão de depreciação que já havia sido constituída para os exercícios de 2017 e 2018, conforme valores também divulgados no quadro abaixo, sendo o lançamento à débito nas rubricas de depreciação acumulada, no ativo imobilizado e à crédito no prejuízo acumulado, no patrimônio líquido . Esses ajustes afetaram os saldos de abertura no Balanço Patrimonial em R$ 12.251 e em 31 de dezembro de 2018 em R$ 42.934, conforme o resumo dos valores:

Tabela 16

Descrição	01.01.2018	31.12.2018
Depreciação Mauá 3	(3.411)	(40.928)
Depreciação Diversos	(10.273)	(2.572)
Reversão da Provisão de Depreciação	1.133	566
Total	(12.551)	(42.934)

e)Reversão do impairment do ativo financeiro e demais ajustes na adoção inicial do CPC 47 e 48

Conforme a adoção do CPC 47 e 48, o antigo ativo financeiro passou a ser ativo de contrato, dessa forma, todos os efeitos da adoção inicial em 01.01.2018 deveriam ter sido contabilizados em contrapartida ao patrimônio líquido, entretanto, a Companhia havia contabilizado a reversão do impairment diretamente no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2018. Dessa forma os saldos de abertura em 01 de janeiro de 2018, na DMPL, no montante de R$ (28.861) e o resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2018, no montante de R$ 45.021 estão sendo ajustados.

f) ICMS - Dedução da receita

Foi identificado que o ICMS sobre a receita bruta foi calculada a menor no exercício de 2018. Dessa forma, foi realizado o lançamento complementar à débito de R$ 14.072, no prejuízo acumulado, no patrimônio líquido (sendo apresentado na DRE de 2018 na rubrica de ICMS - Deduções da receita), e à crédito na rubrica de tributos a recolher, no passivo circulante, afetando os saldos em 31 de dezembro de 2018.

g) Registro do direito de crédito da Quantidade Paga e Não Retirada - QPNR do contrato da cigás

Conforme definido no item 9.4.3. do contrato da Cigás, a Companhia possui um direito de recuperar os valores de QPNR, em base diária, sempre em gás natural, no todo ou em parte, toda vez que o consumo do gás estiver na faixa de 70% da Quantidade Diária Contratual - QDC e 105% da QDC. Dessa forma, a Companhia registrou, em 31.12.2018, o montante de R$ 137.148, à debito, na rubrica de outros ativos, sendo R$ 61.113 no ativo circulante, e R$ 76.035 no ativo não ciruclante, em contrapartida à crédito na rubrica de combustível para produção de energia elétrica, no Custo de Operação, na Demonstração do Resultado do Exercício.

h) Impairment das UTEs Mauá Bloco 1 e 4, Aparecida Óleo e Electron e estorno da depreciação no exercício de 2018

Em função das UTEs Mauá Bloco 1 e 4, Aparecida Óleo e Electron estarem desativadas, anteriormente à 2018, foi constituída a provisão de perda por redução ao valor recuperável, à crédito no ativo imobilizado, na rubrica de impairment, e à débito do prejuízo acumulado, no patrimônio líquido, afetando os saldos de abertura em 01 de janeiro de 2018 e os saldos de 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, as respectivas depreciações, anteriormente calculadas no exercício de 2018, foram estornadas à crédito no prejuízo acumulado, no patrimônio líquido, em contrapartida à débito, na rubrica de depreciação acumulada no Imobilizado. Segue abaixo a tabela com o resumo dos valores de impairment e depreciação registrados :

Tabela 17

	01.01.2018 e 31.12.2018	31.12.2018
Descrição	Impairment	Depreciação
Aparecida Óleo	(46.258)	2.791
Mauá Bloco 4	(49.372)	3.554
Mauá Bloco 1	(41.040)	2.781
Electron	(19.562)	-
Total	(156.232)	9.126

i) Provisão para perda em estoque da UTE Mauá Bloco 4

Em função da desativação da UTE Mauá Bloco 4, foi constituída a provisão de perda para o estoque vinculado a esta UTE, no valor de R$ 33.700, à débito no prejuízo acumulado, no patrimônio líquido, e à crédito de provisão para perda em estoque no almoxarifado, afetando os saldos de abertura em 01 de janeiro de 2018 e os saldos de 31 de dezembro de 2018.

j) Resumo dos ajustes efetuados no patrimônio líquido

Corresponde às contrapartidas dos ajustes efetuados em (c), (d), (h) e (i), em 01 de janeiro de 2018, e (b), (c), (d), (f), (g), (h) e (i) em 31 de dezembro de 2018, conforme abaixo:

Tabela 18

Descrição	01.01.2018	31.12.2018
B	-	(32.002)
C	(33.364)	(33.364)
D	(12.551)	(12.551)
D		(42.934)
F	-	(14.072)
G	-	137.148
H	(156.232)	(156.232)
H	-	9.126
I	(33.700)	(33.700)
Total	(235.847)	(178.581)

Reclassificações

l) Transferência de Unitizações do Imobilizado Em Curso para o Em Serviço

Identificou-se que vários bens do Imobilizado já deveriam ter sido unitizados nos exercícios de 2017 e 2018, dessa forma, foram realizados os lançamentos de reclassificação no total de R$ 1.162.734 e R$ 354.384 respectivamente para os saldos de abertura em 01.01.2018 e saldo em 31.12.2018. Os montantes referem-se à:

Tabela 19

Descrição	01.01.2018	31.12.2018
Mauá 3	1.109.361	348.866
Diversos	53.968	4.923
Total	1.163.329	353.789

m) Plano de Demissão Consensual - PDC

Os valores referentes ao PDC, no exercício de 2018, não haviam sido segregados da rubrica de Pessoal. Dessa forma, para efeito de comparabilidade com o exercício de 2019, o montante de R$ 9.262 foi reclassificado na DRE da rubrica de Pessoal para PDC.

Reclassificações na DVA:

Para efeito de melhor divulgação, foram feitas algumas reclassificações na DVA, conforme abaixo:

n.1) Insumos Adquiridos de Terceiros - as rubricas Recuperação de despesa - MCP, no valor de R$ 82.255 e Provisão de depreciação, no valor de R$ 1.555, perfazendo um montante de R$ 80.700, foram agrupadas juntamente na rubrica Outros;

n.2) Retenções - as rubricas Redução ao valor recuperável, no valor de R$ 33.581 e Provisões diversas, no valor de R$ (14.917), perfazendo um montante de R$ 18.664, foram reclassificadas de Insumos Adquiridos de Terceiros para o grupo Retenções;

n.3) Distribuição do Valor Adicionado - Impostos, taxas e contribuições - a rubrica Encargos setoriais, no valor de R$ 36.342 foi reclassificada para o item Impostos, taxas e contribuições;

Reclassificações na DFC:

o) Resultado antes dos impostos - na DFC originalmente apresentada, a Companhia estava iniciando a DFC com o lucro após os tributos (IR e CSSL correntes e diferidos). Dessa forma, para que a apresentação fique corretamente apresentada, reclassificamos os valores de IR e CSLL, correntes e diferidos, no valor líquido de R$ 11.996, para que a DFC comece apresentando o resultado antes dos impostos.

Reclassificações no Balanço Patrimonial:

p) Apresentação dos tributos compensáveis líquidos - os tributos ICMS, PIS/PASEP e COFINS são tributos compensáveis e os valores do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentados pelo valor líquido (Ativo menos o Passivo), dessa forma, o Ativo e o Passivo tiveram uma redução no montante de R$ 62.821.

NOTA 4 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Companhia quando da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado da Companhia. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

A Administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a efetiva materialização sobre o valor contábil de ativos, passivos e de resultado das operações podem diferir quando da liquidação dos ativos e passivos.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração da Companhia formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

4.1 Tributos diferidos

As estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (nota 8). Nas presentes demonstrações financeiras, a administração não registrou impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

4.2 Provisão para redução do valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável desses ativos e reconhecimento de impairment, quando aplicável. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens (nota 13).

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração na determinação do fluxo de caixa futuro descontado, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas investidas da Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela Administração a premissa, de acordo com o novo marco regulatório, utilizando-se o Valor Novo de Reposição (VNR) como parâmetro, sendo que, nos casos em que não houve determinação do valor final pelo regulador, foi utilizado o VNR ou o saldo contábil, entre os dois, o menor.

4.3 Obrigações atuariais

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente (Nota 28).

4.4 Provisões para riscos

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável, ou seja, será provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação presente. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando a jurisprudência, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (Nota 18). As provisões são julgadas pela Administração da Companhia e de suas investidas como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza.

4.5 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD")

A Companhia adotou a abordagem simplificada e calculou a perda esperada, com base na expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida útil do instrumento financeiro de acordo com o IFRS 9, que estabeleceu uma matriz de cálculo com base nas taxas de perda esperadas de clientes.

Consideramos um ativo financeiro inadimplente quando: (i) é improvável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito conosco sem recorrer a ações como a garantia (se houver); ou (ii) o ativo financeiro expirou de acordo com nossas regras atuais.

4.6 Avaliações dos ativos contratuais de transmissão

A Administração da Companhia utilizou as seguintes principais premissas para avaliar os ativos contratuais de transmissão: (i) a data de renovação da concessão como medida inicial dos contratos de concessão renovados; (ii) data de assinatura do contrato como a melhor estimativa da data de início da operação para os novos contratos de concessão; (iii) RAP estabelecida no contrato de concessão como base para computar o fluxo de caixa da concessão; (iv) o montante esperado de investimentos e custos a serem feitos na concessão como base para atribuição de margens de construção e de Operação e Manutenção (O&M); (v) data de início da operação, conforme estabelecido nos contratos de concessão; (vi) prazo da concessão a ativos residuais como melhor estimativa para cálculo de indenização ao final do prazo da concessão; (vii) taxa de juros de mercado compatível com a taxa que reflete o risco de crédito da contraparte; (viii) receita de construção calculada de acordo com o contrato de concessão e investimento de referência; e (ix) custo de construção conforme incorrido. As premissas são baseadas nas melhores estimativas da administração e em todas as informações disponíveis no momento em que foram registradas. No entanto, os valores e as circunstâncias reais podem ser diferentes e essas estimativas podem ser atualizadas à medida que novas informações se tornam disponíveis.

NOTA 5 - CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA

Tabela 20

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e bancos	66.251	15.446
Aplicações financeiras	1	26.283
	66.252	41.729

O incremento do período é em decorrência dos recebimentos ocorridos em 2019 com a venda de energia dos PIEs e do contrato de CCEAR.

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia aplica suas disponibilidades em carteira de título "Extra Mercado". Essa aplicação é um fundo de investimento em renda fixa de liquidez imediata, constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado, que tem por objetivo proporcionar a rentabilidade de suas cotas, através da diversificação dos ativos que compõem sua carteira em ativos e modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro.

Tabela 21

	Agente Financeiro Custodiante	31.12.2019 Circulante	31.12.2018
Fundos de Investimentos			
Letra do tesouro nacional - LTN	CEF	3.152	43.944
		3.152	43.944

NOTA 7 - CLIENTES

Os créditos decorrentes da venda de energia elétrica apresentam o seguinte perfil:

Tabela 22

DESCRIÇÃO	31.12.2019					31.12.2018
	VINCENDOS	VENCIDOS		CIRCULANTE TOTAL	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE TOTAL
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 91 DIAS			
. Revendedores suprimento - CCVE e CCEAR - (a)	503.292	257.486	1.133	761.911	-	360.450
. Parcelamento de créditos - AmE (b)	16.168	-	-	16.168	276.164	-
. Receita anual permitida - RAP	4.915	101	3.273	8.289	-	9.224
. Comercialização CCEE	-	-	-	-	-	473.247
. PCLD (c)	-	(64.879)	-	(64.879)	-	-
	524.375	192.708	4.406	721.489	276.164	842.921

a)Refere-se aos recebíveis de fornecimento de energia pelos CCVE e CCEAR, firmados junto a Amazonas Energia, sendo esta, o principal cliente da Companhia.

b)Em 19 de setembro de 2019 foi assinado o Instrumento Particular de Confissão de Dívida entre a Amazonas Energia S.A e a AmGT, no montante de R$ 291.027. O prazo de carência do principal vai até o dia 31 de outubro de 2020. Durante este período de carência está sendo cobrado da Amazonas Energia uma taxa de juros equivalente a 124,75% do CDI, sem incorporação dos juros, calculada pro rata temporis sobre o saldo devedor corrigido, com pagamento no dia 30 de cada mês, a partir da assinatura do Contrato de Confissão de Dívida. O montante vencido foi atualizado e os juros auferidos até agosto de 2019 foram de R$ 28.846 sendo este incorporado ao saldo devedor de R$ 291.027. De setembro a dezembro foi registrado o valor de R$ 6.494 perfazendo um total de R$ 35.340 de atualização de janeiro a dezembro de 2019 (vide nota 23). Após o período de carência, o pagamento ocorrerá em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira no dia 30 de novembro de 2020.

c)A Companhia constitui e mantêm provisões, a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e a vencer, analisando o histórico de perdas e da expectativa da Companhia com relação a perdas esperadas sobre os créditos, cujo montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas na realização desses ativos a vencer e vencidos. As movimentações na provisão no exercício de 2019 são as seguintes:

Tabela 23

	31.12.2019
Saldo inicial	-
(+) Adoção inicial CPC48/IFRS 9	-
(+) Constituição	64.879
(-) Reversão	-
(-) Baixa	-
Saldo Final	64.879

NOTA 8 - TRIBUTOS A RECUPERAR, TRIBUTOS A RECOLHER E IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Tabela 24

	31.12.2019				31.12.2018 (Reapresentado)			
	Ativo	Passivo	Saldo Líquido Ativo	Saldo Líquido Passivo	Ativo	Passivo	Saldo Líquido Ativo	Saldo Líquido Passivo
CIRCULANTE								
Imposto de renda sobre o lucro	-	98.665	-	98.665	-	52.013	-	52.013
Contribuição social sobre o lucro	-	32.036	-	32.036	-	13.248	-	13.248
Subtotal	-	130.701	-	130.701	-	65.261	-	65.261
Imposto de renda retido na fonte	18.276	-	18.276	-	13.713	-	13.713	-
Contribuição social retida na fonte	-							
PIS/PASEP/COFINS (a)	80.641	442.913	-	362.272	58.663	429.552	-	370.889
ICMS	242.462	248.146	-	5.684	4.157	15.244	-	11.087
INSS	-	6.856	-	6.856	-	6.225	-	6.225
Outros	22.071	23.043	22.071	23.043	12.178	7.916	12.178	7.916
Subtotal	363.450	720.958	40.347	397.855	88.711	458.937	25.891	396.117
Total circulante	363.450	851.659	40.347	528.556	88.711	524.198	25.891	461.378
NÃO CIRCULANTE								
Imposto de Renda e Contribuição Social								
Imposto de renda - diferido	15.446	-	15.446	-	-	-	-	-
Contribuição social - diferido	5.560	-	5.560	-	-	-	-	-
	21.006	-	21.006	-	-	-	-	-
ICMS a recuperar	278	-	278	-	-	-	-	-
Total	278	-	278	-	-	-	-	-

(a)Os saldos de PIS e COFINS a recolher líquido decorrem do reconhecimento do Encargo do Serviço de Sistema - ESS (contabilizado como recuperação de despesa) e dos créditos decorrentes das operações usuais da Companhia para fins de apuração Fiscal. O ESS é destinado à cobertura dos Custos do Serviço de Sistema, decorrentes da geração despachada independentemente da ordem de mérito, por restrição de operação no âmbito do SIN. Cabe destacar que os saldos até 31 de dezembro de 2019 sofrem atualização monetária.

NOTA 9 - ALMOXARIFADO
Tabela 25

	31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)
Matéria-Prima Insumos p/Produção Energia Elétrica	1.732	1.732
Materiais	78.573	70.888
Estoque originário do Ativo Permanente	5.408	5.408
Compras em curso	614	614
(-) Provisão para perda em estoque (a)	(33.700)	(33.700)
	52.627	44.942

a)Em 01.01.2018 foi constutída a provisão para perda em estoque conforme, conforme já mencionado na nota 3.6, item "i".

NOTA 10 - OUTROS ATIVOS
Tabela 26

	31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)
Circulante		
Empregados	-	2.866
Serviços, alienações e dispêndios a reembolsar e em curso	1.326	3.298
Adiantamento a fornecedores (a)	99.925	129.021
Outros devedores	-	282
Ativos não circulantes mantidos para venda	1.139	-
Despesas pagas antecipadamente	4.159	4.863
Créditos a receber - CCC (b)	66.279	-
	172.828	140.330
Não circulante		
Outros devedores	-	1
El paso rio negro (c)	9.070	9.070
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (c)	(9.070)	(9.070)
Adiantamento a fornecedores (a)	-	76.035
Numerários vinculados a garantias (d)	374.403	-
	374.403	76.036

(a)Refere-se aos adiantamentos pelo fornecimento do gás à Companhia, conforme item 10.3.1 do referido Termo Aditivo, o qual diz que os documentos de cobrança relativos ao faturamento das parcelas de transporte e da margem deverão ser apresentados pela Cigás à Companhia até o dia 5 (cinco) do primeiro mês subsequente ao ano de fornecimento. Em 31 de dezembro de 2018 foi registrado o valor de R$ 137.148 do direito referente à QPNR, conforme mencionado na nota 3.6 item "g", sedo o valor de R$ 61.113 no Ativo Circulante e R$ 76.035 no Ativo Não Ciruclante.

(b)Refere-se aos recebíveis decorrentes do reembolso do Fundo Setorial CCC, o qual é utilizado para cobrir parte dos custos da AmGT com aquisição do gás natural. Os reembolsos da CCC são realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a qual atua no processo de gestão financeira e operacional da CCC disponibilizado pela CCEE (nota 22). Como o contrato da Cigás tornou-se eficaz apenas em dezembro de 2018, os valores a título de CCC foram registrados a partir do exercício de 2019.

(c)Refere-se à cobrança da EL PASO Rio Negro, transferido em 1º de julho de 2015, via acervo líquido da AmD. A Companhia constituiu a perda de crédito esperada, considerando que não existe uma expectativa de realização do saldo, vinculado ao processo contra a Eletrobras.

(d)O saldo de R$ 374.403 refere-se aos recursos mantidos em conta vinculada a título de "escrow account". Representa uma garantia para manter o fornecimento do gás e para a Cigás é uma garantia de que os valores serão pagos pela Companhia evitando inadimplência, esta garantia está prevista em cláusula contratual com vigência a partir de 01 de janeiro de 2019.

NOTA 11 - IMOBILIZADO
Tabela 27

DESCRIÇÃO	31.12.2019			31.12.2018 (Reapresentado)	%
EM SERVIÇO	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Taxas de depreciação (a.a)
Reservatórios, Barragens e Adutoras	741.385	(540.145)	201.240	216.913	2,11%
Edificações, obras civis e benfeitorias	705.015	(472.942)	232.073	241.893	2,34%
Máquinas e equipamentos	2.214.387	(699.757)	1.514.630	1.584.253	3,50%
Máquinas e equipamentos - Leasing	1.730.922	(795.900)	935.022	992.720	
Veículos	3.066	(2.933)	133	200	12,28%
Móveis e utensílios	12.119	(7.380)	4.739	5.138	6,31%
Terrenos	53.241	-	53.241	53.241	0,00%
(-) Obrigações Especiais	(97.898)	16.418	(81.480)	(83.908)	3,10%
(-) Provisão com risco de compliance	(67.166)	-	(67.166)	(67.166)	
(-) Impairment	(172.893)	-	(172.893)	(169.927)	
	5.122.178	(2.502.639)	2.619.539	2.773.357	
EM CURSO	74.786	-	74.786	70.433	
	5.196.964	(2.502.639)	2.694.325	2.843.790	

A movimentação do imobilizado está demonstrada abaixo:
Tabela 28

MUTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO	31.12.2018 (Reapresentado)	Adições			Baixas	Transferências	31.12.2019
		Sem Efeito Caixa	Com Efeito Caixa	Depreciação			
Geração / Transmissão	1.839.962	-	3.357	(92.757)	(5.709)	(68)	1.744.785
Em serviço	3.707.403	-	-	-	(157)	-	3.707.246
Depreciação acumulada	(1.609.561)	-	-	(95.182)	157	-	(1.704.586)
Em curso	66.466		3.357	-	(2.743)	(68)	67.012
Impairment	(169.927)	-	-	-	(2.966)	-	(172.893)
Provisão com risco de compliance	(67.166)	-	-	-	-	-	(67.166)
Obrigações especiais (a)	(101.243)	-	-	-	-	-	(101.243)
Amortização acumulada (obrigações especiais) (a)	13.990	-	-	2.425	-	-	16.415
Direito de Uso - IFRS 16	-	-	-	(57.697)	-	992.719	935.022
Geração	-	-	-	-	-	1.730.922	1.730.922
Depreciação acumulada	-	-	-	(57.697)	-	(738.203)	(795.900)
Administração	11.109	-	3.778	(437)	-	68	14.518
Em serviço	22.312	-	-	-	(384)	39	21.967
Depreciação acumulada	(18.515)		-	(437)	384	-	(18.568)
Em curso	7.312		3.778	-	-	29	11.119
Arredamento Mercantil - Leasing	992.719	-	-	-	-	(992.719)	-
Arrendamento mercantil	1.730.922	-	-	-	-	(1.730.922)	-
Depreciação acumulada	(738.203)	-	-	-	-	738.203	-
	2.843.790	-	7.135	(93.194)	(5.709)	-	2.694.325

Tabela 29

MUTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO	01.01.2018 (Reapresentado)	Adições Sem efeito caixa	Adições Com efeito caixa	Depreciação	Baixas	Transferências Tansferências	Transferências Acervo Líquido	31.12.2018 (Reapresentado)
Geração/Transmissão	1.777.055	123.060	20.872	(79.595)	(1.430)		- -	1.839.962
Em serviço	3.305.405	46.246	-		-	353.789	1.963	3.707.403
Depreciação acumulada	(1.525.580)	-	-	(82.020)	-		(1.961)	(1.609.561)
Em curso	312.561	88.254	20.872		(1.430)	(353.789)	(2)	66.466
Impairment (a)	(158.487)	(11.440)	-		-	-	-	(169.927)
Provisão com risco de compliance	(67.166)	-	-		-	-	-	(67.166)
Obrigações especiais	(101.243)	-	-		-	-	-	(101.243)
Depreciação acumulada (obrigações especiais)	11.565	-	-	2.425	-	-	-	13.990
Administração	6.401	580	4.893	(598)	(167)		- -	11.109
Em serviço	22.312	-	-		-	-	-	22.312
Depreciação acumulada	(17.917)	-	-	(598)	-	-	-	(18.515)
Em curso	2.006	580	4.893	-	(167)	-	-	7.312
Arrendamento	-	992.719	-		-		- -	992.719
Arrendamento (b)	-	1.730.922	-		-	-	-	1.730.922
Depreciação acumulada	-	(738.203)	-		-	-	-	(738.203)
	1.783.456	1.116.359	25.765	(80.193)	(1.59)		- -	2.843.790

Obrigações especiais - Vinculadas à concessão do serviço público

a) O montante líquido de R$ 84.828 representa as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

NOTA 12 - ATIVO CONTRATUAL

As concessões de transmissão da Companhia são classificadas como ativos contratuais conforme IFRS 15/CPC 47.

A movimentação e composição deste ativo no período é como segue:

Tabela 30

Movimentação ativo Contratual	
Saldos em 01.01.2018	283.922
Ajuste de adoção inicial do CPC 47/IFRS 15	(28.861)
Adição - Receita de construção	32.920
Receita Financeira contratual	11.746
Amortização	(117.181)
Baixas e transferências	(12)
Saldo em 31.12.2018	182.534
Adição - Receita de construção	4.252
Receita Financeira contratual	10.696
Amortização	(24.614)
Baixas e transferências	-
Saldos em 31.12.2019	172.868

Obrigações de Desempenho

A Companhia identificou duas obrigações de desempenho na atividade de transmissão, operação e construção. O reconhecimento da receita é mediante satisfação dessas obrigações e são refletidas no resultado da Companhia como Receita de Construção e de operação e manutenção.

O efeito no resultado do ativo contratual segue abaixo:

Tabela 31

Resultado do ativo Contratual	31.12.2019
Receita Financeira contratual	10.696
Receita de construção	4.252
Receita de operação e manutenção	19.132
Custo de construção	(17.228)
Custo de operação e manutenção	-
	16.852

Tabela 26

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo Contratual de Transmissão - Circulante	41.543	41.543
Ativo Contratual de Transmissão - Não Circulante	131.325	140.991
	172.868	182.534

Realização do ativo contratual

Ao longo da operação da concessão o ativo contratual é realizado por dois fluxos de caixa, (i) pelo recebimento de RAP para a parcela que será amortizada até o término da concessão e (ii) mediante indenização após a reversão da infraestrutura não amortizada ao Poder Concedente.

Abaixo segue a estimativa da Companhia de realização desses componentes contratuais:

Tabela 32

Realização do ativo Contratual	31.12.2019	31.12.2018
Ativo contratual - RAP	138.296	147.962
Ativo contratual - Indenização	34.572	34.572

NOTA 13 - TESTE DE IMPAIRMENT

Considerando a necessidade de otimizar os recursos disponíveis nas Usinas, a Administração estabeleceu como Unidade Geradora de Caixa - UGC para efeito de teste de impairment, cada uma das seguintes unidades:

UHE - Balbina - CCVE;
UTE - Aparecida Complexo: Plantas com contrato de CCEAR;
UTE - MAUÁ 3;
¸UTE - MAUÁ - Bloco 1;
¸UTE MAUÁ - Bloco 4;
¸UTE Aparecida a Óleo e
¸UTE Electron

Com base nos testes realizados, os valores dos resultados apurados demonstram que o fluxo de caixa descontado acumulado (VP dos Ativos) da AmGT, supera o valor do Ativo testado nas usinas de Balbina, Aparecida Complexo e Mauá 3, indicando que não há necessidade de ajuste por perda de valor recuperável (impairment) para o exercício de 2019.

Premissas - Usinas UHE Balbina e UTE Aparecida Complexo

I.DRE / BALANÇO: Base de 30 de setembro de 2019;

II.Período:

a) UHE Balbina: outubro de 2019 a fevereiro 2027;

b) UTE Complexo Aparecida: outubro de 2019 a novembro 2030 (CCEAR);

c) UTE Mauá 3: outubro de 2019 a novembro 2030.

III.Valores reais e Taxa de desconto: Não se considerou o efeito inflacionário nas projeções. A Taxa de desconto utilizada foi o WACC atualizado pela Eletrobras, no valor de 4,4% (Wacc em termos reais da Geração Não Renovada);

IV.Preço de venda de energia - Usinas (Blocos) com CCVEEs - Conforme contrato entre a AmD e a AmGT, cujas condições foram homologadas por meio da Resolução Autorizativa nº 4.836/2014, de 16/09/2014;

V.Vendas brutas: Foi feita a consolidação das receitas das UGCs que estão sendo testadas sendo o contrato de CCVEE da usina de Balbina, e os contratos de CCEAR da UTE Aparecida e da UTE Mauá 3;

VI.Demais receitas: Não foram considerado outras receitas nos testes;

VII.Energia contratada: UHE Balbina - 132,30 MW; UTE Aparecida - 145 MW e a UTE Mauá - 484,4 MW;

VIII.Preço de venda de energia: UHE Balbina - 334,65 R$/MWh; UTE Aparecida - 233,63 R$/MWh (Data base de setembro de 2019);

IX.Deduções da receita: Considerou-se uma taxa de 35,25% constante nos contratos CCVEE, sendo ICMS (25%), COFINS (7,6%), PIS (1,65%) e do P&D (1%);

X.Combustível: O gás utilizado nas usinas do Complexo Aparecida e Mauá passou para a responsabilidade da AmGT, possibilitando maior controle na gestão do principal insumo de produção de energia. Ademais o preço contratual do gás foi alterado e ficou igual ao preço regulatório extinguindo qualquer possibilitando de onerosidade para a AmGT, sendo o contrato regulado por instrumento particular onde as parcelas para fins de reembolso CCC são reconhecido pela ANP e pela ANEEL;

XI.PMSO: Foi considerado o valor contábil de cada UGC realizado até setembro 2019. Para o ano de 2019 considerou-se a média do valor realizado até setembro de 2019. O pessoal das plantas e atividades desativadas deverão ser objetos de PDC.

XII.Rateio do pessoal das plantas desativadas: Para as plantas desativadas está sendo avaliada a possibilidade de um Plano de Desligamento Consensual - PDC com o encerramento dos contratos de concessão;

XIII.Programa de Aposentadoria Extraordinária - PAE: Não está prevista a adesão da AmGT ao PAE;

XIV.Programa de Demissão Consensual - PDC: A AmGT pretende implementar um PDC, referente à adequação do quadro de pessoal em função das plantas e atividades que serão desativadas;

XV.Encargos: Foram considerados os encargos registrados na contabilidade;

XVI.Ativos testados: Testou-se todos os ativos de geração com base em 30 de setembro de 2019;

XVII.Recuperação de despesas: Foram capturadas no histórico do custo de geração;

XVIII.Depreciação: Considerou-se a depreciação na data de 30 de setembro de 2019, conforme informado pela contabilidade;

XIX.Provisões e reversões: Não foram consideradas para o cálculo;

XX.Resultado financeiro: Por se tratar de rubricas que não contribuem para o cálculo do impairment estas foram desconsideradas;

XXI.Valor residual: Os testes estão considerando os valores não depreciados ao final do fluxo como um valor residual; e

XXII.Repactuação do risco hidrológico: Considerou-se o impacto do risco baseado na Nota Técnica PCE 01/2016 - Repactuação do Risco Hidrológico pelos agentes participantes do MRE - UHE Balbina e 05.01.2016.

Premissas - Usina UTE Mauá 3

A UTE Mauá 3, iniciou em 1º de janeiro de 2019 a operar no CCEAR por ter sido a vencedora do 20º Leilão de Energia Nova (A-5), ocorrido no dia 28 de novembro de 2014. Diante da relevância do ativo na participação da receita da AmGT, optou-se por apresentar as premissas da UTE Mauá 3 separada dos demais ativos da Companhia. Sendo assim, as principais premissas foram:

a.Potência instalada: 583 MW, garantia física de 507,2 MW médios e utiliza o gás natural como combustível;

b.Período de suprimento A partir de 1º janeiro 2019 a novembro 2030 nas condições do Leilão;

c.Geração de energia: Em 2019 a usina começa a gerar a potência contratada no leilão, sendo 484 MW médio;

d.Receita de venda: Receita de leilão conforme metodologia definida pela PCE;

e.Deduções da receita: Nos CCEAR não incide o ICMS, assim, considerou-se apenas a incidência de COFINS (7,6%), PIS (1,65%) e do P&D (1%);

f.Combustível: expurgou-se a parcela de transporte, conforme preço leilão;

g.PMSO: Foi considerado apenas o pessoal do complexo UTE Mauá. As rubricas Material, Serviços e Outros se mantêm constantes durante todo o período. Entretanto, os custos com overhaul foram destacados e considerados conforme as programações de manutenção;

h.Encargos: Foram considerados conforme metodologia ANEEL; e

i.Ativo testado: Testou-se o ativo em serviço registrado na contabilidade até 30 de setembro de 2019.

Premissas - UTE Mauá Bloco 1

conforme Resolução Normativa nº 659/2015 e Despacho nº 1927/2015 SRG/ANEEL, a Companhia, após avaliar os valores aprovados pela Agência Reguladora, constatou serem significativamente inferiores aos reais custos de operação e manutenção das UTE Mauá Bloco I, inviabilizando econômica e financeiramente a continuidade de operação das mesmas.

Desta forma, em 04 de agosto de 2015, a Amazonas GT, por meio da Correspondência CTA-PRI 10/2015, registrou à Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG/ANEEL, o seu desinteresse na prorrogação da aludida usina e o valor residual da usina, no montante de R$ 41.040 foi provisionada no saldo de abertura em 01 de janeiro de 2018, conforme explanado na nota 3.6, item "h".

Premissas - UTE Mauá Bloco 4

O Ministério de Minas e Energia, através da Portaria n° 179/2016 declarou a necessidade de operação da UTE Mauá Bloco IV até dezembro de 2017, sob a responsabilidade da Amazonas GT.

A Companhia, solicitou a alteração do Custo Variavel Unitário -CVU da usina devido à mudança no combustível que atende a usina para atender a Portaria MME n° 179/2016, através da CTA-PRI n° 41/2016, tendo o pedido negado, conforme o Despacho ANEEL n° 2.813/2016.

Dessa forma, para obter o combustível para a operacionalização da usina, a única proposta recebida no 3° processo licitatório, teve o preço de mercado superior ao da média ANP. Com efeito, a Companhia ficaria com prejuízo no fechamento dessa operação, uma vez que o ressarcimento do combustível aprovado seria inferior ao desembolso a ser realizado. Logo, solicitou em caráter excepcional, revisão do valor aprovado do combustível à Amazonas GT, de acordo com o previsto no parágrafo segundo do art. 5 da REN n° 739/2016-ANEEL.

Porém, por meio do Despacho no 2.813, de 24 de outubro de 2016, o Superintendente de Regulação dos Serviços de Geração da ANEEL, negou provimento ao pedido da empresa, o que levou a Amazonas GT a não dar continuidade a operação da mesma,e portanto, a Companhia registrou um impariment no valor residual da usina, no montante de R$ 49.372, no saldo de abertura em 01 de janeiro de 2018, conforme explanado na nota 3.6, item "h".

Premissas - UTE Aparecida a Óleo

Esta UTE possui 06 (seis) unidades geradoras, as quais são denominadas UGG-05, UGG-06, UGG-07, UGG-08, UGG-09 e UGG-10 e todas podem alimentar o serviço auxiliar de recomposição do Sistema Manaus.

Entretanto, as unidades geradoras UGG-05 e UGG-06 são a óleo e em caso de blecaute estão aptas a operarem para energizar os serviços auxiliares permitindo que as 4 unidades a gás (UGG-07, UGG-08, UGG-09 e UGG-10) pudessem ter partida numa situação de contigência, já que essas unidades a gás não são capazes de partir sem energia em seus auxiliares.

Desta forma, até 2017 elas estavam disponíveis para operar a qualquer momento no reestabelecimento do Sistema, inclusive possuindo autorização da ANEEL para assinatura do contrato de CPSA (Contrato de Prestação de Serviços Ancilares temporários).

Ocorre que, desde 2018, a Companhia decidiu não mais utilizar as unidades a óleo, e substituiu e assinou um plano de melhoria para troca do black-start (licitação em andamento), e portanto, a Companhia registrou um impariment no valor residual da usina, no montante de R$ 46.258, no saldo de abertura em 01 de janeiro de 2018, conforme explanado na nota 3.6, item "h".

Premissas - UTE Electron

A Portaria nº MME 41, de fevereiro de 2015, determinava que a manutenção das usinas do parque termoelétrico de Manaus (onde constava a UTE Electron), entre as demais, tinha o objetivo de:

preservar os níveis de armazenamentos de segurança dos principais reservatórios;

atendimento de cargas até a entrada em operação da UTE Mauá III;

não aumento de importação do SIN para Manaus.

Ao disciplinar a forma de ressarcimento dos custos fixos e variáveis, a ANEEL limitou o reembolso desses custos, conforme Resolução Normativa nº 659/2015.

Agregado a isso, houve o Despacho nº 1927/2015-SRG/ANEEL que, aprovou e fixou custo fixo e variável para fins de reembolso, e cujos valores aprovados foram bem inferiores aos dispêndios da UTE Electron, o que geraria um enorme prejuízo econômico-financeiro para a Companhia, uma vez que, naquele momento, não tinha capacidade financeira para arcar com os recursos financeiros não cobertos pelo reembolso, que naquele despacho foram limitados.

Desta forma, a Amazonas GT apesar de ter tentando por inúmeras vezes demonstrar à ANEEL que a não cobertura dos custos poderia tornar a operação dessa usina inviável, por meio da correspondência CTA-DO-AMGT 005/2015, comunicou ao ONS a não disponibilidade da UTE Electron para o planejamento operativo e portanto, a Companhia registrou um impariment no valor residual da usina, no montante de R$ 19.562, no saldo de abertura em 01 de janeiro de 2018, conforme explanado na nota 3.6, item "h".

NOTA 14 - FORNECEDORES

Tabela 33

	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores de materiais e serviços nacionais (a)	195.233	522.052
Fornecedores de energia elétrica	1.689	1.971
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE (b)	11.735	1.494
	208.657	525.517

(a)A redução ocorreu em função do encerramento do contrato de aluguel de geradores, em junho de 2019, junto ao fornecedor Aggreko (saldo de R$ 270.846 em 31 de dezembro de 2018).

(b)Refere-se ao montante devido à CCEE pela compra de energia no MCP. O aumento ocorreu em função de que a Companhia necessitou realizar mais compras de energia no exercício de 2019 em função da exposição no Mercado de Curto Prazo - MCP da UTE Mauá 3 e Aparecida.

NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos obtidos da controladora Eletrobras são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação, e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias incorridos. A garantia dos empréstimos é a vinculação da receita própria da Companhia. As obrigações com empréstimos estão demonstradas a seguir:

Tabela 34

FINANCIADORES	Encargos Financeiros anuais (%)		31.12.2019				31.12.2018			
			Circulante		Não Circulante	Total	Circulante		Não Circulante	Total
MOEDA NACIONAL		Vencimento dos Contratos	Encargos	Principal			Encargos	Principal		
ELETROBRÁS										
ECF-2644/07	7,00 + CRC[1]	30/09/2021	172	1.329	997	2.498	819	2.769	2.326	5.914
ECF-2645/07	7,00 + CRC[1]	30/12/2022	87	682	512	1.281	420	1.422	1.194	3.036
ECF-2766/09	7,00 + CRC[1]	30/03/2018	902	-	-	902	4.508	14.173	-	18.681
ECF-2777/09	7,00 + CRC[1]	31/08/2017	16	-	-	16	79	222	-	301
ECF-2862/10	7,00 + CRC[1]	30/12/2021	86	562	1.124	1.772	412	1.170	1.685	3.267
ECF-2875/10	7,00 + CRC[1]	30/06/2023	54	332	829	1.215	259	691	1.160	2.110
ECF-2887/10	7,00 + CRC[1]	30/06/2023	22	135	337	494	105	281	472	858
ECF-2891/10	7,00 + CRC[1]	30/06/2023	28	172	429	629	134	358	601	1.093
ECF-2925/11	7,00 + CRC[1]	30/04/2023	14	85	197	296	65	176	282	523
ECF 3023/12	Selic + Spreed	30/06/2027	1.836	-	159.799	161.635	11.288	153.416	-	164.704
ECF 3025/12	Selic + Spreed	30/05/2019	4.414	67.550	225.166	297.130	24.917	137.645	160.586	323.148
ECF 3060/13	Selic + Spreed	30/06/2027	5.473	-	212.972	218.445	15.044	204.467	-	219.511
ECF 3120/14	Selic + Spreed	30/06/2027	4.322	-	282.796	287.118	19.976	271.502	-	291.478
ECF 3249/15	CDI	28/02/2025	1.137	25.986	123.434	150.557	15.377	21.655	134.263	171.295

ECF 3251/15	CDI	28/02/2025	1.857	42.975	204.132	248.964	25.409	35.813	222.038	283.260
ECF 3253/15	CDI	28/02/2025	80	1.867	8.868	10.815	1.103	1.556	9.647	12.306
RES 0561/14	CDI	31/12/2023	4.028	26.308	131.541	161.877	17.101	51.849	103.698	172.648
ECF 3265/15	CDI	28/02/2025	920	20.833	98.959	120.712	12.338	17.361	107.639	137.338
ECF 3293/16	CDI	28/02/2025	2.062	42.678	202.722	247.462	26.694	35.565	220.505	282.764
ECF 3349/17	9,9 + IPCA	31/12/2017	2.986	-	-	2.986	17.161	55.500	-	72.661
ECF 3371/18	124,75% do CDI	28/02/2025	27	13.589	231.010	244.626	125	-	135.123	135.248
ECF 3372/2019	124,75% do CDI	31/10/2023	334	6.793	115.474	122.601	-	-	-	-
ECF 3376/19	124,75% do CDI	30/06/2022	247	23.376	70.128	93.751	-	-	-	-
ECF 3377/19	124,75% do CDI	30/06/2022	212	20.070	60.212	80.494	-	-	-	-
Total			31.316	295.322	2.131.638	2.458.276	193.334	1.007.591	1.101.219	2.302.144

[1] Comissão de reserva de crédito 1% (um por cento) ao ano calculada sobre o saldo não desembolsado do crédito

A composição do principal dos empréstimos no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 tem seus vencimentos assim programados:
Tabela 35

	31.12.2019	31.12.2018
2021	494.803	299.945
2022	504.479	299.442
2023	439.713	184.490
2024	292.426	160.612
2025	236.325	134.340
Após 2025	163.892	22.390
	2.131.638	1.101.219

O aumento do saldo do Passivo Não Circulante foi em função da repactuação de alguns contratos de empréstimos conforme o resumo demonstrado no quadro abaixo:
Tabela 36

Contrato	Data da repactuação	Amortização (nº de parcelas)		Carência		Saldo repactuado
		de	para	de	para	
3371/18	26/06/2019	24	36	31/12/2019	31/10/2020	244.598
3372/19	26/06/2019	7	36	31/07/2019	31/10/2020	122.266
3023/12	26/06/2019	1	72	31/12/2019	30/06/2021	153.417
3025/12	25/03/2019	60	60	31/10/2018	31/12/2019	298.231
3060/13	26/06/2019	1	72	31/12/2019	30/06/2021	204.467
0284/14	25/03/2019	72	72	31/10/2018	31/12/2019	155.547
3120/14	26/06/2019	1	72	31/12/2019	30/06/2021	271.502
3249/15	26/06/2019	72	72	31/05/2019	31/12/2019	149.421
3251/15	26/06/2019	72	72	31/05/2019	31/12/2019	247.107
3253/15	26/06/2019	72	72	31/05/2019	31/12/2019	10.736
3265/15	26/06/2019	72	72	31/05/2019	31/12/2019	119.792
3293/16	26/06/2019	72	72	31/05/2019	31/12/2019	245.401

Movimentação do saldo de empréstimos
Tabela 37

DESCRIÇÃO	31.12.2019		31.12.2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo inicial	1.200.925	1.101.219	836.996	1.174.740
Empréstimos obtidos	-	231.742	135.123	-
Transferências	(798.677)	798.677	73.521	(73.521)
Encargos financeiros provisionados (Nota 23)	190.495	-	203.173	-
Encargos financeiros pagos	(211.258)	-	(46.789)	-
Amortização de empréstimos	(54.847)	-	(1.099)	-
Saldo final	326.638	2.131.638	1.200.925	1.101.219

Dívida por Indexador
Tabela 38

	31.12.2019		31.12.2018	
Indexador	%	Saldo de Empréstimos por Indexador	%	Saldo de Empréstimos por Indexador
Selic	4,40	1.319.984	6,40	1.171.489
CDI	5,97	1.126.203	6,24	1.022.212
Outros		12.089		108.443
		2.458.276		2.302.144

Cláusulas contratuais restritivas

Os contratos de empréstimos da Companhia possuem cláusulas que requerem comprovação integral dos recursos de qualquer parcela no prazo de até 6 meses, contados a partir da data da liberação do recurso ou a verificação pela Eletrobras da sua aplicação indevida, desde que, no prazo de 72 horas contados da simples comunicação feita pela Eletrobras, caso a Companhia não tenha adotado providência cabível para regularização/normalização da situação. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar na rescisão do contrato e, consequente, vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2019, não há inadimplência da Companhia em relação a essa cláusula.

NOTA 16 - ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING A PAGAR)

A movimentação dos arrendamentos financeiros é como segue:
Tabela 39

PASSIVOS DE ARRENDAMENTO - IFRS 16	31.12.2018	Amortização do Principal	Transferência	Encargos (Juros, Variações monetária)	31.12.2019
Circulante	152.122	(431.860)	439.115	-	159.377
Máquinas e equipamentos	152.122	(431.860)	439.115	-	159.377
Não circulante	823.993	-	(439.115)	319.038	703.916
Máquinas e equipamentos	823.993	-	(439.115)	319.038	703.916
	976.115	(431.860)	-	319.038	863.293

Vencimentos das parcelas do passivo circulante e não circulante
Tabela 40

Perfil da Dívida	31.12.2019
2021	159.377
2022	159.377
2023	159.377
2024	159.377
2025	66.408
Após 2025	-
	703.916

NOTA 17 - OBRIGAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Tabela 41

	31.12.2019		31.12.2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Amazonas Energia (a)	-	-	42.917	-
Eletrobras	25	-	4	-
Provisão EL PASO Rio Negro (b)	-	-	-	423.929
Provisão EL PASO Amazonas (b)	-	-	-	145.971
	25	-	42.921	569.900

(a)A Amazonas Energia S.A. deixou de ser parte relacionada da Companhia, desde a data da sua privatização, ocorrida em abril de 2019, portanto, os saldos antes apresentados nesta rubrica foram reclassificados para a rubrica de outras contas a pagar.

(b)Os processos da EL PASO (Rio Negro e Amazonas), recebidos pela Companhia por ocasião da desverticalização, foram reclassificados para a rubrica de provisões para riscos (vide Nota 18).

NOTA 18 - CAUÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS

18.1 - CAUÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Tabela 42

	31.12.2019		31.12.2018 (Reapresentado)	
DESCRIÇÃO	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Trabalhista	-	76.708	-	62.909
Cíveis (a)	20.252	5.351	96.930	4.392
Tributária	3.466	-	3.466	-
Multas ANEEL (b)	-	44.380	-	41.250
Outras (c)	2.470	-	135.053	-
(-) Provisão (d)	-(64.836)		-(33.364)	
	26.188	61.603	235.449	75.187

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente conforme índices oficiais do Tribunal Superior do Trabalho - TST, sendo que até dezembro de 2019 o montante foi de R$ 2.389.

(a)O montante de R$ 20.252, classificado no ativo circulante, refere-se aos depósitos judiciais, efetuados para garantia de fornecimento de gás pela Cigás, sendo o saldo baixado a medida em que a Cigás venha a fornecer o gás a Companhia;

(b)O montante de R$ 44.380, classificado no ativo não circulante, refere-se a dois depósitos recursais feitos pela Companhia relativos a multas impetradas pela ANEEL.

(c)Do montante do saldo de 2018, R$ 115.723 refere-se à Petrobras, o qual foi registrado em função de caução para implementação da conta vinculada exigida no 5º Termo Aditivo ao Contrato de Gás. O saldo foi baixado no exercício de 2019.

(d)O saldo provisionado pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 de (R$ 64.836), sendo de (R$ 33.364) em 31 de dezembro de 2018, é decorrente da dificuldade de identificação da existência do depósito no judiciário.

A movimentação da provisão está demonstrada abaixo:

Tabela 43

	31.12.2019
Saldo em 01.01.2018	-
(+) Constituição	(33.364)
Saldo em 31.12.2018	(33.364)
(+) Constituição	(31.472)
Saldo Final	(64.836)

18.2 - PROVISÕES PARA RISCOS

Tabela 44

	31.12.2019	31.12.2018
DESCRIÇÃO	Não Circulante	Não Circulante
Trabalhista	20.826	26.541
Cíveis	588.344	3.029
Tributária	11.268	11.268
Multas ANEEL	19.038	18.494
	639.476	59.332

Movimentação dos saldos da provisão para causas judiciais

Tabela 45

DESCRIÇÃO	Saldo em 31.12.2018	Adições	Reversões	Atualizações	Transferências	Saldo em 31.12.2019
Trabalhistas (a)	26.541	4.194	(7.283)	(2.626)		-20.826
Cíveis (b)	3.029	-	-	2.067		583.248588.344
Tributária (c)	11.268	-	-	-		-11.268
Multas ANEEL (d)	18.494	-	-	544		-19.038
Saldo final	59.332	4.194	(7.283)	(15)	583.248	639.476

a)Do montante das causas trabalhistas de risco provável no montante de R$ 20.826, destacam-se: R$ 15.898 referente a processos movidos para pagamento de hora extra e hora intra e inter jornada e R$ 3.689 a vários processos solicitando equiparação salarial;

b)O aumento refere-se à reclassificação dos processos da El Paso (Rio Negro e Amazonas) da rubrica de Obrigações com Partes Relacionadas para provisões para riscos, conforme já mencionado na nota 17. O fato se deu por meio de acordo entre controladora e controlada onde, apesar da demandada ser a Eletrobras, a devedora originária é a AmGT (como sucessora da Amazonas Energia), por isso o registro da provisão. Ambos os processos são atualizados monetariamente com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - Especial (IPCA-E) e o montante de atualização até dezembro de 2019 foi de R$ 15.210;

c)Esta provisão foi constituída em função do registro dos créditos de PIS e COFINS embasados na cobrança do Combustível pela Amazonas Energia através de Ordens de Reembolsos - ODR (documento não fiscal).

d)Refere-se a dois processos impetrados em função da mesma multa, conforme Auto de Infração da ANEEL - AI-045/2010, processo administrativo nº 48500.007179/2010-00, cujo objeto da multa refere-se à irregularidades no consumo de óleo utilizado na geração de energia elétrica no período de janeiro de 1999 à dezembro de 2005, e que teriam sido reembolsados pela CCC. Uma ação é uma cautelar preparatória e a outra ação anulatória. Ambos os processos foram transferidos para a Companhia, via acervo líquido, em 2015, e vêm sendo atualizados durante este período.

Outras informações

A Companhia apresenta, a seguir, os processos trabalhistas, cíveis e tributários, cuja avaliação de risco de perda avaliada pelos assessores jurídicos é possível:

Tabela 46

DESCRIÇÃO	31.12.2019	31.12.2018
	Possíveis	Possíveis
Trabalhistas	77.739	54.720
Cíveis	318.744	210.148
Tributárias	170.426	165.560
	566.909	430.428

(a)Do montante das causas trabalhistas de risco possível no montante de R$ 77.739, destacam-se: R$ 11.399 referente a vários processos solicitando equiparação salarial; R$ 29.554 referente a processos movidos para pagamento de hora extra e hora intra e inter jornada; R$ 7.154 referente a processos movidos para pagamento de periculosidade e insalubridade; R$ 26.971 referente a vários processos solicitando progressão salarial baseado em Portaria Administrativa; e R$ 2.661 referente a vários processos de colaboradores terceirizados relacionados a supostos descumprimentos de obrigações patronais.

(b)Do montante das causas cíveis de risco possível no montante de R$ 318.744, destacam-se: R$ 101.019 referente à ação indenizatória em função das terras alagadas pelo lago da hidrelétrica de Balbina; R$ 128.102 referente à discussão de cláusulas contratuais com construtora referente a elaboração do projeto de implantação da UTE Mauá 3; R$ 25.492, R$ 13.297 e R$ 9.376 referente à ação anulatória para desconstituir a penalidade aplicada respectivamente nos Autos de Infração nº 111/2012, 1009/2011 e 013/2013; R$ 8.472 referente à ação ambiental reconhecida em função da necessidade de renovação do alvará de construção da Usina Termelétrica de Mauá 3 e R$ 23.742 por danos morais coletivos relativos à degradação do Centro de Proteção Ambiental de Balbina.

(c)Refere-se a processos de tributos federais e estaduais que se encontram na esfera judicial. Do montante das causas tributárias de risco possível no montante de R$ 170.426 destaca-se o processo 0207794-88.2009.8.04.0001 no valor de R$ 168.156 impetrado contra a Companhia pela El Paso Amazonas Energia Ltda. referente à execução fiscal proposta para cobrança dos créditos tributários objetos dos autos de infração nº 502.330, 502.344, 502.345 e 502.346, lavrados para cobrança de ICMS sobre o suposto fornecimento de energia elétrica no período de outubro de 1999 a junho de 2001, pago por meio de recibos, a título de disponibilidade contratual de equipamentos.

NOTA 19 - CAPITAL SOCIAL

O capital social, em 31 de dezembro de 2019, totalmente integralizado, está distribuído conforme demonstrativo abaixo:

Tabela 47

Acionista	2019	Quantidade	%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	445.628	445.628.000	100,00%

Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

NOTA 20 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Tabela 48

	2019	2018 (Reapresentado)
Receita Operacional Bruta		
Geração		
Suprimento de energia elétrica (a)	3.696.090	718.467
Energia elétrica de curto prazo (b)	508	298.957

Transmissão		
Receita de operação e manutenção (c)	19.132	39.441
Receita de construção (d)	4.252	32.920
Financeira - retorno do investimento	10.696	11.746
	3.730.678	1.101.531
(-) DEDUÇÕES		
ICMS	(685.331)	(193.704)
PIS	(60.098)	(19.372)
COFINS	(276.816)	(89.228)
Encargos setoriais	(64.217)	(36.342)
	(1.086.462)	(338.646)
Receita Operacional Líquida	2.644.216	762.885

(a)O aumento deve-se ao incremento de geração de receita em função do faturamento dos produtores independentes PIEs e quatro Usinas a Gás que foram recebidos da AmD após a desverticalização, ocorrida em dezembro de 2018. Além disso, houve acréscimo da parcela do combustível no preço da UTE Aparecida.

(b)Refere-se ao excedente da receita gerada da usina de Mauá 3, das Turbinas à Gás - TG 2 e a Turbina à Vapor - TV, sendo vendida à Preço de Liquidação das Diferenças - PLD. A partir de janeiro de 2019 a UTE Mauá ficou com sua energia 100% comprometida para o ambiente CCEAR, não tendo mais energia disponível para o MCP.

(c)A redução é em função do recebimento, de janeiro a junho de 2018, da RAP Retroativa, conforme Resolução Homologatória ANEEL - REH 1559/2013.

(d)A receita de construção é recebida para as obras entregues dentro dos ciclos autorizados, e sua redução se deu em razão do encerramento dos ciclos das REA 6188/2017 (3o.e 4o. trafo de JT) e REA 6232/2017 (trafo da SE Manaus) , respectivamente em fevereiro e março de 2019, e os juros decorrentes dessa obra e das obras entregues posteriores ao encerramento desses ciclos, somente serão remunerados a partir do novo ciclo que será em julho/2020.

NOTA 21 - CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Tabela 49

	2019	2018
Produtores independentes - PIE´s (a)	(522.223)	(37.677)
(-) Reversão do arrendamento mercantil (b)	431.859	410.475
Mercado de Curto Prazo - MCP (c)	(73.257)	(35.914)
Encargos de uso da rede elétrica (d)	(81.839)	(43.250)
	(245.460)	293.634

(a)Montante referente à compra de energia dos PIEs efetuadas até dezembro de 2019. Destaca-se que estes lançamentos ocorreram após o processo final da desverticalização em dezembro de 2018, portanto, em dezembro 2018 foi registrado o valor de apenas um mês, enquanto que no mesmo período de 2019 temos o montante referente a doze meses.

(b)Refere-se à amortização do Passivo do leasing até dezembro de 2019. A amortização deste passivo é feita através de uma reversão no resultado (crédito) da compra de energia em contrapartida a débito no Passivo pela baixa dos valores (vide nota 16).

(c)Nesta rubrica registra-se a energia elétrica comprada no mercado de curto prazo, conforme Relatório Sumário - SUM, divulgado pela CCEE. O aumento foi em função da maior compra de energia no mercado de curto prazo no período, face a geração de energia abaixo do contratado neste período.

(d)O incremento se deve, principalmente, aos devidos fatores: (i) aumento do EUSD no valor de R$ 19.535, que reflete o impacto do aumento tarifário da ANEEL de 60,67% a partir de novembro/2018; (ii) aumento do EUST em R$ 19.054 referente ao uso do sistema de Transmissão da UHE - Balbina e UTE Mauá 3;

NOTA 22 - CUSTO DE OPERAÇÃO E RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Tabela 50

31.12.2019

DESCRIÇÃO	Custo de Operação	Despesas Operacionais	Total
Pessoal	(98.403)	(39.731)	(138.134)
Material	(11.919)	(512)	(12.431)
Serviços de terceiros	(62.260)	(36.471)	(98.731)
Plano de demissão consensual - PDC (Nota 22.1)	(8.998)	(1.703)	(10.701)
Combustível p/ produção de energia elétrica (a)	(2.134.912)	-	(2.134.912)
Recuperação de despesas - ESS (b)	157.105	-	157.105
Recuperação de despesas - CCC (c)	1.094.849	-	1.094.849
Recuperação de despesas - MCP	4.226	-	4.226
Depreciação imobilizado e leasing	(150.606)	(285)	(150.891)
Provisões operacionais (nota 22.2)	-	(93.262)	(93.262)
Aluguéis (Nota 22.3)	(166.635)	(1.611)	(168.246)
Outros (nota 22.4)	(14.295)	(3.812)	(18.107)
	(1.391.848)	(177.387)	(1.569.235)

31.12.2018

DESCRIÇÃO	Custo de Operação (Reapresentado)	Despesas Operacionais	Total
Pessoal	(115.035)	(32.363)	(147.398)
Material	(16.106)	(190)	(16.296)
Serviços de terceiros	(61.814)	(13.461)	(75.275)
Plano de demissão consensual - PDC	-	-	-
Combustível p/ produção de energia elétrica	(354.632)	-	(354.632)
Recuperação de despesas - ESS	1.240.088	-	1.240.088
Recuperação de despesas - CCC	-	-	-
Recuperação de despesas - MCP	82.255	-	82.255
Depreciação imobilizado e leasing	(136.876)	(446)	(137.322)
Provisões operacionais	(1.555)	(32.203)	(33.758)
Aluguéis	(861.949)	(1.740)	(863.689)
Outros	(2.306)	(2.290)	(4.596)
	(227.930)	(82.693)	(310.623)

a)O montante de R$ 2.134.912 refere-se ao consumo de combustível gás natural do período de janeiro a dezembro de 2019 utilizados na usina de Mauá 3, Turbina a Gás - TG2. Adicionalmente, a partir de dezembro de 2018, com a finalização do processo da desverticalização, houve acréscimo de consumo de combustível para atendimento do cinco PIEs de Manaus e quatro Usinas a Gás do Interior.

b)Referente ao ressarcimento de ESS, realizado de acordo com o Calendário da liquidação financeira da CCEE. O saldo em 31 de dezembro de 2019, de R$ 157.105, está menor que o exercício anterior (R$ 1.240.088 em 31 de dezembro de 2018), pois a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.830, de 14 de novembro de 2017, autorizou a CCEE a efetuar o ressarcimento à Companhia, conforme disposto na Portaria do MME nº 387, de 3 de outubro de 2017, pela disponibilização da geração da UTE Mauá 3, no valor mensal de R$ 37.710 para cobertura dos custos fixos no período de 27 de setembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, via ESS. Além disso, o contrato com as locadoras de energia foi finalizado em junho de 2019, reduzindo desta forma o valor do ressarcimento neste exercício de 2019.

c)Com a cessão do contrato de gás da AmD para a Companhia, em dezembro de 2018, a AmGT passou a ser beneficiária do reembolso do Fundo Setorial CCC, o qual é utilizado para cobrir parte dos custos da AmGT com aquisição do gás natural. Maiores detalhes sobre a duração do benefício estão descritos na nota 3.3.25 - Subsídio da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC.

Os reembolsos da CCC são realizados pela CCEE, a qual atua no processo de gestão financeira e operacional da CCC. Os reembolsos seguem a seguinte periocidade:

Dia 20 do mês subsequente ao do fornecimento do gás natural, a CCEE faz um repasse de adiantamento em nome da AmGT. Este valor reembolsado preliminarmente é feito com base na média dos reembolsos dos três últimos meses, limitados em 75% da média calculada; e

Dia 15 do segundo mês subsequente ao do fornecimento do gás natural, a CCEE reembolsa a diferença entre o montante total do reembolso devido e o reembolso preliminar realizado no dia 20 do mês subsequente ao do fornecimento (adiantamento).

22.1 - Plano de Demissão Consensual - PDC

Tabela 51

Gastos com planos de demissão	2019	2018
Incentivos indenizatórios legais	7.920	9.262
Benefício rescisório - Plano de Saúde (Pecúnia)	2.781	-
Gastos com plano de demissão consensual (PDC)	10.701	9.262

22.2 - Provisões operacionais

Tabela 52

	2019	2018
Provisões para riscos	3.089	(5.846)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD (a)	(64.879)	-
Perda por redução ao valor recuperável	-	(11.440)
Outras provisões (b)	(31.472)	(16.472)
	(93.262)	(33.758)

a)Refere-se à PCLD constituída no exercício de 2019, em virtude dos créditos vencidos com a Amazonas Energia S.A, referente ao suprimento de energia.

b)O montante de R$ 31.472 em 2019 refere-se à provisão para baixa de depósitos judiciais (vide nota 19.1). Do montante registrado em 2018, R$ R$ 9.070 refere-se à provisão para perda esperada em virtude da cobrança da EL PASO Rio Negro, transferido em 01 de julho de 2015, via acervo líquido da Amazonas Energia.

22.3 - Aluguéis

Tabela 53

	2019	2018
Grupos geradores (a)	(173.342)	(872.151)
Outros bens	(1.595)	(2.003)
Pis Apuração Lei nº 10.833/03	1.193	1.867
Cofins Apuração Lei nº 10.833/03	5.498	8.598
	(168.246)	(863.689)

(a)Referente exclusivamente as despesas de locação de acordo com o contrato firmado com a geradora Aggreko. A redução ocorreu em função do término do contrato com as locadoras em junho de 2019.

22.4- Outros

Tabela 54

	2019	2018
Seguros	(21.421)	(13.725)
Tributos	(12.382)	(11.891)
Recuperação de despesa (a)	28.611	67.906
Perdas com notificações controversas (b)	-	(43.149)
Indenizações trabalhistas/cíveis e tributárias	(1.951)	(3.809)
Sobra (falta) no inventário de estoque	-	2.381
Ganhos (perdas) atuariais	(7.074)	-
Outros	(3.890)	(2.309)
	(18.107)	(4.596)

(a)Valor em 2018 refere-se ao ressarcimento do gás conforme itens 11.3 e 6.1.1 do 5º termo aditivo do contrato de gás com a Cigás.

(b)Nos exercícios de 2016 e 2017 a AmGT emitiu diversas notas de débitos à AmD referentes à aquisição de compra de energia que a Companhia efetuou no MCP, do período de abril a dezembro/2016 em função do corte no fornecimento de gás natural nas usinas de Aparecida e Mauá Bloco III. Com a disponibilidade no ponto de entrega da energia contratada, a AmD tinha a obrigação contratual de efetuar o pagamento do preço de venda. Os montantes contabilizados outrora como Recuperação de Despesa remontam em R$ 93.164. Após análises efetuadas em conjunto com a AmD, chegou-se a um consenso entre as partes que a AmD reembolsaria à Companhia o montante de R$ 50.015, sendo a diferença, no montante de R$ 43.149, reconhecido no resultado da Companhia como Perda, no exercício de 2018.

NOTA 23 - RESULTADO FINANCEIRO

Tabela 55

	2019	2018
Receitas Financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	21.409	8.218
Juros e multas	39.370	3.332
Atualização monetária	6.664	6.067
Atualização monetária - Clientes (a)	35.340	64.971
Outras receitas financeiras (b)	33.458	4.115
Tributos sobre receitas financeiras	(10.211)	(7.448)
	126.030	79.255
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas - Empréstimos (c)	(190.495)	(203.173)
Encargos de dívidas - Leasing	(319.038)	(308.770)
Juros e multas	(25.546)	(35.720)

Atualização monetária da selic (d)	(14.798)	(34.684)
Variação cambial passiva	(3.713)	(3.639)
Outras despesas financeiras	(5.477)	(8.027)
	(559.067)	(594.013)
	(433.037)	(514.758)

(a)Refere-se à atualização monetária de faturas em atraso de CCVE e faturas que foram liquidadas com atraso. A redução em 2019 ocorreu em função do parcelamento da dívida da Amazonas Energia S.A. em setembro de 2019.

(b)Do montante de R$ 33.458, em 2019, R$25.129 refere-se às penalidades aplicadas aos PIEs pela indisponibilidade de potência contratada.

(c)Redução em função da repactuação da dívida com a Eletrobras Holding.

(d)Redução ocorreu em função de: i) o impacto da atualização dos Processos El Paso registrados como Provisões para riscos (vide Nota 18) foi menor em 2019; ii) em setembro/19 foi realizado um trabalho de revisão dos processos judiciais classificados como prováveis e alguns processos foram revertidos, tendo seu grau de risco modificado de provável para possível. Dessa forma, o efeito de atualização destes processos também foi menor.

NOTA 24 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

IRPJ e CSLL Corrente

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A companhia até o exercício de 2018 vinha apurando prejuízos fiscais, por este motivo não há valores de IR e CSLL para o respectivo período.

A seguir estão demonstrados os valores apurados para o exercício de 2019:

Tabela 56

	2019		
	IRPJ	CSLL	Total
Lucro Societário (líquido) antes do IRPJ/CSLL	379.256	379.256	
Aliquota Nominal		25%	9%
Despesa Nominal	(94.814)	(34.133)	(128.947)
Efeitos de adições e exclusões			
(+)Adições			
Provisões ou perdas estimadas não dedutíveis	23.315	8.394	31.709
Despesas não necessárias	11.425	4.113	15.538
Remuneração indireta a administradores e terceiros	345	124	469
Despesa de Depreciação Leasing - IFRS 16	14.424	5.193	19.617
Despesa de Construção - Ativo Contratual (tranmissão)	4.307	1.550	5.857
Ajuste a valor presente de ativo	79.759	28.713	108.472
Outros	18.690	6.722	25.412
Total Adições	152.265	54.809	207.074
			-
(-) Exclusões			-
Reversão ou Uso de Provisões ou Perdas estimadas não dedutíveis	(14.133)	(5.088)	(19.221)
Receita de construção _ Ativo Contratual (transmissão)	(4.783)	(1.722)	(6.505)
Ajuste a valor presente de passivo - incisos I, II e III do art. 5º da Lei nº 12.973/2014	(1.063)	(383)	(1.446)
Exclusão da receita financeira relativa aos valores decorrentes (AVP Transmissão)	(2.702)	(973)	(3.675)
Exclusão retificadora Leasing - IFRS 16	(107.965)	(38.867)	(146.832)
Total Exclusões	(130.646)	(47.033)	(177.679)
			-
Subtotal	(73.195)	(26.357)	(99.552)
Incentivos Fiscais (SUDAM)	8.490		8.490
IR e CSLL Correntes	(64.705)	(26.357)	(91.062)

IRPJ e CSLL Diferidos

Tabela 57

	2019		
	IRPJ	CSLL	Total
Provisão Créd de Liquid. Duvidosa - Vendas	16.220	5.839	22.059
Provisão para contingências Trabalhistas	(1.429)	(514)	(11.430)
Provisão para contingências Regulatórias	136	49	1.088
Provisão para contingências Cíveis	519	187	4.148
IRPJ e CSLL diferidos	15.446	5.560	15.865
IRPJ e CSLL Correntes	(64.705)	(26.357)	(91.062)
IRPJ e CSLL Diferidos	15.446	5.560	21.006
	(49.259)	(20.797)	(70.056)
Alíquota efetiva		-12,99%	-5,48%

24.1 Incentivos fiscais

A Medida Provisória nº 2.199/14 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Nesse contexto, a SUDENE e a SUDAM, por meio de laudos constitutivos, reconheceram o direito da Companhia à redução de 75% do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica para os seguintes empreendimentos e períodos relacionados abaixo:

Usina hidrelétrica de Balbina período de 2012 a 2021, Laudo 0267/2018

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e, adicionais não restituíveis, apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda. A parcela do lucro decorrente desse incentivo fiscal é objeto de dedução de despesa com Imposto de Renda, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

Em 31 de dezembro de 2019 houve aproveitamento do incentivo para Imposto de Renda no total de R$ 8.490.

NOTA 25 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

25.1 Gestão do risco de capital

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo atividades de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

25.2 Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

Tabela 58

	Nível	31.12.2019	31.12.2018 (Reapresentado)
ATIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado			
Clientes		997.255	406.074
Outros ativos (de partes relacionadas)		854	440.088
Ativo contratual		172.868	182.535
Outros ativos		546.775	137.089
Valor Justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	1	66.252	41.729
Títulos e valores mobiliários	1	3.152	43.944
PASSIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado			
Empréstimos		2.458.276	2.302.144

Fornecedores	208.657	525.517
Arrendamento mercantil (Leasing a pagar)	863.293	976.115
Obrigações com partes relacionadas	25	612.821

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; e

Ativos financeiros

Estão classificados na categoria custo amortizado:

Clientes - São registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.

Outras contas a receber - São registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Correspondem aos valores de dispêndios a reembolsar em curso, despesas pagas antecipadamente e diversas contas a receber.

Passivos financeiros

Estão classificados na categoria de outros passivos financeiros:

Fornecedores - São mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos - A Companhia possui contratos de empréstimos captados diretamente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, registrados pelos seus valores contratuais e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação, registrados no passivo circulante e não circulante por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

Arrendamento mercantil - O valor nominal utilizado no cálculo dos passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potência mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.

Obrigações com partes relacionadas - São mensuradas pelos valores nominais, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo. Corresponde às provisões dos processos El Paso Rio Negro e Amazonas impetrados contra a Eletrobras registrados no Passivo Não Circulante.

25.3 Gestão de riscos financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia. Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a empréstimos.

Este risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras, a taxas de juros fixas.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Abaixo, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados:

Tabela 59

PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos*	326.638	999.282	968.464	163.892
Fornecedores	208.657	-	-	-
Arrendamento mercantil (Leasing a pagar)**	159.377	318.754	385.162	-
Obrigações com partes relacionadas	25	-	-	-

	31.12.2018			
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos com partes relacionadas	1.200.925	599.387	479.442	22.390
Fornecedores	525.517	-	-	-
Arrendamento mercantil (Leasing a pagar)	152.122	304.244	304.243	215.506
Obrigações com partes relacionadas	42.921	-	569.900	-

* Dívida divulgada vide nota 1.1 sobre a continuidade operacional da Companhia.

** O fluxo da rubrica de Arrendamento Mercantil é descontada a valor presente.

25.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 26 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONAIS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo operações de empréstimos, que são realizadas a preços e condições definidos entre as partes.

Tabela 60

	31.12.2019			31.12.2018			
Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Resultado
Empréstimos							
Eletrobras	-	2.458.276	(190.495)	-	2.302.144	(203.173)	(106.011)
Provisão - EL PASO Rio Negro e Amazonas							(7.712)
Eletrobras	-	-	-	-	569.900	(25.714)	(2.655)
Reembolso de despesas							-
Eletrobras		25		-	4	-	-
AmD *	-	-	-	-	42.917	-	-
Empregados cedidos							-
Eletrobras	204	-	-	126	-	-	-
Eletronorte	180	-	-	178	-	-	-
Chesf	72	-	-	172	-	-	-
Furnas	-	-	-	62	-	-	-
RAP							-
Eletrobras	7	-	-	2	-	-	-
Eletronorte	66	182	(1.352)	16	-	-	-
Chesf	102	10	(3.065)	24	-	-	-
Furnas	190	292	(2.909)	50	-	-	-
Eletrosul	7	103	(1.430)	9	-	-	-
CERON *				26	-	-	285.439
CEPISA *				68	-	-	-
Eletronuclear	26	-	160	6	-	-	-
AmD *				4.791	-	-	-
Reembolso CCEE							169.061
AmD *	-	-	-	71.405	-	-	
Contratos CCVE's							
AmD *	-	-	-	360.450	-	718.467	
Outras contas a receber							
AmD *	-	-	-	2.703	-	-	
	854	2.458.888	(199.091)	440.088	2.914.965	489.580	

Empréstimos

Referem-se às operações de empréstimos concedidos pela Eletrobras à Companhia. São cobrados encargos nas mesmas condições existentes no mercado, cujo maiores detalhes podem ser observados na nota 15.

Provisão - EL PASO Rio Negro e Amazonas

Referem-se aos processos judiciais da EL PASO (Rio Negro e Amazonas), recebidos pela Companhia por ocasião da desverticalização, foram reclassificados para a rubrica de Provisões para riscos (vide Nota 18).

Reembolso de despesas

Referem-se à reembolso de despesas diversas. O saldo da Eletrobras refere-se à reembolso de custos de viagens com administradores e o saldo da Amazonas Energia referem-se à diversos gastos registrados via Ordem de Desembolso - ODR. A maior parte deste saldo de 2018 foi incluído no encontro de contas realizado em 2019 entre as Companhias.

Empregados cedidos

Os custos com empregados cedidos das partes relacionadas para a Companhia são totalmente reembolsados entre as empresas.

RAP

Corresponde a valores a receber e/ou a pagar referente ao faturamento vinculado à Receita Anual Permitida (RAP). A tarifa praticada nessas transações entre as partes relacionadas é definida em resoluções da ANEEL para todos os usuários do Sistema de Transmissão.

Reembolso CCEE

Refere-se ao repasse para a AmD dos custos aquisição de energia junto ao MCP - Mercado de Curto Prazo nos períodos de abril a dezembro de 2016 e janeiro a março de 2017, em função do corte nos períodos acima no fornecimento de gás natural na usina de Aparecida. Esse montante foi incluído no parcelamento da dívida da AmD com a Companhia celebrado em 2019 (vide nota 7).

Contratos CCVEs
Refere-se a operações de venda de energia elétrica.
Outras contas a receber
Refere-se ao saldo a receber da AmD, resultante do encontro de contas realizado entre a AmD e a Companhia.
*A AmD, CERON e CEPISA deixaram de ser partes relacionadas da Companhia, desde a data da sua privatização, ocorridas respectivamente em abril de 2019, e dezembro de 2018 (CERON e CEPISA).
Remuneração do pessoal-chave da Administração
O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos. O gasto total com a remuneração no período está demonstrado a seguir:
Tabela 61

	2019	2018
Remuneração dos diretores e conselheiros	(1.085)	(857)
Encargos sociais	(293)	(335)
Benefícios	-	(17)
Outros	-	(223)
	(1.378)	(1.432)

NOTA 27 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO
COMPROMISSOS - POSIÇÕES VENDIDAS
Tabela 62

		31.12.2019			
Usina		UHE BALBINA	UTE APARECIDA	UTE MAUÁ 3	Total
2020	Volume MWh	1.106.055	1.273.680	4.254.970	6.634.705
	Preço MWh	0,34	0,27	0,27	0,31
	Total	376.059	343.894	1.148.842	719.952
2021	Volume MWh	1.103.033	1.270.200	4.243.344	6.616.577
	Preço MWh	0,35	0,27	0,27	0,31
	Total	386.062	342.954	1.145.703	729.016
2022	Volume MWh	1.103.033	1.270.200	4.243.344	6.616.577
	Preço MWh	0,36	0,28	0,28	0,32
	Total	397.092	355.656	1.188.136	752.748
2023	Volume MWh	1.103.033	1.270.200	4.243.344	6.616.577
	Preço MWh	0,38	0,30	0,30	0,34
	Total	419.153	381.060	1.273.003	800.213
2024	Volume MWh	1.106.055	1.273.680	4.254.970	6.634.705
	Preço MWh	0,39	0,31	0,31	0,35
	Total	431.361	394.841	1.319.041	826.202
2025	Volume MWh	1.103.033	1.270.200	4.243.344	6.616.577
	Preço MWh	0,41	0,32	0,32	0,37
	Total	452.244	406.464	1.357.870	858.708
Após 2025	Volume MWh	1.284.353	6.246.600	20.867.952	28.398.905
	Preço MWh	0,42	0,33	0,33	0,38
	Total	539.428	2.061.378	6.886.424	2.600.806
Prazo Final do Contrato			01/03/2027	30/11/2030	30/11/2030

Os CCVE a são decorrentes do processo de desverticalização da AmD, cujos ativos de geração foram transferidos para a sucessora Companhia. Sendo assim, os contratos OC 87495/13, OC 87499/13 e OC 87497/13 estabeleceram a relação comercial entre as empresas envolvidas contemplando, respectivamente, a UHE Balbina, a UTE Mauá Bloco 3 e UTE Aparecida.
COMPROMISSOS - POSIÇÕES COMPRADAS
Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados a contratos de compra de energia elétrica e gás são:
Tabela 63

		31.12.2019					
Geradora de Energia		Breitener Tambaqui	Breitener Jaraqui	Rio Amazonas Energia S.A	Companhia Energética Manauara	Geradora de Energia do Amazonas	Total
2020	Volume MWh	525.600	525.600	525.600	569.400	525.600	2.671.800
	Preço MWh	0,325	0,325	0,316	0,292	0,303	0,312
	Total	170.762	170.939	166.029	166.266	159.422	833.419
2021	Volume MWh	525.600	525.600	525.600	569.400	525.600	2.671.800
	Preço MWh	0,325	0,325	0,316	0,292	0,303	0,312
	Total	170.762	170.939	166.029	166.266	159.422	833.419
2022	Volume MWh	525.600	525.600	525.600	569.400	525.600	2.671.800
	Preço MWh	0,325	0,325	0,316	0,292	0,303	0,312
	Total	170.762	170.939	166.029	166.266	159.422	833.419
2023	Volume MWh	525.600	525.600	525.600	569.400	525.600	2.671.800
	Preço MWh	0,325	0,325	0,316	0,292	0,303	0,312
	Total	170.762	170.939	166.029	166.266	159.422	833.419
2024	Volume MWh	525.600	525.600	525.600	569.400	525.600	2.671.800
	Preço MWh	0,325	0,325	0,316	0,292	0,303	0,312
	Total	170.762	170.939	166.029	166.266	159.422	833.419
2025	Volume MWh	0	0	0	0	0	0
	Preço MWh	0,325	0,325	0,316	0,292	0,303	0,312
	Total	0	0	0	0	0	0
Após 2025	Volume MWh	0	0	0	0	0	0
	Preço MWh	0,325	0,325	0,316	0,292	0,303	0,312
	Total	0	0	0	0	0	0
Prazo Final do Contrato		03/05/2025	03/05/2025	19/05/2025	19/05/2025	19/05/2025	

No quadro abaixo está demonstrado os compromissos de longo prazo referente ao contrato com a Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS (dados contratuais):
Tabela 64

	31.12.2019	
2020	Volume 1.000 m^3	1.978.300
	Preço R$/$m^3$	1,48
	Total R$ mil	2.926.104
2021	Volume 1.000 m^3	1.978.300
	Preço R$/$m^3$	1,48
	Total R$ mil	2.926.104
2022	Volume 1.000 m^3	1.978.300
	Preço R$/$m^3$	1,48
	Total R$ mil	2.926.104
2023	Volume 1.000 m^3	1.978.300
	Preço R$/$m^3$	1,48
	Total R$ mil	2.926.104
2024	Volume 1.000 m^3	1.978.300
	Preço R$/$m^3$	1,48
	Total R$ mil	2.926.104
2025	Volume 1.000 m^3	1.978.300
	Preço R$/$m^3$	1,48
	Total R$ mil	2.926.104
Após 2025	Volume 1.000 m^3	9.723.480
	Preço R$/$m^3$	1,48
	Total R$ mil	14.381.999
Prazo Final do Contrato		30/11/2030

O volume é referente à quantidade contratada diariamente (5.420.000) x quantidade de dias no ano (365/366).
O preço apresentado refere-se a média do preço do gás natural acordado em contrato.

NOTA 28 - BENEFÍCIO PÓS EMPREGO

A Companhia mantém um programa de benefícios complementares aos concedidos Regime Geral da Previdência Social, administrado pela Fundação de Previdência Complementar - PREVINORTE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia e por outras empresas do Sistema Eletrobras, conforme exigências da legislação brasileira.

A Companhia suporta dois diferentes planos, um do tipo Plano BD - Benefício Definido e outro do tipo Plano CD - Contribuição Definida.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela PREVINORTE.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

a) Plano de Contribuição Definida (CD) - Plano 02-B

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela PREVINORTE e do tempo de contribuição do Participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano os seguintes benefícios: complemento da aposentadoria, auxílio no caso de incapacidade para o trabalho e pensão por morte.

Plano em sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Dessa forma, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não houve contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD.

b) Plano de Benefício Definido (BD) - Plano 02- A

Plano com características de Benefício Definido sob o regime financeiro de capitalização, que tem como fonte de suas contribuições a Companhia e o empregado, sendo tais contribuições calculadas sobre a folha de salários, em conformidade com plano anual de custeio definido pelo atuário responsável.

Este plano está em extinção desde 1º de janeiro de 2000 e, a partir dessa data, não pode receber novos participantes. Adicionalmente, compreende os seguintes benefícios: complementação da aposentadoria, da pensão por morte, do abono anual e garantia de manutenção de direito à renda vitalícia futura para aqueles que se desligarem antes das respectivas aposentadorias, desde que tenham, pelo menos, três anos de efetiva contribuição ao plano.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

Tabela 65

DADOS POPULACIONAIS	2019	2018
1. Participantes ativos		
1.1 Participantes - nº	10	12
1.2 Idade Média em anos	56,65	56,67
1.3 Salário Médio em R$	13.757,84	13.240,30

Efeitos dos Plano BD

Hipóteses Atuariais e Econômicas

Tabela 66

Hipóteses Econômicas

	2019	2018
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	3,34%	4,74%
Projeção de aumento médio dos salários	2,00%	2,00%
Taxa média de inflação anual	3,68%	3,89%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (i)	3,68%	3,89%

Tabela 67

Hipóteses Demográficas

	2019	2018
Taxa de rotatividade	Nula	Nula
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-83 Feminina	AT-83 Feminina
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Desagravada em 2 anos Masculina	AT-49 Desagravada em 2 anos Masculina
Tábua de invalidez	Light (Fraca)	Álvaro Vindas

(i) Representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi de R$ 1.301 (R$ 1.908 em 2018).

Planos de benefícios em 31 de dezembro de 2019

O plano de benefício normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Tabela 68

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos crédito de depósitos privados e fundo de investimentos, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução n° 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

A conciliação dos passivos dos planos de benefícios está apresentada a seguir:

Tabela 69

Planos de benefícios definidos previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

	2019	2018
Valor presente das obrigações atuariais parcial/totalmente cobertas	21.353	18.406
Valor justo dos ativos do plano (-)	(16.993)	(15.445)
Passivo/(Ativo) líquido	4.360	2.961
Custo de serviço corrente líquido	307	112
Despesas/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	96	293

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente estão apresentadas a seguir:

Tabela 70

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	2019	2018
Valor das obrigações atuariais no início do ano	18.406	12.546
Custo de serviço corrente	387	215
Reembolso do serviço corrente	(291)	(72)
Juros sobre a obrigação atuarial	1.613	1.197

Benefícios pagos no ano	(176)	-
Contribuições Normais do Participante	212	275
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	1.202	4.245
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	1.923	1.479
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(721)	2.766
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	21.353	18.406

Tabela 71

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação e composição do valor justo dos ativos

	2019	2018
Valor justo dos ativos no início do ano	15.445	12.444
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	212	275
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	211	818
Rendimento esperado dos ativos no ano	1.402	1.229
(-) Benefícios pagos	(176)	-
Ganho sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(101)	679
Valor justo dos ativos ao final do ano	16.993	15.445
Rendimento efetivo dos ativos no ano	1.301	1.908

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:
Tabela 72

Categoria de Ativo	2019	2018
Realizáveis	1.158	385
Investimentos em Renda Fixa	46.318	13.981
Investimentos em Renda Variável	2.197	-
Investimentos Imobiliários	495	178
Investimentos Estruturados	-	771
Empréstimos e Financiamentos	1.132	466
Outros	(10)	(2)
(-) Exigíveis Operacionais	(160)	(39)
(-) Fundos Administrativos	(942)	(295)
Total dos ativos	50.908	15.445

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

Tabela 73
Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Plano BD 2019	Plano BD 2018
Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados Programa Previdenciário	6.367	5.064

	Plano BD 2019	Plano BD 2018
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício líquidos dos impostos diferidos - Programa Previdenciário	(1.303)	(3.566)

Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R$ 607 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 12,54 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido e benefícios de saúde pós-emprego:

Tabela 74

	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	2025 a 2034	Total
Em 31 de dezembro de 2019 - Plano BD	906	2.461	2.654	13.662	19.683
Em 31 de dezembro de 2019 - Plano de saúde	120	239	225	1.039	1.623

Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Se a taxa de desconto fosse 1% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 23.941 (aumento) de R$ 19.006;

Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 21.595 ou teria uma redução de R$ 21.092, respectivamente.

NOTA 29 - EVENTOS SUBSEQUENTES

a)Transferência do Controle Acionário da Companhia

Em 31 de janeiro de 2020, os acionistas da Eletrobras, presentes na 176ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, aprovaram, por maioria, a transferência da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, equivalentes a 489.068.809 ações ordinárias, pela Eletrobras para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), pelo valor de R$ 3.130.227, na data base de 31 de dezembro de 2018.

Em 16 de março de 2020, a Eletrobras informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, a Eletrobras transferiu para a Eletronorte, conforme aprovado em sua 176ª Assembleia Geral Extraordinária, o controle acionário da Companhia.

Foram transferidas para a Eletronorte 497.946.334 ações ordinárias representativas do Capital Social da Companhia, pelo valor de R$ 3.130.227 , a ser ajustado, conforme cláusula III do Contrato de Dação em Pagamento e Outras Avenças firmado entre Eletrobras e Eletronorte.

b)Coronavírus - (COVID-19) - Impactos para a AmGT

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) relacionado ao rápido aumento dos casos de doenças relacionadas ao novo coronavírus (COVID-19). A Companhia vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas operações, dado o setor estratégico em que está inserida, e vem seguindo as recomendações dos órgãos governamentais, buscando preservar seus empregados e colaboradores evitando a propagação da doença. Devido ao cenário atípico e de características potencialmente imprevisíveis, não é possível prever com exatidão os cenários que poderão se materializar nos próximos meses nas operações da Companhia. Ainda não estão suficientemente claros os efeitos na economia mundial e, em particular no Brasil, por quanto tempo estes efeitos irão perdurar, assim como de quanto será a eventual redução do consumo de energia elétrica no Brasil e nem a duração desta redução.

Administração da Companhia

WADY CHARONE JÚNIOR
Diretor-Presidente

ADRIANO MARCOS YIDA
Diretor Administrativo-Financeiro

VLADIMIR FREITAS PAIXÃO E SILVA
Diretor de Produção

CINTIA DE FARIAS CONCEIÇÃO
Contadora - CRC AM-008870/O-2

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e Acionistas
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, i ntitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas originalmente antes dos ajustes e reclassificações descritos na Nota 3.6, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalva e com parágrafo de ênfase sobre continuidade operacional da Companhia, com data de 27 de março de 2019.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2019, examinamos também os ajustes e reclassificações descritos na Nota 3.6 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2018. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2018 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 19 de maio de 2020
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

O Conselho Fiscal da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, à vista do Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - PwC, de 28/05/2020, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

No que pese a avaliação dos auditores independentes a respeito da retirada do parágrafo de ênfase relativo à continuidade operacional, observando-se os procedimentos de auditoria aplicáveis para o exercício de 2019, este Conselho Fiscal, considerando o conjunto de informações prestadas pela Companhia no decorrer do referido exercício social, mais notadamente quanto à situação do fluxo de caixa, resultado do histórico de inadimplência do seu principal cliente, chama a atenção para o tema e para a necessidade de constante acompanhamento sobre a continuidade operacional da Companhia.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Amazonas GT e estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 1º de junho de 2020.
ALBERTO CARDOSO
Presidente do Conselho Fiscal

ANDRÉ LUIZ AMARAL DOS SANTOS
Conselheiro Fiscal

MÁRIO JOSÉ PIRES
Conselheiro Fiscal

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.509, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Desabilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Estadual Carlos Chagas e estabelece a dedução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Rio de Janeiro.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as Redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.986/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que habilita o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II do SES RJ Hospital Estadual Carlos Chagas do Município do Rio de Janeiro e estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado e Município do Rio de Janeiro;

Considerando o Oficio SES/SUPAECA SEI nº 90, de 12 de março de 2020, encaminhado pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, que solicita a desabilitação de 8 leitos de Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica tipo II do Hospital Estadual Carlos Chagas, localizado no município do Rio de Janeiro/RJ; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - DAHU/SAES/MS, constante do NUP SEI nº 25000.042116/2020-07, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do estabelecimento descrito no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecida a dedução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 1.118.289,92 (um milhão, cento e dezoito mil duzentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos), incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º Os recursos orçamentários do Ministério da Saúde, objeto desta Portaria, deixarão de onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018-8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA DESABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS DESABILITADOS	TOTAL Nº DE LEITOS	VALOR A SER DEDUZIDO (R$ ANO)
RJ	330000	RIO DE JANEIRO	HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS	2273411	ESTADUAL	UTI II PEDIÁTRICA	26.03 - UTI II PEDIÁTRICA	8	0	R$ 1.118.289,92

PORTARIA Nº 1.516, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID-19 de estabelecimentos de saúde e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 237/SAES/MS, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria nº 568/GM/MS, de 26 de março de 2020, que autoriza em caráter emergencial, a habilitação temporária de leitos de UTI, para uso exclusivo de pacientes de COVID-19, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado;

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de maio de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde; e

Considerando a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência (CGAHD/DAHU/SAES/MS), constante do NUP-SEI nº 25000.074908/2020-32, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto Tipo II - COVID 19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. As habilitações de que trata o caput ocorrerá, excepcionalmente, pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada. Finalizada a situação de emergência de saúde pública, de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 13.979 de 2020, essas habilitações poderão ser encerradas a qualquer tempo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado de Minas Gerais e Municípios, em parcela única, no montante de R$ 47.232.000,00 (quarenta e sete milhões, duzentos e trinta e dois mil reais).

Parágrafo único. Os recursos de que trata o caput equivalem ao período de 90 (noventa) dias.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, do montante estabelecido no art. 2º, aos Fundos Estadual e Municipais de Saúde, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Plano Orçamentário CV20 - Medida Provisória nº 940, de 2 de abril de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	TIPO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR CUSTEIO DIARIA COVID-19 (MES)	VALOR
MG	310560	BARBACENA	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BARBACENA	2138875	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	480.000,00	1.440.000,00
	310560	BARBACENA	HOSPITAL POLICLÍNICA E MATERNIDADE DE BARBACENA	2098474	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	480.000,00	1.440.000,00
	310560	BARBACENA	HOSPITAL IBIAPABA CEBAMS	2098938	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	5	5	240.000,00	720.000,00
	310560	BARBACENA	HOSPITAL REGIONAL DE BARBACENA DR. JOSÉ AMÉRICO	3698548	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	6	6	288.000,00	864.000,00
	310000	CARANGOLA	HOSPITAL EVANGÉLICO DE CARANGOLA	2114267	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	6	6	288.000,00	864.000,00
	311340	CARATINGA	CASU IRMA DENISE	6697054	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	20	20	960.000,00	2.880.000,00
	311940	CORONEL FABRICIANO	HOSPITAL DR. JOSÉ MARIA MORAIS	7082886	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	5	5	240.000,00	720.000,00
	312230	DIVINÓPOLIS	HOSPITAL SÃO JOÃO DE DEUS	2159252	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	480.000,00	1.440.000,00
	310000	EXTREMA	HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO LUCAS DE EXTREMA	2127881	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	480.000,00	1.440.000,00
	312770	GOVERNADOR VALADARES	HOSPITAL MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES	2222043	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	18	18	864.000,00	2.592.000,00
	313130	IPATINGA	HOSPITAL MÁRCIO CUNHA	2205440	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	480.000,00	1.440.000,00
	313130	IPATINGA	HOSPITAL MUNICIPAL DE IPATINGA	2193310	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	7	7	336.000,00	1.008.000,00
	313670	JUIZ DE FORA	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIV FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2218798	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	8	8	384.000,00	1.152.000,00
	313670	JUIZ DE FORA	HPS DR MOZART GERALDO TEIXEIRA	2208156	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	18	18	864.000,00	2.592.000,00
	313670	JUIZ DE FORA	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE JUIZ DE FORA	2153882	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	5	5	240.000,00	720.000,00
	310000	LAGOA DA PRATA	HOSPITAL SÃO CARLOS	2132877	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	7	7	336.000,00	1.008.000,00
	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTE DE FARIA	2219654	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	20	20	960.000,00	2.880.000,00
	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL AROLDO TOURINHO	2219638	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	6	6	288.000,00	864.000,00
	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DR. MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA	7366108	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	6	6	288.000,00	864.000,00
	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL SANTA CASA DE MONTES CLAROS	2149990	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	20	20	960.000,00	2.880.000,00
	314330	MONTES CLAROS	FUNDAÇÃO DE SAÚDE DÍLSON DE QUADROS GODINHO	2219646	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	8	8	384.000,00	1.152.000,00
	310000	MURIAÉ	CASA DE CARIDADE DE MURIAÉ HOSPITAL SÃO PAULO	4042085	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	5	5	240.000,00	720.000,00
	314810	PATROCÍNIO	HOSPITAL SANTA CASA DE PATROCÍNIO	2209195	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	9	9	432.000,00	1.296.000,00
	314810	PATROCÍNIO	HOSPITAL E MATERNIDADE MED CENTER	5406978	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	5	5	240.000,00	720.000,00

	315180	POÇOS DE CALDAS	HOSPITAL SANTA LÚCIA HOSPITAL DO CORAÇÃO	2129566	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	20	20	960.000,00	2.880.000,00
	315180	POÇOS DE CALDAS	SANTA CASA DE POÇOS DE CALDAS	2129469	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	8	8	384.000,00	1.152.000,00
	315250	POUSO ALEGRE	HOSPITAL DAS CLÍNICAS SAMUEL LIBÂNIO POUSO ALEGRE	2127989	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	18	18	864.000,00	2.592.000,00
	316930	TRÊS CORAÇÕES	FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO SEBASTIÃO	2760657	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	480.000,00	1.440.000,00
	310000	UBÁ	HOSPITAL SANTA ISABEL	2195437	ESTADUAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	10	10	480.000,00	1.440.000,00
	317010	UBERABA	HOSPITAL REGIONAL JOSÉ ALENCAR	9141839	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	20	20	960.000,00	2.880.000,00
	317070	VARGINHA	HOSPITAL REGIONAL DO SUL DE MINAS	2761041	MUNICIPAL	UTI ADULTO II - COVID-19	26.12 - UTI ADULTO II - COVID-19	8	8	384.000,00	1.152.000,00
TOTAL								328	328	R$ 15.744.000,00	R$ 47.232.000,00

PORTARIA Nº 1.517, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Estabelece a suspensão da transferência do recurso incluído no Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado de Pernambuco e Município de Caruaru/PE, destinado ao custeio da Central de Regulação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria n° 802/GM/MS, de 18 de junho de 2015, que habilita o Município de Caruaru/PE a receber incentivo financeiro de custeio destinado às Centrais de Regulação organizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando que não foram atendidos os requisitos constantes do art. 358 e art. 359 c/c o art. 366, Título III, Capítulo II, Seção X da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria n° 197/GM/MS, de 6 de fevereiro de 2019, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (Teto MAC);

Considerando a Portaria nº 828 GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/2017/GM/MS, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências Federais de recursos da saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 26/2020-CGRA/DRAC/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.049220/2015-57, resolve:

Art. 1º Fica estabelecida a suspensão da transferência do recurso incluído no Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de Pernambuco e Município de Caruaru/PE, destinado ao custeio da Central de Regulação, no montante anual de R$ 334.800,00 (trezentos e trinta e quatro mil e oitocentos reais), conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O reestabelecimento do repasse do incentivo financeiro de custeio suspenso fica condicionado ao cumprimento dos compromissos firmados pelos gestores nas propostas aprovadas, contidos na Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, são do orçamento do Ministério da Saúde, devendo ser suspensos do Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO / ESTADO	GESTÃO	CENTRAL DE REGULAÇÃO	TIPO DE CENTRAL	PORTE	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	CNES	VALOR ANUAL R$	VALOR MENSAL R$
PE	260410	Caruaru / Pernambuco	Municipal	IV Regional de Saúde	Ambulatorial	III	Portaria nº 802/GM/MS, de 18 de junho de 2015 (DOU de 19/06/2015)	2819260	334.800,00	27.900,00

PORTARIA Nº 1.518, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Estabelece suspensão da transferência dos recursos incluídos no Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Piauí e Município de Parnaíba/PI, destinado ao custeio da Central de Regulação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria n° 132/GM/MS, de 22 de janeiro de 2014, que habilita o Município de Parnaíba/PI a receber incentivo financeiro de custeio destinado às Centrais de Regulação organizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando que não foram atendidos os requisitos constantes do art. 358 e art. 359 c/c o art. 366, Título III, Capítulo II, Seção X da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria n° 197/GM/MS, de 6 de fevereiro de 2019, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (Teto MAC);

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/2017/GM/MS, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências Federais de recursos da saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 18/2020-CGRA/DRAC/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.227268/2013-41, resolve:

Art. 1º Fica estabelecida a suspensão da transferência dos recursos incluídos no Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Piauí e Município de Parnaíba/PI, destinado ao custeio da Central de Regulação, no montante anual de R$ 194.400,00 (cento e noventa e quatro mil e quatrocentos reais), conforme Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O reestabelecimento do repasse do incentivo financeiro de custeio suspenso fica condicionado ao cumprimento dos compromissos firmados pelos gestores nas propostas aprovadas, contidos na Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, são do orçamento do Ministério da Saúde, devendo ser suspenso do Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO / ESTADO	GESTÃO	CENTRAL DE REGULAÇÃO	TIPO DE CENTRAL	PORTE	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	CNES	VALOR ANUAL R$	VALOR MENSAL R$
PI	220770	Parnaíba /Piauí	Municipal	Planície Litorânea	Ambulatorial	I	Portaria nº 132/GM/MS, de 22 de janeiro de 2014 (DOU de 23/01/2014)	5149177	194.400,00	16.200,00

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO

DESPACHO Nº 41, 8 DE JUNHO DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º da Portaria nº 2.218/GM/MS, de 21 de agosto de 2019, e em cumprimento ao disposto no Decreto nº 9.380, de 22 de maio de 2018, resolve:

1. Fica aprovada, a partir da publicação deste Despacho, a seguinte solicitação de readequação da rede física do SUS:

PROCESSO NUP: 25000.111101/2019-54

MUNICÍPIO: PONTA PORÃ/MS

ESTABELECIMENTO ORIGINALMENTE PACTUADO: Unidade de Pronto Atendimento - UPA Porte I (Proposta SISMOB n° 11084.2630001/13-012)

READEQUAÇÃO SOLICITADA: Clínica/Centro de Especialidades e Centro de Saúde/Unidade Básica

DECISÃO: READEQUAÇÃO APROVADA.

EMBASAMENTO: NOTA TÉCNICA Nº 123/2020-CQIS/CGES/DESID/SE/MS

PEDRO GERALDO PINHEIRO DOS SANTOS

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 487, DE 1º DE JUNHO DE 2020

Indefere a Concessão do CEBAS, da Beth Shalom - Casa de Paz, com sede em Ibitinga (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 185/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.140051/2019-12, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Beth Shalom - Casa de Paz, CNPJ nº 12.034.813/0001-81, com sede em Ibitinga (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 489, DE 2 DE JUNHO DE 2020

Indefere a Concessão do CEBAS, do Instituto de Pesquisa e Determinação Social da Saúde de Pernambuco - IPEDSS, com sede em Petrolina (PE).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 184/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.176772/2018-80, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Instituto de Pesquisa e Determinação Social da Saúde de Pernambuco - IPEDSS, CNPJ nº 30.669.991/0001-60, com sede em Petrolina (PE).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 495, DE 3 DE JUNHO DE 2020

Indefere a Concessão do CEBAS, do Sistema de Apoio à Saúde São Rafael, com sede em Maringá (PR).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 186/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.060402/2019-11, que conclui pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Sistema de Apoio à Saúde São Rafael, CNPJ nº 07.252.672/0001-33, com sede em Maringá (PR).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.887, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE/DOCUMENTO PARA IMPORTAÇÃO
NÚMERO DO PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO

ELI LILLY DO BRASIL LTDA - 43.940.618/0001-44
Baricitinibe
35/2018
25351.481267/2020-99 1696087/20-4
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
---
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA - 33.247.743/0001-10
Otilimabe
16/2020
25351.489273/2020-94 1724781/20-1
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
---
MEDPACE DO BRASIL PESQUISA CLÍNICA LTDA - 07.437.322/0001-41
Reloxaliase
41/2020
25351.430944/2019-77 1808622/19-5
10755 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) de ORPCs - Produtos Biológicos
25351.461680/2019-01 1959599/19-9
10478 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Produtos Biológicos

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.869, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a medida cautelar constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: ORTHOFACE IMPLANTES ESPECIAIS LTDA - EPP - CNPJ: 04.365.528/0001-15
Produto - (Lote): SISTEMA ORTHOFACE(LOTES A PARTIR DE 16/12/2019);PLACAS E PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO MAXILO FACIAL NOS TAMANHOS 1.5 - 2.0 - 2.4(LOTES A PARTIR DE 16/12/2019);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 1259486/20-5
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Importação, Propaganda, Uso
Recolhimento
Motivação: Comercialização de produtos para saúde sem registro no site https://www.orthoface.com da empresa ORTHOFACE IMPLANTES ESPECIAIS LTDA - EPP (04.365.528/0001-15), em desacordo com o art.12 da Lei n. 6360, de 1976.
.....
2. Empresa: Modelos de Respiradores para Particulados dos fabricantes listados abaixo - CNPJ: Não se aplica
Produto - (Lote): GUANGZHOU AIYINMEI CO LTD (CHINA)(KN95);GUANGZHOU TIANYI ZHONGLIANG BIOTECHNOLOGY GROUP CO LTD (CHINA)(KN95 Disposable Protective Mask);GUANGZHOU KANGBANG MEDICAL EQUIPMENT CO LTD (CHINA)(KN95 Mask);GUANGZHOU POWECOM LABOR INSURANCE SUPPLIES CO LTDA (CHINA)(Powecom KN95 Protective Mask);HENAN FENGZIHIHUANG INDUSTRIAL CO LTD (CHINA)(HF e KN95);JIANGSU JITON CLOTHING CORPORATION (CHINA)(JTKN95 e KN95);JINHUA JIADAIFU MEDICAL SUPPLIES CO LTD (CHINA)(KN95 Face Mask);AAB (CHINA) CO LTD(KN95 Protective Breathing Mask);GUANGDONG QIANJING TESTING CO LTD (CHINA)(DNW Protective Mask);SENKE PHARMACEUTICAL (CHENGDU) CO (CHINA)(KN95 e NonPowered AirPurifying Particulate Respirator);SHENZHEN JIAMEILANTAI INDUSTRIAL CO LTD (CHINA)(Face Mask);SHENZHEN FITTOP HEALTH TECHNOLOGY CO LTD (CHINA)(FM80);SHENZHEN CRAWFORD TECHNOLOGY CO LTD (CHINA)(XO01 e XO03);TIANJIN BENMO MEDICAL EQUIPMENT CO LTDA (CHINA)(ONO KN95 Folding Protective Mask);SHENZHEN MISSADOLA TECH CO LTD (1AK MEDICAL SUPPLIES) (CHINA)(Model 2626);SHENZHEN MINGJIANG MEDICAL SUPPLIES DEVELOPMENT CO LTD (CHINA)(KN95 Multiple Layer Protective Mask);SHENZHEN MEILI MEDICAL DEVICES CO (CHINA)(KN95 Protective Mask);DELTA PLUS (BRASIL)(CA 38504);FOSHAN JINTAILANG TRADING CO LTD (CHINA)(RD KN95 01);GUANGDONG FOR YOUR ESSENTIAL MFG CO LTD (CHINA)(KN95 Protective Mask);GUANGDONG NUOKANG MEDICAL TECHNOLOGY CO LTD (CHINA)(KN95 Certified Particulate Respirator);HUNAN ROYAL CROWN MEDICAL PRODUCTS CO LTD (CHINA)(KN95 Mask);HUIZHOU HUINUO TECHNOLOGY CO (CHINA)(HVN 9501B e HVN White KN95);ZHEJIANG XINGXIN MEDICAL TECHOLOGY CO LTD (CHINA)(KN95 Protective Face Masks);ZHEJIANG ALLTA INDUSTRIAL CO LTD (CHINA)(ALLTA Respirator 9591);YIWU QIXUN SCIENTIFIC CO LTD (CHINA)(Qixun KN95 Mask);YIWU HENGHAO HOUSEHOLD PRODUCTS CO LTD (CHINA)(HH KN95 001);TOPTEC CO LTD (CHINA)(Air Queen Nano Mask);BAOJI TAIDAKANG MEDICAL TECH CO LTD (CHINA)(Medical Protective Mask);ANHUI KANGWEIJIA LABOR PROTECTION ARTICLES CO LTD (CHINA)(9501 Protective Mask);JINHUA JINGDI MEDICAL SUPPLIES CO LTD (CHINA)(Disposable Face Mask);LANSHAN SHENDUN TECHNOLOGY CO LTD (CHINA)(SDKN95);LAMDOWN (CHINA)(SDKN95);KUANGYE (DONGGUAN) TECH CO LTD (CHINA)(Geyou KN95 Environmental Protective Respirator);MEZORRISON HEALTH SCIENCE E TECHNOLOGY (SHENZHEN) CO LTD (CHINA)(MZCKZ06);MAGNUM HEALTH E SAFETY PVT LTD (CHINA)(Dustoguard Exhale);LITEZALL (CHINA)(Wanning Protective Mask);SHANGHAI DASHENG HEALTH PRODUCTS MANUFACTURE CO LTD (CHINA)(DTC3X);PUTIAN CITY PUXIN MEDICAL TECHNOLOGY CO (CHINA)(Disposable Mask for Civil Use);SANJIAO ORAL HEALTH CO LTD (CHINA)(KN95 Daily Protective Face Mask);BEIJING RUISHAN BOZHONG MEDICAL INSTRUMENT CO LTD (CHINA)(RZ95B);CHANGSHU CITY HENGYUN NONWOVEN PRODUCTS CO LTD (CHINA)(KN95 Respirator Masks);JIANGMEN HUADIZHIGUANG LIGHTING CO (CHINA)(KN95 Protective Mask);JIANGSU NEWBORN MEDICAL TECHNOLOGY CO LTD (CHINA)(Protective Mask KN95);DONGGUAN HUAGANG COMMUNICATION TECH CO LTD(KN95 Disposable Face Mask);DONGGUAN HUAGANG COMMUNICATION TECH CO LTD (CHINA)(KN95 Disposable Face Mask);DONGGUAN LEIHUO MEDICAL DEVICE CO LTD (CHINA)(KN95 Non Medical Face Mask);DONGGUAN MAU GEE INDUSTRIAL LTD (CHINA)(KN95 Disposable Face Mask);DONGGUAN SENGTOR PLASTICS PRODUCTS CO LTD (CHINA)(Foldable Protective Earloop Mask);FOSHAN DAYLEAD NEWCON TECH CO LTD (CHINA)(KN95 Protective Mask);GUANGDONG QIANJING TESTING CO LTD(DNW Protective Mask);HUABAI (CHINA)(9501);ANHUI CHANGLI ENVIRONMENTAL PROTECTION TECH CO LTD (CHINA)(KN95 Protective Mask);ANHUI JINLING PLASTICS CO LTD (CHINA)(todos);ANHUI SU BO LUN CLOTHING CO LTD (CHINA)(SU KN95);CTT CO LTD (CHINA)(KN95 8410 e KN95 Respirator Mask);HENAN KANG MEDICAL DEVICES CO LTD (CHINA)(KN95 Protective Mask e KS16);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 1756476/20-0
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Interdição cautelar do uso como Respiradores para Particulados (N95, PFF2 ou equivalente) em Serviços de Saúde. Motivação: Considerando que os Respiradores para Particulados (N95, PFF2 ou equivalente) listados a seguir falharam em demonstrar uma eficiência mínima de filtragem de partículas de 95% em monitoramento realizado pela autoridade estrangeira americana, National Institute for Occupational Safety and Health-NIOSH; considerando que a autoridade sanitária americana, Food and Drug Administration - FDA, a qual a Anvisa possui acordo de confidencialidade, firmado desde 2010, para o compartilhamento de informações acerca da segurança, eficácia e qualidade dos produtos regulamentados pela Anvisa, informou que, com base nestes resultados, alguns produtos não são mais elegíveis e não mais estão autorizados a serem comercializados ou distribuídos nos Estados Unidos como Respiradores para Particulados (N95, PFF2 ou equivalente); considerando o iminente risco aos profissionais de saúde quando do uso de Respiradores para Particulados (N95, PFF2 ou equivalente) que não atendam às especificações de filtragem mínimas, o que pode ocasionar a contaminação no contexto da pandemia por Sars-Cov-2. A medida de fiscalização pode ser reconsiderada caso laudo emitido por Laboratório acreditado pelo Inmetro ateste eficiência de filtração em concordância com o padrão requerido para Respiradores para Particulados (N95, PFF2 ou equivalente).

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.882, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: ÁGAPE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMÉTICOS LTDA - CNPJ: 08540561000195
Produto - (Lote): DESODORANTE PARA ROUPAS FARM VISTO.BIO(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 1813111/20-5
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização, exposição à venda, fabricação do produto sem registro por empresa sem autorização de funcionamento para a fabricação infringindo os arts. 2º e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.870, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

LORENA COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE ARTIGOS PESSOAIS EIRELI / 036.715.853/0001-57
25351.381314/2020-03 / 4020162
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1392870208

CF DA COSTA REPRESENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL / 020.456.617/0001-23
25351.663282/2019-10 / 8200932
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3174686191

PRIMECARE COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI / 032.481.041/0001-33
25351.471407/2020-11 / 1238955
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1665894209

LIFAR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 029.036.553/0001-86
25351.462816/2020-26 / 1238911
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1640874208

CF DA COSTA REPRESENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL / 020.456.617/0001-23
25351.663266/2019-27 / 3094339
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3174661196

8CARE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. / 031.170.272/0001-63
25351.496358/2020-29 / 1238990
703 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1743478205

ON WAY TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA / 003.828.564/0001-05
25351.448388/2020-29 / 1238802
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1594272204

SENSORY ALL COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE COSMÉTICOS LTDA-ME / 012.720.845/0001-30
25351.448386/2020-30 / 3094279
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1594259207

POWERPC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA / 006.697.988/0004-19
25351.444695/2020-31 / 8200534
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 1582937205
25351.444695/2020-31 / 8200534
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1582935209

INFINITY CHEMICAL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 033.865.554/0001-00
25351.448410/2020-31 / 4020574
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1594348208

ÁVITA CARE IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS LTDA. / 031.203.582/0001-37
25351.496393/2020-48 / 1239001
703 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1743635204

LOGIGO HEALTH & HEALTH, TECNOLOGIA AUTOMOTIVA COMERCIO, IMP FAB PROD AREA MEDICO - HOSPITALAR LTDA / 014.748.489/0001-99
25351.472594/2020-50 / 4020648
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1669783209
25351.472594/2020-50 / 4020648
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1669775208

BSB IMPLANTES COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAL CIRURGICO LTDA / 035.223.140/0001-03
25351.462874/2020-50 / 8200994
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1640719209

INDUSTRIAS QUIMICAS TAUBATE SA / 072.279.961/0001-98
25351.496426/2020-50 / 4020634
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1743733204

Varene Importadora e Distribuidora LTDA - EPP / 027.548.227/0001-22
25351.480687/2020-58 / 1238972
703 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 1693718201

WISE COMFORT & CARE EIRELI - ME / 010.588.725/0001-04
25351.246790/2020-71 / 8198572
858 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - EXPORTADORA / 0991408201

BLACK OUT COSMETICOS E SERVIÇOS LTDA / 034.783.852/0001-14
25351.412647/2020-83 / 4020621
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1484657208

USINA ACUCAREIRA ESTER S/A / 060.892.098/0001-60
25351.288881/2020-83 / 3094342
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 1117745204

MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI / 036.958.637/0001-32
25351.495385/2020-84 / 8200981
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1740007204

LOGIGO HEALTH & HEALTH, TECNOLOGIA AUTOMOTIVA COMERCIO, IMP FAB PROD AREA MEDICO - HOSPITALAR LTDA / 014.748.489/0001-99
25351.472574/2020-89 / 8200977
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1669761208
25351.472574/2020-89 / 8200977
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 1669679204

OKAY TECHNOLOGY COMERCIO DO BRASIL LTDA / 017.178.243/0001-17
25351.462806/2020-91 / 8201037
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 1640729206

PRIMECARE COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI / 032.481.041/0001-33
25351.471201/2020-91 / 8201010
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1665476205

LORENA COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE ARTIGOS PESSOAIS EIRELI / 036.715.853/0001-57
25351.381612/2020-95 / 8200167
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 1393327202

NEOBRAX LTDA / 004.653.539/0001-09
25351.448392/2020-97 / 4020561
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1594284208

BETH MED HOSPITALAR LTDA / 011.031.118/0001-01
25351.380146/2019-97 / 8200963
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0582418194

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.871, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

INDICE TOKYO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 013.955.228/0001-87
25351.732409/2011-00 / 2061963
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1643551206

DENTAL BRASIL PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI / 000.248.232/0001-63
25351.677840/2015-00 / 2083967
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 1652454203

SALUTEM COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES EIRELI - EPP / 020.451.726/0001-58
25351.099048/2017-01 / 8147960
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1725197204

MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA / 094.389.400/0001-84
25351.548082/2016-07 / 3073760
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1725344206

JPB INDUSTRIA QUIMICA LTDA ME / 009.122.850/0001-37
25351.424393/2012-15 / 3051921
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1725351209

Centrosul Comércio de Produtos Médicos LTDA-ME / 007.892.279/0001-04
25351.282126/2009-16 / 8053308
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1692936205

DCI Importação e Distribuição de Produtos Ltda - ME / 019.483.264/0001-71
25351.296754/2014-17 / 8105673
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1653264203

PRACTICAL DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE PRODUTOS DE SAUDE LTDA. / 019.677.789/0001-48
25351.502212/2015-20 / 8126225
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1653257201
25351.502212/2015-20 / 8126225
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1653368202

DENTAL BRASIL PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI / 000.248.232/0001-63
25351.058445/2015-21 / 1135371
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 1652372205

VIDA MEDICAL EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA / 018.559.688/0001-00
25351.711220/2019-21 / 8193041
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1728272201

ICONEX LOGISTICA LTDA / 024.775.412/0001-61
25351.475025/2019-22 / 4012901

751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1739913205

LIFAR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 029.036.553/0001-86
25351.462816/2020-26 / 1238911
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1641420209

VILLETTI INDUSTRIA COSMETICA EIRELI / 014.347.320/0001-27
25351.167107/2013-28 / 2068563
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 1725383207

8CARE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. / 031.170.272/0001-63
25351.496358/2020-29 / 1238990
7166 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - EXPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1743630203

+ BRIEFING AGENCIA DE PUBLICIDADE E REPRESENTACOES EIRELI / 021.566.221/0001-00
25351.664841/2015-31 / 2085040
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1653241204

ICONEX LOGISTICA LTDA / 024.775.412/0001-61
25351.475023/2019-33 / 8187078
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1739779207

DCI Importação e Distribuição de Produtos Ltda - ME / 019.483.264/0001-71
25351.296701/2014-34 / 2074034
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 1653245207

BANDEIRANTES COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI / 068.258.268/0001-61
25351.752937/2018-42 / 3083553
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 1654616204
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1654545201

ÁVITA CARE IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS LTDA. / 031.203.582/0001-37
25351.496393/2020-48 / 1239001
7166 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - EXPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1743638209

CARESTREAM DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 008.546.929/0001-22
25351.157564/2007-49 / 8037875
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1641277200

BSB IMPLANTES COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAL CIRURGICO LTDA / 035.223.140/0001-03
25351.462874/2020-50 / 8200994
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1726542208

INDICE TOKYO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 013.955.228/0001-87
25351.732441/2011-58 / 3049945
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 1643584202

Varene Importadora e Distribuidora LTDA - EPP / 027.548.227/0001-22
25351.480687/2020-58 / 1238972
7260 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1742926209
---
distribuidora santa isabel eireli epp / 029.190.430/0001-03
25351.265624/2018-59 / 1176784
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1513559204

CORSINO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA / 020.555.389/0004-91
25351.064924/2016-61 / 8137198
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1725701201

IMPLAFIX COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA / 004.952.034/0001-37
25351.016094/2007-64 / 8035917
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1653251201
25351.016094/2007-64 / 8035917
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1653336204

LIKA BIO COSMETIC PRODUTOS DE BELEZA EIRELI - EPP / 020.602.315/0001-16
25351.398342/2017-74 / 2095262
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 0950879201

DENTAL BRASIL PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI / 000.248.232/0001-63
25351.677837/2015-75 / 3066526
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 1652448209

APIS VIDA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 002.943.733/0001-95
25351.069287/2004-75 / 8020364
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1641426208

CIRURGICAL PRIME COM. E REPRES. DE MEDICAMENTO E MAT. MÉDICO-HOSPITALAR LTDA / 013.238.109/0001-03
25351.440024/2012-79 / 8088366
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1725349207

MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA / 094.389.400/0001-84
25351.373574/2015-94 / 1141925
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 1725179206

INDICE TOKYO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 013.955.228/0001-87
25351.732420/2011-95 / 8081692
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1643592203

MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA / 094.389.400/0001-84
25351.390518/2005-98 / 8027544
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1725369201

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.872, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ÁVITA CARE IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS LTDA. / 031.203.582/0001-37
25351.496423/2020-16 / 1239015
706 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1743720202

ON WAY TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA / 003.828.564/0001-05
25351.448387/2020-84 / 1238791
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1594265201

8CARE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. / 031.170.272/0001-63
25351.496387/2020-91 / 1238986
706 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 1743581201

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.873, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ÁVITA CARE IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS LTDA. / 031.203.582/0001-37
25351.496423/2020-16 / 1239015
7000 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - EXPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1743728208

Varene Importadora e Distribuidora LTDA - EPP / 027.548.227/0001-22
25351.480627/2020-35 / 1238969
7093 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1743031203
---
distribuidora santa isabel eireli epp / 029.190.430/0001-03
25351.092352/2019-42 / 1185967
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1513496202

8CARE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. / 031.170.272/0001-63
25351.496387/2020-91 / 1238986
7000 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - EXPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1743607209

MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA / 094.389.400/0001-84
25351.030689/01-93 / 1210502
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 1725184202

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.874, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

HIGH TECH HEALTH REPRESENTACOES EIRELI / 033.318.034/0001-88
25351.276026/2020-20 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1076381203
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

CF DA COSTA REPRESENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL / 020.456.617/0001-23
25351.663311/2019-43 /
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3174719191
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

VEUS PROCESSAMENTO DE DADOS DE TESTE PORTATIL LTDA / 036.655.547/0001-72
25351.448385/2020-95 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 1594257201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:

Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014.

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
Quantidade total: 3

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.875, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ITS MATERIAL CIRÚRGICO EIRELI - EPP / 000.581.295/0001-37
25351.489031/2008-12 / 8045455
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1693775204
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
---
ortosan ltda epp / 012.812.123/0001-06
25351.002921/2011-18 / 8075011
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 1653595202
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.
25351.002921/2011-18 / 8075011
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1653600202
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
Quantidade total: 3

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.876, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

IRACEMA FERNANDES RIBEIRO / 035.641.482/0001-43
25351.471848/2020-12 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667048205
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.
---
f v felix neto me / 008.870.457/0001-69
25351.476821/2020-16 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1682322202
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

G P C SALVADOR DROGARIA / 035.520.528/0001-76
25351.471844/2020-34 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667040200
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

AVM PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 036.603.179/0001-19
25351.476810/2020-36 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1682300201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

FARMACIA MATO GROSSO LTDA / 020.512.514/0001-33
25351.471865/2020-50 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667085200
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

Arielle Santos Nascimento Silva / 017.802.580/0001-33
25351.476813/2020-70 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1682306201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado pela empresa encontra-se com seu prazo de validade expirado, e não houve apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

L Fernandes Farma LTDA / 036.568.849/0001-03
25351.476700/2020-74 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1681981201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

CAMPEAO FARMA SAO JUDAS LTDA / 036.740.012/0001-08
25351.481341/2020-77 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696131205
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
Quantidade total: 8

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.877, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

GIBELLI & MARQUES DROGARIA LTDA ME / 015.379.529/0001-35
25351.511724/2014-39 / 7276781
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1609432208
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

STE DROGARIA LTDA ME / 021.186.937/0001-73
25351.029075/2003-74 / 0373662
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1595837200
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
Quantidade total: 2

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.878, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

COMERCIAL DNA CONCEPT COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 037.095.804/0001-21
25351.491073/2020-00 / 7726265
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728379205

IsAAC FREIRE DOS SANTOS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS / 035.501.017/0001-07
25351.481353/2020-00 / 7726070
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696155202

CALLFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 008.011.373/0019-07
25351.491080/2020-01 / 7726234
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728393201

ELLA FARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. / 035.752.255/0001-95
25351.471859/2020-01 / 7725671
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667071200

ELIZETE ROZELEI BRUM OLIVEIRA / 036.253.372/0001-77
25351.476818/2020-01 / 7725931
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1682316208

Drogaria RW Gran Farma Ltda / 035.116.702/0001-10
25351.471866/2020-02 / 7725668
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667087206

DROGARIA RAPIDA DO PARQUE UNIÃO LTDA / 020.840.560/0001-61
25351.496138/2020-03 / 7726569
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1742596204

CAROLAINE MENDES MULETA / 036.578.512/0001-87
25351.471792/2020-04 / 7725581
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1666854205

ALDYNE BERNARDO MENESES / 036.006.109/0001-83
25351.391933/2020-06 / 7726342
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1556800208
---
drogaria mais economica eireli / 030.331.023/0001-40
25351.363438/2020-07 / 7726308
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1508839201

J.S.CARDOSO JUNIOR ME / 027.175.814/0001-13
25351.481346/2020-08 / 7726083
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696141202

DROGARIA SANTA ISABEL LTDA / 031.386.655/0001-73
25351.471841/2020-09 / 7725805
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667034205

SZOCHALEWICZ E VALESSI LTDA / 028.800.059/0002-64
25351.476809/2020-10 / 7725927
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1682297208

DROGARIA LORD OF LIFE LTDA / 035.957.078/0001-83
25351.471857/2020-11 / 7725637
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667066203

DROGARIA FAMILIA LINHARES LTDA / 036.766.568/0001-65
25351.481342/2020-11 / 7726004
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696133201

SANCHES & REIS LTDA / 007.547.161/0001-49
25351.481351/2020-11 / 7726143
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696151200

M.R. PARAISO DE OLIVEIRA / 034.673.101/0001-45
25351.467196/2020-11 / 7725472
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653621205

L & A Rossetti Comercio de Medicamentos Ltda / 028.608.716/0001-95
25351.476816/2020-11 / 7725871
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1682312205

DROGARIA KERO DOS BANDEIRANTES LTDA. / 037.122.709/0001-70
25351.476807/2020-12 / 7725853
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1682293205

J. GOMES DA SILVA JUNIOR / 011.858.026/0001-91
25351.476823/2020-13 / 7725867
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1682326205

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS FILIAL 570 / 092.665.611/0513-24
25351.471864/2020-13 / 7725610
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667083203

LCAMPOS COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 036.687.681/0001-55
25351.471855/2020-14 / 7725762
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667062201

E P LUZ DROGARIA / 024.301.997/0001-88
25351.476814/2020-14 / 7725913
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1682308207

C. G. S. ANCHIETA / 036.481.221/0001-76
25351.491087/2020-15 / 7726221
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728408202

CCA - BIOPHARMA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 035.581.431/0001-73
25351.471862/2020-16 / 7725594
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667077209

CIBELLY F. DA SILVA ME / 028.446.443/0002-00
25351.496143/2020-16 / 7726507
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1742606205
---
elon f. de aguiar - me / 002.555.748/0001-86
25351.467180/2020-17 / 7725563
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653569203

FARMACIA MASTERPREV LTDA / 036.715.210/0001-03
25351.363177/2020-17 / 7726311
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1527436205

FARMACIA ALTENRATH / 036.988.332/0001-73
25351.468378/2020-18 / 7725381
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1657522209

F das C P da Silva Medicamentos / 031.479.552/0002-39
25351.460891/2019-19 / 7726296
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1955428191

BRUNA AVELINO ALVES / 035.597.775/0001-70
25351.481344/2020-19 / 7725989
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696137204

DROGARIA BRASIL LTDA / 000.372.383/0022-53
25351.495481/2020-22 / 7726538
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1740296204

FARMACIA HOLISTICA LTDA ME / 002.673.351/0003-50
25351.467194/2020-22 / 7725395
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653617207

FARMACIA DOS SANTOS EIRELI / 035.416.971/0001-00
25351.496164/2020-23 / 7726590
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1742648201

DROGARIA LELES EIRELI / 031.951.732/0001-90
25351.471846/2020-23 / 7725623
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667044202

FMP FARMACIA MELHOR PRECO LTDA / 001.903.314/0002-48
25351.479965/2020-24 / 7726052
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1692582203

BW MEDICAMENTOS LTDA / 037.223.216/0001-26
25351.491078/2020-24 / 7726203
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728389202

MARANA IMPORTAÇÕES EXPORTAÇÕES CONSTRUÇÕES INDUSTRIA COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES EM INFRAESTRUTURA E SAUDE LTDA. / 018.281.359/0001-40
25351.481358/2020-24 / 7726112
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696165200

A NOSSA DROGARIA DE CAXIAS LTDA / 028.763.118/0039-63
25351.471853/2020-25 / 7725577
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667058202

COMERCIO DE MEDICAMENTOS SAUDE PLUS LTDA / 034.497.213/0001-92
25351.476812/2020-25 / 7725836
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1682304204

GIGAFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E COSMETICOS LTDA / 033.224.150/0001-38
25351.471860/2020-27 / 7725728
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667073206

DROGARIA N SRA DAS GRACAS EIRELI / 023.007.791/0012-30
25351.496148/2020-31 / 7726541
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1742616202

JASIEL ALVES DA SILVA PRODUTOS FARMACEUTICOS / 037.076.277/0001-08
25351.467185/2020-31 / 7725441
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653579201

LOBATO E RIBEIRO LTDA / 005.947.352/0007-68
25351.467202/2020-31 / 7725469
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653633209

CINTIA SPIDRO DA SILVA FARMACIA / 036.895.556/0001-30
25351.496155/2020-32 / 7726511
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1742630208

ANA BEATRIZ COSTA NASCIMENTO EIRELI / 036.036.600/0001-57
25351.479498/2020-32 / 7725975
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1692186201

F DE CASSIA R SANTOS / 031.582.567/0001-47
25351.467192/2020-33 / 7725364
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653613204

BARROS E SILVA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 029.946.326/0001-98
25351.491069/2020-33 / 7726217
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728371200

PEDRO LUCIO SOARES FREIRE DE RIVOREDO FILHO / 037.018.903/0001-00
25351.481349/2020-33 / 7726126
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696147201

JOAO PORFIRIO NETO FARMACIA E PERFUMARIA / 023.812.470/0002-36
25351.472365/2020-35 / 7725745
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1668971202

HIPER FARMA LTDA / 029.474.162/0038-35
25351.481356/2020-35 / 7726066
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696161207

FARMACIA BORIS & MARLEIDY LTDA / 031.860.056/0001-40
25351.471851/2020-36 / 7725685
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667054200

DROGARIA ATACADAO LTDA / 036.940.899/0001-70
25351.494011/2020-41 / 7726524
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1737894200

PANTOJA & MARQUES LTDA / 034.713.313/0003-70
25351.467176/2020-41 / 7725501
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653561208

GOLDEN FARMA LTDA - EPP / 017.118.567/0001-60
25351.467200/2020-41 / 7725438
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653629201

FARMA ECONOMICA LTDA / 034.911.584/0001-79
25351.467183/2020-42 / 7725378
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653575208

SGUARIO E MANTOVANI LTDA / 001.478.396/0005-73
25351.467190/2020-44 / 7725532
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653609206

ALT COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 036.527.880/0008-72
25351.481347/2020-44 / 7725958
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696143209

LETICIA SANTOS VIANA ME / 032.771.845/0001-77
25351.480833/2020-45 / 7726097
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1694129202

DROGARIA TEIXEIRA E ALMEIDA BJI LTDA / 037.073.057/0001-20
25351.471842/2020-45 / 7725654
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667036201

DROGARIA PFG LTDA / 036.024.833/0001-30
25351.480544/2020-46 / 7726021
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1693279200

FARMACIA E DROGARIA BEBERIBE LTDA / 072.217.367/0002-53
25351.476819/2020-47 / 7725961
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1682318204

FARMACIA MASSARO LTDA / 036.380.428/0001-54
25351.471867/2020-49 / 7725701
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667089202

V2W DROGARIA LTDA - EPP / 034.043.379/0001-39
25351.476824/2020-50 / 7725944
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1682328201
---
h & N produtos farmaceuticos ltda / 036.125.488/0001-20
25351.350057/2020-50 / 7726339
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1526753209

ZFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 032.953.533/0001-84
25351.467181/2020-53 / 7725546
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653571205
---
drogaria forma farma eireli - me / 022.915.407/0001-81
25351.468379/2020-54 / 7725550
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1657524205

K M LIMA DE SOUZA / 035.926.089/0001-04
25351.467199/2020-55 / 7725455
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653627204

DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA / 006.271.093/0141-25
25351.491065/2020-55 / 7726251
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728362201

FARMACIA E DROGARIA SCHMIDT EIRELE / 033.524.457/0001-54
25351.481345/2020-55 / 7726049
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696139201

MENDONCA TORRES E TORRES LTDA / 036.932.753/0001-82
25351.471840/2020-56 / 7725780
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667032209

CELENE M CASTRO / 037.134.460/0001-12
25351.491072/2020-57 / 7726248
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728377209

TSURU - SAUDE E BELEZA LTDA / 011.150.641/0008-15
25351.481352/2020-57 / 7726161
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696153206

D.F.W DROGARIA LTDA / 028.891.246/0001-10
25351.471863/2020-61 / 7725606

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667081207

DROGARIA NOVA ESPERANCA EIRELI / 036.561.204/0001-49
25351.476822/2020-61 / 7725900
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1682324209

GR COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS LTDA - ME / 027.814.510/0001-59
25351.352341/2020-61 / 7726325
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1527087204

DROGARIA OUTRA FARMA EIRELI / 037.117.851/0001-29
25351.496142/2020-63 / 7726555
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1742604209

FARMACIAS PRECO POPULAR - EIRELI / 014.853.675/0012-40
25351.467197/2020-66 / 7725411
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653623201

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS FILIAL 737 / 092.665.611/0512-43
25351.481343/2020-66 / 7725992
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696135208

FARMACIA SEMIANA LTDA / 021.753.077/0001-02
25351.496167/2020-67 / 7726601
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1742654205

FARMACIA E DROGARIA FACIL ACESSO LTDA / 031.556.435/0001-40
25351.471849/2020-67 / 7725699
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667050207

FERNANDEZ COMERCIO DE MEDICAMENTOS SA / 093.641.710/0057-36
25351.476808/2020-67 / 7725840
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1682295201

S M SILVA NUNES COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS / 034.412.602/0001-78
25351.481350/2020-68 / 7726130
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696149208
---
vida farma popular ltda / 037.034.533/0001-02
25351.471856/2020-69 / 7725819
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667064207

FARMÁCIA PAGMENOS DE CASA NOVA LTDA / 032.842.480/0001-24
25351.476815/2020-69 / 7726018
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1682310209

HIPER FARMA LTDA / 029.474.162/0039-16
25351.471854/2020-70 / 7725731
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667060204

MGS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 031.941.068/0002-80
25351.471861/2020-71 / 7725793
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667075202

MACKTUB COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA / 003.499.820/0001-68
25351.476820/2020-71 / 7725898
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1682320206

RODRIGO POLO ME / 003.729.194/0001-59
25351.467188/2020-75 / 7725515
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653605203

DROGARIA SORRILHA E FRANÇA LTDA / 032.755.551/0001-51
25351.471847/2020-78 / 7725641
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667046209

ALEXANDRE C. ROCHA / 029.587.668/0001-69
25351.491077/2020-80 / 7726188
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728387206

DROGARIA SERRA VILA BOA LTDA / 036.977.042/0001-24
25351.481357/2020-80 / 7726035
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696163203

DROGARIA CHAVES LTDA / 033.145.815/0001-18
25351.491084/2020-81 / 7726279
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728402203

KERLA NUNES DE OLIVEIRA / 027.610.222/0001-82
25351.471852/2020-81 / 7725759
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667056206

DROGARIA MEDVIDA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 036.399.248/0001-14
25351.476811/2020-81 / 7725884
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1682302208

GIELSON RAIMUNDO ALVES SOARES / 035.520.537/0001-67
25351.467179/2020-84 / 7725424
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653567207

SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA / 009.477.652/0082-51
25351.467186/2020-86 / 7725529
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653601201

E. DA SILVA DE ALMEIDA - ME / 036.434.588/0001-39
25351.496156/2020-87 / 7726572
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1742632204

FARMACIA PRECO BOM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 036.524.763/0001-89
25351.467193/2020-88 / 7725407
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653615201

FARMÁCIA DIARIAMENTE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. / 005.240.070/0012-93
25351.471845/2020-89 / 7725714
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667042206

MARCO AURELIO DA C BASTOS / 036.603.135/0001-99
25351.471843/2020-90 / 7725776
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1667038208

DROGARIA ELUZ LTDA / 034.829.657/0001-88
25351.491075/2020-91 / 7726282
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728383203

SOUZA BORSATO FARMACIA DE MANIPULACAO LIMITADA / 035.778.557/0001-32
25351.481355/2020-91 / 7726157
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696159205

CARLA LUCIA D AVILA REIS DAVINO / 036.938.771/0001-71
25351.476168/2020-95 / 7725822
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1680060205

FARMACIA BEM ESTAR LTDA / 013.847.555/0003-87
25351.496147/2020-96 / 7726586
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1742614206

NUNES E FAVARO / 036.713.771/0001-73
25351.467201/2020-96 / 7725486
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653631202

ORGANIZAÇÃO FARMACEUTICA NAKANO LTDA / 003.123.210/0045-86
25351.467191/2020-99 / 7725490
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1653611208

B GOMES DE JESUS - ME / 010.856.510/0001-19
25351.491068/2020-99 / 7726191
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1728369208

M DOS SANTOS U DE SOUSA DROGARIA LTDA / 036.941.679/0001-60
25351.481348/2020-99 / 7726109
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1696145205

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.879, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FABIA SOARES GUIMARAES RODRIGUES / 030.421.061/0001-93
25351.313530/2018-01 / 7588867
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1595829209

A A DANTAS BEZERRA EIRELI / 026.959.419/0001-69
25351.388034/2018-01 / 7596478
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1035766201

FABIA SOARES GUIMARAES RODRIGUES / 030.421.061/0001-93
25351.313530/2018-01 / 7588867
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1595835203

GUILHERME ALFREDO MOSER PINTO ME / 023.399.684/0001-41
25351.657244/2015-02 / 7424063
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1595843204

C E SANTIAGO MAIA ME / 031.700.824/0001-06
25351.790319/2018-09 / 7623716
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1609428200

DROGARIA VINI LTDA / 023.891.465/0001-85
25351.051904/2016-10 / 7454184
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1579677209

GLEICIANE F DOS S COSTA / 030.810.660/0001-07
25351.768502/2018-10 / 7625400
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1609438207

Farmácia Medeiros comercio de medicamentos ltda me / 019.485.292/0001-28
25351.441718/2014-15 / 7249960
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1569644208

FARMACIA JABORANDI LTDA / 047.383.138/0001-80
25351.005506/2003-15 / 0262112
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1583255204
---
renata fernandes alves rezende e cia ltda / 013.743.677/0001-61
25351.225481/2014-19 / 7159509
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1583247203

DROGARIA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES LTDA / 007.448.999/0001-85
25351.589688/2014-19 / 7346545
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1595821203

FARMACIA BIG FARMA LTDA - EPP / 004.830.138/0001-79
25351.196111/2002-23 / 0070465
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1006140201

GRZESIUK & MELLO LTDA / 011.277.593/0001-54
25351.098814/2010-24 / 0650023
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1569636207

LMC COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME / 025.386.076/0001-28
25351.490469/2017-26 / 7544050
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1569623205

FARMABRUNO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 011.994.310/0001-95
25351.734280/2013-27 / 7069249
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1595819201

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 088.212.113/0151-23
25351.176710/2010-31 / 0655676
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1609430201

RAIMUNDO DOS S. FERREIRA / 033.694.219/0001-97
25351.454234/2019-32 / 7668949
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1528355201

GRAZIELLE SOUZA NOGUEIRA SILVA EIRELI / 023.567.483/0001-06
25351.046995/2018-33 / 7564447

7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1583253208
25351.046995/2018-33 / 7564447
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1583220201

DROGARIA BUENO E GONCALVES LTDA / 026.289.951/0001-16
25351.585227/2016-39 / 7493795
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1595827202
25351.585227/2016-39 / 7493795
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1595841208

NATUS FARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 008.698.543/0025-03
25351.425654/2017-40 / 7534707
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1583261209

K. NARDI FARMACIA E DROGARIA / 031.627.677/0001-88
25351.466626/2019-44 / 7669424
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1583259207

DROGAO TXAI LTDA / 002.982.826/0001-29
25351.005876/2003-44 / 0261239
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1583235200

FARMACIA NOVAIS LTDA / 063.303.507/0001-34
25351.272167/2013-44 / 0925682
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1594888209

JOSEFA BEZERRA DROGARIA LTDA ME / 017.272.190/0002-80
25351.349674/2015-45 / 7393541
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1609434204

PAULO FLAVIO F. MONTEIRO & CIA LTDA / 008.098.152/0001-80
25351.431726/2014-45 / 7243356
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1595833207

FARMACIA POPULAR LEZAN LTDA / 006.261.273/0001-76
25351.653332/2014-46 / 7321744
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1579787202
25351.653332/2014-46 / 7321744
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1579798208

DROGACENTRO DROGARIA LTDA / 035.441.745/0001-70
25351.042907/2020-49 / 7704491
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1558732201

SCALCO, GALVAO & SILVA LTDA / 010.463.112/0001-32
25351.314305/2014-51 / 7189451
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1595823200

M.J. DE OLIVEIRA E CIA LTDA-ME / 013.296.104/0001-37
25351.881250/2016-51 / 7440368
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1583243201

R. V. N. MORAES - FARMACIA POPULAR EIRELI - ME / 009.022.919/0001-50
25351.134743/2013-56 / 0909053
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1583218200

JMR DROGAVITA POPULAR LIMITADA / 005.682.507/0001-96
25351.186811/2019-58 / 7644501
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1595825206

DROGARIA ERVA DOCE DE ITUVERAVA LTDA. / 011.591.417/0001-92
25351.345961/2010-71 / 0670853
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1583251201

Farmacia e Perfumaria Adifarma ltda me / 023.236.552/0001-07
25351.638761/2015-74 / 7419917
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1583257201

DROGARIA SANTA RITA MED LTDA / 020.293.957/0001-80
25351.114734/2020-78 / 7709744
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1595831201

DROGARIA RECIFE LTDA ME / 009.120.122/0001-96
25351.181948/2002-78 / 0177213
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1569603201

BEM ESTAR FARMA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES / 034.711.112/0001-72
25351.596790/2019-85 / 7686741
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1609436201

PRECISÃO FARMÁCIA COM MANIPULAÇÃO LTDA ME / 004.697.530/0001-91
25351.055451/2003-86 / 0399438
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 1595839206

C GAMA DA SILVA EIRELI / 083.340.356/0001-00
25351.172818/2014-88 / 7145195
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1583222208

DIAMANTINA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP / 005.518.372/0001-28
25351.025302/2003-92 / 0332965
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1569522201

DROGARIA E PERFUMARIA GOMES LANA LTDA / 012.057.755/0001-01
25761.165436/2013-95 / 0911102
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 1583216203

Rafhael Damaceno de Castro da Silva / 028.211.706/0001-11
25351.782919/2018-95 / 7629861
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1583237206

ROGEFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 020.986.185/0002-43
25351.555269/2019-98 / 7682662
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1583233203

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.880, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

JC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME / 022.455.173/0001-37
25351.491242/2020-01 / 1238938
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 1728990204

PAIVA E COUTINHO MANIPULAÇÕES LTDA / 029.541.282/0001-16
25351.491252/2020-39 / 1238941
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 1729009201

COSMETERIA ARTESANAL FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 028.651.801/0002-17
25351.477047/2020-61 / 1238924
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 1683174208

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.881, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

JULIANA BRANICIO TANAKA / 005.076.530/0001-37
25351.019370/2014-12 / 1403998
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 1581970201
25351.019370/2014-12 / 1403998
7024 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 1581962201

PRIMAFARMA COMÉRCIO PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 086.710.894/0001-29
25023.170642/2006-31 / 1376151
7027 - AE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - ENDEREÇO / 1608978202

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 2.594, de 18 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 184, de 23 de setembro de 2019, Seção 1, pág. 76, e em Suplemento págs. 81 e 83.

Onde se lê:
EMPRESA: Pharmasthetics do Brasil Indústria de Medicamentos LTDA
ENDEREÇO: Rua Antonio Zielonka, 1200
BAIRRO: Pinhais CEP: 83323210 - PINHAIS/PR
CNPJ: 27.711.659/0001-02
PROCESSO: 25351.481242/2019-51
AUTORIZ/MS: 1.19322.6
AT I V I DA D E / C L A S S E
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
FABRICAR: MEDICAMENTO
FRACIONAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
REEMBALAR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: Pharmaesthetics do Brasil Indústria de Medicamentos LTDA
ENDEREÇO: Rua Antonio Zielonka, 1200
BAIRRO: Pinhais CEP: 83323210 - PINHAIS/PR
CNPJ: 27.711.659/0001-02
PROCESSO: 25351.481242/2019-51
AUTORIZ/MS: 1.19322.6
AT I V I DA D E / C L A S S E
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EMBALAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
FABRICAR: MEDICAMENTO
FRACIONAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
REEMBALAR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE nº 1.241, de 9 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 90, de 13 de maio de 2019, Seção 1 pág. 41, e em Suplemento págs. 44 e 46.

Onde se lê:
EMPRESA: Pharmasthetics do Brasil Indústria de Medicamentos LTDA
ENDEREÇO: Rua Antonio Zielonka, 1200 BAIRRO: Estância Pinhais
CEP: 83323210 - PINHAIS/PR CNPJ: 27.711.659/0001-02
PROCESSO: 25351.174050/2019-91
AUTORIZ/MS: 4.00772.1
AT I V I DA D E / C L A S S E
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPORTAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
Leia-se:
EMPRESA: Pharmaesthetics do Brasil Indústria de Medicamentos LTDA
ENDEREÇO: Rua Antonio Zielonka, 1200 BAIRRO: Estância Pinhais
CEP: 83323210 - PINHAIS/PR CNPJ: 27.711.659/0001-02
PROCESSO: 25351.174050/2019-91
AUTORIZ/MS: 4.00772.1
AT I V I DA D E / C L A S S E
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE

DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPORTAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS/PRODUTOS DE HIGIENE

Na Resolução - RE nº 2.594, de 18 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 184, de 23 de setembro de 2019, Seção 1 pág. 76, e em Suplemento págs. 81 e 84.

Onde se lê:
EMPRESA: Pharmasthetics do Brasil Indústria de Medicamentos LTDA
ENDEREÇO: Rua Antonio Zielonka, 1200
BAIRRO: Pinhais CEP: 83323210 - PINHAIS/PR
CNPJ: 27.711.659/0001-02
PROCESSO: 25351.481248/2019-29
AUTORIZ/MS: 439179M16214 (8.18724.6)
AT I V I DA D E / C L A S S E
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS
Leia-se:
EMPRESA: Pharmaesthetics do Brasil Indústria de Medicamentos LTDA
ENDEREÇO: Rua Antonio Zielonka, 1200
BAIRRO: Pinhais CEP: 83323210 - PINHAIS/PR
CNPJ: 27.711.659/0001-02
PROCESSO: 25351.481248/2019-29
AUTORIZ/MS: 439179M16214 (8.18724.6)
AT I V I DA D E / C L A S S E
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.888, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, com validade de 1(um) ano em atenção ao art. 12 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 348, de 17 de março de 2020 e considerando o art. 8º e o art. 10 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 349, de 19 de março de 2020, conforme anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

AQUA BLUE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 34.012.095/0001-85
Kit SARS-CoV-2 Antibody Test
25351.414927/2020-26 / 81991180001
8433 - IVD - Registro de produto / 1493152204

BAXTER HOSPITALAR LTDA / 49.351.786/0001-80
Starling
25351.498720/2020-04 / 80145240452
8049 - EQUIPAMENTO - Registro de Equipamento para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1751753202

CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI / 07.626.776/0001-60
Termômetro digital por infravermelho sem contato
25351.491101/2020-81 / 80901119002
8024 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Equipamento para Saúde / 1728448201

CONSUMERSLAB PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS E HOSPITAIS LTDA. EPP / 05.116.278/0001-42
Kit de Teste Rápido COVID-19 IgG/IgM
25351.415352/2020-69 / 80927230008
8433 - IVD - Registro de produto / 1493963201

CPMH - Comércio e Indústria de Produtos Médico-Hospitalares e Odontológicos LTDA. / 13.532.259/0001-25
2019-nCoV Antibody Diagnostic Kit
25351.215898/2020-11 / 80859840204
8433 - IVD - Registro de produto / 0896135202

Domo Salute Consultoria Regulatória Ltda / 26.263.959/0001-03
Sistemas de Ultrassom Diagnóstico
25351.499226/2020-59 / 81464750053
80025 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Sistema de Equipamentos para Saúde / 1752465202

DR IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 17.634.786/0001-00
Artron COVID-19 IgM/IgG test
25351.387167/2020-77 / 80991380035
8433 - IVD - Registro de produto / 1408837201

ENDOBRAX COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA / 07.427.470/0001-85
TERMÔMETRO INFRAVERMELHO JHOME
25351.500590/2020-79 / 80393919004
8024 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Equipamento para Saúde / 1755947202

Erba Diagnostics Brazil, Producao e Distribuicao de Produtos Medicos Eireli / 32.190.515/0001-98
ErbaLisa® COVID-19 IgM
25351.419289/2020-30 / 81826160051
8433 - IVD - Registro de produto / 1507001208

FOCCUS MEDICAL EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI / 07.748.763/0001-64
Teste de anticorpo SARS-CoV-2 (imunocromatografia em ouro coloidal)
25351.404919/2020-71 / 80344710050
8433 - IVD - Registro de produto / 1464693205

GASLIVE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI / 16.686.026/0001-75
termômetro Digital por IV Yuwell Gaslive
25351.509318/2020-54 / 81278590025
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 1781750201

GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA / 00.029.372/0001-40
Ventilador Pulmonar
25351.500593/2020-11 / 80071260422
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1755953207
Ventilador Pulmonar
25351.500594/2020-57 / 80071260423
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1755956201

GLOBOMEDICAL PRODUTOS MEDICOS EIRELI - EPP / 05.753.148/0001-10
EGENS COVID-19 IgG/IgM Rapid Test Kit
25351.421275/2020-86 / 80218280015
8433 - IVD - Registro de produto / 1510883200

H7 IMPORT EIRELI - ME / 14.209.847/0001-95
FINGERTIP PULSE OXIMETER CMS50D-SWISSCARE
25351.496189/2020-27 / 81995169003
8024 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Equipamento para Saúde / 1742728202
AIQURA TERMOMETRO INFRAVERMELHO
25351.504509/2020-20 / 81995169002
8024 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Equipamento para Saúde / 1767394201

IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA / 12.255.403/0001-60
COVID-19(SARS-CoV-2) IgM/IgG Antibody Test Kit
25351.396891/2020-91 / 81655630030
8433 - IVD - Registro de produto / 1436438207

JOTAMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA. / 08.726.716/0001-82
SARS-CoV-2 IgG/IgM
25351.392144/2020-84 / 80811860002
8433 - IVD - Registro de produto / 1423192201

LIFETRON BIOTECNOLOGIA LTDA - EPP / 07.822.381/0001-33
Teste Rápido para COVID-19 IgG/IgM
25351.387164/2020-33 / 80567780012
8433 - IVD - Registro de produto / 1408831202

med 7 produtos hospitalares ltda epp / 08.140.941/0001-32
OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL DE DEDO MED 7
25351.495774/2020-18 / 80386680010
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 1741408203
TERMÔMETRO INFRAVERMELHO SEM CONTATO KZED
25351.476854/2020-66 / 80386689013
8024 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Equipamento para Saúde / 1682426201

MWR ASSESORIA EMPRESARIAL EIRELI EPP / 26.061.808/0001-72
Termômetro Infravermelho
25351.500581/2020-88 / 81675810001
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 1755906205

POWERPC COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA / 06.697.988/0001-76
Termômetro Digital Infravermelho VOX-1233
25351.496190/2020-51 / 82006609001
8024 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Equipamento para Saúde / 1742730204

rbtg brasil equipamentos médicos hospitalares ltda / 18.949.207/0001-72
SARS-COV-2 ANTIBODY TEST (Colloidal gold immunochromatography) RBT Group
25351.425649/2020-32 / 81086970039
8433 - IVD - Registro de produto / 1523270201

SAUDE MAIS IND EIRELI / 19.111.014/0001-00
2019-nCoV IgG / IgM Detection Kit (Colloidal Gold-Based)
25351.361350/2020-42 / 81572200018
8433 - IVD - Registro de produto / 1334652201

SMITHS MEDICAL DO BRASIL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 06.019.570/0001-00
BOMBA DE INFUSÃO VOLUMÉTRICA GRASEBY 1200
25351.500591/2020-13 / 80228990174
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1755949209
BOMBA DE SERINGA C9
25351.500592/2020-68 / 80228990175
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 1755951201

Unigloves Brasil Importadora LTDA / 12.283.775/0001-09
TERMOMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO SEM CONTATO
25351.500588/2020-08 / 80746279003
8024 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Equipamento para Saúde / 1755943200

Nº de Processos: 28

Total de Empresas: 24

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.889, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____

Eco Diagnostica Ltda / 14.633.154/0002-06
ECO F COVID-19 IgG/IgM
25351.392194/2020-61 / 80954880137
8433 - IVD - Registro de produto / 1423222207

FASTTEST DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA / 20.037.992/0001-39
COVID-19-CHECK -1
25351.376800/2020-00 / 81086830004
8433 - IVD - Registro de produto / 1380350206

NL COMÉRCIO EXTERIOR LTDA / 52.541.273/0001-47
Instant-View® plus COVID-19 IgG/IgM Antibody Test
25351.328490/2020-17 / 10230730131
8433 - IVD - Registro de produto / 1244962208
NL COVID-19 IgG/IgM Antibody Test
25351.462833/2020-63 / 10230730132
8433 - IVD - Registro de produto / 1640525201

ORTHO CLINICAL DIAGNÓSTICS DO BRASIL PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 21.921.393/0001-46
VITROS Immunodiagnostic Products Anti-SARS-CoV-2 Total Reagent Pack, Calibrator, Control
25351.462763/2020-43 / 81246986853
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 1640351207

REM INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 47.334.701/0006-35
GOLD ELISA COVID-19 IgG+IgM
25351.416013/2020-08 / 81077790014
8433 - IVD - Registro de produto / 1496122209

SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA / 01.449.930/0001-90
Família Atellica IM SARS-CoV-2 Total (COV2T)
25351.471700/2020-88 / 10345162357
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 1666511202
FTD SARS-CoV-2
25351.462351/2020-11 / 10345162356
8433 - IVD - Registro de produto / 1639178201

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
Allplex SARS-CoV-2 Assay
25351.395442/2020-26 / 80102512493
8433 - IVD - Registro de produto / 1433550206

_____

Nº de Processos: 9

Total de Empresas: 7

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.890, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____

LICIMASTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA - EPP / 20.001.049/0001-76
LUNGENE (TESTE RÁPIDO COVID-19 IgG/IgM)
25351.411924/2020-31 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1482222209

Nº de Processos: 1

Total de Empresas: 1

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.891, DE 9 DE JUNHO DE 2020

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso da atribuição que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____

Bioline Industria e Distribuidora de Cosméticos Ltda / 027.091.984/0001-10
HANDYGEL - HIGIENIZADOR PARA AS MÃOS
25351.196773/2020-85 / 226250001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0829427/20-1

Cássio Barcellos Cansian / 023.310.408/0001-65
GEL ANTISSÉPTICO L'ODORAT
25351.237251/2020-41 / 288280001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0964395/20-7

CHAT NOIR FRAGRANCES PERFUMARIA FINA LTDA. / 027.358.722/0001-79
Gel Antisséptico Sanigel
25351.207444/2020-77 / 299030001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0870004/20-4

COSINTER INTERNACIONAL IND E COM COSMETICOS LTDA / 085.080.836/0001-04
ÓLEO BRONZEADOR URUCUM RED APPLE FPS 6
25351.726272/2012-67 / 216760179
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0670424/20-7

Cosmoderma industria e com. ltda- me / 009.601.610/0001-15
PRO-SUN FPS 70 FACIAL
25351.178505/2020-81 / 251160060
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0762804/20-8

DE SIRIUS COSMETICOS EIRELI - EPP / 002.859.331/0001-07
ÁLCOOL EM GEL 70% DE SÍRIUS
25351.386579/2020-90 / 228750083
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1407281/20-8

DLW INDUSTRIA DE COSMETICOS E PERFUMARIA LTDA - ME / 023.785.137/0001-02
GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS HÄZE
25351.389512/2017-45 / 287330001
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 0841991/20-1

LQF Laboratorio Quimico Farmaceutico Rio Preto Eireli - ME / 017.159.943/0001-64
KLARINHA ÁLCOOL GEL
25351.292178/2020-70 / 281180009
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1127569/20-1

MARGY COSMETICOS LTDA - ME / 012.119.356/0001-28
ÁLCOOL GEL HIGIENIZADOR DE MÃOS WATH!
25351.218738/2020-24 / 267200001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0906273/20-0

M.S.B. INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA / 010.344.879/0001-42
RELAXER SYSTEM TIOGLICOLATO DE AMÔNIO SMOOTH LINE
25351.125193/2015-29 / 268630010
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1596752/20-3
RELAXER SYSTEM TIOGLICOLATO DE AMÔNIO SMOOTH LINE
25351.125193/2015-29 / 268630010
238 - REG. COSMÉTICOS - Revalidação de Registro / 3334457/19-4

Nutriex Indústria de Nutracêuticos Ltda. / 022.966.065/0001-29
SPRAY REPELENTE DE INSETOS SAI! INSETO COM ICARIDINA 25%
25351.270571/2020-11 / 291200302
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1060910/20-9

ORIE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA / 010.723.447/0001-42
Álcool Gel Antisséptico para as Mãos Acemar
25351.363100/2020-47 / 289510001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1337742/20-1

PHARMATURA INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA-ME / 000.248.776/0001-25
GEL HIGIENIZANTE ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS ACQUA FRESH SEIVA MATER
25351.551181/2019-05 / 221900226
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2245444/19-6
GEL HIGIENIZANTE ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS MAÇÃ VERDE SEIVA MATER
25351.551184/2019-31 / 221900227
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2245451/19-9
GEL HIGIENIZANTE ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS VERBENA E MARACUJÁ SEIVA MATER
25351.551187/2019-74 / 221900228
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2245454/19-3
GEL HIGIENIZANTE ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS LIMÃO SICILIANO SEIVA MATER
25351.551190/2019-98 / 221900229
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2245761/19-5

PHITOTERAPHIA BIOFITOGENIA LABORATORIAL BIOTA LTDA / 000.104.603/0001-33
YANTRA ACTIVE FORM SUPER CREME DEFRISANTE E ENCACHEADOR
25351.057768/2003-57 / 221000596
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0153497/20-1
YANTRA ACTIVE FORM SUPER CREME DEFRISANTE E ENCACHEADOR
25351.057768/2003-57 / 221000596
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 0153690/20-7
HAIRLIFE LISO & NATURAL CREME PARA ALISAMENTO
25351.109236/2017-05 / 221000810
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0067057/20-0
HAIRLIFE MEL
25351.479943/2017-69 / 221000815
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0067032/20-4
HAIRLIFE SOLTO & NATURAL
25351.479951/2017-13 / 221000813
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0067069/20-3
HAIRLIFE RELAXIN & NATURAL
25351.479954/2017-49 / 221000814
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0153602/20-8

PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA LTDA / 033.306.929/0001-00
VICHY IDÉAL SOLEIL CLARIFY FPS 60 MORENA
25351.038306/2018-17 / 200704295
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0538840/20-6
VICHY IDÉAL SOLEIL CLARIFY FPS 60 MORENA
25351.038306/2018-17 / 200704295
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 0538882/20-1
VICHY IDÉAL SOLEIL CLARIFY FPS 60 EXTRA CLARA
25351.038309/2018-51 / 200704298
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0538604/20-7
VICHY IDÉAL SOLEIL CLARIFY FPS 60 EXTRA CLARA
25351.038309/2018-51 / 200704298
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 0539080/20-0

REALGEM'S DO BRASIL IND.DE COSMETICO LTDA / 076.152.008/0001-35
GEL HIGIENIZANTE ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS HYGIALL
25351.155593/2020-43 / 208730158
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0682951/20-0
GEL HIGIENIZANTE ANTISSÉPTICO HIDRATANTE PARA AS MÃOS REALGEMS
25351.513627/2009-11 / 208730155
2102 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Fabricante Nacional para Produto Registrado / 0829432/20-5

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 331, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Permuta cargos em comissão do Grupo-DAS por FCPE de mesmo nível e categoria da Estrutura Regimental e Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Turismo, aprovada pelo Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, e tendo em vista o disposto no art. 16 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam efetivadas as seguintes permutas na estrutura de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança deste Ministério:

I - um cargo em comissão de Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS 101.4, Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, por uma Função Comissionada do Poder Executivo Federal - FCPE 101.4, Coordenador-Geral de Sistemas de Informação, da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação, ambos da Secretaria Executiva;

II - um cargo em comissão de Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS 101.4, Coordenador-Geral de Dados e Informações, da Subsecretaria de Gestão Estratégica, por uma Função Comissionada do Poder Executivo Federal - FCPE 101.4, Coordenador-Geral de Prestação de Contas, da Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências, ambos da Secretaria Executiva; e

III - um cargo em comissão de Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS 101.4, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos para a Cultura, da Consultoria Jurídica, por uma Função Comissionada do Poder Executivo Federal - FCPE 101.4, Coordenador-Geral de Produtos Turísticos, do Departamento de Inteligência Mercadológica e Competitiva do Turismo, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 11 de junho de 2020.

MARCELO HENRIQUE TEIXEIRA DIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DIRETORIA COLEGIADA

DIRETOR-PRESIDENTE

DESPACHO Nº 60-E, DE 8 DE JUNHO DE 2020

O DIRETOR - PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as Deliberações de Diretoria Colegiada a seguir:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2023.

20-0079 GIGABLASTER - 2ª TEMPORADA
Processo: 01416.011163/2019-17
Proponente: ESTRICNINA DESENHOS ANIMADOS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 08.662.115/0001-53
Valor total aprovado: R$ 4.737.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00

Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 750, realizada em 12/05/2020.

Art. 2º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada.

19-0004 GABRIEL MEDINA
Processo: 01416.020465/2018-03
Proponente: CONSPIRAÇÃO FILMES ENTRETENIMENTO 3º MILÊNIO LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total aprovado: de R$ 578.948,83 para R$ 461.548,83
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 550.000,00 para R$ 438.471,39
Prazo de captação: até 31/12/2022

Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 752 realizada em 26/05/2020.

Art. 3º Realizar as revisões orçamentárias das análises complementares dos projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas.

18-0925 AUTO POSTO - 1ª TEMPORADA
Processo: 01416.018410/2018-25
Proponente: SALVATORE FILMES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 18.883.243/0001-80
Valor total aprovado: de R$ 2.000.485,67 para R$ 2.056.176,03
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: de R$ 1.900.461,39 para R$ 1.953.367,23
Prazo de captação: até 31/12/2022

Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 740, realizada em 24/03/2020.

18-0676 RITA LEE - LADO B
Processo: 01416.010419/2018-98
Proponente: BIÔNICA CINEMA E TV LTDA ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.570.789/0001-65
Valor total aprovado: de R$ 1.779.140,00 para R$ 1.922.140,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 494.863,43 para R$ 630.720,36
Prazo de captação: até 31/12/2021

Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 752 realizada em 26/05/2020.

Art. 4º Realizar a revisão orçamentária da análise complementar e alterar o prazo de captação do projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada.

19-0054 VAI QUE COLA 2 - O COMEÇO
Processo: 01416.020334/2018-18
Proponente: CONSPIRAÇÃO FILMES ENTRETENIMENTO 3º MILÊNIO LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total aprovado: de R$ 8.931.859,02 para R$ 9.259.775,87
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.050.000,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.000.000,00 para R$ 1.524.136,18
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.056.403,90
Prazo de captação: até 31/12/2022

Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 746, realizada em 17/04/2020.

Art. 5º As Deliberações produzem efeitos a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 9-E, DE 8 DE JUNHO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Tornar sem efeito os termos do Despacho Decisório SFO nº. 03-E, de 21/08/2019, publicada no DOU nº 164, de 26/08/2019 na pág. 06, seção 01, no que se refere somente ao redimensionamento do projeto audiovisual "14-0456 QUANDO O BRASIL ERA MODERNO", da proponente OCEAN PRODUÇÃO DE FILMES LTDA.

Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ALBUQUERQUE CAMARGO

COORDENAÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

RETIFICAÇÃO

No Despacho Decisório CGF nº 10-E de 29/06/2020, publicada no DOU nº. 104 de 02/06/2020, Seção 1, página 45, em relação ao Ato Decisório, para considerar o seguinte:

Onde se lê:

DESPACHO Nº 10-E, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

Leia-se:

DESPACHO Nº 10-E, DE 29 DE MAIO DE 2020.

RETIFICAÇÃO

No Despacho Decisório CGF nº 10-E de 29/05/2020, publicada no DOU nº. 104 de 02/06/2020, Seção 1, página 46, em relação ao projeto "18-0031 10 HORAS PARA O NATAL", para considerar o seguinte:

Onde se lê:

Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 3.000.000,00 para R$ 0,00

Leia-se:

Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 3.000.000,00

Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 8 DE JUNHO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e o art. 52 do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, considerando os incisos I, III, IV, XI e XIII do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 9.681, de 03 de janeiro de 2019, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 8º e no caput do art. 9º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa nº 13, de 8 de agosto de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

.....

§ 1º A competência de que trata o caput será exercida de ofício ou mediante provocação e poderá ser delegada, vedada a subdelegação:

a) à corregedoria ou, na inexistência desta, às unidades diretamente responsáveis pelas atividades de correição; ou

b) ao Secretário-Executivo do Ministério ou, no caso de órgão ou entidade compreendida na Administração Indireta, à autoridade equivalente." (NR)

"Art. 9º .....

.....

II - por meio da instauração de processo específico de Investigação Preliminar - IP ou de Investigação Preliminar Sumária - IPS. " (NR)

"Art. 16. .....

.....

§ 1º .....

I - facultará expressamente à pessoa jurídica que apresente informações e provas que subsidiem a análise da comissão de PAR no que se refere aos parâmetros para cálculo da multa e à apuração do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica.

.....

§ 3º Caso a pessoa jurídica processada não apresente sua defesa escrita dentro do prazo de que trata o caput, contra ela correrão os demais prazos, independentemente de notificação ou intimação, podendo a pessoa jurídica intervir em qualquer fase do processo, sem direito à repetição de qualquer ato processual já praticado." (NR)

"Art. 23. Transcorrido o prazo previsto no art. 22, a autoridade instauradora determinará à corregedoria ou à unidade que exerça essa função que analise a regularidade do PAR." (NR)

"Art. 25. A proposta de julgamento contida na análise prevista no art. 23 definirá a autoridade julgadora do PAR.

....." (NR)

"Art. 26. A decisão administrativa proferida pela autoridade competente ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico do respectivo órgão ou entidade em face do qual os atos apurados foram cometidos." (NR)

"Art. 28. .....

.....

§ 1º A pessoa jurídica contra a qual foram impostas sanções no PAR e que não apresentar pedido de reconsideração deverá cumpri-las em trinta dias, contados do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração, sem prejuízo do imediato registro das sanções nos cadastros competentes, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 12.846, de 2013, e do Capítulo V do Decreto nº 8.420, de 2015.

.....

§ 3º Mantida a decisão administrativa sancionadora, o órgão ou entidade deverão:

I - publicar a nova decisão no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico do respectivo órgão ou entidade em face do qual os atos apurados foram cometidos;

II - proceder ao registro das sanções nos cadastros competentes, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 12.846, de 2013, e do Capítulo V do Decreto nº 8.420, de 2015; e

III - conceder à pessoa jurídica novo prazo de trinta dias para cumprimento das sanções que lhe foram impostas, contado da data de publicação da nova decisão.

.....

§ 6º O procedimento recursal das sanções aplicadas com base na Lei nº 8.666, de 1993, ou em outras normas de licitações e contratos da administração pública seguirá o disposto no Capítulo V da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo da tramitação de recursos que estiver prevista no regulamento interno de licitações e contratos de que trata o art. 40 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor sete dias após a data de sua publicação.

WAGNER DE CAMPOS ROSARIO

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 175, DE 1º DE JUNHO DE 2020

Altera o inciso V do artigo 7º e § 1º do artigo 31, ambos da Resolução CSMPT nº 137, de 15 de dezembro de 2016.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, o que consta do Procedimento Administrativo PGEA nº 20.02.001.0010028/2019-80, e

Considerando requerimento popular dirigido à Ouvidoria para ter conhecimento das deliberações proveniente das Coordenadorias Nacionais, com amparo na Lei 12.527/2011, que cuida do acesso à informação;

Considerando que foi aprovada a divulgação de orientações, enunciados e notas técnicas dessas Coordenadorias Temáticas que não estejam gravados pelo sigilo, em conformidade com o inciso I do art. 3º da Lei 12.527/2011; resolve:

Art. 1º Alterar o inciso V do art. 7º e § 1º do art. 31, ambos da Resolução 137, de 15 de dezembro de 2016, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho para que vigorem com as seguintes modificações:

Art. 7º .....

V - designar reuniões sociais para propor orientações, notas técnicas, as quais serão divulgadas na página da internet, sítio eletrônico do Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Geral, e diretrizes internas, publicadas na intranet, desde que classificadas no inciso VIII do art. 23 da Lei 12.527/2011 - Acesso à informação;

Art. 31 .....

§ 1º Os Coordenadores Nacionais publicarão as orientações e as notas técnicas na página da internet do MPT e as diretrizes internas na página da intranet e no Boletim Eletrônico, além de dar amplo conhecimento na Lista Eletrônica dos Membros do MPT.

Art. 2º As Coordenadorias Nacionais terão um prazo improrrogável de 120 dias para adaptação, seleção e publicação, nos respectivos sítios eletrônicos, das orientações, das notas técnicas e das diretrizes internas.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, contando-se a partir daí o lapso temporal referido no art. 2º acima.

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO
Presidente do Conselho

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA
Vice-Presidente do Conselho

MARIA APARECIDA GUGEL
Conselheira-Secretária

CRISTINA APARECIDA RIBEIRO BRASILIANO
Conselheira

OKSANA MARIA DZIURA BOLDO
Conselheira

ENEAS BAZZO TORRES
Conselheiro

RICARDO JOSÉ MACEDO DE BRITTO PEREIRA
Conselheiro

EDELAMARE BARBOSA MELO
Conselheira

ALVACIR CORREA DOS SANTOS
Conselheiro

PEDRO LUIZ GONÇALVES SERAFIM DA SILVA
Conselheiro

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ESTATÍSTICA DO MÊS DE MAIO/2020

Procedimentos da Câmara de Coordenação e Revisão do MPT
I - PRODUTIVIDADE:

MEMBROS	RELATORES				
	Saldo anterior	Distribuição no mês	Concluso ao Relator	Devolvido no mês	Em poder do Membro
SANDRA LIA SIMÓN	43	232	29	278	26
ELIANE ARAQUE DOS SANTOS	11	236	26	264	9
ANDRÉA ISA RÍPOLI	34	263	24	309	12
ANDRÉ LACERDA	114	348	20	262	220
ILEANA NEIVA MOUSINHO[1]	271	235	17	135	388
VIRGINIA MARIA VEIGA DE SENNA	4	303	28	335	0
MARIANE JOSVIAK	1	1	1	2	1
RODRIGO DE LACERDA CARELLI	2	5	1	8	0
CÉLIA REGINA CAMACHI STANDER	0	2	5	4	2
ADRIANA SILVEIRA MACHADO	7	302	6	314	1
DANIELA DE MORAIS DO MONTE VARANDAS	12	304	40	349	7
GLAUCIO ARAÚJO DE OLIVEIRA	76	306	38	271	149
SORAYA TABET SOUTO MAIOR	1	106	7	105	9
ELAINE NORONHA NASSIF	1	1	0	0	2
IZABEL CHRISTINA BAPTISTA QUEIROZ RAMOS	0	1	0	0	1
TOTAL	577	2645	242	2636	827

Observação: Última distribuição - 25/05/2020 - segunda-feira.
1 - Férias 4 a 13/5/2020;
II - SITUAÇÃO

Entrada de procedimentos no mês	2612
Distribuição e redistribuição de procedimentos no mês	2645
Total de procedimentos deliberados no mês	2688
Procedimentos em diligência na Secretaria	236

Brasília-DF, 31 de maio de 2020.
SANDRA LIA SIMON
Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 96, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Delega competência ao Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa para assinar o Termo de Parceria não onerosa com a Google LLC, com vistas à divulgação, por meio da plataforma digital Google Arts and Culture, dos bens culturais, materiais do acervo do TCU e das exposições artísticas, culturais e educativas realizadas pelo Centro Cultural TCU/ISC.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, e considerando as informações constantes do processo nº TC-018.948/2020-0, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa (ISC) para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União (TCU), o Termo de Parceria não onerosa com a empresa Google LLC, com o objetivo de divulgar, por meio da plataforma digital Google Arts & Culture, dos bens culturais, materiais do acervo do TCU e das exposições artísticas, culturais e educativas realizadas pelo Centro Cultural TCU/ISC.

Art. 2º Fica designado o Diretor-Geral do ISC zelar pelo acompanhamento da execução do Termo de Parceria a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MUCIO MON TEIRO

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 636, DE 3 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 47 da Lei n. 13.707, de 14 de agosto de 2018, e tendo em vista a autorização contida no inciso II, alínea "a", item "2", do art. 4º da Lei n. 13.978, de 17 de janeiro de 2020, e os procedimentos estabelecidos nas Portarias SOF/ME n. 5.509 de fevereiro de 2020 e 9.431 de abril de 2020, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 3.500.000,00 (três milhões quinhentos mil reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							2.500.000
		Atividades							
02 301	0033 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.500.000
02 301	0033 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							2.500.000
			S	3	1	90	0	100	2.500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.500.000
TOTAL - GERAL									2.500.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							1.000.000
		Atividades							
02 301	0033 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.000.000
02 301	0033 2004 6015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC							1.000.000
			S	3	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							2.500.000
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							2.500.000
02 061	0033 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							2.500.000
			F	3	2	90	0	100	2.500.000
TOTAL - FISCAL									2.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.500.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							1.000.000
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.000.000
02 061	0033 4257 6015	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC							1.000.000
			F	3	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

RESOLUÇÃO Nº 637, DE 3 DE JUNHO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 47 da Lei n. 13.707, de 14 de agosto de 2018, e tendo em vista a autorização contida no inciso III, alínea "c" e "j", item "1" e § 3º, do art. 4º da Lei n. 13.978, de 17 de janeiro de 2020, e os procedimentos estabelecidos nas Portarias SOF/ME n. 5.509 de fevereiro de 2020 e 9.431 de abril de 2020, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 13.369.299,00 (treze milhões, trezentos e sessenta e nove mil duzentos e noventa e nove reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							7.166.649
		Atividades							
02 122	0033 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							487.842
02 122	0033 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							487.842
			F	3	2	90	0	100	487.842
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							5.814.807
02 061	0033 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							5.814.807
			F	3	2	90	0	100	2.032.957
			F	4	2	90	0	100	3.781.850

		Projetos							
02 122	0033 12SI	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Itabaiana - SE							75.000
02 122	0033 12SI 1877	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Itabaiana - SE - No Município de Itabaiana - SE							75.000
			F	4	2	90	0	100	75.000
02 122	0033 158N	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Aracaju - SE							150.000
02 122	0033 158N 1853	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Aracaju - SE - No Município de Aracaju - SE							150.000
			F	4	2	90	0	100	150.000
02 122	0033 15G7	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Estância - SE							39.000
02 122	0033 15G7 1869	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Estância - SE - No Município de Estância - SE							39.000
			F	4	2	90	0	100	39.000
02 122	0033 15R9	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Porto Velho - RO							300.000
02 122	0033 15R9 0116	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Porto Velho - RO - No Município de Porto Velho - RO							300.000
			F	4	2	90	0	100	300.000
02 122	0033 15S8	Implantação de Sistema de Energia Solar na Justiça Federal da 1ª Região							300.000
02 122	0033 15S8 6012	Implantação de Sistema de Energia Solar na Justiça Federal da 1ª Região - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							300.000
			F	4	2	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									7.166.649
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.166.649

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							258.352
		Atividades							
02 122	0033 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							14.500
02 122	0033 216H 6012	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							14.500
			F	3	2	90	0	100	14.500
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							243.852
02 061	0033 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							243.852
			F	3	2	90	0	100	21.932
			F	4	2	90	0	100	221.920
TOTAL - FISCAL									258.352
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									258.352

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							3.433.000
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.345.000
02 061	0033 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							1.345.000
			F	4	2	90	0	100	1.345.000
		Projetos							
02 122	0033 14YQ	Reforma do Edifício-Sede e Anexos do TRF da 2ª Região - RJ							2.088.000
02 122	0033 14YQ 3341	Reforma do Edifício-Sede e Anexos do TRF da 2ª Região - RJ - No Município do Rio de Janeiro - RJ							2.088.000
			F	4	2	90	0	100	2.088.000
TOTAL - FISCAL									3.433.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.433.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							1.851.582
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.851.582
02 061	0033 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							1.851.582
			F	4	2	90	0	100	1.851.582
TOTAL - FISCAL									1.851.582
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.851.582

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							369.716
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							369.716
02 061	0033 4257 6015	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC							369.716
			F	3	2	90	0	100	369.716
TOTAL - FISCAL									369.716
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									369.716

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							290.000
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							100.000
02 061	0033 4257 6016	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							100.000
			F	4	2	90	0	100	100.000

		Projetos							
02 126	0033 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe							190.000
02 126	0033 151W 6016	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							
			F	3	2	90	0	100	190.000
TOTAL - FISCAL									290.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									290.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							2.737.725
		Atividades							
02 131	0033 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública							122.620
02 131	0033 219I 0001	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - Nacional							122.620
			F	3	2	90	0	100	122.620
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							44.105
02 061	0033 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							44.105
			F	3	2	90	0	100	44.105
		Projetos							
02 122	0033 12RE	Construção do Edifício-Sede II Da Seção Judiciária em Goiânia - GO							300.000
02 122	0033 12RE 5512	Construção do Edifício-Sede II Da Seção Judiciária em Goiânia - GO - No Município de Goiânia - GO							300.000
			F	4	2	90	0	100	300.000
02 122	0033 15G5	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em João Pessoa - PB							300.000
02 122	0033 15G5 1436	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em João Pessoa - PB - No Município de João Pessoa - PB							300.000
			F	4	2	90	0	100	300.000
02 122	0033 15PH	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Teresina - PI							300.000
02 122	0033 15PH 0981	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Teresina - PI - No Município de Teresina - PI							300.000
			F	4	2	90	0	100	300.000
02 122	0033 15TA	Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede da Justiça Federal em Propriá - SE							750.000
02 122	0033 15TA 1906	Aquisição de Imóvel para o Edifício-Sede da Justiça Federal em Propriá - SE - No Município de Propriá - SE							750.000
			F	5	2	90	0	100	750.000
02 122	0033 7V68	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Natal - RN							921.000
02 122	0033 7V68 1262	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Natal - RN - No Município de Natal - RN							921.000
			F	4	2	90	0	100	921.000
TOTAL - FISCAL									2.737.725
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.737.725

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							221.920
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							221.920
02 061	0033 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							221.920
			F	3	2	90	0	100	221.920
TOTAL - FISCAL									221.920
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									221.920

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							6.424.000
		Atividades							
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							5.986.000
02 061	0033 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							5.986.000
			F	3	2	90	0	100	5.986.000
		Projetos							
02 122	0033 14YQ	Reforma do Edifício-Sede e Anexos do TRF da 2ª Região - RJ							438.000
02 122	0033 14YQ 3341	Reforma do Edifício-Sede e Anexos do TRF da 2ª Região - RJ - No Município do Rio de Janeiro - RJ							438.000
			F	3	2	90	0	100	438.000
TOTAL - FISCAL									6.424.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.424.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							3.795.654
		Atividades							
02 131	0033 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública							7.390
02 131	0033 219I 6014	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							7.390
			F	3	2	90	0	100	7.390
02 061	0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							3.788.264
02 061	0033 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							3.788.264
			F	3	2	90	0	100	3.788.264
TOTAL - FISCAL									3.795.654
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.795.654

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							190.000
		Projetos							
02 126	0033 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe							190.000
02 126	0033 151W 6016	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							190.000
			F	4	2	90	0	100	190.000
TOTAL - FISCAL									190.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									190.000

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO Nº 27, DE 8 DE JUNHO DE 2020

Divulga, no âmbito da Justiça do Trabalho, os limites de pagamento de despesas primárias a serem observados no exercício de 2020 e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO e do CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto na Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que incluiu os arts. 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113 e 114 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

Considerando o art. 26 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019; e

Considerando o art. 4º da Lei Orçamentária Anual - LOA, Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, resolve:

Art. 1º Divulgar o limite de pagamentos de despesas primárias, no exercício de 2020, de cada Unidade Orçamentária da Justiça do Trabalho, na forma do Anexo Único.

§ 1º Para fins de apuração de limite de pagamentos, considerar-se-á, também, os restos a pagar satisfeitos no exercício.

§ 2º O remanejamento de dotações orçamentárias entre unidades, após o processamento das alterações no SIAFI, implicará a atualização, automática, dos limites constantes do Anexo, promovendo-se a ampliação do limite da unidade suplementada e a redução correspondente da cancelada.

Art. 2º Fixar o dia 21 de dezembro como data limite para emissão de empenho no exercício de 2020.

Parágrafo único. A restrição prevista no caput não se aplica às despesas que caracterizem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas no Anexo III da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019 - LDO 2020.

Art. 3º Fixar o dia 29 de dezembro como data limite para emissão de ordem bancária no exercício de 2020.

Art. 4º Os casos omissos serão decididos pela Presidência do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

ANEXO

	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	LIMITE DE PAGAMENTOS DESPESAS PRIMÁRIAS 2020
15101	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	1.043.957.077
15102	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIAO	1.895.142.252
15103	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO	2.520.913.726
15104	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3A. REGIAO	1.777.263.066
15105	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A. REGIAO	1.573.346.828
15106	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A. REGIAO	1.037.995.468
15107	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A. REGIAO	775.342.704
15108	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A. REGIAO	402.857.701
15109	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIAO	586.530.395
15110	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIAO	977.658.813
15111	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A. REGIAO	574.442.588
15112	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11A. REGIAO	451.283.320
15113	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A. REGIAO	716.008.790
15114	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13A. REGIAO	408.086.583
15115	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14A. REGIAO	328.171.657
15116	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO	1.549.657.285
15117	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16A. REGIAO	209.527.303
15118	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17A. REGIAO	302.488.327
15119	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18A. REGIAO	522.660.668
15120	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A. REGIAO	213.277.114
15121	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20A. REGIAO	167.509.086
15122	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A. REGIAO	265.071.204
15123	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22A. REGIAO	134.105.686
15124	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23A. REGIAO	296.829.163
15125	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24A. REGIAO	224.583.878
15126	CONSELHO SUPERIOR DA JUSTICA DO TRABALHO	99.222.682

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 4, DE 26 DE MAIO DE 2020 (*)

Relatório de Gestão Fiscal. 1º Quadrimestre. Maio de 2019 à Abril de 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no caput do art. 48, no inciso III do art. 54 e na alínea "a", inciso I do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Portaria STN nº 284, publicada no D.O.U. de 26, de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Tornar públicos o Relatório de Gestão Fiscal e o Demonstrativo dos Limites de Despesas com Pessoal, relativos às despesas executadas por esta Unidade Gestora no período de maio de 2019 a abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CLAUDIO BRANDÃO DE OLIVEIRA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													Inscritas em restos a pagar não Proces - sados [1] (b)
	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	36.963.154	37.179.598	37.069.022	37.114.147	37.315.545	36.848.033	56.731.233	43.126.162	50.862.342	37.576.851	38.011.938	38.116.645	486.914.676	234.835
Pessoal Ativo	24.912.698	25.139.681	24.970.147	25.132.221	24.948.726	24.729.552	38.482.141	29.672.976	32.769.440	25.551.861	26.097.682	26.169.005	328.576.134	234.835
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	21.182.351	21.399.849	21.210.899	21.366.767	21.222.571	21.016.817	31.018.748	25.945.653	29.032.032	21.797.244	21.410.085	21.481.747	278.084.770	234.835
Obrigações Patronais	3.730.346	3.739.832	3.759.248	3.765.453	3.726.155	3.712.735	7.463.392	3.727.322	3.737.407	3.754.617	4.687.596	4.687.257	50.491.364	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.050.456	12.039.916	12.098.875	11.981.926	12.366.818	12.118.480	18.249.092	13.453.186	18.092.902	12.024.989	11.914.256	11.947.640	158.338.542	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.837.804	7.845.125	7.841.281	7.770.472	7.922.927	7.910.355	11.902.547	7.879.386	11.799.564	7.811.488	7.765.271	7.767.388	102.053.614	-
Pensões	4.212.651	4.194.791	4.257.593	4.211.453	4.443.891	4.208.125	6.346.545	5.573.800	6.293.338	4.213.501	4.148.984	4.180.251	56.284.927	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	12.065.893	12.039.916	12.098.875	12.149.749	12.442.943	12.118.480	12.340.089	5.573.355	18.092.902	12.024.989	11.914.256	11.947.640	144.809.092	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	15.437	-	-	167.823	76.124	-	43.085	146.551	-	-	-	-	449.022	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.050.456	12.039.916	12.098.875	11.981.926	12.366.818	12.118.480	12.297.003	5.426.803	18.092.902	12.024.989	11.914.256	11.947.640	144.360.069	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	24.897.261	25.139.681	24.970.147	24.964.397	24.872.601	24.729.552	44.391.144	37.552.807	32.769.440	25.551.861	26.097.682	26.169.005	342.105.584	234.835

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.004,53	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	342.340.420,02	0,038940
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	915.708.079,67	0,104158
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	869.922.675,69	0,098950
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	824.137.271,70	0,093742

FONTE: SIAFI - Emitido pela SOF/COFIN (TRE-RJ) e SOF/COFIC (TSE) em 25/05/2020.
Notas:
1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço - art. 63 da Lei nº 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64;
2. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013;
3. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.
4. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 284, de 22/05/2020, publicada no Diário Oficial da União de 26/05/2020.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				487.149.512,39	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				144.809.092,37	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				342.340.420,02	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,038940%	
				% DA RCL	VALOR
Limite Máximo	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,104457%	918.336.746,85
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	917.413.636,30	0,104352%	917.413.636,30
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	915.708.079,67	0,104158%	915.708.079,67
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

FERNANDO JOSÉ DA FONSECA
Secretário de Orçamento e Finanças

ELIZABETH SILVA VIANA
Secretária de Controle Interno e Auditoria

ADRIANA FREITAS BRANDÃO CORREIA
Diretora-Geral

(*) Republicado devido à incorreção encontrada no portaria original, publicada no D.O.U. Nº 100, de quarta-feira, 27 de maio de 2020, páginas 203 a 204.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 9 DE JUNHO DE 2020

Define e disciplina as Diretrizes de Atendimento Seguro (DAS) aos diretores técnicos e diretores clínicos de estabelecimentos de saúde, no âmbito do Estado de Pernambuco, durante a pandemia da Covid-19

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei no 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958;

CONSIDERANDO que os Conselhos de Medicina são os órgãos supervisores e fiscalizadores do exercício profissional e das condições de funcionamento dos serviços médicos prestados à população, conforme disposto na Lei 3.268, de 30 de setembro de 1957;

CONSIDERANDO a Lei n° 12.842, de 10 de julho de 2013 que dispõe sobre a medicina;

CONSIDERANDO que o Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018) estabelece os princípios da prática médica de qualidade;

CONSIDERANDO a Resolução CFM nº 2.056/2013 que disciplina os departamentos de Fiscalização nos Conselhos Regionais de Medicina, estabelece critérios para a autorização de funcionamento dos serviços médicos de quaisquer naturezas, bem como estabelece critérios mínimos para seu funcionamento, vedando o funcionamento daqueles que não estejam de acordo com os mesmos;

CONSIDERANDO a Resolução CFM nº 2.147/2016 que determina que o diretor técnico ou o diretor clínico assegure as condições dignas de trabalho e os meios indispensáveis à prática médica, visando ao melhor desempenho do corpo clínico e dos demais profissionais de saúde, em benefício da população, sendo responsável por faltas éticas decorrentes de deficiências materiais, instrumentais e técnicas da instituição;

CONSIDERANDO a Resolução CFM nº 2.214/2018 que estabelece o departamento de Fiscalização e as competências do Conselheiro Coordenador, do Médico Fiscal e do Agente Fiscal no âmbito dos Conselhos Regionais de Medicina;

CONSIDERANDO o atual cenário da COVID-19, classificado como pandemia pela OMS - Organização Mundial de Saúde, e tendo o Senado Federal brasileiro, através do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, reconhecido o estado de calamidade pública no Brasil;

CONSIDERANDO que o Estado de Pernambuco se prepara para passar por processo de reabertura dos estabelecimentos de Saúde, em um momento que precisamos aprender a conviver com a COVID-19; no qual, um novo modelo de gestão sanitária para clínicas e hospitais, será determinante na condução desses estabelecimentos;

CONSIDERANDO a Recomendação CREMEPE nº 09/2020, que disciplina o retorno seguro das atividades eletivas, nos estabelecimentos de saúde do Estado de Pernambuco, instituídas para o enfrentamento da pandemia COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de um retorno gradativo e seguro das atividades médicas, após as medidas impostas pela pandemia; em consonância com as autoridades sanitárias, estadual e municipal, obedecendo a protocolos e diretrizes das sociedades de especialidades médicas;

CONSIDERANDO Que esse retorno deve ser entendido e organizado de forma setorizada, diferenciando as macrorregiões, bem como o sistema público (próprio e complementar) e o sistema privado (suplementar), por conta de suas especificidades epidemiológicas e capacidade de resposta, distintas.

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido em sessão plenária realizada em 08 de junho de 2020. , resolve:

Art. 1º - É dever do diretor técnico e diretor clínico, para o retorno das atividades eletivas regulares no estado de Pernambuco, seguir as normas estaduais, municipais e a Recomendação CREMEPE nº 09/2020.

Parágrafo único - Para o retorno das consultas, exames e procedimentos eletivos, devem ser alcançadas as referências epidemiológicas, as disponibilidades de leitos e a estruturação dos serviços, conforme as referências contidas na Recomendação CREMEPE nº 09/2020, bem como haver autorização da autoridade sanitária estadual.

Art. 2° - É dever do diretor técnico e do diretor clínico formatar e informar ao Conselho Regional de Medicina de Pernambuco - CREMEPE, as medidas adotadas a fim de adequar o estabelecimento de saúde sob sua responsabilidade, elaborando a DAS COVID-19, e afixando-a em local de fácil acesso e visível aos usuários e órgãos fiscalizadores, conforme o disposto nesta resolução.

Art. 3º A DAS COVID-19 deverá conter obrigatoriamente:

I. O fluxo de pacientes, acompanhantes e representantes, disciplinando o acesso, deslocamento, sinalização e utilização de ambientes, elevadores, corredores, estacionamentos e demais setores do estabelecimento de saúde.

II. O distanciamento e ambientação em recepções, disciplinando a organização dos setores de recepções do estabelecimento quanto ao distanciamento entre as acomodações, os elementos decorativos e os horários de chegada, atendimento e saída de pacientes.

III. O espaçamento de marcação de consultas, disciplinando os quantitativos de agendamento de consultas e exames, conforme o cronograma de retorno constante na norma estadual e na Recomendação CREMEPE nº 09/2020.

IV. As normas de agendamento de consultas, disciplinando as formas e locais de marcação de consultas, exames e procedimentos.

V. O protocolo para o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), com sua descrição por cada local do estabelecimento, por profissionais da saúde, usuários e visitantes, bem como as estratégias de proteção em setores de atendimento.

VI. O protocolo de testagem dos trabalhadores da saúde e equipes de serviços hospitalares, descrevendo as estratégias da testagem e acompanhamento dos colaboradores e equipes usuárias do estabelecimento.

VII. O protocolo de testagem, o questionário e o termo de consentimento livre esclarecido de pacientes eletivos, descrevendo o protocolo de triagem pré-internamento, constando a forma de testagem prévia associada ou não a exame de imagem, o modelo do questionário de avaliação prévia de saúde e o modelo do termo de consentimento livre esclarecido.

VIII. O protocolo de afastamento de médicos e demais colaboradores, disciplinando os fluxos de afastamento e retorno dos médicos, colaboradores e equipes usuárias do estabelecimento.

IX. Os protocolos de sanitização do estabelecimento, descrevendo por locais (áreas críticas, áreas semicríticas, áreas não críticas e áreas externas) a periodicidade das higienizações concorrente e/ou terminal, apresentando as medidas de controle de limpeza dos setores de atendimentos.

X. As medidas de renovação do ar, descrevendo as ações para renovação do ar, por ambientes do estabelecimento.

XI. Uma comissão criada para marcação de cirurgias, definindo sua composição, periodicidade e forma de atuação.

XII. O fluxograma de organização do trabalho, definindo o funcionamento dos setores de internamento, procedimentos cirúrgicos e atendimentos (ambulatorial, exames complementares e imunização), disciplinando em turnos de uso, conforme o disposto pela autoridade sanitária estadual e na Recomendação CREMEPE nº 09/2020.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Dê-se ciência.

MARIO FERNANDO DA SILVA LINS
Presidente do Conselho

MÁRIO JORGE LEMOS DE CASTRO LÔBO
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRT-RJ

PORTARIA Nº 19, DE 29 DE MAIO DE 2020

O Presidente do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado do Rio de Janeiro - CRT-RJ, no uso de suas atribuições:

Altera parcialmente as PORTARIAS N.ºs 008/2020- PRES-CRT-RJ, DE 16 DE MARÇO DE 2020, 009/2020- PRES-CRT-RJ DE 24 DE MARÇO DE 2020, 014/2020 - PRES-CRT-RJ, DE 09 DE ABRIL DE 2020, 015/2020 - PRES-CRT-RJ, DE 30 DE ABRIL DE 2020 e 017/2020- PRES-CRT-RJ, DE 08 DE MAIO DE 2020, que instituiu medidas temporárias para a prevenção do contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) nas dependências do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado do Rio De Janeiro - CRT-RJ

Considerando o contido na PORTARIA N.º 008/2020 - PRES-CRT-RJ, DE 16 DE MARÇO DE 2020 que instituiu medidas temporárias para a prevenção do contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) com as alterações introduzidas pela PORTARIA N.º 009/2020 - PRES-CRT-RJ, DE 24 DE MARÇO DE 2020, PORTARIA N.º 014/2020 - PRES-CRT-RJ, DE 09 DE ABRIL DE 2020, PORTARIA N.º 015/2020 - PRES-CRT-RJ, DE 30 DE ABRIL DE 2020 e PORTARIA N.017/2020 - PRES-CRT-RJ, DE 08 DE MAIO DE 2020, onde determinou a suspensão do atendimento ao público externo de forma presencial em todas as unidades do CRT-RJ, no período de 16/03/2020 à 30/06/2020, determinando o trabalho em home office de todos os servidores do CRT-RJ, bem como a suspensão das reuniões presenciais da diretoria executiva, das comissões e sessões plenárias, bem como os cursos/palestras presenciais nas unidades do CRT-RJ, durante o mesmo período;

Considerando que o número de pessoas infectadas pelo Coronavirus (COVID-19) no Estado do Rio de janeiro continua ascendendo e que o CRT-RJ visa resguardar a saúde de seus funcionários e prestadores de serviços;

Considerando que compete ao Presidente resolver os casos urgentes ad referendum da Diretoria Executiva, como é a presente situação;, resolve:

Art. 1º Fica alterado a redação dos artigos 1º, 3º, 3º seu parágrafo único e Art. 6º da PORTARIA N. º 008/2020 - PRES-CRT-RJ, DE 16 DE MARÇO DE 2020, com as alterações introduzidas pelas PORTARIA N. º 009/2020 - PRES-CRT-RJ, DE 24 DE MARÇO DE 2020, PORTARIA N.º 014/2020 - PRES-CRT-RJ, DE 09 DE ABRIL DE 2020, PORTARIA N.º 015/2020 - PRES-CRT-RJ, DE 30 DE ABRIL DE 2020 e PORTARIA N.017/2020 - PRES-CRT-RJ, DE 08 DE MAIO DE 2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica suspenso no período de 16/03/2020 à 30/06/2020 as atividades do CRT-RJ.

Art. 2º -. Ficam temporariamente suspensas todas as reuniões da diretoria executiva, das comissões e sessões plenárias, bem como os cursos/palestras presenciais nas unidades do CRT-RJ eventualmente designadas para o período de 16/03/2020 à 30/06/2020.

Art. 3º - Fica a gerência geral autorizado a adotar as medidas necessárias de forma a permitir o trabalho em home office de todos os servidores do CRT-RJ, com o monitoramento da jornada de trabalho.

Paragrafo Primeiro: De forma a dar continuidade na prestação de serviços aos profissionais técnicos e população em geral, no período de 01/06/2020 à 30/06/2020, o atendimento aos profissionais técnicos e ao público em geral, por parte dos servidores do CRT-RJ em home office, ocorrerá através dos seguintes canais:

I- através Do telefone 21-3900-9283

II- pelo e-mail atendimento@crtrj.gov.br

II e pelo chat no site do CRT-RJ www.crtrj.gov.br

Paragrafo Segundo: O Gerente Geral do CRT-RJ poderá convocar os funcionários e prestadores de serviços, de forma gradativa, ao retorno das suas atividades laborativas, antes da data final prevista no artigo 01º, após a realização de estudos e planejamentos visando resguardar a saúde e o bem estar dos funcionários e prestadores de serviços do CRT-RJ.

Art. 4º (...)

Art. 5º. Ficam temporariamente suspenso no período de 16/03/2020 à 30/06/2020, todos os pregões presenciais designados, bem como eventuais prazos em curso dos processos licitatórios em andamento.

Art. 6º - A Gerencia Geral do CRT-RJ fica autorizado adotar outras providências administrativas necessárias para evitar a propagação interna do vírus COVID-19, devendo as medidas serem submetidas ao conhecimento da Presidência e da Diretoria Executiva do CRT-RJ."

Art. 2º. Os demais dispositivos da PORTARIA N.º 008/2020 - PRES-CRT-RJ, DE 16 DE MARÇO DE 2020, permanecem inalterados e em pleno vigor.

Art. 3º. Encaminhar à Diretoria Executiva, a presente Portaria para sua ratificação, revogação ou alteração na próxima reunião executiva.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Dê-se ciência e cumpra-se.

SIRNEY BRAGA

